

Revista de Letras

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS

**Ciências e Técnicas
do Património**

UNIVERSIDADE DO PORTO

**Homenagem a
Armando Coelho Ferreira da Silva**

Volume XII PORTO 2013

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS

Ciências e Técnicas do Património

UNIVERSIDADE DO PORTO

TÍTULO REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS – CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

DIRETOR Presidente do Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Rui M. S. Centeno

COORDENAÇÃO Rui M. S. Centeno; Teresa Soeiro; Paula Menino Homem

SECRETARIADO Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n • 4150-564 PORTO PORTUGAL
Telefone: 22 607 01 00 • Telefax: 22 600 38 25
e-mail: dctp@letras.up.pt

EDITOR Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CONCEPÇÃO GRÁFICA INVULGAR - ARTES GRÁFICAS

PERIODICIDADE Publicação Anual

TIRAGEM 150 Exemplares

ISSN 1645-4936

DEPÓSITO LEGAL 239657/06

Apresentação

- 7 *Nota introdutória*
CENTENO, Rui M. S.

- 9-27 *Armando Coelho Ferreira da Silva: tábula cronológica e bibliografia*
BARROCA, Mário Jorge

Estudos

- 31-48 *Caminhos e encruzilhadas.
O ensino e a investigação em arqueologia na Faculdade de Letras U.P.*
CENTENO, Rui; SOEIRO, Teresa; SANCHES, Maria de Jesus
- 49-67 *Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira),
um sítio ritual do Bronze Final da região de Lisboa*
CARDOSO, João Luís
- 69-85 *O Abecedário Rupestre, Proto-Histórico, do Vale da Casa
(Vila Nova De Foz Côa)*
GOMES, Mário Varela
- 87-98 *La epigrafía lusitana y la intersección de religión y lengua
como marcador identitario*
HOZ, Javier de
- 99-111 *A realidade arqueológica do litoral entre o Neiva e o Cávado:
da romanização à formação das paróquias*
ALMEIDA, Carlos A. Brochado de
- 113-126 *O momento e a forma de construir uma cidade no noroeste da Hispânia,
periferia do Império romano e fronteira atlântica*
DIAS, Lino Tavares
- 127-142 *Representações artísticas em vidros e cerâmicas romanas de Bracara Augusta*
MORAIS, Rui
- 143-157 *De novo sobre o mosaico de Panxón e outras novas sobre a
Musivaria na Gallaecia*
ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando
- 159-166 *Un aplique de vidrio, moldeado, de la colección arqueológica
de la Universidad de Santiago de Compostela*
CASAL GARCIA, Raquel
- 167-180 *Inscriptions funéraires et historiographie régionale*
LE ROUX, Patrick
- 181-201 *Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela*
QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão
- 203-230 *O Castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média?
Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões*
REAL, Manuel Luís

-
- 231-243 *Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII*
COSTA, Paula Pinto
- 245-262 *Ermida do Paiva: reflexões e problemáticas.*
ROSAS, Lúcia Maria; BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno
- 263-273 *Santo Estêvão de Chaves: Uma nova inscrição do Bispo D. Pedro*
BARROCA, Mário Jorge
- 275-292 *As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV)*
Fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica
- Breves apontamentos -
SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de
- 293-304 *Galeria breve:*
Memória de Vieira Portuense (1810-ca.1865)
ARAÚJO, Agostinho
- 305-317 *Conservação preventiva em contextos culturais.*
Recursos tecnológicos para gestão de risco ambiental; poluição
HOMEM, Paula Menino
- 319-329 *Alto Douro vinhateiro, paisagem cultural*
ENCARNAÇÃO, José d'
- 331-340 *Espaços quase: ou de como vou repensando as minhas práticas*
de ensino-investigação
SEMEDO, Alice

ó m t a o

Apresentação



Nota Introdutória

Rui M. S. CENTENO
UP/FLUP-CITCEM

Quis o Departamento de Ciências e Técnicas do Património marcar a recente jubilação do Professor Armando Coelho Ferreira da Silva dedicando-lhe o 12º volume da série Ciências e Técnicas do Património, da *Revista da Faculdade de Letras*. Para além do simbolismo, esta decisão significa também um justo reconhecimento do DCTP ao Armando Coelho pelo importante contributo dado para a sua criação e afirmação como primeiro presidente, função que também ocupava no momento da sua jubilação em janeiro de 2013. Contudo, esta publicação é também uma homenagem ao professor rigoroso mas compreensivo com os seus estudantes, ao Amigo de trato afável e sempre disponível, ao colega cordial e pronto a colaborar em iniciativas e projetos inovadores.

Sabemos que muitos dos seus antigos alunos, colegas e amigos gostariam de ter participado neste livro de homenagem mas as limitações impostas para a extensão de cada volume desta série da *Revista da Faculdade de Letras* não permitiram uma maior abertura nos pedidos de colaboração solicitados. Aos editores deste livro, Teresa Soeiro, Paula Menino Homem e o autor destas linhas, coube a difícil tarefa de restringir os convites a alguns dos investigadores que têm mantido um relacionamento profissional e pessoal mais estreito com Armando Coelho. A todos o nosso agradecimento pela sua disponibilidade e pronta colaboração, permitindo que este volume seja apresentado no dia da cerimónia pública de homenagem ao Professor Armando Coelho.

Esperamos que os estudos, agora oferecidos ao Professor Armando Coelho por colegas, amigos e discípulos em agradecimento do seu labor científico e para comemorar a sua jubilação e apresentados sob a chancela da Universidade do Porto, através do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras, sejam do seu agrado e o estimulem a prosseguir com o trabalho de investigação que, certamente, continuará a marcar o progresso científico das suas áreas de eleição.


Presidente do DCTP

Armando Coelho Ferreira da Silva: tábua cronológica e bibliografia

Mário Jorge BARROCA
UP/FLUP-CEAUCP/CAM

Tábua cronológica

1943

Nasce na freguesia de Sanfins de Ferreira, em Paços de Ferreira (9 de Janeiro).

1957-1967

Participa nas escavações arqueológicas da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) sob a direcção de Afonso do Paço.

1965

Conclui o curso de Teologia, no Seminário Maior do Porto (classificação final de 16 valores).

1965-1966

Professor do Ensino Particular.

1966-1974

Professor do Ensino Público.

1968

Por doença de Afonso do Paço, coordena as escavações arqueológicas na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira).

1972-1974

Participa nas escavações arqueológicas da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), sob a direcção de Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

1974

Conclui a licenciatura em História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a classificação final de 17 valores.

1975

Contratado como Monitor do curso de História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1 de Janeiro).

1975

Contratado como Assistente eventual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (20 de Março).

1975-1976

Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1976 a 1990

Escavações arqueológicas na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno) (campanhas de 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1986 e 1990).

1976-1980

Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1977

Contratado como Assistente além do Quadro do 4º Grupo (História) da 2ª Secção (Ciências Históricas e Filosóficas) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (16 de Agosto).

1977 e 1978

Escavações arqueológicas na Citânia de Briteiros (Guimarães) (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno) (campanhas de 1977 e 1978).

1978 a 1984

Escavações arqueológicas na Cividade de Âncora (Caminha/Viana do Castelo) (campanhas de 1978, 1979, 1980, 1981, 1982 e 1984).

1978 a 1982

Escavações arqueológicas no Monumento castrejo de Santa Maria de Galegos (Barcelos) (campanhas de 1978, 1979, 1980, 1981 e 1982).

1978-1979

Organização da exposição «A Cividade de Âncora e a Arqueologia do Alto Minho» (Vila Praia de Âncora, Junta de Turismo de Vila Praia de Âncora e Câmara Municipal de Caminha, Outubro de 1978 a Maio de 1979).

1979 e 1980

Escavações arqueológicas na Necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia) (campanhas de 1979 e 1980).

1979 a 1987

Escavações arqueológicas na Estação arqueológica da Chã de Arefe, Durrães (Barcelos) (campanhas de 1979, 1980, 1986 e 1987).

1979

Escavações arqueológicas no Forno romano de Ferreira (Paços de Ferreira) (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

1979-1980

Vogal do Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1979-1980

Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1980 a 1987

Escavações arqueológicas no Castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha) (em colab. com António Baptista Lopes) (campanhas de 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985 e 1987).

1980 a 1991

Escavações arqueológicas na Cidade de Terroso (Póvoa de Varzim) (desde 1989 em colab. com José Manuel Flores Gomes) (campanhas de 1980, 1981, 1982, 1986, 1989, 1990 e 1991).

1980 a 1991

Escavações arqueológicas no Castro de Fiães (Santa Maria da Feira) (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno) (campanhas de 1980, 1981, 1982, 1990 e 1991).

1980

Escavações arqueológicas no Forno romano de Louredo (Santa Maria de Penaguião).

1980

Sondagem arqueológica na Praça da Ribeira (Porto).

1981-1982

Vogal da Comissão Nacional Provisória de Arqueologia do IPPC.

1981

Escavações arqueológicas no Castro de Sabroso (Guimarães) (em colab. com Teresa Soeiro e Rui Manuel Sobral Centeno).

1981

Escavações arqueológicas nas Fossas ovóides de Beiriz (Póvoa de Varzim).

1981

Organização da exposição «Arqueologia do concelho da Póvoa de Varzim» (Póvoa de Varzim, Junta de Turismo da Póvoa de Varzim e Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Maio).

1982

Nomeado Director do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (cargo que continua a desempenhar).

1982

Escavações arqueológicas no Forno romano de Canelas (Vila Nova de Gaia).

1982-1983

Organização da exposição «A cultura castreja no concelho da Feira: as escavações nos castros de Fiães e Romariz» (Santa Maria da Feira, Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, 28 de Outubro a 30 de Dezembro de 1982; Fiães, Casa do Povo de Fiães, 14 a 31 de Janeiro de 1983).

1983 e 1984

Escavações arqueológicas no Castro da Senhora da Saúde (Pedroso, Vila Nova de Gaia) (campanhas de 1983 e 1984).

1983 e 1984

Escavações arqueológicas no Castelo de Gaia (Candal, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia) (campanhas de 1983 e 1984).

1983 a 1987

Escavações arqueológicas no Castro de Cidadelhe (Mesão Frio) (em colab. com António Baptista Lopes, Manuel Joaquim Alves Tuna, Maria José Folgado Lobato) (campanhas de 1983, 1984, 1985, 1986 e 1987).

1985 e 1994

Escavações arqueológicas no Castro de Baiza (Avintes / Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia) (campanha de 1985 em colab. com Manuel Sá e Maria Belém Campos Paiva; campanha de 1994 em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno, António Baptista Lopes e Carla Braz Martins).

1986

Organização da exposição e coordenação do catálogo «Arqueologia do Vale do Douro – Exposição, Bibliografia», 1º Congresso Internacional do Rio Douro (Vila Nova de Gaia, Casa Museu Teixeira Lopes, 25 de Abril a 1 de Maio).

1987

Doutoramento em Letras, especialidade de Pré-história e Arqueologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Aprovado por unanimidade com distinção e louvor) (17 de Março).

1987

Contratado como Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (17 de Março).

1987-2009

Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que se prolongou até à promulgação dos novos Estatutos da FLUP, em 2009.

1988-1990

Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1989

Organização da exposição «A Arqueologia do Castro de Cidadelhe» (Mesão Frio, Câmara Municipal de Mesão Frio, 12 a 30 de Julho).

1990

Escavações arqueológicas na Cidade (Porto) (em colab. com Manuel Luís Real e Isabel Osório).

1991-1997

Director do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1991

Contratado como Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (14 de Janeiro).

1991

Concepção e execução da exposição «Cerâmica castreja» (Sanfins, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 18 de Maio a 10 de Junho).

1991

Organização da exposição «Estatuas de Alexandre Aranha» (Sanfins, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 18 de Maio a 10 de Junho).

1992

Início da colaboração com o Instituto Superior Politécnico de Gaia, na organização científico-pedagógica dos cursos de Património Cultural e Turismo, que se prolonga até ao ano 2000.

1992

Escavações arqueológicas no Castro de Ribas (Argeriz, Valpaços) (em colab. com Adérito Medeiros de Freitas e António Baptista Lopes).

1992

Escavações arqueológicas na Vila romana de Estela (Póvoa de Varzim) (em colab. com José Manuel Flores Gomes).

1993

Colaboração na organização da exposição «Tendências da Arte Contemporânea em Portugal - Prémio Nacional de Pintura» (Santa Maria da Feira, Museu Municipal de Santa Maria da Feira, 22 de Junho a 25 de Julho).

1994

Provas de Agregação no 4º Grupo (História), na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Aprovado por unanimidade) (15 de Novembro).

1994-1998

Membro da Comissão Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Museologia.

1994

Colaboração na organização da exposição «Tendências da Arte Contemporânea em Portugal - Prémio Nacional de Escultura» (Santa Maria da Feira, Museu Municipal de Santa Maria da Feira, 10 de Junho a 3 de Julho).

1995-2002

Membro da Direcção do Círculo Universitário do Porto.

1996

Escavações arqueológicas na Cidade romana de Chaves (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno e António Baptista Lopes).

1996

Consultor científico da exposição «De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.» (Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia).

1997-1998

Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1997-1999

Presidente do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (12 de Novembro de 1997 a 6 de Setembro de 1999).

1997-2005

Representante da Universidade do Porto na Comissão Inter-universitária de Arqueologia, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

1997

Concepção e execução de «Ferramentas para um Museu – 1.ª Exposição» (Paços de Ferreira, Museu Municipal de Paços de Ferreira, 22 de Maio a 31 de Dezembro) (em colab. com Pedro Borges de Araújo, Paula Menino Homem e Alice Semedo).

1998

Início da colaboração com o Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes, da Diocese do Porto, que se mantém até hoje.

1998-2013

Coordenador da Secção de Museologia e director do Curso de Pós-Graduação em Museologia.

1998-1999

Concepção, organização, comissariado e montagem da exposição «Citânia de Sanfins: uma capital castreja» (Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia) (em colab. com Paulo Bettencourt, Alice Semedo e Paulo Lopes).

1999

Coordenação e organização, com António Huet de Bacelar Gonçalves e António Custódio Gonçalves, de *A Antropologia dos Tshokwe e Povos Aparentados, Colóquio em Homenagem a Marie-Louise Bastin* (Porto, 1999), Porto, FLUP, 2003.

1999

Coordenação e organização, juntamente com Ivo Carneiro de Sousa e António Huet de Bacelar Gonçalves, da Exposição “Escultura Tshokwe” e da edição do respectivo catálogo (Marie Louise Bastin - *Escultura Tshokwe/Tshokwe Sculpture*, Catálogo da Exposição, Porto, 1999).

2000

Professor Convidado da École Pratiques des Hautes Études, Sciences Historiques et Philologiques, Universidade de Paris IV, Sorbonne, onde participou no «Cycle de conférences sur la problématique de la Celtisation» com quatro conferências: «L’ethnographie préromaine de l’Occident de la Péninsule Ibérique», «La protohistoire du Portugal atlantique», «l’Âge du Fer du Portugal méditerranéen» e «Le monde indigène et l’impact des influences continentales et méditerranéennes au I^{er} millénium avant J.-C.» (Paris, Sorbonne, 8,15, 22 e 29 de Março).

2000-2001

Representante dos Professores da Faculdade de Letras no Senado da Universidade do Porto.

2005

Director do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2005

Escavações arqueológicas na cidade de Chaves (Largo do Arrabalde).

2005

Coordenação, com Alice Semedo, de *Coleções de Ciências Físicas e Tecnológicas em Museus Universitários: Homenagem a Fernando Bragança Gil*, Porto, DCTP/FLUP, 2005.

2008

Director do Curso de Especialização em Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2008

Organização, com Paula Menino Homem, do encontro *Ligas Metálicas. Investigação e Conservação*, Porto, DCTP/FLUP, 2008.

2008-2012

Presidente do Departamento de Ciências e Técnicas do Património (3 de Outubro de 2008 a 9 de Janeiro de 2013).

2009

Contratado como Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (18 de Maio).

2009-2010

Director dos Cursos de 2º e 3º Ciclo de Museologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2010-2013

Director do Curso de 3º Ciclo de Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2013

Jubila-se como Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (9 de Janeiro).

Organização, co-organização ou participação em Comissões Científicas de reuniões científicas:**1978**

I Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 7 a 10 de Junho).

1982

III Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 24 a 29 de Junho).

1983

Colóquio Inter-universitário de Arqueologia do Noroeste. Homenagem a Rui de Serpa Pinto (Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 10 a 12 de Novembro).

1984

Seminário Luso-Galaico de Estudos de Arqueologia, História, Etnologia, Linguística e Literatura Comemorativo do VII Centenário do Foral de Caminha (Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 19 a 21 de Outubro).

1986

I Congresso Internacional sobre o Rio Douro (Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 25 de Abril a 1 de Maio).

1987

VI Colóquio Portuense de Arqueologia (Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 16 a 18 de Outubro).

1991

I Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica - A Identidade Mediterrânica (Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 4 a 8 de Novembro).

1993

I Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 12 a 18 de Outubro).

1996

II Congresso Internacional sobre o Rio Douro (Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 25 de Abril a 2 de Maio).

1997

Castrexos e Romanos no Noroeste – Colóquio de Homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 2 a 4 de Outubro).

1997

Ora Marítima: Das colunas de Hércules a Finisterra – Colóquio sobre o povoamento proto-histórico do Litoral Atlântico (Porto e Póvoa de Varzim, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 24 a 25 de Outubro).

1997

Colóquio «Pestes em Museus: Meios alternativos de controlo» (Porto, Secção de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Laboratório de Conservação e Restauro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

1998

I Congresso sobre a Diocese do Porto – Tempos e Lugares de Memória. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (Porto – Arouca, Departamento de Ciências e Técnicas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade Católica Portuguesa e Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 5 a 8 de Dezembro).

1999

I Congresso de Proto-história Europeia. Centenário da Morte de Francisco Martins Sarmento (Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 4 a 9 de Março).

1999

Colóquio «Acesso Multimédia e Património Cultural» (Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade Complutense de Madrid, Universidade do Minho (Projecto Geira) e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 7 a 8 de Outubro).

1999

Concepção, comissariado e execução da exposição «Arte Castreja» (Guimarães, Sociedade Martins Sarmento) (em colab. com Manuel Furtado Mendonça).

1999

Coordenação e organização da exposição «Escultura Tshokwe» (Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património/ Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) (em colab. com Ivo Carneiro de Sousa, António Huet Bacelar Gonçalves e Benjamim Enes Pereira).

1999

Coordenação da exposição «Imagens do Saber» (Porto, Reitoria da Universidade do Porto) (em colab. com Pedro Borges de Araújo, Paula Menino Homem e Alice Semedo).

2001

Conferência Internacional «A Cultura em Acção: Impactos Sociais e Território» (Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e APOM, Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, 25 a 27 de Outubro).

2002

Colóquio de Museologia Industrial «Reconversão e Musealização de Espaços Industriais» (Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Museu da Indústria do Porto, Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, 17 a 18 de Outubro).

2002

II Colóquio de Museus com Coleções de Arqueologia (Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Regional D. Diogo de Sousa e Museu da Sociedade Martins Sarmento, 21 a 23 de Novembro).

2002

Colaboração na exposição «Das Ratsel der Kelten vom Glauberg» (Frankfurt, Shirn Kunsthalle).

2002

Colaboração na exposição «Torques - Beleza y Poder» (Madrid, Museo Arqueológico Nacional).

2003

Colóquio «Uma Deusa na Bruma: Arqueologia e Romance» (Porto-Paços de Ferreira, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 20 a 21 de Maio).

2003

Colóquio Internacional «Ligas Metálicas: Investigação e Conservação» (Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Laboratório de Conservação e Restauro, 13 a 14 de Novembro).

2003

«D. Fernando de Almeida: Territórios de Vida (1903-2003)». Colóquio comemorativo do Centenário de D. Fernando de Almeida (Fundão, Câmara Municipal do Fundão, 28 de Novembro).

2004

Museus, Discursos e Representações (Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, 4 de Junho).

2004

Vila Praia de Âncora: Do Passado ao Presente. I Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo (Vila Praia de Âncora, Ancorensis Cooperativa, 9 de Julho).

2005

Simpósio «Pontes do Passado para o Futuro: História de Chaves e da Região Flaviense» (Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 18 e 19 de Abril).

2006

3º Simpósio de Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu (Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 21 a 23 de Junho).

2007

Colóquio «Um Portal para o Património» (Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão).

2008

Colóquio Internacional sobre Casas-Museu (Vila Nova de Famalicão, 2008).

2008

Colóquio Internacional «Guerreiros Castrejos: Deuses e Heróis nas Alturas do Barroso» (Boticas, Câmara Municipal de Boticas, 26 a 28 de Setembro).

2009

Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, 12 a 14 de Outubro).

2011

Encontros de Arouca: Educação em Museus (Arouca, Câmara Municipal de Arouca, 25 de Novembro).

Bibliografia

1966

“Interpretação histórica dos dados arqueológicos”, in «Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia», *Lucerna*, vol. V, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1966, pp. 710-718.

1977

“Sondagem arqueológica na Citânia de Briteiros (Guimarães). Notícia sumária”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVII, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1977, pp. 277-280 (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

1978

“Corte estratigráfico na Citânia de Briteiros (Guimarães) 1977-78”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVIII, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1978, pp. 428-430 (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

1980

“Sondagem arqueológica na Praça da Ribeira”, in *O Primeiro de Janeiro*, ed. de 3.12.1980 (reed. in *Arqueologia*, 10, Porto, GEAP, Dez. 1984, pp. 72-75).

“Organizações gentilícias entre Leça e Ave”, *Portugalia*, Nova Série, vol. I, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1980, pp. 79-90 (reed. in *Actas do Colóquio de História Local e Regional (Março de 1979)*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 381-399).

“Escavações arqueológicas da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) 1977-1978”, *Portugalia*, Nova Série, vol. I, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1980, pp. 57-78 (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

1981

“Campanha de trabalhos arqueológicos na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim 1980)”, *Boletim Cultural - Póvoa de Varzim*, vol. XX (2), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1981, pp. 305-315.

“Sondagem arqueológica no Castro de Sabroso (Guimarães) 1981”, *Revista de Guimarães*, vol. XCI, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1981, pp. 341-350 (em colab. com Teresa Soeiro e Rui Manuel Sobral Centeno).

1981-1982

“Novos dados sobre a organização social castreja”, *Portugalia*, Nova Série, vol. II-III, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1981-1982, pp. 83-94 (reed. in *Actas do III Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispânicas* (Lisboa, Novembro de 1980), Salamanca, Universidad de Salamanca, 1985, pp. 201-224).

“O forno cerâmico romano de Louredo (Santa Marta de Penaguião)”, *Portugalia*, Nova Série, vol. II-III, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1981-1982, pp. 149-152 (em colab. com António Baptista Lopes e Manuel Joaquim Alves Tuna).

1982

“1ª Campanha de escavações arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira) 1980”, *Humanidades*, vol. I, Porto, AEFLUP, Jan. 1982, pp. 63-69 (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

“Ponte do Rio Tedo (Armamar/Tabuaço): memória descritiva”, *Humanidades*, vol. II, Porto, AEFLUP, Abril 1982, pp. 37-41.

“Organizações gentilícias entre Leça e Ave”, *Actas do Colóquio de História Local e Regional (Março de 1979)*, Santo Tirso, 1982, Câmara Municipal de Santo Tirso, pp. 381-399 (reed. do estudo publicado in *Portugalia*, Nova Série, vol. I, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1980, pp. 79-90).

1983

Citânia de Sanfins - Paços de Ferreira, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1983.

“A Idade dos Metais em Portugal”, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1983, pp. 101-147.

“As *tesseræ hospitales* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado, (Pedroso, Vila Nova de Gaia) - Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispania Antiga”, *Gaya*, vol. I, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1983, pp. 9-26.

“A necrópole do Bronze Inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos)”, *Arquivos do Alto Minho*, vol. XXVI, Viana do Castelo, 1983 (reed. in *Revista de Guimarães*, XCIV, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1984, pp. 425-429) (em colab. com António Baptista Lopes e Tarcísio Daniel P. Maciel).

1983-1984

“A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias”, «Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro, 1983)», *Portugalia*, Nova Série, vol. IV-V, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1983-84, pp. 121-129.

1984

“A estátua do guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde) - A inscrição: paralelos e interpretações”, *Cadernos de Arqueologia*, IIª Série, vol. 1, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1984, pp. 36-47.

“O forno cerâmico de Canelas (Vila Nova de Gaia)”, *Gaya*, vol. II, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 59-72 (em colab. com António Baptista Lopes e Maria José Folgado Lobato).

“Aspectos da Proto-História e romanização do concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento”, *Gaya*, vol. II, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 39-58.

“Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul)”, *Lucerna, Volume de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984, pp. 73-109 (em colab. com Celso Tavares Silva e António Baptista Lopes).

“Sondagem arqueológica na Praça da Ribeira”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, GEAP, Dez. 1984, pp. 72-75 (reed. do estudo publicado in *O Primeiro de Janeiro*, ed. de 3.12.1980).

“A necrópole do Bronze Inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos)”, *Revista de Guimarães*, vol. XCIV, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1984, pp. 425-429 (reed. do estudo publicado in *Arquivos do Alto Minho*, vol. XXVI, Viana do Castelo, 1983) (em colab. com António Baptista Lopes e Tarcísio Daniel P. Maciel).

1985

“As fossas ovóides de Beiriz e a problemática das práticas funerárias no final da Idade do Bronze”, *Actas do Colóquio de Etnografia Marítima “Santos Graça”* (Póvoa de Varzim, 1982), vol. III, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1985, pp. 13-20.

“Novos dados sobre a organização social castreja”, *Actas do III Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas* (Lisboa, Novembro de 1980), Salamanca, Universidad de Salamanca, 1985, pp. 201-224 (reed. do estudo publicado in *Portugalia*, Nova Série, vol. II-III, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1981-1982, pp. 83-94).

1986

A cultura castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986 (dissertação de doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto) (2ª edição: Paços de Ferreira, 2007).

“Paços de Ferreira: As origens do povoamento - Do megalitismo à romanização”, *Paços de Ferreira - Estudos Monográficos*, vol. 1, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp. 95-169.

“Ourivesaria pré-romana no Norte de Portugal”, *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Ed. Alfa, 1986, pp. 66-73.

Verbetes “Cultura castreja”, “Endovélico”, “Estrabão”, “Lusitanos”, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Ed. Alfa, 1986, pp. 157-176, 208, 224 e 403-404.

1988

“Ourivesaria pré-romana do Norte de Portugal”, *Ourivesaria do Norte de Portugal - Exposição (Porto, 1984)*, Porto, ARPPA-AIORN, 1988, pp. 73-87.

1990

“A Idade do Ferro em Portugal”, *Nova História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 257-341.

“Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular”, *Estudos Orientais*, vol. 1, Lisboa, Instituto Oriental, 1990, pp. 135-155.

Proto-história. Programa, conteúdos e métodos de uma disciplina de Licenciatura em História, Variante de Arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990 (Relatório apresentado a concurso para Professor Associado).

1991

“O tesouro de Baião”, *Bayam*, vol. 2, Baião, 1991, pp. 42-51.

1992

Proto-história de Portugal, Lisboa, Universidade Aberta, 1992 (em colab. com Mário Varela Gomes) (2ª ed.: Lisboa, 1998).

1993

Pré-história de Portugal, Lisboa, Universidade Aberta, 1993 (em colab. com Luís Raposo e Carlos Tavares da Silva).

“A cidade castreja - Análise de um processo de proto-urbanização”, *A Cidade - Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol. 2, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 11-26.

“Arouca – Notas monográficas: Breve apresentação”, *Poligrafia*, vol. 1, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1993, pp. 142-144.

1994

“As origens do Porto”, Capítulo 1 da *História do Porto*, dir. de Luís António de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, pp. 44-117 (2ª ed.: 1995).

“A estátua-estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar)”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XV, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1994, pp. 147-153 (em colab. com António Baptista Lopes, João Parente e Rui Manuel Sobral Centeno).

“A ponte medieval de São Lázaro (Alfena, Valongo)”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XV, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1994, pp. 161-169 (em colab. com António Baptista Lopes, Magna Araújo Mota e Rui Manuel Sobral Centeno).

Proto-história. Programa, conteúdos e métodos de uma disciplina da Licenciatura em História, Variante de Arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994 (Relatório apresentado a concurso para atribuição do título de Agregado do 4.º Grupo - História).

1995

“Portuguese Castros: the evolution of the habitat and the proto-urbanisation process”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 86, Oxford, 1995, pp. 263-289.

“A cultura castreja no Norte de Portugal: Integração no mundo romano”, *Coloquio Internacional de Arqueología sobre los Finisterres en la Antigüedad*, Gijón, 1995, pp. 49-55.

“A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante

o I milénio a. C.”, *Revista da Faculdade de Letras-História*, IIª Série, vol. XII, Porto, FLUP, 1995, pp. 505-546 (Lição apresentada nas provas académicas do Concurso para atribuição do título de Agregado do 4.º Grupo -História).

1996

“A Citânia de Briteiros”, *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1996, pp. 134-135.

“A Citânia de Sanfins”, *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1996, pp. 136-138 (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

“Ourivesaria proto-histórica em território português”, *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1996, pp. 139-146.

1997

Roteiro da exposição permanente do Museu da Região Flaviense, Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 1997 (em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

Catálogo do Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1997 (em colab. com Deolinda Veloso Carneiro, José Manuel Flores Gomes e Rui Manuel Sobral Centeno).

Catálogo da exposição “Ferramentas para um Museu”, Paços de Ferreira, Museu Municipal de Paços de Ferreira, 1997 (reed. in “O trabalho da madeira”, *Museu Municipal - Museu do Móvel*, Paços de Ferreira, 2001, pp. 17-22) (coordenação; em colab. com Pedro Borges de Araújo, Paula Menino Homem e Alice Semedo).

“Prefácio” a Maria Antónia Dias da Silva, *A cerâmica castreja da Citânia de Briteiros*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1997, p. IX.

1998

Citânia de Sanfins: uma capital castreja, Lisboa / Paços de Ferreira, Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1998.

1999

“A cultura castreja no Norte de Portugal”, «Actas do Congresso de Proto-história Europeia», *Revista de Guimarães*, vol. I (n.º especial), Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1999, pp. 111-132.

“A ocupação do território do Noroeste peninsular aquando da chegada dos romanos”, *Actas da Mesa-Redonda “Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica”*, Porto, EPA/IPPAR, 1999, pp. 39-52.

“Museus com colecções de arqueologia: Programas expositivos”, *O Arqueólogo Português*, IVª Série, vol. 17, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1999, pp. 423-427.

Catálogo do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1999.

2000

Catálogo do Museu Rural de Boticas, Boticas, Câmara Municipal de Boticas, 2000 (em colab. com Benjamin Enes Pereira e Rui Manuel Sobral Centeno).

“Proto-história e Romanização do Porto”, *Al-madan*, IIª série, vol. 9, Almada, 2000, pp. 94-103.

2001

“Los pueblos lusitano-galaicos”, *Celtas y Vettones*, Ávila, Institución Gran Duque de Alba-Diputación Provincial de Ávila-Real Academia de la Historia, 2001, pp. 335-349.

“Comércio púnico com o Noroeste”, *Os Púnicos no Extremo Ocidente (Actas do Colóquio Internacional, Lisboa, 2000)*, Lisboa, 2001, pp. 229-238 (em colab. com José Marcelo Mendes Pinto).

Museu Municipal - Museu do Móvel, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2001.

2002

“A(s) Ciência(s) do Património: Notas para a fundamentação e enquadramento da conservação e restauro”, *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, vol. I, Porto, DCTP/FLUP, 2002, pp. 211-220.

“Museus da Universidade do Porto - projecto museológico”, *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, vol. I, Porto, DCTP/FLUP, 2002, pp. 221-246 (coord.).

“As origens do povoamento no concelho da Póvoa de Varzim”, *O Comércio da Póvoa de Varzim*, nº X, Póvoa de Varzim, Julho de 2002 (em colab. com José Manuel Flores Gomes).

“Musealização de povoados castrejos: A Citânia e o Museu Arqueológico de Sanfins, Paços de Ferreira”, *Actas do Simpósio sobre “Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos” (Porto-Paredes de Coura 2001)*, Porto-Paredes de Coura, 2002, pp. 23-36.

“Citânia e Museu Arqueológico de Sanfins”, *Paços de Ferreira - Boletim Municipal*, vol. 13, Paços de Ferreira, 2002, pp. 26-27.

2002-2003

“Da religiosidade indígena ao paleocristianismo”, *Opera Fidei - Obras de Fé num Museu de História, Arte Sacra do Arciprestado de Vila do Conde-Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim / Museu Municipal da Póvoa de Varzim / Arciprestado de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, 2002-2003, pp. 15-22 (em colab. com José Manuel Flores Gomes).

2003

“Expressões guerreiras da sociedade castreja”, *Madriider Mitteilungen*, vol. 44, Madrid / Heidelberg, Instituto Arqueológico Alemão, 2003, pp. 41-50.

“Morphometric analysis of an Iron age shell midden in Northwest Portugal”, *Journal of Archaeological Science*, vol. 30, Londres, 2003, pp. 817-829 (em colab. com João Cabral).

Monte de S. Brás (Fundão): A persistência do Passado na identidade, «Cadernos do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro», 1, Fundão, Câmara Municipal do Fundão, 2003 (em colab. com João Mendes Rosa e Pedro Salvado).

“Estratégias para o património museológico da Universidade do Porto”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (coord. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1363-1365.

“O Curso de Pós-Graduação em Museologia da Universidade do Porto”, *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, vol. II, Porto, DCTP/FLUP, 2003, pp. 223-227.

“O nome de Viriato”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XXIV, Porto, DCTP/FLUP, 2003, pp. 45-52.

“Uma nova jóia de tiras do Norte de Portugal”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XXIV, Porto, DCTP/FLUP, 2003, pp. 53-64 (em colab. com Lois Ladra Fernández e Maria José Sousa).

“Introdução” e “Abertura”, in *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e musealização de espaços industriais”*, Porto, 2003, pp. 3-7 e 16-18 (em colab. com Alice Semedo, Alvaro Domingues e Maria da Luz Sampaio).

“Prefácio” a Maria Anabela Tito de Morais, *Museu dos Terceiros (Ponte de Lima)*, Coleções Quatro Estudos, Ponte de Lima, 2003, pp. 3-4.

“Prefácio” a Tarcísio Daniel Pinheiro Maciel, *O Povoamento proto-histórico do Vale do Neiva*, Antas-Esposende, Edição Rio Neiva, 2003, pp. 7-8.

2004

“Balneários castrejos do Noroeste Peninsular. Notícia de um novo monumento do Castro de Roques”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. XXV, Porto, DCTP/FLUP, 2004, pp. 115-131 (com «Errata» no volume XXVI, Porto, 2005, p. 206) (em colab. com Tarcísio Daniel P. Maciel).

2005

“Origens de Famalicão: Do Neolítico à Romanização”, *História de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Famalicão / Edições Quasi, 2005, pp. 11-61 (em colab. com António Pereira Dinis, Francisco Queiroga e Felisbela Oliveira).

Memórias da Terra. Património arqueológico do concelho de Arouca. Nota de apresentação. Cartas arqueológicas - Do inventário à salvaguarda e valorização do Património, Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004, Câmara Municipal de Arouca, Arouca, 2005, pp. 79-81.

Museu Judaico de Belmonte, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2005 (coordenação; em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno *et alii*).

“Cultura Castrexa”, *Arte e Cultura de Galicia e Norte de Portugal. Arqueoloxía*, tomo I, Vigo, Nova Galicia Edicions, 2005, pp. 9-108 (em colab. com Josefa Rey Castiñeira).

“Introdução”, *Coleções de Ciências Físicas e Tecnológicas em Museus Universitários: Homenagem a Fernando Bragança Gil* (coord. de Armando Coelho Ferreira da Silva e Alice Semedo), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 25-30 (em colab. com Alice Semedo).

2006

“Sítios, objectos e textos primordiais: Arqueologia e povoamento de Vila Nova de Gaia” *Um nome para uma Escola: Almeida Garrett*, Vila Nova de Gaia, 2006, pp. 43-50 (em colab. com Maria José Folgado Lobato).

2006-2007

“Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves”, *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, vol. V-VI, Porto, DCTP/FLUP, 2006-2007, pp. 549-565 (em colab. com Filipe Soares Pinto, Núria Quintino e Vera Teixeira).

2007

A cultura castreja no Noroeste de Portugal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 2007 (2ª edição da dissertação de doutoramento, revista e actualizada; 1.ª ed., 1986).

“A evolução do sistema defensivo castrejo do Noroeste Peninsular”, in Pierre Moret, Luis Berrocal-Rangel (Eds.), *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro: Las murallas protohistóricas de la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo*, Madrid, Casa de Velásquez, 2007, pp. 99-112.

Pedra Formosa - Arqueologia experimental, Lisboa / Vila Nova de Famalicão, Museu Nacional de Arqueologia / Vila Nova de Famalicão, 2007 (coord. e colab.).

“Balneários castrejos do Noroeste Peninsular. Notícia de um novo monumento do Castro de Roques”, *Cadernos do Neiva*, vol. 1, Neiva, 2007, pp. 7-30 (em colab. com Tarcísio Daniel P. Maciel) (reed. do estudo publicado in *Portvgalia*, Nova Série, vol. XXV, Porto, DCTP/FLUP, 2004, pp. 115-131).

2008

“Povos e lugares pré-romanos do(s) território(s) duriense(s)”, *Actas do Colóquio Internacional “Património Cultural y Territoria en Valle del Duero”*, Zamora, 2008, pp. 255-263.

Guerreiros Castrejos: Deuses e Heróis nas Alturas do Barroso, Boticas, Câmara Municipal de Boticas, 2008.

2008-2009

“Apresentação”, *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, vol. VII-VIII, Porto, DCTP/FLUP, 2008-2009, pp. 9-10.

2009

“O discurso etno-arqueológico de Rocha Peixoto e o Projecto Identitário da PORTVGALIA”, *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, vol. 43, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2009, pp. 211-219.

“Guerreiros castrejos: Deuses e heróis nas Alturas do Barroso”, *Actas do Colóquio Internacional “Guerreiros castrejos: Deuses e heróis nas Alturas do Barroso”*, Boticas, Câmara Municipal de Boticas, 2009, pp. 73-85.

2010

“Epigrafia e povoamento entre Douro e Vouga”, *Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas*, Santa Maria da Feira, 2010, pp. 43-52.

2011

“O Rio da Memória - Proto-história no Vale do Leça”, *O Rio da Memória. Arqueologia do Território do Leça*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 2011, pp. 89-111 (em colab. com Álvaro de Brito Moreira).

“O Rio da Memória - A Romanização no Vale do Leça”, *O Rio da Memória. Arqueologia do Território do Leça*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 2011, pp. 125-172 (em colab. com Álvaro de Brito Moreira).

Ordo Zoelarum: Arqueologia e identidade do Nordeste de Portugal. Catálogo, Bragança / Lisboa, Museu Abade de Baçal / IMC, 2011 (em colab. com Ana Maria Afonso, Maria José Folgado Lobato e Raquel Jorge).

2013

Ourivesaria Arcaica em Portugal – O Brilho do Poder, Lisboa, CTT, 2013 (em colab. com Virgílio H. Correia e Rui Parreira).

Audio-visuais (videos, CD-Roms, diaporamas)

Proto-história de Portugal, Video, Lisboa, Universidade Aberta, 1993-1994.

Pré-história de Portugal, Video, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

Patrimonium - Inventário da Terra de Sousa (Concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira), CD-Rom, Porto, Edições Etnos, 1995 (coord. em colab. com Rui Manuel Sobral Centeno).

O acesso multimédia ao património cultural. Conferência Internacional, CD-Rom, Porto, FLUP/Centro Leonardo de Coimbra, 1999 (dir. e colab.).

Poesia

E os meus mitos, Vila Nova de Gaia, 1988 (ilust. de Agostinho Santos).

ómo m tr a p

Estudos

Caminhos e encruzilhadas. O ensino e a investigação em arqueologia na Faculdade de Letras U.P.

Rui CENTENO
UP/FLUP-CITCEM
Teresa SOEIRO
UP/FLUP-CITCEM
Maria de Jesus SANCHES
UP/FLUP-CEAUCP

Resumo

Este trabalho aborda algumas das linhas principais de desenvolvimento da investigação e do ensino da arqueologia na cidade do Porto, num primeiro momento desde o início do século XX até à reabertura da Faculdade de Letras U. P., destacando depois a importância desta escola na criação de uma licenciatura e estudos de pós-graduação em arqueologia. Também é referido o papel relevante da FLUP no desenvolvimento de projetos de investigação inovadores e na participação em programas de preservação, valorização e divulgação do património.

Palavras-chave: ensino da arqueologia; investigação em arqueologia; arqueologia no Porto; arqueologia na FLUP.

Abstract

This paper addresses some of the major lines of development of research and teaching of archaeology in Oporto, first, since the early twentieth century until the reopening of the Faculty of Arts U. P. and later emphasizing the importance of this school in the creation of undergraduate and graduate studies in archaeology. Also noted is the role of the Faculty in developing innovative research projects and programs for the preservation, development and promotion of heritage.

Key-words: teaching of archaeology; research in archaeology; archaeology in Oporto; archaeology at FLUP.

No dealbar do século XX, a cidade do Porto reunia um notável grupo de investigadores agregados em torno do projecto *Portugalia*, encruzilhada de vontades

que trouxe a público, nesses conturbados e derradeiros anos da monarquia, dois preciosos volumes (1899-1903 e 1905-1908), preenchidos com artigos de fundo e notícias em que a arqueologia tinha importante quota, ainda mais significativa do que a que já ocupara na tentativa pioneira, a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes* (5 vol., 1889-1898), da Sociedade Carlos Ribeiro (fundada em 1887), também ela dirigida por Ricardo Severo e Rocha Peixoto (com Wenceslau de Lima, director da Escola Médico-Cirúrgica) e capaz de reunir as melhores colaborações, de âmbito nacional.

Estes homens lideravam, simultaneamente, o combate pela requalificação do Museu Municipal do Porto¹, detentor, entre outro espólio, de uma *indigente* colecção de arqueologia, apresentada em secção própria no respectivo *Guia* elaborado por Rocha Peixoto, em 1902: «*Como há meio século, esta secção comporta objectos de arqueologia egípcia, pouco mais das ruínas de Pompeia, uma estatueta pré-romana com legenda epigráfica em idioma ibérico e algumas peças ou fragmentos de mosaico e vasilhame romanos. Posteriormente anexou-se-lhes um indigente mobiliário neolítico e das idades dos metais, nacional ou sem origem conhecida, e bem assim a sepultura romana adquirida pelo município, que é a máxima preciosidade do Museu*»². Não se conformava o Conservador do Museu, delineando no próprio guia um programa de acção para reverter a passada incúria: «*A acção directa do Museu, uma vez provido de recursos e de espaço, o sistema das delegações para exploração e recolta, o estabelecimento de depósitos mais ou menos longos das colecções particulares, as ofertas espontâneas derivadas do ensinamento e do estímulo, mesmo os legados, ao diante, compensariam acaso, num futuro ainda remoto, a inércia já tradicional em que se quedou o Museu do Porto*»³. O registo, estudo e divulgação de importantes achados ocasionais nas páginas da *Portugalia*, bem como do espólio de algumas campanhas de escavação arqueológica de iniciativa própria (p.e. Castro de Terroso), veio, de facto, mostrar oportunidades através das quais se podiam enriquecer as colecções preservando o património.

Porém, a prístina morte de Rocha Peixoto (1909), as vicissitudes políticas e a necessidade de prosseguir caminhos personalizados, nomeadamente depois da definitiva partida (1908) para o Brasil de Ricardo Severo, o proprietário da *Portugalia*⁴, goraram breve o esforço conjunto desta geração de cientistas apostados no *progresso* da humanidade pelo conhecimento e apoiantes do ideário republicano. Mas logo a cidade veria nascer novo programa de investigação e museologia, inclusiva da arqueologia, desta vez dentro da jovem universidade, hoje centenária.

Coube a Mendes Correia (1888-1960) a concretização, em 1912, do Laboratório e Museu Antropológico⁵, efectivamente reinstalado em 1935 como *Sala de Antropologia*

¹ ALMEIDA, António Manuel Passos - *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. Porto: FLUP, 2008, p. 91 e segs. (diss. mestrado).

² PEIXOTO, Rocha - *Guia do Museu Municipal do Porto*. In GONÇALVES, Flávio (org.) - *Rocha Peixoto. Obras*. Vol. 2. Póvoa de Varzim, 1972, p. 86

³ idem, ibidem, p. 88-89

⁴ MELLO, Joana - *Ricardo Severo, da Lusitânia ao Piratininga*. Dafne Editora, 2007, p. 51.

⁵ SANTOS JÚNIOR, J. R. dos - *Museus da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto, 1963, p. 8-10; GONÇALVES, António Huet Bacelar - O prof. doutor Mendes Corrêa, In *Museus da Faculdade: os fundadores*. Porto, 1991. Teria sido, porém, criado logo em 1911, como Museu do Instituto de Antropologia

Geral e Metropolitana (actualmente Sala de Arqueologia e Antropologia Mendes Correia, do Museu de História Natural da Universidade do Porto), mas não aberta ao público. Estava sediado na Faculdade de Ciências, onde deram entrada espólios recolhidos em escavações arqueológicas realizadas pelo próprio e por outros investigadores do centro, bem como doações e depósitos e ainda dois conjuntos forâneos - colecção egípcia⁶ e colecção de vasos gregos⁷-, primeiramente entregues à Faculdade de Letras U.P. (1919-1928/31) onde Mendes Correia era docente de Arqueologia⁸, resultantes de um rocambolesco processo internacional de apreensão e devolução de bens patrimoniais que decorreu durante e imediatamente após a primeira guerra mundial.

Não sendo o cerne da actividade do Laboratório/Instituto Dr. Mendes Correia, a investigação em arqueologia teve nesta instituição importantes cultores, como demonstram: a referida colecção, importante para a investigação e divulgação da arqueologia (da pré-história antiga ao período romano), as publicações monográficas e as contribuições em obras de síntese. Concomitantemente, nas mesmas instalações e, em grande medida, pela dinâmica da mesma equipa, é estabelecida em 1918 a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, que atinge destaque pela edição da revista *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (1919-), reconhecida internacionalmente⁹ e angariadora de permutas que permitiram a constituição daquela que foi, durante décadas, a melhor biblioteca da especialidade na cidade do Porto.

Pouco posterior e por iniciativa estatal decorrente das competências que no Código Administrativo de 1936 eram atribuídas às Juntas de Província e respectivas Comissões de Etnografia e História¹⁰, a cidade será dotada de um outro pólo museológico onde a arqueologia, apesar de subordinada ao primado da Etnografia, também obteve o seu espaço¹¹. O Núcleo Organizador do Museu de Etnografia e História do Douro Litoral¹² era composto por Pedro Vitorino (falecido antes da inauguração), Augusto

U.P. ou Museu Antropológico do Porto, dispondo de precárias condições, vd. Museu Antropológico do Porto. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 3 (1926), p. 58-61.

⁶ CUNHA, Maria José; SOUSA, Rogério Ferreira de - A colecção de antiguidades egípcias do Museu de História Natural da Universidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras - História*. Porto, 3ª série, vol.7 (2006), p. 235-241; ARAÚJO, Luís Manuel de - *A colecção egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto*. Porto, 2011.

⁷ PEREIRA, Maria Helena da Rocha; MORAIS, Rui - A colecção de vasos gregos do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. *Humanitas*. Coimbra, 59 (2007), p. 3-28.

⁸ No final de 1922 foi substituído na docência por Aarão de Lacerda.

⁹ Atente-se na impressionante lista de personalidades de renome internacional inscritos como sócios honorários e sócios correspondentes: *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 2 (1926), p. 352-354.

¹⁰ Competia-lhes deliberar, segundo o art.258, nº3 e entre outros assuntos de interesse patrimonial «sobre os inventários das relíquias arqueológicas e históricas, dos monumentos artísticos e das belezas naturais existentes nas províncias».

¹¹ *Roteiro do Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral*, 2ª ed., Porto, 1952

¹² *Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral*. Porto, 1946; LIMA, Augusto César Pires de - O Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral. *Douro Litoral*. Porto, 2ª série, vol. 4(1946), p. 3

César Pires de Lima (que o dirigiu por muitos anos), Bertino Dacio Guimarães, Abílio Miranda (depois no Museu de Penafiel) e António Santos Graça (Museu da Póvoa de Varzim), todos eles já elementos da Comissão, juntamente com Fernando de Magalhães Meneses, José de Sá Coutinho, Armando Leça e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, importando realçar que este último pertencia à Faculdade de Ciências e Instituto Dr. Mendes Correia, e se manteve durante décadas como líder da Sociedade.

É para o novo museu da Junta de Província que vão ser encaminhadas parte das colecções do antigo Museu Municipal, nomeadamente as de arqueologia. Outros conjuntos significativos resultaram de escavações arqueológicas de iniciativa própria, não muito frequentes, como as que decorreram no Castro de Monte Mozinho (entre 1943 e 1954)¹³. Já o conhecimento de achados fortuitos foi potenciado pela rede de informadores e colectores disseminada pelo distrito, ao nível municipal e da malha escolar. Por esta via entraram nas reservas, por exemplo, vários conjuntos de necrópoles de época romana. Parece-nos também importante a abertura e cultivo de áreas disciplinares menos consideradas nas instituições precedentes como o estudo sistemático da epigrafia medieval do distrito feito por Armando de Mattos¹⁴, na sequência do labor de Pedro Vitorino. Inovadora na região mostrou-se, na década de sessenta, a tentativa de carta arqueológica ensaiada por Fernando Lanhas e Domingos de Pinho Brandão, ainda que a execução cubra apenas segmentos muito restritos do território¹⁵. Os resultados destas acções foram publicados nas revistas *Douro Litoral* (1940-1959) e *Revista de Etnografia* (1963-1972), em séries monográficas e em actas de reuniões internacionais que o museu promoveu ou apoiou.

Toda dinâmica enunciada mostrou-se ainda muito relevante pelo efeito multiplicador que teve nos municípios do distrito que, dentro da dimensão possível e com especificidades próprias, seguiram o modelo da instituição que os tutelava, despertando a atenção das Comissões Municipais para as ocorrências arqueológicas, o que levou quer ao registo de sítios quer à salvaguarda de materiais que integraram as respectivas colecções, por vezes tendo passado antes, na condição de depósitos temporários, pelo Museu de Etnografia e História¹⁶.

Uma outra via aberta desde a segunda metade da década de vinte do século passado¹⁷, primeiro a partir do Instituto Dr. Mendes Correia e Sociedade de Antropologia e Etnologia, logo reforçada pela acção do Museu de Etnografia e História, favoreceu o continuado entrosamento entre investigadores do norte de Portugal e da Galiza, paradigmaticamente consolidado pela parceria formada entre o jovem Rui de Serpa

¹³ SOUSA, Elísio Ferreira de - Relatório das escavações levadas a efeito no Monte Mozinho. *Douro Litoral*. Porto, 6ª série, vol. 5/6 (1954), p. 136-149.

¹⁴ Artigos publicados na revista *Douro Litoral* de 1946 a 48; MATTOS, Armando - *Algumas inscrições medievais do Douro Litoral*. Porto, 1947

¹⁵ LANHAS, Fernando; Brandão, Domingos de Pinho - Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico. *Revista de Etnografia*. Porto, nº 8 (1965), p. 275-323.

¹⁶ Sirva como exemplo o caso penafidense: SOEIRO, Teresa - Um Museu Municipal para Penafiel. 1884 - 1974. *Portugalia*. Porto. Nova série, vol. 15 (1994), p. 106 e segs.

¹⁷ SOEIRO, Teresa - «Menos mal que nos queda Portugal». *Boletín da Real Academia Galega*. A Coruña, nº 365 (2004), p. 217-365.

Pinto e o veterano Florentino López Cuevillas para o estudo da arqueologia da Idade do Ferro do noroeste¹⁸.

O Porto e a sua região não estavam, pois, desprovidos de investigadores e colecções de arqueologia quando, em meados do século XX, ainda antes da efectiva reabertura da Faculdade de Letras no ano lectivo 1962/63, a disciplina despertou o interesse de novos cultores, desta feita reunidos no Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto. A biografia deste Centro remonta a 1947, tendo sido criado pelo Instituto de Alta Cultura e Câmara Municipal (nesse momento ambos dirigidos por intelectuais ligados à U.P.) certamente para colmatar o vazio sentido com o encerramento daquela escola¹⁹.

Para além da organização de conferências, reuniões e visitas de estudo, a instituição vai, a partir de 1953 (até ao nº 12 de 1969), editar uma publicação periódica, intitulada *Stvdium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, aberta a trabalhos dos colaboradores e de destacados investigadores nacionais. Nela encontramos estudos de cultura clássica, introduzidos desde o primeiro número por Maria Helena da Rocha Pereira, mas apenas no quinto (1958) surgirá um artigo de arqueologia, da autoria de Adriano Vasco Rodrigues, reportando *Novos elementos para o estudo da Idade do Bronze: a estela de Meimão* (p. 120-125). Acompanham-no dois outros de Octávio Lixa Filgueiras²⁰, já sobre arqueologia naval, dentro da original linha de investigação que prosseguirá toda a vida e lhe angariou o reconhecimento internacional. Contamos mais duas colaborações parcialmente dedicadas a temáticas arqueológicas, mas interessa sobretudo salientar a realização e publicação das actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia, que decorreu no Porto e Guimarães, em 1961, e ocupa todo o tomo primeiro do volume nove. Foi presidido por Luís de Pina, tendo como vice-presidente Domingos de Pinho Brandão e secretário-geral Adriano Vasco Rodrigues²¹. Este,

¹⁸ LOPEZ CUEVILLAS, Florentino; PINTO, Rui de Serpa – Estudos sobre a Idade do Ferro no Noroeste da Península: a relixió. *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*. Santiago de Compostela, vol. 6 (1933), p. 1-71; LOPEZ CUEVILLAS, Florentino; PINTO, Rui de Serpa – Estudos sobre a Idade do Ferro no Noroeste da Península: as tribos e a sua constituizón política. *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*. Santiago de Compostela, vol. 6 (1933), p. 263-293

¹⁹ Centro de Estudos Humanísticos. Breve notícia da sua criação, organização e inauguração solene. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto, 10(1948), p. 293-326.

²⁰ FILGUEIRAS, Octávio Lixa - A lanchara poveira e o saveiro de Valbom. *Stvdium Generale*. Porto, vol. 5 (1958), p. 157-161. Esta comunicação foi apresentada no 1º Congresso de Etnografia e Folclore, que teve lugar em Braga, de 22 a 25 de Junho de 1956, e publicada nas respectivas actas: *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore*. Lisboa: Junta da Acção Social, vol.2, 1963, p. 369-374. Idem - A arte da construção no estudo das tradições navais. *Stvdium Generale*. Porto, vol. 5 (1958), p. 203-215. Comunicação apresentada no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que teve lugar em Setembro de 1957.

²¹ O II Colóquio Portuense de Arqueologia teve lugar em 1962 e as actas estão publicadas na *Lucerna*. Porto, vol. 3 (1963); o III Colóquio foi em 1964 e as comunicações encontram-se na *Lucerna*. Porto, vol. 4 (1965); e a quarta edição ocorreu em 1965, com registo na *Lucerna*. Porto, vol. 5 (1966), último número da primeira série da revista. O V Colóquio, realizado em 1966, apenas teria as actas publicadas quase duas décadas depois: *Lucerna*. Porto, 2ª série, vol. 1 (1985-86). Já o VI Colóquio aconteceu em 1987, tendo como organizadores, oradores e participantes uma outra geração de arqueólogos: *Lucerna*. Porto, 2ª série, vol. 3 (1993).

professor do ensino secundário, começara dentro do Centro, em 1958, um curso de Arqueologia Peninsular²². No ano seguinte, a Epigrafia Latina também seria conteúdo para outro curso ministrado por D. Pinho Brandão. Aliás, pela sua mão, a arqueologia fazia também parte da formação ministrada no Seminário Maior, havendo nesta instituição, desde 1958, um Museu de Arqueologia e Arte (hoje Museu de Arte Sacra e Arqueologia). Este alertar dos futuros eclesiásticos da diocese do Porto para o património arqueológico veio a dar importantes frutos, quer pela preservação e estudo de achados levados a cabo pelos próprios, quer pela abrangente rede de informadores que, baseada nos laços então criados, permitiu uma mais acessível comunicação com especialistas, capacitados para a investigação e leitura integrada das ocorrências.

Em simultâneo com o I Colóquio, e sublinhando a importância e relativa autonomia que a arqueologia ganhara, é em 1961 lançado o primeiro número de uma publicação especializada, a *Lucerna. Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos* (1961-1993), inicialmente animada pelos dois investigadores antes mencionados, que para qualificar a sua formação em arqueologia de campo se deslocam à Alemanha, onde realizam estágios com reputados arqueólogos europeus²³.

No verão do mesmo ano de 1961 seria restaurada a Faculdade de Letras (decreto-lei nº 43864 de 17 de Ag.), que abriu a leccionação no ano 1962/63, passando a atribuir, entre outros, os graus de licenciatura em História e doutoramento em Arqueologia e História da Arte. Do currículo da licenciatura, revisto segundo da reforma de 1957 (decreto nº 41341 de 30 de Out.), faziam parte as disciplinas anuais de Pré-História e de Arqueologia, várias de Civilização e Cultura Pré-clássica e Clássica e, como semestrais, Epigrafia e Numismática. Sem corpo docente doutorado da especialidade, nestes primeiros anos ficaram a cargo de Sérgio da Silva Pinto e Flório de Vasconcelos. Estávamos perante uma conjugação de percursos que ligava a Faculdade com o Centro que a precedeu, equilíbrio alterado pelas importantes funções públicas entretanto atribuídas aos principais mentores deste.

Não fora isso e a situação talvez não tivesse sofrido grande alteração até à entrada em vigor do novo plano de estudos, publicado em 1968 (decreto nº 48627 de 12 de Outubro), um curso de licenciatura em História em duas etapas, o bacharelato de três anos em que era obrigatória a disciplina de Pré-História e as de História Pré-Clássica, Grega e Romana; e outros dois anos para completar a licenciatura, com Arqueologia (anual) e Epigrafia e Numismática (semestrais) no 4º ano e um Seminário final, de ponderação superior, que se veio a mostrar interessante como espaço de iniciação à investigação, também para a Arqueologia.

A fim de leccionar, a partir de 1968/69, estas unidades curriculares de Pré-História e Arqueologia, foi contratado um recém-licenciado formado na própria Faculdade - Carlos Alberto Ferreira de Almeida - que acabara de terminar o curso

²² Certamente que relacionado com esta experiência, Adriano Vasco Rodrigues publica, em 1961, um manual de síntese da arqueologia peninsular: *Arqueologia da Península Hispânica - Do paleolítico à romanização*. Porto: Porto Editora.

²³ RODRIGUES, Adriano Vasco - A técnica alemã de escavação arqueológica. *Lucerna*. Porto, vol. 1 (1961), p. 89-105; BRANDÃO, D. de Pinho - Escavações arqueológicas em Xanten-Alemanha. *Lucerna*. Porto, vol. 1 (1961), p. 120-156.

com a apresentação da dissertação subordinada ao tema *Vias Medievais I. Entre-Douro-e-Minho*. Primeiro docente e investigador de Arqueologia (e História da Arte) em dedicação exclusiva, cruzara no seu itinerário formativo, e já como autor, com muitas das instituições antes mencionadas. Os dois primeiros trabalhos publicara-os na revista *Douro Litoral*, os seguintes na *Revista de Etnografia* e os imediatos na *Lucerna*, uma vez tratar-se de comunicações apresentadas ao III e IV Colóquios Portuenses de Arqueologia²⁴. Realizou também investigação no Museu de Antropologia e era utente da biblioteca e frequentador dos eventos organizados pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

*

Com a estabilização do plano curricular, o novo assistente da área da Arqueologia (e História da Arte) e cada vez mais estudantes inscritos na licenciatura, começou a enraizar-se na própria Faculdade, na viragem da década, um clima propício à investigação nesta área. Aliás, no primeiro número (1970) da então criada *Revista da Faculdade de Letras - série História*, dois dos quatro estudos publicados são deste docente, com a originalidade de o segundo - *Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae»*²⁵ - voltar à duradoura discussão sobre a organização do território e a paisagem de Entre-Douro-e-Minho na Idade Média, desta vez com metodologia nova porque fundamentada no cruzamento de fontes arqueológicas e documentais.

A renovação, ou melhor, construção de um caminho não se ficou por aqui. Na vertente ensino, a mudança resultou da introdução da componente de trabalho de campo, realizado em parceria com Eugénio dos Santos na estação-escola do Castro de Fiães (Feira)²⁶, onde os estudantes podiam aprender experimentalmente os métodos de escavação e registo. Seguiu-se, para os que assim o desejassem, as tarefas de pré-tratamento e estudo dos materiais. Mas também neste domínio algo mudara, agora o espólio era associado ao registo estratigráfico e estudado no seu conjunto, classificado segundo referências tipológicas internacionais, bibliografia especializada que a biblioteca da FLUP foi adquirindo. Mais ainda, o programa de investigação²⁷ compreendia, em

²⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Um aspecto do culto dos rios na Lusitânia. *Douro Litoral*. Porto, série 8, vol. 9 (1958), p. 873-887; - Duas inscrições romanas da «Civitas Sanctae Mariae». *Douro Litoral*. Porto, série 9 vol. 1 (1959), p. 161-166; - Ementação das almas: Rezas da ceia. *Revista de Etnografia*. Porto, vol. 3, tomo 1 (1964), p. 41-68; - Senhora da Abadia. *Revista de Etnografia*. Porto, vol. 2, tomo 2 (1964), p. 303-308; - O problema das casas redondas castrejas. *Lucerna*. Porto, vol. 4 (1965), p. 196-204; - O documento 13 dos «Diplomata et Chartae». *Lucerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Vol. 5 (1966), p. 635-642; - Carácter mágico do toque das campainhas: Apotropaicidade do som. *Revista de Etnografia*. Porto, vol. 6, tomo 2 (1966), p. 339-370.

²⁵ *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto, vol. 1 (1970), p. 97-107.

²⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto F. de; SANTOS, Eugénio dos - O castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto, vol. 2 (1971), p. 147-168; idem - O castro de Fiães (II). *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto, vol. 3 (1972), p. 207-214.

²⁷ A partir de 1972 inserido no Projecto de Investigação PL-2 do Instituto de Alta Cultura.

paralelo, a recuperação de espólios depositados em museus²⁸, provenientes dos sítios intervencionados, para assim alcançar uma melhor compreensão da história do local, sempre tendo em vista o enquadramento global.

Fruto desta pedagogia motivadora foi a publicação, logo no segundo número da revista, de *trabalhos elaborados por alunos*, como se diz em nota da redacção. O autor é António Cardoso²⁹, de facto um aluno e colaborador muito especial. Outros, fundamentais para a dinâmica dos projectos, se iriam agregar no decorrer dos anos, como ficou registado nas notas de agradecimento. Multiplicadas foram também as intervenções e escavações de fôlego, de que realçamos a efectuada na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira 1972-1974), onde antes haviam trabalhado Eugénio Jalhay e Afonso do Paço. Esta é a terra natal de Armando Coelho Ferreira da Silva, por essa via envolvido desde a juventude nas lides arqueológicas (participa nas escavações de Sanfins desde 1957), que tiveram seguimento no Porto, junto do Centro de Estudos Humanísticos, onde publicou o seu primeiro trabalho³⁰.

Durante as campanhas de escavação de 1972 e 73 foi posto a descoberto, entre outras áreas edificadas, o *monumento com forno* de Sanfins, apresentado à comunidade científica nesse ano, por ocasião do III Congresso Nacional de Arqueologia³¹, realizado na Faculdade de Letras U.P. O evento, de dimensão internacional, deu projecção à investigação e ensino da especialidade que se consolidava nesta escola. Meses depois fazia-se a revolução de Abril de 74 e a arqueologia tomava, como o país, novos rumos, por caminhos que, a partir desta encruzilhada, se desmultiplicaram com a diáspora das primeiras gerações de licenciados aqui formados para a investigação arqueológica.

*

A partir de 1974, o número de estudantes da FLUP cresce exponencialmente, assim como a criatividade na concepção dos currículos, alargando as possibilidades de escolha e a formatação específica, ainda que embrionária, designada *pré-especialização em Arqueologia* (seminários e quatro disciplinas da área). Após a uniformização curricular de 1978 (decreto 53/78 de 31 de Maio) surge a variante de História da Arte e Arqueologia (Despacho nº 208/78 de 27 de Julho). Foi neste ambiente que a Faculdade viu o seu corpo docente da especialidade passar de um para seis docentes (Carlos Alberto F. de Almeida; Manuela Delgado; Vítor O. Jorge; Armando Coelho F. da Silva; Rui Centeno e Susana O. Jorge), que viriam a formar o Instituto de Arqueologia, pensado desde 1974 mas formalmente reconhecido apenas em 1979³².

²⁸ Esta atenção aos sítios e achados arqueológicos decorria também da função de vogal da Junta Nacional de Educação.

²⁹ CARDOSO, António - Subsídio para o estudo das telhas romanas. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto, vol. 3 (1972), p. 201-208.

³⁰ SILVA, Armando Coelho F. da - Interpretação histórica dos dados arqueológicos. *Lucerna*. Porto, vol. 5 (1966), p. 710-718.

³¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, vol. 1. 1974, p. 149-172.

³² A funcionar em salas cedidas pelo Conselho Diretivo da Faculdade, em 16 Março de 1977, então

No ano seguinte editava o primeiro número da nova série da revista *Portugalia*, que ainda se publica³³.

Fora da escola, eram os municípios e associações a pressionar para que se fizessem inventários, campanhas de escavação, publicações e muitas outras acções de defesa e divulgação patrimonial, um despertar com fome de intervenção e enorme disponibilidade para o voluntariado. Não é possível aqui sumariar os muitos projectos e sítios arqueológicos onde veio a ser realizado trabalho na segunda metade da década de setenta, ficaremos, por isso, pelos paradigmáticos.

A Carlos Alberto Ferreira de Almeida coube continuar as escavações que já vinham de trás, mantendo no Castro de Fiães, ao longo do ano, a componente regular de formação prática. Chegada a interrupção lectiva, regressou por uma última vez à Citânia de Sanfins, para de seguida mergulhar em nova proposta, a escavação sistemática do Castro de Monte Mozinho³⁴, pedida anos antes, mas que agora não podia esperar porque uma associação - Centro Cultural Penafidélis - estava já no terreno, com toda a logística montada e uma dinâmica imparável, a ponto da publicação dos resultados ter vindo a público pouco mais de um mês depois de terminada a primeira campanha³⁵. Mas foram sobretudo os trabalhos dos anos seguintes, a metodologia implícita na respectiva publicação e a presença em reuniões e cursos realizados em Espanha³⁶, que calaram fundo nos estudos sobre a romanização do noroeste, por essa época igualmente discutida a partir de outras fontes.

Mas se Mozinho questionava os impactos da presença romana, a intervenção no Castro de S. Estevão da Facha, que dirigiu em 1979-1980³⁷, permitiu rever toda a diacronia da idade do ferro do noroeste, ancorada numa sequência estratigráfica invulgar e na presença de materiais de importação bem datados, como a cerâmica grega. Também para a arqueologia medieval esta escavação/publicação foi inovadora, quando

presidido por Manuela Delgado. Em 1980 surge junto do Instituto o Gabinete de Carta Arqueológica.

³³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve ainda ensejo de criar uma revista de arqueologia, a *Archaeologica Opuscula. Miscelânea de Arqueologia Nortenha*, editada pela Livraria Fernando Machado (Porto), de que saiu apenas o primeiro número, em 1975.

³⁴ Não se tratava apenas de escavar e estudar os resultados, houve também voluntarismo para percorrer as freguesias envolventes numa acção de divulgação e pedido de protecção para o património que era seu: SOEIRO, Teresa - Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos. Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2, p. 11-22.

³⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Escavações no Monte Mozinho (1974)*. Penafiel: Centro Cultural Penafidélis, 1974.

³⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Escavações no Monte Mozinho II. 1975-1976*. Penafiel: Centro Cultural Penafidélis, 1977; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Arquitectura e arte castrejas. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência*. In *Asimilación y Resistencia a la Romanización en el Norte de Hispania*. Vitoria, Universidad del País Vasco, 1985, p. 79-101; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *A casa castreja. Memórias de História Antigua*. Oviedo, vol. 6 (1984), p. 35-42; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação*. In *Estudios de Cultura Castrexa e de História Antigua de Galicia*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1983, p. 187-198.

³⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e outros - *Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha*. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, vol. 3 (1980), p. 3-90.

menos pelo facto de terem sido estudados, em paridade com os demais, as unidades estratigráficas e espólio da época, devidamente contextualizados, e não ignorados e descartados como era prática comum. Lembremos que Carlos Alberto Ferreira de Almeida havia apresentado, em 1978, a sua tese de doutoramento *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, acompanhada da prova complementar dedicada à *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a 1220*.

A criação de um programa de investigação em Pré-história no Norte de Portugal³⁸, campo disciplinar que pelos percursos e contextos expostos estava quase ausente, deve-se ao início das escavações, em 1976, na necrópole megalítica da Serra de Campelos (Lustosa-Lousada), co-dirigida por Vítor Oliveira Jorge e Armindo de Sousa, e particularmente à organização pelo primeiro do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (Baião, Amarante e Marco de Canaveses) – 1978-1988 –, ancorado institucionalmente no Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP). Quase de seguida, em 1980, é criada a revista *Arqueologia*³⁹, propriedade e edição do mesmo Grupo, que escolhe aquele docente para director. Lembremos que o GEAP é uma associação cultural e científica fundada em 1977 por estudantes da FLUP, contando desde o seu início com a colaboração, como consultores científicos, de docentes da mesma escola e do então responsável pelo Museu do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, o geólogo António Huet Bacelar Gonçalves.

O sucesso inquestionável, tanto a nível nacional como internacional, do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, da revista *Arqueologia* bem como da formulação, pela primeira vez, de uma Pré-história do Norte de Portugal, deve-se à conjugação de vontades pessoais e autárquicas, a orientações programáticas firmes mas por natureza abertas à colaboração com investigadores portugueses, espanhóis e de outros países europeus, e bem assim à articulação estreita com o ensino de carácter prático e a investigação na Faculdade de Letras U.P. O Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira constitui uma mega estação-escola orientada pelos paradigmas da arqueologia espacial, atenta portanto à diacronia dos vestígios materiais no território (da Pré-história à Idade Média) e à pesquisa documental sobre o mesmo, e ainda guiada pelos pressupostos das correntes teóricas enquadradas genericamente na arqueologia processual.

A par das intervenções, extremamente inovadoras nas mamoas (com ou sem dólmenes) que são pela primeira vez assumidas como sendo *o monumento* a estudar, desenvolvem-se nestas e nos povoados pré e proto-históricos da serra da Aboboreira programas de estudos multidisciplinares articulados com as ciências da terra (estudos de sedimentologia, por ex.), ou com as ciências que visam a recuperação das ecologias do passado nas relações destas com as sociedades (palinologia, antracologia,

³⁸ O desenvolvimento dos estudos em Pré-história na Faculdade de Letras da UP é extensa e pormenorizadamente tratado no seguinte texto de Susana Oliveira Jorge: JORGE, Susana O. - A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-história do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos. In FONSECA, L. A.; AMARAL, L. C.; SANTOS, M. F. (coord.) - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, p.1453-1481.

³⁹ Revista semestral com publicação ininterrupta de 1980 a 1989, vinte números, a que se seguiram mais cinco esparsos.

carpologia, arqueozoologia, etc.)⁴⁰. Os resultados foram sendo publicados em várias revistas nacionais e internacionais, merecendo destaque a *Arqueologia, Portugalia, Revista de Guimarães* e *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, sendo a primeira obra de referência sobre a Pré-história do Norte de Portugal a tese de doutoramento de Vítor Oliveira Jorge, defendida na FLUP em 1982, com o título *O Megalitismo do Norte de Portugal: Os Monumentos e a sua problemática no contexto Europeu*. Foi neste Campo Arqueológico que se iniciaram ou desenvolveram conhecimentos nos estudos de arqueologia de campo, estudantes que posteriormente vieram a ocupar lugares de docência da especialidade em instituições de ensino superior do Porto, Coimbra e Lisboa.

A partir da década de 1980 e por via de projectos dos docentes e alunos da FLUP, os estudos de povoamento pré-histórico estendem-se a diversas áreas do Norte de Portugal, desfazendo tradicionais abordagens generalistas, ou até erradas, porque passaram a ser alicerçadas em materiais arqueológicos e estruturas habitacionais ou outras, estratigrafadas e datadas pelo radiocarbono, sem nunca esquecer a natural articulação, baseada na continuidade do território e nos vestígios pré-históricos por terras da Galiza e da Meseta Norte. Neste âmbito, é estudada a região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar por Susana Oliveira Jorge, de que resultou a sua tese doutoral, primeira grande síntese sobre o povoamento pré-histórico do Norte de Portugal⁴¹.

Foram igualmente interesses de investigação e a necessidade de preparem as respectivas teses de doutoramento, que motivaram Armando Coelho e Rui Centeno a desenvolver programas de escavação arqueológica em alguns povoados castrejos do noroeste. A longa colaboração que estes dois docentes desde então mantiveram, arrancou em 1977 com a realização de uma sondagem na Citânia de Briteiros, continuada no ano seguinte, que permitiu a apresentação, pela primeira vez para esta paradigmática estação, da análise da estratigrafia registada.⁴²

Também em 1977,⁴³ os dois arqueólogos retomam as escavações da Citânia de Sanfins, abrindo um longo período de trabalhos de campo em que a Citânia voltou a assumir o seu papel de estação-escola, tendo sido fundamental para a formação das centenas de estudantes da Faculdade de Letras do Porto, e também de outras instituições de ensino, que por lá passaram.

⁴⁰ Sanches, Maria de Jesus - Reflectindo sobre a arte dos dólmenes a propósito da evocação do contributo que o arqueólogo Vítor Oliveira Jorge deu para os estudos do megalitismo e suas iconografias. In SANCHES, M.J.; RIBEIRO, J. P.; MONTEIRO-RODRIGUES, S. (coord.) - *Discursos em Arqueologia - Textos oferecidos ao Professor Vítor Oliveira Jorge*. Coimbra - Porto: CEAUCP, 2012, p. 43-66.

⁴¹ JORGE, Susana Oliveira- *Povoados da Pré-História recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental): bases para o conhecimento do III^a e princípios do II^a milénios AC no Norte de Portugal*. Porto: FLUP,1986.

⁴² SILVA, Armando Coelho Ferreira da; CENTENO, Rui - Sondagem arqueológica na Citânia de Briteiros (Guimarães). Notícia sumária. *Revista de Guimarães*, Guimarães, vol. 87 (1977), p. 277-280 e CENTENO, Rui M. S.; SILVA, Armando Coelho F. da - Corte estratigráfico na Citânia de Briteiros (Guimarães) 1977-78. *Revista de Guimarães*. Guimarães, vol. 88 (1978), p. 421-431.

⁴³ SILVA, Armando Coelho F. da; CENTENO, Rui M. S. - Escavações arqueológicas da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) 1977-1978. *Portugalia*, Porto, nova série, vol. 1 (1980), p. 57-78.

Procurando alargar o estudo do povoamento castrejo à área a sul do rio Douro, Armando Coelho e Rui Centeno irão começar, em 1980, escavações arqueológicas no, até então, pouco conhecido Castro de Romariz (Feira), que revelará interessantes dados sobre a chegada ao povoado, a partir dos séculos VII/VI a.C. de cerâmicas gregas e púnicas e também sobre as transformações que a presença romana promoveu na arquitectura doméstica e no modo de vida dos seus habitantes⁴⁴. Ainda no início dos anos oitenta, com o incentivo de José António Ferreira de Almeida, estes dois docentes vão colaborar na primeira *História de Portugal* de grande divulgação, coordenada por José Hermano Saraiva e publicada com a chancela das Edições Alfa⁴⁵.

Mas o projecto de investigação que Armando Coelho se propunha desenvolver como tese de doutoramento - *A cultura Castreja no noroeste de Portugal*⁴⁶ - impunha a necessidade de realizar escavações em mais povoados. Assim, vai dirigir um conjunto de campanhas na Cividade de Âncora (1978-82), Coto da Pena (1980-83) e Cividade de Terroso (1980-82) que, juntamente com as realizados em parceria, se revelaram fundamentais para o sucesso da sua dissertação doutoral. Já Rui Centeno optou por realizar a sua dissertação de doutoramento na área da numismática antiga, carecida de sistematização para o noroeste peninsular, sempre em articulação com demais mundo romano⁴⁷.

A segunda metade da década de setenta foi ainda tempo privilegiado para o retomar da colaboração com os arqueólogos da Galiza, também eles a fazer caminho no pós-franquismo. Carlos Alberto Ferreira da Almeida, fruto da sua participação habitual em congressos espanhóis, havia estabelecido contactos com alguns arqueólogos da geração que ainda conviveu com López Cuevillas, como Fermín Bouza-Brey, Xoaquín Lorenzo Fernández, J. Filgueira Valverde, Casimiro Torres e os jovens que lhes sucederam, encabeçados por Alberto Balil, então na Universidade de Santiago. Não é por isso surpreendente que, com as mudanças políticas operadas nos dois países, seja também o principal impulsionador da aproximação entre os arqueólogos galegos e portugueses. Após algumas diligências iniciais, esta colaboração galaica foi formalizada com a realização de uma viagem de intercâmbio científico e cultural no domínio da Arqueologia, efectuada entre 15 e 18 de fevereiro de 1977, com a participação dos docentes de Arqueologia da Faculdade de Letras, a que se juntaram os investigadores Francisco Alves e António Huet Bacelar Gonçalves, bem como estudantes FLUP. Estas intensas jornadas permitiram o estreitamento de contactos pessoais ao longo de um

⁴⁴ Este castro estava referenciado, sobretudo, devido ao aparecimento, em 1843, de um tesouro de denários republicanos. Uma súmula dos trabalhos pode ser consultada em Rui Centeno - *O Castro de Romariz (Aveiro, Santa Maria da Feira)*. Santa Maria da Feira, 2011.

⁴⁵ SILVA, Armando Coelho F. da - A Idade dos Metais em Portugal. In *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Alfa, 1983, pp. 101-147; CENTENO, Rui - A dominação romana. In *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Alfa, 1983, p. 149-211.

⁴⁶ A tese foi defendida em 1986 e publicada no mesmo ano pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Uma 2ª edição reformulada desta obra veio a lume em 2007, também editada pela autarquia pacense.

⁴⁷ CENTENO, Rui Manuel Sobral - *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto: FLUP, 1987 (publicada pela Sociedade Portuguesa de Numismática, na série "Anexos Nummus", n.º 1, datada de 1987).

percurso iniciado em Santa Tecla, que prosseguiu por Vigo, Pontevedra, Santiago e Corunha, até Lugo⁴⁸.

A intensa troca de experiências e participação conjunta em trabalho arqueológico de docentes e estudantes das universidades do Porto e Santiago de Compostela então iniciada, bem assim como de investigadores de centros e museus, conduziu a mais essa encruzilhada de encontros que foi o I Seminário de Arqueologia do Noroeste (Guimarães 1979)⁴⁹, com segunda edição em Santiago de Compostela (1980)⁵⁰. Uma primeira síntese do avanço científico viria a ser feita no Colóquio Inter-universitário de Arqueologia do Noroeste⁵¹, que trouxe ao Porto e Faculdade de Letras, em 1983, sob o númen de Rui de Serpa Pinto, investigadores e docentes de várias universidades ibéricas, dez anos depois do III Congresso Nacional.

A década de oitenta abriu, no domínio do ensino, com a autonomização da Arqueologia, ainda como variante da licenciatura em História, no ano lectivo de 1980/81 (Portaria 271/81, de 16 de Março), o que acontecia pela primeira vez no país. Já no currículo a novidade era a disciplina anual de Arqueologia Medieval e a presença das Culturas Regionais Portuguesas, que se viriam a transformar posteriormente em Arqueologia Moderna e Contemporânea. Fechará com a também pioneira introdução do ensino pós-graduado, o primeiro Curso de Mestrado em Arqueologia a funcionar em Portugal, que arrancou no ano lectivo de 1989-90, com duração de quatro anos (Portaria nº 722/89, de 24 de Agosto). Este incremento da actividade lectiva obrigou à contratação de novos docentes (Teresa Soeiro, Mário Barroca, João Pedro Ribeiro, Carlos Alberto Brochado de Almeida e Maria de Jesus Sanches) e proporcionou a especialização do ensino e investigação, até por imperativo das provas académicas⁵².

Coube também a vários professores desta área a tarefa de integrar as sucessivas comissões nacionais que funcionaram junto dos organismos de tutela. Assim, quando

⁴⁸ Desta missão à Galiza foi redigido o *Relatório da viagem de intercâmbio científico e cultural no domínio da Arqueologia, à Galiza, realizada por um grupo de professores, investigadores e estudantes da Universidade do Porto (15 a 18 de Fevereiro de 1977)*, Porto, Março de 1977 (dactilografado).

⁴⁹ *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. 3 vols. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1980.

⁵⁰ *Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste, Santiago de Compostela, 1980*, Madrid: Ministerio de Cultura, 1983.

⁵¹ Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro, 1983). *Portugalia*, Porto, nova série, vol. 4/5 (1983-84).

⁵² Contratados ao abrigo do ECDU, realizaram Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica e doutoramento nesta Faculdade. SOEIRO, Teresa - *Monte Mozinho: Aparentamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*. Porto: FLUP, 1984; idem - *O progresso também chegou a Penafiel: Resistência e mudança na cultura material*. Porto: FLUP, 1993. BARROCA, Mário Jorge - *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: FLUP, 1987; idem - *Epigrafia medieval portuguesa: 862 - 1422*. Porto: FLUP, 1995. RIBEIRO, João Pedro - *Contribuição para o estudo do Paleolítico do Vale do Lis no seu contexto crono-estratigráfico*. Porto: FLUP, 1987. ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de - *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*. Porto: FLUP, 1987; idem - *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. Porto: FLUP, 1996. SANCHES, Maria de Jesus - *Contribuição para o estudo da Pré-História recente do planalto mirandês*. Porto: FLUP, 1988; idem - *O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto da pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: FLUP, 1995.

em 25 de Maio de 1981 é criada Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, para assegurar funções consultivas no âmbito da arqueologia, nomeadamente coordenando a política de investigação, protecção e salvaguarda do património arqueológico, Armando Coelho é designado como representante da Universidade do Porto⁵³. Anos mais tarde, em 1996, o mesmo professor será também nomeado para representar a Universidade na Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

O ano lectivo 1995/96 ficou marcado para a comunidade da Faculdade de Letras pela mudança para as actuais instalações, onde a Arqueologia passou a dispor de um Laboratório de Conservação e Restauro. Mas se este ano de crescimento⁵⁴ consolidou a proposta de criação de um sector autónomo que reunisse a docência e investigação na área do património - Departamento de Ciências e Técnicas do Património⁵⁵ - também foi aquele em que vimos desaparecer subitamente Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o seu primeiro subscritor. Armando Coelho Ferreira da Silva viria a ser o presidente eleito, cargo que posteriormente voltou a ocupar até à jubilação.

Em 1999 surge a Licenciatura de Arqueologia (Resolução nº 20/99, de 15 de Fev.; Aviso nº 3386/99, de 17 de Fev.), pelo que a FLUP foi a primeira instituição portuguesa a disponibilizar uma licenciatura autónoma, e também o Curso de Doutoramento em Arqueologia (Resolução nº 144/99, de 25 de Out.).

No domínio da investigação, desde a década de oitenta que os itinerários percorridos pelos diferentes docentes, tantas vezes com a colaboração de estudantes, se foram diversificando em temática, cronologia e abrangência territorial, tendência reforçada nos anos noventa.

Em Pré-história, os programas arqueológicos de campo são promovidos já por equipas que incluem não somente docentes como estudantes de mestrado e de doutoramento, destinam-se a perseguir novos objectivos gerados pela investigação anterior e/ou a abranger áreas do território de Trás-os-Montes e quase completamente desconhecidas. Destacam-se os projectos: *Génese e consolidação do sistema agro-pastoril em Trás-os-Montes e Alto Douro* (que inclui outras manifestações culturais associadas como a arte pré-histórica) a partir do qual se desenvolveram outros programas envolvendo estudos de arquitecturas da Pré-história recente⁵⁶ e em particular a dos recintos

⁵³ Todos os membros desta comissão solicitaram a sua demissão em 15 de outubro de 1984, sendo então Rui Centeno representante da UP.

⁵⁴ Entretanto foram contratados como docentes António Batista Lopes e, com a transferência de J. P. Ribeiro para Lisboa, Sérgio Monteiro Rodrigues. Ambos obtiveram os graus de mestre e doutor nesta escola. LOPES, António Baptista - *A cerâmica do Castro da Senhora da Guia (Baiões): tecnologia e morfotipologia*. Porto: FLUP, 1993; idem - *Proto-história e romanização: o Baixo Minho*. Porto: FLUP, 2003. LOPES, RODRIGUES, Sérgio E. Monteiro - *Contribuição para o estudo das indústrias líticas do vale do Caia: Alto Alentejo - Portugal*. Porto: FLUP, 1996; idem - *Pensar o Neolítico Antigo: contributo para o estudo do norte de Portugal entre o VII e o V milénios BC*. Porto: FLUP, 2008.

⁵⁵ Regulamentado em 1997 (Regulamento Interno nº 7/97, DR nº 257 de 6 de Novembro), com as secções de Arqueologia, História da Arte, Museologia e Ciências Documentais.

⁵⁶ Damos conta somente dos projectos mais abrangentes desenvolvidos pelos docentes de Pré-história da

murados ou lugares monumentalizados⁵⁷, bem como a valorização e musealização de sítios, vertente que no final da década é, também por razões conjunturais, comum a outras áreas do país. No âmbito destes programas desenvolveram-se, até 2012, amplas escavações na região de Mirandela - Murça (particularmente na Serra de Passos/Santa Comba -Mirandela e Crasto de Palheiros - Murça), e na de Vila Nova de Foz Côa, com os sítios de Castelo Velho de Freixo de Numão, de Castanheiro do Vento e Prazo. Foram escolas de campo amplamente frequentadas por estudantes de várias nacionalidades, destacando-se, contudo, como locais de aprendizagem para estudantes de licenciatura, mestrado e doutoramento da FLUP, que produziram, nesse âmbito, várias dezenas de trabalhos académicos, entre seminários de licenciatura, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

Também para a arqueologia das épocas proto-histórica e romana se assistiu na década de noventa ao aparecimento de projectos de grande dimensão, envolvendo financiamentos muito significativos, comparticipados por fundos comunitários, em que participaram alguns docentes da Faculdade de Letras.

Sob a direcção de Armando Coelho e Rui Centeno, um destes programas pioneiros iniciado em 1992 permitiu a realização de amplos trabalhos de escavação, conservação e limpeza na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), com destaque para a reconstrução etnoarqueológica de um núcleo habitacional, acções complementadas com a construção de uma unidade de apoio aos visitantes desta estação, a reformulação do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins e ainda a edição de diverso material de divulgação. Esta operação transformou a Citânia de Sanfins num dos sítios arqueológicos mais qualificados do noroeste⁵⁸.

Estes dois professores desenvolveram ainda outros projectos relacionados com diversos sítios arqueológicos e museus no norte do país, como o referente ao Castro de Romariz, iniciado em 1980, mais tarde integrado no programa concelhio que conduziu à criação do Museu Convento dos Lóios, de Santa Maria da Feira, inaugurado em 2009⁵⁹.

FLUP (Vitor Oliveira Jorge; Susana Oliveira Jorge, Maria de Jesus Sanches e Sérgio Monteiro-Rodrigues), ainda que frequentemente em colaboração com outros investigadores e/ou entidades: *Pré-história Recente no Leste de Trás-os-Montes: Planalto Mirandês e médio vale do rio Tua :1987-1992. Estudo do Castelo Velho de Freixo de Numão - V. N. Foz Côa: 1989-1993. Génesis e consolidação do sistema agro-pastoril em Trás-os-Montes e Alto Douro: 1992-1995. Estudo e valorização de sítios arqueológicos na área de Freixo de Numão:1998-2012. Crasto de Palheiros. Projecto de estudo arqueológico, de valorização e de divulgação de uma estação arqueológica monumental ocupada no Calcolítico e na Idade do Ferro - 2001-2003 e 2007-8.*

⁵⁷ O termo “recintos murados” ou “lugares monumentalizados”, defendido pela primeira vez por Susana Oliveira Jorge na sua lição para a obtenção do título de Agregado, corresponde a um conceito arquitectónico, de organização do espaço e de contextualização política e social que se demarca em termos de paradigma daquele de “povoado fortificado”. JORGE, Susana Oliveira - Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras - História*. Porto, 2ª série, vol. 11 (1994), p. 447-546.

⁵⁸ Entre o diverso material publicado (desdobráveis, coleções de diapositivos e de postais), destaca-se o livro de Armando Coelho Ferreira da Silva - *Citânia de Sanfins. Catálogo do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, 1999.

⁵⁹ CENTENO, Rui M. S.; OLIVEIRA, Ana José - *Roteiro do Museu Convento dos Lóios*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, 2008; CENTENO, Rui M. S. - *O Castro de Romariz (Aveiro, Santa Maria da*

Igualmente digno de nota foi o projecto de arqueologia experimental, coordenado por Armando Coelho, sobre os balneários castrejos, materializado em exposição ocorrida em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia⁶⁰.

Ainda na última década do século XX e com valências similares ao programa da Citânia de Sanfins, Carlos Alberto Brochado de Almeida liderou um projecto de estudo, salvaguarda e valorização no Castro de São Lourenço (Vila Chã, Esposende), onde desde os anos oitenta vinha desenvolvendo trabalhos de investigação, com destaque para a reconstrução de algumas estruturas habitacionais que se tornaram num novo pólo de atracção deste sítio arqueológico⁶¹. No Castro de Monte Mozinho, começado a escavar sistematicamente por Carlos Alberto Ferreira de Almeida em 1974, os trabalhos de arqueológicos e de preservação passaram, entre 1981 e 1998, para a direcção de Teresa Soeiro. O projecto de recuperação de toda a área intervencionada, executado pela autarquia e apoiado por fundos europeus, ficou terminado nesse último ano, bem como as primeiras infra-estruturas de acolhimento ao visitante e materiais de divulgação, sendo apresentadas no decurso do colóquio de homenagem ao referido professor organizado pelo Museu Municipal de Penafiel⁶². Novos equipamentos e acções de divulgação foram desenvolvidos ao abrigo de posteriores quadros comunitários.

Em 2013, a área da Arqueologia Clássica, depauperada pela jubilação de Armando Coelho F. da Silva, viu-se reforçado pela entrada de Rui Morais, o que permitiu uma nova dinâmica no ensino da história antiga e em particular na investigação ceramológica e na abordagem transdisciplinar aos sítios e materiais⁶³.

No domínio da Arqueologia Medieval⁶⁴, que tivera como projecto pioneiro a proposta de estudo da castelologia do norte de Portugal lançada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida com a colaboração da primeira geração de estudantes que frequentaram a disciplina, coube a um deles, Mário Barroca, prosseguir e redimensionar o intento, não só pela realização de diversas escavações (Castelo de Aguiar da Pena;

Feira). Santa Maria da Feira, 2011.

⁶⁰ SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *Pedra formosa. Arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal e Museu Nacional de Arqueologia, 2007.

⁶¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; CUNHA, Rui M. Cavalheiro da - *O Castro de S. Lourenço, Vila Chã – Esposende*. Esposende: Câmara Municipal, 1997

⁶² SOEIRO, Teresa - *Monte Mozinho. Sítio arqueológico*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, 1998 [2ª ed. em 2005]; idem (coord.) - *Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos*. Painel de Estudos (Penafiel, 17-18 de Abril de 1998). *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 2 (1998).

⁶³ Integra, desde 1997, o projecto *Salvamento da cidade romana de Bracara Augusta*, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Já na Faculdade de Letras do Porto, tornou-se responsável pelo projecto *Diálogo entre Ciências - Análise multidisciplinar das condições de ancoragem durante o período Romano (Esposende)* PTDC/EPH-ARQ/5204/2012. É ainda membro dos projectos de investigação *Campamentos y territorios militares en Hispania - HAR 2011-24095*, da responsabilidade de Ángel Morillo Cerdán, da Universidade Complutense de Madrid, e do projeto *Changing landscapes. Bracara Augusta and its territory (I-VII centuries)* PTDC(HIS-ARQ/121136/2010, coordenado por Manuela Martins, da Universidade do Minho.

⁶⁴ FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira - *Arqueologia medieval em Portugal: 25 anos de investigação. Portugalia*. Porto, nova série, vol. 26 (2005), p. 149-173.

Eremitério rupestre de Sabariz; Torre de Vasconcelos; Museu Alberto Sampaio), como desenvolvendo de forma sistemática a investigação, de campo e documental, com particular incidência nas áreas da epigrafia medieval e da história militar, nomeadamente em castelologia medieval portuguesa (desde as origens até ao processo de transição para as fortificações modernas), armamento medieval e residências senhoriais fortificadas⁶⁵. Estas são também as temáticas tratadas pelos estudantes que orienta para a obtenção dos diferentes graus académicos e como bolseiros pós-doutoramento.

Dissemos antes que a Arqueologia Histórica entrou pela primeira vez nos currículos universitários portugueses na FLUP, adoptando a designação Arqueologia Moderna e Contemporânea, na sequência no anterior ensino de Culturas Regionais Portuguesas. Esta área de leccionação foi atribuída desde início a Teresa Soeiro, que também a elegeu para doutoramento. Direcção a investigação principalmente para o estudo do território, das actividades económicas e da tecnologia nas épocas moderna e contemporânea, temáticas em que orienta estudantes de pós-graduação. Em simultâneo, dirigiu ou participou em projectos de inventário, musealização e valorização de âmbito regional, em especial dirigidos à história local e ao património vernacular⁶⁶.

*

No final de 2012, quando alguns dos professores acima mencionados já deram por terminadas as suas funções na Faculdade e outros esperavam fazê-lo em breve, o ensino da arqueologia continua, nos três ciclos, a ser procurado pelos jovens e a

⁶⁵ BARROCA, Mário Jorge - Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII). *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 11-12 (1990-91), p. 89-136; - A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do Séc. XII. *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 17-18 (1996-97), p. 171-209; - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 24 (2003), p. 95-112; - Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 25 (2004), p. 181-203; - Da reconquista a D. Dinis, 1ª Parte, In MATTOSO, José (coord.) - *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Círculo de Leitores, 2003; - *Pera Guerrejar: armamento medieval no espaço português*, Coord. de M. J. Barroca e João Gouveia Monteiro. Palmela: Câmara Municipal, 2000; - Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV). *Revista de História das Ideias*. Coimbra, vol. 19 (1998), p. 39-103.

⁶⁶ SOEIRO, Teresa - Penafiel: o Tâmega de ontem. *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3ª série, vol. 4/5 (1988/89), p. 95-253; - *Penafiel*. Lisboa: Editorial Presença, 1994; - A indústria de mortalhas em palha de milho no concelho de Penafiel. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 1 (1995); - Lagares de azeite no concelho de Penafiel. *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 17-18 (1996/97), p. 219-244; - *Fainas do mar: vida e trabalho no litoral Norte*. Porto: CRAT, 1999 (em col. F. Calo Lourido); - Dias festivos: O Corpo de Deus em Penafiel. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 6-7 (2000/01) (coord.); Douro, um rio de vida. In *Viver e saber fazer: Tecnologia tradicional na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003, p. 359-413; - Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e ofícios correlativos. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 8/9 (2004), p. 7-76; - Ofícios e tradições do Douro, in PEREIRA, Gaspar Martins (dir) - *As águas do Douro*. Porto, 2008, p. 155-197; - Território e materialidades, do fim do Antigo Regime à República. In *Marco de Canaveses. Perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 2009, p.185-247; - *A Rua do Burgo de Entre-os-Rios*. Penafiel: Museu Municipal/Ed. Cão Menor, 2013.

formar profissionais informados. Por seu lado, as linhas de investigação activas, não abandonando o desígnio específico, voltaram a convergir para uma nova encruzilhada, despoletada pela vontade assumida pela actual direcção de tornar a diversidade dos saberes numa mais-valia, em conjugação com as solicitações recebidas da sociedade, como ocorreu com o pedido para que fosse estudado o caso de Picote (Miranda do Douro), em busca de uma leitura integrada da sua história e património na mais longa diacronia. Assim nasceu o HistPP, projecto *História do Povoamento de Picote*, experiência inovadora que envolve todos os docentes, estudantes pós-graduados e jovens portugueses e estrangeiros que o queiram partilhar com a população e o poder local, fortemente empenhados em interpretar, preservar e valorizar o património que é de todos, apesar do contra-ciclo de investimento cultural que vivemos.

O ensino e a investigação em arqueologia na Faculdade de Letras U.P. são um legado que queremos manter actual e dinâmico, honrando todos os que com ética e resiliência o construíram. Hoje dedicámo-lo a Armando Coelho Ferreira da Silva, que a 9 janeiro de 2013 atingiu a jubilação.

Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira), um sítio ritual do Bronze Final da região de Lisboa

João Luís CARDOSO
UNIVERSIDADE ABERTA

Resumo

Apresenta-se o resultado das escavações efectuadas em Julho de 2003 na estação do Bronze Final de Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira, Distrito de Lisboa), onde foi identificado ritual de características até hoje desconhecidas no território português. Tal ritual encontra-se documentado pela seguinte sequência: 1 – abertura de covachos ou de depressões no terreno, constituído por calcários brandos muito alterados por metamorfismo de contacto; 2 – Deposição nos espaços previamente definidos de fragmentos de grandes recipientes; 3 – colocação em alguns casos de recipientes de menores dimensões inteiros sobre os anteriores; 4 – realização de combustão de matérias orgânicas animais, como indica a presença de fragmentos ósseos escurecidos pelo fogo dos quais só uma ínfima parte foram identificados (veado, ovino-caprinos).

Palavras-chave: Lisboa; Bronze Final; práticas rituais.

Abstract

During the excavations performed on July 2003 in the settlement from Late Bronze Age of Moita da Ladra 2 (Vila Franca) we identified a ritual practice with characteristics unknown till now in Portugal. Such a ritual is documented in the following sequence: 1 – opening of pits or depressions in the ground which is composed of soft limestone altered by contact metamorphism; 2 – deposition in these holes of large fragments of vases of several types; 3 – placement in some cases of smaller vases close to the previous; 4 – combustion of animal remains, indicated by the presence of bone fragments darkened by fire of which only a small part were identified (veado, ovicaprids).

Key-words: Lisbon; Late Bronze Age; ritual practices.

1 – Introdução. Localização

Em 2003, foi realizada intervenção arqueológica no âmbito da minimização do impacto ambiental decorrente da lavra da pedra de basalto Moita da Ladra (Fig. 1), realizada pela EMERITA – Empresa Portuguesa de Arqueologia Lda., sob a orientação geral do signatário e a co-orientação de João Carlos Caninas, Sócio-Gerente da referida empresa.

Tal a intervenção arqueológica centrou-se no topo da chaminé basáltica interessada pela referida exploração (Fig. 2), na qual se confirmou a existência de um importante povoado calcolítico fortificado, que viria ser escavado na íntegra nos anos subsequentes, terminando apenas em 2006, existindo já um desenvolvido estudo publicado sobre os principais resultados e espólios obtidos (Cardoso e Caninas, 2010).

Logo em 2003, foi também considerada de potencial interesse arqueológico a área situada imediatamente a norte e a noroeste daquela singularidade geológica (Fig. 3), onde já se tinha recolhido à superfície fragmento cerâmico do Bronze Final (Fig. 18, em cima), que se juntou aos recolhidos em Moita da Ladra 1. Assim, este outro local foi designado por Moita da Ladra 2, para o diferenciar do povoado calcolítico.

As respectivas coordenadas geográficas são as seguintes, lidas na Carta Militar de Portugal à escala de 1/25 000, folha n.º 403: Latitude N: 38º 53'30''; Longitude W de Greenwich: 09º 03'58'', situando-se o local a cerca de 226 m de altitude (Fig. 4).

2 – Trabalhos realizados

Os trabalhos, autorizados com base em pedido assinado pelo signatário a 26 de Junho de 2003, dirigido ao então Instituto Português de Arqueologia, decorreram de 7 a 12 de Julho de 2003. Neles participaram, como colaboradores, os seguintes elementos: Dr. Mário Mascarenhas Monteiro, Dr. José Neves, Dr. Filipe Santos Martins e Dr.ª Marta Araújo, que puseram a descoberto, por meios manuais, coadjuvados pontualmente por meios mecânicos devidamente acompanhados, na área onde anteriormente se tinha identificado o referido fragmento de vaso da Idade do Bronze associado a ossos queimados, um conjunto de duas depressões existentes no substrato geológico (Fig. 5), constituído por calcários brandos do Cretácico, muito alterados e metamorfizados pela intrusão basáltica. Naquelas duas depressões depositaram-se diversos fragmentos de vasos, associados a escassos ossos queimados e cinzas, o que configurava, conforme foi admitido no relatório elaborado desses trabalhos, uma necrópole de incineração do Bronze Final.

Tais vestígios, embora concentrando-se em área muito circunscrita, podiam corresponder a um núcleo isolado de um complexo arqueológico mais vasto e importante. Deste modo, a intervenção prosseguiu em Setembro, com a abertura de extensas valas por meios mecânicos, aprofundadas até ao substrato, situadas no espaço entre o local identificado e o da implantação do povoado calcolítico, no topo do morro basáltico, paralelas à futura frente ocidental da pedra (Fig. 6). Não obstante a extensão destes trabalhos, os mesmos não conduziram a quaisquer outras identificações, admitindo-se, no respectivo relatório, datado de 28 de Junho de 2004, que, tendo presente que a pedra iria incidir em outras zonas situadas a ocidente das intervencionadas, se justificaria, no âmbito do prosseguimento dos trabalhos arqueológicos, a realização de sondagens mecânicas limitadas em tais locais. Com efeito, esta recomendação foi ulteriormente

seguida, pela equipa que deu continuidade aos trabalhos, sob a direcção do Dr. Mário Mascarenhas Monteiro, tendo ficado acordado com o Mestre João Carlos Caninas, que os resultados obtidos em 2003 pudessem ser dados a conhecer logo que o signatário o entendesse adequado.

É por isso que, neste volume de Homenagem dedicado ao Prof. Doutor Armando Coelho, arqueólogo que se destacou pelos seus contributos para o conhecimento do Bronze Final e da Idade do Ferro do Norte do País, se considera ter chegado o momento de dar publicamente a conhecer os resultados obtidos em 2003, os quais, embora ocupando uma limitada área de terreno, permitiram evidenciar uma situação arqueológica até então desconhecida em território português, de cunho ritual, atribuída ao final do Bronze Final, pois, como se verá, os testemunhos recuperados não respeitam a prática funerária, ao contrário do que então se admitiu.

3 – Estruturas e espólios arqueológicos

Na área interessada pelos trabalhos realizados em Moita da Ladra 2, as duas referidas depressões escavadas no substrato geológico, de morfologias muito distintas (Fig. 7), encontravam-se relacionadas com diversos espólios, igualmente de diversas tipologias; umas e outros serão caracterizados de forma articulada, dado constituírem uma única realidade arqueológica, que importa conhecer convenientemente.

Conjunto 1 – O primeiro conjunto de recipientes cerâmicos foi depositado numa depressão escavada no substrato geológico, delimitada do lado do declive da encosta por um bloco irregular. O fundo do espaço circunscrito e limitado assim criado, de contorno irregular, foi revestido por um conjunto de fragmentos de uma grande taça de carena alta, produção típica do Bronze Final, de coloração castanho-anegrada, de grandes dimensões. Tal como é comum neste tipo de produções, a carena encontra-se munida de pares de mamilos perfurados, destinados à suspensão ou à fixação de pegas de corda ou de outra matéria orgânica, por forma a facilitar o manuseamento (Fig. 18, em baixo; Fig. 20, em cima, à direita). Afigura-se evidente que tais fragmentos foram colocados intencionalmente, alguns de cutelo, outros horizontalmente, assentes sobre uma camada de pequenos blocos, por forma a revestir e a regularizar a parte inferior daquele espaço (Fig. 8). Sobre estes fragmentos, formando como que uma “cama” colocou-se, em posição vertical, um vaso de colo alto, de menores dimensões, com carena saliente angulosa, munido de uma asa que parte do bordo e atinge a carena do recipiente, de coloração castanha a anegrada, conforme o ambiente final de cozedura, mais ou menos oxidante (Fig. 18, ao centro; Fig. 20, em cima à esquerda). É presumível que tal peça tivesse sido colocada intacta, encimando o conjunto (Fig. 9 e 10). O aspecto dos sedimentos que preenchem por completo a depressão previamente existente apresentavam coloração castanho-anegrada e textura terrosa, com abundante matéria orgânica, de mistura com pequenos blocos pétreos e alguns restos ósseos escurecidos pelo fogo, dos quais apenas um pôde ser identificado com segurança, correspondendo a um fragmento de primeira falange de veado (*Cervus elaphus*) (Fig. 11, em cima, à direita). Outras esquirolas, pelo tamanho e espessura da tábua óssea, são compatíveis com ovino-caprinos. É crível, pois, que dentro da referida depressão tivesse sido ateado o fogo e manipuladas porções de animais, ali depositadas e totalmente queimadas, cuja matéria orgânica, no decurso do processo, acabou por impregnar as

terras envolventes, e escurecer profundamente os restos ósseos associados aos nacos de carne, ritualmente consumidos pelo fogo. O preenchimento da depressão foi total, incorporando na sua parte mais alta um seixo de quartzito com indícios de ter sido utilizado como brunidor, provavelmente para o acabamento de recipientes cerâmicos (Fig. 12). Admite-se que tal deposição tenha também sido de carácter ritual.

Podem assim concluir-se que a sequência seguida terá sido a seguinte: a) abertura de covacho nos calcários margosos metamorfizados do Cretácico, em talude pré-existente; b) colocação de um grande bloco delimitador da depressão de um dos lados; c) revestimento do fundo e da parte inferior da parede do covacho com fragmentos de uma grande taça de carena alta, típica do Bronze Final, com diversas orientações, nalguns casos imbricados; d) colocação de um vaso em posição vertical, aparentemente inteiro, sobre os fragmentos da taça, cujo conteúdo se desconhece; e) colocação em torno do vaso, eventualmente também no seu interior, de peças de carne de veado e de ovino-caprinos (podendo estar presentes outras espécies) e colocação de um polidor/ brunidor para cerâmica, no topo do conjunto assim formado, sobre um seixo rolado de quartzito; f) combustão do depósito, de que resultou um preenchimento terroso castanho-anegrado, com abundância de matéria orgânica, de mistura com esquirolas ósseas escurecidas pelo calor.

A cerca de dois metros para poente deste conjunto, recolheu-se outro pequeno conjunto de ossos reduzidos a esquirolas, provavelmente resultado de operação idêntica, com a queima de nacos de carne em covacho muito arrasado, denunciada pelo círculo escurecido terroso observado no terreno (Fig. 13). Note-se que a forma actual dos restos ósseos, reduzidos a esquirolas, decorre da fracturação produzida pelo forte calor que os actuou, impedindo, por outro lado, a conservação de elementos com possibilidades de diagnose específica, á excepção do fragmento ósseo já referido.

Conjunto 2 – a poente do conjunto anterior identificou-se novo conjunto cerâmico (Fig. 14, constituído pelos fragmentos de pote de grandes dimensões; (Fig. 19, em baixo, Fig. 20, em baixo), de colo apertado, antecessor dos *dolia* romanos, e que, pela sua tipologia, sugere um momento final do Bronze Final, de transição para a Idade do Ferro. Este exemplar, reduzido apenas a uma porção da sua metade superior, possui pasta com abundantes elementos não plásticos, sendo provável que o engobe e brunimento que ostentava na sua superfície externa tenham desaparecido por erosão. O referido fragmento ocupava, tal como acontecia com o Conjunto 1, uma depressão no terreno, tendo sido colocado de lado, de modo à convexidade do vaso se adaptar à concavidade da depressão previamente aberta no terreno (Fig. 15). Deste modo, a face interna do fragmento do recipiente constituía superfície regular onde se depositaram, também, diversas oferendas cárnicas, muito menos abundantes que as imoladas pelo fogo no Conjunto 1, conforme se comprova pelos escassos restos conservados, apesar de as temperaturas atingidas puderem ter sido superiores às correspondentes ao Conjunto 1, dado que um dos restos ósseos apresenta-se azul-esbranquiçado, coloração que não se observou em nenhum daqueles restos.

Conjunto 3 – este conjunto cerâmico foi depositado numa pequena área de ampla e larga depressão do substrato geológico, cujo fundo aparenta ostentar vestígios de afeiçoamento por polimento (Fig. 16). Esta realidade sugere que se tratou do aproveitamento de um sector de espaço pré-existente, cuja funcionalidade se

desconhece. Tal qual o verificado com o Conjunto 2, apenas se registou a presença de um grande vaso fechado, faltando-lhe o fundo e a parte superior, do qual se conserva cerca de metade do bojo, cuja parte média é percorrida por carena possuindo mamilos alongados de carácter estritamente decorativo ou simbólico, de coloração castanho-anegrada e cuidada execução, com a superfície brunida e regularizada (Fig. 19, em cima; Fig. 20, ao centro). Foi precisamente esse grande fragmento de bojo que se depositou numa depressão do substrato, formando, como se disse, uma base côncava propícia às práticas rituais associadas aos outros dois conjuntos, também neste denotadas pela existência de depósito terroso circundando o fragmento (Fig. 17), contrastando com a coloração esbranquiçada da bancada calcária que lhe serviu de suporte. Contudo, o depósito terroso apresentava desenvolvimento limitado, não tendo sido recolhido nenhum fragmento ósseo, indício que as práticas rituais ali realizadas foram pouco prolongadas.

4 – Discussão e conclusões

O registo arqueológico recuperado em Moita da Ladra 2 afigura-se até ao presente inédito. Com efeito, é conhecida a prática da incineração no Bronze Final em território português, mas circunscrita tradicionalmente à vertente funerária, o que não é manifestamente o caso. Contudo, face às evidências agora recolhidas, é difícil admitir que esta possa configurar ocorrência realmente única. Para afastar a hipótese funerária, que de início foi admitida, foi decisiva a ocorrência de um resto identificado de veado, remetendo assim esta prática ritual para o domínio das cerimónias não funerárias; deste modo, a questão que se coloca, é a de saber quantas necrópoles de incineração o Bronze Final, especialmente na região centro interior do País, não poderão, pelo menos em parte, respeitar a práticas rituais deste tipo, sem rejeitar, naturalmente a existência de verdadeiras sepulturas em tais sítios, que até não seriam incompatíveis com as manipulações de restos animais. Na verdade, o estado de profunda alteração dos escassos restos ósseos recuperados, impede, na quase totalidade dos casos compulsados, quaisquer certezas quanto a estes serem de origem humana. Por conseguinte, permanece por demonstrar cabalmente a finalidade das fossas sob *tumuli* até agora identificadas nos distritos de Aveiro e, sobretudo, de Viseu (Cardoso, 2007), sendo certo que, elas próprias, evidenciam frequentemente assinaláveis diferenças, que nalguns casos evocam finalidades não funerárias. A título de exemplo, bastaria sublinhar a diversidade de estruturas identificadas no conjunto de *tumuli* da Casinha Derribada (Viseu), do início do Bronze Final, devidamente assinalada pelo seu explorador (Cruz, Gomes & Carvalho, 1998). Em uma das fossas sob *tumulus* (monumento 3) foi recolhido conjunto de quatro recipientes originalmente intactos, preenchendo-a completamente (*op. cit.*, Fot. 3). Deste modo, a presença de recipientes em tais estruturas faz deles elementos relevantes nas próprias práticas rituais ali efectuadas, fossem estas funerárias ou não.

Na Moita da Ladra 2, esta realidade pode ser explorada na tentativa de analisar com mais detalhe os três conjuntos cerâmicos encontrados. Na verdade, os fragmentos dos recipientes ali identificados assumem um carácter marcadamente funcional, ao regularizarem depressões no substrato geológico, ao qual se ajustaram cuidadosamente, por forma a criarem superfícies sobre as quais se realizou a combustão de nacos de

animais (no caso, o veado). Viu-se que tais fragmentos constituíram o reaproveitamento de recipientes já incompletos e portanto fora de serviço, aproximando-se neste particular da urna que continha os restos incinerados enterrada sob uma das estruturas habitacionais, igualmente do Bronze Final do Monte de São Domingos (Idanha-a-Nova), a qual se apresentada com a totalidade da parte superior em falta (Cardoso, Caninas & Henriques, 1998). Porém, no conjunto 1 da Moita da Ladra 2, encimando os fragmentos de grande taça de carena alta, que forravam a parte inferior do covacho, foi colocado um vaso inteiro, em posição normal, com paralelo no vaso colocado na mesma posição recolhido no covacho do monumento 3 da Casinha Derribada. E, ainda que sejam muito diferentes as características arquitectónicas deste monumento, face à singeleza da estrutura da Moita da Ladra 2, não deixa de ser relevante sublinhar a valorização comum de recipientes nos rituais realizados em ambos os locais.

A tipologia dos recipientes encontrados em Moita da Ladra 2, que foi possível reconstituir na íntegra, indica um momento final do Bronze Final, em que às formas comuns naquela época, como é o caso da grande taça de carena alta, ou dos vasos de colo alto e carena média, munidos de asas, se juntam outras formas, menos conhecidas, como é o caso do grande vaso de colo apertado, para o qual existem, não obstante, paralelos, como na Penha Verde, Sintra (Cardoso, 2010/2011 a, Fig. 4, n.º 1) e no povoado da Moreirinha (Idanha-a-Nova), onde foram recolhidos dois grandes fragmentos de vasos de tipologia idêntica, mas de menores dimensões que o exemplar em apreço (Vilaça, 1995, Est. 216, n.º 4 e 249, n.º 2). Mais raro é o grande vaso do qual apenas se recolheu porção de bojo, o qual, não obstante o seu grande tamanho, evidencia, pela alta qualidade de fabrico, o esmero dos oleiros do final Bronze Final. Assim, apesar de não ter sido possível obter uma datação de radiocarbono, pelo facto de os ossos incarbonizados a tal não se prestarem (informação recebida do laboratório da Universidade de Waikato, Nova Zelândia), é lícito admitir que a estação se inscreve numa fase terminal do Bronze Final – lembre-se que não se recolheu um único indício de olaria produzida a torno de cunho orientalizante – quando, noutros locais do vale do Tejo, se processavam então os primeiros contactos com comerciantes de origem fenícia. Tal foi a situação identificada no sítio do Cabeço do Mouro (Cascais), em que, não obstante a tipologia dos recipientes se integrar na sua totalidade no Bronze Final, a datação de radiocarbono obtida – cujo limite inferior, para cerca de dois sigma é o início do século VIII a.C. (Cardoso, 2006), indica um período em que os comerciantes fenícios já frequentariam, ainda que de modo exploratório, o estuário do Tejo, tendo presentes os resultados obtidos no povoado de Almaraz (Barros & Soares, 2004). As cronologias obtidas para a ocupação do Bronze Final da Penha Verde (Sintra), entre 1000 e 820 cal BC (Cardoso, 2010/2011 a) e para o casal agrícola do Abrunheiro, Oeiras de 1005-835 cal BC (Cardoso, 2010/2011 b), ambas para cerca de dois sigma, parecem indicar que esta região se encontraria fortemente povoada por comunidades entregues tanto à exploração agro-pastoril como à comercialização de metais e sua manufactura, incluindo o ouro, como apontam as evidências recolhidas na Penha Verde e em outros sítios da região. É neste quadro económico-social que se integra a comunidade que realizou em Moita da Ladra 2 as práticas rituais agora documentadas, que por certo viveria num local próximo, talvez mesmo o alto de Moita da Ladra 1, onde anteriormente se tinha instalado um notável povoado fortificado calcolítico,

conforme alguns achados superficiais de cerâmicas atribuídas ao Bronze Final sugerem (Parreira, 1995) e foi possível comprovar no decurso das escavações (Fig. 21).

A evidência ritual do Bronze Final mais semelhante à identificada em Moita da Ladra 2 corresponde à do já referido casal agrícola do Abrunheiro, Oeiras (Cardoso, 2010/2011 b). As escavações ali efectuadas por Gustavo Marques, permitiram identificar a existência de um recipiente, provavelmente uma taça de carena alta, representado por vários fragmentos, aparentemente tapada por uma laje calcária, que cobria um conjunto abundante de ossos de um único ovino-caprino juvenil. Embora os ossos não evidenciem marcas de fogo, é possível que correspondam a nacos de carne que tenham sido cozinhados, e depois tapados pela referida laje, antes de todo o conjunto ter sido coberto por terra. Esta realidade corporiza, assim, uma prática muito semelhante à identificada em Moita da Ladra 2, afigurando-se, de momento, as duas únicas evidências de manipulação ritual de animais não associada ao respectivo consumo nem a práticas funerárias correlativas, no Bronze Final do território português.

Bibliografia

BARROS, L.; SOARES, A. M. Monge (2004), Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal), *O Arqueólogo Português*, Série 4, 22, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 333-352.

CARDOSO, João Luís (2006), A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 21-46.

CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. (2010), Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado, *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a. n. e.*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, pp. 65-95.

CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1998), Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Castelo Branco), *Estudos Pré-Históricos*, 6, Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 325-346.

CARDOSO, João Luís (2010/2011 a), A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 579-590.

CARDOSO, João Luís (2010/2011 b), O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 33-74.

CARDOSO, João Luís (2007), *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.

CRUZ, Domingos J.; GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. M. Sobral de (1998), O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5, *Conimbriga*, 37, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 5-76.

PARREIRA, Rui (1985), Inventário do Património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira – Notícia a parcela 403-8, *Boletim Cultural*, 1, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 107-127.

VILAÇA, Raquel (1995), *Aspectos do povoamento da Beira Interior (centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. 2 vols., Lisboa, IGESPAR (Trabalhos de Arqueologia, 9).

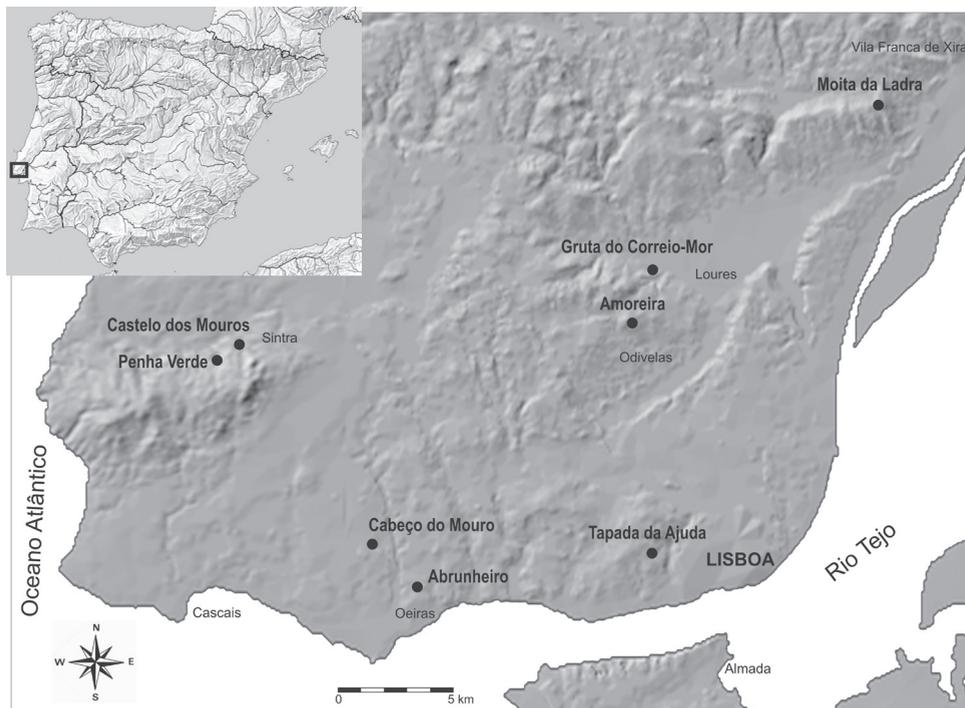


Fig. 1 – Localização de Moita da Ladra 2 na Península Ibérica e na Península de Lisboa, conjuntamente com outras estações do Bronze Final da região.



Fig. 2 – Vista do morro basáltico, à direita, situando-se a estação do lado esquerdo do topo da elevação, sobre a frente da pedreira, antes desta ter destruído o local.

Foto de M. Monteiro.



Fig. 3 – Moita da Ladra 2. Vista geral da área da estação explorada em Julho de 2003, evidenciando-se as duas depressões existentes no substrato geológico, constituído por calcários margosos do Cretácico muito metamorfizados. Em segundo plano, observa-se o morro basáltico onde se implantou o povoado calcolítico (Moita da Ladra 1) e, por detrás, divisa-se o estuário do Tejo.
Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 4 – Localização de Moita da Ladra 2 na Carta Militar de Portugal à escala de 1/25 000 (folha 403) (obs.: cada lado da quadrícula corresponde a 1 km).



Fig. 5 – Moita da Ladra 2. Vista parcial da área da estação explorada em Julho de 2003, observando-se as duas depressões onde se depositaram fragmentos de recipientes sobre os quais se efectuou a combustão de nacos de carne de animais (veado).
Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 6 – Moita da Ladra 2. Vista parcial das valas abertas com meios mecânicos nas imediações da área da estação explorada em Julho de 2003, com o intuito de identificar outras depressões rituais escavadas no substrato geológico, que não se confirmaram.
Foto de F. Martins.

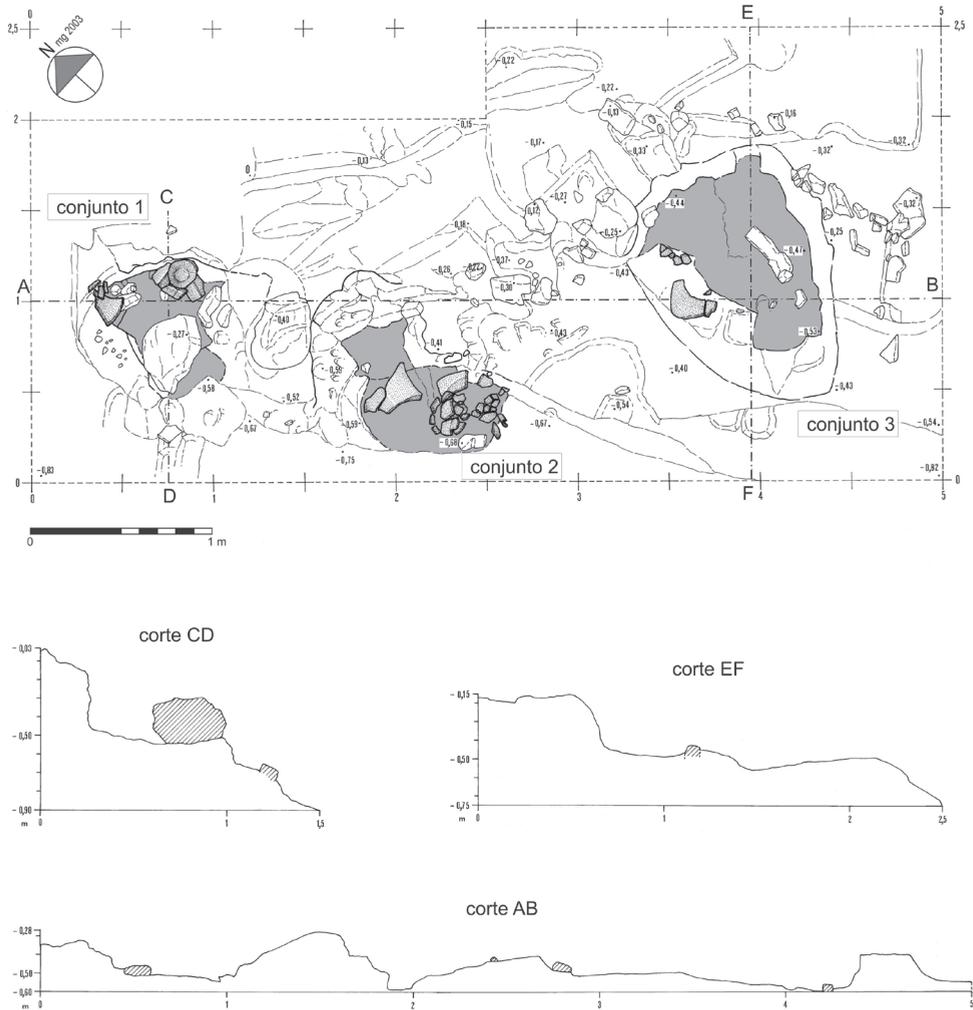


Fig. 7 – Moita da Ladra 2. Planta e cortes da área escavada, indicando-se a *grise* as depressões com concentração de materiais terrosos orgânicos associados a fragmentos de grandes recipientes, formando três conjuntos intencionalmente colocados no terreno.
Desenho de B. Ferreira.

Fig. 8 – Moita da Ladra 2.
Vista do Conjunto 1, constituído por fragmentos de uma taça de carena alta de grandes dimensões, forrando o fundo da depressão escavada no terreno, depois de retirado o vaso de carena média assente sobre aqueles.
Foto de M. Monteiro.



Fig. 9 – Moita da Ladra 2.
Conjunto 1, constituído por fragmentos de uma taça de carena alta, de grandes dimensões, forrando a parte inferior da depressão escavada no terreno, sobre os quais foi colocado um vaso de colo médio, intacto.
Foto de M. Monteiro.





Fig. 10 – Moita da Ladra 2.
Conjunto 1 visto de topo, com os fragmentos de grande taça de carena alta dispostos imbricadamente no fundo da depressão escavada no terreno, sobre os quais foi depositado, em posição normal, um vaso originalmente intacto, de carena média.
Foto de M. Monteiro.

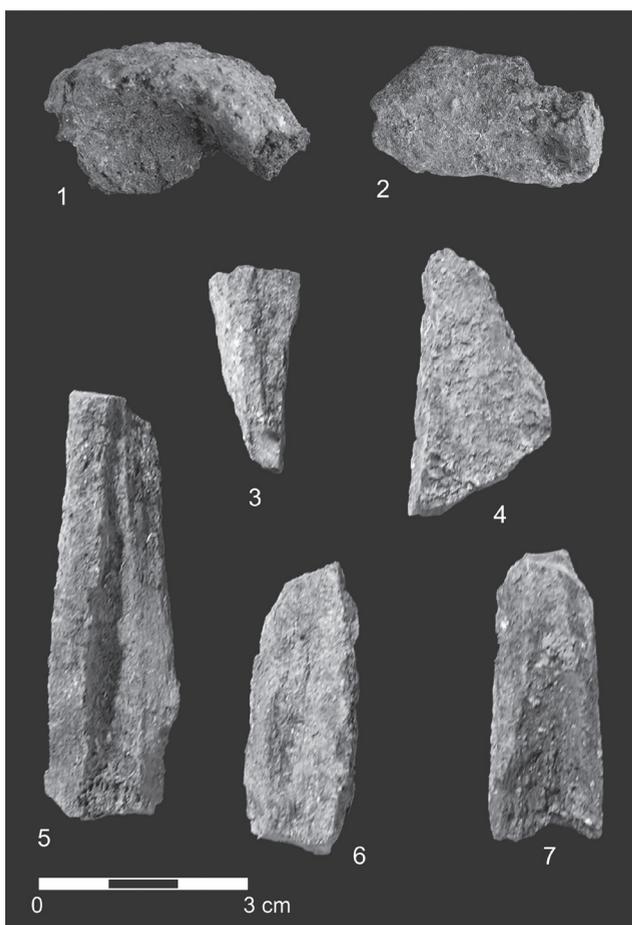


Fig. 11 – Moita da Ladra 2.
Conjunto de ossos incarbonizados, recolhidos no Conjunto 1 e no pequeno covacho reproduzido na Fig. 12, dos quais apenas um, situado no canto superior direito da figura, é classificável, correspondendo a fragmento de uma primeira falange de veado (*Cervus elaphus*).
Foto de J.L. Cardoso.

Fig. 12 – Moita da Ladra 2.
 Pormenor da parte superior do enchimento do Conjunto 1, observando-se um seixo de quartzito utilizado como alisador/brunidor para cerâmica.
 Foto de M. Monteiro.



Fig. 13 – Moita da Ladra 2.
 Pormenor de pequeno covacho aberto no terreno, nas imediações do Conjunto 1 e, tal como aquele, ocupado por terra orgânica, embalando esquirolas ósseas inclassificáveis.
 Foto de M. Monteiro.



Fig. 14 – Moita da Ladra 2.
 Vista parcial da área escavada, observando-se à esquerda o local correspondente ao Conjunto 1 e, em último plano, o fragmento do grande vaso que constitui o Conjunto 2.
 Foto de M. Monteiro.





Fig. 15 – Moita da Ladra 2.
Pormenor do Conjunto 2,
constituído por grandes fragmentos
de um pote de grandes proporções,
colocados em depressão previamente
existente no terreno.
Foto de M. Monteiro.



Fig. 16 – Moita da Ladra 2.
Vista geral da grande depressão
existente no terreno,
aparentemente afeiçãoada,
correspondente à deposição dos
Conjuntos 2 e 3.
Foto de B. Ferreira.



Fig. 17 – Moita da Ladra 2.
Pormenor do Conjunto 3,
correspondente à deposição de um
grande fragmento de vaso fechado
na depressão reproduzida na Fig. 16.
Foto de M. Monteiro.



Fig. 18 – Moita da Ladra 2.

Em cima: fragmento de vaso de carena média recolhido antes das escavações;
 ao centro: vaso de carena média que encimava o Conjunto 1;
 em baixo: grande taça de carena alta, incompleta, cujos fragmentos foram depositados na parte inferior da depressão correspondente ao Conjunto 1, servindo de embasamento ao vaso anterior.

Desenhos de F. Martins.

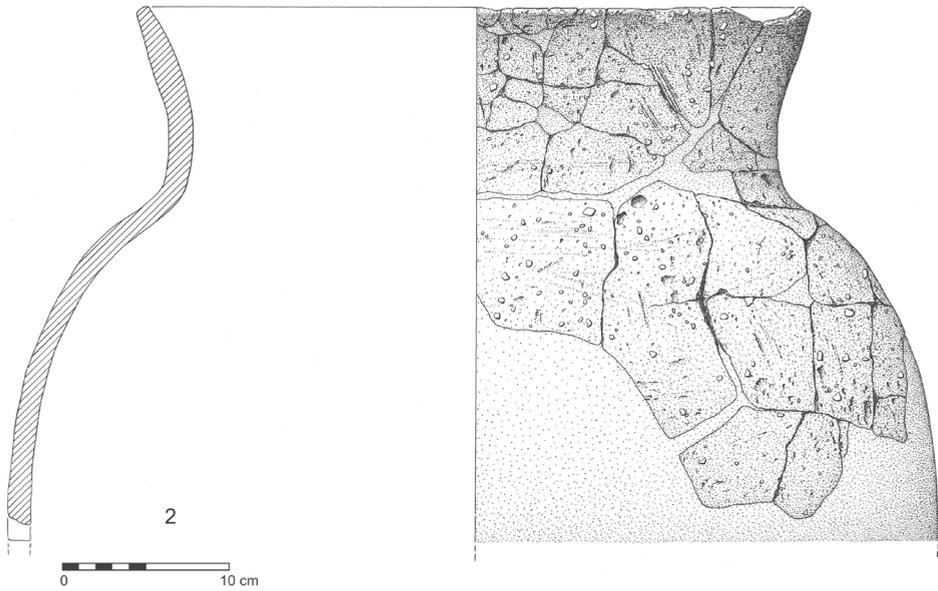
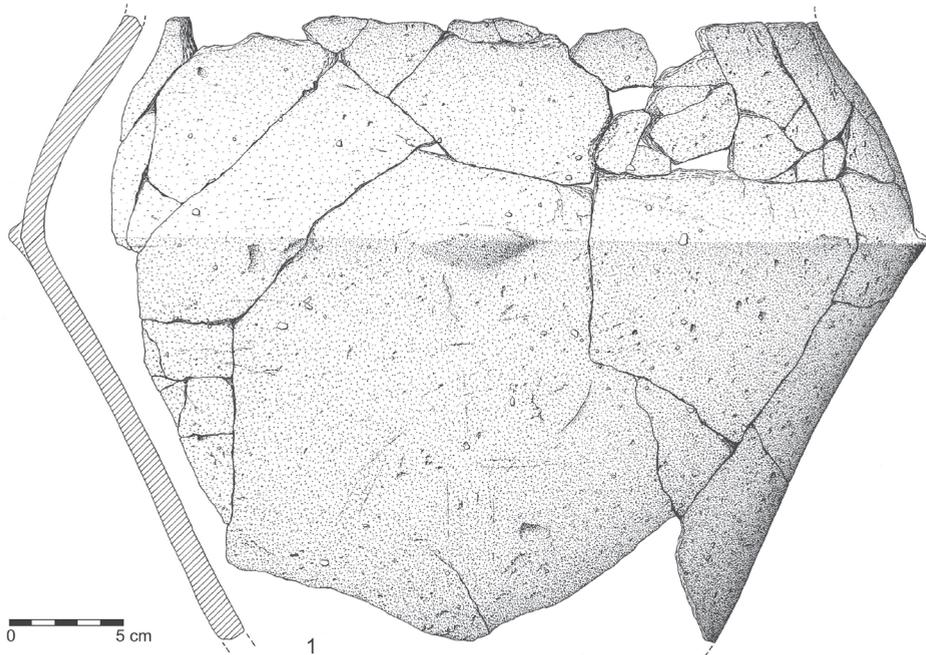


Fig. 19 – Moita da Ladra 2.
Em cima: fragmento do grande vaso correspondente ao Conjunto 2;
em baixo: fragmento do grande vaso correspondente ao Conjunto 3.
Desenhos de F. Martins.



Fig. 20 – Moita da Ladra 2.

Fotos dos recipientes que integravam os conjuntos identificados no terreno, evidenciando as suas dimensões.
Em cima, do Conjunto 1; ao centro, do Conjunto 3; em baixo, do conjunto 2.

Foto de J. L. Cardoso.

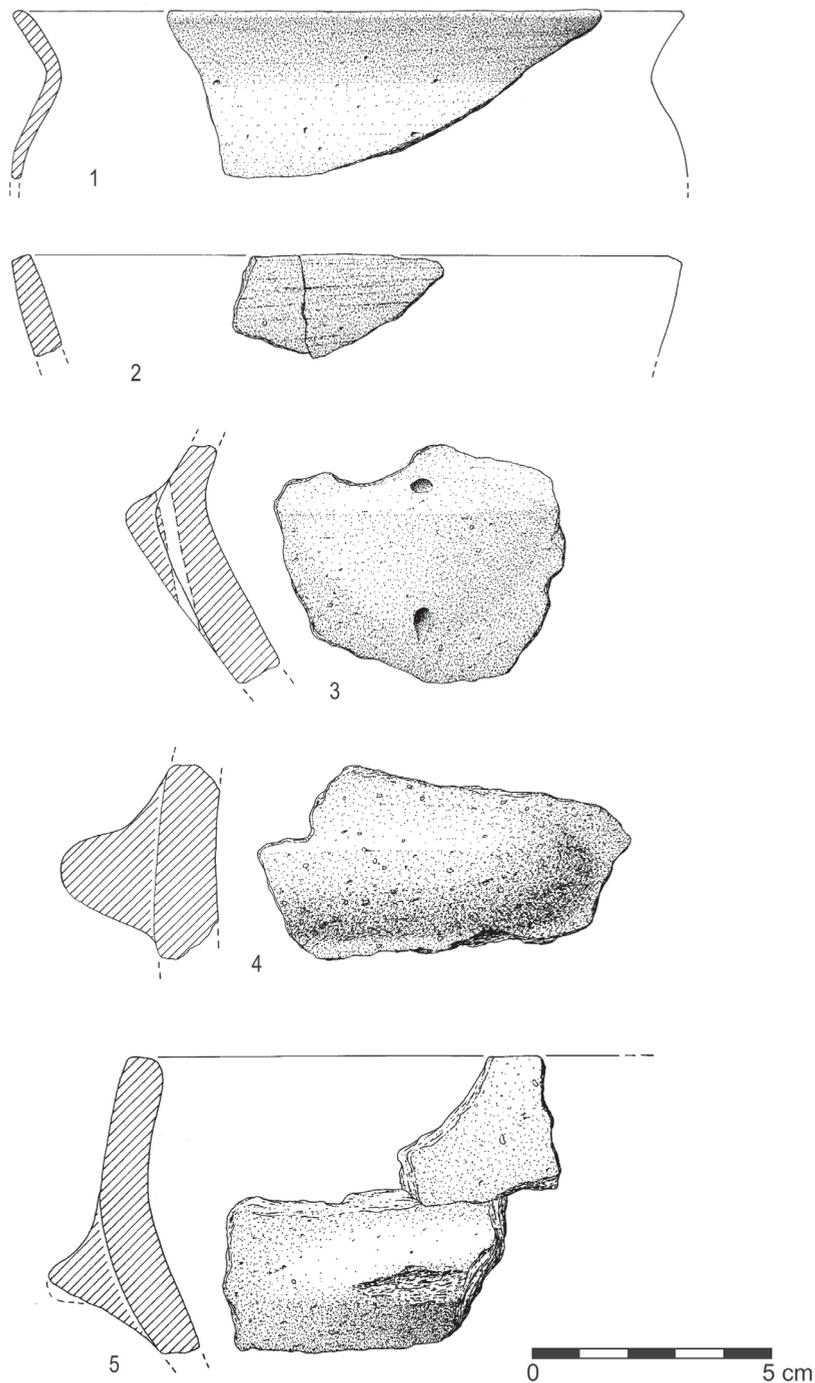


Fig. 21 – Moita da Ladra 1.
Fragmentos de recipientes do Bronze Final (n.º 3 a 5) e da Idade do Ferro (n.º 1 e 2)
recolhidos no decurso das escavações.

O abecedário rupestre, proto-histórico, do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)

Mário Varela GOMES
INST. DE ARQUEOLOGIA E PALEOCIÊNCIAS - FCSH/UNL

Resumo

O presente trabalho identifica e estuda abecedário, encontrado em santuário rupestre, situado junto à margem esquerda do rio Douro.

Aquele, até agora tido como inscrição em caracteres de «tipo ibérico» ou «celtibérico» é constituído por vinte e duas letras, finamente incisas sobre superfície horizontal de xisto, polida pela erosão fluvial, ordenadas em linha, na direcção sinistrorsa e a grande maioria das quais seguindo a sequência dos alfabetos gregos arcaicos.

A disposição, forma das letras e a ordem das mesmas permitiu a atribuição agora conferida e a sua datação nos inícios do século V a.C.

A inclusão deste alfabeto em superfície contendo gravuras de idade sidérica, junto de outras com iconografia afim e indicando lugar onde decorreram actividades socio-religiosas de que aquelas constituem os derradeiros testemunhos, não só reafirma o alto valor simbólico que as letras então detinham, como permite melhor datar as imagens a que se lhes associam.

Palavras-chave: Abecedário, Rupestre, Grego, Idade do Ferro.

Abstract

The present work identifies and studies an alphabet found in the Vale da Casa rock art sanctuary, located on the left side of the Douro river.

Up until now, the inscription, formed by twenty-two letters, has been interpreted as «Iberian» or «Celtiberian» characters. It was finely engraved on a horizontal shale surface, and has been eroded by the river's waters. The letters are positioned in one row, from right to left and the majority follow the archaic Greek alphabet order.

The layout, the form of the letters and their order, allowed us to attribute them to the beginning of the 5th century b.C.

The inclusion of this alphabet on a surface containing rock art from the

Iron Age, along with other engraved surfaces, indicates a site where social-religious activities have developed. These last remaining traces do not only reaffirm the high symbolic value that the letters would have had, but also enable a more accurate dating of the engravings associated with them.

Key-words: Alphabet, Rock Art, Greek, Iron Age.

Identificação

Nos inícios dos anos oitenta da passada centúria, A. Martinho Baptista publicou rocha decorada (nº 23) do conjunto que estudou no Vale da Casa, ou Vale de Canivães, situada na margem esquerda do rio Douro e a menos de 5 km para montante da barragem do Pocinho, contendo o que então denominou «uma inscrição, com caracteres que lembram os Ibéricos.» ou «caracteres de tipo Ibérico»¹.

Alguns anos depois, o autor anteriormente citado, mencionou de novo, em trabalho de síntese, sobre a arte rupestre portuguesa, a rocha 23 e a «inscrição em caracteres de tipo ibérico», que relacionou com possível cena de caça, gravada perto, referindo, também: «No Vale da Casa há ainda raras gravações alfabetiformes, em caracteres de tipo ibérico, que vincam a cronologia avançada destas figuras.»²

Mais recentemente, o mesmo investigador voltou a publicar o decalque da rocha 23 do Vale da Casa, mas acompanhado de boa fotografia colorida daquela superfície, com preparação bicromática e obtida em 1982, onde se vê a inscrição que temos vindo a referir³.

Também A. Faustino de Carvalho menciona, no contexto das gravuras sidéricas do Baixo Côa e Alto Douro, as gravuras do Vale da Casa, referindo a sua inscrição alfabetiforme, «ainda não traduzida» conforme escreveu, dela oferecendo excelente fotografia, da autoria de A. Martinho Baptista⁴.

Raquel Vilaça reeditou texto publicado três anos antes onde refere a escrita alfabetiforme de «tipo ibérico» do Vale da Casa, afastando-a claramente do «tipo celtibérico», classificação que A. Martinho Baptista também usaria⁵.

A mesma epígrafe seria considerada, por J. L. Cardoso, como «inscrição em alfabeto celtibérico»⁶.

Conforme de imediato se observa, os caracteres registados na inscrição do Vale da Casa não correspondem aos da denominada escrita ibérica, usada do Sul da França ao Levante Peninsular, nem, tão pouco, aos das escritas do Sudeste, localizada na Andaluzia Oriental, ou do Sudoeste, centrada no Baixo Alentejo e Algarve, mas com rara dispersão na Estremadura Castelhana e Andaluzia Ocidental, nem com a escrita celtibérica, melhor representada no Nordeste e Vale do Ebro, nas províncias espanholas

¹ BAPTISTA, 1983-84, p. 80, est. IV.

² BAPTISTA, 1986, pp. 52, 53.

³ BAPTISTA, 1999, pp. 180, 181.

⁴ CARVALHO, 1998, p. 195, fig. 11.

⁵ VILAÇA, 2008, p. 82; BAPTISTA, 2008, p. 138.

⁶ CARDOSO, 2012, p. 115.

de Aragão e Navarra. De facto, as letras patentes no Vale da Casa, oferecem aspectos que as integram no grande grupo grafemático grego, como a sua sucessão constitui alfabeto, conforme demonstraremos.

A cronologia das gravuras referidas do Vale da Casa, dada a utilização da técnica filiforme e a presença de representações de espadas com lâminas afalcatadas, como de certas características estilísticas, foi atribuída à I Idade do Ferro do Noroeste Peninsular (séculos V-IV a.C.), cronologia possível de melhor aferir através do estudo da epígrafe que parece acompanhá-las⁷.

Suporte e técnica de gravação

A superfície onde se encontra o abecedário em apreço, tem o número de ordem 23, no conjunto das rochas decoradas do Vale da Casa.

Trata-se da face superior de afloramento xisto-grauváquico, sub-horizontal e polido pela erosão fluvial, possuindo contorno trapezoidal, definido por profundas fracturas longitudinais, orientadas no sentido noroeste-sudeste. Mede 1,55 m de comprimento e 1,05 m de largura máxima, em uma das extremidades.

A inscrição ocupa sensivelmente o centro da rocha, nas proximidades de outras gravuras, tanto filiformes como picotadas, sendo paralela a extensa linha de fractura. Foi gravada através de incisões filiformes, executando-se quase sempre um único traço para cada segmento de letra, possivelmente com artefacto metálico, talvez uma ponta de ferro bem aguçada, notando-se a natural dificuldade em obter linhas curvas.

A epígrafe

Desenvolve-se, conforme dissemos, paralelamente a grande fissura longitudinal, situada a cerca de 0,05 m do topo das letras, tendo-lhe servido, claramente, de elemento orientador. Ocupa área com 0,30 m de comprimento e 0,03 m de largura, correspondendo à altura da maior das letras, que é o *sigma*. As letras com menor altura, medem 0,01 m.

Identificaram-se 22 letras, algumas mutiladas ou alteradas pela erosão dos agentes meteóricos e as águas do Douro, ordenadas de modo sinistrorso, quase sempre separadas entre si cerca de 0,008 m, tal como alguns pequenos traços parasitas. Importa referir que a diferente visibilidade das letras de qualquer epígrafe, permitindo o seu reconhecimento claro ou duvidoso, depende da destreza do gravador, do grau de conservação daquela, mas também da habilidade e técnica de quem a reproduz, obtendo documento em que assentarão os estudos ulteriores.

Dado que o núcleo de rochas onde se integra a que possui a inscrição, se encontra actualmente sob as águas da albufeira da barragem do Pocinho, não nos foi possível conferir o decalque apresentado por A. Martinho Baptista ou realizar outro. Não obstante, a larga experiência daquele investigador, na reprodução de arte pré-histórica, serve de aval em relação à fidelidade da documentação reproduzida, embora ainda pudessemos conferir a informação por ele obtida a partir de duas fotografias suas.

A inscrição do Vale da Casa corresponde a testemunho muito particular, pois

⁷ BAPTISTA, 1986, p. 53.

trata-se de alfabeto da família grafemática grega arcaica, com a seguinte sucessão: *alpha, beta, gamma, delta, eta, digamma, dizeta, theta, pi, iota, upsilon, kappa, mu, nu, omicron, epsilon, koppa, rho, sigma, tau, khi e sampi*. Importa proceder aos comentários, julgados pertinentes, para cada uma das letras, nem todas bem grafadas e completas, reconhecendo-se algumas anomalias, confusões nos traçados, lacunas e alterações na ordenação normal.

1. *Alpha*. Não oferece dificuldades no seu reconhecimento. Apresenta duas hastes simétricas e convergentes, faltando-lhe a barra oblíqua. A forma simétrica, idêntica à do alfabeto latino e conhecida na Lacónia, generalizou-se na Grécia, gradualmente, a partir do século V a.C.⁸
2. *Beta*. Mostra traço oblíquo longo e outro curto, na extremidade daquele, constituindo ângulo agudo. É a consoante com maior variação formal da Grécia Arcaica, conhecendo-se exemplares com a extremidade curva em Creta e na escrita do Sudoeste Peninsular. A forma presente no Vale da Casa, ao que parece incompleta, é semelhante às do *gamma* e do *lambda*.
3. *Gamma*. Oferece barra vertical, com curtos segmentos em ambas extremidades, formando ângulos abertos. É possível que se tenha querido gravar segmento de círculo. Trata-se de forma semelhante à utilizada tanto em Corinto, Rodes, Eubeia, Samos, como nas colónias gregas do Ocidente e na escrita etrusca.
4. *Delta*. Corresponde a forma invertida do D latino, pois foi gravado no sentido sinistrorso. Esta foi usada na Grécia Continental e nas colónias gregas do Ocidente, mas também no etrusco e na escrita do Sudoeste Peninsular.
5. *Eta*. Observam-se as duas hastes verticais e paralelas, não se tendo detectado, com clareza, a barra que os deveria unir a meia altura, conforme surge na Ática, Jónia e nas colónias gregas do Ocidente.
6. *Digamma*. Reconhece-se traço vertical, encurvado na extremidade superior, sugerindo forma cursiva da utilizada na Eubeia e nas suas colónias, como na Beócia e na Tessália, durante o século V a.C. Junto surge pequeno traço vertical⁹.
7. *Dizeta*. Trata-se de letra representada através de linha vertical, com pequenos traços horizontais nas extremidades, faltando-lhe, no presente caso, um deles. Quando de pequenas dimensões corresponde a variante tardia¹⁰.
8. *Theta*. Possui forma subcircular, contendo ponto central, surgida em meados do século VI a.C. e que, antes de meados da centúria seguinte, substituiu os círculos com barra central ou com os característicos diâmetros cruzados¹¹.
9. *Pi* (?). Trata-se apenas de duas barras verticais, que bem podiam encontrar-se ligadas por traço horizontal, unindo os seus topos, constituindo forma tardia,

⁸ JEFFERY, 1961, p. 23.

⁹ JEFFERY, 1961, p. 25.

¹⁰ JEFFERY, 1961, p. 28.

¹¹ JEFFERY, 1961, p. 29.

- usada nos alfabetos gregos ocidentais¹².
10. *Iota*. Ocorre a forma mais simples, a da haste vertical. Esta foi adoptada em muitas regiões da Grécia, desde os inícios do século VII a.C.¹³
 11. *Upsilon*. Mostra haste longa, com a extremidade superior formando ângulo aberto. Esta forma foi usada em diferentes pontos da Grécia Continental e do Egeu (Tera, Creta)¹⁴.
 12. *Kappa*. Apresenta traço vertical e as duas barras oblíquas, unidas em linha constituindo ângulo e separadas daquele. Esta forma, algo cursiva, surge na escrita do Sudoeste Peninsular e nas escritas gregas arcaicas¹⁵.
 13. *Mu*. Forma contendo quatro segmentos formando dois ângulos agudos, com os vértices voltados para cima, documentada na Lacónia, no jónico e nas colónias gregas do Ocidente, desde os tempos mais antigos. O aspecto cursivo é próprio, no mundo grego, dos finais do século VI a.C. ou dos inícios da centúria seguinte¹⁶.
 14. *Nu*. Mostra duas barras oblíquas paralelas e uma vertical, unindo as extremidades opostas daquelas, constituindo forma sobretudo própria do século V a.C.¹⁷
 15. *Omicron*. Com forma circular e de dimensões idênticas à maioria das restantes letras deste alfabeto, indica variante antiga no contexto das escritas gregas arcaicas, pois a partir do século V a.C. surgem as formas exageradamente pequenas¹⁸.
 16. *Epsilon*. Apresenta traço vertical, a que se adossam três barras perpendiculares. Trata-se da forma mais comum nas escritas gregas arcaicas¹⁹.
 17. *Koppa*. Oferece forma recorrente, com corpo circular e haste vertical, algo ondulada, que o intercepta. Esta letra caiu em desuso a partir de meados do século VI a.C., embora se mantivesse no registo de dialectos dóricos até à centúria seguinte. A sua utilização é normalmente considerada como sinal de arcaísmo, tendo quase desaparecido no século IV a.C., dado ter alcançado, como signo numérico e nos numismas de Corinto, o século II a.C. (Argos, Corinto, Creta, Rodas)²⁰.
 18. *Rho* (?). Reconheceu-se uma barra, algo oblíqua e a que parece associar-se linha arqueada, pertencente à letra seguinte, assim originando a forma em D,

¹² JEFFERY, 1961, p. 33.

¹³ JEFFERY, 1961, pp. 29, 30.

¹⁴ JEFFERY, 1961, p. 35.

¹⁵ JEFFERY, 1961, p. 30.

¹⁶ JEFFERY, 1961, p. 31.

¹⁷ JEFFERY, 1961, p. 31.

¹⁸ JEFFERY, 1961, p. 32.

¹⁹ JEFFERY, 1961, p. 24.

²⁰ LEJEUNE, 1947, p. 27; JEFFERY, 1961, pp. 33, 34; BRIXHE, 1991, p. 336.

usada na Ática e na Jónia²¹.

19. *Sigma*. Possui três segmentos, conforme também acontecia em Naxos, Eubeia, Ática, Tessália ou no jónico de Kolophon e Esmirna²².
20. *Tau*. Surge na sua forma mais comum, quase universal das escritas gregas arcaicas, constando de traço vertical, longo, e barra perpendicular no topo daquele.
21. *Khi*. Apresenta a forma de duas linhas oblíquas cruzadas, como nas inscrições gregas mais antigas, pervivendo até ao século V a.C.
22. *Sampi*. Trata-se da forma em flecha, embora com a linha central mais curta que uma das laterais, presente sobretudo na escrita jónica e no frígio, que deixaria de ser usada a partir da segunda metade do século V a.C.²³

Comentário epigráfico

A grafia das letras descritas da inscrição do Vale da Casa corresponde, conforme indicámos, às formas usadas na Grécia Antiga e, designadamente, no jónico, em torno à primeira metade do século V a.C. Não se trata de alfabeto «ibérico» ou «celtibérico», cujos grafemas são não só formalmente diferentes como possuem valores vocálicos de diversa índole, pois desde logo constituem silabários e não abecedários, o que acontece no presente caso.

Registaram-se vinte e duas letras, contando os alfabetos gregos jónicos com vinte e seis, os gregos do Ocidente com vinte e quatro e o romano com apenas dezoito.

No Vale da Casa foram representadas seis vogais ou semi-vogais (*alfa*, *epsilon*, *eta*, *iota*, *omicron* e *upsilon*) não se tendo figurado apenas o *omega*, que aliás não consta na maioria dos alfabetos gregos. Das chamadas letras especiais ou duplas consoantes, tidas como procedentes dos signários cretense e cipriota, só ali surge o *khi*, embora as restantes faltem igualmente em diversos abecedários gregos.

Também a disposição sinistrorsa das letras do abecedário do Vale da Casa oferece a organização e a sequência essencial dos alfabetos gregos arcaicos. Recordemos que só em cerca de 500 a.C. é que as inscrições gregas passam a ser dextrorsas. Algumas alterações sequenciais dos grafemas são recorrentes naqueles alfabetos, que nos serviram de paralelo, não se tendo registado seis dos habituais 27, e se excluirmos o *lambda*, aqueles não são os mais usados nas escritas gregas arcaicas (*xi*, *san*, *phi*, *psi*, *omega*).

As quatro primeiras letras (*alfa*, *beta*, *gamma*, *delta*) encontram-se na sequência habitual. A quinta deveria ser um *epsilon* mas surge *eta*, com valor vocálico muito semelhante àquela e, por isso, confundível. O *epsilon* irá ocupar o 16º lugar na ordem da inscrição. As cinco primeiras letras sucedem-se *digamma*, *dizeta* e *theta*, conforme é comum. A nona letra pode ser um *pi*, claramente fora de ordem, detectando-se, em seguida, *iota*, *upsilon*, deslocado, *kappa*, desconhecendo-se o *lambda* e surgindo na sequência «clássica», *mu*, *nu* e *omicron*. Alguns alfabetos gregos entre aquelas duas letras apresentam o *xi*.

²¹ JEFFERY, 1961, p. 34.

²² JEFFERY, 1961, p. 34.

²³ JEFFERY, 1961, pp. 38, 39.

A seguir ao *omicron* observa-se, deslocado, o *epsilon* e depois possível *rho*, *sigma*, *tau*, *khi* e *sampi*, na sequência normal, embora com falta de algumas letras raras porque, conforme referimos, nem sempre foram usadas nos alfabetos gregos arcaicos.

Podemos concluir que apenas quatro letras se encontram verdadeiramente fora da sequência normal dos abecedários mencionados, aspecto que se pode dever, desde logo, à sua deficiente interpretação, mas também à falta de conhecimentos do gravador, males de que outros abecedários arcaicos igualmente padecem.

Note-se que se observaram não poucos erros de gravação, desde omissões a letras incompletas, formas algo diferentes das normais, a par das alterações de ordem acima assinaladas. Estes aspectos são compreensíveis em registo tão recuado, talvez da responsabilidade de quem conhecia mal o alfabeto modelo ou *princeps*, elaborado com bases teóricas. O exemplar do Vale da Casa foi, por certo, realizado de memória e, muito possivelmente, no seio de realidade linguística e cultural distinta da de onde procedia aquele conhecimento.

Recordemos que até a famosa inscrição grega conhecida como “Pedra de Rosetta”, que desempenhou papel fundamental na decifração da escrita egípcia, apresenta incorrecções diversas no texto grego, tanto ao nível da construção gramatical como algumas importantes trocas de letras, nomeadamente *lambda* por *alfa*, *xi* por *sigma* ou *beta* por *iota*²⁴.

A análise dos grafemas presentes no abecedário do Vale da Casa permite atribuí-los a contributo jónico, da primeira metade do século V a.C., conforme indica a presença do *sampi*, a forma do *digamma*, apesar das ausências do *san* e do *omega*, entre outros aspectos que anteriormente indicámos.

Porquê um alfabeto rupestre grego no Noroeste?

Pouco sabemos das línguas e dialectos pré-romanos da Península Ibérica e, até, do seu mosaico populacional. Desconhecemos se, conforme acontecia na Grécia a partir dos inícios do primeiro milénio a.C., existia uma unidade linguística, dispondo de fundo comum de noções lexicais e gramaticais, apesar das diferenças de carácter dialectal²⁵.

Entre as línguas e escritas trazidas por colonizações ou devidas à interacção comercial e cultural contam-se o fenício, em nosso entender a escrita do Sudoeste Peninsular e o grego.

A escrita grega, sobretudo jónica, é conhecida nas zonas de Alicante e Múrcia, ou em outros pontos da Costa Levantina ibérica, onde existiram antigos *emporia* gregos e se falava grego, pelo que alguns autores defendem, até, a existência de uma escrita greco-ibérica, atribuída aos séculos V-IV a.C.²⁶.

Da feitoria fenício-púnica de Toscanos (Málaga), procede fragmento de ânfora ática, do tipo SOS, contendo porção do bordo e, sob este, grafito correspondente a restos de possível antropónimo (...)TOR(OS), em genitivo, que utiliza alfabeto ático

²⁴ COOK, 1996, pp. 300, 301.

²⁵ PALLOTTINO, 1975, p. 53.

²⁶ HOZ, 1985-86;1991, pp. 669, 670; FLETCHER, 1992, p. 301; CÓLERA, 1998.

de características arcaicas²⁷. Em Huelva, têm sido identificados grafitos na escrita comum às lápides de I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, como na escrita grega, mais precisamente na jónica arcaica. Um destes textos, inciso na parede exterior de taça, regista o antropónimo, em dativo, *Nietoi*²⁸.

A identificação do abecedário do Vale da Casa como de origem grega, permite, a partir do princípio simples de que à identidade de grafemas devem corresponder sistemas fonológicos semelhantes e línguas afins, aceitar a presença de falantes gregos que, conforme deduzimos, pela morfologia das letras e sua ordenação, teriam procedência jónica. A existência de tal testemunho pode explicar-se através de pequena colonização ou de contactos comerciais, embora a tradição historiográfica desde cedo que aceita implantação grega no Noroeste Peninsular. Esta seria detectável a partir das bases etimológicas de alguns topónimos, hidrónimos e etnónimos, como da informação literária, nomeadamente da transmitida por C. Plínio (*N.H.*, IV, 112) e Estrabão (*Geog.*, III, 4, 3), que ali registam a existência de populações de origem grega, *Helleni*, *Groui*, *Tyde*, ou de cidade com aquele primeiro nome e a mesma origem. Também M. Juniano Justino (*Ep.* 44.3), que sabemos estear-se em Pompeu Trogo, autor do tempo de Augusto, indica claramente a origem grega dos Gallaeci (*Gallaeci autem Graecam sibi originem adserunt*)²⁹.

A escassez de testemunhos arqueológicos gregos no Noroeste Peninsular tem conduzido a interpretar as informações escritas que mencionámos como fruto de antiga mitificação, própria de território longínquo e pouco conhecido, mas rico, aspecto que toda a Península Ibérica assumiu durante a Antiguidade, sobretudo para as populações do Mediterrâneo Oriental. De facto, como bem notou A. C. Ferreira da Silva³⁰, aquela presença não tem claramente emergido na informação empírica proporcionada pela Arqueologia, pelo que o abecedário grego do Vale da Casa, o único com tal origem encontrado na Península Ibérica, relança velha problemática.

No mesmo contexto, importa não esquecer que até povos não gregos escreveram em grego ou utilizaram o alfabeto grego, mais ou menos modificado, para grafar as suas próprias línguas. Assim se terão criado alfabetos ou semi-alfabetos, como o etrusco, e na Península Ibérica o ibérico, o turdetano ou meridional, o celtibérico, a escrita do Sudoeste, onde surgem abundantes letras gregas, concluindo F. R. Adrados que «Os Gregos, em definitivo, alfabetizaram a Hispania»³¹.

O alfabeto, invenção devida ao génio grego, constitui o sistema mais simples e racional de registo gráfico de fonemas, ou seja os sons que formam as palavras. Ele faz parte do principal meio de comunicação que é a escrita, pelo que pode ser considerado uma das maiores descobertas da Humanidade, pois permite o registo e a transmissão de factos, conceitos ou até de emoções e sentimentos, ou seja, a reprodução da cultura.

O alfabeto, *kadmeia grammata* (letras de Kadmos), como foi denominado por

²⁷ HOZ, 1970.

²⁸ JURADO e OLMOS, 1985.

²⁹ MANGAS e PLÁCIDO, 1999, pp. 863, 867; PLÁCIDO, 2007, p. 194.

³⁰ SILVA, 1986, p. 280.

³¹ ADRADOS, 1999, p. 183.

Heródoto (V. 59) ou *phoinikeia grammata* (letras dos fenícios), conforme lhe chamavam os jónicos, é constituído por sinais gráficos, ou signos, que representam fonemas, ou seja a mais pequena unidade da fala (*elementum*), traduzindo elementos da linguagem articulada (discurso). Como processo de notação combinatório, no uso do alfabeto interessam mais as regras de utilização transmitidas pelo ensino, ou *corpus* doutrinal, que os fonemas dos grafemas, ou a mensagem visual. Assim, o «abecedário é a chave secreta da escrita, não a escrita»³², dado o seu conhecimento não implicar saber escrever, pois o que importa para isso é saber as regras da sua utilização. Tal qual acontece com o alfabeto actual, também os abecedários prístinos podiam ser supranacionais nas formas das letras, mas nacionais nas regras de uso³³.

O século VIII a.C. correspondeu à grande difusão da língua grega, à formação dos alfabetos gregos e à colonização grega de diferentes regiões da Ásia Menor e do Mediterrâneo. O policentrismo, tanto do mundo grego, como do fenício, sírio-palestino e anatólico, obstaram a que não se tivesse originado um único alfabeto, mas antes alfabetos diversos, nascidos da mesma raiz mas de acordo com as características culturais de cada região, segundo processo que não foi simples nem unívoco.

Em 403 a.C. e em consequência da Guerra do Peloponeso, o alfabeto jónico de Mileto, constituído por vinte e quatro letras, foi oficialmente adoptado por Atenas, procedimento seguido pela maioria das restantes cidades-estado gregas, tornando-se no «alfabeto clássico grego». Todavia, o *digamma* e o *koppa* haveriam de ser então eliminados, embora aquele último continuasse a ser usado como numeral³⁴.

O conceito de que as diversas línguas correspondem a entidades étnicas precisas ou a nações, sendo veículo de comunicação e meio de expressão de particularidades culturais, encontra-se hoje afastado, conforme, por exemplo, demonstra a lusofonia espalhada por quatro continentes e onde é bem independente da cultura material e espiritualidade dos seus falantes, aceitando-se que *ethnos* e comunidade linguística constituem entidades distintas. Como pensava Saussure, a língua em si mesma não comporta dimensão histórica e funciona apenas devido à sua natureza simbólica³⁵.

O abecedário rupestre do Vale da Casa, inclui contexto do que entendemos ter constituído santuário ao ar livre, de idade sidérica conforme concluímos, onde ocorreram actividades de carácter sócio-religioso, de que aquelas e outras gravuras são os derradeiros testemunhos.

Os abecedários conhecidos na Grécia Arcaica têm como suporte principalmente recipientes ou fragmentos de cerâmica, embora se conheça pelo menos um sobre superfície rochosa, ao ar livre, situada em Barako (Vari), a cerca de 20 km para sul de Atenas. Trata-se de alfabeto com vinte e duas letras, gravado no mármore dolomítico de afloramento, constituindo duas linhas onduladas, em *boustrophedon*, e com disposição sinistrorsa³⁶.

³² POWELL, 1996, p. 115.

³³ PROSDOCIMI, 1990, p. 115.

³⁴ DIRINGER, 1948, p. 458; HEALEY, 1996, p. 233; GHINATTI, 1999, pp. 137, 138.

³⁵ BENVENISTE, 1975, p. 5.

³⁶ LANGDON, 2005.

Os contextos rupestres dos abecedários do Vale da Casa e de Barako conduzem-nos a relevar que a aprendizagem da leitura e da escrita se fez, e ainda assim hoje acontece em muitos pontos do globo, através de textos sagrados, acompanhando a alfabetização a iniciação religiosa e sendo, portanto, os centros religiosos os seus grandes difusores. Constituem provas do que referimos, as escritas teocráticas do Egito, Mesopotâmia e China ou o seu uso na Idade Média europeia, onde se circunscrevia fundamentalmente aos círculos conventuais e o seu ensinamento desempenhou papel iniciático, meio filosófico de meditação e, até, factor de sensibilização artística. Rhys Carpenter defendeu que o grande santuário de Delfos, entendido na Antiguidade como «centro do mundo», teria sido na Grécia importante centro de propagação da escrita, a partir de meados do século VIII a.C.³⁷

Por outro lado, o «valor obscuro e mágico da escrita», conforme escreveu R. Bloch³⁸ e o seu unanimemente reconhecido enorme capital simbólico, permite considerarmos os abecedários não só como instrumentos de literacia mas, em certos contextos, designadamente no do Vale da Casa, como meios de interacção entre o mundo real e o sobrenatural, conforme acontecia com os epitáfios gregos e romanos, que devendo-se ler em voz alta, estabeleciam o diálogo entre os vivos e os mortos. «Enquanto tu lês, sou eu que falo, porque a tua voz é a minha.»³⁹, regista epigrama da *Anthologie Latine* (721).

A decifração do próprio alfabeto permitiria a sua funcionalidade plena como mensagem, apesar das interpretações poderem desviar-se do sentido que se lhes pretendeu imprimir⁴⁰. Não cremos que o abecedário do Vale da Casa tivesse função escolar ou pedagógica, não constituindo modelo ou exercício de escrita, pelo que antes deveria integrar contexto ritual, conforme as restantes gravuras que o acompanham documentam. Trata-se do chamado uso mágico da escrita, que pode ser conferido a outros alfabetos gregos, como o de Marsiliana de Albegna, sobre pequeno tabuleiro de marfim e procedente de sepultura. Também parece provir de contexto funerário de Viterbo, o pequeno vaso de *bucchero* em forma de galo, que exhibe abecedário, hoje no *Metropolitan Museum of Art* de Nova York⁴¹. Tem igualmente contexto funerário a anforeta de *bucchero*, com dois alfabetos, de Monte Acuto (Formello), tal como os dois alfabetos, sobre pedra, de Chiusi⁴². E procede de contexto cultual taça com alfabeto do santuário de Era, em Samos, atribuída a meados do século VII a.C.⁴³. Em Tera, onde existiu santuário dedicado a Zeus, encontram-se diversas inscrições rupestres, dos séculos VIII-VII a.C.⁴⁴

Conforme recordou C. Brixhe, seria muito grande o impacto da escrita em sociedades quase exclusivamente constituídas por analfabetos, capazes de atribuírem

³⁷ CARPENTER, 1938, p. 63

³⁸ BLOCH, 1963, p. 190.

³⁹ SCHEID e SVENBRO, 2003, p. 118.

⁴⁰ BOURDIEU, 1999, p. 12.

⁴¹ PANDOLFINI e PROSDOCIMI, 1990, pp19- 23.

⁴² PANDOLFINI e PROSDOCIMI, 1990, pp. 24-26, 55--58.

⁴³ GUARDUCCI, 2001, p. 68.

⁴⁴ GUARDUCCI, 2001, p. 79.

funções misteriosas às mensagens que só alguns, nomeadamente próximos das elites, compreendiam⁴⁵. Este comportamento ocorreu largamente na Idade Média europeia, nomeadamente na Escandinávia e Ilhas Britânicas, onde as runas eram tidas como constituindo escrita secreta, utilizada por sacerdotes, derivando aquela palavra do gótico, onde significava o que era sagrado e transcendente.

As comunidades humanas, do Noroeste Peninsular, em torno a meados do I milénio a.C. correspondem a sociedades com ideologia heróica, lideradas por aristocracias guerreiras onde a literacia, como raridade transcendente, procedente de longe, tal qual objecto sumptuário, era capaz de conferir prestígio social a quem a detivesse. A escrita seria então elemento de exclusão e o seu domínio sinal de poder, bem distante da função pedagógica e democrática que haveria de desempenhar.

Apesar da simplicidade da aprendizagem do alfabeto e de terem decorrido quase três milénios sobre a sua invenção, ainda existem hoje, na Europa Comunitária, mais de vinte milhões de analfabetos.

Bibliografia

ADRADOS, Francisco Rodríguez (1999), *Historia de la Lengua Griega*, Madrid, Editorial Gredos.

ARENA, Renato (1996), The Greek colonization of the West: Dialects, in CARRATELLI, Giovanni Pugliese (coord. de) *The Western Greeks. Classical Civilization in the Western Mediterranean*, London, Thames and Hudson, pp. 189-200.

BAPTISTA, António Martinho (1983-84), Arte rupestre no Norte de Portugal: Uma perspectiva, *Portugalia*, nova série, IV-V, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, pp. 71-82, IV ests.

BAPTISTA, António Martinho (1986), Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção, in ALARCÃO, Jorge de (coord. de), *História da Arte em Portugal*, I, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 31-55.

BAPTISTA, António Martinho (1999), *No Tempo sem Tempo. A Arte dos Caçadores Paleolíticos do Vale do Côa*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

BAPTISTA, António Martinho (2008), O Parque Arqueológico do Vale do Côa. Dos principais ciclos rupestres. Balanço Breve, *al-Madan*, II série, 16, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 126-139.

BENVENISTE, Émile (1975), *Problèmes de Linguistique Générale*, vol. I, Paris, Éditions Gallimard.

BLOCH, Raymond (1963), Etrusques et Romains. Problèmes et histoire de l'écriture, in COHEN, Marcel (coord. de), *L'Écriture et la Psychologie des Peuples*, Paris, Centre International de Synthèse/Armand Colin, pp. 186-196.

BOURDIEU, Pierre (1999), *Qué significa hablar? Economía de los Intercambios Lingüísticos*, Madrid, Akal Ediciones.

BRIXHE, Claude (1991), De la phonologie à l'écriture: Quelques aspects de l'adaptation de l'alphabet cananéen au grec, in BAURAIN, Cl., BONNET, C.,

⁴⁵ BRIXHE, 2007, pp. 34, 35.

KRINGS, V. (coord. de), *Phoinikeia Grammata. Lire et Écrire en Méditerranée*, Namur, Société des Études Classiques, pp. 313-356.

BRIXHE, Claude (2007), Les alphabets du Fayoum, *Kadmos*, 46, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 15-38.

CARDOSO, João Luís (2012), Côa, Arte rupestre paleolítica do Vale do Côa (Vila Nova de Foz-Côa), in ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário (coord. de), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Editora Figueirinhas, pp. 113-115.

CARPENTER, Rhys (1938), The Greek alphabet again, *American Journal of Archaeology*, vol. 42(1), Durham, Archaeological Institute of America, pp. 58-69.

CARVALHO, António Faustino de (1998), Do fim do Paleolítico à aquisição da escrita no Baixo Côa, in LIMA, Alexandra C. P. S. (coord. de), *Terras do Côa, de Malcata ao Reboredo*, Guarda, Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda, pp. 190-195.

CÓLERA, Carlos Jordán (1998), *Introducción al Celtibérico*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza (Monografías de Filología Griega, nº 10).

COOK, Brian Francis (1996), Greek inscriptions, in HOOKER, J. T. (coord. de), *Reading the Past. Ancient Writing from Cuneiform to the Alphabet*, London, British Museum Press, pp. 259-320.

DIRINGER, David (1948), *The Alphabet, a Key to the History of Mankind*, New York, Philosophical Library.

FALSONE, Gioacchino; CALASCIBETTA, Alba Gabriella (1991), Un abecedario greco su un ostrakon di Mozia, in BAURAIN, Cl., BONNET, C., KRINGS, V. (coord. de), *Phoinikeia Grammata. Lire et Écrire en Méditerranée*, Namur, Société des Études Classiques, pp. 691-699.

FLETCHER, Domingo (1992), Comentarios sobre escritura y lengua ibéricas, in CABANILLES, Joaquim Juan (coord. de), *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana, Homenaje a Enrique Pla Ballester*, Valencia, Diputación Provincial de Valencia, pp. 301-311.

GHINATTI, Franco (1999), *Alfabeti Greci, Problemi e Prospettive del Mondo Antico*, Torino, G. B. Paravia.

GUARDUCCI, Margherita (2001), *L'Epigrafia Greca delle Origini al Tardo Imperio*, Roma, Libreria dello Stato.

HEALEY, John F. (1996), The early alphabet, in HOOKER, J. T. (coord. de), *Reading the Past. Ancient Writing from Cuneiform to the Alphabet*, London, British Museum Press, pp. 197-257.

HOZ, Javier de (1970), Un grafito griego de Toscanos y la exportación de aceite ateniense en el siglo VII, *Madridrer Mitteilungen*, 11, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, pp. 102-109.

HOZ, Javier de (1985-86), La escritura greco-ibérica, *Veleia*, 2-3, Vitória, Universidad del País Vasco, pp. 285-298.

HOZ, Javier de (1991), The Phoenician origin of the early hispanic scripts, in BAURAIN, Cl., BONNET, C., KRINGS, V. (coord. de), *Phoinikeia Grammata. Lire et Écrire en Méditerranée*, Namur, Société des Études Classiques, pp. 669-682.

JEFFERY, Lilian Hamilton (1961), *The Local Scripts of Archaic Greece. A Study of the Origin of the Greek Alphabet and its Development from the Eighth to the Fifth Centuries*

B.C., Oxford, Oxford University Press.

JURADO, Jesús Fernández; OLMOS, Ricardo (1985), Una inscripción jonia arcaica en Huelva, *Lucentum*, IV, Alicante, Universidad de Alicante, pp. 107-113.

LANGDON, Merle K. (2005), A new greek abecedarium, *Kadmos*, 44, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 175-182.

LEJEUNE, Michel (1947), *Traité de Phonétique Grecque*, Paris, Librairie C. Klincksieck.

MANGAS, Julio; PLÁCIDO, Domingo (1999), *La Península Ibérica Prerromana de Éforo a Eustacio*, Madrid, Fundacion de Estudios Romanos (Testimonia Hispaniae Antiqua IIB).

PALLOTTINO, Maximo (1975), *The Etruscans*, London, Allen Lane (Penguin Books).

PANDOLFINI, Maristella; PROSDOCIMI, Aldo L. (1990), *Alfabetari e Insegnamento della Scrittura in Etruria e Nell'Italia Antica*, Firenze, Istituto Nazionale di Studi Etruschi ed Italici.

PLÁCIDO, Domingo (2007), Mythical origins of Greek toponymy in the Northwest Iberian Peninsula, *Electronic Antiquity*, 11(1), Virginia, Virginia Polytechnic Institute and State University, pp 191-207 [<http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/EIAnt/V11N1/pdf/placido.pdf>].

POWELL, Barry B. (1996), *Homer and the Origin of the Greek Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press.

SCHEID, John; SVENBRO, Jesper (2003), *Le Métier de Zeus. Mythe du Tissage et du Tissu dans le Monde Gréco-Romain*, Paris, Éditions Errance.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

VILAÇA, Raquel (2008), *Através das Beiras. Pré-História e Proto-História*, Coimbra, Terra Ocre-Edições.

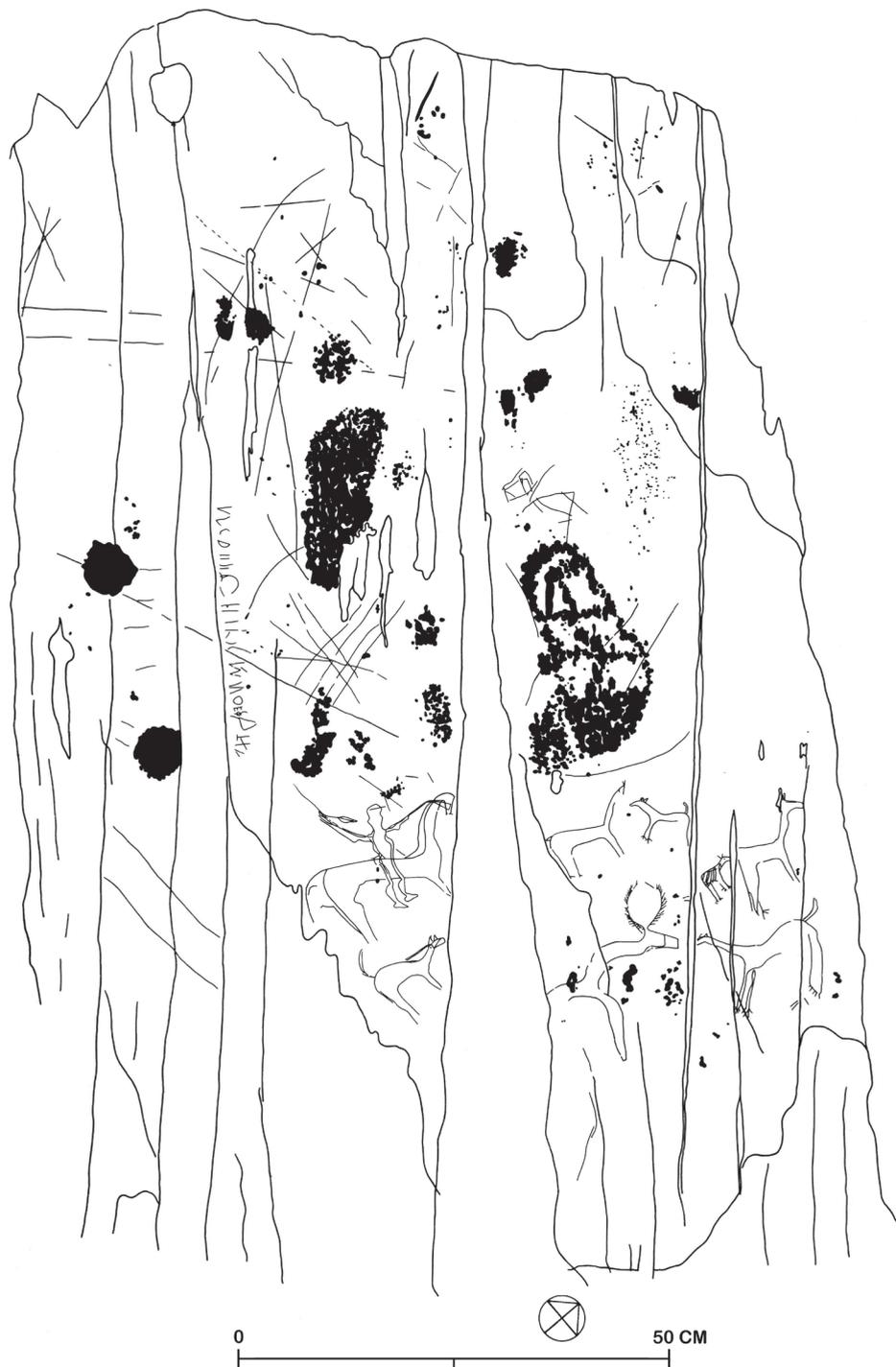


Fig. 1 – Decalque da rocha 23 do Vale da Casa
(seg. A. M. BAPTISTA, 1983-84, est. IV).

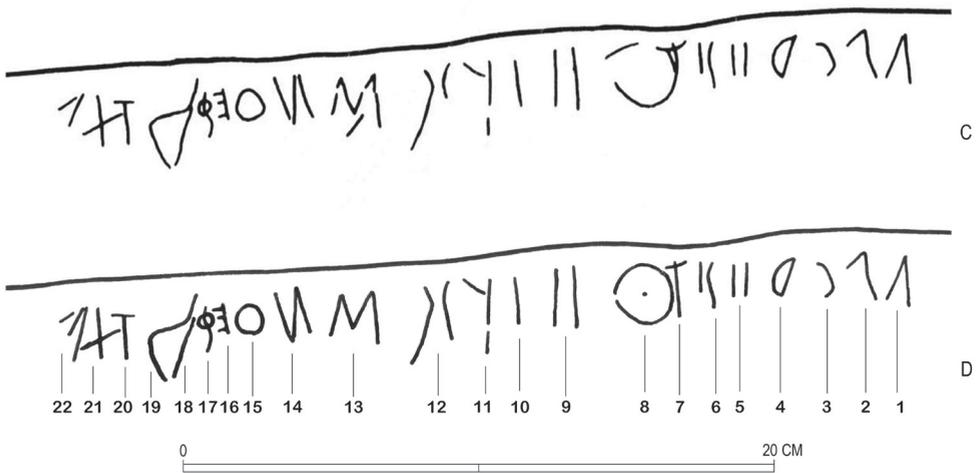
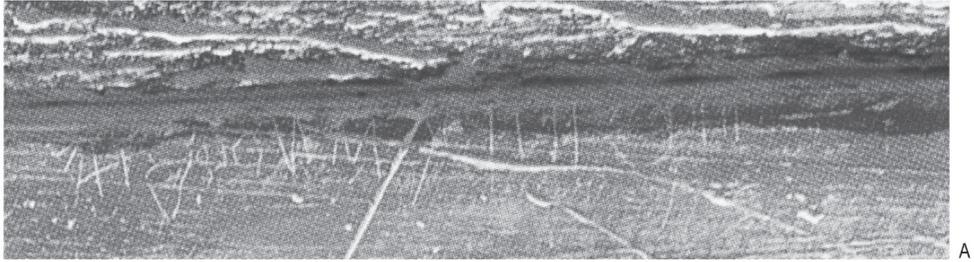


Fig. 2 – A, B, Fotos da inscrição do Vale da Casa
(seg. A. M. BAPTISTA, 1999, p. 180 e A. F. de CARVALHO, 1998, p. 195, fig. 11).
C, Decalque selectivo correspondendo ao abecedário do Vale da Casa
(seg. A. M. BAPTISTA, 1983-84, est. IV).
D, O mesmo corrigido através das fotografias e com as letras numeradas.

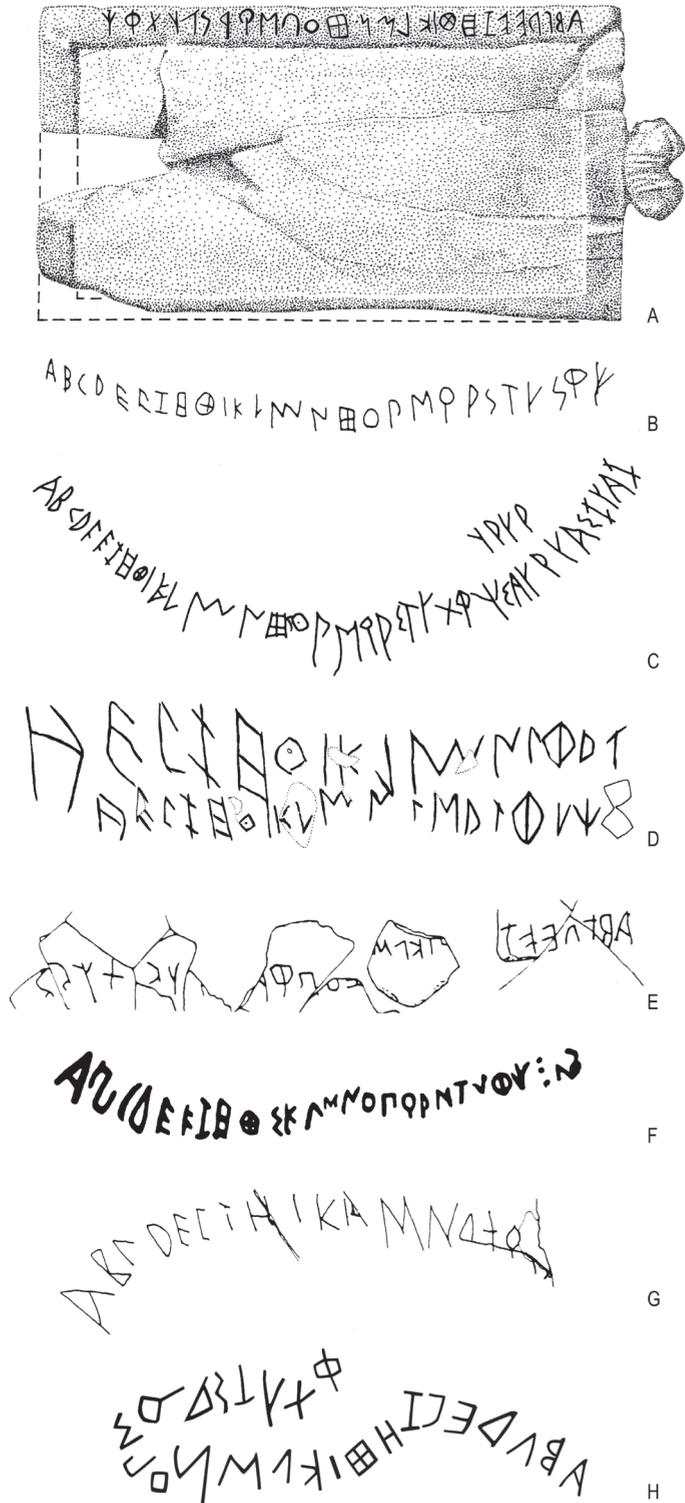


Fig. 3 – Abecedários gregos arcaicos e afins.
 A, Marsiliana d’Albegna, etrusco com origem eubeia (670-640 a.C.);
 B, Viterbo (630-620 a.C.);
 C, Monte Acuto, Formello (finais do séc. VII a.C.);
 D, Chiuzi (finais do século VI ou inícios do século V a.C.);
 E, Samos (ca 660 a.C.);
 F, Corinto (625-600 a.C.);
 G, Mozia, Sicília (ca 500 a.C.);
 H, Barako, Ática (ca 550 a.C.)
 (A-D, seg. PANDOLFINI e PROSDOCIMI, 1990, pp. 19-25, 55-58; E, seg. GUARDUCCI, 2001, p. 68, fig. 31; G, seg. FALSONE e CALASCIBETTA, 1991, p. 695; H, seg. LANGDOM, 2005).

		Tera	Creta	Dipylon	Ática	Jónia e Anatólia	Corinto	Gregos do Ocidente	Etrúria	Etrúria (Clássico)	Roma Antiga	Vale da Casa
1	alpha	Α	A	⌘A	A	A	AA	A	A	Α	A	Α
2	beta	Β	Β	(Β)	ΒΒ	Β	Β	Β	Β	—	—	Β
3	gamma	Γ	Λ	(ΛΛ)	Λ	Γ	<C	CΓ	Γ))	C)
4	delta	Δ	Δ	Δ	Δ	Δ	Δ	ΔD	Δ	—	D	Δ
5	epsilon	Ε	Ε	Ε	ΕΕ	ΕΕ	ΕΕ	ΕΕ	Ε	ΕΕ	Ε	Ε*
6	digamma	—	Ϝ	—	—	—	ϜϜ	Ϝ	Ϝ	Ϝ	—	Ϝ
7	dizeta	—	Ζ	Ζ	Ζ	Ζ	Ζ	Ζ	Ζ	Ζ	—	Ζ
8	eta	Η	Η	Η	ΗΗ	ΗΗ	Η	ΗΗ	Η	Η	Η	Η*
9	theta	Θ	Θ	Θ	ΘΘ	ΘΘ	Θ	ΘΘ	Θ	Θ	—	Θ
10	iota	Ι	Ι	Ι(Ι)	Ι	Ι	ΙΙΙ	Ι	Ι	Ι	Ι	Ι
11	kappa	Κ	Κ	Κ	Κ	Κ	Κ	Κ	Κ	Κ	Κ	Κ
12	lambda	Λ	Λ	Λ(Λ)	Λ	ΛΛ	Λ	ΛΛ	Λ	Λ	Λ	—
13	mu	Μ	Μ	Μ	ΜΜ	Μ	ΜΜ	ΜΜ	Μ	Μ	Μ	Μ
14	nu	Ν	Ν	Ν	ΝΝ	ΝΝ	ΝΝ	Ν	Ν	Ν	Ν	Ν
15	xi	Ξ	—	—	—	Ξ	Ξ	—	Ξ	Ξ	—	—
16	omicron	Ο	Ο	Ο	Ο	Ο	Ο	Ο	Ο	—	Ο	Ο
17	pi	Π	Π	Π(Π)	Π	Π	Π	Π	Π	Π	Π	Π*
18	san	Ϻ	Ϻ	—	—	—	ϺϺ	—	Ϻ	Ϻ	—	—
19	koppa	Ϙ	Ϙ	—	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ
20	rho	Ρ	Ρ	Ρ(Ρ)	ΡΡ	ΡΡ	ΡΡ	ΡΡ	Ρ	Ρ	Ρ	Ρ
21	sigma	—	—	Σ(Σ)	Σ	ΣΣ	—	ΣΣ	Σ	Σ	ΣΣ	Σ
22	tau	Τ	Τ	Τ	Τ	Τ	Τ	Τ	Τ	Τ	Τ	Τ
23	upsilon	Υ	Υ	Υ(Υ)	Υ	Υ	ΥΥ	Υ	Υ	Υ	Υ	Υ*
24	phi	—	—	Φ	Φ	Φ	Φ	Φ	Φ	Φ	—	—
25	khi	—	—	Χ	Χ	Χ	Χ	Χ	Χ	Χ	—	—
26	psi	—	—	—	—	Ψ	Ψ	Ψ	Ψ	Ψ	—	—
27	omega	—	—	—	—	Ω	—	—	—	—	—	—
28	sampi	—	—	—	—	↑	—	—	—	—	—	↑

Fig. 4 – Principais alfabetos gregos arcaicos, etrusco, romano antigo e do Vale da Casa. Neste as letras fora da sequência foram assinaladas com * (seg. R. ARENA, 1996, p. 190, completado).

La epigrafía lusitana y la intersección de religión y lengua como marcador identitario

Javier de HOZ
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE

Resumen

Breve presentación de la epigrafía lusitana y de las interferencias lusitanas en los nombres de divinidades de la epigrafía latina votiva de Lusitania. Estas interferencias implican un bilingüismo residual y especializado. Otro testimonio de alfabetización en una lengua vehicular con pervivencia oral de una lengua vernácula cuyo uso escrito se limita a la esfera religiosa lo encontramos en la epigrafía gala en alfabeto latino. Ambos casos tienen función identitaria; en Galia la aristocracia marca su personalidad frente a la aristocracia romana, en Lusitania las comunidades expresan su identidad frente a etnias no lusitanas. En ambos casos se trata de identidades en parte heredadas, en parte nacidas de la romanización y que forman parte de la complejidad romana.

Palabras clave: Epigrafía lusitana, teónimos lusitanos, interferencias lingüísticas en el latín, epigrafía galo-latina, romanización.

Summary

Short presentation of Lusitanian epigraphy and the Lusitanian linguistic interferences in divine names present in the Latin votive epigraphy. These interferences are evidence of a residual and limited bilingualism. Gaulish epigraphy in Latin alphabet is another case of link language literacy and oral survival of a local language with writing function limited to the religious world. Both cases serve for revealing an ethnic identity; Gaulish aristocracy demonstrates its personality against roman aristocracy, Lusitanian communities against non-Lusitanian ethnic groups. In both cases they are identities in part inherited, in part born from Romanization and integrated in Roman complexity.

Key-words: Lusitanian epigraphy, Lusitanian divine names, linguistic interferences in Latin, Gaulish epigraphy in Latin alphabet, Romanization.

De entre los problemas que plantea la cuestión de los rasgos con los que una etnia hace patente su identidad, no es de los menores el de la convivencia de rasgos heredados de una situación anterior, en que la etnia tenía una personalidad más exclusiva, y los recibidos como préstamo en un proceso de aculturación que está produciendo o ha producido una identidad nueva. Situaciones complejas de este tipo se dieron frecuentemente durante el proceso de romanización en todo el territorio del imperio y durante el de helenización en el próximo Oriente posterior a Alejandro. En estas páginas pretendo comentar un par de casos de este tipo, partiendo de la epigrafía lusitana, en la esperanza de que Armando Coelho Ferreira da Silva, a quien siempre han interesado el lusitano, la identidad lusitana y la romanización, y a quien se deben importantes contribuciones a estos temas, pueda encontrar en ellas algo de interés a la vez que un sincero testimonio de amistad.

El corpus epigráfico lusitano es mínimo¹. En 1997, cuando se publicó *MLH IV* (L.1-L.3), existían tres o cuatro inscripciones según considerásemos dos o una la perdida de Arroyo de la Luz (antes del Puerco) conocida sólo por una copia. Posteriormente apareció otra de Arroyo, a la que llamaré L.1.3 (F. Villar & R. Pedrero 2001), y la difícil pero extraordinariamente importante de Arronches (Portalegre)². Este pequeño grupo de textos está en escritura latina y es ya de fecha avanzada —la de Arronches del s. I d.C., las restantes posiblemente del siglo II aunque en realidad faltan aún criterios fiables—, todos ellos en el territorio de los antiguos lusitanos.

En efecto las inscripciones a las que llamamos lusitanas se distribuyen en el espacio del modo siguiente; dos, más probablemente tres, procedentes de un mismo lugar del territorio fronterizo entre vettones y lusitanos al oeste de Cáceres (L.1.1 y L.1.3), dos en Portugal entre Duero y Tajo y la más meridional, la de Arronches, entre Tajo y Guadiana pero muy al SO de las de Arroyo, casi a la altura de Lisboa³.

Todas las inscripciones lusitanas están grabadas en piedra y al menos dos son rupestres, aunque por soporte y contexto se diferencian considerablemente de las inscripciones rupestres paleohispánicas de otras zonas y enlazan mejor con ciertos tipos de epigrafía latina⁴. De hecho los soportes, tanto rupestres como lapidarios de la epigrafía lusitana, responden como la escritura utilizada al proceso de aculturación

¹ Sobre la epigrafía lusitana en general vid. A. Tovar 1985; K. H. Schmidt 1985; J. Gorrochategui 1987; J. Untermann 1987; J. de Hoz 1995, 3-4; 1995 (1996), 22-5. Los textos se encuentran recogidos y estudiados en *MLH IV* 725-58, con abundantes referencias bibliográficas que me permiten prescindir de detalles. Las referencias L.1.1 etc., se refieren a la edición de dicha obra, aunque no implican que mi texto coincida totalmente con el de *MLH*. Hay otra inscripción de lengua indoeuropea en el occidente de la Península, el repetido grafito de Ablonios, hallado en el Castrejón de Capote (Huiguera la Real, Badajoz; L. Berrocal 1989, 258-9 y 288) pero no se puede determinar con certeza a qué lengua pertenece.

² J. d'Encarnação, J. de Oliveira, A. Carneiro & C. Teixeira 2008; A. Carneiro, J. d'Encarnação, J. de Oliveira & C. Teixeira 2008; B. Prósper & F. Villar 2009; J. Cardim Ribeiro 2010.

³ La inscripción de Ablonios, mencionada en n. 1, es aún más meridional, pero, como ya dije, no se puede asegurar que sea lusitana.

⁴ Una buena idea de la epigrafía rupestre latina de la Península Ibérica se puede obtener a través de los artículos recogidos en A. Rodríguez Colmenero & L. Gasperini eds. 1995; para una introducción a la epigrafía latina rupestre de Italia vid. L. Gasperini 1995, en el mismo volumen, y también L. Gasperini ed. 1992.

romana.

Otro rasgo común a las cinco inscripciones es la lengua en que están redactadas, como lo demuestra las repeticiones que encontramos entre la inscripción de Arroyo y la del Cabeço, entre ésta y la de Lamas (*MLH IV 725 n.2*)⁵ y entre Arronches y Cabeço o Arroyo⁶. Además Arroyo y Lamas se inician con un breve texto latino de idéntica función y estructura: N(N)P seguido(s) de 3ª per. perf. del verbo *scribo*.

Las inscripciones lusitanas parecen obedecer en todos los casos a ocasiones no privadas y de cierta solemnidad. Esto y la ausencia de grafitos⁷ o inscripciones sepulcrales, unido a la declaración en latín del nombre del autor o autores de la inscripción con que se abren dos de las conservadas, me hacen pensar que en realidad nunca existió una auténtica alfabetización lusitana sino que en ocasiones excepcionales las comunidades encargaron a alguno de sus miembros latinizado que redactase un texto en la lengua local, es decir que nunca existió algo que podamos llamar propiamente epigrafía lusitana⁸.

Junto a la lengua el rasgo que más nos interesa en las inscripciones lusitanas es su contenido, exclusivamente religioso y más concretamente listas de ofrendas en al menos cuatro de los cinco casos que han llegado hasta nosotros. Las ofrendas son en general elementos poco distintivos desde el punto de vista étnico y en este caso no encontramos, en la medida en que entendemos las inscripciones, nada que sea particularmente lusitano y para lo que no sea fácil encontrar paralelos latinos⁹. Las divinidades sin embargo son puramente lusitanas, sin ningún tipo de interpretación o mestizaje latino, lo que contrasta con el panorama general de la abundante epigrafía religiosa lusitana en lengua latina.

Hay en efecto un gran número de inscripciones lusitanas dedicadas a divinidades diversas¹⁰, identificadas también de formas diferentes con la utilización de nombres propios, adjetivos, formas puramente indígenas y formas mixtas latino-lusitanas. Repito la clasificación ya presentada en *HLPI II* (§ 565, pp. 558-61) que depende básicamente de J. Untermann (1985, 348-51 y 358-61):

⁵ INDI, LOEMINA y PORCOM.

⁶ CARLA (L.1.1 y quizá Arronches (=L.4), ERBA (L.1.1 y L.4), ICCO/IN- (L.3 y L.4), IFAD- (L.3 y L.4), OILA (L.3 y L.4), TAVROM (L.3 y probablemente L.4). El caso de REV- (L.3 y L.4) es distinto porque se trata de un ND y en las inscripciones lusitanas hay también otros, como éste, que aparecen en la epigrafía latina de la zona y que eran normalmente utilizados en contextos latinos.

⁷ Esto no excluiría algún caso aislado, de carácter individual, como el mencionado en n. 1.

⁸ J. de Hoz 1995, 3-4; 1995 (1996), 24-5; seguido por J. Untermann, *MLH IV, 725*, y 2002, 67.

⁹ De haber un rasgo marcado sería una posible, aunque muy hipotética, interferencia latina en la palabra PORCOM, forma que por otra parte resulta totalmente esperable en una lengua indoeuropea occidental no céltica.

¹⁰ La bibliografía sobre inscripciones o divinidades particulares es inmensa. Como obras generales recientes se puede citar J. M. García 1991; J. C. Búa 2000; B. Prósper 2002; J. C. Olivares 2002; *Religiões da Lusitânia* 2002; los nuevos testimonios se pueden localizar en *Hispania Epigraphica* y *Ficheiro Epigráfico*, ambos accesibles en la web.

- a) teónimos simples no acompañados de epíteto:
FROVIDA, ILVRBEDAE, REGONI, TOGAE, TREBARVNE;
- b) epítetos utilizados como teónimos:
ARPANIECO, BORMANICO, LAROCV, PARAMECO, TAMEOBRIGO, TVRIACO;
- c) invocaciones bimembres —el tipo más usual—, o trimembres:
ARANTIO TANGINICIAECO, BANDVE AETOBGRIGO, COSSVE NEDOLEDIO, LVCOVBV(S) ARQVIENIS, MVNIDI EBEROBRIGAE TOVDOPALANDAIGAE, NAVIAE ARCONVNECAE, REVE LANGANIDAEIGVI, TOROLO COMBICIEGO;
- d) teónimos indígenas con epíteto latino:
NEMEDO AVGVSTO, REMETIBVS AVG(VSTIS);
- e) términos genéricos latinos acompañados de teónimo indígena:¹¹
DEO AERNO, DEVS SANCTVS ENDOVELLICVS, GENIO LAQVINIESI, LARIBVS CERENAECIS, NIM[P]HIS LVPIANIS;
- f) teónimos latinos definidos por un término indígena:
IOVI LADICO, MARTI CARIOCIECO.

A veces se dan combinaciones de más de un tipo, como en DEA ATAECINA TVRIBRIG(ENSIS) PROSERPINA. Se trata de tipos que aparecen en otras provincias del Imperio en las que la romanización no ha borrado los antiguos cultos¹².

Es frecuente que estos teónimos y epítetos divinos presenten anomalías desde el punto de vista lingüístico en los sufijos y en las formas flexivas, que han dado lugar a interpretaciones varias sólo en parte suficientemente fundamentadas¹³. Que el material lingüístico del que formaban parte resultaba extraño a los hábitos gráficos y gramaticales latinos se refleja en las diferencias de grafía para un mismo ND¹⁴, un fenómeno que no tiene paralelos en otras zonas de la Hispania indoeuropea; los NNP celtibéricos, por ejemplo, aparecen en las inscripciones latinas con una considerable regularidad y las aparentes incoherencias se justifican normalmente como procesos de cambio explicables desde el propio celtibérico. Parece que en la teonimia lusitana se da también el mismo fenómeno que en las inscripciones, no existe un sistema de transcripción normalizado y en distintas ocasiones distintas personas han buscado una

¹¹ M. Salinas 1995.

¹² En general J. Toutain 3, 1920.

¹³ Los trabajos fundamentales sobre la interpretación lingüística de los teónimos lusitanos son J. C. Búa 2000 y B. Prósper 2002, pero cualquier análisis lingüístico de la lengua lusitana debe contar también, aparte de las inscripciones indígenas, con J. M. Vallejo 2005. Presentaciones rápidas en J. Untermann 1985 y 1988.

¹⁴ Por ejemplo TREBARVNE, TREBARONNA, TREBARONNE, o COSSVE, CVSV, COSO.

distinta forma de reproducir lo que pronunciaban. Pero más significativo aún que el problema fonético es el morfológico, la utilización de desinencias no latinas sino lusitanas, que se observa claramente en muchos dats., caso en el que en las dedicaciones aparecen los teónimos, más en éstos propiamente dichos que en los epítetos. Con independencia de algunas desinencias que tanto pueden ser lusitanas como latinas se apartan obviamente del sistema latino dats. sng. de tema en *-o-* terminados en *-oe*, *-oi*, o *-ui*, y dats. pl. en *-obo(s)*.

Estos fenómenos de interferencia son bien conocidos y se han estudiado multitud de veces desde un punto de vista histórico-lingüístico, más precisamente morfológico, pero sin embargo, aunque obviamente cualquier lingüista advierte que estamos ante un fenómeno de interferencia lingüística, en general no se insiste adecuadamente en su importancia, considerando suficiente una genérica referencia al conservadurismo religioso. Estamos sin embargo ante una substitución de formas de una lengua escrita por formas de otra que nunca se había escrito. Si hablamos de conservadurismo no podemos pensar en una tradición que, en un nuevo marco, tiende a mantenerse parcialmente. Estamos ante gentes que, a la hora de redactar un texto para un lapicida o de dictárselo, introducen interferencias que sólo pueden proceder de su lengua hablada, es decir que se trata de hablantes bilingües que escriben una sola de sus lenguas pero que, puesto que al hablarla introducen en ella interferencias de su lengua más familiar y cotidiana en ciertos contextos, también lo harán al escribirla. No se trata sin embargo del fenómeno que se produce en la convivencia de una lengua de status superior y otra puramente coloquial pero de uso general en ese nivel. De ser así las interferencias se producirían en todo tipo de inscripciones y tendríamos multitud de ejemplos en las numerosas inscripciones sepulcrales erigidas por indígenas y para indígenas, lo que de hecho no ocurre. La explicación más probable a mi modo de ver es que el lusitano estaba ya en retroceso como lengua hablada y se mantenía con distinto vigor en distintos usos sociales; probablemente había sido expulsado ya del mercado e incluso no dominaba la comunicación familiar, pero seguía siendo un instrumento del culto; se invocaba en lusitano a los dioses tradicionales y por lo tanto, al pasar necesariamente al latín al dedicarles una inscripción votiva, eran factibles fenómenos de interferencia que en otros contextos no se daban. Ésta me parece la interpretación más plausible y más adecuada a los datos, que nos ponen sin duda ante un importante fenómeno de interferencia lingüística que, sin embargo, no tiene más que una manifestación especializada y por lo tanto se debe explicar también en el contexto de una lengua especializada.

Al margen de este problema específico, el fenómeno que encontramos en la epigrafía lusitana, alfabetización en una lengua vehicular con amplio respaldo oficial y pervivencia oral de una lengua vernácula que sólo hace contadas apariciones escritas con función puramente religiosa, tiene diversos paralelos en el mundo antiguo. No pretendo hacer aquí un estudio exhaustivo del tema, aunque sería deseable, pero sí ilustrarlo con un caso más antes de sacar algunas conclusiones generales.

La lengua gala ha alcanzado el nivel escrito en tres ocasiones distintas, a través de la escritura leponcia en la Galia Cisalpina, del alfabeto griego en el sur de Francia y del

alfabeto latino en el conjunto de las Galias¹⁵. El caso que aquí nos interesa es el de la epigrafía galo-latina y no en su conjunto, ya que en niveles populares y sobre objetos diversos la lengua gala sigue en uso escrito hasta fechas avanzadas, sino exclusivamente la epigrafía lapidaria, patrimonio exclusivo de altos niveles sociales. La epigrafía lapidaria galo-latina nace en un momento en que en las Galias se vive una complicada situación cultural. La influencia latina ha empezado a dejarse sentir con fuerza desde al menos el 118, fecha de la fundación de la colonia Narbo, por dejar a un lado el espinoso problema de la creación de la *Provincia*, pero existe ya una tradición cultural galo-griega importante que, entre otras cosas, implica una epigrafía relativamente desarrollada. Por otro lado la propia tradición gala tiene una complejidad intelectual, encarnada en los druidas y los bardos, superior a la de muchos de los pueblos con los que los romanos se están enfrentando. Además la epigrafía monetaria, tanto en alfabeto griego como latino, se desarrolló por razones en gran medida económicas que quedan fuera de nuestro interés en este momento y no duró mucho después de la conquista. La epigrafía que nos interesa nace a mediados del s. I a.C. en parte como resultado de la influencia latina directa¹⁶, en parte como transcripción al alfabeto latino de la ya existente epigrafía galo-griega. En un primer momento encontramos algunas inscripciones sepulcrales (*RIG* II.1 L-1-2)¹⁷, a las que sólo el alfabeto distingue de las galo-griegas, pero la aristocracia gala abandona rápidamente el uso público de su propia lengua, que sólo aparecerá en niveles populares, con una excepción, inscripciones votivas dedicadas a los antiguos dioses galos que perdurarán por lo menos hasta el s. II d.C. y quizás más aún, normalmente en piedra (*RIG* II.1 L-3-4, L-6-15)¹⁸ aunque tenemos también una gran lámina de bronce (*RIG* II.1 L-16) y, al margen de humildes ofrendas cerámicas, una pieza votiva de cierta entidad (*RIG* II.2 L-133, *trulla* de Couchey)¹⁹. En el mismo contexto hay que situar dos testimonios significativos de la tradición druídica, los calendarios religiosos en bronce de Coligny, relativamente conservado, y el muy fragmentario de Lac d'Antre en Villards d'Héria (*RIG* III).

Esto implica que una élite romanizada, que utiliza el latín como lengua vehicular y pública, que se entierra bajo lápidas en latín, que disfruta de una cultura material romana en la que sólo algunos rasgos, precisamente del ámbito religioso, señalan su carácter galo, cuando expone en público una declaración de fe en sus antiguos dioses, aunque a menudo utilice el latín²⁰, puede preferir la lengua vernácula, ya en retroceso

¹⁵ Una rápida presentación general de las escrituras en J. de Hoz 2007. Los textos se encuentran respectivamente en *RIG* II.1; *RIG* I; *RIG* II.1, II.2, III, con el conjunto de las leyendas monetarias en *RIG* IV. Introducciones a la interpretación de los textos en P.-Y. Lambert 2003²; W. Meid 1987; 1989; 1992.

¹⁶ Sobre el proceso de introducción de la epigrafía latina en las Galias vid. M. Christol 1995.

¹⁷ Es dudosa la función de L-5 y de la inscripción menor de L-4.

¹⁸ Con posterioridad a *RIG* II.1 hay que añadir las inscripciones de Ahun (en curso de publicación), del santuario des Bolards (P.-Y. Lambert 1998, 657-63; S. Deyts 2001, 136; P.-Y. Lambert 2001) y de Naix-aux-Forges (Y. Burnand & P.-Y. Lambert 2004). Agradezco muy sinceramente a P.-Y. Lambert sus noticias sobre novedades galas y su envío de separatas.

¹⁹ Otro caso podría ser la *trulla* de Maguncia (*L-134), pero no es seguro que el texto sea galo.

²⁰ Hay una considerable cantidad de dedicatorias a divinidades galas en latín, vid. por ejemplo, aparte J. Toutain ya citado, J. Vendryes 1948; M. Clavel-Lévêque 1972; P.-M. Duval 1976²; N. Jufer & T. Luginbühl

y que debía tener un uso limitado al ambiente familiar, pero posiblemente también a ciertas ceremonias de la antigua religión, ya que sólo la encontramos en la epigrafía votiva²¹. Si, como en Lusitania, también en las inscripciones votivas en latín se dan algunos casos de interferencia gala limitados a ese ámbito, es algo que exigiría un estudio específico que en este contexto no es posible²².

El aspecto en que quisiera insistir, al recapitular y buscar unas breves conclusiones, es el de el papel que una epigrafía, a la vez en una lengua no dominante y de carácter religioso, puede jugar como indicador identitario. El tema es complicado en sí y lo hace aun más una masa de bibliografía en la que abunda la palabrería autocomplaciente²³. No voy a detenerme en lo obvio, por ejemplo en que la identidad étnica a la que puede referirse un marcador del s. I o II d.C. en Lusitania no será la de los lusitanos anteriores a la conquista romana, ni insisto en el hecho, igualmente obvio, de que era posible compartir una identidad lusitana y una identidad romana y de que no existe una romanidad platónica y monolítica con la que deba contrastarse cualquier identidad provincial. Pienso en romanos provinciales, que habitaban Lusitania o las Galias y cuya referencia más inmediata a la hora de autodefinir su peculiaridad eran hechos diferenciales que se situaban en una sociedad concreta, que no tenía que ser de hecho la misma en los dos casos y que, de hecho, creo que no lo era.

Las inscripciones votivas galas son expresión de una aristocracia cuyo término de contraste en cuanto aristocracia *gala*, no por supuesto en cuanto aristocracia, era la aristocracia italiana. Su utilización de inscripciones votivas en galo le servía para no confundirse con los italianos de su mismo rango, incluidos los descendientes de los galos cisalpinos que no parecen utilizar su lengua ya en ningún contexto público y cuyos antiguos dioses apenas aparecen, excepto en el caso de alguna divinidad menor y local, sino como *interpretationes* romanas, por ejemplo las *Iunones Matronae* y muy posiblemente Mercurio.

2001. Está en elaboración el proyecto *Fontes epigraphici religionis Celticae antiquae (F.E.R.C.A.N)*, que ha dado lugar a la publicación de las actas de varios encuentros.

²¹ Coincido en parte con G. Woolf 1998, 96, pero este autor no distingue las lápidas votivas de las sepulcrales, que sin embargo tienen un comportamiento muy distinto.

²² Las interferencias galo-latinas están ampliamente estudiadas en otros contextos, en particular en lo que se refiere al léxico; incluyo aquí sólo algunos títulos orientativos: P. Delattre 1960/70; C. Tagliavini 1973, 194-204; J. N. Adams 2003, 184-200, 438-40, 455-7, 687-724. La obra clásica y fundamental es R. Thurneysen 1884. La cuestión de las interferencias galas es inseparable de la dialectización del latín en Galia para lo que puede verse W. von Wartburg 1967, 36-48, y en último lugar J. N. Adams 2007, 240-59, 276-312, 365-6, 624-83 y 711. Para el latín de las inscripciones de las Galias existe una vieja obra, J. Pirso 1901.

²³ Obviamente se trata del interés actualmente convencional por el problema de la etnicidad, que a pesar de estar de moda es un problema realmente importante. Una buena perspectiva sobre los posibles enfoques se puede obtener en J. Hutchinson & A. D. Smith eds. 1996. S. Jones 1997 es una buena demostración de que una obra trabajada y pensada no ayuda a hacer avanzar la cuestión si no se libera del lenguaje propio de la neoburocracia y la psicopedagogía, cuya función no es clarificar sino rodear los conceptos de una neblina abstracta. Un buen repertorio de referencias a bibliografía convencional, que todo historiador política y académicamente correcto de comienzos del s. XXI debe citar, se puede encontrar, a la vez que algunas contribuciones reales, en un libro reciente, J. Santos & G. Cruz Andreotti eds. 2012.

El caso lusitano es diferente. No tenemos estudios suficientes para valorar desde el punto de vista social las inscripciones latinas dedicadas a divinidades indígenas, aunque obviamente cuando son ofrendas de particulares hay que suponer un cierto nivel social aunque no necesariamente elevado. Las inscripciones lusitanas por el contrario parecen obedecer a solemnidades públicas, organizadas por una comunidad, y el que en ellas se haya decidido utilizar la lengua local, sin duda en retroceso, implica una voluntad de marcar la diferencia, diferencia que podían tener distintos términos de contraste. En primer lugar estaban otras comunidades indígenas hispánicas que no hablaban lusitano. Esas comunidades podían incluso estar integradas en el mismo territorio, puesto que, al menos al norte y al sur, tenemos indicios de la existencia de comunidades célticas, es decir no hablantes de lusitano, en islotes rodeados por otras etnias,²⁴ pero serían sobre todo los grandes grupos étnicos vecinos. En segundo lugar estaban los romanos en general, incluidos los de Lusitania, que no participaban de la lengua. En este caso es difícil separar lo que había en la epigrafía lusitana de pura afirmación contemporánea y de reafirmación de un pasado del que sólo los lusitanos participaban, algo similar, salvando las distancias, a las inscripciones en dialecto lesbio artificial cuando en Lesbos sólo se hablaba koiné.

Es significativo que en la epigrafía lusitana encontremos, como en el conjunto de las dedicaciones lusitanas en latín, divinidades que parecen haber recibido una veneración general en todo el territorio, como *Reve*, y divinidades sólo atestiguadas en un lugar o en un espacio muy reducido, como LA+BO (ambas en L.3). Obviamente la identidad lusitana no estaba reñida con rasgos locales, sólo propios de algunos lusitanos; probablemente al venerar a sus divinidades locales, que por otro lado podían combinarse en el culto con las panlusitanas, los lugareños sentían que actuaban como lusitanos, sentimiento claramente reforzado por la utilización de la lengua común a toda la etnia.

En resumen debemos hablar de una forma de romanización. “Romanización”²⁵ es un concepto sólido y claro, matizable hasta el infinito como todos los conceptos históricos útiles, pero que resulta imprescindible ya que al parecer no existe ninguno mejor para ocupar su puesto. En su nombre mismo describe el fenómeno al que se refiere, el hecho de que en un momento histórico la población de un determinado lugar hable, se vista, coma, venere a sus dioses, se administre y pelee de una forma totalmente diferente a la de los romanos, y en un momento posterior sus descendientes hablen, se vistan, coman, veneren a sus dioses, se administren y peleen en formas que cualquier contemporáneo consideraría como romanas, dentro del rico abanico de posibilidades de la romanidad. Ese abanico implica formas distintas de ser romano y los pueblos romanos mantienen su personalidad sin dejar de ser romanos; el que llamemos étnicos o no a los marcadores de esa personalidad dependerá del concepto de etnia que adoptemos. Personalmente entiendo que una construcción política tan compleja como el Imperio aconseja que consideremos etnias a aquellas comunidades romanas que

²⁴ J. de Hoz 1994 y 2000, respectivamente.

²⁵ Las comillas por supuesto son obligadas por el uso metalingüístico, no tienen nada que ver con cualquier prevención ante el empleo de una palabra que me parece un útil científico incuestionable.

presenten rasgos diferenciales del tipo de los que en fecha prerromana nos permiten hablar de etnia; es cierto que, excepto en casos como el lusitano, no podremos utilizar el marcador esencial que proporciona la lengua, pero tenemos indicios suficientes para vislumbrar tendencias dialectales que el viajero romano debía sentir con enorme fuerza. Por supuesto no todas las realidades étnicas tienen la misma intensidad y en el Imperio hablamos de construcciones a las que faltaba el elemento esencial de la independencia política; una etnia prerromana, digamos los lusitanos anteriores a la conquista, tenía una intensidad étnica superior a la de las etnias romanizadas, de la misma forma que en éstas los marcadores diferenciales y la conciencia de su importancia crecerían en la antigüedad tardía hasta dar lugar, en un proceso extraordinariamente complicado, a etnias no romanas.

En esta perspectiva la epigrafía lusitana se nos aparece como el testimonio de identidad étnica que nos han dejado unos romanos que básicamente hablaban latín y se comportaban como romanos, venerando por ejemplo a las grandes divinidades oficiales, pero que probablemente se sentían al mismo tiempo lusitanos y deseaban poner de manifiesto su personalidad diferenciada. Es normal que en ese cometido hayan encontrado útiles dos de los más significados marcadores étnicos, la religión y la lengua, en cierto modo dos aliados naturales como lo demuestran multitud de testimonios desde que tenemos datos lingüísticos directos hasta nuestros días.

Bibliografía

- Adams, J. N., 2003 (2008), *Bilingualism and the Latin language*, Cambridge.
— 2007, *The regional diversification of Latin 200 BC–AD 600*, Cambridge.
Almagro-Gorbea, M., Ortega, J. & Villar, F., 1999, “Una nueva inscripción lusitana. Arroyo de la Luz III”, *Complutum* 10, 167-73.
Berrocal, L.: 1989: “El asentamiento “céltico” del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)”, *CuPAUAM* 16, 245-95.
Brunt, P. A., 1976, “The Romanization of the local ruling classes in the Roman empire”, D. M. Pippidi ed., 161-73; reimpresso con revisiones en Brunt 1990, 267-81, 515-7.
— 1990, *Roman Imperial Themes*, Oxford.
Búa, J. C., 2000, *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*, tesis doctoral inédita de la Universidad de Salamanca.
Burnand, Y. & Lambert, P.-Y., 2004, “Découvert récent d’une inscription gallo-latine sur pierre à Nasium—Naix-aux-Forges (Meuse)”, *CRAI*, 683-90.
Carneiro, A., d’Encarnação, J., de Oliveira, J. & Teixeira, C., 2008, “Uma inscrição votiva em língua lusitana”, *Paleohispanica* 8, 167-78.
Christol, M., 1995, “De l’Italie à la Gaule méridionale, un transfert: l’épigraphie latine”, *Cahiers du Centre Glotz* 6, 163-81.
Clavel-Lévêque, M., 1972, “Le syncrétisme gallo-romain: structures et finalités”, F. Sartori ed., *Praelectiones Patavinae*, Rome, 91-134 (= Clavel-Leveque 1989, 337-87).
—1989, *Puzzle gaulois: les Gaules en mémoire. Images, textes, histoire*, Paris (ALB 396).
Delattre, P., 1969/70, “La théorie celtique et les substrats”, *Romance Philology* 23,

480-91 (reimpreso en R. Kontzi ed. 1982, 320-35).

Deyts, S., 2001, "La sculpture et les inscriptions", C. Pommeret ed., 129-39.

Diis Deabusque, 2011 (1995), *Diis Deabusque. Actas do II colóquio internacional de epigrafia "Culto e Sociedade"* (= *Sintria III-IV*, 1995-2007), Sintra.

Duval, P.-M., 1976², *Les dieux de la Gaule*, Paris.

d'Encarnação, J., de Oliveira, J., Carneiro, A. & Teixeira, C., 2008, "Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)", *Conimbriga* 47, 85-102.

García, J. M., 1991, *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às 'Religiões da Lusitania' de J. Leite de Vasconcelos. Fontes Epigráficas*, Lisboa.

Gasperini, L., 1995, "Iscrizioni rupestri di età romana in Italia", A. Rodríguez Colmenero & L. Gasperini eds., 297-331.

Gasperini, L. ed., 1992, *Rupes loquentes. Atti del Convegno internazionale di studio sulle iscrizioni rupestri di età romana in Italia* (Roma-Bomarzo 1989), Roma.

Gorrochategui, J., 1987, "En torno a la clasificación del lusitano", *Actas del IV Coloquio*, 77-91.

Grenier, A. et alii, 1948, *Les religions de l'Europe ancienne III. "Mana" Introduction a l'histoire des religions 2*, Paris.

Herman, J., 1990, *Du latin aux langues romanes: études de linguistique historique*, Tübingen.

de Hoz, J., 1994, "Castellum Aviliobris. Los celtas del extremo occidente continental", *Indogermanica et Caucasica*, 348-62.

— 1995, "Las sociedades celtibérica y lusitana y la escritura", *AEspA* 68, 3-30.

— 1995 (1996), "Panorama provisional de la epigrafía rupestre paleohispánica", Rodríguez Colmenero, A. & Gasperini, L., eds., 9-33.

— 2000, "From Ptolemy to the ethnical and linguistic reality. The case of southern Spain and Portugal", Parsons, D. N. & Sims-Williams, P. eds., *Ptolemy*, 17-28.

— 2007, "The Mediterranean frontiers of the Celts and the advent of Celtic writing", Sims-Williams, P. & Williams, G. A. eds., *Crossing Boundaries. Proceedings of the XIIth International Congress of Celtic Studies...2003...Aberystwyth* (= *CMCS* 53/54), Aberystwyth, 1-22.

Hutchinson, J. & Smith, A. D. eds., 1996, *Ethnicity*, Oxford.

Indogermanica et Caucasica, 1994, *Indogermanica et Caucasica. Festschrift für Karl Horst Schmidt zum 65. Geburtstag*, Herausgegeben von R. Bielmeier und R. Stempel, Berlin-New York.

Jones, S., 1997, *The archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present*, London (Routledge).

Jufer, N. & Luginbühl, T., 2001, *Répertoire des dieux gaulois: Les noms des divinités celtiques connus par l'épigraphie, les textes antiques et la toponymie*, Paris.

Kontzi, R. ed., 1982, *Substrate und Superstrate in den romanischen Sprachen*, Darmstadt (Wissensch. Buchgesellschaft).

Lambert, P.-Y., 1998, "Nouveaux textes gaulois", *CRAI*, 657-75.

— 2001, "Étude de l'inscription, inv. n° 5 (fig. 24 et 25)", C. Pommeret ed., 140-2.

— 2002, *Recueil des Inscriptions Gauloises. Vol II2. Textes gallo-latins sur instrumentum*, Paris.

- 2003², *La langue gauloise*, Paris (Errance).
- Lejeune, M., 1971, *Lepontica*, Paris (= “Documents gaulois et para-gaulois de Cisalpine”, *EC* 12, 337-500).
- 1985, *Recueil des Inscriptions Gauloises I. Textes gallo-grecs*, Paris.
- 1988, *Recueil des Inscriptions Gauloises. Vol III. Textes gallo-étrusques. Textes gallo-latins sur pierre*, Paris.
- Meid, W., 1987, *Die Interpretation gallischer Inschriften* (= Anzeiger der phil.-hist. Klasse der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 123. Jahrgang 1986, So. 3), Wien.
- 1989, *Zur Lesung und Deutung gallischer Inschriften*, Innsbruck.
- 1992, *Gaulish Inscriptions*, Budapest.
- MLH = Untermann, 1975 . . ., *Monumenta*, (cf. Wodtko, D. S., 2000).
- Olivares, J. C., 2000-1, “Teónimos y fronteras étnicas, los *Lusitani*”, *Lucentum* 19-20, 245-56.
- 2002, *Los dioses de la Hispania céltica*, Madrid.
- Parsons, D. N. & Sims-Williams, P. eds., 2000, *Ptolemy. Towards a linguistic atlas of the earliest Celtic place-names of Europe*, Aberystwyth.
- Pippidi, D. M. ed., 1976, *Assimilation et resistance a la culture greco-romaine dans le monde ancien*, Paris.
- Pirson, J., 1901, *La langue des inscriptions latines de la Gaule*, Brussels.
- Pommeret, C. ed., 2001, *Le sanctuaire des Bolards à Nuits-Saint-Georges*, Dijon (Suppl. 16 de Revue Archéologique de l’Est).
- Prósper, B., 2002, *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca.
- 2010, “Ogámico *BROINIENAS* y la divinidad indoeuropea *BROENEIAE* de la inscripción lusitana de Portalegre”, *Emerita* 78, 335-8.
- Prósper, B. & Villar, F., 2009, “Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre”, *Emerita* 77, 1-32.
- Religiões da Lusitânia, 2002, *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*, Lisboa.
- Ribeiro, J. Cardim, 2010, “Algunas considerações sobre a inscrição em “Lusitano” descoberta em Arronches”, *Serta Javier de Hoz*, 41-62.
- RIG, I y II.1 vid. Lejeune, 1985 y 1988; II.2 vid. Lambert, 2002; III vid. Duval, P.-M. & Pinault, G., 1986; IV vid. Colbert de Beaulieu, J.-B. & Fischer, B., 1998.
- Rodríguez Colmenero, A. & Gasperini, L., eds., *Saxa Scripta (Inscripciones en roca)*. Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre epigrafía rupestre. Santiago de Compostela y Norte de Portugal, 1992, A Coruña.
- Salinas, M., 1995, “Los teónimos indígenas con la mención “deus, -a” en la epigrafía hispana”, *Conimbriga* 34, 129-46.
- Santos, J. & Cruz Andreotti, G., eds., 2012, *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*, Vitoria/Gasteiz (Revisiones de Historia Antigua VII, U. del País Vasco).
- Schmidt, K. H., 1985, “A Contribution to the Identification of Lusitanian”, *Actas del III Coloquio*, 319-41.
- Serta Javier de Hoz = *Serta paleohispanica in honorem Javier de Hoz*, 2010, Zaragoza, ed. por F. Beltrán, J. L. García Alonso, C. Jordán, E. R. Luján, J. Velaza y B.

Díaz Ariño (= *Paleohispanica* 10, 2010).).

Tagliavini, C., 1973, *Orígenes de las lenguas neolatinas*, México (edic. italiana Bolonia 1949, 1969⁵).

Thurneysen, R., 1884, *Keltoromanisches. Die keltische Etymologieen im etymologischen Wörterbuch der romanischen Sprachen vom F. Diez*, Halle.

Toutain, J. (1906-20) *Les cultes paiennes dans l'empire romain: les provinces latines*, 3 vols., Paris.

Tovar, A., 1964/1967, "L'inscription du Cabeço das Fráguas et la langue des Lusitaniens", *EC* 11, 237-268 (reelaboración, vid.1985).

— 1985, "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos", *Actas del III Coloquio*, 227-53 (cf. 1964/1967).

Untermann, J., 1975/1980/1990/1997, *Monumenta Linguarum hispanicarum. I. Die Münzlegenden. II. Inschriften in iberischer Schrift aus Südfrankreich. III. Die iberischen Inschriften aus Spanien. IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden.

— 1985, "Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas", *Actas del III Coloquio*, 343-63.

— 1987, "Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch", *Actas IV*, 57-76.

— 1988, "Zur Morphologie der lusitanischen Götternamen", *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85.º aniversário*, editada por D. Kremer, Tübingen, 123-38.

— 2002, "A epigrafia em língua lusitana e la sua vertente religiosa", *Religiões da Lusitânia*, 67-70.

— 2008, "Lusitanisch, Südlusitanisch (Lusitanian, South Lusitanian)", *Wieser Enzyklopädie. Sprachen des europäischen Westens*, U. Ammon & H. Haarmann eds., s. v., Klagenfurt.

— no publicado (1995), "Los teónimos del noroeste peninsular y la gramática de las lenguas indígenas de esta región", comunicación presentada en Sintra, en marzo de 1995 y no publicada (cf. *Diis Deabusque*).

Vallejo, J. M., 2005, *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*, Vitoria.

Vendryes, J., 1948, "La religion des Celtes", Grenier, A. et alii, *Les religions*, 237-320.

— 1997, *La religion des Celtes* (con complementos de P.-Y. Lambert), Spézet (Coop Breizh).

Villar, F. & Pedrero, R., 2001, "Arroyo de la Luz III", *Palaeohispanica* 1, 235-74.

Woolf, G. 1998, *Becoming Roman. The origins of provincial civilization in Gaul*, Cambridge.

A realidade arqueológica do litoral entre o Neiva e o Cávado: da romanização à formação das paróquias

Carlos A. Brochado de ALMEIDA
DCTP/FLUP

Resumo

Quando a romanização se instalou na orla ocidental da Galeccia meridional havia uma razoável número de castros bem dimensionados e estruturados que viviam da exploração dos recursos marinhos e mineiros, sem descuidarem outros interesses como sejam a agricultura e a pastorícia. A influência romana fez-se sentir nos mais diversos domínios, modificando hábitos alimentares, modo de vestir e de comerciar e deixou profundas marcas no interior dos povoados, patentes na tipologia das habitações e na alterações urbanísticas nem sempre bem conseguidas. Com o advento da romanização alguns povoados extinguiram-se, mas outros não. “Cidade Velha” de Santa Luzia, Castelo de Neiva e Castro de São Lourenço são exemplos mais que convincentes. As populações que abandonaram os castros desceram para as terras agrícolas da periferia dando origem a *villae*, casais e mesmo a pequenas unidades agrícolas. Eram servidas por uma rede de estradas secundárias e regionais cuja importância se dilatou no tempo e chegou até à actualidade. O abandono definitivo dos castros ocorreu no fim do Império, mas casos há onde se viveu ali nos primeiros séculos da Alta Idade Média. A mudança de administração no fim do império não influiu, muito, na economia da região. Mais grave foi a tentativa de colonização muçulmana, mas que não originou nenhuma ruptura que implicasse um ermamento prolongado.

Palavras – chave: Castro, romanização, comércio, agricultura, vias de circulação, travessia de rios, pontes

Abstract

When romanization began to settle on the western edge of southern Galeccia there was a reasonable number of well-sized and structured settlements that survived on the exploitation of marine and mining resources, without neglecting other interests such as agriculture and shepherding. The Roman

influence was felt in many different fields, changing food, dress and trade habits and left deep marks in the interior of the settlements, such as in the typology of dwellings and urban modifications that were not always well achieved. With the advent of Romanization some villages were extinguished, but not all of them. "Cidade Velha" of Santa Luzia, Castelo de Neiva and St. Lawrence Castro are more than convincing examples. The people who abandoned the castros descended to agricultural lands situated on the outskirts of the castros giving birth to *villae*, casais and even small farms. These were served by a network of secondary and regional roads that gained importance over time and still exist in the present. The permanent abandonment of castros occurred at the end of the Empire, but there are cases where people still lived there in the early centuries of the Middle Ages. The change of administration at the end of the Empire did not affect much in the economy of the region. More severe was the attempt of Muslim colonization, but that did not originate any serious break that would cause a prolonged desertion.

Key-words: Castro, Romanization, trade, agriculture, roads, river crossings, bridges

A presença romana nesta faixa litoral do Minho pautou-se por um equilíbrio entre as tradições indígenas e as novidades que advieram da fixação romana em Braga, transformada na capital de um dos *conventi* mais ocidentais do Noroeste Peninsular.

O registo arqueológico diz-nos que os castros, não totalmente, mas em larga escala, continuaram a ser ocupados, não diremos em plenitude, mas, consoante os casos, em certos sectores do seu perímetro tradicional. É esse o caso de São Lourenço, do Senhor dos Desamparados, do Castelo de Neiva e mais para norte, da "cidade velha" de Santa Luzia. Olhando para estes casos pode dizer-se que em parte a tradição se manteve, mas que nos séculos que se seguiram, esta não ficou amarrada ao imobilismo. Habitou-se nos castros até uma época tardia da romanização, tal como se saiu para os campos, se abandonou o perímetro amuralhado e se ergueram explorações, pequenas e grandes, no epicentro de bons solos agrícolas, na proximidade de certas matérias-primas, na periferia das principais vias de comunicação.

As intervenções arqueológicas feitas em São Lourenço e em Castelo de Neiva revelam uma curiosa diacronia ocupacional. Em qualquer dos casos, mais no primeiro que no segundo, a presença de moradores extravasou para lá da presença administrativa romana na região.

Em São Lourenço há um vasto sector - o D - com casas rectangulares construídas sobre outras circulares ou que aproveitaram parte das anteriores estruturas. Está bem datado porque tem cerâmicas romanas, nomeadamente sigillatas hispânicas tardias e cinzentas finas aparentadas às páleo-cristãs e uma série de moedas romanas do tempo da monarquia constantiniana. Do mesmo período é a ocupação mais recente do Sector T, aquela onde se registam unidades típicas de um *vicus*, como são as oficinas dos mais variados serviços que prestavam apoio às populações que viviam ainda no interior do castro, mais às que haviam saído, em tempos anteriores, para a diáspora agrária.

Esta forte presença no castro durante o Baixo Império perdurou para lá da

presença da administração romana, pois há seguros indícios arquitectónicos no Sector D que pertencem ao período suévico-visigótico levantados sobre as casas rectangulares romanas do século IV e mesmo uma antiga casa circular que foi adaptada e de tal modo, que dá a ideia de uma estrutura com uma cabeceira em ferradura enquanto as paredes laterais são rectilíneas. Foi nas camadas estratigráficas que estão relacionadas a hibridez desta estrutura que foi recolhido um fragmento cerâmico gravado com um típico *crismón* páleo-cristão¹.

Na restante área escavada deste Sector, para além de algumas moedas do século V, há a destacar cerâmicas regionalizadas de pastas esbranquiçadas ou acinzentadas, muito arenosas e quebradiças, aplicadas em formas utilitárias de cozinha, mormente panelas de bojo romboide, mas cuja principal matriz é a decoração vassourada que corre toda a superfície exterior. Este tipo de peças, com tal decoração, que é vulgar encontrar nas mais diversas estações arqueológicas tardo-romanas do Minho litoral – Facha (Ponte de Lima), Lobelhe (Vila Nova de Cerveira), Paço de Vila Cova (Barcelos), Santa Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo), Agra do Relógio e Igreja de Forjães (Esposende) (Almeida, 2003, 95-406) – costuma subdividir-se em dois grupos distintos: vassourado vertical e horizontal. O primeiro está maciçamente presente nas panelas ou potes usados nas cozinhas com cronologia que media entre o século V e o VI. O segundo acompanha, mais as ocupações que sobreviveram à primeira avalanche muçulmana, podendo-se dizer que são também coevas do começo da Reconquista Cristã da região.

Um outro habitat que foi ocupado até à ponta final da presença romana foi o castro de Moldes, vulgo Castelo de Neiva (Marques, 2003) .

Uma recente intervenção arqueológica feita na base setentrional do castro, num sítio onde é visível a muralha mais exterior, feita com dois muros exteriores e interiormente preenchida com terra, revelou os alicerces de um edifício de época romana, que tinha um pátio central. Os muros eram rectilíneos, feitos com pedra bem esquadriada e era fruto da remodelação de um edifício anterior, de proporções bem mais modestas. O interessante desta estrutura é que tinha um pátio central e que havia sido construído ainda no interior do antigo espaço amuralhado, já que não extravasa os limites impostos por este (Marques, 2013). O segundo aspecto digno de registo está relacionado com a grande percentagem de pesos de tear ali recolhidos, alguns cobertos com tinta azulada e que apontam para duas hipóteses a ter em atenção: os muros que definem o espaço habitacional de um casal de época tardo-romana tinha um forte interesse na fiação e na tecelagem; a segunda, sem excluir a primeira, pode levar a conclusão que o sítio também era um centro produtor de pesos de tear que depois eram colocados no circuito comercial².

A presença de populações em alguns castros, na ponta final do Baixo Império, pode e deve considerar-se como algo residual. O que aconteceu em alguns não pode considerar-se extensivo aos demais e que são muitos na região em estudo. A maioria os castros foram-se esvaziando dos seus moradores ao longo do Alto Império, sendo muito

¹ Como a escavação desta área está incompleta nada mais podemos adiantar quanto à sua funcionalidade.

² É interessante referir que na escavação recente de um casal trado-romano junto à Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo) também foram encontrados pesos de idêntica tipologia e acabamento pictórico.

poucos os que continuaram com alguma atividade. Alguns devem ter-se adaptado a *vici*, já que, excluída *Bracara Augusta*, não se conhece na Gallaecia meridional litoral mais nenhum centro administrativo, vulgo aglomerados secundários (Perez Lousada, 2002) capazes de apoiar as populações, algumas delas a distar mais de trinta quilómetros da capital. Nesta lista incluímos São Lourenço, tal como a *Cidade Velha* de Santa Luzia ou mesmo Castelo de Neiva, sendo presumível que tenham exercido a função de centros intermédios de apoio, um pouco à imagem do que hoje fazem os serviços municipais. É uma hipótese em aberto, mas talvez isso explique a perduração de pessoas e de estruturas em certos castros quando os fundamentos da Cultura Castreja há muito que estavam desmantelados.

Ocupações romanas que fizeram a travessia para a governação suévica e mesmo, depois, para a visigótica, há várias no espaço que estamos a analisar e provam que a transferência do poder fez-se com naturalidade e sem afectar grandemente a estabilidade económica que então prevalecia. Cerâmicas vassouradas, cinzentas com pastas mais finas ou mais gresosas, muros de alvenaria feitos com pedra reaproveitada, com a particularidade de terem fragmentos *de tegula* no miolo, há-os nas ocupações da Agra do Relógio, da Igreja de Santa Marinha de Forjães, do Paço de Vila Cova, isto só para referir as mais emblemáticas e mais próximas (Almeida, 2003) .

A saída de cena da administração romana alterou seguramente a governação da *Gallaecia* meridional, mas não o modo como por aqui se vivia. Os hispano-romanos continuaram a ocupar, talvez, a quase totalidade das propriedades agrícolas, porque os topónimos de origem germânica neste concelho são escassos e tão se podem considerar como sendo coevos da chegada e instalação dos Suevos. Em linhas gerais, topónimos como Esposende, Góios, Gemeses, Forjães e Alvarães³, este do outro lado do Rio Neiva, são onomásticos de origem germânica (Piel, 1937), mas a dúvida está em saber distinguir quais são os que aqui se fixaram com os Suevos, dos que entraram na geografia local através da Reconquista Cristã. É certo que em todos estes sítios há restos arqueológicos que se podem atribuir ao mundo romano, mas ao restringirem-se a *tegulae*, a dificuldade em atribuir-lhe uma cronologia aumenta e esta, por si só, está longe de ser a única.

É sabido que a *tegulae* deixou de ser um fóssil diretor seguro para atribuir uma cronologia a um determinado sítio, pelo simples facto de ela ter continuado a ser fabricada para lá do fim da presença romana. As construções de época suévica e mesmo visigótica usaram a telha de tipologia romana como cobertura, como o afixam as escavações feitas no castro de São Lourenço e nos casais da Agra do Relógio, Igreja de Forjães, Santa Maria de Geraz do Lima e Paço de Vila Cova (Almeida, 2003, 293 - 302). A segunda dificuldade reside no facto de não ser possível haver uma analogia temporal, correcta e segura, entre o topónimo e os vestígios.

Ao longo da primeira metade da Alta Idade Média as populações hispano-romanas e depois estas já miscigenadas com os germanas centro-europeias viveram exclusivamente nos campos, quase sempre em dispersão habitacional e muito mais raramente em núcleos concentrados como parece que foi a ocupação da Igreja de Santa

³ A documentação medieval menciona a *villa Gontemirus* no sopé do Monte Faro. Este território corresponde, no presente, ao lugar de Góios, freguesia das Marinhas.

Maria de Geraz do Lima e alguns pequenos povoados tardo- romanos identificados nas bacias do Lima e Cávado (Almeida, 2003, 395-406). Esta é mais um caso em que a ocupação começou com lavradores indígenas vindos de um castro da Idade do Ferro da região⁴ mas que, também, em sucessivas remodelações, se renovou, dando origem a uma vasta ocupação que atravessou toda a administração romana e invadiu o período suévico-visigótico. Este sítio, face à área e à dimensão por onde os vestígios se dispersam, bem pode ser um dos casos em que a concentração de habitações, não necessariamente pertencentes ao mesmo *dominus*, possa ser interpretada com sendo o protótipo de um *pagus* tardo-romano que mais tarde viria a estar na génese da *villa-ecclesia*, porque foi no epicentro desta área arqueológica que nasceu a primeira igreja desta paróquia⁵.

Na área em estudo, o único sítio que podemos considerar, como tendo algumas similitudes, para não dizer muitas, com Santa Maria de Geraz do Lima, é a Igreja de Forjães. Outros sítios, como os adros e imediações das igrejas de São Paio de Antas, Marinhas, igreja antiga de Fão (Barreiras) e Palmeira de Faro, são de análise mais problemática, porque em qualquer um deles não há, nem houve escavações arqueológicas e os vestígios resumem-se, quase que exclusivamente, a fragmentos de *tegulae*.

Já tivemos oportunidade de afirmar que a ocupação de Santa Marinha de Forjães começou com os ditos lavradores castrejos oriundos de um castro da região⁶ e que esta, ao evoluir para uma outra no período romano, acabou por se prolongar para a 1ª parte da Alta Idade Média, consoante o comprovam os materiais cerâmicos ali encontrados. Entre eles, dos mais tardios, faremos referência, muito específica, às cerâmicas cinzentas que têm muitas similitudes com as páleo-cristãs de pasta beije e acinzentada, às vassouradas e a outras com cruciformes impressos e que sabemos serem típicas desta fase da Alta Idade Média. Para completar o quadro há que dizer que foi nos terrenos adjacentes e a norte do adro paroquial que foi erguida a primeira igreja da *villa-ecclesia Sancta Marina*, uma das que está na origem da futura paróquia de Santa Marinha de Forjães (Almeida, 2001).

A presença habitacional, em tempo suévico, em antigas explorações romanas está igualmente documentada no Paço de Vila Cova e na Agrado Relógios, mas já o mesmo não poderemos afirmar quanto à *Vila Menedi*, espaço que parece ter sido ermado no final da presença romana - provavelmente não chegou ao começo da conquista muçulmana - talvez porque a proximidade ao mar a colocasse em situação difícil face à instabilidade que então se vivia (Almeida, 2003, 342-349).

Até à formação das paróquias, que ocorre nestas paragens com o advento do século XI, deparamo-nos com um enorme hiato informativo. Teoricamente todo este espaço continuou ocupado pelo menos até à invasão muçulmana, no início do século VIII,

⁴ Na escavação feita há anos atrás no perímetro desta igreja apareceram restos cerâmicas castrejos e parte de uma casa redonda na vinha que lhe está adjacente a nascente da cabeceira da capela-mor.

⁵ Essa é uma dificuldade de monta porque no território desta freguesia, com cerca 8,86 kms quadrados, não há indícios de ter havido um habitat da Idade do Ferro.

⁶ Em Santa Eulália de Rio Covo (Barcelos) a situação é bem diferente. Aqui há indícios claros de ter havido um balneário romano, mesmo às portas do adro atual.

mas como a informação arqueológica é escassa, muito pouco podemos adiantar sem entrarmos em especulações de duvidosa veracidade histórica.

Toda a orla litoral, entre o Porto e Caminha é um espaço largo, aplanado, com escassos obstáculos orográficos capazes de dificultar e mesmo restringir a progressão/movimentação de um qualquer exército invasor que assentasse parte das suas forças na cavalaria. Não sabemos até onde e por onde progrediram as tropas mouriscas na sua primeira abordagem ao antigo Noroeste Peninsular romano, mas o que parece certo é que as quintas, casais e demais pequenas unidades de exploração agrária terão ficado temporariamente desertas. Os que aqui moravam terão certamente fugido para os montes – os antigos castros eram ainda um bom sítio para se resguardarem – mesmo que a passagem das tropas mouriscas não tenham ocorrido propriamente pelo litoral. Estas suposições retirámo-las nós da ausência de vestígios arqueológicos próprios da cultura muçulmana em sítios anteriormente ocupados e também do abandono de explorações como a Agra do Relógio e de outras ao longo deste litoral. Este sítio revelava-se, à data, demasiado perigoso, porque o inimigo tanto podia surgir por terra via meio-dia, como aproximar-se, com certa segurança, por via marítima. A estas certezas deveremos ainda juntar uma outra. Não há neste espaço territorial indícios toponímicos de origem árabe que justifiquem uma permanência efetiva, após a conquista. Há-os no vizinho vale do Rio Lima – Mazarefes e possivelmente Darque – mas, fora o topónimo, nada mais se encontrou até agora que justifique uma permanência efetiva de tropas e ou de administração moura nestas paragens (Fernandes, 1981, 202-203).

Foi no decurso da 1ª parte da Alta Idade Média que as populações hispano-visigodas dispersas pelo *ager* do antigo *conventus bracaraugustanus* assumiram publicamente a sua afeição ao cristianismo. A prova mais antiga desta filiação à nova fé nestas paragens vem-nos do castro de São Lourenço, através de um *crismón*, grafitado num fragmento de cerâmico, cuja datação ocorre pelo século V o mais tardar VI. Ligeiramente mais tardia, entre o VI e o VII, é placa de cinturão, em bronze, da Quinta do Paço Velho da Facha (Ponte de Lima) encontrada na escavação de um casal tardo-romano/visigótico e que tem gravada a legenda “*Cristo esteja contigo*” em latim, para além, também, do *crismón* (Almeida, 2003, 373; Almeida, 200).

A estas manifestações materiais devem-se juntar outras que não deslustram das cronologias anteriores.

Os arqueólogos que estudaram o eremitério rupestre de Sabariz em Vila Fria (Viana do Castelo) apontam-lhe, como cronologia mais abalizada, os séculos X/XI (Barroca, 1984), mas não será totalmente desconexo que o seu início possa ser ligeiramente anterior (Brochado, 2004) e venha adaptar-se ao começo da Reconquista Cristã da região, tanto mais que há argumentos sólidos e consistentes em que se possa apoiar. Um deles mora, muito próximo, na igreja de São Tiago de Castelo de Neiva. A inscrição aqui encontrada é a prova que nega um ermamento total desta região em anos anteriores aos século X, já que revela que a dita igreja foi consagrada ao apóstolo São Tiago, por volta do ano 862 (Costa, 1958, 119). O outro está na freguesia de Santa Marinha de Forjães.

A intervenção arqueológica ali feita mostrou que muros de uma construção romana fora adaptada a igreja e que no interior da cabeceira semicircular foi instalada uma sepultura de inumação feita com placas de xisto avulsas. As cerâmicas mais

tardias encontradas em redor desta estrutura apontam para os séculos VII/IX, o que cronologicamente até está de acordo com a adopção do culto da virgem e mártir Santa Marinha escolhida para padroeira de uma *ecclesia* construída no meio de um pequeno núcleo agrário, que não tinha, nem foi, necessariamente uma povoação concentrada. O culto a esta virgem e mártir de Antioquia deve ter entrado na escolha dos cristãos peninsulares ao mesmo tempo que o de Santa Eugénia, santa de origem romana identificada com uma outra, de origem oriental, cuja lenda gravita em torno da castidade, já que se reporta a uma mulher escondida sob disfarce masculino num mosteiro de homens. Tal lenda foi igualmente aplicada a Santa Eufrosina, a Santa Pelagia, a Santa Margarida e a Santa Marinha e o seu culto, o de Santa Eugénia, começa a ser mencionado num *oracional* da Terraconense de origem visigótica (Garcia Rodrigues, 1966, 171-172). Embora o documento mais antigo referente a esta *ecclesia* date de 1059 (PMH, DC, CCCXX) tudo aponta para que os sinais da primitiva igreja sejam anteriores, atendendo ao facto da grande maioria da cerâmica ali encontrada ser anterior ao período mais efusivo e consolidante da Reconquista, ou seja, aqui, entre os séculos X e o XI. Depois, se no último quartel do século IX a igreja de São Tiago de Castelo de Neiva era sagrada, também os moradores do pequeno núcleo agrário da Igreja de Forjães poderiam, pela mesma altura e pelos mesmos motivos, justificarem também, que neste sítio, não havia despovoamento e que dispunham de meios para erigir e sustentar a sua própria *ecclesia*.

Mais recente, parece ser a igreja de São Miguel das Marinhas, já que a primeira referência documental da sua existência data de 1145 (Liber Fidei, 45), embora sob a denominação de São Miguel de Cepães. Só em meados do século XIV é que adoptará a designação oficial de São Miguel das Marinhas, por influência da atividade salineira que então se fazia na orla costeira. O sítio sempre foi o mesmo: a foz do Ribeira de Peralta. Aqui explorou-se o sal em salinas amovíveis e fixas ao longo da 2ª da Idade do Ferro, durante a Romanização e depois ao longo da Baixa Idade Média e a importância de tal atividade foi de tal monta que motivaria a substituição do nome Cepães por Marinhas na designação oficial da paróquia. As razões par tal mudança foram certamente múltiplas, mas não podemos esquecer que, por aquela altura, aquela que se viria a designar por São Miguel das Marinhas deixara de estar circunscrita ao lugar de Cepães, com uma geografia próxima ao mar e à área lagunar que se estendia para norte do Ribeiro de Peralta, para agregar a si, lugares mais interiores como Rio de Moinhos, Pinhote e Monte e até mais distantes como o antigo *Gontemir* transmutado na designação oficial de Goios. Esta área lagunar só muito tardiamente terá secado, a pontos de permitir a utilização daquele espaço como área agrícola. Bastará recordar que na origem do topónimo *Cepães*, está *cepo* ou seja, segundo Almeida Fernandes, um “*local húmido e aquoso onde se criavam por isso árvores entroncadas*” (Fernandes et alii, 1995,69). Ora, conforme sabemos, os recentes estudos de Helena Granja demonstram que toda aquela área, a norte do Ribeiro de Peralta, era em tempos pré-históricos um espaço coberto de arvoredo, típico de zonas húmidas, sendo que alguns dos ulmeiros foram encontradas na atual praia, na zona de rebentação, em posição de vida (Granja, 1986; 1993, 2013).

Quanto às demais paróquias, algumas são da 2ª metade do século X, nomeadamente a de São Paio de Fão e de São Paio de Antas, sendo que a primeira

esteve, primitivamente, num outro espaço mais próximo ao mar, no lugar das Barreiras (Almeida et alii, 1990, 111-126). Outras, por sua vez, como São Cláudio de Curvos e Santa Eulália de Palmeira de Faro, mostraram também a sua apetência por oragos de origem hispânica. O primeiro deste santos é tido como tendo uma origem leonesa e embora se admita que o seu culto remonte ao período visigótico, ele só se terá difundido a partir do século X (Garcia Rodriguez, 1966, 242-243). Mais consistente é o caso de Santa Eulália, virgem oriunda de Mérida onde foi martirizada e com culto já conhecido e estabelecido naquela cidade desde século IV. A sua difusão para as terras mais setentrionais foi ocorrendo nos séculos que se seguiram, vindo a ser adoptada por numerosas paróquias do velho Entre-Douro-e-Minho, muito provavelmente no rescaldo da descida dos mouros para sul da linha do Tejo (Garcia Rodriguez, 1966, 284-303). No caso vertente de Palmeira de Faro, terra pejada de vestígios arqueológicos que se estendem do Neolítico à Idade Média, não sabemos quando tal aconteceu. No adro e área adjacente, aparece *tegulae*, mas também não sabemos, de verdade, nem a origem dela e tão pouco a sua cronologia.

Os caminhos que desenvolveram o território

A situação geográfica deste espaço territorial sempre beneficiou da aproximação física ao Oceano Atlântico, de ter, pelo menos, um rio navegável em boa parte do seu percurso, de possuir bons ancoradouros na foz dos rios Cávado e Neiva e pequenas enseadas ao longo da costa, nomeadamente na Apúlia, em Fão e na Foz do Ribeiro de Peralta (Marinhas) (Almeida, 2013, 27- 55). Embora as informações sejam muito parcas, esta costa foi visitada por tartéssicos, por cartagineses, por romanos e mais tarde por mouros e vikings. O afundamento na foz do Ribeiro de Peralta de um navio mercante carregado com produtos béticos, é uma prova insofismável que a navegação comercial ganhara outros contornos a partir do momento em que Roma passou a dominar, política e militarmente, o Noroeste da Península.

É uma certeza, quase que absoluta, que à data da chegada dos romanos à *Gallaecia* meridional, não havia uma rede de estradas, digna de tal designação, estruturada em função dos interesses supralocais e muito menos regionais. Para que ela tivesse existido era necessário que o território tivesse estado debaixo da alçada de alguma centralização político-administrativa, o que manifestamente só aconteceu com a criação de *Bracara Augusta*.

Na *Gallaecia* pré-romana não houve uma rede de estradas, antes sendas e trilhos e a ajuizar pelo carro em bronze de Vilela (Paredes), talvez caminhos, caso queiramos tomá-lo como a representativo de uma realidade que podia ser usual em alguns pontos desta parte da *Gallaecia*. Tudo muda de figura, no entanto, se ele for somente o reflexo de uma representação votiva com conotações celticizantes datada do século IV-III aC (Silva, 1986, 262-263). O carácter votivo percebe-se pelas figuras humanas e de animais que intervêm na cerimónia, mas fica de fora a representação de um modelo de carro de transporte, com rodas de arcos circulares, raiados na horizontal, puxado por bovinos. É a representação típica de um modelo de carro que correu toda a Europa da Idade do Bronze à Romanização, usado maciçamente nos meios rurais e que encontrou um fértil campo de ação no velho Entre-Douro-e-Minho até estádios adiantados do século XX.

Olhando para o panorama dos castros galaicos onde se têm feito intervenções

arqueológicas mais ou menos sistematizadas, a realidade aconselha a rejeitar o uso do transporte carrário no interior da grande maioria deles. Primeiro, porque faltam arruamentos compatíveis. Depois é mesmo aconselhável a exclusão de carros de bois como elo de ligação entre os campos de cultivo, as florestas e os castros, pelo simples facto das portas das muralhas não terem sido preparadas para permitir a passagem de veículos com tal tipologia. Finalmente nos arruamentos que davam acesso direto às portas, na generalidade dos casos há obstáculos físicos, como degraus e desníveis de tal monta que nem os carros de bois conseguiam ultrapassar com sucesso. Daí que e como já tivemos oportunidade de o referir, mais que em carros de bois que até poderiam existir nas explorações agrárias de planície do começo da romanização, o mais diverso tipo de bens e de mercadorias viajava no lombo dos animais de tiro, às costas dos homens e à cabeça das mulheres, prática que aliás continuou a ser corrente nos séculos que seguiram (Almeida et alii, 2009, 201-202).

A primeira rede de estradas digna desse nome desta região nasceu com a romanização. Não é uma rede de primeira água, como aquela que se montou em torno de *Bracara Augusta*. Constava antes de uma série de caminhos e de estradas secundárias, algumas delas unindo interesses regionais e até mais distantes. Na sua maioria tinha orientação Norte-Sul e ignoraram, por assim dizer, a capital administrativa da *Gallaecia* meridional. Se excluirmos a probabilidade, nunca provada, da *Per Loca Marítima* se dirigir para a Galiza atual via Rio Cávado e Oceano Atlântico, não encontramos na geografia regional desta parte da *Gallaecia* nenhuma via, suficientemente importante, entre o litoral de Esposende e Braga, que se tivesse destacado antes do nascimento do burgo de Barcelos, que é coevo dos alvares da nacionalidade portuguesa.

Antes do nascimento da rede viária romana podemos afiançar, sem margem para grandes dúvidas, que as sendas e os caminhos de pé posto eram tão velhos quanto o é a presença humana neste espaço. As sepulturas megalíticas, a localização dos menhires e dos povoados pré e proto-históricos tinham caminhos de acesso e de serventia, só que nenhum deles foi suficientemente ousado para garantir a sua imortalidade. Para que isso tivesse acontecido era necessário que as travessias dos rios tivessem sido feitas através de pontes, feitas com materiais duráveis, mas estas só surgiram com a romanização e não em qualquer sítio. Somente nos pontos de maior impacto político-administrativo.

Bastará recordar a escassez de pontes erguidas pelos romanos na *Gallaecia* meridional⁷ e nenhuma delas, ao que parece, nesta parcela territorial, para se perceber que, apesar do potencial económico que por aqui havia, mormente o mineiro, até ao começo da Idade Média as travessias dos principais rios fez-se, sempre, com recurso a barcas de passagem. Havia-as no Douro, mas já o Leça era atravessado por duas pontes romanas, uma servindo a estrada *Bracara-Olisipo* na Ponte da Pedra e a outra em Moreira da Maia ou seja na Ponte da Azenha. Estas duas travessias viriam, na Idade Média, serem acrescidas de mais algumas consoante o comprovam as pontes de Moreira da Maia, D. Goimil, Guifões e Matosinhos (Almeida et alii, 2012).

Tanto quanto se sabe o Rio Ave atravessava-se em Vila do Conde em barca de passagem e mais para o interior, havia uma outra, junto à Trofa. Será preciso esperar

⁷ Conhecem-se, somente, pouco mais de uma dezena de pontes de lavra romana no antigo Entre-Douro-e-Minho.

pelo reinado de D. Afonso Henriques para se começar a levantar a Ponte d'Ave, porque bem mais para montante da Trofa havia uma outra ponte de origem romana, só que sobre o afluente Vizela, em São Tomé de Negrelos, que apesar das reformas e mais reformas ainda hoje funciona (Almeida, 1968).

Sobre o Rio Cávado não se conhece nenhuma ponte de origem romana, nem mesmo na Vila de Prado, o sítio onde passava a Via XIX que ligava a Ponte de Lima e Tuy e para a Portela do Homem no Gerês através da *Via Nova* ou *Geira*. Neste sítio atravessava-se em barca como em tantos outros pontos deste rio (Almeida, 1968), porque as primeiras pontes são de traça medieval. A de Barcelos é do começo do século XIV e a de Prado, embora tenha uma origem medieval, na sua atual feição é obra do começo do século XVII, mais especificamente do reinado de Filipe II de Portugal.

A travessia do Rio Neiva ainda é mais problemática em termos de passagens fixas, porque e apesar de haver uma pequena ponte romana, muito modificada em Goães (Vila Verde) que servia a Via XIX, só no século XVI é que outras duas viriam a ser construídas sobre o seu leito: Ponte das Tábuas (Cossourado-Balugães) e a Ponte de Fragoso (Barcelos)(Almeida, 1968). Quanto ao Rio Lima a situação é bem mais clara, pois foi o único curso de água de maior envergadura que foi atravessado por uma ponte romana de 10 arcos sobre o seu primitivo leito em Ponte de Lima. Esta ponte viria, no começo do reinado de D. Dinis, ser associada a uma outra, de traça gótica, aquela que lá está hoje a marcar o ritmo da paisagem Limiana (Almeida, 2008, 53-67). Mais a montante acrescentou-se uma outra em Ponte da Barca, na ponta final da Idade Média, porque as restantes travessias fizeram-se até tempos recentes, à moda do Rio Cávado: por barcas de passagem. Destas, uma das mais importantes até à construção da primeira ponte de madeira, foi aquela que drenava o trânsito entre a Capela de São Lourenço em Darque e o burgo de Viana do Castelo (Almeida et alii, 2009, 242-243).

Muito provavelmente, a mais importante via que atravessava esta região, era a que corria pelo litoral, desde as margens do Rio Douro até Caminha. Em meados do século XIII esta estrada era conhecida, na parte meridional do atual concelho de Vila do Conde, como *Via Veteris*, pelo menos até ao curso do Rio Ave que transpunha no sítio onde se construiu, em tempo do reinado de D. Afonso Henriques, a Ponte d'Ave. É um traçado muito bem conhecido, com variantes pós-romanas, mas que não desvirtuaram a sua matriz original. Nasceu para servir as muitas explorações agrárias que foram surgindo ao longo do percurso, ao mesmo tempo que servia os diversos povoados castrejos, ainda em funções, postados na proximidade da orla litoral.

Foi através desta estrada que habitats castrejos com sintomas de romanização – castro Boi (Vairão), Bagunte, Terroso, Estela, Outeiro dos Picoutos, São Lourenço, Sa da Paz, Cova da Bouça, Subidade de Belinho, Castelo de Neiva, N^a Senhora do Crasto, Monte Árculo, “cidade velha” de Santa Luzia, Cidade de Âncora, etc. - comunicaram entre si, fizeram circular bens, pessoas e mercadorias. Foi sempre dúvida alguma, uma ligação de enorme importância, riscada na plataforma alta da orla litoral, próxima da encosta da arriba, facto que está bem expresso no seu traçado entre o Rio Cávado e o Rio Minho, a coberto das variações do nível da água do mar, dos terrenos ainda encharcados ou demasiado húmidos da planície costeira e dos ventos, que mesmo que fossem moderados, sempre poderiam colocar entraves sérios à circulação.

Foi na periferia desta estrada, na passagem do 1^o para o 2^o milénio, que nasceram

quatro casas conventuais: São Salvador de Moreira, São Salvador de Vairão, Simão da Junqueira e São Pedro de Rates. Mais adiante e já próximo ao Rio Cávado havia o convento de São Salvador de Banho (Vila Cova) e corria no epicentro da exploração aurífera da Lagoa Negra, sendo credível que fosse por ela que se fazia a triagem do minério, pelo menos até ao rio Cávado.

A Barca do Lago era o ponto fulcral desta travessia. Só muitos séculos depois, já no século XVIII, é que uma variante a esta estrada começou a ganhar expressão ao atravessar o mesmo rio na vila de Fão. Será ao lado, na centúria seguinte, que nascerá a ponte metálica D. Luís Filipe, a servir o traçado da Nacional 13 que veio substituir o velho traçado romano-medieval.

Feita a travessia numa barca, cujo modelo perdurou até à entrada do século XX, a estrada tomava duas orientações distintas. Uma seguia sempre em frente, sempre encostada à base da arriba, que nunca abandonará até atingir a atual Vila de Caminha (Almeida et alii, 2009, 242-243). A outra flectia para o interior para contornar o planalto de Vila Chã e descer, serpenteante, para a travessia do Rio Neiva em Fragoso, talvez para o mesmo local onde séculos mais tarde, pelo século XV/XVI, nasceu a ponte de pedra que hoje é somente pedonal. Esta estrada, deveras interessante pela forma sinuosa, sem ser cansativa, como aborda a aba nascente do planalto de Vila Chã onde coexistem cerca de duas dezenas de sepulturas megalíticas, um povoado calcolítico, um castro, que é o de São Lourenço, diversas explorações romanas e tardo-romanas, tem seguramente uma matriz romana, sem excluir a hipótese de ela ser ainda mais anterior. Na descida para o Rio Neiva passava na periferia de um outro castro, o de Palme, localizado no cimo de um monte que está sobranceiro ao convento beneditino. Ora a estrada passa, precisamente, entre os dois. Daqui para a travessia do Rio Lima, no local da *Passagem* em Moreira de Geraz do Lima, o traçado é conhecido, pois está balizado por menires, castros, ocupações romanas e tardo-romanas, todos nascidos à sombra tutelar de um velho caminho de colonização regional (Almeida et alii, 2009, 207-209).

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de et alii – *Necrópole Medieval das Barreiras – Fão*, in Boletim Cultural de Esposende, Vol. 17, Esposende, 1990 – 1992.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Santa Marinha de Forjães, Memórias de uma Paróquia do Minho*, Forjães, 2001.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Vila Nova de Cerveira, 2003.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média*, in I Seminário Internacional sobre o Sal Português, Instituto de História Moderna, FLUP, Porto, 2005.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Alterações ao povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no conventus bracaraugustanus*, in Boletim Auriense, Ourense, 2003.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado - *As ocupações romano-visgóticas da bacia inferior do Rio Neiva*, in Arquitectando espaços: da natureza à Metapolis, Porto/Coimbra, 2004.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de et alii – *Ponte de Lima, uma vila histórica do minho*, Ponte de Lima, 2007.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A Ponte Romano-Gótica de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, Terra Rica da Humanidade, Ponte de Lima, 2008.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel Dias Brochado de – *Sítios que Fazem História, Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo, II, Idade Média à Actualidade*, Viana do Castelo, 2009.

ALMEIDA, Pedro M. Dias Brochado de – *Caminhos Portugueses de Peregrinação – O Caminho do Litoral para Santiago*, ISMAI, Maia, 2012.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O concelho de Esposende: da pré-história à antiguidade clássica*, in *O Irado Mar Atlântico. O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, Braga, 2013.

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de – *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, policopiado, FLUP, Porto, 1968.

BARROCA, Mário Jorge – *Escavações arqueológicas no eremitério rupestre de Sabariz (Vila Fria – Viana do Castelo)*, in *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Medieval Espanhola*, Huesca, 1984.

BROCHADO, Cláudio – *Povoamento Tardo-Romano e Altomedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (séculos IV/XI)*, tese de mestrado, FLUP, Porto, 2004.

COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Reorganização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1958.

FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Vianense*, in *Cadernos Vianenses*, Vol. V, Viana do Castelo, 1981.

FERNANDES, A. de Almeida; SILVA, Filomeno – *Toponímia Arouquense*, ADCA, Arouca, 1995.

GARCIA RODRIGUEZ, Carmen – *El culto de los santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966.

GRANJA, Helena Maria L. P. - *A História Geológica Recente da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende e o seu Futuro*, in *Actas do 2º Congresso de Áreas protegidas*, Lisboa, 1986.

GRANJA, Helena Maria L. P. - *Os conhecimentos actuais sobre o Holocénico do Noroeste de Portugal*, in *O Quaternário em Portugal, Balanço e Perspectivas*, Lisboa, 1993.

GRANJA, Helena Maria L. P. – *Reconstituição paleoambiental do holocénico final*, in *O Irado Mar Atlântico. O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, Braga, 2013.

MARQUES, Marta Sofia Alves de Miranda – *O povoamento litoral entre o Cávado e o Lima: das origens às invasões árabes*, Tese de doutoramento, FLUP, Porto, 2013.

PÉREZ LOSADA, Fermín – *Entre a Cidade e a Aldeia*, in *Brigantium*, Vol. 13, A Coruña, 2002.

PIEL, Joseph M. – *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, Lisboa, 1937.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 2007.



Fivela oriunda do Paço Velho, Facha (Ponte de Lima).

O momento e a forma de construir uma cidade no noroeste da Hispânia, periferia do Império romano e fronteira atlântica

Lino Tavares DIAS
DRCN - CITCEM

Resumo

Neste trabalho procuro sintetizar a forma como o romano construiu TONGOBRIGA, uma cidade no noroeste da Hispânia, situada na periferia do Império e fronteira atlântica. Suporto esta síntese nos resultados de investigação realizada ao longo de anos desde 1980 e julgo que pode ajudar a compreender o âmbito e a dimensão da aculturação, vulgarmente denominada de *romanização*. No noroeste da Hispânia, durante o século I e início do II d. C., a engenharia romana construiu estruturas públicas e privadas à *medida do corpo*, usando técnicas vulgares para a época entre os romanos, embora com ligeiras modificações e adaptações que os arquitetos e urbanistas introduziam e que estão reconhecidas nesta cidade.

Palavras-chave: Periferia – Cidade – Urbanismo - Arquitetura

Abstract

In this work it is my intention to summarize the way romans built TONGOBRIGA, a town in the northwest of Hispania, located at the empire's periphery and the Atlantic frontier. This summary is supported by the results of years of investigation, which began in 1980, and I think it may help understand the scope and range of the acculturation process, usually known as *Romanization*.

Here, in the northwest of Hispania, during the 1st century A.D., the roman engineering force built public and private structures using *human body measurement units* and techniques which were common among romans in those times, although small modifications and adaptations were introduced by architects and urban-designers. Those are easily recognized in this town.

“A montanha foi muito tempo o solar do homem primitivo, vagabundo relapso sem outra telha que o céu estrelado. Ali viveu séculos e séculos entre robles frondosos, castanheiros que lhe davam boa sombra e castanhas, esfomeado crónico, mas livre. Um dia empurraram-no para o vale, onde era menos perigoso e onde podia prestar serviços, extraindo a cassiterite das minas, e o castelo dos altos ficou desamparado. O penedal é a ruína palacega da montanha.”

Quem escreveu este texto foi Aquilino Ribeiro, integrado na obra romanceada com o título “O Homem da Nave, publicado em 1954. Em poucas frases, Aquilino Ribeiro levanta diversas questões sobre o relacionamento político, social e económico que a dominação romana terá provocado e sintetiza a forma de viver do homem nos castros e, também, a alteração de vida que a economia romana lhe trouxe, a uns por imposição, a outros por aculturação.

O aparente desafio apresentado nesta obra do século XX pode ser discutido e avaliado a partir dos resultados que a investigação arqueológica tem proporcionado.

A articulação e complementaridade entre a investigação arqueológica e o estudo da arquitetura antiga têm permitido que nos últimos anos se tenham desenvolvido observações sobre o noroeste da Hispânia, especialmente sobre a bacia do rio Douro, as quais evidenciaram a criação de cidades “novas” neste território periférico do Império romano e que segundo Estrabão “caracterizava-se por ser montanhoso e onde a circulação era difícil”.

Neste trabalho procuro sintetizar a forma como o romano construiu uma cidade no noroeste da Hispânia, situada na periferia do Império e fronteira atlântica. Suporto esta síntese nos resultados de investigação realizada ao longo de anos desde 1980 e julho que pode ajudar a compreender o âmbito e a dimensão da aculturação, vulgarmente denominada de “romanização”.

Os resultados que agora apresento, integrando a publicação dedicada ao Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, incidem sobre o período cronológico que corresponde à alteração que é apontada por Aquilino Ribeiro no seu texto, precisando o período do final do século I a.C. e o início do séc. II d.C., o qual é especialmente rico no território sobre o qual nos debruçamos e que genericamente pode ser denominado como *Territorium* de *Tongobriga*.

É um espaço geomorfologicamente limitado e muito marcado a nascente pela serra do Marão com os cerca de 1.400 metros de altitude e a sul pela serra do Montemuro com cerca de 1.380 metros de altitude. Em contrapartida, a poente e a norte o espaço alonga-se por terrenos agrícolas à altitude média de 150 ou 200 metros, já na margem direita do rio Tâmega. Neste espaço evidenciam-se, como marcas naturais determinantes, os rios Douro e Tâmega, assim como o Ovil, o Teixeira, o Bestança, o Paiva e o Cabrum. O Douro, correndo de nascente para poente, o rio Tâmega como seu afluente na sua margem direita, correndo de Nordeste para Sudoeste, tal como o Ovil e o Teixeira, e os rios Cabrum, Bestança e Paiva, afluentes da margem esquerda, correndo de Sudeste para Noroeste. É uma região de colinas e serras de circulação difícil, como aponta Suzanne DAVEAU (1991: 1143) que integra a unidade de paisagem definida

por Orlando RIBEIRO (1986: 188) como «montanhas do norte da Beira», embora se vá diluindo, para noroeste, na paisagem do Entre Douro e Minho¹.

Encontramos neste território os castros implantados em espaços situados aos 400 metros de altitude, onde construíram predominantemente as casas de planta circular e com cobertura em colmo que, na maior parte das ruínas observadas, seria suportada por poste central.

Perante esta paisagem dos castros situados nos pontos altos, com as encostas dominadas por carvalhais e por soutos, os romanos promoveram reformas profundas ao longo do século I, as quais estão bem identificadas na bacia do Douro. Se o século I é já uma fase avançada da expansão da política romana sobre o território da Hispânia, na medida em que a zona mediterrânica já estava “romanizada” há cerca de 200 anos, o homem da zona atlântica, segundo Estrabão, ainda habitava a montanha e estaria disperso por dezenas de tribos que pulverizavam o sistema económico que os romanos queriam implantar. É reconhecido que em todos os territórios sob gestão do império a economia romana aplicava, de forma muito forte, muita mão-de-obra para cultivar a terra, tornando a agricultura um forte contributo na economia. No entanto, o facto salientado por Estrabão de que na região montanhosa do vale do Douro os habitantes dos castros comerem pão feito com castanha ao longo de grande parte do ano parece mostrar a pouca importância da agricultura entre os montanheses.

Os novos sistemas de intervenção no território introduzidos pelos romanos tiveram repercussões profundas nas economias locais e no quotidiano das populações, não só pelos novos sistemas de organização do trabalho, reconhecidos em Tongobriga pelas exigências postas pelas grandes empreitadas dos edifícios públicos da cidade, mas também pela quantidade de mão-de-obra exigida para cultivar as terras indispensáveis à produção suficiente para alimentar as populações deslocadas para construção da cidade. Os novos sistemas desenvolvidos no século I certamente que terão alterado as relações tribais de algumas populações, não só pelo reagrupamento social nas novas estruturas em construção, mas também terão alterado as relações administrativas, políticas e culturais que os anos de construção de Tongobriga proporcionaram.

Tongobriga, centro da nossa investigação, foi a cidade mais ocidental na bacia do Douro, com edifícios públicos construídos no fim do século I e início do século II, integrando um conjunto que se desenvolveu no plano urbano e arquitetónico durante a dinastia flaviana e que pode ser entendida como materialização do desejo estratégico expresso no edito de Augusto que reconhecemos como « el Bierzo », perspectivando uma província “transduriana”. Para a construção da cidade de Tongobriga, tal como aconteceu noutras cidades como Clunia, Uxama, Tiermes, Petavonium e Aquae Flaviae, foram aplicadas todas as regras da topografia e foram usadas as melhores técnicas de implantação dos edifícios, quer fossem públicos quer fossem privados. A mesma qualidade constata-se nas técnicas construtivas que foram aplicadas para

¹ Para a caracterização sumária da região é determinante o reconhecimento das especificidades descritas por RIBEIRO (1986) e (1991: 1241-1265), por LAUTENSACH (1987: 121-166) e os comentários de DAVEAU (1987: 201-277).

executar projetos de arquitetura e de engenharia de grande precisão. Esta é a prova de que o desenvolvimento de uma civilização se manifesta, igualmente, por uma intensa atividade de edificação pública e privada.

No noroeste da Hispânia foi sobre os terrenos situados em torno dos 300 metros de altitude que a engenharia romana, durante o século I e início do II d. C. construiu as estruturas públicas e privadas “à medida do corpo”, usando técnicas construtivas vulgares para a época entre os romanos, embora com ligeiras modificações e adaptações que os arquitetos e urbanistas introduziam e que estão reconhecidas ao longo do Império (Chouquer, 2010, 56).

Foi o que aconteceu na cidade de Tongobriga, assumida como capital do *territorium* da *civitas*, mas também nas estruturas agrícolas que identificamos, algumas com fundi que poderiam ter 100 hectares contínuos, como as que registamos em Vilarinho e em Urrò, na margem direita do Tâmega, mas também noutras na margem esquerda como no Outeiro (Tuias) ou sobre o rio Ovil, em Esmoriz (Ancede). A quantidade de construção teve efeito significativo na alteração da paisagem, mudando-a profundamente, não só pelo corte de carvalhos e de castanheiros nas encostas, mas também pela promoção da estrutura agrária, cujas consequências ainda não identificamos plenamente.

As edificações em Tongobriga mostram que os arquitetos e os planificadores utilizaram as medidas romanas “à medida do corpo”, particularizando o *digitus* e o *palmus* na proporção dos tijolos, o *pé* (0,296m) na medição dos muros, o *passus* (1,479m) na proporção das salas, o *actus* (35,52m) e o *actus quadratus* (1261,44m²) no loteamento urbano, O *jugerum* (2 *actus*) de 2522,88m² e a centúria (200 *actus*) correspondente a 504576m² foram usados nas áreas de intervenção, certamente como resposta pragmática à necessidade da planificação regional, mas eventualmente para servir, tal como noutras zonas do Império, para registo matricial com efeitos fiscais. A análise das técnicas construtivas e dos modelos utilizados em Tongobriga e a comparação com os utilizados noutras cidades construídas no Império depois da “paz de Augusto”, confirma a “transnacionalidade” das técnicas e das políticas construtivas, apesar da tradição do tijolo ser dominante no Império e aqui estarmos perante construções em granito, com todas as exigências especiais que tal exige, quer na especialidade de mão-de-obra quer na maior duração das obras e das empreitadas.

Aos homens que construíram os objetos arquitetónicos da civilização romana não se punha a questão de que um dia alguém se ía preocupar em restituir as suas formas e modelos para tentar compreender os seus pensamentos e explorá-los como objetivo de conhecimento (ANDRÉ, P., 2011,147).

Esses homens desenvolviam atos racionais de produzir e os seus métodos de trabalho refletiam os princípios de gestão de obra que se adaptavam e progrediam em função das necessidades e das condições técnicas. Estamos certos que também esses planeadores e executores discutiam a relação entre custos e proveitos, quer fossem económicos ou sociais, incluindo o marketing político que representava a construção de uma cidade.

Atualmente, quando nós tentamos restituir a ruína de uma cidade, hoje monumento, é indispensável penetrar no pensamento antigo, no pensamento dos que conceberam e dos que construíram. A investigação transdisciplinar que ao longo dos anos desenvolvemos em Tongobriga, procurou tratar o domínio das “proporções” propostas por Vitrúvio, o domínio do desenho urbano, o do projeto de arquitetura, o das técnicas de construção, o da cronologia e o dos materiais arqueológicos.

É com estas informações diversificadas e com as salvaguardas de interpretação que o arqueólogo tem de assumir, que posso fazer uma descrição sumária de Tongobriga, recorrendo também ao desenho que apresento na Fig. 1 (ROCHA, 2011: 18).

Constatamos que no final do século I a.C. e no início do século I d.C., foi construída uma muralha com troços retilíneos. Junto dela, no lado exterior, a sul, foi construído o balneário do tipo pedra formosa². Na área interior da muralha com cerca de 13 hectares (138.000m²), estão identificadas casas de planta circular.

A cronologia de construção desta muralha e das casas de planta circular permitem pensar que estamos perante um “novo” castro construído em terrenos situados aos 300 metros de altitude, na medida em que os castros mais antigos identificados na região estão todos implantados em terrenos situados aos 400 metros de altitude. Podemos pensar que estamos perante um castro construído em período da governação de Augusto e fruto da nova política de motivação à mobilidade das populações, tal como aponta Estrabão.

As casas de planta circular e com cobertura em colmo, características da arquitetura castreja, foram as únicas edificações identificadas durante as escavações arqueológicas, as quais também afirmam que essas casas foram totalmente substituídas, em cerca de duas gerações, por casas³ de arquitetura romana do tipo itálico, casas com circulação sequencial, casas de corredor⁴, casas de pátio⁵, estas com *impluvium* central e totalmente cobertas por telha cerâmica. Os telhados foram uma das grandes inovações tecnológicas que este território teve, em simultâneo com a construção da vida urbana. A cobertura da denominada «casa com *impluvium*» em Tongobriga é um bom exemplo. Com a área de 325m², o telhado tinha o mínimo de 1.252 telhas. Cada telha recolhida em escavação tem o peso de 12,5kg, totalizando 15.650kg. Recolhemos também o *imbrex* com o peso de 3,97kg. Acrescia o cimento que ligava a *tegulae* ao *imbrex* e que tem o peso médio de 5,06kg. Este telhado só em materiais cerâmicos e cimento tinha o peso de 21.068kg. Esta casa tinha traves e vigas de madeira capazes de suprir vãos de 4,60 metros e de 7 metros. Isto só era possível pela qualidade da madeira de carvalho e

² Vitruvius escreveu: «Dos que habitam junto do rio Douro, alguns vivem à maneira dos Lacedemónios, untam-se duas vezes ao dia e tomam banhos de vapor que fazem com pedras ao rubro» (ESTRABÃO, III, 3: 6).

³ PEDRO VEJA (1999: 55-75) aponta três tipos: casas com circulação sequencial, casas de corredor, casas de pátio.

⁴ Em Tongobriga identificamos este tipo de edifício na casa onde existia a oficina com forja.

⁵ Vitruvius (2, 8, 17) aponta a obrigação das paredes exteriores terem a espessura de «pé e meio» (29,6cm + 14,8), o que corresponde aos 44,4 cm registados nas paredes exteriores das casas «itálicas» e de «corredor» em Tongobriga.

castanheiro que era abundante na região.

Como já aponte, foi a partir de finais do século I e durante a primeira metade do século II que identificamos as construções do Fórum, das Termas e do Teatro, implantados em espaços a sul, assumidamente no exterior da primeira muralha. Por esta razão remodelaram o seu traçado (Fig.1), ampliando-a de modo a integrar os novos espaços, embora salvaguardando a continuidade dos espaços de necrópole de cremação já existente e que assim se manteve no exterior do novo traçado. A área global de espaço intramuralha passou para cerca de 21 hectares (21.650m²).

A construção do conjunto de espaços e edifícios públicos que transformaram Tongobriga foi concentrada em período flaviano, pós Vespasiano. Nesta fase da construção da urbe o *Actus* (35,52m) foi o suporte à rede quadricular que ordenou todos os projetos e a construção, apesar da difícil implantação num terreno granítico morfológicamente acidentado. No desenho indicado como Fig.2 procura-se (ROCHA, 2011:72) sintetizar a implantação do *Actus* na estruturação da cidade no final do séc. I e início do séc II. Nos projetos dos edifícios o *Passus* (1,479m) foi usado como modelo até ao limite do desenho. No entanto, o que mais surpreende é a inteligência da implantação urbanística rigorosamente baseada no *actus quadratus* e a qualidade dos projetos dos edifícios baseados no *passus*, transmitindo ao sítio uma qualidade urbana visível no *forum*, nas termas, no teatro e nas *domus*.

Por exemplo, o espaço de implantação das termas corresponde a um *Actus quadratus*.

O edifício das termas, construído segundo um projeto clássico, seguiu a sequência do uso em que o utente começa no *frigidarium*, passando ao *tepidarium*, para terminar no *caldarium*. A *natatio*, tal como as restantes estruturas das termas, também foi construída em granito, embora numa fase de obra de remodelação do edifício, ocupando o espaço de jardim da primeira fase de construção em período flaviano.

O uso do granito de boa qualidade salienta-se em todo o edifício, embora nas zonas sujeitas a maior aquecimento também seja usado o tijolo, sempre aplicado de forma complementar e de tal modo homogéneo que permite perceber que procurava responder às exigências térmicas e estruturais.

A conjugação dos materiais usados com as tipologias de construção permitem reconhecer a qualidade global do edifício, reconhecendo também o gosto usado na decoração interior das salas, especialmente as que tinham estuques esculpidos e moldados

Podemos afirmar que os autores dos projetos públicos usaram um módulo de 1,479m, correspondendo a 5 pés de 29,58 cm cada, o que é, tão só, uma ligeiríssima alteração ao *passus* (1,480m), correspondente a 5 *pes* de 29,6 cm, enquanto medidas inscritas nas tabelas romanas. Este módulo de 1,479m é usado rigorosamente, quer nas proporções internas das salas das termas tal como *tepidarium*, *frigidarium*, *caldarium*, *apoditerium*, *natatio*, quer nos corredores e zonas de apoio às fornalhas, também nas latrinas. Como exemplos podemos observar que no *unctorium* e no *frigidarium* a proporção é de 8 módulos por 3, enquanto que a proporção no *tepidarium* é de 4 por 3, igual ao *caldarium*, embora a este tenhamos que acrescentar as duas banheiras de 3 por 1, transformando-o num espaço global de 6 por 3 módulos. No compartimento

de apoio às fornalhas a proporção é também de 6 por 3, enquanto que no corredor de acesso é de 10 por 2 módulos. O espaço da *natatio* é de 9 por 8, correspondendo a piscina a uma proporção de 6 por 5. O *apoditerium* tem a proporção de 7 por 4 e a *latrina* 4 por 2.

A construção do edifício das termas foi rigorosamente enquadrado na ortogonalidade geral implantada na cidade baseada no *actus* e devidamente orientada, salientando o cuidado respeitador dos princípios vitruvianos, segundo os quais a fachada principal do edifício deveria ser banhada pelo sol poente, correspondendo também aos espaços “a céu aberto” que eram usados durante a tarde, tal como a *palestra* e a *natatio*.

O mesmo módulo de 1,479m foi usado nos projetos dos espaços exteriores dos edifícios e no do *forum* de *Tongobriga*.

O arquiteto desenhou e implantou o *forum* de modo a que o *cardo* lhe servisse de eixo de simetria, bem evidente para quem entrava pelo lado norte, perpendicular ao eixo maior. Assim, quem entrava no *forum* deparava-se com um espaço de cerca de 10.000m².

O topo sul do *forum* fechava com uma plataforma com muros em aparelho poligonal, com 94 *passus* de comprimento e 6 de largura, marcada por 28 contrafortes graníticos espaçados com 3 *passus*, construídos em *opus quadratum*. Excetua-se o espaço de 4 *passus* entre a 14^a e o 15^a contraforte, ampliando propositadamente a plataforma para 12 *passus* de largura, salientando aparentemente a simetria do espaço com altura de 4 módulos e que suportava a cobertura de duas águas em telha. Cheguei a apontar em textos anteriores a existência de um eventual porticado com colunas na plataforma situada do lado sul, embora a evolução da investigação nos obrigue a duvidar de tal hipótese, principalmente pela dificuldade de construção de um grande telhado que cobrisse a plataforma.

O acesso à plataforma situada a sul fazia-se por 3 escadarias com a altura de meio módulo (*gradus*) situadas no centro e nos topos Este e Oeste.

Quem entrava no *forum*, para além deste longo espaço construído no lado sul, encontrava à sua direita (oeste) um *podium* e o templo. Ao centro a praça. À esquerda (este) a eventual *basilica* estava ligada por uma passagem de 3 *passus* de largura marcada por colunas e que servia também de eixo de simetria do *forum*, evidenciando-se como elemento importante na definição visual da praça. Nas paredes que limitavam o lado norte do fórum foram construídas duas absides onde foi recolhida, pelo menos, uma ara invocadora de deus protetor da cidade.

Constatamos que o módulo foi usado no cálculo das proporções dos edifícios, da praça e dos espaços comerciais, mas também no cálculo do espaçamento entre as colunas da galeria comercial, assim como nas medidas das escadarias, na proporção das colunas, balaustradas, arquitraves, frisos, cornijas e coberturas. Todos os compartimentos no fórum foram desenhados e construídos com o mesmo módulo e as mesmas proporções, executadas regularmente, com leituras de simetria, quer para quem entrava no fórum quer para quem estava dentro dele.

Nos últimos anos desenvolvi investigação transdisciplinar com os Arquitetos Pedro Alarcão e Charles Rocha, no âmbito do Centro de Estudos de Arquitetura e

Urbanismo da Faculdade de Arquitetura do Porto, permitindo-nos evoluir na reflexão e na consequente proposta de reconstituição.

Genericamente percebe-se que o *forum*, com a área de cerca de 10000m², englobando os espaços comerciais e os religiosos, a praça e a basílica, construído no início do século II, durante a governação de Trajano e Adriano, passou a constituir o centro da urbanidade de Tongobriga. A edificação de um espaço público como este só foi possível porque os romanos introduziram, em apenas duas gerações, os conhecimentos técnicos que transformaram totalmente a arquitetura tradicional castreja. Mas, em contrapartida, estas alterações não teriam sido possíveis se o trabalho de pedreiro não fosse já uma “arte” usada para afeição muito bem o granito como comprova a qualidade do trabalho de construção do balneário castrejo talhado no afloramento granítico.

O trabalho de aprofundamento das relações entre os vestígios, as ruínas, as lógicas construtivas e o desenho (Fig. 3), permitem apontar que este *forum* seria um espaço afirmado por quatro pórticos de três colunas (Fig. 4), em que o seu corpo central se dividia em dois espaços: o espaço da praça de 1 *actus* de largura e 1,5 *actus* de comprimento, e o espaço do templo, em que no meio existia uma relação visual entre as duas absides quadradas situadas nos lados norte e sul (ROCHA, 2011:77).

O templo inscrevia-se num retângulo de 11,84 por 23,68 metros, correspondendo a 8 por 16 *passus*. Os elementos graníticos recolhidos permitem identificar as quatro esquinas decoradas do *podium*. A frontaria do templo tinha a largura de 8 *passus* e foi possível identificar a inserção das escadas que teriam a largura de quatro *passus*.

A análise da evolução do urbanismo de Tongobriga permitiu-nos confirmar que foi suportado na reprodução do *actus quadratus* com os lados implantados nos sentidos norte/sul e este/oeste, embora com adaptação em certas zonas da cidade onde se denotam as construções implantadas rigorosamente segundo diagonais a 45°, as quais têm vindo a ser reconhecidas em várias estruturas. Este tipo de implantação também foi reconhecido após as escavações arqueológicas que se concentraram no que se julga ser o anfiteatro e que permitiram identificar uma rua enquadrada por uma diagonal semelhante, podendo ser assumida como eixo que cortava transversalmente a zona poente da cidade.

A rede ortogonal implantada em Tongobriga no final do século I terá servido de referência às construções e remodelações feitas ao longo dos séculos II, III e IV. No entanto, já no século VI a basílica paleocristã foi implantada num espaço central da zona habitacional, sinal evidente de que o fórum não era espaço central para a nova religião.

As ruínas de Tongobriga perderam-se no tempo e muita da pedra do *forum* poderá ter sido transportada para as construções dos conventos de Alpendurada e Tuias⁶. A

⁶ A inscrição dedicada a Augusto, recolhida em Alpendurada, foi indicada por Armando Coelho como podendo ser proveniente de Tongobriga. É reconhecido que muita pedra foi retirada das ruínas para novas construções. Tal ainda se verificava no século XX.

pedra com uma inscrição que poderia ser dedicada ao Imperador Augusto, recolhida num muro da cerca do convento de Alpendurada, poderia ser uma das muitas pedras que foram retiradas de Tongobriga. (SILVA, 1984: 47)

Impondo-se pela evidência da qualidade construtiva e projetual, *Tongobria*, ocupando a área de uma *centuria*, incluindo as necrópoles, constitui caso de estudo que propõe comparação com o resto do império e problematiza as razões profundas da aculturação romana já em fase tardia (século II d.C.) e na distante periferia atlântica do Império.

Reconhecemos que durante a governação de Augusto, a civilização romana se expandiu a ritmo notável em todo o mundo antigo, influenciando a arquitetura e o urbanismo, a arte, a religião, o direito, os costumes, os lazeres e a vida quotidiana. A economia imperial tornou-se global, abrangendo inúmeras economias regionais desde o Atlântico ao Médio Oriente, desde as terras frias do norte da Europa até aos desertos do norte de África.

A propósito da denominada romanização, Christian GOUDINEAU (2007: 29-33), defende que a palavra «romanização» foi criada em torno de 1830-1840 para indicar a passagem do estado de bárbaro para a ordem romana, assumida como paz e civilização. Mas este conceito evoluiu gradualmente ao longo do século XX, com incidência após a 2ª guerra mundial. Apesar das várias reflexões e interpretações que têm sido consideradas ao longo do tempo, ainda é um conceito que continua a alimentar algumas discussões. Numa obra publicada em 2003, Ramsay MACMULLEN suportado em numerosas fontes arqueológicas recolhidas, propunha que a dinâmica de expansão da romanização nas zonas situadas longe de Roma poderia ter sido suportada pelo facto de no final do século I mais de meio milhão de veteranos terem sido instalados em “colónias fora de Itália”, ajudando a promover a instalação de cidades e divulgar a constituição cívica do tipo italo-romano. A quantidade de moeda posta à disposição de muitos destes veteranos, romanos e indígenas, assumidos como notáveis e ambiciosos cidadãos, terão

Investigação documental realizada por António Lima aponta os limites das terras de Tuias, e eventualmente de Alpendurada, até ao século XIX, algures entre a Capela dos Mouros e a Casa da Família Serpa Marques. Podemos associar este limite à ruína da muralha do século I, assumindo que ainda poderia ser visível ou pelo menos com volume de ruína ainda marcante, de tal modo que poderia servir de limite entre propriedades. Esta divisão de propriedade poderá apontar que os ritmos de desmontagem das ruínas do fórum e termas foram diferentes dos da zona habitacional, porque eram proprietários diferentes. Se assim aconteceu, a pedra das termas e do fórum poderiam ter sido levadas para o lado de Alpendurada, justificando-se os trilhos abertos nos afloramentos graníticos do lado sul. Trilhos abertos sem rigor, cortando pelo caminho mais curto, mas com manifestos indícios de terem sido cavados pelos rodados de carros pesados. Estes trilhos terminam junto dos muros, junto das ruínas, nos sítios onde era possível desmontar a pedra das ruínas. Assim, as pedras do fórum foram para sul, eventualmente para Alpendurada, as da zona habitacional foram para norte, para Tuias. Poderá perceber-se agora o significado da quantidade de trilhos marcados nos afloramentos e que aparentemente estão fora de qualquer lógica urbana, nomeadamente os existentes do lado sul do fórum, dirigindo-se através de Montedeiras e do Confurco, para a zona de Alpendurada. A estrada romana fora traçada século antes com outros intuitos e passaria por Tuias, tornando o percurso muito mais longo. Tudo isto poderá induzir-nos a firmar que a inscrição dedicada a Augusto e atualmente depositada em Alpendurada poderia ter pertencido a um templo em Tongobriga, tal como apontou Armando Coelho.

servido para dar a conhecer, para introduzir no quotidiano e para alicerçar o modo de vida romano. Na perspetiva deste autor, a aculturação do mundo romano explica-se não só pelo imperialismo político e cultural romano, mas também pelo desejo das populações conquistadas imitarem os conquistadores.

No caso de Tongobriga, se tal aconteceu, podemos concluir que os romanos foram exímios em responder à medida destes desejos, graças às técnicas eficazes de globalização dos modelos que neste caso se adequaram plenamente ao trabalho do granito.

Bibliografia

ANDRÉ, Pierre, (2011) Au service de l'Architecture Antique, *Actas do Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia – Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*, Porto : FAUP, p. 147-155

CHOUQUER, Gérard, (2010) *La Terre dans le monde romain*, éditions errance, Paris

DIAS, Lino, (2011) *Interpretar o processo destrutivo; da ruína ao construído*, *Actas do Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia – Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*, Porto: FAUP, p. 125-132

DIAS, Lino (1997) *Tongobriga*, Lisboa: IPPAR

GOUDINEAU, Christian (2007) *Réflexions sur la Romanisation*, Paris: Ed. Errance, p. 29-33

MACMULLEN, Ramsay, (2003) *La romanisation à l'époque d'Auguste*, Paris: Edit. Les Belles Lettres

ROCHA, Charles. (2011) *Centro Cívico de Tongobriga – contributos para a sua reconstituição conjectural*, dissertação de mestrado integrado em arquitetura, Porto, FAUP, edição policopiada

SILVA, A.C.F. (1984) Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaya*, II, Vila Nova de Gaia

DAVEAU, SUZANNE (1991) Comentários e Actualização, *Geografia de Portugal – A vida económica e social*, 4, Lisboa, p.1133-1294

VEGA, PEDRO FERNÁNDEZ (1999) *La casa romana*, Madrid: ediciones Akal

RIBEIRO, ORLANDO (1986) *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa

LAUTENSACH, HERMANN (1987) As Características Fundamentais da Geomorfologia, *Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território*, 1, Lisboa, pp.121-166

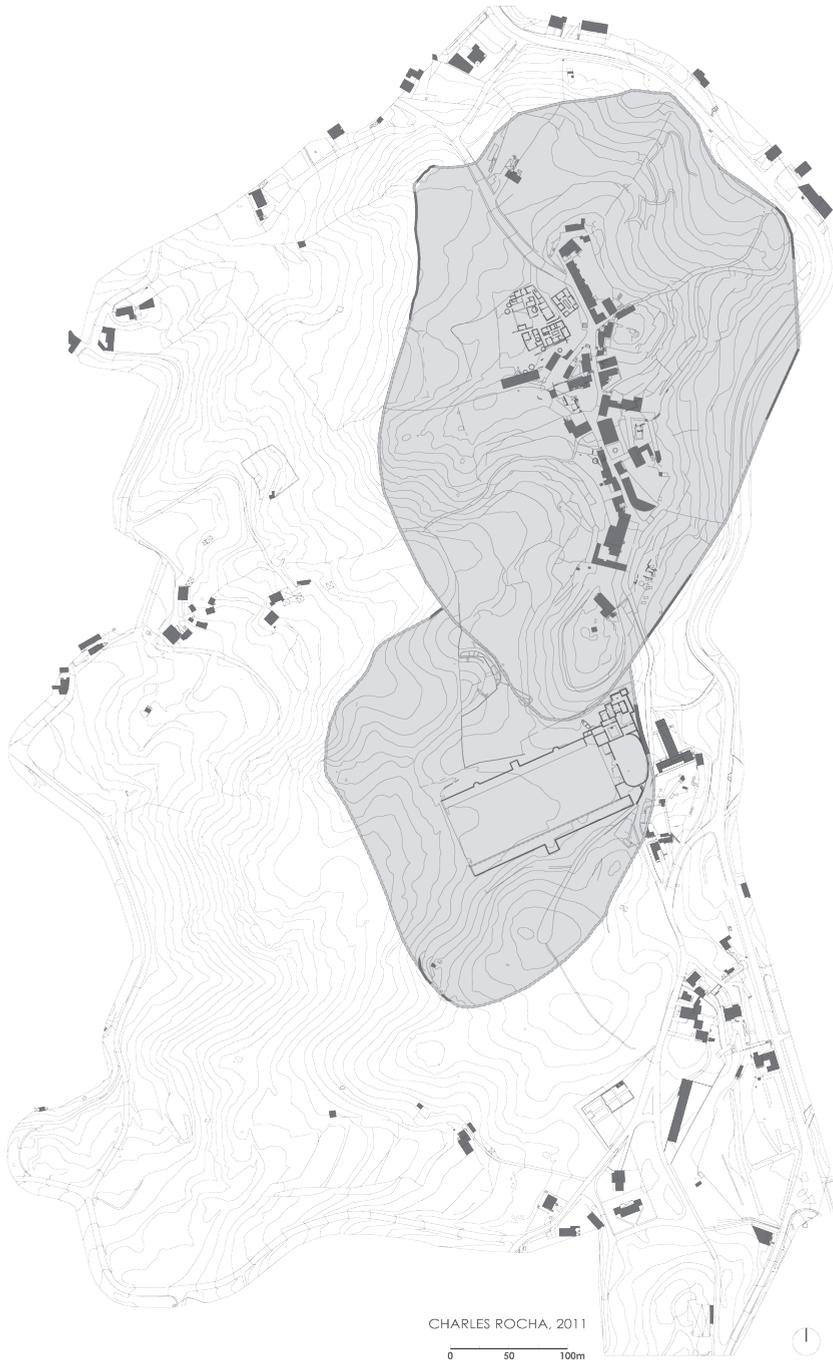


Fig. 1 - No final do século I a.C. e no início do século I d.C. foi construída uma muralha com troços retilíneos. Junto dela, no lado exterior, a sul, foi construído o balneário do tipo pedra formosa. A área interior da muralha, onde foram identificadas casas de planta circular, tinha a área de cerca de 13 hectares (138.000m²).



Fig. 2 - Procura-se sintetizar a implantação do *Actus Quadractus* na estruturação da cidade no final do séc. I e início do séc. II. A muralha foi ampliada de modo a integrar os novos espaços, embora salvaguardando a continuidade dos espaços de necrópole de cremação já existente e que assim se manteve no exterior do novo traçado.

A área global de espaço intramuralha passou para cerca de 21 hectares (21.650m²).

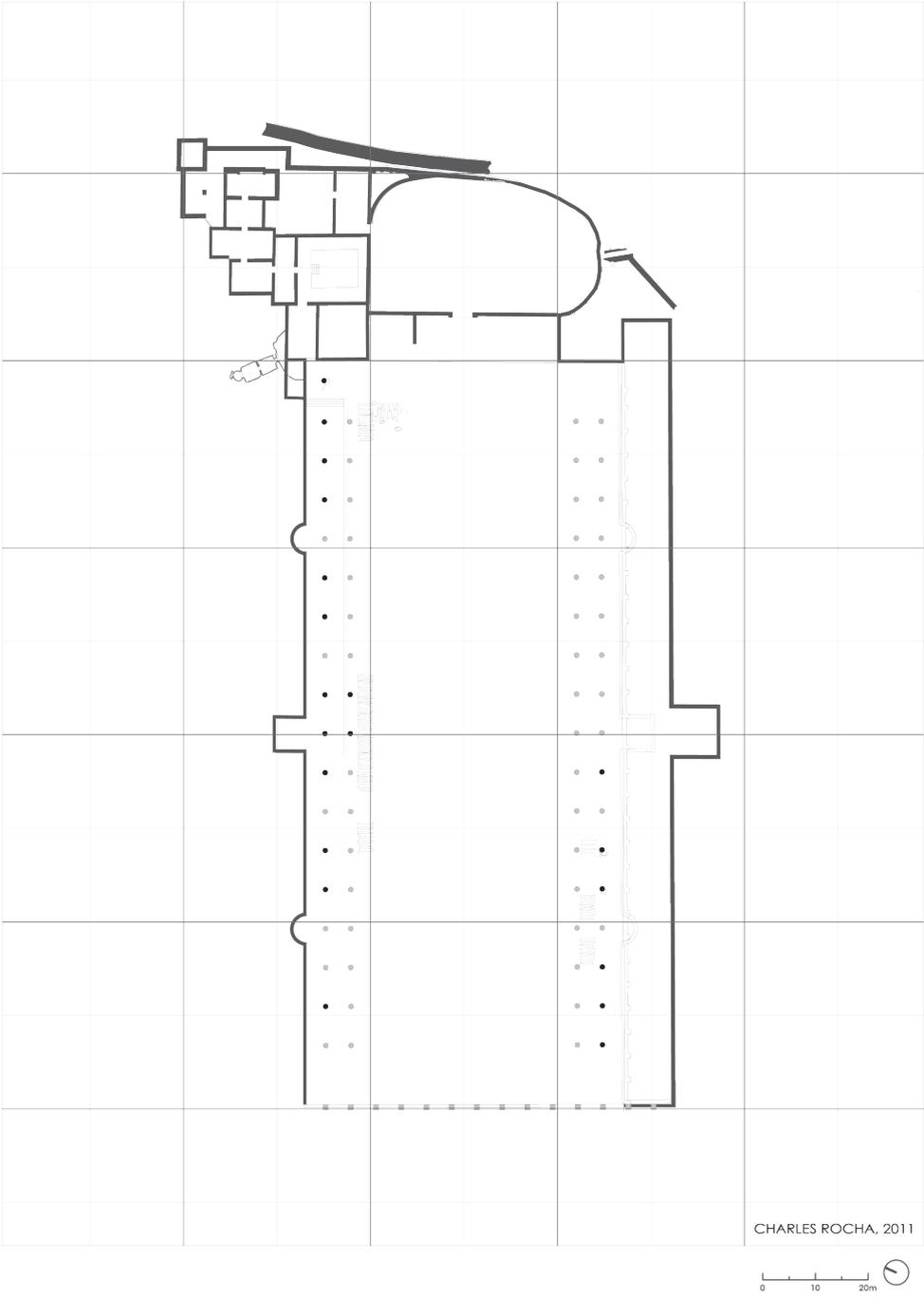


Fig. 3 - Enquadramento do *Forum* e *Thermae* na implantação da cidade regulada pelo *Actus Quadractus*.

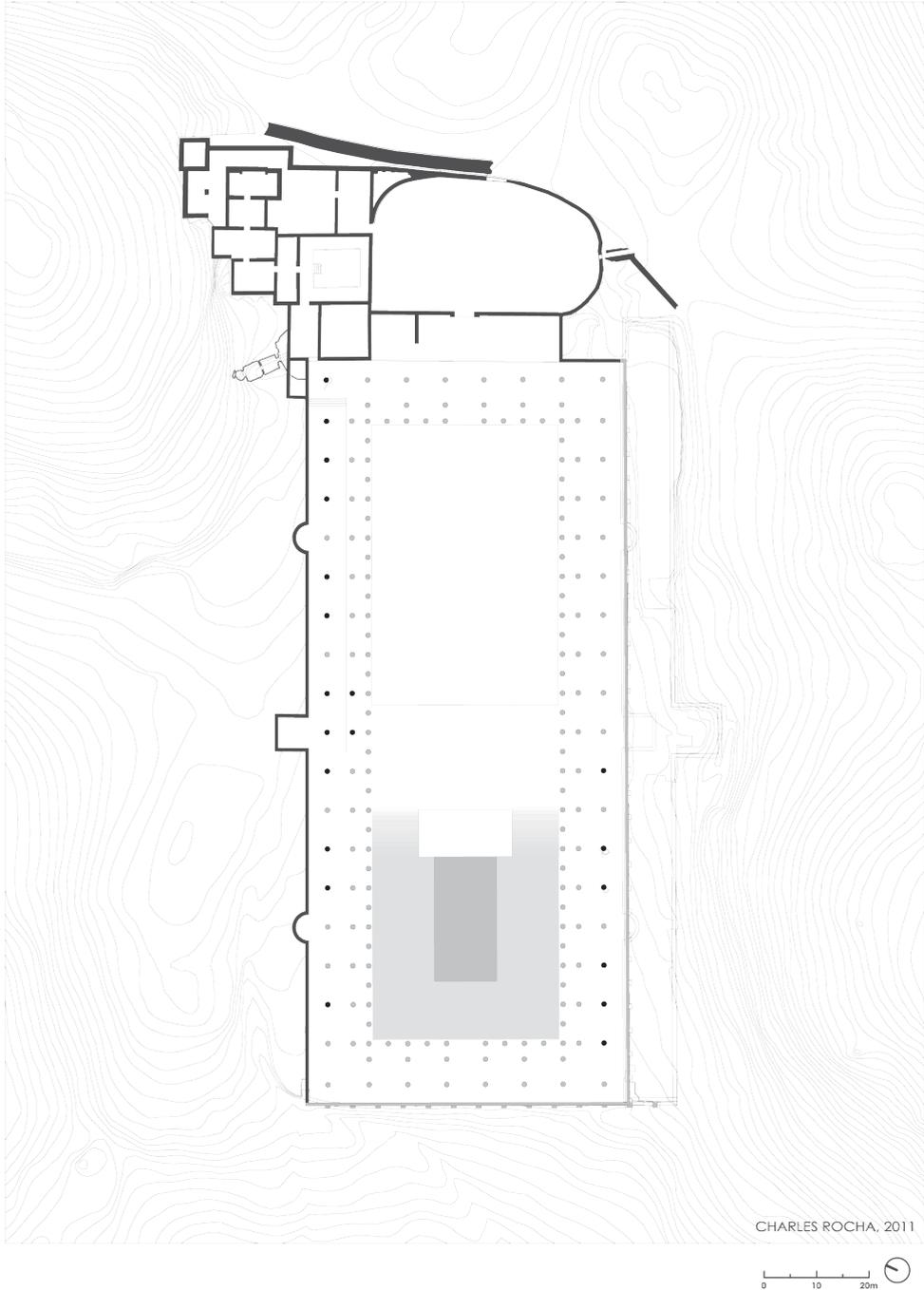


Fig. 4 - Reconstituição do *forum*. O desenho que resultou da análise dos elementos identificados em escavação arqueológica permite propor que seria um espaço afirmado por quatro pórticos de três colunas. O corpo central dividia-se em dois espaços: a praça de 1 *actus* de largura e 1,5 *actus* de comprimento, e o templo, em que no meio existia uma relação visual entre as duas absides quadradas situadas nos lados norte e sul.

Representações artísticas em vidros e cerâmicas romanas de Bracara Augusta

Rui MORAIS
UP/FLUP - CECH (UNIDADE I&D-CECH DA FCT)

Resumo

Neste estudo apresentam-se alguns exemplos de vidros e cerâmicas encontrados em Braga ou saídos das suas oficinas e dispersos no norte Peninsular. Estes exemplos podem ser incluídos no âmbito das representações artísticas, quer pelo seu significado simbólico, quer pelas informações que proporcionam.

Palavras-chave: representações artísticas; vidros; cerâmicas

Abstract

In this study we present some examples of glasses and ceramics found in Braga or produced in its workshops and then spread throughout the north of the Peninsula. These examples can be included within the scope of artist representations because they have a symbolic meaning and provide significant information.

Key-words: artist representations; glasses; ceramics

Introdução

Salvo raras exceções, as actividades artesanais relacionadas com a produção de vidro e cerâmica romanas não são incluídas no âmbito das produções artísticas. No entanto, algumas das peças em que se utilizavam estes suportes são dignas de destaque, quer pelo seu significado simbólico, quer pelas informações que proporcionam.

Os vidros

No contexto das importações de peças em vidro merece ser referido um exemplar encontrado em Braga, vindo da região da Renânia (Fig. 1). De Colónia provinham a maior parte destes vidros conhecidos como *diatreta*, um nome que vem do artista lapidador, o *diatretarius*, que os executava a partir de uma matriz de vidro, segundo um processo que exigia muita paciência e capacidade artística. Trata-se, de facto, de um vidro excepcional, de tal modo que a sua produção chegou a ser encorajada com a atribuição de um subsídio imperial.

Com menor valor artístico, mas de grande interesse documental, são dois fragmentos de vidro de produção local encontrados em Braga (Fig. 2 e 3). Correspondem a taças arqueadas de perfil em S, as segundas formas de produção local mais abundantes na cidade (Cruz 2001, 60). Este tipo de taças possui uma cronologia de produção/circulação, que se inicia nos finais do século III e se mantém em uso até ao século V. Na cidade estes vidros são abundantes no século IV, em particular entre as décadas de 40 a 80. No exemplar mais completo (fig. 3), recolhido nas Termas do Alto da Cividade, vê-se a representação de um templo octástilo que julgamos poder corresponder ao do *forum* da cidade.

Como nos dias de hoje, em particular em locais de santuários, é costume representar-se os edifícios de culto em copos ou outro tipo de suportes em vidro, tradição que remonta ao mundo romano, conhecendo-se uma série de vidros em cuja decoração se representavam os edifícios mais emblemáticos das cidades. Estes vidros são autênticas fontes documentais para o estudo da topografia daquelas urbes, como no caso dos conhecidos vidros produzidos em Putéolos nos séculos III e IV. Crê-se que peças deste género eram levadas como recordação pelos visitantes.

Se pensarmos que a imagem do templo representado nos vidros de Braga é a do *forum* da cidade, este seria, como referimos, octástilo e muito provavelmente díptero, como na sua grande maioria. A existência de outros templos que seguem os exemplos da capital demonstra que existiu uma vontade oficial na transmissão de novos estilos de modelos arquitectónicos. A comprová-lo temos a existência de oficinas itinerantes especializadas, vinculadas aos imperadores em, pelo menos, três momentos históricos distintos - principados de Augusto, Trajano e Adriano - como modo de propaganda imperial e de satisfação das exigências de auto-representação das elites urbanas (Márquez 2004, 109). É assim possível pensar-se que o templo de *Bracara Augusta* possa ter paralelos aproximados noutros templos octástilos, cuja inspiração parece assentar nos modelos dos templos dos *fora* de César e de Augusto, em Roma.

Na Hispânia conhecem-se alguns exemplos de templos com estas características: a capital provincial, Tarraco, parece ter possuído não um mas dois. Tal como em Braga, a sua descoberta foi inicialmente sugerida a partir de elementos da cultura material, neste caso moedas. Nestas vê-se dois tipos distintos de templos octástilos: um templo sobre *podium*, ao qual se acedia por meio de uma escadaria central e um outro que assentaria numa plataforma escalonada à moda helénica. Na opinião de Patrizio Pensabene, o exemplo de Tarraco foi seguido por muitas cidades na Península durante o reinado de Tibério, ou pouco depois deste (Pensabene 2004, 177-178). Mais tarde, durante o reinado de Trajano, foi construído um outro templo octástilo, desta vez períptero, elevado sobre um alto pódio, na *Colonia Aelia Augusta Italica*. Trata-se, até à data, do

único templo octástilo arqueologicamente documentado *in situ* na Península Ibérica.

De acordo com os modelos romanos de arquitectura, a construção de um templo estabelecia as bases para a implantação do *forum*. A única referência conhecida quanto à sua possível localização encontra-se numa planta da cidade de Braga publicada nos finais do século XVI (1594) atribuída ao gravador alemão Georgius Braun (mais conhecido, entre nós, por Braunio), (Fig. 4a). Segundo este autor, o *forum* poderia ter existido no lugar onde se erguia a antiga Igreja de S. Sebastião: “*S. Sebastiani aedicula ubi forum Romanorum fuisse creditur*” (Igreja de S. Sebastião onde se julga que existiu o *forum* romano), (Fig. 4b).

Apesar desta área ainda não ter sido escavada com o propósito de identificar antigas estruturas do *forum*, os vidros acima referidos e as grandes bases de colunas e capitéis dados como provenientes daquela área permitem, como referimos, supor a existência de um templo de enormes dimensões, com oito colunas de frente (Fig. 5). A maior parte das vezes, a frente dos templos estava orientada a sul ou a este. No caso de *Bracara Augusta* o templo deveria estar posicionado a este. Podemos ter uma imagem aproximada na proposta de reconstituição de César Figueiredo (Fig. 6 e 7).

Consideremos também um conhecido vidro cilíndrico encontrado em Clunia (Palol, 1991, 347-354, Pl. CLXXXIX), (Fig. 8). Segundo Mário da Cruz, basta observar cuidadosamente os motivos decorativos presentes neste vidro - como o friso de volutas junto ao bordo, os motivos vegetalistas (cacho de uvas e palmas), arquitectónicos (templo, arcarias e janelas), astrais (sol) e as letras representadas por um crísmo com um ómega - para reconhecer fortes afinidades com os exemplares produzidos na cidade romana de *Bracara Augusta* (Cruz 2009). Segundo este autor, a homogeneidade deste tipo de vidros, que a nível morfológico, como tecnológico e artístico, só se explica pelo facto de terem a mesma origem bracarense, supondo, sem excepção, que tenham sido produzidos nas mesmas oficinas e possivelmente pelo mesmo artesão.

Para o tema que nos interessa, deve atentar-se na decoração do vidro de Clunia onde se vê a presença do conjunto de onze arcos, sustentados por colunas com finos capitéis unidos por uma arcaria. Pensamos que esta representação corresponde a um dos pórticos da basílica, situada num dos lados curtos do *forum*, posicionado no lado oposto do grande templo octástilo, curiosamente aqui também representado; repare-se, em particular, no que parece ser a representação de janelas, integradas no espaço do intercolúnio das oito colunas da fachada do templo (Fig. 9). Esta disposição do *forum* obedece às conceções vitruvianas: uma praça rodeada por pórticos, estruturada de acordo com regras modelares de composição. Como elemento comparativo damos o exemplo da praça do *forum* de Volubilis, sítio arqueológico em Marrocos, onde ainda se conservam as arcadas do pórtico da basílica, datada dos finais do século II, inícios da centúria seguinte (Fig. 10a; 10b).

No caso de *Bracara Augusta*, a disposição da praça corresponde ao modelo mais popular adoptado a partir do período de Augusto, ou seja, um plano alongado cujo eixo central era dominado pela fachada principal do templo, que definia a axialidade, a simetria e a frontalidade de todo o espaço.

As cerâmicas

À semelhança dos vidros, poucas são as cerâmicas que merecem ser destacadas, quer pelo seu significado simbólico, quer artístico. Neste âmbito iremos referir-nos exclusivamente a peças fabricadas no contexto do *conventus bracaraugustanus*, dado que as importadas encontram paralelos noutras regiões do Império.

De entre as cerâmicas locais são interessantes as produções pintadas, em particular aquelas onde se representam motivos figurativos. É o caso de um fragmento encontrado em Braga, datado da segunda metade do século I, onde se vê a representação tosca de duas personagens: uma figura masculina, com toga, segura na mão esquerda uma folha de palma e na direita uma pátera; a figura feminina, representando uma bailarina, cinge uma túnica transparente, sob a qual são visíveis os seios (Fig. 11).

Mas, verdadeiramente excepcional, é o exemplar encontrado nas escavações da *uilla* romana de Toralla, em Vigo, que muito provavelmente provém das olarias romanas de *Bracara Augusta*. Trata-se de uma peça única, uma cratera ou *cantharus*, sem paralelos conhecidos, mas certamente imita peças em metal. Segundo Adolfo Fernández Fernández e Fermín Perez Losada (2011, 149-156), que lhe dedicaram um estudo exaustivo, esta peça estaria originalmente situada na entrada principal da casa, como elemento decorativo ou de prestígio (Fig. 12). De acordo com a reconstituição proposta por aqueles autores, a cratera ou *cantharus* estava decorada, em quase toda a superfície, com motivos geométricos, vegetais e figurativos, associados a motivos dionisíacos ou báquicos, nomeadamente a representação de centauros. Motivos afins estavam presentes em peças provenientes de um tesouro descoberto em Braga em 1750, onde apareceram dois centauros. Como salientámos (Morais 2002, 219-235), estes têm um papel predominante na evocação das cenas báquicas, pois, a par dos sátiros e das ménades, faziam parte do cortejo sagrado deste deus.

Por vezes, outras peças cerâmicas tinham um simbolismo profilático e estavam ligadas ao erotismo e situações provocatórias. Serve como exemplo um jarro depositado na fossa 31 da *domus* das Carvalheiras (Fig. 13a; 13b). Peças como esta encontrada em Braga, eram depositadas em fossas para defender as construções contra os malefícios de *Invidus*, divindade maléfica que atingia homens e animais. Para contrariar os “males de inveja” ou do “mau-olhado” tinham como remédio a protecção conferida por certas palavras e gestos e uma enorme série de figuras e objectos. Este vaso possui, na metade superior, da parede uma decoração realçada pela aplicação de um bico vertedoiro em forma de falo, encimado por uma pátera e ladeado pela representação de uma vulva; a face oposta da parede está ornamentada pela decoração, também aplicada, de dois falos *cum testiculis* dispostos transversalmente, mediados por uma única vulva.

A outra peça em cerâmica corresponde a um molde circular de padeiro com a representação, em positivo, de uma cena sagrada (Fig. 14). Na decoração vê-se um espaço doméstico, um *triclinium*, e no centro uma ornamentada mesa romana de três pés. Sobre o tampo da mesa repousam três objectos de baixela romana que identificamos, da esquerda para direita, como sendo um *simpulum* de pega vertical plana, um jarro e um copo. A ladear a mesa duas serpentes, afrontadas, erguidas uma de cada lado. Da serpente do lado esquerdo falta, por fractura, a quase totalidade do corpo, sendo apenas visível parte da cabeça posicionada de frente. A restante parte da zona ornamentada está preenchida com a representação de um *lectus*, vendo-se o

pregueado da coberta (numa interpretação mais arrojada poder-se-ia admitir que este pregueado representaria figuras humanas estilizadas e colunata). No canto superior direito do fragmento vê-se parte do que supomos ser o braço com a respectiva mão de uma figura que repousaria sobre o *lectus*.

Não é fácil tratar do significado e importância iconográfica deste molde. Efectivamente, na estrutura da composição, ainda que o estilo da decoração seja inspirado em modelos clássicos, não deixa de ser verdade que a representação, muito esquemática, diríamos mesmo “tosca”, não permite trilhar caminhos demasiado afirmativos. Limitamo-nos assim a sugerir uma análise dos motivos decorativos presentes como mero ensaio interpretativo. A representação da mesa com três objectos da baixela romana deverá ser interpretada como fazendo parte de uma actividade sacrificial e não uma cena de *symposium* ou banquete. Para esta hipótese contribui a restante decoração, em particular a presença das serpentes. A utilização da serpente no mundo romano tinha como função primordial a representação simbólica do “genius loci” e da imortalidade. No caso presente, a figuração das duas serpentes pode simbolizar, respectivamente, o génio do *paterfamilias* e o da *materfamilias* (Juno Lucina) que, confundidos com os espíritos dos antepassados, velam pela casa e pela descendência. A representação de serpentes associadas a este tipo de iconografia pode ser vista em diferentes e abundantes pinturas murais das cidades do Vesúvio, particularmente na cidade de Pompeia, em nichos ou pequenas capelas de frontão triangular, designadas por *lararium*, destinadas a albergar a imagem pintada ou estatueta do *lar familiaris*, ou mesmo, a partir de Augusto, o génio de Augusto (*Genius Augusti*). De acordo com os paralelos conhecidos no mundo romano para este tipo de representações, é possível que a figura que estaria reclinada no *lectus* fosse a do génio do *lar familiaris* ou mesmo do *Genius Augusti*. Este tema é normalmente representado por um jovem com uma coroa de louros na cabeça, dançando sobre um pé ou reclinado num *lectus*, vestindo uma túnica curta e possuindo como atributos o corno da abundância e uma phiale ou pátera. Damos, como exemplo, uma reconstituição em desenho de uma pintura mural encontrada em Pompeia, pertencente ao edifício conhecido por “Hospitium e Thermolium”. A ser considerada esta hipótese, o molde de Braga representava mais um testemunho de que os rituais celebrados em público eram também comemorados e conceptualizados através de imagens, inclusive na vida diária, funcionando como símbolos e idealizações de actividades ritualizadas.

Considerações finais

Servem os exemplos ilustrados para demonstrar que muitos dos objectos integrados na chamada “arte menor” são verdadeiras preciosidades para o conhecimento da História da Arte. Estes exemplos recolhidos nas escavações da cidade romana, ou com ela relacionados, são testemunho do muito que ainda está por fazer no âmbito da História da Arte Antiga, ou mesmo da História da Arte em todos os períodos da Humanidade.

Bibliografia

- CRUZ, M. (2001). *Vidros romanos de Bracara Augusta*. Braga (Tese de Mestrado policopiada).
- (2009). *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Braga. (Tese de Doutoramento policopiada).
- ELSNER, J. (1998). *Imperial Rome and Christian Triumph*. Oxford.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; PÉREZ LOSADA, F. (2011) - “Una gran cratera tardorromana con decoración pintada aparecida en la villa de Toralla (Vigo, Galicia, España)” in *LRCW 3. Late Roman coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry. Comparison between western and eastern Mediterranean, Archaeopress (BAR International Series 2185-I)*, Oxford, 2010, p. 149-156.
- FREDOUILLE, J.-C. (1999). *Dictionnaire de la civilisation romaine*. Larousse. Paris, 70.
- FROHLICH, T. (1991). “Lararien-und Fassadenbilder in den Vesuvstadten. Untersuchungen zur, Volkstumlichen Pompejanischen Malerei”. *Mitteilungen des Deutschen Archaeologischen Instituts*. Verlag Philipp Von Zabern. Mainz.
- GRENIER, A. (1927). *El genio romano*. Barcelona.
- MÁRQUEZ, C. (2004). “Baeticae Templi. Simulacra Romae”. *Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos* (Reunión celebrada en Tarragona, 12-14 diciembre 2002). Tarragona, 109-127.
- MARTINS, M. (2005). “As termas romanas do Alto da Cividade”. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas* (1). Braga.
- MORAIS, R. (2002). O tesouro romano em prata de *Bracara Augusta*. Conimbriga (XLI). Coimbra, 219-235.
- MORAIS, R. (2005). Autarcia e Comércio em *Bracara Augusta*, in *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*. Braga.
- (2010). *Bracara Augusta*. Braga.
- PALOL, P. (1991). “Un vidrio tallado, com temas cristianos”, de Clunia, Clunia 0. *Studia Varia Cluniensis* (ed. Pedro de Palol et alii). Burgos, 347-354.
- PENSABENE, P. (2004). “Roma e le capital provinciali. Contributi per lo studio dell’architettura e della decorazione architettonica in marmo nella Hispania romana”. *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos* (Reunión celebrada en Tarragona, 12-14 diciembre 2002). Tarragona, 175-199.
- RONCHETTI, V. G. (1922). *Dizionario illustrato dei simboli*. Hoepli. Milão, 895.

Fig. 1 - Diatreta importado da região da Renânia



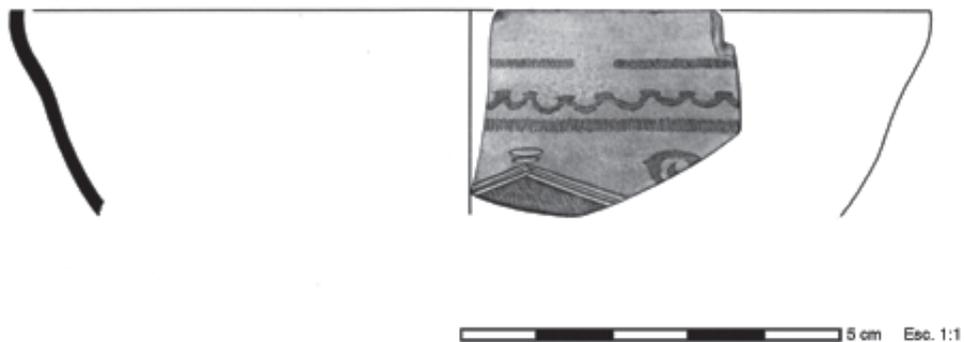


Fig. 2 - Fragmento de taça arqueada em vidro de produção local com a representação de um templo.

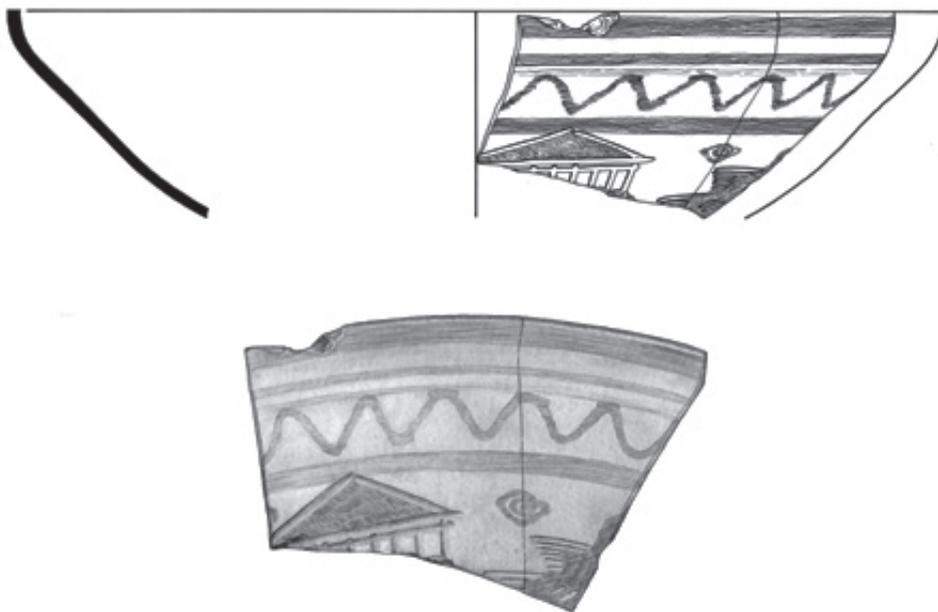


Fig. 3 - Fragmento de taça arqueada em vidro de produção local com a representação de um templo octástilo.

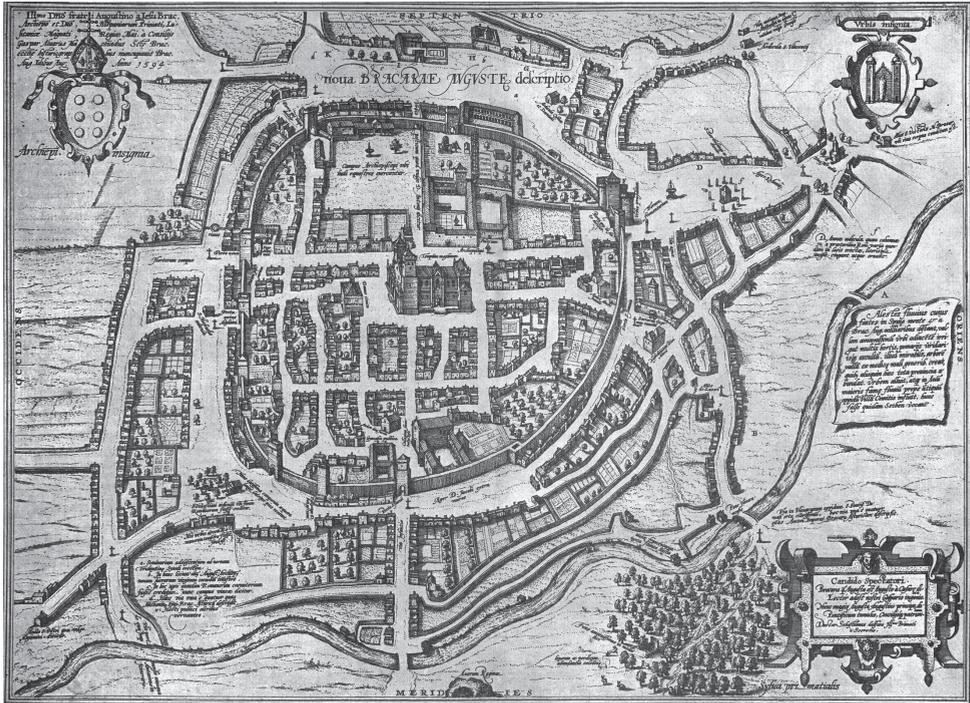


Fig. 4a - Planta da cidade de Braga atribuída a Georgius Braun (1594).

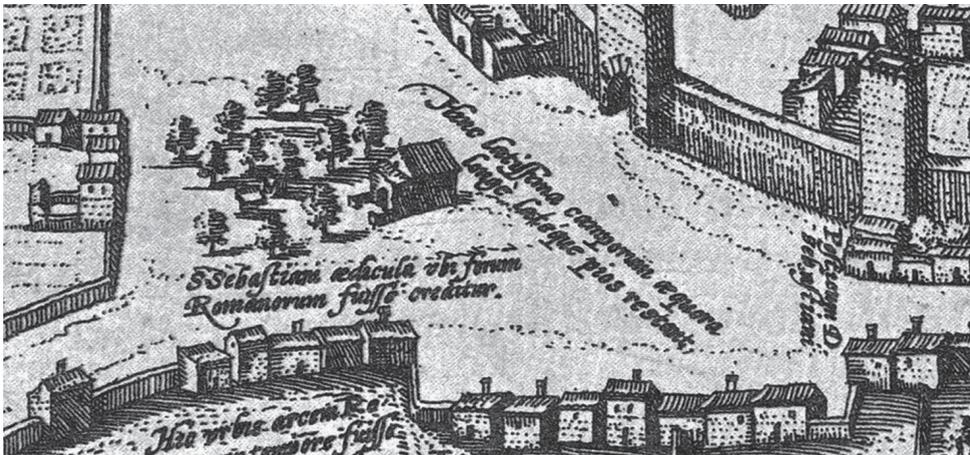


Fig. 4b - Pormenor que indica a possível localização do fórum romano.

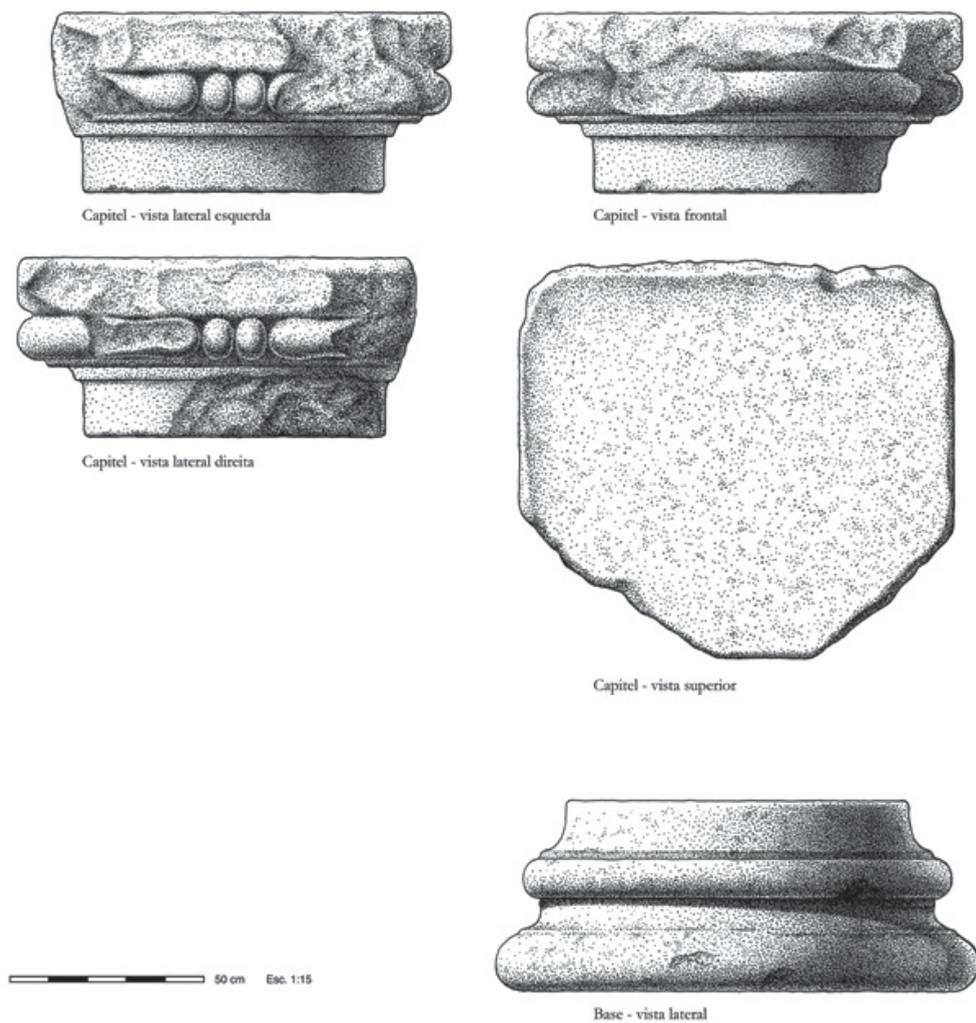


Fig. 5. - Desenho de capitel de tipo iónico e base ática proveniente do Largo Paulo Orósio.



Fig. 6 - Proposta de reconstituição do templo octástilo de Bracara Augusta.
Alçado principal (César Figueiredo). Escala 1.100.

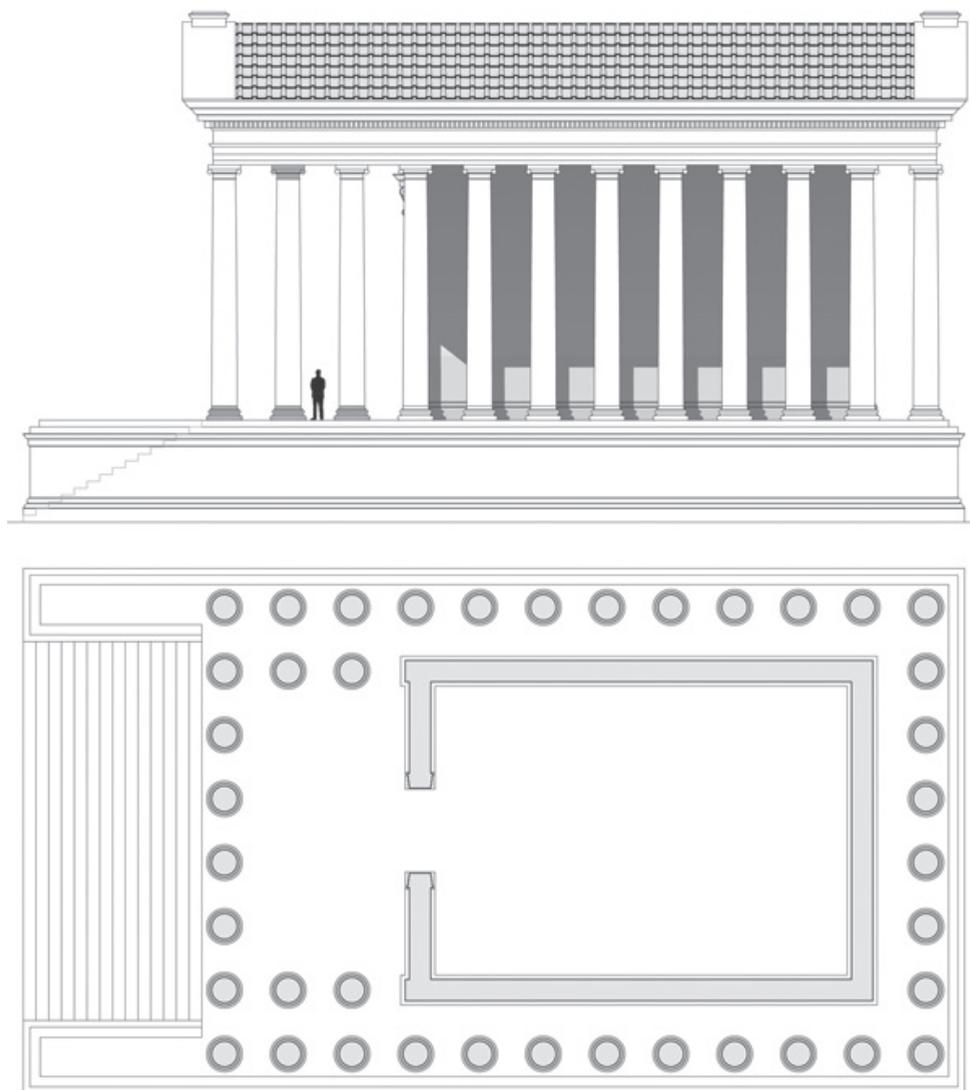


Fig. 7 - Proposta de reconstituição do alçado lateral direito e planta (César Figueiredo).
Escala 1 : 200



Fig. 8 - Vaso cilíndrico de Clunia de fabrico bracarense com arcaria e templo octástilo.

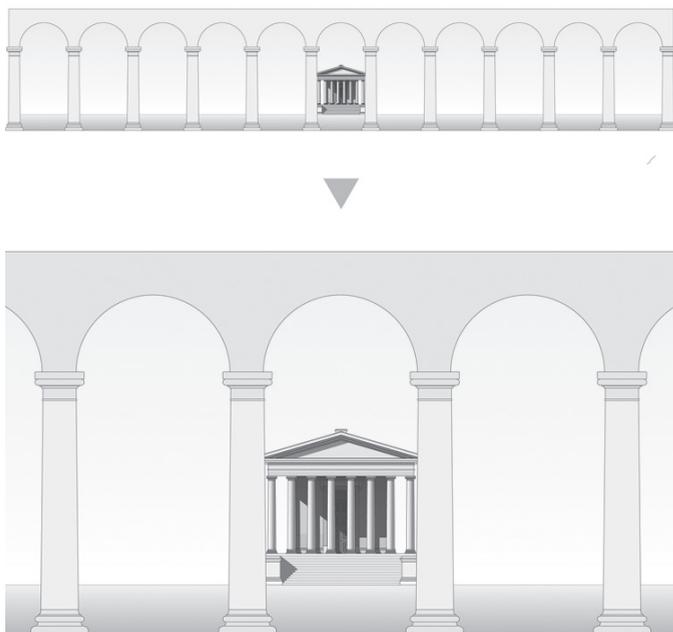


Fig. 9 - Representação esquemática das arcarias e do templo octástilo do vidro de Clunia.



Fig. 10a - Fotografia do pórtico da Basílica da cidade romana de Volubilis (Marrocos).



Fig. 10b - Fotografia lateral do pórtico da Basílica romana de Volubilis (Marrocos).

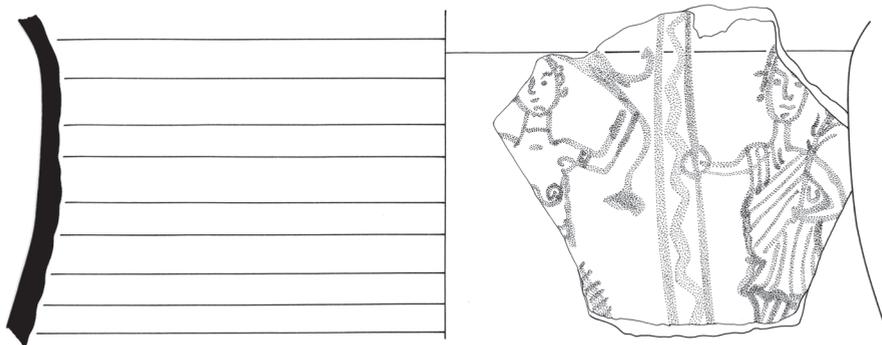


Fig. 11 - Fragmento de pote pintado de produção local com a representação tosca de duas personagens.
Escala 1.2.

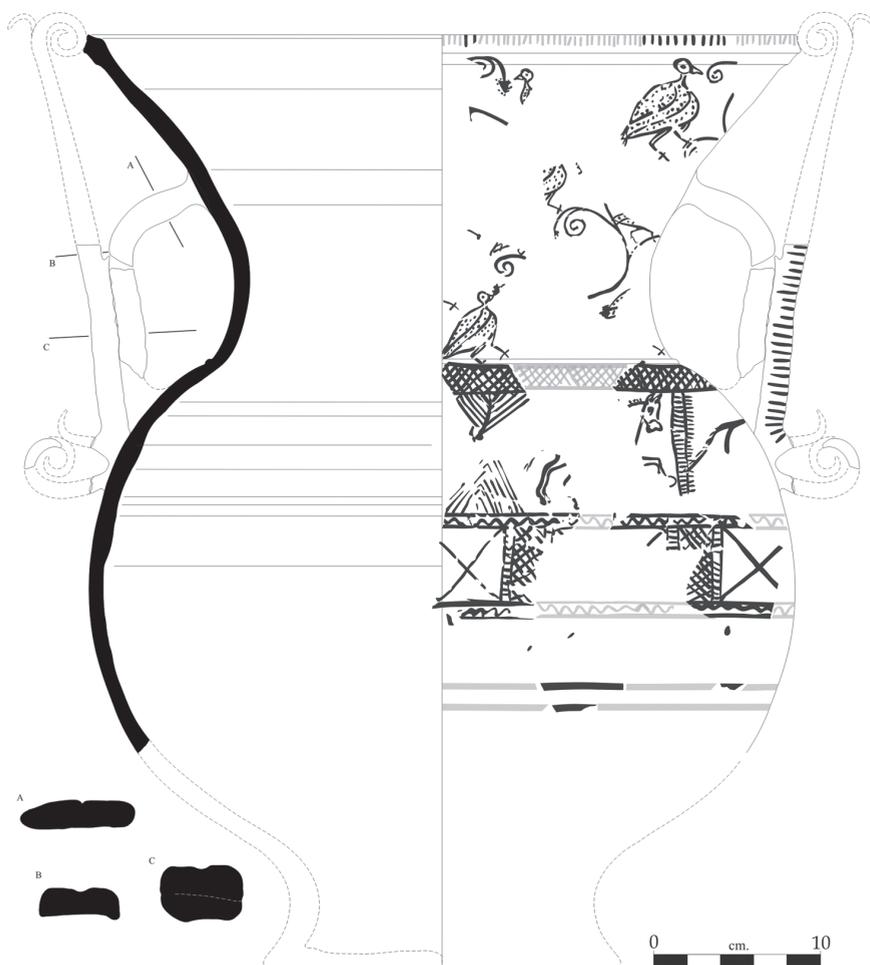


Fig. 12 - Cratera de fabrico bracarense encontrada na villa romana de Toralla (Vigo).

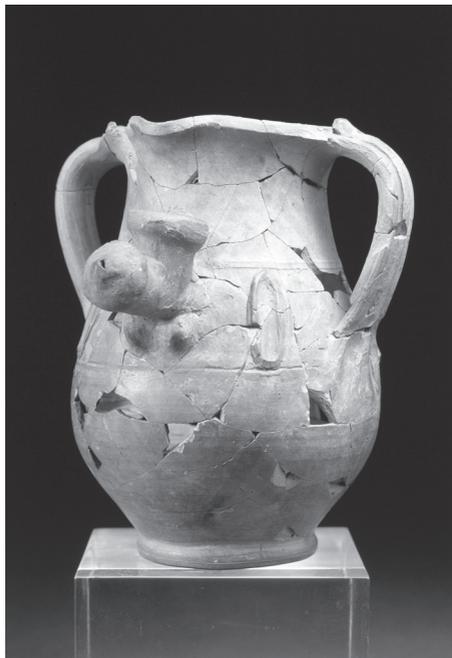


Fig. 13a - Fotografia de vaso fálico.

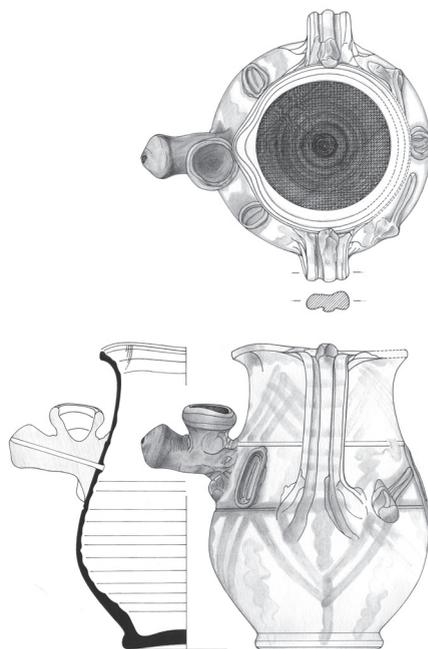


Fig. 13b - Desenho de vaso fálico. Escala 1.4.



Fig. 14 - Molde de padeiro. Reconstituição hipotética da decoração. Escala 1.4.

De novo sobre o Mosaico de Panxón e outras novas sobre a Musivaria na Gallaecia

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Resumo

A partir dunha revisión de manuscritos do século XIX, analízanse as novidades sobre o mosaico de Panxón e estúdiáanse as principais características da temática mariña existentes na musivaria galaica e as súas relacións con outras áreas peninsulares. Ao tempo actualízanse, en gran medida, as estacións con mosaicos atopadas nos tres conventos xurídicos que constitúen a *Gallaecia* e conclúese cunhas consideracións de carácter global.

Palabras Chave: *Gallaecia*, mosaicos romanos, Panxón, temática mariña

Abstract

Starting with a review of 19th-century documents, we go on to study new aspects of the Panxón mosaic and take an overview of the main features of maritime interest in Galician mosaics and its relationship to that of other peninsular regions. We also, to a large extent, bring up-to-date the deposit with mosaics discovered in the three *conventus* which constitute *Gallaecia*, and conclude with general reflections.

Key-words: *Gallaecia*, romains mosaics, Panxón

INTRODUCCIÓN

A comenzos dos anos setenta do século pasado, con motivo das nosas investigacións sobre as artes plásticas na Galicia romana, tivemos ocasión de estudar os mosaicos dos que da inmensa maioría so se tiñan referencias e, agás excepcións, permanecían inéditos. Todo ese labor orixinóu as primeiras publicacións sobre o tema, sendo Galiza a primeira área peninsular que contou cunha edición exhaustiva e científica dos seus mosaicos¹, nos que se incluía a parte norde de Portugal correspondente ao convento bracarense. Precisamente, á zona portuguesa sempre se lle prestara unha maior atención

¹ BALIL en ACUÑA 1973, p. 10

gracias ás obras de conxunto de Serpa Pinto, Chaves e Russell Cortez².

Naquela altura, analizamos o mosaico de Panxón a través da autopsia do mesmo e das poucas referencias que existían sobre el. Na actualidade, contamos con novos datos tanto sobre o paradiro actual, como sobre as circunstancias do achado, polo que nestas líneas consideramos oportuno voltar sobre este pavimento, para analizar mais demoradamente o seu contido e aproveitar a ocasión, para dar conta dos novos mosaicos atopados nos anos transcorridos dende a publicación do *Corpus* ata hoxe en todo o territorio dos conventos galaicos para ter, dentro da medida das nosas posibilidades, un inventario mais actual da produción musivaria e facer unhas consideracións sobre a temática mariña e outros temas.

Con moita posterioridade, a partir da década dos anos 90, aparecen os primeiros catálogos ou estudos de conxunto sobre o convento Astur coa publicación do volumen pertencente a León e Asturias do *Corpus de Mosaicos de España*, e o correspondente aos fragmentos conservados no Museo Arqueolóxico Nacional en Madrid, dos que pertencen ao noso territorio os de La Milla del Río, Quintana del Marco e Villaquejida, xunto con un estudio sobre os de Astorga, así como algún artigo sobre xacementos de Zamora³.

Nos últimos anos, gracias ás escavacións urbanas levadas a cabo en Lugo, León, Astorga, Braga e Porto, entre outras cidades, así como noutros xacementos rurais da *Gallaecia*, como Camarzana, Veranes, Bares, Toralla, O Freixo e Sendim aumentou tanto o número de pavimentos como a temática representada neles, que na maioría dos casos viñan sendo de motivos xeométricos e florais, aínda que agora aumentaron moitísimo as representacións mitolóxicas de gran interese, e outras con esceas da vida cotián, sobre todo nas actuais provincias de León e de Zamora⁴.

Xurden novas publicacións e, neste sentido, destacan os traballos sobre os novos achados levados a cabo en Galicia por Acuña / Alles e Torres, así como a completa revisión feita por Alles sobre o conxunto musivario do convento lucense, agás *Lucus Augusti*, no que de forma moi detallada analiza as técnicas, os esquemas compositivos, a funcionalidade e a distribución, entre outros aspectos e, finalmente novas recentes sobre Asturias e Zamora debidos á autoría, de Fernández / Gil e Regueras.

Para Portugal, tense publicado non hai moito por Oliveira un balance dunha década de investigación, así como un estudo sobre os motivos vexetais por Correia dos que so nos interesan agora, os referidos a Lavra e Vizela. Mais recentemente, Abraços publica parte dos mosaicos de *Bracara Augusta*, aínda que neste artigo hai que facer notar que a autora parece ignorar as publicacións feitas trala descuberta dos mosaicos do Seminario de Santiago, así como excédese ao pensar que a maioría dos mosaicos do convento bracarense están na área da cidade de Braga e, finalmente, unha visión actualizada dos mosaicos do Porto por Gomes, xunto cos de Lavra, Matosinhos por Brito e Coelho, sen esquecer unha ampla revisión do paleocristiano de Frende⁵.

² ACUÑA, 1972, 1973 e 1974 (coa bibliografía anterior); tamén BALIL 1974

³ BLÁZQUEZ et allí, 1993; BLÁZQUEZ et allii, 1989; REGUERAS 2002; REGUERAS 1991

⁴ ACUÑA, ALLES 2001-2002; ALLES 2002-2003; TORRES 2005; FERNÁNDEZ, GIL 2008; REGUERAS 2010

⁵ OLIVEIRA 2006; CORREIA 2005; ABRAÇOS 2011; GOMES 2011; MOREIRA, SILVA 2011; ARAUJO 2010

Ao tempo, hai estudos específicos como os de San Nicolás para o magnífico pavimento coa representación mitolóxica de Dafne e Pasefae e o de González para as novas descubertas relacionadas co mosaico xa coñecido de Batitales, en ambos os dous casos na cidade de Lugo, ou tamén o de Regueras para o de Hilas e as Ninfas de León .⁶

Novas sobre o achado de Panxón e o seu paradeiro actual

A mediados dos anos setenta, D. Xosé María Álvarez Blázquez⁷ entregounos uns papeis manuscritos, escritos no século XIX, nos que se daban conta de diversos achados numismáticos na zona de Baiona⁸ e outros, con varias versións, nos que se describía o mosaico de Panxón e as circunstancias da súa descuberta e da súa conservación. Cando estudiamos o mosaico, aínda non éramos coñecedores desto, polo que coído de interese transcribir o fundamental para poder comparar o que nos publicamos coa nova información, o que nos permitirá precisar algúns aspectos.

En primeiro lugar, vexamos un resumo da descrición publicada (Fig. 1):

... Cuadrado de 84 x 84 cms., de teselas blanco-marfil, negro-grisáceas, amarillas y naranjas ... La composición consiste en un gran pez de 77 cms. ... con teselas de brillante colorido que van desde el gris-negrusco del lomo hasta las blancas de la panza, pasando por los negros, amarillos y blanco marfil ... El ojo está indicado por un gran punto negro central sobre el que se desarrolla un círculo concéntrico y ... el cuerpo de la pieza. El contorno del pez aparece claramente delimitado del fondo marino dando la impresión ... de destacarse con un sombreado del agua, A su izquierda ... una pareja de almejas ... Intermitentemente ... una serie de trazos rectos escalonados ... que son los que figuran el ambiente acuático. A su lado ... segmentos paralelos ... que rematan perpendicularmente en un doble apéndice y que son los que sirven para indicar el movimiento de las aguas. Completa el conjunto un filete negro que soporta ... un típico dentado⁹.

A continuación, a transcripción do documento:

D^a Umbelina González Lavandeira viuda del Sr. de Puga tiene un mosaico en su casa de Campo de la parroquia de S. Juan de Panjon encontrado por los ante pasados del dcho. Sr. de Puga practicando unas excavaciones en el sitio llamado el "Castro" en punto bastante elevado de la referida parroquia y conservadose por sus habitantes la constante tradición de que en la antigüedad ha existido una ciudad y al mismo tiempo el que no muy distante de aquel punto un labrador abriendo un pozo encontró á cierta profundidad una cocina en muy buen estado y como también sea tradicional que la mencionada población ha sufrido un hundimiento desde el q. desapareció. Tradiciones todas en las que no dejo de creer, sino en todo, en parte haya mucho de verdad, porque la aparición de belleza tan antigua no había de ser transportada de lejano punto al lugar de su hallazgo. Con este son dos los restos de preciosidades mosaicas encontradas en Galicia; pues en 1^o de Setiembre de 1842 se encontró otro en la ciudad de Lugo al hacer el acantarillado para la Rúa de Batitales, y el q. se

⁶ SAN NICOLÁS 2001; GONZÁLEZ 2005; REGUERAS et allí 1994

⁷ Sobre esta importante e polifacética figura, a quen no ano 2008 se lle adicou por parte da Real Academia Galega o "Día das Letras Galegas", pode verse GARCÍA / ACUÑA 2008 no que se analiza o seu importante papel como arqueólogo.

⁸ En concreto, hai referencias a moedas romanas de Claudio, Galieno, Marco Aurelio e Lucio Vero, así como modernas de Pedro I e os Reis Católicos.

⁹ ACUÑA 1974, p. 36

conserva para esponerlo á la vista de los forasteros. ¡Cuantas riquezas como estas no esconderá en su suelo el famoso y antiguo reino gallego! El que nos ocupa está sirviendo de cubierta de una mesa con el objeto de que no se estropease porque según me dijeron era mayor y como estuviere tirado lo iban destrozando, y para evitar su total desaparición han hecho aquella dándole la forma de cajón embutiendo en ella el mosaico siendo este de un metro cuadrado y 20 centímetros de espesor su fondo es de mármoles blancos en cuadro incrustados en una argamasa especial. Contiene un precioso Mugil de 67 cent. de largo por 20 de ancho en su parte mas gruesa del cuerpo: está hecho con tal perfeccion q. no parece sino que está surcando las aguas, el ojo de dcho. Pez está formado de mármoles de colores y bastante pequeños en las alas, cola y hozico hay gran regularidad y acabamiento tiene además dos caprichos y por último una almeja abierta vista por la parte exterior representando con perfectos y variados colores la concha del inocente animalito q. habita en las riveras de aquella parroquia. El conjunto de obra de tanta paciencia y costo indica pertenecer á un ángulo del edificio q. lo contenia por formar parte de un cuadro cerrándolo una faja de color negro (o negra.) Tambien me han dicho que le habían roto unos castillos y muñecos q. contenia. Todo esto me hace inclinar á creer correspondiese a un templo erijido á uno de los muchos dioses q. adoraban ó basilica destinada á las curias ó tribunales ya de los fenicios ya ó de los romanos, porque unos y otros en sus templos y basílicas representaban las producciones de cada país por q. hacían respetar la propiedad de la pesca así como de la caza de modo q. siendo así el Mugil indica q. la producción mas abundante en el rio de la Ramallosa es la de este pez y no se equivoca en razón a que hay muchos y buenos; la Almeja la de los mariscos; el castillo talvez sea el de Balcagia y en aquellos tiempos capaz de auventar al enemigo mas pertinaz y el muñeco el traje ó costumbres de los indijenas de entonces. Lo cierto es q. este trabajo indica adelanto y perfeccion en las artes mucha paciencia, lujo y riqueza ¹⁰.

Do arriba transcrito, hai algúns aspectos que compre salientar. En primeiro lugar o lugar exacto do achado, xa que se cita un sitio chamado “castro”, na fregresía de San Xoán de Panxón. Na zona xa eran coñecidas a aparición de ánforas, moedas, enterramentos de régulas así como un ara adicada a Mercurio ¹¹. Recentemente, publicáronse distintos achados de ánforas, régulas e cerámica común procedentes dese Castro ¹². Todo nos indica que estaríamos diante dun lugar importante na época romana, no que no Baixo Imperio habería unha *villa* á que pertencería o mosaico, e que posiblemente contase tamén cun porto marítimo.

En segundo lugar a data da descuberta, que debeu suceder, pola documentación conservada, pouco antes de mediados do século XIX, posiblemente antes do de Batitales.

Moi interesante é a referencia a “castillos y muñecos”, xa que aparte de confirmar a maior extensión do mosaico, ao que xa se aludía na publicación citada, permite supoñer que ese Castelo podería corresponder a algunha das estruturas arquitectónicas que son frecuentes en pavimentos de temática mariña, nas que existen representacións de portos, faros, etc.

¹⁰ Existen variantes noutros manuscritos. Por exemplo nas dimensións do muxo “tres cuartas y cuatro dedos de largo por una de ancho” ou ben referirse ao Castelo como o de “Monte-Real”. O nome Balcagia era a denominación con que se coñecía Baiona

¹¹ RODRÍGUEZ / DÍAZ 1973, pp. 58-59; BAÑOS 1994, p. 138

¹² VILLAR / VILLACIEROS 2010

O mosaico de Panxón pasou a formar parte da Colección Blanco-Cicerón¹³ onde se conservou, tal como narra o documento, nunha mesa e pasou aos seus herdeiros¹⁴. Con posterioridade, foi subastado nunha Galería de Madrid no ano 2000¹⁵ perdéndose o seu paradeiro, ata que recentemente apareceu nunha Galería de antigüidades e obxectos da arte¹⁶.

Consideracións sobre a temática mariña na *Gallaecia*

Nas liñas que seguen, so queremos reflexar algunhas consideracións sobre un dos temas mais frecuentes nos mosaicos romanos do Noroeste peninsular, como é o das representacións da fauna e flora mariña, así como o tratamento das augas, sen extendernos en demasía xa que moitos aspectos están tratados en artigos anteriores.

As representacións dos ambientes mariños son algo moi frecuente en toda a musivaria romana, con maior preponderancia nunhas zonas que noutras, pero sen ter nada que ver o interior ou as zonas litorais xa que se pode atopar en calquer provincia do Imperio.

Coñecemos a fauna mariña polas fontes literarias, xa que diversos autores fan descrición non só das distintas especies, senon tamén da pesca en moitos casos. Os autores fundamentais de época romana, son Plinio (*NH*, IX) no século I, Opiano (*Haliéutika*) do tempo de Marco Aurelio e Eliano (*De natura animalium*) con Septimio Severo. Hai poucas diferencias entre todos eles no que se refire á enumeración dos peixes e crustáceos, referidos fundamentalmente ao ámbito do Mediterráneo e nalgún caso con especial atención ao Mar Negro. So Eliano cita a Bética ao escribir sobre os túnidos, e Marcial (10, 37), no século I, menciona ao Océano galaico citando as ostras e a riqueza das augas.

Non hai moitos estudos que describan minuciosamente as distintas especies mariñas representadas nos mosaicos, e neste sentido, un traballo xa antigo pero moi completo, é o realizado sobre o da Pineda en Tarragona no que aparecen cefalópodos, crustáceos, peixes e mamíferos comparándoos cos existentes en distintas partes do Imperio. A éste, seguiron outros de notable interese, como o que analiza un pavimento de Alcalá de Henares que conta con un amplo mostrario da fauna mariña¹⁷.

Nos últimos tempos, tense prestado mais atención a este tema, ao ambiente sobre o que está representado, e as relacións coa economía da época, o que orixinou a celebración de congresos e a aparición de diversos artigos que analizan tanto as riquezas

¹³ No Arquivo do Museo de Pontevedra (Fondo Casto Sampedro 67-22), existe unha carta de Ricardo Blanco-Cicerón a Casto Sampedro datada o 2 de abril de 1896, na que se da conta da compra dun mosaico de 1 metro cadrado, que ten que ser este. Agradecemos á arquiteira M^a Jesús Fortes a copia facilitada.

¹⁴ Para un mellor coñecemento biográfico de D. Ricardo Blanco-Cicerón e da composición de colección que reuníu entre finais do século XIX e principios do XX, véxase ACUÑA / CASAL 2013.

¹⁵ A subhasta tivo lugar na Galería Castellana de Madrid o 25 de outubro do ano 2000, constituindo o lote nº 664 “mesa con mosaico romano”. A Xunta de Galicia non logrou adquirir o mosaico pola excesiva cotización, según informe do comisionado pola Dirección Xeral de Patrimonio Cultural.

¹⁶ A finais do ano 2012 poidemos localizar o mosaico na casa de Antigüidades Carltonhobbs de London-New York. As referencias poden consultarse no seguinte enderezo (<http://carltonhobbs.com/viewAlternative.asp?StrReference=9127>)

¹⁷ BODADILLA 1969; BALIL, MONDELO 1985; RASCÓN et alii 1995-97

das augas como os motivos ¹⁸.

Na produción musivaria aparecen case todos os espécimes citados nas fontes literarias, pero hai variantes nos diferentes pavimentos ou revestimentos parietais na época que escriben os autores citados, que son anteriores á cronoloxía dos mosaicos galaicos, algo que non ten demasiada importancia xa que a fauna mariña segue a ser a mesma.

Como precedentes na *Gallaecia*, podemos citar o que coñecemos dos tempos anteriores. Diante da falla de textos ou de representacións plásticas, das que en Galicia so contamos cun monumento funerario bifronte, procedente de Vilar de Sarria (Lugo), que nunha das caras representa un golfinho navegando debaixo dunha embarcación ¹⁹, temos que acudir ás mostras recollidas nos poboados castrexos e asentamentos galaico-romanos.

Así vemos, que a robaliza, a maragota, o pargo e o muxo aparecen documentados entre os peixes, e a ostra, a ameixa, o longueirón mailo berberecho, entre os moluscos, o que quere dicir que eran especies coñecidas e formaban parte da dieta alimenticia²⁰.

As distintas especies representadas son as seguintes (Fig. 2):

- a) Salmónidos (*Salmo salar*). Reconocibles polos caracteres básicos no diagnóstico da familia que son aleta dorsal única situada en posición dorsal atrasada e aspecto ganchudo das mandíbulas (carácter dos salmónidos na época da posta): A Cigarrosa, Canelas
- b) Serránidos (*Dicentrarchus labrax*). Robaliza, caracterizada por un corpo esbelto e fusiforme e dúas aletas dorsais: A Cigarrosa.
- c) Murénidos (*Muraena helena*). Forma inconfundible de corpo anguiliforme e boca terminal picuda: A Cigarrosa, Braga.
- d) Sparidae (*Pagellus bogaraveo*). Ollomol, perfil redondeado no rostro, mancha escura detrás do ollo: A Cigarrosa, Braga.
- e) Sparidae (*Pagrus pagrus*). Pargo, identificado polo perfil truncado da cabeza e o corpo alto e robusto.
- f) Mugélicos (*Mugil labrarsus*). Reconocible polas dúas aletas e a boca que está nunha posición total ínfera: Panxón, Braga.
- g) *Petromyzon marinus*, Lamprea: Lugo
- h) *Octopus vulgaris*, Polbo: Canelas, Braga, Villaquejida
- i) *Delphinus delphius*. Golfinho ou arroaz: Lugo, Canelas, A Cigarrosa, Milla del Río
- j) *Echinoidea*. Ourizo: Parada de Outeiro, Braga
- k) *Tapes decussatus*. Ameixa: Panxón, Parada de Outeiro, Braga, Lugo, León ²¹.

De todos estes peixes, o salmón ten una distribución setentrional dende as costas galegas ata Rusia, non existindo no Mediterráneo e sendo moi abundante, ata non

¹⁸ LÓPEZ 2008. Un inventario para Portugal de 21 estacións, nas que do convento bracarense recolle Braga e a Fonte do Milho, en MOURAO 2011

¹⁹ ACUÑA 1976

²⁰ SUÁREZ 2004

²¹ Nalgúns casos pode referirse á *cipraea* ou ben á orella de mar, entre outros espécimes.

hai moito tempo, en todos os ríos da *Gallaecia*. A robaliza vive no Atlántico e no Mediterráneo, sendo moi abundosa nas costas galegas o mesmo que a morena, o pargo e o polbo. O ollomol é un peixe típico do Atlántico e moi numeroso no litoral galaico. En canto aos mariscos son moi frecuentes na franxa litoral atlántica²².

En todo este grupo de mosaicos, aparecen representadas as mesmas especies piscícolas, cun tratamento diferente en función da cronoloxía de cada unha, e da pericia do grupo de artesáns que o efectuaron. Así podemos ver diferentes técnicas de execución, por exemplo nos casos de Parada de Outeiro e A Cigarrosa vendo como no primeiro deles, as formas son mais sinuosas con trazos mais groseiros que van descompoñendo a figura, mentras nos exemplos da Cigarrosa podemos ver mais precisión no trazo, o que indica un maior coidado na representación e unha etapa mais temprana na realización da mesma.

Seguindo unha distribución xeográfica, so temos un exemplar no convento lucense (Batitales, Lugo) pero, en troques, hai que salientar a existencia na villa baixo-romana de Cambre, dun conxunto moi interesante de pinturas parietais, de gran policromía na bóveda, composto por representacións de polbos, moluscos e peixes, aínda pendente dun estudio²³. Son moi abundantes no convento bracarense: Braga, Fonte do Milho, Parada de Outeiro e Panxón e no Astur: A Cigarrosa, León, La Milla del Río e Quintana del Marco.

De todas formas, a inmensa maioría das representacións figuradas da musivaria galaica seguen tendo como temática fundamental a mariña na que, agás unha representación mitolóxica, o resto componse de peixes, cefalópodos, moluscos, gasterópodos, mamíferos. Todas estas figuracións se representan sobre un fondo mariño indicado por unha serie de trazos rectos, curvados, escalonados que mostran tanto o fondo como o movemento das augas.

Consideracións finais

Despois do exposto anteriormente, compre facer unha recapitulación sobre algún dos aspectos tratados, e tentar concluir esta sumaria visión da musivaria galaico-romana, a través dunha serie de apartados que reflectan o panorama 40 anos mais tarde dos primeiros traballos.

Temática:

Hai diferencias entre os tres conventos. Así no Astur, son moi importantes as representacións mitolóxicas (Orfeo e animais, Hilas e as Ninfas, Ariadna dormida, rapto de Europa), escasean no lucense (Dafne e Pasefae, Océanos) e non existen no bracarense. O mesmo sucede coa fauna terrestre pois, si ben no Astur temos animais e cacerías e mesmo cabalos con epígrafes como en Camarzana, a carencia é absoluta nos outros dous, agás no caso de Lugo cos cabalos da *Domus* Oceani. En troques, as representacións mariñas se distribuen polos tres, mais predominando no bracarense e Astur e con escasas mostras, pero importantes, no lucense.

Os motivos xeométricos abranguen todo o territorio e os florais son mais

²² Agradecemos ao biólogo Manuel Rodríguez Solórzano a colaboración na identificación das distintas especies.

²³ Aínda que falta un estudio sobre esta importante decoración, véxase NAVEIRO *et alii*, 2008

numerosos no Astur. En canto aos motivos arquitectónicos son escasos

De todas formas, este panorama pode mudar conforme avance a investigación e se produzan novos achados. Lembremos como na Galiza actual, agás o Océanos de Lugo e a temática mariña, non había nada figurado nos anos 70 e hoxe contamos co mosaico de Dafne e Pasefae, e coas representacións de cabalos na *Domus Oceani*, xa mencionada. Por outra banda, cando se descubriu o mosaico de Batitales, os autores describían en 1843 “un esbelto y elegante ciervo” e “la parte anterior de un tigre”²⁴ do que non temos mais constancia, pero que son referencias creíbles. O mesmo sucede co mosaico de Panxón, do que agora sabemos, gracias aos documentos recuperados do século XIX, que tiña elementos arquitectónicos e figurados humanos.

Obradoiros:

Non variou moito a situación nos últimos anos. No convento Astur, seguen sendo válidas as apreciacións de Regueras e outros, sobre a existencia en Astorga e por extensión na provincia leonesa, de ámbitos de influencia das oficiñas de Clunia-Uxama, Almenara-Prado, aparte de *Bracara* sobre a que volveremos despois. Nos conventos bracarense e lucense parece clara a existencia dunha intensa relación entre os mosaicos de temática mariña desas zonas coas de parte do Astur, singularmente A Cigarrosa desbotando casos como o da Vega del Ciego ou Villavidel, xa que aquí non existe o ambiente mariño. Quedan casos como o do mosaico de Dédalo e Pasefae de Lugo, moi singular dentro da musivaria hispana.

Dende os pioneiros traballos nosos e de Balil, nos que se sinalaba a existencia dun obradoiro itinerante encargado da produción destes mosaicos, e se establecían paralelos con mostras procedentes do Algarve (Milreu) e outros lugares, moitos autores seguiron incidindo no tema, aportando en moitos casos, precisións de gran interese, pero sen cuestionar no fondo a proposta.

Nalguns casos se planteaba a prioridade cronolóxica dos galegos con respecto aos do Sul, noutros a posible influencia das oficinas da *Africa Proconsularis* e mesmo recentemente tense planteado a distinta funcionalidade como a de ninfeo a mausoleo no caso de Milreu, pero que en todo caso non afecta á cuestión que andamos a tratar. Entre outros, autores como Hauschild, Teichner, Kramer (cunha análise moi profunda) e, mais recentemente, Graen, que recollen gran parte da bibliografía anterior, poden servir para un estado da cuestión²⁵.

Por último, dentro das investigacións no marco da elaboración do *Corpus des Mosaiques Romaines de Portugal*, son interesantes as disquisicións sobre o estilo e a cronoloxía de diversas estacións do Algarve oriental, das que algunha pode interesar para nosa área xeográfica²⁶.

Funcionalidade e distribución:

Como parece lóxico, as capitais conventuais (*Asturica*, *Lucus* e *Bracara*) posuen unha importante representación musivaria que decoraba as *domus* e diversas construcións como as termas; tamén hai que salientar, os achados noutros núcleos

²⁴ ACUÑA 1973, p. 22

²⁵ KREMER 1999, GRAEN 2005

²⁶ OLIVEIRA / VIEGAS 2011

urbanos como León ou recentemente Porto. Polo momento, fican fora centros tan importantes como *Aquae Flaviae* dos que coñecemos moi pouco, pero dos que debemos esperar novidades²⁷.

En troques, o ámbito rural representado por las *villae* proporciona algún dos exemplos mais importantes e característicos da musivaria galaica. Facendo un reconto, non exhaustivo, dos lugares no que se atoparon testemuñas de mosaicos e coidando que todas elas corresponderían a *villae*, teríamos o seguinte reparto:

Convento Astur (29): Cacabelos, Calzada del Coto, Campo de Villavidel (3), Camarzana de Tera, A Cigarrosa (5), Cimanos de la Vega, Cornago, Cuadros, Fresno de la Vega, Galleguillos de Campos, Genestacio, Lugo de Llanera, La Milla del Río (4), Mansilla de las Mulas, Navatejera (4), Puente Almuhey, Quintana del Marco (9), Requejo, Riego de la Vega, Sahagún, San Martín de Andallón, San Martín de la Falanosa, San Martín de Torres, San Millán de los Caballeros, Santa Colomba de Somoza, Valderas, Vega del Ciego, Veranes (3), Villaquejido.

Convento Lucense (20): Agrade, Bares, Bóveda, Bandomil, Castellós, Catoira, Centroña, Cirro, Doncide, Dozón, Iria Flavia, Ons, Padrón, Pontevedra, Portosín, Proendos, Rodeiro, Santiago, Sobrán, Vilagarcía.

Convento bracarense (21): Borreiros, Caldas de Canaveses, Covelinhas, Fonte do Milho, O Freixo, Frende, Granzinha, Guilhabreu, Lavra, Oia, Oleiros, Ouvigo, Panxón, Parada de Outeiro, Povia de Varzim, Sendim, Toralla, Tralhariz, Valverde, Vila Real, Vizella.

Hai que facer a advertencia de que este número (70) corresponde so a xacementos, xa que os mosaicos son moitos máis, posto que nalgúns casos, contamos con varios na mesma estación tal como figura no inventario entre paréntese, agás os da vila de Camarzana que son numerosísimos, o que se debe en gran medida ao feito de terse efectuado escavacións. Por outra banda, a disparidade entre conventos pode deberse a moitas causas nas que non imos entrar agora.

Por outro lado, non todos os mosaicos cumprían a mesma funcionalidade. A gran maioría son pavimentais recobrinto diferentes salas e so uns poucos, correspondían a piscinas poidendo ser polo tanto pavimentais ou parietais (Fonte do Milho, A Cigarrosa, Braga, Vizella). Outros son tumbais.

Cronoloxía:

Con moita diferenza, a inmensa maioría dos mosaicos da Gallaecia corresponden ao Baixo Imperio, singularmente aos séculos III e IV no momento de proliferación das grandes *villae* e de certo esplendor dos núcleos urbanos. Son moi poucas as mostras altoimperiais e neste sentido *Asturica Augusta* vai ser o centro de referencia xa que nos séculos I e II proporciona pavimentos de *opus signinum* e *opus sectile*, entre outros, de clara influencia itálica. Non ocorre o mesmo en Lugo e Braga, pero cecais todo se debe ao diferente avance da investigación pois, ao ser cidades augusteas, tiveron que ter estas representacións tan tempranas, que algún día aparecerán. Por outra parte, sobre todo

²⁷ Da actual Chaves, segue sendo válida a referencia que fixemos no seu día, da existencia de fragmentos de mosaico procedentes do lugar de Grajinha ou Grazinha, depositados no Museu da Regiao Flaviense, que deben corresponder a unha *villa* próxima á cidade (ACUÑA 1974, p. 34). Colmenero cita un pavimento de *opus signinum* do século III ou IV na Praça de Camoens (RODRÍGUEZ 1997, p. 103).

no convento bracarense, existen *villae* altoimperiais, polo que non sería estrano que aparecerán mosaicos desa cronoloxía.

Noutro extremo cronolóxico, contamos con mosaicos cristianos, escasos polo de agora, pero moi representativos. Así podemos citar o pavimental da Catedral de Santiago, o que reveste unha piscina na Praza de Santa María en Lugo, o recentemente descuberto por Lima na igrexa de Santa María do Freixo, no lugar ben coñecido de *Tongobriga*, ou ben, o recente tumbal bícromo de San Martinho de Dume, sen esquecer os destruídos de Covelinhas e o novamente analizado de Frende, entre outros.

Situación actual:

Quero dedicar unhas últimas reflexións a tratar, na altura que escribo estas páxinas, a situación na que se atopan estas importantes testemuñas da nosa historia, porque son un reflexo da maior ou menor atención que as distintas administracións prestaron e prestan ao noso patrimonio.

No ámbito urbano, Astorga conserva musealizada a partir de 1991 a *Domus del mosaico* co pavimento altoimperial de Orfeo.

En Lugo, a intensificación da arqueoloxía urbana, levou moitas veces por imperativo legal a conservar parte do patrimonio exhumado. Así podemos ver como se deixaron “in situ” os mosaicos descubertos nas obras da rua Dr. Castro e que formaban parte do conxunto localizado na rua de Batitales en 1842 e conservada unha mínima parte fragmentada no Museo Provincial. Ao conxunto, chamado *Domus Oceani* que ben sendo unha mostra da gran riqueza baixoimperial da cidade, pódese acceder a partir de 2005.

Recentemente, se actuou na Praza de Santa María deixando rehabilitada o conxunto coa piscina paleocristiana descuberta no ano 1960, ao pavimentar os arredores da catedral, e que a partir do 2011 está visible tras unha “ventana arqueolóxica”.

En Braga, quedou integrado dentro do Museu D. Diogo de Sousa no ano 2004, o mosaico bícromo descuberto ao facer as obras para o novo Museu Regional de Arqueología.

Na cidade do Porto, as intervencións urbanas revelaron un pasado inédito ou pouco coñecido do núcleo primitivo. Hai que salientar o conxunto conservado nas condicións actuáis a partir do 2003 na Casa do Infante, composto por dous mosaicos xeométricos datados no século IV.

No ámbito rural, a situación é moi dispar xa que xunto a destrucións e deixadez institucional, hai outros casos nos que se conseguiu rehabilitar e poñer en valor, según a terminoloxía actual, diversas *villae* que son un bo exemplo da rendibilidade e do uso social que se lle pode dar ao noso patrimonio.

Os lugares mais salientables son os seguintes:

En Asturias, a vila romana de Veranes, un importante conxunto coñecido xa de antigo, pero que tralas últimas escavacións de Fernández Ochoa e Sendino, pódese visitar como museo de sitio dende o ano 2007.

En León, a importante vila de Navatejera que actualmente está cerrada por obras de acondicionamento.

En Zamora, a riquísima vila de Camarzana de Tera, declarada BIC, parece que poderá visitarse este verán (2013) coincidindo cos traballos de restauración da magnífica colección de mosaicos que atesoura e das súas estruturas.

En Pontevedra, a vila de Toralla despois dun proceso de musealización, abriu ao público no 2009.

En A Coruña, o complexo de Cambre, ao que xa aludimos pola súa importancia pictórica coa decoración mariña, é visitable dende o 2008.

En Portugal, a vila de Sendim, Felgueiras, conta cun Centro de Interpretación no que están os materiais procedentes da recente escavación de Mendes Pinto²⁸.

E xa para rematar, teño que indicar que quedan aspectos sen tratar, profundar nos temas tanto nas escolas musivarias como na relación dos asentamentos coas vías de comunicación, sen esquecer o panorama pouco agradable da conservación e da investigación. Son cuestións que merecen un traballo mais demorado e específico que nas páxinas que dispoño para esta colaboración, que con moito gusto presento nesta merecida homenaxe ao Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, ao que fun xentilmente convidado, e non podo abordar coa profundidade que a problemática dos mosaicos da *Gallaecia* requiriría, e que senon eu, outros estudiosos agardo que o fagan.

Bibliografía

ABRAÇOS, María de Fátima (2011), Os Mosaicos Romanos de *Bracara Augusta* da Colección do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa-Braga, en *O Mosaico* cit., pp. 827-835

ACUÑA, Fernando (1972), Los mosaicos de la Cigarrosa (Orense), *BSAA* XXXVIII, pp. 468-476

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1973), *Mosaicos romanos de Hispania Citerior. II. Conventus lucensis*, St. Arch. 24, Santiago, Valladolid

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1974), *Mosaicos romanos de Hispania Citerior. III. Conventus bracarenensis*, St. Arch. 31, Santiago, Valladolid

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (1976), Sobor da representación do tema "Ulises e as sireas" na estela de Vilar de Sarria (Lugo), *BAvr.* VI, pp. 107-113

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando; ALLES LEÓN, María José (2001-2002), Nuevas aportaciones a los mosaicos romanos de Galicia, *Soliferreum, Studia archaeologica et histórica Emeterio Cuadrado Díaz ab amicis, collegis et discipulis dicata, An.Murcia* 17-18, pp. 365-374

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando; CASAL GARCÍA, Raquel (2013), La Exposición Regional Gallega de 1909: Ricardo Blanco-Cicerón y la arqueología galaica, *VII Reunión de Escultura romana en Hispania*, Santiago de Compostela, pp.

ALLES LEÓN, María José (2002-2003), Mosaicos del convento lucense: revisión y nuevas aportaciones, *Lancia* 5, pp. 153-166

ARAUJO, Teodoro Gauzzi Rodrigues de (2010), O Mosaico Sepulcral Paleocristao do Lugar do Castelo (Fregresía de Frende, Concello de Baião), *Douro 01*, Porto, pp. 325-345

BALIL, Alberto (1974), Sobre los mosaicos romanos de Galicia: Identificación de un taller musivario, *La mosaïque greco-romaine* II, Vienne 1971, París 1974, pp. 259-263

²⁸ Desta vila do século IV, que conta con pavimentos de *opus signinum* e mosaicos policromos, coñecemos a ficha do IGESPAR.

- BALIL, Alberto; MONDELO, Rita (1985), Mosaico con representaciones de peces hallado en las proximidades de Tarragona, *BSAA LI*, pp. 251-256
- BAÑOS RODRÍGUEZ, Gemma (1994), *Corpus de inscricións romanas de Galicia II. Provincia de Pontevedra*, Santiago, Consello da Cultura Galega
- BLÁZQUEZ, J.M.; LÓPEZ MONTEAGUDO, G.; NEIRA JIMÉNEZ, M.L.; SAN NICOLÁS PEDRAZ, M.P. (1989), *Mosaicos romanos del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid
- BLÁZQUEZ, J. M.; LÓPEZ MONTEAGUDO, G.; MAÑANES, T.; FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1993), *Mosaicos romanos de León y Asturias*, Madrid
- BOBADILLA, María (1969), El mosaico de peces de La Pineda (Tarragona), *Pyrenae* 5, pp. 141-153
- CORREIA, Licínia Nunes (2005), *Decoração Vegetalista nos Mosaicos portugueses*, Lisboa
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, GIL SENDINO, Fernando (2008), La villa romana de Veranes (Gijón, Asturias) y otras villas de la vertiente septentrional de la cordillera cantábrica, *Las villas tardorromanas en el occidente del imperio. Arquitectura y función*, IV Coloquio Internacional de Arqueología, Gijón, pp. 435-479¹
- GARCÍA MARTÍNEZ, Manuel Carlos; ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando (2008), Xosé Ma Álvarez Blázquez e a arqueoloxía da resistencia, *BRAG* nº 369, pp. 133-144
- GOMES, Paulo Dordio (2011), Os Mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto, *O Mosaico cit.*, pp. 837-847
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Enrique (2005), *Domus Oceani. Aproximación á arquitectura doméstica en Lucus Augusti*, Lugo, Concello
- GRAEN, Dennis (2005), Os mosaicos do “santuario” de Milreu, Estói (Algarve), no contexto de uma nova interpretação, *O Arch.Port. Série IV*, volume 23, pp. 367-415
- KREMER S. D., Maria Jesus (1999), Contribuição para o estudo de alguns mosaicos romanos da Gallaecia e da Lusitania, *Actas do V Congreso Internacional de estudios galegos*, Trier, vol. I, pp. 509-519
- LÓPEZ MONTEAGUDO, Guadalupe (2008), Las riquezas de las aguas en los mosaicos. Aspectos de la economía hispano-romana, *L’Africa romana XVII*, Sevilla 2006, Roma, pp. 2547-2568
- MOREIRA, Álvaro de Brito; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2011), A Romanização do vale do Leça en *O Rio da Memória. Arqueologia no territorio do Leça*, Matosinhos, pp. 175-176
- O Mosaico (2011) = O Mosaico Romano nos Centros e nas Periferias: Originalidades, Influências e Identidades, Actas do X Colóquio Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA)*, Museu Monográfico de Conímbriga (Portugal), 29 de outubro a 3 de novembro de 2005
- MOURAO, Cátia (2011), Mosaicos romanos com motivos aquáticos em Portugal, *O Mosaico cit.*, pp. 343-351
- NAVEIRO LÓPEZ, Juan L.; BENAVIDES GARCÍA, Rosa; INFANTE ROURA, Faustino; BOGA MOSCOSO, Ramón (2008), *O xacemento romano de Cambre. A escavación arqueolóxica, o traslado e a posta en valor*, Cambre, Concello
- OLIVEIRA, Cristina (2006), Mosaicos romanos: Balanço de uma década de investigação em Portugal (1995-2005)”, *Conímbriga XLV*, pp. 275-299
- OLIVEIRA, Cristina; VIEGAS, Catarina (2011), *Corpus des Mosaïques romaines*

du Portugal: discussion des questions stylistiques et chronologiques des mosaïques de l'Algarve Oriental, O Mosaico cit., pp. 719-742

RASCÓN MARQUÉS, S.; POLO LÓPEZ, J.; GÓMEZ PALLARÉS, J.; MÉNDEZ MADARIAGA, A. (1995-97), "Hipolytus". Estudio de un nuevo mosaico del género de pesca y con inscripciones procedente de *Complutum*, Alcalá de Henares, Madrid, *Lucentum XIV-XVI*, pp. 39-62

REGUERAS, Fernando (1991), Algunas consideraciones sobre los mosaicos de la provincia de Zamora, *BSAA* 57, pp. 163-177

REGUERAS GRANDE, Fernando; YAGÜE HOYAL, Pablo; MARCOS FIERRO, Rosa (1994), *El Mosaico de "Hilas y las ninfas"* Museo de León

REGUERAS GRANDE, Fernando (2002), Mosaico en *Astorga II: escultura, glíptica y mosaico*, en AMARÉ TAFALLA, M^a Teresa, dir., León, Universidad, pp. 37-111

REGUERAS GRANDE, Fernando (2010), Mosaicos de la Villa Astur-Romana de Camarzana de Tera (Zamora), *Espacio, Tiempo y Forma, serie II, Historia Antigua*, 23, pp. 477-525

RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio (1997), *Aqvae Flaviae. II O tecido urbanístico da cidade romana*, Chaves, Cámara Municipal

RODRÍGUEZ SEOANE, M. Carmen; DÍAZ ÁLVAREZ, Pedro (1973), *Noticias de Prehistoria en torno a Vigo y su ría*, Vigo

SAN NICOLÁS PEDRAZ, María Pilar (2001), Mosaico con escena mitológica hallado en Lugo (España), *La mosaïque greco-romaine VIII, Actes du VIII Colloque International pour l'étude de la mosaïque Antique et Medievale (Lausanne 6-11 octobre 1977)*, Lausanne, pp. 147-160

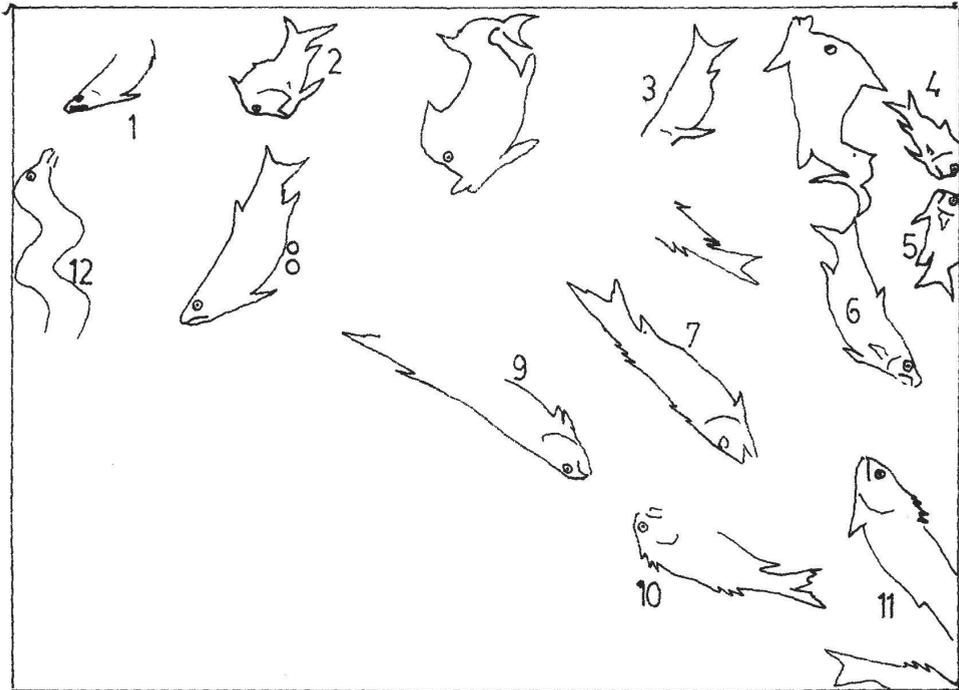
SUÁREZ PIÑEIRO, Ana M^a (2004), Sentados á mesa dun galaico-romano: dieta, alimentación e hábitos culinarios na Galicia romana, *Gallaecia* 23, pp. 155-172

TORRES CARRO, Mercedes (2005), Nuevos mosaicos romanos del Noroeste de la Península Ibérica, *La mosaïque Greco-romaine IX*, École Française de Rome, pp. 477-488

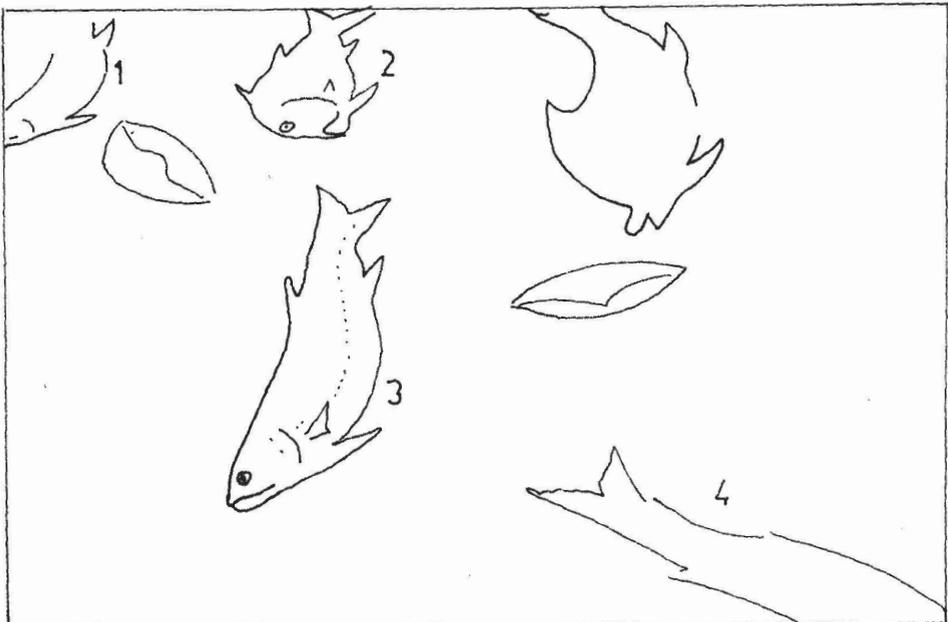
VILLAR QUINTEIRO, Rosa; VILLACIEROS ROBINAU, Nicolás (2010), Castro de Panxón (Nigrán, Pontevedra). Nuevos datos y evaluación de su estado actual, *Gallaecia* 29, pp. 137-144



Fig. 1 - Mosaico de Panxón.
(<http://carltonhobbs.com/viewAlternative.asp?StrReference=9127>)



A



B

Fig. 2 - Mosaicos de A Cigarrosa
A) Nº 1, 3, 6, 8 (Salmónidos); 2, 4, 5 (Pargus); 7, 11 (Serránidos); 10 (Pagellus); 11 (Murénidos)
B) Nº 1, 3 (Salmónidos); 2 (Pargus)

Un aplique de vidrio, moldeado, de la colección arqueológica de la Universidade de Santiago de Compostela

Raquel CASAL GARCIA*
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Resumen

Se estudia una pieza de vidrio romano de la colección arqueológica de la Universidad de Santiago, y se identifica con un aplique hecho a molde representando la cabeza de Medusa que se utilizó como adorno en la base del asa de un tipo de jarras.

Palabras clave: Vidrio romano. Aplique moldeado. Medusa. Colección arqueológica U. S. C.

Abstract

We study a roman glass piece of the archaeological collection of the University of Santiago, and it is identified with appliqué molded representing Medusa's head that was used as decoration at the base of the handle of a type of pitcher.

Key-words: Roman Glass. Appliqué-molding. Medusa. Archaeological collection U. S. C.

La colección arqueológica de la USC¹, la parte que guarda el Departamento de Historia I de la Facultad de Xeografía e Historia, está formada por una serie heterogénea de piezas procedentes de varias donaciones de diversos próceres de la 1ª mitad del siglo XX. Destacan las pertenecientes a Santiago de la Iglesia, fruto de las prospecciones de este investigador en la zona N. de Galicia, con los vasos campaniformes² procedentes de As Pontes de García Rodríguez, o los ajuares de varias tumbas megalíticas de la misma

* *Agradezco muy vivamente al Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimónioli de la universidade de Oporto la invitación a participar en este merecidísimo homenaje al Profesor Armando Coelho Ferreira da Silva.*

¹ A falta de un estudio completo, puede verse una aproximación en SUÁREZ 1996, pp. 150 y ss

² Uno de ellos desgraciadamente desaparecido desde 1999.

comarca; las depositadas por Federico Maciñeira entre las que destacan la magnífica colección de hachas de talón³, o la de J. Viqueira, configurada a través del mercado de antigüedades y de prospecciones de la zona de Vilagarcía y alrededores⁴.

Formando parte de dicha colección, se encuentra un aplique de vidrio, de color verde azulado translúcido, (fig.1-2) fundido en un molde, más o menos circular que representa una cabeza de Medusa en alto relieve, con rasgos faciales esquemáticos, con cejas prominentes, nariz y boca. El cabello rodea el rostro de forma serpenteante. La parte posterior del aplique tiene un prominente bulbo en medio de la pared.

Las dimensiones son: altura 4,3 cm., anchura-diámetro 3,9 cm., grosor 1,9 cm. / borde 0,3 cm.

Esta pieza fue agujereada posteriormente, para insertarle un diminuto arete metálico, con el fin de facilitar su uso como colgante, pero no cabe duda de que en origen formó parte de la decoración de una vasija de vidrio tipo jarra⁵, con la boca simple o trilobulada con un asa que remataba en la panza con la aplicación del medallón modelado con la representación de Medusa.

Entre las muchas relaciones que existen entre el vidrio y las demás categorías de vajillas, la aplicación de máscaras moldeadas colocadas en la base de las asas está claramente inspirada en la decoración de las jarras de metal.

En el Renacimiento y tiempos posteriores, se utiliza en Europa una técnica que se supone que es la misma que emplearon los romanos. El método requiere un molde con relieve en negativo, el artesano lo rellena con pasta vítrea a través de una caña y la propia tensión del material permite que el exceso de la materia no rebabe el molde, entonces recalienta el vaso en el que se va a aplicar la decoración, coge el molde y lo aplica contra la pieza, dejándolo puesto, los vidrios se funden y después retira la horma.

Hay otro método que requiere un cuño trabajado en negativo, que el vidriero aplica directamente sobre la vajilla a modo de estampilla. Esta se emplea cuando se quiere hacer decoraciones de tamaño pequeño. Para las de tamaño grande se hace la pieza con la primera técnica.

Entre los paralelos que encontramos en la Península, podemos señalar un fragmento de medallón que guarda el Gabinete de Antigüedades de la Real Academia de la Historia (fig.3) decorado con la cabeza de Medusa, en relieve, con el nº de Inventario 302, procedente de una donación del Barón de Minutoli. Es de vidrio azul oscuro translúcido y ha sido publicado como adorno personal⁶ y los del Museo de Arqueología de Cataluña todos de procedencia desconocida, representando máscaras teatrales⁷ (fig.4),

Dentro del mundo romano encontramos otros paralelos en la pieza nº 798 de

³ ARMADA 2003, pp. 27-122.

⁴ ACUÑA- CASAL 2013 (en prensa).

⁵ Las jarras de vidrio que imitan la vajilla metálica corresponden mayoritariamente a las formas 54 y 56 de Isings 1957. pp. 71 y 74.

⁶ GARCIA 1903, p.52. ALONSO 2009, pp. 609-610.

⁷ Nº Inventario 38139, 39717, 15160 y 2145 Los números del catálogo 127 al 130 de VV. AA. 2006

la colección Smith ⁸ del Museo de Corning, (Fig. 5) es una jarra con una decoración aplicada que representa la cabeza de Medusa, fue encontrada en Amiens (Francia) y se cree que fue fabricada en la zona renana o en la Francia central, porque varios apliques de este estilo tiene la marca *AMARANTUS F.* y se datan de la 2ª mitad del s. I d. C. ⁹. También en el distrito de Autun (Francia) se han documentado una bella serie de estos medallones moldeados¹⁰ (fig. 6) firmados también por el vidriero *Amarantus* que se datan en el siglo II, aunque este tipo de decoración puede aparecer episódicamente sobre objetos más tardíos. El Landesmuseum de Mainz, conserva también diversos apliques (Fig. 7) en forma de medallón con máscaras y otros personajes en relieve¹¹ y en el museo romano de Augst (Suiza) se hallan diversos apliques con relieves de cabezas femeninas ¹².

De todos es sabida la relación existente entre la vajilla de vidrio y las de metal o de cerámica, pero es particularmente muy significativa para las piezas dedicadas al servicio de bebida, por lo que las comparaciones morfológicas se podrían multiplicar. Pero lo que no tiene duda es que este tipo de decoración con medallones moldeados, que se colocan en la base del asa sobre diferentes recipientes tanto de cerámica como de vidrio, se inspiran directamente en la toréutica.

Por lo que pudimos conocer, en Hispania no existen por el momento restos de este tipo que tengan procedencia cierta, las que guarda el Museo de Arqueología de Cataluña se les atribuye un origen del Mediterráneo oriental, la del Gabinete de Antigüedades de la Real Academia de la Historia o la que aquí presentamos proceden sin duda del mercado de antigüedades.

La cronología de estas piezas como se dijo más arriba, está clara para las piezas procedentes de yacimientos contextualizados o si llevan la firma de vidrieros conocidos, pero de una manera general podemos apuntar que el desarrollo de una producción en serie de la decoración con piezas fundidas en molde es durante el segundo cuarto del s. I a J.C. Su origen puede estar en talleres del Mediterráneo oriental o en vidrieros originarios de estas zonas instalados en Italia del Norte. Durante la 2ª mitad del s. I aparecen talleres por la zona de Renania vinculados a la presencia de los campamentos militares, también son numerosos en los talleres vinculados a la colonia de *Augusta Raurica*, (yacimientos de Augst y Kaiseraugst) y en la zona de Normandia.

Bibliografía

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando- CASAL GARCIA, Raquel (2013), La exposición regional gallega de 1909 1909: Ricardo Blanco- Cicerón y la arqueología galaica en *Actas de la VII reunión de escultura romana en Hispania*. Santiago de

⁸ WHITEHOUSE 2001, p.226.

⁹ SENNEQUIER 1986, pp.11-18

¹⁰ VV.AA. 1987, nº 249, pp.149-150

¹¹ HARTER 1999, nº 1358-1363, pp. 161-163

¹² RÜTTI 1991, nº 4470-4475, pp.183-184

Compostela

ALONSO CEREZA, Eduardo (2009), *El vidrio romano en los museos de Madrid*, Madrid. (Consultada el 8 de julio de 2013 en <http://eprints.ucm.es/10625/1/T31874.pdf>)

ARMADA PITA, Xosé-Lois (2003), O legado de Federico Maciñeira e o patrimonio prehistórico de As Pontes na xénese da arqueoloxía galega, en ALONSO TRONCOSO, Víctor (coord.), *Patrimonio histórico de As Pontes de García Rodríguez*, Universidade da Coruña, pp. 27-122

GARCÍA Y LÓPEZ, Juan Catalina (1903), *Inventario de las Antigüedades y objetos de Arte que posee la Real Academia de la Historia*, Madrid.

HANTER, Gabriele (1999), *Römische Gläser des Landesmuseums Mainz*, Reichert Verlag, Wiesbaden

ISINGS, C (1957) *Roman Glass from dated finds*. Archeologica Traiectina II, Groningen/Djarkarta.

RÜTTI, Beat (1991), *Die Römischer Gläser aus Augst und Kaiseraugst*, Forschungen in augst, Band 13/2

SENNEQUIER, Genevieve. (1986), Un certain Amarantus (ou Amaranthus), verrier installé en Bourgogne au I siècle de notre ère, *Journal of Glass Studies* vol. 28, pp.

SUÁREZ OTERO, José (1996), Los fondos arqueológicos. Primera aproximación a una manifestación de la Historia de la Arqueología en Galicia, en VILA JATO, Dolores, *El patrimonio histórico de la USC*, Universidade de Santiago, pp.

VV. AA. (1987), *Autum-Augustodunum. Capitale des Eduens*, Autum, Musée Rolin

VV. AA. (2006), *A fragilidade no tempo. O vidro na antigüidade*, Museu d'Arqueologia de Catalunya, Barcelona

WHITEHAUSE, David (2001), *Roman glass in the Corning Museum of Gläss*, vol. two, Corning, New York

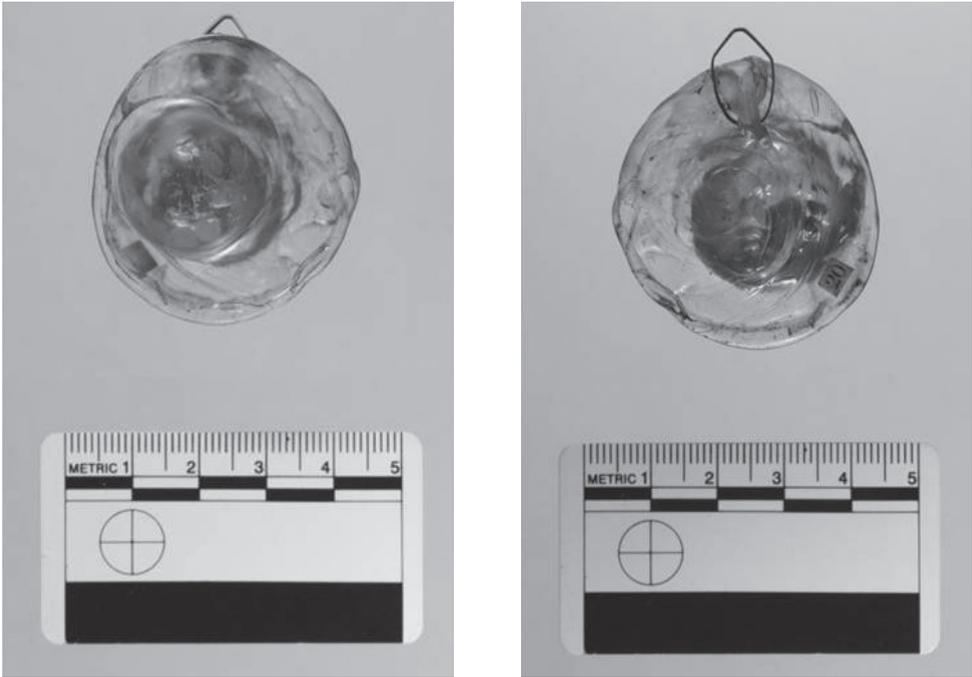


Fig. 1 e 2 - Aplique de vidrio de la U.S.C. anverso y reverso.



Fig. 3 - Aplique de la colección de la Real Academia de la Historia.

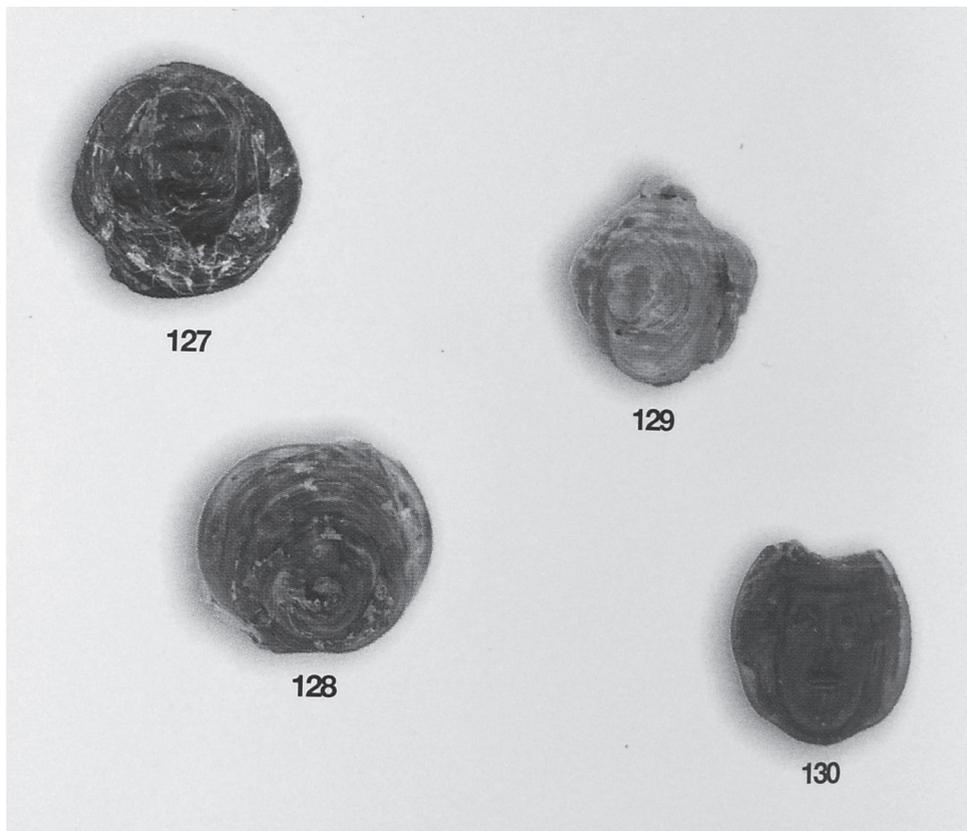


Fig. 4 - Apliques del Museo de Arqueologia de Cataluña según VV. AA. 2006, pp. 86.

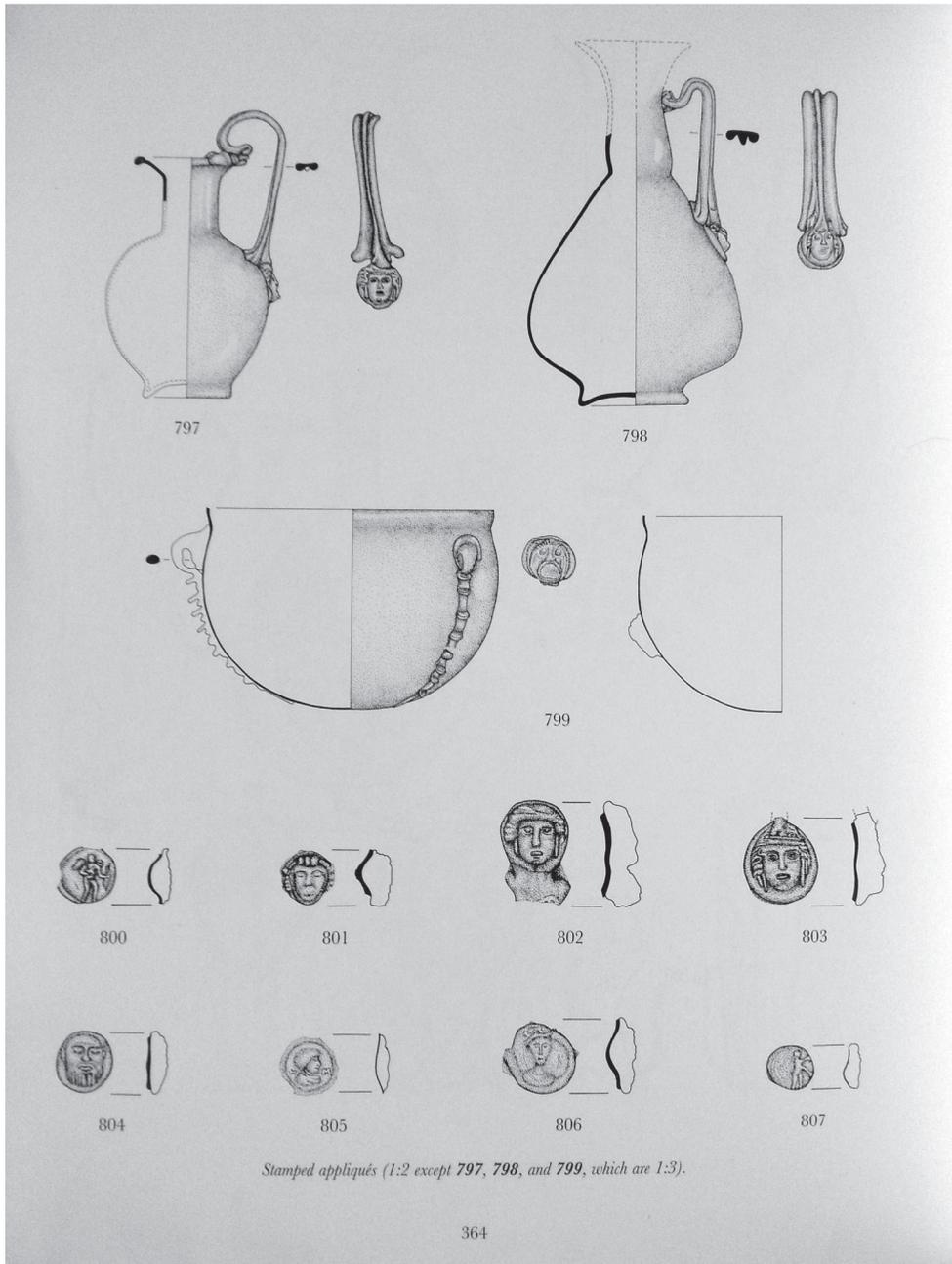


Fig. 5 - Dibujos de appliques estampados según Whitehouse 2001, pp. 364.

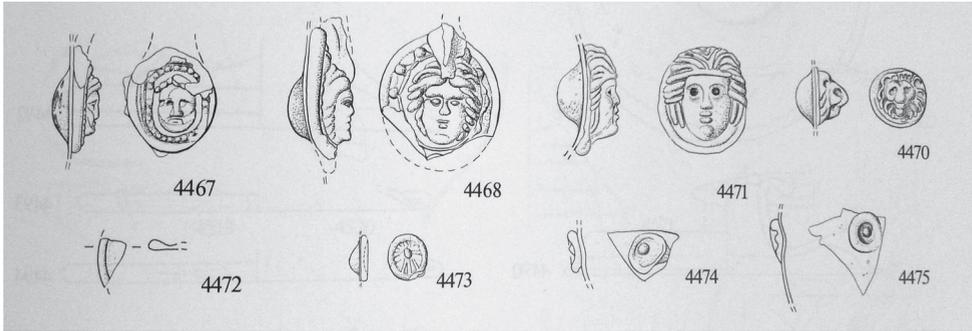


Fig. 6 - Dibujo de apliques de Augst y Kaiseraugst según RÜTTI 1991, lám. 169.

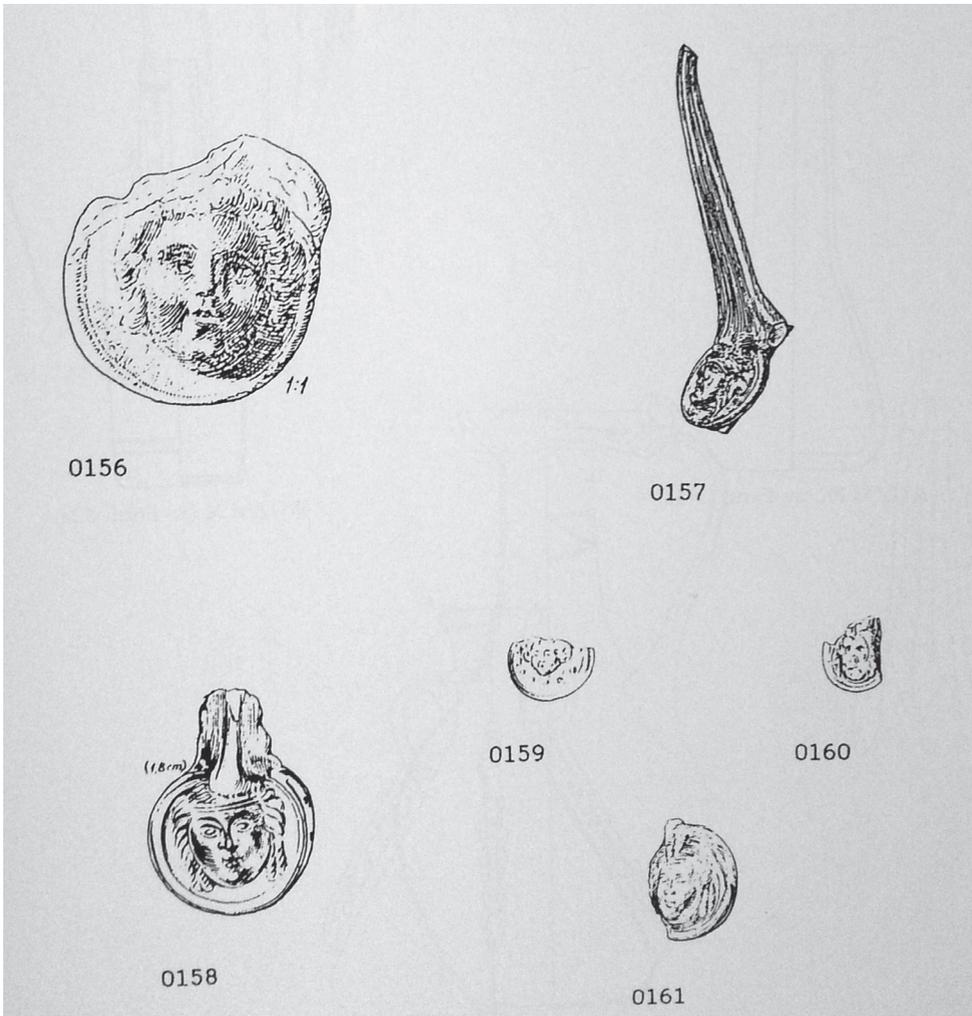


Fig. 7 - Dibujo de apliques del Landesmuseum de Mainz según Harter 1999, Lám. 59.

Inscriptions funéraires et historiographie régionale¹

Patrick LE ROUX
UNIVERSITÉ DE PARIS 13

Résumé

L'étude des sociétés des époques romaines de *Callaecia* repose en grande partie sur l'épigraphie, en particulier funéraire. À partir d'un échantillon de documents dont le commentaire systématique est proposé, l'article réfléchit aux évolutions historiographiques concernant l'utilisation des inscriptions pour mieux analyser les relations sociales dans leur diversité antique et sans référence à des modèles théoriques inadaptés et trop généraux.

Mots clés: épitaphe, onomastique, soldat, traditions

Summary

Studying the societies of *Callaecia* in Roman times is based for the most part on epigraphy, especially on funerary inscriptions. Starting from a sample of texts systematically commented, the article deals with historiographical matters concerning the way of using epitaphs in order to approach social relations in their ancient variety without referring to theoretical models inadapted as such to the research and too general.

Key-Words: epitaph, onomastic, soldier, traditions

¹ C'est au Musée Soares dos Reis que j'ai eu le plaisir de commencer, au début de 1971, mes enquêtes épigraphiques au Nord du Portugal. Je n'imaginai pas alors qu'elles se poursuivraient sur le terrain et sur tout le territoire au nord du Douro avec régularité, à partir de 1973, en compagnie d'Alain Tranoy, pendant une vingtaine d'années ni que le recours à cette documentation et à ses nouveautés nourrirait mes recherches quelles qu'elles fussent concernant la péninsule Ibérique des époques romaines. Dans cet esprit, pour rendre un hommage mérité à Armando Coelho Ferreira da Silva rencontré en 1973, il m'a semblé que l'occasion était favorable pour un bilan de quarante années concernant l'étude et la compréhension de ces matériaux, sans lesquels l'historiographie romaine des régions galiciennes ne serait pas ce qu'elle est devenue. Un petit échantillon m'a semblé pertinent pour tracer des lignes méthodiques utiles. Il n'y a pas pour la péninsule Ibérique, autant que je le sache, d'ouvrage équivalent à celui de MATHIEU 2011 dont la lecture témoigne des évolutions épigraphiques les plus récentes.

Au cours du demi-siècle écoulé, le thème de la « romanisation » a dominé les travaux sur l'intégration politique et sociale des terres provinciales sous l'Empire romain, au nombre desquelles on compte les régions galiciennes. L'intérêt témoigné envers les populations préromaines y commençait à s'éveiller sous l'impulsion des archéologues cherchant à faire revivre des groupes humains qui n'avaient guère laissé de traces écrites et étaient sommairement définis comme le monde des « castros ». L'ouvrage récemment réédité d'A. Coelho reflète fidèlement les évolutions des recherches². L'idée de mutations progressives et complexes s'est légitimement imposée. Les réflexions ont souligné régulièrement que l'opposition mise en exergue entre Romains et indigènes reposait sur des schémas incomplets et à ce titre peu satisfaisants quelle qu'ait été la conclusion que l'on en tirait, « romanisation » positive ou « romanisation » négative. L'analyse interférait avec l'idée strabonienne d'« éloignement », contribuant à définir l'espace callaïque comme un « finistère » nécessairement périphérique sans égard pour le fait que d'autres territoires étaient plus excentrés par rapport à Rome et n'avaient pas connu la même histoire³. Les disciplines épigraphiques elles-mêmes ont changé notre regard sur le document inscrit et l'art de faire parler une inscription a profondément évolué⁴, s'agissant tout particulièrement des épitaphes et des monuments votifs, longtemps jugés inutilisables car trop à l'écart de la « grande histoire ».

Ce n'est donc pas par hasard que j'ai choisi, à plus de quatre décennies de distance, de commenter des épitaphes que j'ai découvertes et copiées à mes débuts d'épigraphiste dans la péninsule et qui m'ont familiarisé avec cette documentation locale⁵. Les inscriptions peuvent s'abîmer, avoir été mal déchiffrées en raison de l'état de leur conservation, dépendante de la qualité du support. Elles ne changent pas. C'est notre manière de les interroger qui s'est modifiée. La part de la technique due à une spécialisation de plus en plus poussée grandit et affine celle qui revient ensuite à l'interprétation destinée à ouvrir sur la lecture historique.

Des épitaphes : étude épigraphique

Sans doute le choix relève-t-il d'un hasard. Pourtant, l'échantillon, avec le recul, comporte l'essentiel des questions familières et récurrentes auxquelles est confronté qui étudie les monuments épigraphiques les plus modestes issus du Nord du Portugal. Comme presque toujours en présence de ces monuments, les contextes archéologiques et humains antiques restent imprécis, d'autant que les circonstances de leur découverte et de leur première copie sont, par la force des choses, insuffisamment relatées au goût de l'épigraphiste. Le numéro **1** a été transféré à Belem de même que le numéro **2**.

² DA SILVA (COELHO FERREIRA) 2007, qui parle de « culture », et non plus seulement de « monde » des castros, ce qui implique une méthodologie et des questions renouvelées par rapport aux synthèses précédentes.

³ LE ROUX, TRANOY 1973 : p. 177-231.

⁴ À la lecture du texte, longtemps exclusive, s'ajoute désormais l'étude du support et de son insertion dans un contexte, ce que l'on définit comme le « paysage épigraphique » attirant le regard sur la manière dont le monument était agencé et mis ou non en exergue.

⁵ Je ne peux pas ne pas ajouter le nouveau document édité récemment se rapportant à mes travaux sur la légion VII Gemina et ses centurions (voir LE ROUX 1972 : p. 89-147 = LE ROUX 2011 : p. 287-343).

Les trois stèles groupées sous le numéro **3** avaient été placées à l'air libre dans une cour arrière du musée de Porto lorsque j'ai pu les lire et les photographier en 1971 puis en 1984. Le numéro **4** est le plus récent des documents sur un de mes sujets de prédilection : la *legio VII Gemina*⁶.

1. - Valença do Minho. En 1803, dans la chapelle près de la muraille, dans un amas de pierres informe. Plaque de granit à grain fin, oxydé, sans décor, retaillée pour emploi dans un mur : 59 x 101,5 x 20 cm. Lettres de gravure large et régulière : 8,5 à 7,5 cm. Les O des lignes 2 et 4, plus petits, mesurent 4,5 cm. Les deux dernières lignes sont en partie abîmées mais peuvent être déchiffrées, avec pour seule incertitude l'abréviation finale du verbe *curavit* peut-être limitée à un C. Dans la cour extérieure du Musée de Belem (inv. E) où je l'ai étudiée et photographiée en compagnie d'Alain Tranoy le 5 septembre 1984. On lit :

*Dis Manibus / Alluquio Andergi f. / Aeturae Arqui f. / Macro Alluqui f. Clutimoni
Alluqui f. C. V. Val[l]ens vet(eranus) leg(ionis) VI Vic(tricis) p(iae) f(idelis) fac(iendum) c.
ou c[u(ravit) ou ur(avit) ?].*

Aux dieux Mânes, à Alluquius fils d'Anderg(i)us, à Aetura fille d'Arquius, à Macer fils d'Alluquius, à Clutimo fils d'Alluquius, Caius V(---) Valens, vétéran de la légion VI Victorieuse pieuse et fidèle a pris soin de faire faire (ce monument).

Réf. : *CIL*, II, 2465 et supplementum *ad n.* 2465, p. 706. LE ROUX 1982 : p. 222, n° 180, pl. VIII. REDENTOR II, 2011 : p. 142-143, n° 199 (avec l'ensemble des références).

La datation de l'inscription tire parti du nom de la légion dont les épithètes ont été ajoutées par Domitien à la suite de la révolte de Saturninus⁷. Le monument concerne une tombe familiale regroupant le père Alluquius, fils d'Andergus ou Andergius, une femme Aetura, fille d'Arquius, Macer et Clutimo, également fils d'Alluquius. Aetura, fille d'un Arquius, est sans doute la mère des enfants d'Alluquius, ce qui explique sa place dans la hiérarchie entre le père et ses fils. Le dédicant, qui ne mentionne pas son lien avec les autres membres de la famille, est le seul à porter les *tria nomina* du citoyen

⁶ Je remercie vivement A. Redentor qui m'a communiqué, avec sa générosité coutumière, toutes les données disponibles indispensables à la lecture et à l'interprétation de l'inscription, y compris une excellente photographie. Les mesures cependant ne m'ont pas été communiquées et ne figurent pas dans le rapport archéologique. Ma contribution ne peut pas non plus tenir compte de la notice prévue au *Ficheiro Epigrafico*, non encore parue et relève donc d'un commentaire strictement personnel fondé sur ma familiarité avec l'histoire légionnaire et ses documents épigraphiques. Mes autres transcriptions résultent toutes de l'étude directe des pierres et des photographies prises sur place.

⁷ LE ROUX 1982 : p. 222. La datation se situe entre la fin du I^{er} s. et les débuts du II^e s. p. C., soit vers 90-120, ce que ne contredisent pas l'écriture ni la mise en page. L'incertitude ne peut pas être totalement levée concernant la fin du texte, à savoir C., CV. ou CVR en raison du rempli.

romain, ce qui ne peut pas étonner s'agissant d'un vétéran de légion⁸. Puisqu'il n'est pas l'un des dédicataires mais le dédicant ou plus sûrement l'héritier, sa dénomination a été limitée à l'essentiel, omettant la filiation et la tribu. L'absence de toute indication de parenté ou de relation affective ou sociale avec les autres personnages énumérés implique, a priori, que le vétéran, rentré dans sa région d'origine, n'était pas un des enfants d'Alluquius ni même un *adfinis* ou un *propinquus*⁹. Il n'est pas possible d'affirmer non plus que, ce faisant, il avait aussi une place réservée dans la sépulture.

Alluquius et l'ensemble des noms, *Andergus*¹⁰, *Aetura*, *Arquius*, *Clutimo*¹¹ sont des anthroponymes locaux désignant, par l'usage du nom unique, des pèlerins ou étrangers à la cité romaine. Ces dénominations ressortissent aux langues dites celtiques mais sont particulièrement représentatives de l'anthroponymie péninsulaire occidentale et septentrionale comme le montre un croisement des listes onomastiques spécialisées¹². *Alluquius* et les noms d'orthographe voisine¹³ sont majoritairement présents dans les inscriptions de Lusitanie proprement dite, soit au sud du Douro et de façon moindre au nord. *Andergus*, rare, est limité aux terres entre *Anas* et *Tage* et entre Douro et *Minho*. *Aetura* même associé à *Aeturus* ne modifie guère la cartographie onomastique en question. *Arquius* n'est pas étranger aux espaces concernés mais s'étendant aussi vers les régions plus orientales et *Clutimo*, bien qu'un *unicum* apparemment, se rattache à d'autres noms eux aussi caractéristiques principalement de la *Callaecia*. *Macer*, nom unique ici, est d'origine latine et son emploi de préférence à des noms locaux ne trouve pas d'explication immédiate d'autant que l'ordre retenu suggère qu'il n'était pas le dernier né des enfants¹⁴. Sans exclure une traduction d'un nom celtique de même sens, peut-être faut-il y voir simplement l'effet d'un nom qui correspondait à la « maigreur » de l'enfant¹⁵ ? Quoi qu'il en soit, l'attention est attirée sur les sinuosités, difficiles à circonscrire, des effets de la latinisation en cours¹⁶.

Le vétéran porte un gentilice suffisamment banal ou familier pour qu'il puisse

⁸ On note toutefois que le surnom n'est pas abrégé car il est l'élément le plus personnel et le plus usuel aussi pour des pèlerins (nom unique).

⁹ Les deux termes jouent à la fois sur le voisinage et sur la parenté relativement proche, sans qu'il soit possible de dire dans le cas présent que la simple relation de voisinage n'a pas joué un rôle. Le statut d'*heres*, chargé de procéder à l'application des dernières volontés du défunt, non mentionné est quoi qu'il en soit sans doute la solution.

¹⁰ Attesté aussi sous la forme *Anderc(i)us, a*.

¹¹ Non *Clutimonus* car *Clutimoni* est de toute évidence un datif dans l'inscription.

¹² PALOMAR LAPESA 1957, ALBERTOS FIRMAT 1966, UNTERMANN 1965, MOCSY 1983, ABASCAL PALAZÓN 1994, DONDIN-PAYRE, RAEPSAET-CHARLIER (éd.) 2001, GRUPO MÉRIDA 2003.

¹³ *Alluquius* est assurément caractéristique de l'ouest hispanique, surtout avec cette orthographe : *A|(|)ucius, Al(|)ucquius* sont attestés par ailleurs.

¹⁴ *Macer* est un surnom latin bien représenté dans les régions celtiques : DONDIN-PAYRE, RAEPSAET-CHARLIER (éd.) 2001, p. 738. Comme *Rufus*, il peut être importé, ce qui paraît être la norme, ou résulter d'une traduction d'un nom équivalent en langue locale.

¹⁵ KAJANTO 1965 : p. 244. Les caractères physiques sont un registre banal pour la détermination des surnoms et noms uniques.

¹⁶ Le vétéran, passé par l'armée, reflète par la force des choses un milieu latinophone.

être restitué à partir de la seule initiale. La conclusion vraisemblable est qu'à la faveur du service militaire, lui-même fils de pérégrins, il avait obtenu la citoyenneté romaine source du changement de dénomination, y compris du *cognomen* : en ce cas, *V(alerius)* est la solution évidente, le gentilice *Valentius*, possible, n'étant pas attesté dans ce contexte et à cette date¹⁷. La VI^e légion stationna dans la péninsule jusqu'en 70 p. C. Il est donc légitime d'envisager un recrutement régional pendant la période des guerres civiles, peut-être à la faveur du départ définitif pour le Rhin, mais rien ne le démontre. Le statut de vétéran implique environ vingt-cinq ans de service, ce qui conforte une datation au plus tôt en 95 et suggère la période entre la fin de Domitien et la première décennie de Trajan. L'ancien soldat avait choisi de revenir s'installer dans sa région d'origine et d'y profiter de ses *praemia militiae*, après avoir servi en Germanie Inférieure.

2. - Saguinhedo, Mouços, Vila Real. Dans un « pailler ». Stèle de granit à grain épais et micassé, retaillée à l'arrière et dans la partie supérieure dont le décor inscrit dans un cercle a été martelé : 85 x 50 x 27 à 10 cm. Champ épigraphique, dans un cadre en creux mouluré : 41,5 x 37,5 cm. Lettres au biseau large : 4 à 5,4 cm. Points arrondis très marqués. Au musée de Belem, dans la cour extérieure (inv. n° 6575), où je l'ai étudiée en compagnie d'Alain Tranoy le 4 septembre 1984. On lit :

D. M. s. / Avi(---) Avito / an. XL co(niugi) c(arissimo) / et pi(o) po(suit) Alb(i---) / Albina Avi(---) / Avitae f(iliae) an. / XII c(arissimae) et pi(ae) po(suit).

Consacré aux dieux Mânes, à Avi(---) Avitus âgé de 40 ans, (elle) l'a fait placer à son époux très cher et très affectionné. Alb(---) Albina l'a fait placer à Avitia Avita, sa fille âgée de 12 ans, très chère et affectionnée.

Réf. : *AP*, 12, 1907, p. 26-31.

Le texte n'est pas de facture classique même s'il ne s'écarte guère des contenus habituels des épitaphes de la région. L'invocation aux dieux Mânes sous la forme *DMS* situe le monument au plus tôt au II^e siècle. L'écriture, les abréviations et le jeu entre elles n'excluent pas le début du III^e siècle. Le parti pris d'abrégier les premiers noms, outre les liens de parenté et les épithètes affectives sans oublier le verbe *posuit* limité à la syllabe *PO*, ce qui n'est pas l'usage le plus normal, tient principalement à la volonté de faire tenir dans le cadre l'ensemble du texte souhaité. Les appellations sont, sur le plan linguistique et culturel, homogènes et appartiennent à la tradition celtique. Les noms de la fille, décédée jeune, soulignent la légitimité de la naissance et l'identité de statut avec le père par la reprise de sa dénomination. Il est possible que l'absence du prénom d'Avitus soit fortuite ou due à la date assez tardive du monument mais une autre lecture paraît être ici préférable en l'absence aussi de filiation : les personnages portent des *duo nomina* qui ne correspondraient pas nécessairement à la pratique

¹⁷ *Valerius*, étymologiquement rattaché à la vigueur physique, comme *Valens*, a été attribué logiquement à de nombreux soldats qui n'avaient pas le droit de cité avant d'être recrutés.

romaine associant gentilice et surnom, mais qui refléteraient des évolutions, constatées localement, d'adaptation à la latinisation des identités nominales. L'usage de deux éléments nominaux avait ainsi pour but d'éviter, en faisant l'économie de la filiation, les ambiguïtés créées par des homonymies et de marquer parallèlement l'appartenance familiale. Il n'est pas exagéré de relier ces usages à la latinisation juridique qui influait sur les statuts et sur la condition des pérégrins soumis au droit civil romain bien que non titulaires de la citoyenneté romaine¹⁸. Il n'est donc pas certain qu'il faille développer *Avitius*, *a* plutôt qu'*Avius*, *a* ni *Albinia* plutôt qu'*Albia/Alba* faute d'indices suffisants¹⁹. Le statut pérégrin des membres de la famille reste donc le plus probable, à plus forte raison si la date est antérieure, comme c'est vraisemblable, à 212. En revanche, la maladresse de la tournure de la phrase avec deux fois le verbe et un seul sujet est attribuable à la fantaisie du lapicide signalée plus haut.

3. - a-c Monte do Penouço, Rio Tinto, Gondomar. Au Musée Soares dos Reis, Porto. Les trois monuments portent en leur milieu des traces différentes de creusement qui n'ont pas modifié la gravure des âges au décès malgré ce qui est parfois affirmé.

a- Stèle de granit gris clair à gros grain à fronton triangulaire portant un croissant lunaire au double trait surmonté d'une étoile, retaillée en bas : 135 x 57 x 20 cm. Champ épigraphique non délimité. Lettres irrégulières : 4 à 10,7 cm. Nombreuses ligatures.

D. M. s. / M. Apronio Rufo / Nemori an. / XVIII p(ater) f(ilio) p(osuit) / Apronius / Rufus.

Consacré aux dieux Mânes, à Marcus Apronius Rufus Nemus, âgé de 18 ans, son père Apronius Rufus a fait placer ce monument à son fils.

Réf. : *Portugalia*, II, 1905-1908, p. 126-127, n° 2. *Museu Nacional de Soares dos Reis*, p. 7, n° 9. REDENTOR II, 2011: p. 149-150, n° 210 (avec les références).

Le développement *p(ius) f(ecit) p(ater)* est peu plausible du fait que *p(ius)* dans la plupart de ces textes est signalé par PI pour le distinguer de *p(ater)* ou de *p(osuit)*. La formule est strictement parallèle à celle utilisée dans l'épithaphe **3b** qui concerne le frère. L'inscription entre dans une série de trois documents émanant d'une même famille et doit être commentée avec les deux textes suivants.

b- Stèle de granit à gros grain à fronton triangulaire, croissant lunaire au trait

¹⁸ Les effets ou les conséquences du droit latin sur l'onomastique individuelle et familiale ont été systématiquement analysés en particulier pour la Gaule par CHASTAGNOL 1995 : p. 51-71 et 167-190. Lire aussi MATHIEU 2011 : p. 23-25. Tous les problèmes n'ont pas pu être résolus pour autant.

¹⁹ L'abréviation PI pour *pi(o)*, incontestable, incite également à la prudence lors de la restitution des noms. L'exemple à suivre n° **3c** *Rufonia Rufina* montre qu'*Avitius Avitus* ou *Albinia Albina* sont admissibles mais souligne aussi l'absence de rigueur logique en la matière.

surmonté d'une étoile à peine ébauchée, semblable à la précédente : 128 x 48 x 20,5 cm. Champ épigraphique non délimité. Lettres irrégulières : 6,5 à 10 cm. Ligatures.

D. M. s. / Aproniae / Rufae / an. III / Apronius Rufus / p(ater) fil(iae) p(osuit).

Consacré aux dieux Mânes, à Apronia Rufa, âgée de 3 ans, Apronius Rufus son père a fait placer ce monument à sa fille.

Réf. : *Portugalia*, II, 1905-1908, p. 127, n° 3. *Museu Nacional de Soares dos Reis*, p. 11, n° 20. REDENTOR II, 2011: p. 148-149, n° 208 (avec les références).

L'âge est certain car aucune trace n'est détectable de hastes verticales ou obliques qui dépasseraient si elles avaient été affectées par la brisure de la pierre laquelle devait donc préexister comme on le voit parfois.

c- Stèle de granit gris micassé à gros grain de même facture que la précédente : 130 x 51 x 22 cm. Champ épigraphique non délimité. Lettres : 8 à 10,6 cm. Nombreuses ligatures multiples.

D. M. s. / Rufoniae / Rufin(a)e an. XXV / Apronius / Rufus / maritus pi(ae) p(osuit).

Consacré aux dieux Mânes, à Rufonia Rufina, âgée de 25 ans, Apronius Rufus son mari à celle qu'il affectionnait a fait placer ce monument.

La lecture de l'âge est XXV car le chiffre n'a pas été affecté par la fracture qui peut être antérieure ou postérieure à la gravure.

Réf. : *Portugalia*, II, 1905-1908, p. 126, n° 1. *Museu Nacional de Soares dos Reis*, p. 9, n° 16. REDENTOR II, 2011: p. 212, n° 298 (avec les références).

Les trois inscriptions concernent une famille « nucléaire » identifiée par le père auteur de l'ensemble des stèles. Selon l'ordre adopté ici, *Apronius Rufus* a donc dû enterrer son fils décédé à l'âge de 18 ans, *Marcus Apronius Rufus Nemus*, sa fille *Apronia Rufa* morte à 3 ans et son épouse, mère de ses enfants, *Rufonia Rufina* disparue à 25 ans. Il est possible qu'une même maladie ait été développée par les trois défunts, en tout cas par la mère et la petite fille. La datation des monuments n'est pas aisée à fixer du fait de la moindre qualité de la gravure et de la mise en page. La présence de l'invocation aux Dieux Mânes sous la forme *DMS*, l'irrégularité des lettres et leurs dimensions importantes, les abréviations suggèrent une date assez tardive, vraisemblablement le III^e siècle, mais le contexte privé et non urbain peut aussi avoir influé sur la qualité des monuments²⁰. Les trois stèles ont des dimensions voisines et sont décorées du même

²⁰ Le Monte do Penouço, Rio Tinto, Gondomar, correspondait peut-être à un secteur minier aurifère (Tranoy, 1981, carte V) mais les données archéologiques disponibles sont très limitées et ne fournissent que des restes de sépulture (ALARCÃO 1988). L'idée d'une propriété familiale plus ou moins modeste est tout aussi admissible.

motif mais on observe que le croissant lunaire de celle du fils est un peu plus élaboré et que la mise en page est plus resserrée mais sans véritable effort d'*ordinatio*.

Le fils possède les *tria nomina*. La formulation de l'inscription économise la mention de la filiation et l'on comprend sans difficulté que le père s'appelait aussi *M. Apronius Rufus*, ce qui suggère que le fils était l'aîné. Le gentilice, italique à l'origine, n'a pas de valeur sociale ou culturelle définie. L'homonymie entre le père et le fils est renforcée par l'élément nominal très rare *Nemus, Nemori* au datif, qui n'est pour ainsi dire pas expliqué dans les commentaires de l'inscription. Il doit pourtant s'agir d'un *signum* évoquant la forêt et Diane, ce qui aurait un lien avec le gibier et la chasse et enrichirait la série des *signa* connotés religieusement. L'adjonction d'un sobriquet placé après les noms ne propose pas de chronologie précise, malheureusement. Malgré l'absence de preuves certaines, la famille dans son ensemble paraît avoir joui de la citoyenneté romaine. Les noms de l'épouse, *Rufonia Rufina*, caractérisés tous les deux par une formation commune à partir du nom unique banal *Rufus*, reflètent un ancrage local et une acquisition assez récente du statut civique.

Le dossier du Monte do Penouço nous confronte à une situation souvent observée en matière d'épigraphie funéraire locale : les indices qu'il contient, plus riches qu'on pourrait le croire, ne débouchent pas sur des réponses claires et complètes en raison du manque d'informations satisfaisantes et suffisantes sur les différents contextes qui ont donné naissance aux documents.

4. - Braga, S. João do Souto. En 2009, dans le sondage 13J de l'ancien édifice des postes (CTT) et doit provenir des sépultures installées le long de la voie XVII. Partie inférieure d'une stèle de granit : dimensions non communiquées. Champ épigraphique en quatre bandeaux conservés en creux. Lettres : dimensions non communiquées. Ponctuation d'*hederae*.

----- / [---] mil. leg. / VII G. F. (centuria) Fauo/ni ann. XXXI . h. s. est h. f. c. / s. t. t. l.

Réf. : MARTINS *et al.*, 2010 : p. 142. REDENTOR II, 2011: p. 225, n° 319.

La nomenclature complète du soldat, précédée ou non de la formule d'invocation aux dieux Mânes a disparu²¹. Par comparaison avec d'autres monuments funéraires de Braga, il est possible d'imaginer une stèle en forme de fronton triangulaire avec ou sans décor d'une rosette. L'âge au décès n'est pas suivi du nombre des années de service, ce qui n'est pas sans exemple et ne signifie pas que l'entrée dans l'armée était récente ni que le soldat était d'origine régionale²². Le matricule indique que le *miles* était en

²¹ Elle ne figure pas dans l'inscription de *M. Antonius M. f. Gal. Augustinus*, originaire de *Pax Iulia*, aujourd'hui Beja, et décédé aussi à Braga après 18 années de service : *CIL*, II, 2425 = LE ROUX 1982: p. 197-198, n° 92; aussi LE ROUX, TRANOY 1989/90: p. 195-196, n. 5 avec photo.

²² L'exemple inverse, d'une mention des années limitée aux *stipendia*, est bien attesté : voir LE ROUX 1982: p. 194, n° 85. L'âge de 31 ans au décès appelle sept à dix années de service au moins en principe : LE ROUX 1982: p. 259-262.

service lorsqu'il est décédé, probablement de manière inopinée, c'est-à-dire à la suite d'un accident ou d'une maladie. Le nom du centurion est nouveau mais *Favonius* est un gentilice aussi bien qu'un surnom et rien n'autorise à choisir a priori l'un plutôt que l'autre malgré une présomption forte pour le *nomen*²³ ; il arrive assez souvent aussi, sans que cela ait une signification chronologique précise, que le nom du chef de la centurie soit composé du gentilice et du surnom. Le nom *Favonius* n'est pas étranger à la Bétique ou à la partie orientale de l'Espagne Citérieure. Il n'était pas enregistré à ce jour dans la légion VII Gemina²⁴. Le contexte archéologique n'autorise aucune datation précise. Le formulaire, qui devait inclure l'origine et les diverses indications relatives à la dénomination, notamment le nom abrégé en *GF* de la légion, le type de gravure et d'écriture, le signe du centurionat²⁵ orientent vers les premières décennies du II^e s. p. C.

La présentation de l'inscription en lanières surcreusées successives n'apporte aucune indication d'ordre chronologique faute de monuments équivalents à *Bracara Augusta*. Pour des épitaphes de civils s'en approchant, on en connaît à Carquere, Resende, au sud du Douro²⁶. Il convient d'ajouter que la méthode adoptée n'est pas étrangère à la pratique des lignes de guidage qui aboutit, dans le conventus de Braga et ailleurs dans le Nord-Ouest un peu plus tard à des subdivisions plus ou moins marquées du panneau inscrit²⁷. Un détail retient toutefois l'attention. La formule *STTL*, qui confirme que le soldat est bien enterré là, est insolite après *HSEst HFC*, car elle aurait dû être placée entre les deux comme c'est toujours le cas, et est gravée à même la surface initiale, sans recreusement du champ. Il est dès lors probable que le souhait ait été oublié et rajouté comme le signale la ponctuation d'*hederae* due à la même main que le reste du texte.

Ce n'est pas le premier soldat dont le décès signale une présence militaire à *Bracara Augusta*. Le légionnaire originaire de *Pax Iulia*, disparu nous l'avons dit après 18 ans de service, a en outre pour dédicataire et héritier Sempronius Graecinus, un *commilito* assurément. De même G. Iulius Saturninus, originaire d'Afrique, n'a pu accomplir son vœu à *IOM* qu'à la faveur de son service dans la cité au cours du II^e siècle²⁸. L'absence de grade précis de ces hommes ne permet pas de savoir exactement quel rôle fut le leur,

²³ Dans l'inscription citée à la note 21, le nom du centurion est *Munatius* seul, ce qui présente également une ambiguïté, même si les occurrences relatives au gentilice sont beaucoup plus nombreuses et peuvent donc être privilégiées. On notera que le O en bout de ligne est incomplet sans qu'une explication de ce choix s'impose car l'*ordinatio* est particulièrement soignée : toutefois un rattrapage paraît possible pour corriger une confusion entre *Faunius* et *Favonius*.

²⁴ On recense, en Bretagne, un *Favonius Facillis* centurion dans la XX^e Valeria Victrix mais décédé avant même la naissance de la légion VII Galbiana devenue Gemina : voir *Britannia*, 6, 1975, p. 102-105 : *M(arcus) Fauoni(us) M(arci) f(ilius) Pol(lia) tribu) Facillis c(enturio) leg(ionis) XX Verecund(us) et Nouicius lib(erti) posulerunt. h(ic) s(itus) e(st)*. L'absence de surnom de la légion situe le document aux débuts de la phase d'intervention militaire en Bretagne. L'origine du soldat, étant donné la tribu, est probablement italique.

²⁵ Cf. *CIL*, II, 2425.

²⁶ Cf. *EE*, IX, 37 ; *CIL*, II, 5579 ; *Douro Litoral*, I, 1948, p. 67, n° 83-84 ; *HAE*, 242.

²⁷ Voir par exemple : *Aquae Flaviae*, I, p. 239, n° 241 (Colmenero).

²⁸ *AE*, 1993, 1025. Voir également PALAO VICENTE, 2006, p. 296-297.

nous y reviendrons.

L'échantillon atteste, s'il en était encore besoin, que chaque document est un tout singulier apportant ses incertitudes et ses difficultés propres, ce qui explique que la comparaison ou le croisement des documents doit correspondre à des exigences précises de caractère technique épigraphiquement et que l'interprétation obéit à d'autres règles et critères.

Épigraphie et histoire

Aucune de ces épitaphes présentées ne fait référence à l'environnement administratif et politique proprement dit. Il est probable que la stèle du légionnaire mort à *Bracara Augusta* comportait la mention de sa communauté d'origine mais cela confirme surtout que, dans les autres cas, les personnages étaient liés au milieu local, connu de tous. En revanche, nous l'avons vu, ce n'est pas le seul légionnaire qui ait été conduit pour des raisons de service à séjourner dans la ville de Braga ou ses environs. Rien ne dit que le soldat avait obtenu le rang de bénéficiaire, ce qui au vu de l'âge est hautement improbable et sans doute difficilement admissible en raison de la chronologie de la stèle. Plutôt qu'à l'existence précoce d'une *statio* destinée à contrôler les mouvements des populations ou à assurer l'ordre public, on pense ici à la participation à des travaux routiers ou à l'accompagnement de responsables administratifs en déplacement, légat juridique, procureur ou gouverneur induit par le fait que la ville était le siège d'un conventus judiciaire²⁹. Dans ce prolongement, comme le donnerait à entendre la *statio Lucensis*³⁰, il est étonnant qu'il n'y ait pas de trace de gradés ou de centurions si une *statio* avait été instituée durablement à Braga³¹. Il convient cependant de rester prudent car le choix d'une *statio* n'était pas toujours lié à une cité administrativement importante, ce dont témoigne par exemple *Segisamo*, dans l'actuelle province de Burgos³², ni à un axe routier précis. Sans exclure l'existence possible d'une *statio* à *Bracara Augusta*, l'hypothèse que le choix se soit porté sur Porto, dont la série épigraphique est pauvre, n'est pas non plus à écarter. À dire vrai, la chronologie est à prendre en compte en même temps que les évolutions locales suivant les problèmes militaires. Tarragone et Mérida, en raison de leur qualité de *sedes legati* abritèrent une *statio* à n'en pas douter, mais le mot n'apparaît pas dans leur documentation³³. L'activité minière, de toute façon très discrète dans la cité de Braga, n'offre pas vraiment de prise à la présence d'une *statio* et

²⁹ Cf. PALAO VICENTE 2006 : p. 296-297 qui implique les mines ce qui n'est pas nécessaire car la ville siège du conventus n'avait pas dans ce contexte vocation à organiser l'activité de production et parce que les détachements militaires assuraient l'ordre dans le secteur minier lui-même. On rappellera ici l'inscription dédiée à *IOM* par son *comes* pour la sauvegarde de Triarius Maternus, légat juridique, futur consul ordinaire en 185 p. C., et de son épouse *Procula* : *CIL*, II, 2415 et ALFÖLDY 1969 : p. 87-88.

³⁰ LE ROUX 2007 : p. 371-382.

³¹ Il est vrai qu'à *Lucus Augusti* il n'y a pas de présence attestée de *beneficarii* à ce jour. Quoi qu'il en ait été, la mention de la centurie, d'ordre administratif, n'implique pas la présence du centurion en personne.

³² *CBI*, 834 = NELIS-CLÉMENT 2000 : p. 192-193.

³³ L'épigraphie permet d'y relever, tant à Mérida qu'à Tarragone, plusieurs bénéficiaires et centurions parmi un nombre non négligeable de soldats et vétérans.

rien ne suggère une aide des militaires à la solution des problèmes financiers des cités³⁴. Enfin, tous les postes militaires ne se rapportaient pas à des stations de bénéficiaires.

Hors contexte, certains documents passent inaperçus ou posent des problèmes insolubles malgré une mise en série. Sans l'hypothèse d'un lien possible entre *Bracara Augusta* et un poste militaire quelconque, le bénéficiaire (*consularis*) de la VII^e *legio G. P. F.*, Sulpicius Sabinus, originaire de *Bracara*³⁵, et enterré près de Tarragone où il s'était retiré depuis peu, resterait à l'écart du dossier. Il n'est en général analysé qu'en fonction de son rang de bénéficiaire du gouverneur et de son service à Tarragone. Il ne s'agit pas d'imaginer qu'il servit à Braga dans le cadre de la *statio* mais de suggérer que la présence militaire dans la cité de *Callaecia* a pu jouer un rôle pour le choix de Sabinus d'entrer dans la légion VII Gemina et sans doute d'effectuer des tâches hors du camp dans le Nord-Ouest ou ailleurs avant de devenir bénéficiaire du légat de la province loin de son lieu d'origine. Il n'eut pas à combattre en principe étant donné la date de sa mort³⁶. En liaison aussi avec l'armée, le vétéran G. Valerius Valens traduit le rôle de l'élément militaire dans les évolutions sociales locales par le biais du recrutement, de l'acquisition de la citoyenneté romaine, du retour dans la région d'origine s'accompagnant d'une forme de prestige social. Il n'y a pas d'autre légionnaire attesté comme probablement originaire de Valença do Minho, mais la *Callaecia* fut une source de recrutement pour les troupes auxiliaires. On devine que la question ne peut pas être traitée globalement ni uniformément. Les unités, les conditions du recrutement, les lieux de service et les déplacements, la perception du métier militaire et de ses avantages ou de ses dangers selon les époques et les lieux dessinent, à travers l'épigraphie, un tableau nuancé et à l'échelle individuelle plus que collective. Le vétéran Valens avait observé la tradition du retour chez soi à un moment où la plupart des légionnaires étaient tentés par d'autres formules telles que choisir une ville abritant d'autres vétérans ou un lieu proche de leur dernière garnison ce qui évitait une coupure trop brusque pour le retour à la vie hors des camps. Quoi qu'il en ait été, Valens avait su tirer parti de son statut de soldat citoyen romain et se rendre en quelque sorte indispensable auprès de ses concitoyens à titre privé.

Le monument incomplet du légionnaire de Braga attire l'attention par un autre biais, celui de la présentation par bandeaux surcreusés comportant chacun une ligne, ce qui n'exclut pas des rejets ou des coupures. L'héritier est anonyme et a pris soin de faire faire le monument pour son camarade défunt. Il s'agit aussi certainement d'un soldat. L'esprit est ici celui d'un milieu extérieur à la société locale mais familier et ne posant pas de réel problème à la communauté. L'inscription rattache prioritairement le défunt à sa légion et à sa centurie et, nous l'avons dit néglige le nombre des années de service, comme pour marquer que la carrière brutalement interrompue n'était pas l'essentiel. Ni recherche du prestige autre que celui d'avoir été engagé dans la VII^e *Gemina* ni mise

³⁴ NELIS-CLÉMENT 2000 : p. 175-179, offre un premier bilan raisonné des installations en fonction des préoccupations administratives de l'empire et met l'accent sur la sécurité et l'ordre public : Suétone, *Aug.*, 32, 1, indique que les postes avaient été disséminés *per oportuna loca*.

³⁵ *AE*, 1955, 246 = *RIT*, 905 = LE ROUX 1982 : p. 237, n° 229.

³⁶ Le monument est datable de l'époque sévérienne par le surnom de l'unité mais n'offre rien de plus précis pour sa chronologie exacte.

en exergue de qualités particulières ne définissent un défunt qui tirait de son nom, pour nous inconnu à ce jour, l'espoir de survivre dans la mémoire de ceux qui liraient sa stèle. Le monument souligne la dignité du statut de légionnaire et de l'appartenance à l'armée de l'empereur. Pourtant, en marge des relations sociales, le soldat attend de la mort injuste et précoce une reconnaissance posthume pour une vie trop courte. Il n'y a pas de clivage de principe entre les civils et l'armée. L'anonymat involontaire confère une dimension banale à un événement jugé inévitable et livré au hasard.

Les épitaphes des civils déplacent la réflexion vers les relations familiales et sociales, vers la diversité des contextes et les mutations sans ruptures brusques et toujours non tracées à l'avance. La dimension privée ou individuelle est constamment présente. Le latin est devenu la langue commune des inscriptions et l'adaptation aux déclinaisons et aux formes nominales n'est pas contradictoire avec l'usage de noms empruntés à un fonds ancien et local. Malgré tout, dans la mesure où une géographie onomastique est possible et fiable, les brassages paraissent constants et durables au sein des populations régionales. Dans un cadre familial et privé, le nom et le lien de parenté sont plus importants que le statut qui n'est pas rappelé pas plus que l'appartenance à une cité. Les pratiques onomastiques évoluent pourtant même si ce n'est pas de façon linéaire. Le *signum Nemus* de M. Apronius Rufus en est l'indice et ne doit pas étonner. Nous ne connaissons pas le parcours antérieur de la famille et une origine affranchie est tout aussi plausible qu'un accès récent à la citoyenneté ou qu'un groupe familial depuis longtemps habitué aux codes imposés par les recensements. La comparaison avec l'onomastique des membres atteste que l'enracinement local et l'adaptation aux langages des monuments funéraires aboutissait à des expressions nuancées non identitaires au sens moderne du terme. Avec réserve et discrétion, le père malheureux d'avoir vu disparaître les siens se contente de témoigner en leur faveur et de mettre en avant l'affection qui l'unissait à eux.

La forme des stèles au décor réduit associée à l'invocation aux dieux Mânes exprime un conformisme qui ne nécessite pas de grandes explications ni de digressions hasardeuses concernant les héritages, les pratiques sociales et leurs particularités éventuelles. Les autres monuments devaient certainement leur forme à la configuration même des tombes plus ou moins importantes et imposantes auxquelles ils étaient destinés. On ne peut que constater des situations variées dont la compréhension passe par de nombreuses inconnues qui défient les notions théoriques ou universelles que l'on a coutume d'appliquer sans trop d'égards pour une réalité mouvante et souvent insaisissable. On doit surtout reconnaître que les siècles de relative stabilité politique et de paix ont produit partout des changements qui ne sauraient être décrits en termes de centre et de périphérie. Le recours à l'écrit et à un texte gravé dans la pierre exprime la volonté de calquer des formules et des pratiques issues des sociétés civiques. Le langage social dominant, celui qui fait référence, était aussi devenu dans le finistère galicien celui de l'ensemble de la population s'agissant des actes les plus ritualisés et les plus symboliques, engageant les « croyances » et le respect des dieux. Pourtant dans un contexte semblable, les manifestations et expressions individuelles ou familiales ne sont jamais identiques et il y a toujours de la place pour des nuances, des choix différents et des singularités. C'est à en repérer les éléments et les significations que convie principalement l'épigraphie funéraire en permettant de retrouver sous des

comportements dits « normalisés » et marqués par l'environnement social la réalité immédiate alors que les données directes font comme souvent dans ce cas défaut. La mise en page, la gravure, la taille des lettres, le rapport entre le texte et le support voire le décor, tous ces composants revêtent des significations qui ne se réduisent pas à quelques hiérarchisations rapides et générales. Elles font surgir un paramètre pourtant décisif, celui des temporalités qui selon les registres ou les domaines de la vie collective et individuelle ignorent les rythmes les mieux établis en apparence et multiplient les histoires autonomes souvent peu soucieuses des « événements ».

L'épigraphie pousse le récit vers la « microhistoire » sans négliger pour autant ce que l'on appelle la « grande » histoire qu'elle ne croise que fortuitement. Les inscriptions à caractère local tendent à déformer ou à exagérer les questions de contacts culturels en laissant libre cours aux expressions onomastiques variées dont les ressorts sont tout simplement l'absence d'uniformisation et de réglementation émanant d'une autorité quelconque. Les relations sociales engendraient des dynamiques propres à l'aune des réalités quotidiennes dont les régulations prenaient du temps et ne correspondaient pas partout à des cheminements identiques. Dans ce contexte, l'histoire des sociétés galiciennes des époques romaines est en partie à réécrire sur la base de travaux renouvelés rendus possibles par les évolutions historiographiques du demi-siècle écoulé. Au temps des modèles peut succéder celui des interprétations modulées en fonction des objets étudiés sans la recherche arbitraire de totalités insaisissables.

Bibliographie

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Madrid-Murcie.

ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal*, I et II, Warminster.

ALBERTOS FIRMAT, Maria Lourdes (1966), *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca.

ALFÖLDY, Géza (1969), *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*, Wiesbaden.

CHASTAGNOL, André (1993), *La Gaule romaine et le droit latin. Recherches sur l'histoire administrative et sur la romanisation des habitants*, Scripta varia 3, Lyon (CERGR).

DA SILVA (COELHO FERREIRA), Armando, *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 2^e édition, 2007.

DONDIN-PAYRE, Monique, RAEPSAET-CHARLIER, Marie-Thérèse éd. (2001), *Noms, identités culturelles et romanisation sous le Haut-Empire*, Bruxelles.

GRUPO MÉRIDA (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana, Mérida-Bordeaux* (Ausonius).

KAJANTO Iiro (1965), *The Latin Cognomina*, Helsinki.

LE ROUX, Patrick (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces Ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris (Publications du Centre Pierre Paris-8).

LE ROUX, Patrick (2007), *Statio Lucensis*, in DALAISON Julie (éd.), *Espaces et*

pouvoirs dans l'Antiquité de l'Anatolie à la Gaule, Hommages à Bernard Rémy, Grenoble (Les Cahiers du GRHIPA).

LE ROUX, Patrick (2011), *La toge et les armes. Rome entre Méditerranée et Océan, Scripta Varia I*, Travaux rassemblés par ARMANI, Sabine, CADIOU, François, FAURE, Patrice, GOFFAUX, Bertrand, MATHIEU, Nicolas, NAVARRO CABALLERO, Milagros, NELIS-CLÉMENT, Jocelyne, SCHMIDT-HEIDENREICH, Christophe, Rennes (PUR-Collection « Histoire »).

LE ROUX, Patrick, TRANOY, Alain (1973), Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la péninsule Ibérique : problèmes d'épigraphie et d'histoire, *MCV*, 9, 1973, p. 177-231.

LE ROUX, Patrick, TRANOY, Alain (1989/90), Les nécropoles de *Bracara Augusta*. B.- Les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, p. 183-230.

MATHIEU, Nicolas, *L'épithaphe et la mémoire. Parenté et identité sociale dans les Gaules et Germanies romaines*, Rennes, PUR, 2011 (Collection « Histoire »).

MÓCSY, Andreas *et al.* (1983), *Nomenclator provinciarum Europae Latinarum et Galliae Cisalpinae cum indice inverso*, Budapest.

NELIS-CLÉMENT, Jocelyne (2000), *Les beneficiarii : militaires et administrateurs au service de l'empire (I^{er} s. a. C. – VI^e s. p. C.)*, Bordeaux (Ausonius-Études 5).

PALAO VICENTE, Juan José (2006), *Legio VII Gemina (Pia) Felix. Estudio de una legión romana*, Salamanque.

PALOMAR LAPESA, MANUEL (1957), *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*, Salamanque.

REDENTOR, Armando (2011), *A cultura epigráfica no conventus Bracaraugustanus (pars occidentalis). Percursus pela sociedade bracara da época romana*, I et II, Universidade de Coimbra (CD, version numérisée).

UNTERMANN, Jürgen (1965), *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*, Madrid.

Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela

Francisco M. V. Reimão QUEIROGA
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Resumo

São apresentados os vestígios arqueológicos encontrados na área urbana de Vizela, tanto os referenciados na bibliografia antiga como os descobertos em trabalhos arqueológicos mais recentes.

Palavras chave: Vizela, termalismo romano, epigrafia romana

Abstract

The article presents the archaeological evidence from the urban área of Vizela council, thus including both the information from older written sources and the results of recent archaeological excavations.

Keywords: Vizela, roman thermal baths, roman epigraphy

Introdução

A presente nota tem como objectivo sumariar o conjunto de dados arqueológicos conhecidos da bibliografia arqueológica, acrescidos de outros com os quais nos fomos cruzando ao longo de mais de uma década de intervenções arqueológicas pontuais na área urbana de Vizela.

De igual modo não se pretende com este trabalho uma apresentação exaustiva do tema, a qual será deixada para um outro momento, circunscrevendo-se os materiais de referência ao núcleo urbano e seu entorno imediato, fora dos quais não realizámos trabalho de campo. No plano cronológico, e na sua quase totalidade, as evidências arqueológicas reportam-se ao período compreendido entre o século I d.C. e antiguidade tardia.

As fontes bibliográficas

Os vestígios arqueológicos que as sucessivas obras e rearranjos das estruturas termais foram trazendo ao conhecimento público despoletaram um numeroso

conjunto de referências bibliográficas disperso por periódicos e obras diversas, que se constituem num acervo substancial para o conhecimento da Vizela antiga. A base do nosso conhecimento assenta ainda maioritariamente nos registos antigos, publicados até às primeiras décadas do século XX, através dos quais é conhecida a maior parte da informação de que hoje dispomos. Esta fase, foi dominada pela figura de Francisco Martins Sarmiento, e pelo dinamismo científico que este imprimiu a uma comunidade de intelectuais minhotos, bem assim como de Leite de Vasconcelos, incansável na recolha de informação sobre a história e a cultura do país. O seu enorme labor de recolha, registo e publicação, foi complementado pelo fluxo epistolar com outros eruditos da época, troca de impressões que incentivaram a observação e a recolha, e arrolaram inúmeras informações, as quais foram sendo gradualmente publicadas nas duas publicações de referência que são a “Revista de Guimarães”, criada por Martins Sarmiento, e o “O Archeologo Português”, por Leite de Vasconcelos.

As notícias mais antigas são-nos veiculadas por Pereira Caldas (1852), Sarmiento (1884), e Azevedo (1897), os quais recuperam informação sobre achados antigos e sua localização. A generalidade dos autores seguintes baseou-se nestas fontes, apesar de tal nem sempre ter promovido a uniformidade de alguns dos pormenores relatados em primeira mão. A importância dos vestígios divulgados promoveu a multiplicação de um acervo substancial de estudos em várias línguas, os quais nos vão permitindo descodificar a configuração deste núcleo de povoamento e das gentes que nele viveram.

Os vestígios arqueológicos

Os registos mais antigos indicam, genericamente, que foram detectadas em São Miguel das Caldas, em Vizela, vestígios de estruturas, tais como tanques, compartimentos em abóboda, revestidos por mosaicos em xadrez, bem como outras construções e sepulturas, de época indeterminada (Azevedo 1897).

No decurso dos trabalhos desenvolvidos nas diversas fases de remodelação das estruturas termais, efectuados nos finais dos séculos XVIII e XIX, foram exumando alguns vestígios de época romana. No Largo de Franco Castello Branco, topónimo urbano já desaparecido, que parece ter correspondência na actual Praça da República (Figura 1), foram referenciadas desde logo evidências enquadráveis na tipologia das estruturas termais romanas, pelo que Martins Sarmiento salientava (1884, 162) a existência de termas “...*soterradas na Lameira...*” Por 1880 terá sido posto a descoberto um mosaico romano (Acuña 1974a, 207, fig. 10; 1974b, 45-51; Azevedo 1897, 214; Chaves 1936, 87; Guimarães 1903, 243 ss; Pinto 1934, 178), do qual ficaram desenhos na Sociedade Martins Sarmiento, bem assim como outros vestígios dispersos do complexo balnear. Com efeito, têm passado algo despercebidos da bibliografia os diversos materiais de construção existentes no museu da Sociedade Martins Sarmiento, com indicação de proveniência de Vizela, os quais incluem tubagens várias, tijolos e ladrilhos com caneluras (Bouet 1999) para apoio de canalizações e, naturalmente, fragmento de mosaico, tratando-se de um conjunto funcionalmente associado a construção termal romana. Este mosaico (Figura 2) apresenta figuração geométrica policroma, sendo composto por losangos aos lados dos quais vão adossar quadrados com idêntica composição decorativa de moldura em bandas lineares com reticulado de pequenos quadrados, sendo apenas individualizados os motivos figurativos centrais.

Dois dos quadrados, situados em lados opostos, apresentam figurações do “Nó de Salomão” (Vasconcellos 1996), sendo uma angular e a outra de cantos arredondados. Os restantes dois quadrados apresentam motivos diferentes. Um tem o seu interior preenchido por um quadrado recortado de cujos lados saem linhas em projecção centrífuga, sobre o centro das quais assentam triângulos, também recortados. O centro do quadrado está preenchido por um outro mais pequeno, a cheio. O quarto quadrado, e quinto elemento desta associação decorativa, representa uma composição de “Cruz de Malta” alinhada segundo os cantos do quadrado que a emoldura. Este mosaico será atribuível a uma fase avançada do século III dC (Acuña 1974a, 209).

Mais tarde, em 1898, e por ocasião de novas obras, foi encontrado um outro mosaico integrado numa estrutura de banhos, a qual posteriormente se atulhou.

Estão depositadas no Museu Martins Sarmento algumas peças de epigrafia latina provenientes destes locais. Duas destas epígrafes são dedicadas ao deus Bormânico (Encarnação 1975, 143-8), importante divindade indígena ligada às águas termais e curativas, e com culto espalhado pela Europa céltica.

A primeira epígrafe (Figura 3) dedicada a *Bormanicus* proveio da Lameira. Documenta o cumprimento de uma promessa feita por Caio Pompeu Motugeno(?), da tribo Galéria, filho de Caturu, e natural de Uxama (Encarnação 1975, 144). Na parte inferior do campo epigráfico existe uma segunda epígrafe da qual se pode traduzir: “Se prezas a tua honra, e para servires a tua glória, impede que as crianças estraguem esta lápide”.

Em 1841 foi encontrada no Banho do Médico (Cardozo 1985, 26)¹, nas actuais termas, uma outra epígrafe (Figura 4) dedicada à mesma divindade. A sua inscrição, bastante mais lacónica do que a anterior, refere apenas o cumprimento de bom grado da promessa feita ao deus Bormânico por Medamo, filho de Camalo.

No museu da Sociedade Martins Sarmento existe uma outra lápide (Figura 5), esta dedicada ao “Génio Laquiniense” (Cardozo 1985, 33; Encarnação 1975, 191-2), proveniente do lugar do Aidro da freguesia de S. Miguel. Trata-se de uma dedicatória de Flavio, pisoeiro, filho de Flavínio, feita de boa vontade ao Genio Laquiniense. Flavio, que era pisoeiro e, possivelmente residente de um dos núcleos habitados próximos, dedica esta lápide em atitude propiciatória, ou cumprimento de alguma promessa, ao génio, ou entidade protectora do seu povoado.

Uma peça que se nos afigura como da maior importância é uma arquitrave epigrafada em granito, com cerca de três metros de comprimento, encontrada no largo da Lameira, em 1652, e da qual Mário Cardozo (1985, 64) faz a seguinte leitura: “*Dedicavit T. Flavius Archelaus Clavdianvs Legatus Avgvsti*”. Trata-se de uma dedicatória que deveria estar integrada em parte proeminente de uma estrutura arquitectónica importante, até pelo facto de ter sido dedicada por *T Flavius Archelaus Clavdianus*, legado imperial, provavelmente em celebração da sua passagem por Vizela, no século III dC.

A finalizar o conjunto de epígrafes providas da área urbana de Vizela, temos uma lápide de carácter funerário, com a epígrafe infelizmente truncada pela erosão, que

¹ - Damas (1970, 28) refere este achado como provindo do Banho do Mourisco, na margem esquerda do Vizela.

foi encontrada reutilizada na Casa de Sobrado, nas imediações da igreja de S. Miguel, (Cardozo 1985, 88), à qual se poderá juntar uma outra referida por Sarmiento (1884, 163) como proveniente da Casa do Aidro, e entretanto desaparecida.

Existem outras epígrafes de carácter cultural e votivo, mas estas provindas das redondezas, como seja a Ara dedicada a Júpiter, encontrada em 1886 nas imediações da igreja de S. Faustino de Vizela (Cardozo 1985, 51; Le Roux 1979, 57), e ainda a Ara anepígrafa proveniente do lugar de Rielho, Santa Eulália das Barrosas (Cardozo 1975, 60). Na igreja de Sto. Adrião de Vizela foi registada uma ara (Sarmiento 1884, 175-6) dedicada aos MANES, os deuses protectores da família. No seu conjunto, estas peças documentam o dinamismo religioso, e também económico, que os habitantes de *Oculis Calidarium* possuíam nos séculos I-III dC, denunciando também que esta área urbana -independentemente do seu estatuto jurídico- era um lugar central em redor do qual gravitavam romanos e indígenas romanizados.

Apesar de a maioria dos achados de época romana se localizar nas zonas termais, existem registos antigos que evidenciam a ocupação de época romana ao longo da encosta que parte da Lameira na direcção da igreja de S. Miguel. Segundo Martins Sarmiento (1884, 162), o qual cita observações de Mascarenhas Neto, terão sido encontrados “*alicerces de construções e sepulturas em pedra com fundo de tijolo*”, nas imediações da igreja de S. Miguel. Se a referência aos alicerces é manifestamente indigniástica, as características das sepulturas apontam para uma tipologia que irá desde o mundo romano provincial até à Idade Média. Além destas, são ainda referenciadas por Sarmiento outras peças encontradas ao longo dos tempos nas imediações, e em particular junto da Casa da Deveza, Campo do Pombal e Casa do Aidro (Sarmiento 1884, 162), tais como pedras aparelhadas, cerâmicas, telhas, capitéis e moedas romanas.

Sumariando este conjunto de referências antigas, temos um núcleo de vestígios arqueológicos de carácter termal situados entre o lado norte do largo da Lameira (Figura 6) e a margem do rio Vizela, os quais acompanham os diversos afloramentos termais espalhados por esta área, a juntar a vestígios de habitações e de enterramentos funerários ao longo da encosta na direcção da igreja de S. Miguel.

Em época recente, e mormente a partir da década de 90, condicionalismos legais sobre a protecção do património arqueológico permitiram o acompanhamento de algumas obras sobre as quais recaíam estas imposições. O facto de a igreja de S. Miguel se encontrar classificada, e portanto com uma área de protecção de cinquenta metros em seu redor, obrigou à intervenção arqueológica nas obras que lá se foram realizando ao longo destas duas décadas, tendo sido, neste âmbito, detectado um conjunto de vestígios que se adicionam ao acervo de informação acima referida.

Em 1998 foram detectadas no lugar da Fonte, no extremo poente de uma leira agrícola situada a nascente da igreja, diversas sepulturas de formato antropomórfico, estruturadas com pedras reutilizadas de diversos tamanhos e configurações. Apesar de a maioria integrar pedras de aparelho fruste, reaproveitadas de muros, algumas com perpianho bem lavrado, de dimensões consideráveis, e com reutilização de materiais romanos, como fragmentos de cornija e fuste de coluna (Figura 14). Anexo às sepulturas, detectou-se o alicerce de um edifício de formato sub-rectangular, alinhado a nascente-poente. Não sabemos se seria um edifício de carácter religioso, ou se um

edifício anterior que os enterramentos perturbaram. Os materiais exumados são escassos fragmentos de cerâmicas comuns domésticas de fabrico grisoso, um fragmento de vidro e materiais de construção, mormente fragmentos de *tégula e imbrex*, tubagens em cerâmica e tijolos, apontando para uma cronologia balizada entre o século V e IX/X. Salientamos o carácter superficial desta avaliação pois, após a detecção e delimitação dos vestígios, os trabalhos foram suspensos, as estruturas soterradas de novo, e o projecto re-implantado no extremo oposto da parcela agrícola, onde não se verificou ocupação antiga.

Na Quinta da Devesa, defronte da parcela acima referida, foram exumados em 1999 materiais de época romana, mormente cerâmicas comuns com cronologias entre os finais do século I e o século II dC, junto com diversos fragmentos de mós circulares e *tégula e imbrex*. Um corte do lado poente apresentava uma sucessão estratigráfica indiciadora de ocupação de época romana, apesar de o alicerce do único muro detectado apresentar tipologia de construção bastante mais tardia. Ficou a impressão de este espaço ter sido objecto de profundos remeximentos no passado, no decurso dos quais terá sido exumada a peça referida por Francisco Martins Sarmento (1884, 162) como sendo proveniente deste topónimo.

No ano de 2000 foram efectuadas sondagens de avaliação defronte da igreja de S. Miguel, no lugar da Ramada, no decurso das quais foi exumado um conjunto de muros que ocupavam todo o espaço da parcela agrícola. Trata-se de muros em aparelho poliédrico (Figuras 15 e 16) de tendência horizontalizante, de dupla face, com pedras de travamento transversal, seguindo uma técnica construtiva romana que nos é familiar em contextos do século I ao IV dC nesta região, com paralelos no Freixo, Alvarelhos e Mozinho. Os vestígios encontravam-se a uma profundidade considerável, recobertos com uma camada espessa de terra arável, e limpa de materiais. A intervenção teve um carácter de avaliação, por pequenas sondagens e valas, o que forneceu uma visão parcial das estruturas. Em todo o caso, temos a impressão de não ter sido atingido nenhum contexto de ocupação ou de interior de habitação, a julgar pela inexistência dos vestígios cerâmicos domésticos, facto que nos limita na caracterização e datação destas estruturas. De resto, a estratigrafia é muito simples, pois apresenta-nos apenas um estrato de construção e ocupação debaixo do nível de derrube. Em alguns pontos detectaram-se densos nódulos de *tégula e imbrex*, este último em larga maioria, e também se exumou a peça jazente de uma mó circular. Sendo escassos os dados disponíveis para uma caracterização cronológica, não podemos deixar de considerar a abundância do *imbrex* comparativamente com a *tegulae* como uma sugestão -ainda que discutível- de se poder enquadrar este conjunto já em época baixo-imperial ou mesmo suévico-visigótica.

No ano de 2001 no lugar da Ramadinha, a algumas dezenas de metros a poente daquele local, foi realizado o acompanhamento de uma obra de remodelação urbanística, que permitiu detectar o alicerce já bastante remexido de um muro de época baixo-imperial, no extremo nascente do terreno. Do lado oposto do terreno, a abertura de um caminho de acesso à casa descobriu a esquina de uma tegula em posição vertical que, após limpeza cuidada, revelou ser uma pequena sepultura estruturada em *tegulae* (Figura 11) dispostas na vertical, formando uma caixa de planta sub-rectangular, a qual se encontrava adossada a outras duas (Figura 12), numa interessante associação.

Temos, assim, uma sepultura central, alinhada a nascente-poente, estruturada com pedras reutilizadas, de muros, lajeados e cunhais, e à qual faltava a tampa. Do seu lado norte está adossada uma outra, esta ainda intacta e com tampa composta por duas peças arredondadas de pedra fruste, que não foi escavada. Crê-se que a orientação das sepulturas poderá dever-se a uma tentativa de aproximação à regulamentação canónica (W – E), ainda que o desvio na orientação seja nítido. Os materiais exumados nesta zona apresentam grande diversidade, desde cerâmicas comuns romanas alaranjadas e grisosas, até um pequeno fragmento de *sigillata*, vidros e restos de pregos em ferro, bem como plástico e faiança, o que sugere tratar-se de contextos de perturbação continuada, que pouco nos ajudam a datar estas sepulturas. Tentando conciliar a utilização de *tegulae* na construção da primeira sepultura e a cronologia das restantes, estruturadas com pedras, propomos uma datação dos séculos VII-IX para estas sepulturas.

Algumas dezenas de metros a sul deste conjunto, numa pequena parcela do lado direito da estrada de acesso à igreja de S. Miguel, foram em 2001 abertos caboucos para a construção de uma moradia, tendo um destes caboucos cortado o topo de um muro e uma sepultura. Efectuada a limpeza manual, detectou-se o alicerce de um muro em pedra aparelhada, de dupla face, e construção pouco cuidada, aparentando reutilização de materiais de outras estruturas. Esta estrutura, que apresenta uma espessura média de 70 centímetros, alinha sensivelmente na direcção Nordeste-Sudoeste. Este muro foi cerceado pela implantação da sepultura, que lhe é posterior. Da sepultura só sobreviveu a metade anterior. A tampa seria formada por duas peças, sendo a caixa da sepultura definida por um conjunto de pedras bem aparelhadas (Figura 13) —algumas até revelando polimento— sendo os alinhamentos laterais fechados por uma pedra de través no lado anterior. A caixa assenta na alterite granítica, a qual foi escavada na medida do necessário para o assentamento das pedras. Daí que se notem algumas diferenças de nível no interior da sepultura, sendo a mais visível a da pedra de fecho dos pés. O interior da sepultura não revelou qualquer mobiliário, apenas alguns fragmentos de cerâmicas diversas, maioritariamente produções romanas regionais do século IV. Dos esqueletos apenas temos vestígios, sob a forma de algumas ténues manchas acastanhadas e de configuração alongada.

Em 2005, e por ocasião da construção de uma creche e anexos funcionais, no espaço do passal a nascente da igreja de S. Miguel, detectou-se um amplo e denso conjunto de sepulturas, um forno e um conjunto de muros (Figura 7). A maioria das sepulturas é composta por pedras reutilizadas de construções romanas, integrando bom perpianho —algum com almofada—, cornijas, fragmentos de colunas e lajes de pavimento. Uma das sepulturas (Figura 10) é integralmente feita em ladrilhos de cerâmica. Posto que a maioria das sepulturas estava intacta, constatou-se que se tratava de sarcófagos nos quais o cadáver era deposto, sem recobrimento com terra. Dos restos inumados nada sobreviveu, exceptuando alguns poucos dentes, o que atribuímos à acentuada acidez do terreno. O único espólio detectado foi um magnífico jarro, com asa grafitada², encontrado numa das sepulturas (Figura 8), depositado junto aos pés do defunto. Sobrepondo-se às sepulturas, temos alicerces de construções que reutilizam

² - Sobre este importante achado nada mais adiantaremos, em virtude de o seu estudo detalhado ser apresentado na tese de doutoramento de Andreia Arezes.

também pedras romanas, e que cremos não serem anteriores à Baixa Idade Média. Do lado nascente do espaço intervencionado, exumou-se uma estrutura com configuração circular (Figura 9) e cerca de um metro de diâmetro. Apesar de apresentar manifestas semelhanças com fornos cerâmicos encontrados em castros romanizados, estranha não terem sido encontrados nem carvões nem qualquer tipo de material que proporcionasse a compreensão do conjunto, cuja interpretação fica em aberto.

No decurso da obra de arranjo urbanístico da Praça da República, em 1996, a qual acompanhamos por solicitação da Câmara de Guimarães, foram descobertos alguns vestígios arquitectónicos romanos. Os achados de maior relevo situam-se do lado norte desta praça, onde foram exumadas algumas estruturas balneares, nomeadamente o *praefurnium* e *caldarium*, bem como vestígios de pavimentos com mosaicos e uma complexa rede de condutas e esgotos. Tratando-se de um acompanhamento arqueológico de uma obra com um ritmo bastante acelerado, concentrámo-nos em limpar e registar o máximo possível de evidências e estruturas que os trabalhos foram pondo a descoberto. Constatou-se a existência de um espaço que identificámos como *praefurnium*, com as padieiras de entrada bastante calcinadas pelo fogo (Figura 19), sendo ainda visíveis no seu interior escassos vestígios dos colunelos em ladrilhos e um cuidado revestimento com argamassa, já muito degradado (Figura 17), que revelava indícios de ter sido objecto de reparações. Adjacente a esta entrada, parece-nos ver uma outra (Figura 18), que poderá indiciar um conjunto de piscinas neste local. Adjacente ao *praefurnium* temos uma piscina, já muito degradada por sucessivas escavações (Figura 19), dentro da qual existe um poço de captação de água para as termas modernas, a qual cortou o lado sul da piscina. Do lado norte, e assente em *opus signinum*, temos restos de pavimento em mosaico (Figura 20), cujas tesselas se encontram bastante degradadas pela corrosão ambiental de água e solo. Trata-se de uma composição de quadrados e saústicas em linhas negras sobre fundo branco.

As construções apresentam um aparelho uniforme em *opus incertum*, por vezes reticulado (Adam 1995, 139-43), semelhante ao que temos visto utilizado em Bracara Augusta em estruturas romanas datáveis do século I dC.

Apesar de não ter sido feita qualquer escavação programada, mas apenas acompanhada a evolução da abertura das valas, foi possível estabelecer que as estruturas termais se circunscrevem ao extremo norte da praça, podendo estender-se por debaixo da linha do casario que a delimita por este lado. No espaço que medeia a linha das estruturas exumadas e a embocadura da Avenida Abade de Tagilde, onde se escavou, foi realizada uma prospecção geofísica³, por meio de radar do solo, a qual não denunciou a existência de irregularidades diagnósticas da existência de estruturas. De resto, todo o espaço entre o início desta avenida e o extremo sul da praça se revelou isento de estruturas e vestígios. Por esta razão se nos afigura exagerada a sugestão, veiculada até à data (Frade 1993, 881), da existência de grande número de ruínas de tanques, apesar de desconhecermos o que possa existir junto às margens do rio Vizela, onde as referências bibliográficas antigas posicionam alguns vestígios. Poderá, talvez, concentrar-se aqui um núcleo significativo de estruturas termais.

³ - Este estudo foi realizado pelo Prof. Doutor Fernando Almeida, da Universidade de Aveiro, a quem muito agradecemos a colaboração.

Considerando o conjunto de achados detectados em redor da igreja de S. Miguel, não podemos deixar de sentir algum desconforto ao pensar em todo o manancial de vestígios arqueológicos que estão situados fora da área de protecção deste imóvel e têm vindo a ser destruídos pela urbanização, sem qualquer registo arqueológico, pois os dados disponíveis apontam para uma ocupação que se estenderá pela encosta entre a igreja de S. Miguel e o extremo norte da Praça da República. Neste espaço se situa o actual complexo denominado “Fórum Vizela”, cuja construção terá afectado uma ampla área de vestígios habitacionais de época romana.

Considerações finais

É possível que as qualidades termais de Vizela fossem reconhecidas já pelos habitantes dos castros localizados nos cabeços próximos, mormente por se tratar de águas que brotam a uma temperatura considerável. Tem sido sugerido que a utilização das suas águas pelos romanos, remontará aos inícios do século primeiro antes de Cristo (Costa 1949, 852). Esta hipótese é plausível, se bem que os indícios de que dispomos sobre a romanização do local não apontem para tal antiguidade.

As evidências arqueológicas de que dispomos sugerem que Vizela teve ocupação continuada desde o século I dC até ao presente. Primeiramente assente numa estrutura urbana romana cuja configuração jurídica desconhecemos, pesem os fortes argumentos de ter sido capital de *civitas* (Alarcão 1995-96, 27) mas à qual não seria estranho o termalismo como elemento catalisador da fixação. Os dados disponíveis de momento, indicam que a mancha de ocupação em época romana se circunscreverá ao espaço entre o complexo termal, no extremo Norte da Praça da República, e a igreja de S. Miguel. Neste espaço se posicionam a maioria dos achados dispersos antigos bem assim como as evidências obtidas em trabalhos mais recentes. Ora, mesmo tendo em mente que no mundo romano o estatuto jurídico/administrativo de um aglomerado nem sempre seria consentâneo com o seu tamanho e complexidade, pensamos não dispor ainda de dados para definir com clareza o estatuto deste povoado no quadro dos aglomerados secundários de época romana (Alarcão 1998; Pérez Losada 1998, 166-7, 171-2; e 2002).

Com a dissolução da estrutura administrativa romana, Vizela parece ter mantido um número de habitantes considerável, e solidamente cristianizado, que justificaria o seu arrolamento no conjunto das paróquias de época suevico/visigótica. Naturalmente que terá mantido esta estrutura durante a reconquista (Costa 1981), época na qual se terá multiplicado as paróquias, como símbolos identitários e de fixação de uma população que mais se terá disperso na paisagem por influxo dos presores, meteorizando-se por esta altura os núcleos paroquiais.

O conjunto epigráfico proveniente deste espaço atesta a importância da água termal como catalizador da ocupação e fruição do local, aqui indiciada pela presença das divindades aquáticas. Desconhecemos se *Bormanicus*, divindade indígena de raiz céltica, associada às águas curativas, teria sido o patrono, ou divindade tutelar, das termas de *Oculus Calidarium* (Vasconcellos 1913, 275), ou então apenas deus da particular devoção de alguns habitantes, ou frequentadores das termas, com poder económico substancial. O facto de as únicas referências a *Bormanicus* conhecidas no país serem provenientes de Vizela, parece indicar a importação do culto desta divindade,

talvez mais do que a ténue aceitação pelos romanos de uma divindade local, isto é, já integrada no panteão indígena anteriormente à conquista. Outras divindades aquáticas, as ninfas, são referidas em epígrafes situadas nas proximidades (Cardozo 1926, 67), em Guimarães e Tagilde, facto que reforça a sugestão que *Oculus* seria um núcleo fortemente agregado ao culto de divindades aquáticas. Deste conjunto epigráfico também tiramos uma outra importante lição, a partir da raríssima evocação dos transeuntes para protecção da epígrafe contra as malfeitorias das crianças. Podemos, assim, inferir que estas lápides estariam colocadas em lugar público, talvez uma praça ou rua, pois não queríamos nesta fase dos conhecimentos aventar a existência de estruturas urbanas mais complexas em Vizela, como um *forum*. As devoções particulares a divindades de uns, que outros podem ignorar completamente, multiplicam-se no âmbito do amplo politeísmo romano do período imperial. Quanto às crianças, e finalmente, constata-se por esta epígrafe que cerca de vinte séculos pouco mudaram da sua propensão para irreverências e malfeitorias.

A dedicatória de *T Flavius Archelaus Claudianus* é também um documento da maior importância para o entendimento da Vizela antiga, por se tratar de um documento de carácter eminentemente político, à semelhança do que ainda hoje se faz por ocasião das inaugurações e das visitas de estado. A passagem deste legado imperial por aqui parece reflectir algum prestígio e estatuto deste núcleo urbano, sendo, portanto, merecedor de uma evocação no que, presumimos, seria a sua estrutura urbana mais significativa: as termas. A ter sido assim, impõe-se-nos a possibilidade de *Oculus Calidarium* não ser um núcleo habitado com a estrutura urbana tradicional do mundo provincial romano, mas sim uma estância termal, apenas com as estruturas necessárias ao seu funcionamento, e até mesmo uma ocupação eventualmente marcada por alguma sazonalidade. Estas são dúvidas que só a futura investigação arqueológica poderá clarificar, se o terreno nos for propício.

Quanto à contextualização dos enterramentos detectados, e tendo em mente a sistemática falta de espólio nas sepulturas, cremos que tal se possa explicar no quadro do articulado no cânone LXVIII do II Concílio de Braga, de 572, que interditava o banquete ritual e a deposição de géneros alimentares nas sepulturas, mesmo que essas libações se destinassem a Deus (Gomes 2002, 376). Será só na sequência da unificação religiosa, resultado de decreto emanado do II Concílio de Toledo, de 589, que nos cemitérios hispano-visigóticos, onde figuravam muitas câmaras de inumação sem qualquer mobiliário fúnebre, se começa a verificar o reaparecimento tímido de enterramentos acompanhados de espólio. Este seria limitado, podendo reduzir-se a uma única vasilha cerâmica, ou a um placa de cinturão. No primeiro caso, o da vasilha, iria ao encontro da tradição hispano-romana, enquanto no segundo, referente à placa de cinturão, se liga à mentalidade e aos costumes especificamente visigóticos (Alvarez- Rodríguez 1995, 301). A ausência de materiais, e em particular elementos de vestuário, indicia que o enterramento era feito com mortalha. Por seu lado, as sepulturas, e apesar da grande diversidade de soluções decorrente da reutilização das pedras que as constituem, apresentam todas uniformidade dentro da tipologia em “sarcófago”. Designamos como sepultamento em sarcófago a inumação na qual o corpo era depositado na sepultura, não sendo recoberto por terra. O sepulcro era coberto com uma tampa cuja função era selar a sepultura. Nos casos nos quais a cobertura é

feita com lajes que cobrem apenas parte da sepultura, nota-se o cuidado de colmatar os espaços entre as lajes, com pequenas pedras. A quase totalidade das sepulturas escavadas em torno da igreja de S. Miguel apresenta a tipologia em sarcófago, não se nos afigurando, pela sua vulgarização, que este modelo denuncie diferenciações sociais (Torres – Macias 1996, 29). Em alguns dos exemplos escavados junto à igreja de S. Miguel, chamou a atenção o espaço útil das sepulturas, que excedia os dois metros de comprimento. Esperemos que futuros dados osteológicos nos permitam verificar se estas dimensões são meramente simbólicas, ou se destinariam a alojar indivíduos de grande estatura, eventualmente afiliados a um fundo étnico germânico.

Por último, evoquemos uma particularidade das necrópoles da época visigótica que coincide com o verificado na ampla necrópole de S. Miguel. Na generalidade dos casos, o túmulo é anónimo, sem epítáfios, pois a função deste seria a perpetuação do nome, exaltando a individualidade e personalidade do defunto. Como tal, apesar da existência de algumas excepções como os casos de Mértola e Silveirona, que forneceram epígrafes em quantidade, parece também existir, neste domínio, uma oposição entre as práticas vigentes em necrópoles de origem germânica e as que vigoravam, por sistema, nas de tradição romana. Neste sentido, detectamos na configuração dos sepultamentos existentes na envolvente da igreja de S. Miguel elementos consonantes com a “... *despersonalização do cemitério hispano-visigótico...*” (Barroca 1987, 82), que representa um novo modo de perspectivar o morto e de lhe prestar culto.

Neste vasto espaço funerário, onde presumimos existirem vestígios de estruturas religiosas, no lugar da Fonte, pode indiciar-se a feliz, mas rara, ocorrência de se poder localizar com precisão o local central de uma referência histórica: a paróquia suévico-visigótica de *Oculus Calidarium* (Alarcão 2000, 34). Os vestígios que aqui surjam serão de inquestionável importância para o entendimento da evolução das casas e do urbanismo do Baixo Império para a Idade Média nesta região, bem assim como dos modelos de reorganização da sociedade na antiguidade tardia.

Bibliografia

Acuña

1974a: Acuña Castroviejo, F. - Consideraciones sobre los mosaicos portugueses del convento bracarense. *III Congreso Nacional de Arqueología*, Porto (1974).

1974b: - Mosaicos Romanos de Hispania Citerior. III Conventus Bracarenensis. *Studia Archaeologica* 31, Valladolid.

Adam

1995: Adam, J.-P. - *La Construction Romaine*. Paris, Grands Manuels Picard, Picard (3ª ed., 1ª ed. 1984).

Alarcão

1983: Alarcão, Jorge de - *Portugal Romano*. Lisboa (3ª ed.; 1ª ed. 1973).

1988: Alarcão, J. - *Roman Portugal*. (3 vols.) Harris & Philips, Warminster.

1995-96: Alarcão, Jorge de - As *civitates* do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia* 12-13 (SII), Braga, 25-30.

1998: Alarcão, Jorge de - Três níveis de aglomerados populacionais romanos. *O Arqueólogo Português* 16 (4ª s), Lisboa, 175-86

2000: Alarcão, Jorge de - As paróquias suélicas do território actualmente português. In *Religión, Lengua y Cultura prerromanas de Hispania*. Ediciones Universidad Salamanca, Salamanca, 30-59

Alvarez-Rodríguez

1995: Alvarez, J.A. Abásolo; Rodríguez-Aragón, F.P. - Arqueología Funeraria en Hispania durante el Bajo Imperio y la Época Visigoda. *Arqueología da Morte. Arqueología da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medievo*. Xinzo de Limia, 291-306

Azevedo

1897: Azevedo, P.A. - Noticias archeologicas colhidas em documentos do seculo XVIII. 1 Ruínas das caldas de Vizella. *O Archeólogo Português* 3 (1ª S), 214-17, 247-52.

Barroca

1987: Barroca, Mário Jorge - *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. Porto, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.

Bouet

1999: Bouet, Alain - *Les matériaux de construction en terre cuite dans les thermes de la Gaule Narbonnaise*. Bordeaux, Ausonius Publications, Scripta Antiqua.

Caldas

1852: Caldas, J.J. da S. Pereira - *Noticia archeologica das Caldas de Visella*. Guimarães.

Cardozo

1926: Cardozo, M. - Consagrado às ninfas. *Revista de Guimarães* 36 (1-2) Guimarães, 64-9.

1985: Cardozo, M. - *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento*. Guimarães (3ª ed.).

Chaves

1936: Chaves, L. - Mosaicos lusitano-romanos em Portugal. *Revista Archeológica* III.

Costa

1949: Costa, A. - *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Porto, 12 Vols.

Costa

1981: Costa, A.J. - *Povoamento e colonização de território vimaranense nos séculos IX a XI*. Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 135-96.

Damas

1970: Damas, Júlio - *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo. Ensaio Monográfico*. Vizela.

Encarnação

1975: Encarnação, J D' - *Divindades indígenas sob domínio romano em Portugal*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

Frade

1993: Frade, Maria Helena Simões - As termas medicinais da época romana em Portugal. *Actas do II Congresso Peninsular de Historia Antiga*, Coimbra, 873-900.

Gomes

2002: Gomes, Mário Varela - A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves).

Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 5, n.º 2, 339-391

Guimarães

1903:Guimarães, J.G.O. - Mosaicos Romanos de Portugal. 2 Mosaicos de Vizela.

O Archeólogo Português VIII, 243-6

Le Roux

1979:Nouveau temoignage du culte de Jupiter dans le conventus bracarus. *Minia* 2^{as}. n.º2, 57-61.

Leal - Ferreira

1873-90:Leal, A.P.; Ferreira, A. - *Portugal antigo e moderno*. Lisboa

Mascarenhas Neto

1792:Mascarenhas Neto, José Diogo - Memórias sobre antiguidades das Caldas de Vizella. Lisboa, Memórias de Litteratura da Academia Real das Ciências 3, 93-110.

Mattoso

1996:Mattoso Mattoso Mattoso, J. - Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI). in Mattoso, J. (Editor), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Edições Sá da Costa, Lisboa, 55-74

Pérez Losada

1998:Pérez Losada, Fermín - Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. *O Archeólogo Português* 16 (4^a s), Lisboa, 157-74

2002:Pérez Losada, Fermín - *Entre a Cidade e a Aldea. Estudo arqueohistórico dos "aglomerados secundários" romanos en Galicia*. Brigantium 13, A Coruña

Pinto

1934:Pinto, R.S. - Inventario dos mosaicos romanos em Portugal. *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*, vol. 1, Madrid, 161-79.

Sarmento

1884:Sarmento, F.M. - Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães* 1, 161-89.

Torres - Macias

1996:Torres, Claudio; Macias, Santiago - Rituais funerarios paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola. In Mattoso, J. (Editor), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Edições Sá da Costa, Lisboa, 11-44

Tranoy

1981:Tranoy, A. - *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris, Publications du Centre Pierre Paris 7.

Vasconcellos

1913:Vasconcellos, J.L. - *Religiões da Lusitania*. (1897 vol. 1, 1905 vol. 2, 1913 vol. 3), Lisboa.

1996:Vasconcellos, J.L. - *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal*. Lisboa, Portugal de Perto, Publicações D. Quixote

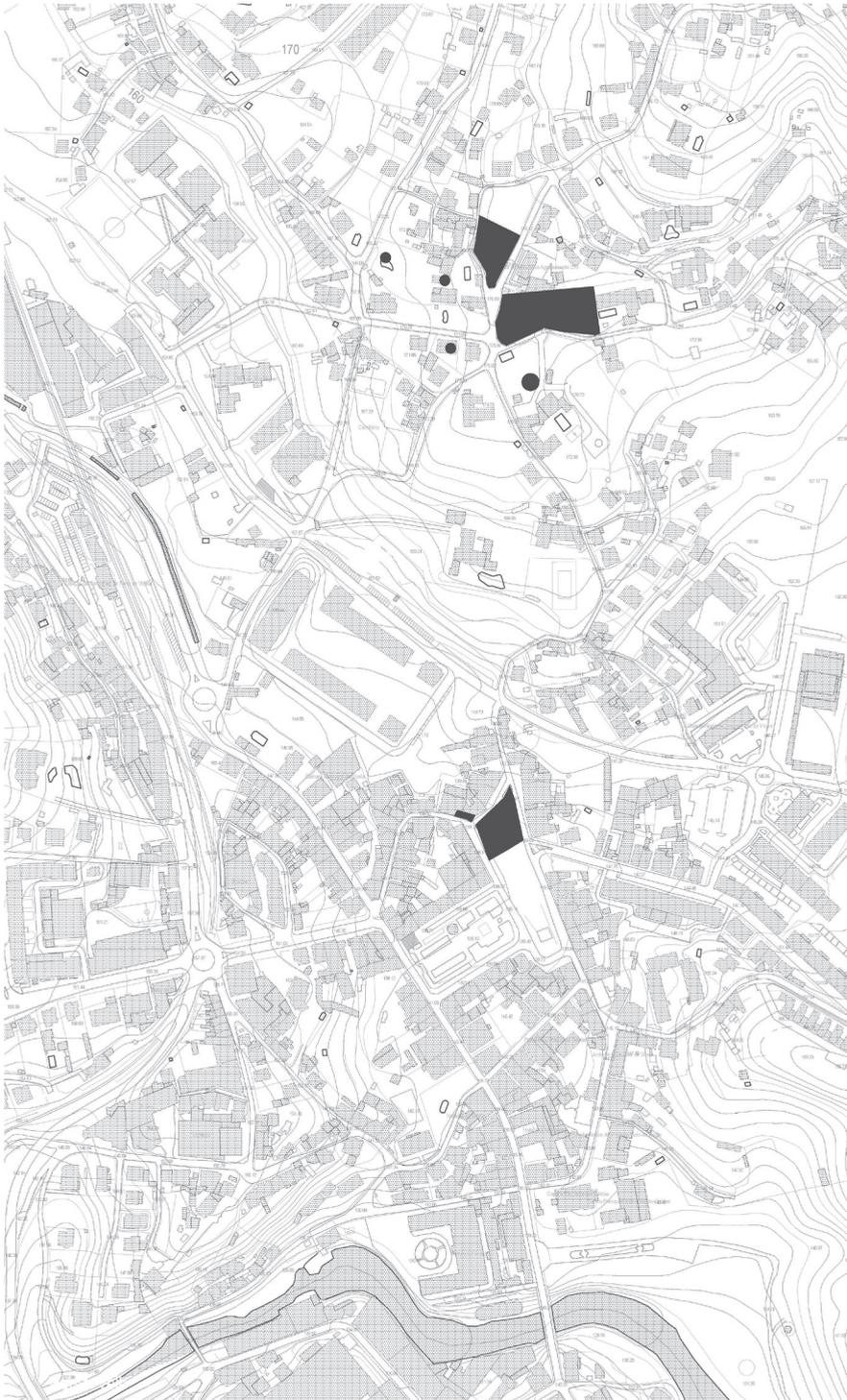


Fig. 1 – Planta da área urbana de Vizela, localizando os achados recentes de época romana e alti-medieval.



Fig. 2 – Organização decorativa do mosaico romano encontrado nas termas.
 Rearranjo da ilustração existente na Sociedade Martins Sarmento.

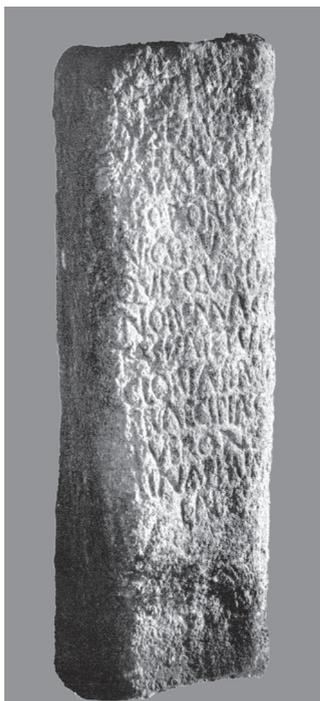
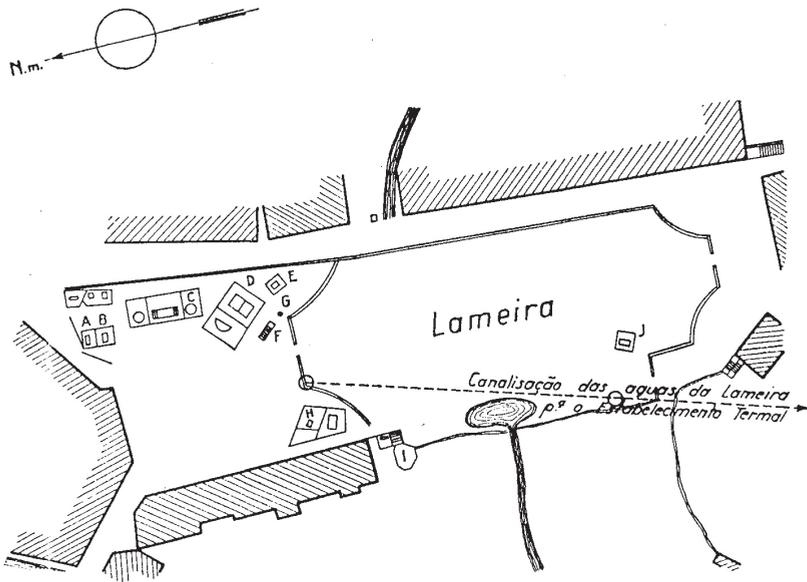
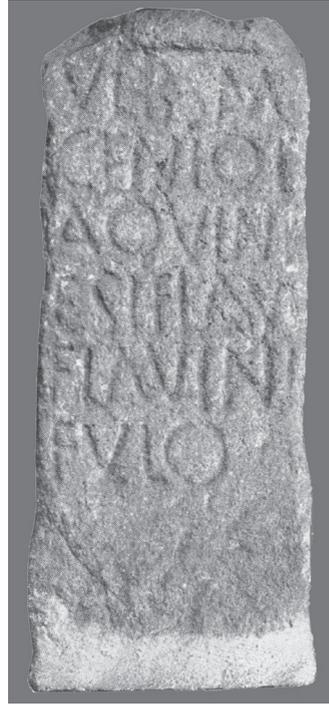


Fig. 3 – Epígrafe dedicada ao deus Bormânico encontrada na Lameira, depositada no Museu da Sociedade Martins Sarmento.



Fig. 4 – Epígrafe dedicada ao deus Bormânico encontrada em 1841, no Banho do Médico, depositada no Museu da Sociedade Martins Sarmento.

Fig. 5 – Epígrafe dedicada ao Génio Laquiniense, proveniente do lugar do Aidro da freguesia de S. Miguel, e depositada no Museu da Sociedade Martins Sarmento.



A - Quatro Cabeças; B - Contraforte; C - Romano; D - Grande; E - Humanidade; F - Tanque das pipas;
G; Nascente Ferreira Caldas; H - Bomba Forte; I - Bica da Lameira; j - Banho da lameira.

Cópia de planta das Termas da Lameira, com indicação de alguns dos vestígios antigos.
(Publicada em *Águas de Portugal* em 1939, datada de 22-3-1887, da autoria de Cesário Augusto Pinto,
possivelmente baseada na planta de Alberto Pedro da Silva, de 7-4-1885)

Fig. 6 – Planta dos banhos antigos da Lameira, com indicação dos vestígios romanos, publicada em 1939.



Fig. 7 – Lugar da Fonte.
Vista geral da necrópole no local da construção da creche, após concluída a escavação.



Fig. 8 – Idem.
Pormenor da sepultura onde apareceu um jarro, após o levantamento da tampa.



Fig. 9 – Idem.
Vista geral do possível forno cerâmico, após conclusão da escavação.



Fig. 10 – Idem. Vista da sepultura que forneceu o jarro, anexa à sepultura estruturada com ladrilho romano, após a conclusão da escavação.



Fig. 11 – Lugar da Ramadinha.
Pequena sepultura estruturada com *tegulae*.



Fig. 12 – Idem.
Vista geral do conjunto das três sepulturas adossadas, das quais só uma estava intacta.



Fig. 13 – Parcela sul do lugar da Ramadinha.
Pormenor do muro interrompido pela sepultura.



Fig. 14 – Lugar da Fonte.
Aspecto de uma sepultura em sarcófago, com 2 metros de comprimento no interior, que reutiliza materiais de construção romanos.



Fig. 15 – Lugar da Ramada.
Vista geral de dois muros, de diferentes fases de construção, com alinhamento quase coincidente.

Fig. 16 – Idem.
Pormenor do cunhal de um muro, o qual se sobrepõe ao alicerce de um outro, mais antigo.



Fig. 17 – Termas da Praça da República.
Pormenor do interior do *praefurnium*, junto à entrada.



Fig. 18 – Idem.
Estrutura adjacente à entrada do *praefurnium*, sugerindo um outro tanque.





Fig. 19 – Idem. Vista geral do tanque notando-se o estado de degradação avançado, fruto de sucessivos rearranjos das captações de água termal, um dos quais é visível ao centro.



Fig. 20 – Idem. Pormenor do fragmento melhor conservado do mosaico junto ao tanque termal.

O Castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões

Manuel Luís REAL
CITCEM

Resumo

O castro da Senhora da Guia, em Baiões, é uma das estações arqueológicas da Idade do Bronze mais importantes, em território português. Na alta Idade Média ter-se-á refugiado na sua proximidade o príncipe asturiano Bermudo Ordonhes, na sequência da revolta contra o seu irmão, o rei Afonso Magno. O contexto histórico, conjugado com alguns dados arqueológicos e a análise do território, à época, fazem crer que o castro da Senhora da Guia tenha sido reutilizado com atalaia ou castelo, nos sécs. IX-X, senão já anteriormente.

Palavras chave: Senhora da Guia, Baiões, Viseu, Terra de Lafões, Bermudo Ordonhes, Afonso Magno, Senhorialização, Pré-românico.

Summary

The Castro da Senhora da Guia, in Baiões, is an important archaeological settlement of the Bronze Age, in Portugal. In the High Middle Ages, the asturian prince Bermudo Ordonhes possibly took refuge in its proximity, after a rebelling against its brother, the king Afonso Magno. According to the historical context, conjugated with some archaeological data and the territorial analysis, at this time, we believe that Castro da Senhora da Guia has been reused like watchtower or castle, in the IX-X centuries, if not previously.

Key words: Senhora da Guia, Baiões, Viseu, Lafões Territory, Bermudo Ordonhes, Afonso Magno, Landlordship, Pre-Romanesque

No princípio do séc. XVII, Frei Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*, refere-se ao monte da Senhora da Guia (Fig. 1), na freguesia de Baiões - S. Pedro do Sul, nos seguintes termos: “No tempo em que os Mouros presistiam por aquellas terras, he tradição constante, que *havia naquelle monte huma fortaleza, ou atalaya*, que era o seu receptaculo, & a ladroeyra de donde sahião a roubar, & a infestar os Cristãos”.

Estes, na sequência das dificuldades sofridas, costumavam invocar o apoio de Nossa Senhora e “lhe prometterão, & fizerão voto de lhe edificar naquele mesmo monte, & fortaleza ou atalaya, huma *Ermida*, &... a Senhora ouvindo as suas rogativas, os guiãra & favorecêra, de sorte, que totalmente destruirão os Mouros”. E em acção de graças e cumprimento do seu voto, depois de pacificada a sua terra, os Cristãos “*lhe levantarão aquella Casa...*; & porque a Senhora os guiou, & lhes deo vencimento contra seus inimigos, *lhe impuserão o titulo de Guia*”¹.

A mesma tradição, de que este castro “fora antigamente receptaculo de Mouros”, é relatada pelo pároco de Baiões, na Memória Paroquial de 1758, acrescentando que “ajuda a esta credulidade ver-se ainda na raiz do oiteiro vestígios de muro, couza mui tosca e antiga, e outro mais junto à hermidã... mas em cima não há signal algum de castello ou couza semelhante”². Alguns anos antes, no Inquérito Paroquial efectuado entre 1747-1751, mantinha-se a afirmação que ali “houvera huma atalaya dos Mouros, e a provão com as ruínas de hum muro que ainda hoje se vem e esta persuasão os faz entender que os Mouros deixarião naquelle sitio algum thesouro escondido, por cuja causa são muitos os que ali vão cavar junto dos penedos; mas sem effeito”³. É ainda provável que, por esta época, tenha havido movimento de terras no cabeço do morro, dado que a Irmandade de Nossa Senhora da Guia viu os seus estatutos aprovados em 1759⁴, sendo de admitir que a *Ermida do Monte do Castro* – como é aí referida – e respectiva envolvência tenham sofrido algum melhoramento.

O interesse dos arqueólogos por este povoado acentuou-se em 1947, após o aparecimento de dois torques e um bracelete de ouro maciço, na sequência de umas terraplanagens mandadas efectuar pela Junta da Freguesia, em redor do santuário⁵. Em 1971, o castro de Baiões voltou a ser notícia com a descoberta ocasional de alguns machados de talão, típicos da Idade do Bronze durante o alargamento de caminhos. Esta nova revelação terá estimulado Monsenhor Celso Tavares de Silva, dois anos depois, a iniciar escavações no local – onde volta em 1977 – começando-se então a revelar estruturas do primitivo povoado. A riqueza dos achados veio também a suscitar interesse por parte de Philine Kalb⁶, que, em vários estudos, deu destaque internacional ao castro de Baiões. É de salientar a análise de C-14, que então promoveu, a partir de um fragmento de madeira descoberto no interior do alvado de uma ponta de lança. Este forneceu a datação de cerca 700 a. C., com uma margem de erro de, mais ou menos, 130 anos. Confirmava-se, assim, a cronologia sugerida por comparação

¹ SANTA MARIA, Agostinho de, Frei – *Santuário Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores e dos devotos da mesma Senhora*. 2ª ed. . S. I: Alcalá, 2006-2008, T. V, L. II, p. 260-262 e 289-291 (edição facsímile da obra editada em 1716)

² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga: José Viriato Capela, 2010, p. 494.

³ *Idem*, p. 1018

⁴ ALVES, Alexandre – Novas achegas para a história da antiga Diocese de Viseu. *Beira Alta*. 30:1. Viseu (1971) 143-144.

⁵ Um outro torques de ouro viria a aparecer, em 1971, junto ao cemitério da vizinha freguesia de Serrazes.

⁶ Investigadora do Instituto Arqueológico Alemão, a cujas investigações se associou posteriormente Martin Höck.

tipológica de alguns achados anteriores e que, segundo se pensava, apontariam para o enquadramento deste povoado na cultura do chamado Bronze Atlântico.

O castro de Baiões reservaria ainda uma outra surpresa, em 1982, aquando da abertura de um poço artesiano e respectiva vala para encanamento da água. Na ocasião, encontrou-se um valioso depósito de fundidor, do final da Idade do Bronze, ao qual dedicou especial atenção o homenageado, Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, coadjuvado então por Celso Tavares da Silva e António Baptista Lopes. Além da descoberta de vários moldes e de peças sem sinais de uso e com rebarbas, há que salientar a grande variedade tipológica representada. Entre a cerca de meia centena de objectos exumados são de referir utensílios de uso doméstico (machados, foicinhas e taças), armas (pontas de lança e punhal), elementos de adorno (braceletes variados e argolas) e objectos considerados de culto (carros votivos, peças tubulares, uma *furcula*, uma ponteira, etc.). A transcendência desta descoberta levou a uma intervenção de emergência, por parte dos citados arqueólogos, a qual permitiu identificar o sítio do depósito e contextualizar os achados (Fig. 2). O interesse deste conjunto, aliado à reconhecida importância das descobertas precedentes, levariam estes mesmos investigadores a considerar que o castro de Baiões “ocupa já um lugar especial entre as estações castrejas do Noroeste peninsular”⁷. A própria cerâmica de Baiões evidencia características muito específicas, as quais têm chamado a atenção dos estudiosos e permitido conhecer melhor a dinâmica da produção regional, integrando-a em contextos mais alargados, dentro do período em questão. Um dos autores da monografia sobre o depósito de fundidor, António Baptista Lopes, acabaria mais tarde por se dedicar a um estudo de síntese sobre as cerâmicas deste castro, em tese para a obtenção do grau de Mestre, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A bibliografia sobre o Castro da Senhora da Guia é hoje já bastante extensa e, em grande medida, de conteúdos muito especializados.⁸

⁷ SILVA, Armando Coelho Ferreira da; SILVA, Celso Tavares da; LOPES, António Baptista – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna: Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto (1984) 73-109.

⁸ Apresentamos aqui a lista dos trabalhos monográficos mais relevantes:

ARMBRUSTER, B. – A metalurgia da Idade do Bronze Final Atlântico do castro de Nossa Senhora da Guia, de Baiões (S. Pedro do Sul, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. 10-11. Viseu (2002-2003) 145-155

KALB, Philine – Uma data de C14 para o Bronze Atlântico. *Arqueólogo Português*. Série III: 7-9. Lisboa (1974-77) 141-144.

Id. – Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 auf einer Siedlung der atlantischer Bronzezeit in Portugal. *Madrid Mitteilungen*. 19. Madrid (1978) 112-138.

Id. – *Contribución para el estudio del Bronce atlántico: Excavaciones en el castro “Senhora da Guia” de Baiões (Concelho de São Pedro do Sul)*. In Congreso Nacional de Arqueología, 15º (Lugo, 1977) – *Actas*. Zaragoza: 1979, p. 581-591.

Id. – O Bronze atlântico em Portugal. *Revista de Guimarães*. 90. Guimarães (1980) 113-120.

Id. – As xorcas de ouro do Castro Senhora da Guia, Baiões (Concelho de S. Pedro do Sul, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Série IV: 8-10. Lisboa (1990-1992) 259-276 [versão portuguesa do artigo “Die Goldring vom Castro Senhora da Guia, Baiões”, em *Internationale Archäologie*. 1. Berlin (1991) 185-200].

Id. – O povoado da Nossa Senhora da Guia, Baiões; O tesouro de Baiões. In *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos do poder*. Lisboa: Museu Nacional de arqueologia, 1995, p. 68 e 101.

Todavia, ela diz respeito sobretudo ao espólio exumado, havendo poucos elementos publicados sobre as estruturas habitacionais e o sistema defensivo do castro. Também faltam dados seguros do ponto de vista estratigráfico, ausência justificada pela dificuldade de interpretação dos sedimentos – de consistência e coloração bastante homogéneas – pela pouca altura dos mesmos e pelo aparente revolvimento dos solos. No entanto, Philine Kalb chegou a defender uma ocupação relativamente concentrada no tempo, dada a coerência cronológica que encontrava no conjunto do espólio. Este pressuposto não se verificou, mais tarde, embora seja certo que o período nuclear de ocupação do castro é anterior à Idade do Ferro, tendo depois o povoado sofrido um prolongado abandono.

-
- Id.; HÖCK, Martin – Cerâmica da Sra. da Guia, Baiões e peças comparáveis do Sul de Portugal na exposição “Cerâmica de Alpiarça”. Suplemento ao catálogo. In *Cerâmica de Alpiarça*, Viseu, 1985, 3-4.
- LOPES, António Baptista – *A cerâmica do castro da Senhora da Guia (Baiões): Tecnologia e morfotipologia*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1993.
- MEDEROS MARTIN, Alfredo – Metal para los dioses. La sequencia del grupo de Baiões durante el Bronce Final II y el comercio chipriota de hierro hacia Portugal (1200-1050 a. C.). In *Estudios de Prehistoria y Arqueología en Homenaje a Pilar Acosta Martínez*. Sevilla, 2009, p. 279-304.
- PEDRO, Yvone – O castro da Senhora da Guia (S. Pedro do Sul, Viseu). In *Por terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Viseu; Museu Nacional de Arqueologia, 2000, p. 142-135.
- SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos – O grupo Baiões / Santa Luzia: contribuições para uma tipologia da olaria. *Trabalhos em Arqueologia da EAM*. 1. Lisboa: Colibri (1993) 93-123.
- SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos – Between myth and reality: the foundry área of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia metallurgy. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. 6. Lisboa: Colibri (2000) 61-77
- SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos – Produção, ostentação e redistribuição: estrutura social e economia política no grupo Baiões/Santa Luzia.
- SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos – “Um mundo entre mundos”. O grupo Baiões / Santa Luzia, sociedade, metalurgia e relações inter-regionais. *Iberografias*. 6. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos (2010) 13-26.
- SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos *et alii* – Metallurgy and society in “Baiões/Santa Luzia” group: results of the MetaBronze project. In *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa atlântica occidental*. Braga: CITCEM; APEQ, 2011, p. 405-420.
- SCHATTNER, Thomas G. – Sobre los carros com copa de Baiões. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. 37-38. Madrid (2011-2012) 263-295
- SILVA, A. R. P. – Carbonized grains and plant imprints in ceramics from the castrum of Baiões (Beira Alta, Portugal). *Folia Quaternaria*. 47. Krakov: 1976 (sep.).
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da; SILVA, Celso Tavares; LOPES, António Baptista – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984, p. 73-110.
- SILVA, Celso Tavares – Cerâmica típica da Beira Alta. In *Jornadas Arqueológicas: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 3ª* (Lisboa, 1977) – *Actas*. Lisboa: A. A. P., 1978, p. 185-196.
- Id – O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul). *Beira Alta*. 38:3. Viseu (1979) 510-531.
- VALÉRIO, Pedro – *Caracterização química de produções metalúrgicas do castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final)*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de L., 2005
- VALÉRIO, Pedro *et alii* – Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final). *Arqueólogo Português*. Série IV: 24. Lisboa (2006) 283-319.
- Agradecemos a João Inês Vaz a informação sobre algumas das contribuições bibliográficas mais recentes, sobre o castro de Baiões.

Além dos estudos dedicados monograficamente à estação arqueológica de Baiões, muitos outros haveria que citar, de natureza mais abrangente, mas desviar-nos-íamos dos objectivos do presente ensaio, que intenta questionar a possível existência de um horizonte de ocupação alto-medieval, apesar de serem pouco esclarecedores, nesse sentido, os registos até ao momento identificados e publicados. Entre as obras gerais, não podemos, porém, deixar de referir a dissertação de doutoramento do homenageado, sobre a *Cultura castreja do noroeste peninsular*, onde amiúde se fazem referências – prolongadas referências – ao castro de Nossa Senhora da Guia⁹. Basicamente, o autor integra a produção de Baiões naquilo que denomina por Fase I e Fase II, podendo esta última chegar aos sécs. IV-III a. C.. Seguir-se-ia um prolongado hiato de abandono, até possivelmente à época tardo romana, relativamente à qual surgiram escassos materiais, embora suficientes para testemunhar um qualquer tipo de reocupação. Contra o que inicialmente se pensava, vinculando os achados de Baiões essencialmente ao chamado Bronze Atlântico, os materiais da Senhora da Guia mostram já “indicadores de um quadro de presenças e relações de maior complexidade”¹⁰. Esta realidade é igualmente salientada por outros autores, que apontam para a existência, desde cedo, de contactos inseridos num mais vasto horizonte peninsular, através da Meseta ocidental. Na segunda fase, tais relações alargam-se a influências de origem mediterrânica, em simultâneo com correntes post-hallstáticas de origem centro europeia.

A concluir este apontamento inicial, sobre o castro de Baiões e a arqueologia, merecem salientar-se duas outras ocorrências que têm chamado a atenção dos investigadores. Por um lado, a coexistência do fabrico de peças metálicas com o uso de materiais líticos, circunstância que levou erroneamente, em tempos, a pensar-se que haveria um período de ocupação ainda mais antigo. Por outro, o aparecimento daquela que foi, porventura, a primeira presença conhecida de um objecto de ferro em contextos do Bronze Final, no território português e, no caso vertente, representada por uma lâmina de punhal com cabo de bronze.

A Terra de Lafões na alta Idade Média

Como vimos, já em época proto-histórica a região de Viseu ocupava um posição privilegiada nas relações entre o ocidente peninsular e as culturas centro-europeia e mediterrânica. Esta função estratégica ir-se-á reforçar com o Império romano, nomeadamente através da ligação da Bética e da capital da Lusitânia com as regiões mineiras do noroeste. Durante os reinos bárbaros, se bem que várias localidades da Beira interior tenham conhecido cunhagens de moeda, o palco dos acontecimentos políticos, em território português, desloca-se sobretudo para o noroeste e para o litoral. Entretanto, a invasão islâmica fez emergir uma nova entidade político-cultural, o al-Andalus, cujas consequências vão ser determinantes para a transformação das Beiras como terra de fronteira. A região de Viseu vê assim reforçada a sua posição estratégica, mas, devido precisamente à fluidez dessa fronteira, a sua existência passa a estar

⁹ SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.

¹⁰ Idem, p. 118.

recheada de cambiantes, característicos de um território de passagem e exposto a acções de guerra ou guerrilha, mas também enquanto zona propícia a contextos de isolamento e à isenção de soberania estatal. Por outro lado, esta não deixará de aproveitar dos períodos de coexistência pacífica entre os principais contendores e, deliberadamente, permanecerá sempre aberta a contactos informais entre populações vizinhas.

As fontes documentais dão-nos informação de que os árabes, devido em grande medida à desproporção numérica relativamente à população local, preferiram, sempre que possível, pactuar com as populações locais, garantindo-lhes o direito de propriedade e a liberdade de culto, desde que aceitassem determinadas condições, entre as quais a obediência e o pagamento de imposto. Houve cidades que tiveram que ser tomadas pela força, como Sevilha e Beja, mas nas zonas em que a transição foi pacífica, prepararam-se acordos de capitulação que garantiam à população hispânica uma relativa estabilidade. O pacto mais conhecido é o da região de Tudmir (Múrcia), cujas cláusulas chegaram até nós. Mas há notícia da existência de outros acordos, como o da cidade de Lisboa ou os que tiveram lugar nas chamadas “terras altas”, que P. Chalmeta acredita corresponderem a “toda a zona astur-galaica”¹¹. O mesmo autor, entre as áreas geográficas em que houve pactos, considera toda a faixa ocidental desde o rio Sado às rias galegas. A cartografia que apresenta, inclui uma larga banda ao longo da costa portuguesa que, no que corresponde às Beiras, abrange por inteiro a área de Viseu-Lafões. É de referir que, para o século XI, há a notícia de uma investida muçulmana a partir de Sevilha, durante a qual, na região de Lafões, foram encontradas populações cristãs aí estabelecidas desde há longo tempo. Mesmo que se duvide da existência de gentes da tribo Gassânida, de origem síria, a alusão à permanência de uma forte comunidade moçárabe é digna de inteiro crédito¹². Um testemunho da concentração, em Lafões, de um grupo significativo de herdeiros dos subscritores de um “pacto” – ao tempo da campanha vitoriosa de ‘Abd al- ‘Aziz – pode possivelmente identificar-se na toponímia local. Tem havido alguma dificuldade em explicar a presença do onomástico “Sul”, atribuído a duas localidades – a sede concelhia e a povoação de *Sul*, um pouco mais a norte – e ao próprio afluente do rio Vouga, que cruza um vale povoado desde longa data¹³. Em nosso entender, é bem provável que estejamos perante a evocação, na

¹¹ CHALMETA, Pedro – *Invasión e islamización: La sumisión de Hispânia y la formación de al- Andalus*. Madrid: Editorial Mapfre, 1994, p. 215-218.

¹² Cyrille Aillet é de opinião que a referência à algará sobre o presumível grupo cristão, de etnia Gassânida, é uma mistificação inserida numa gesta literária tendente a valorizar a dinastia abádida de Sevilha. Cf. *Les Mozarabes. Christianisme, Islamisation et arabisation en Péninsule Ibérique (IX-XII siècle)*. Madrid: Casa Velázquez, 2010, p. 300. Na realidade, os Gassânidas eram cristãos árabes que migraram no séc. III d. C., do actual Yémen para o sul da Síria. As suas tribos tornaram-se vassalas do Império bizantino, envolvendo-se, depois, na guerra deste último contra o Estado persa. O pequeno reino Gassânida desapareceu em meados do séc. VII, durante a conquista muçulmana da Síria. Este facto fragiliza a ideia de uma migração de membros da tribo para a Península – em pleno domínio visigodo – mas não a possibilidade da invocação mítica de uma derrota do mesmo grupo de cristãos, agora no ocidente peninsular, perante uma dinastia que reivindicava a origem síria dos seus antepassados.

¹³ Jorge Alarcão chegou a levantar a hipótese da estância balnear de S. Pedro do Sul ter possuído, originalmente, o nome de *Aquae Sulis*, à semelhança do que sucedeu em Bath, na Britânia romana, em virtude da designação atribuída a uma divindade ligada à cura com águas termais. Porém, não apareceu até

memória popular, do vocábulo árabe *sulh*, que significa “pacto”¹⁴. O mais natural é que a região se tenha transformado num mosaico social e cultural, onde, a par da população indígena, convivesse gente de outras etnias, nomeadamente berberes, os quais se haviam inicialmente estabelecido mais a norte e recuaram para as Beiras, em grande número, após a rebelião de 741 d. C.. Alguns poderão ter mesmo abraçado a religião cristã, como serão eventualmente os antepassados daquele *Cotama Cotamiz* que, em 933, confirma a doação do rei Ramiro II ao mosteiro de Lorvão. Houve também, sem dúvida, hispano-godos que aderiram ao Islão por influência dos seus novos senhores, por razões de ordem prática ou por mero oportunismo. Eram os chamados *muwalladun* ou muladis. Mas a maioria da população lafonense pode ter-se mantido fiel à religião dos seus antepassados, embora não possamos saber, em concreto, como se deu a sua evolução. O mesmo não se poderá dizer quanto a outros aspectos da vida quotidiana, como a própria língua, onde os vestígios de uma aculturação intensa estão patentes na toponímia e nos nomes dos habitantes, registados em documentos da época.

O vale do Vouga foi recuperado pela monarquia astur-leonesa entre as décadas de 60/70 do séc. IX, na seqüência das presúrias do Porto, Coimbra e Viseu. No entanto, com Almançor (c. 987 d.C.) a região voltou à posse do califado de Córdoba e, pouco depois da morte daquele, passou a depender da taifa de Badajoz. Ao fim deste segundo período de domínio muçulmano – que terá durado pouco mais de 70 anos – a região de Lafões regressou à posse cristã, o mais tardar em 1064 d.C., data da reconquista de Coimbra por Fernando Magno.

A chegada do clã senhorial opositor a Afonso Magno

Corria o ano de 866 quando Afonso III foi coroado rei das Astúrias. Tinha apenas dezoito anos à data da morte de seu pai, Ordonho I, mas já desde 862 acompanhava este no governo da Galiza, da qual se intitulava “rei”, embora subordinado à tutela do progenitor, que reinava em Oviedo. A Galiza foi, desde cedo, um quebra-cabeças para a corte asturiana, devido à resistência de uma classe senhorial radicada na região e que sentia ter interesses a defender. A fórmula encontrada pela realeza astur, com alguma lógica, passava pela nomeação de um governo de proximidade e, em simultâneo, criava condições para que o príncipe escolhido se fosse preparando para, mais tarde, assumir por inteiro as responsabilidades da governação do Reino. Todavia, o princípio da hereditariedade do trono não era regra consensual numa monarquia que tinha, como referente, o direito visigodo. Assim, mal tivera tempo de se instalar em Oviedo,

hoje qualquer epígrafe que o confirmasse e, além disso, o étimo “*Sulis*” choca com a forma como o nome sistematicamente aparece referido na documentação medieval: “*Sur*”.

Sobre a hipótese da ascendência romana do topónimo, vd: ALARCÃO, Jorge – Geografia política e religiosa da civitas de Viseu. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de V., 1989, p. 307; e VAZ, João L. Inês – *A Civitas de Viseu: Espaço e sociedade*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993, vol. 1, p. 200-202

¹⁴ No *LivroPetro* da Sé de Coimbra, entre 1092 e 1108, aparecem vinte e nove documentos com a alusão a “*ribulo sur*”, “*aguas ad Sur*”, etc. E a *villa* de São Pedro (onde no século XI aparece já o mosteiro, mas apenas designado pelo orago da respectiva igreja, sem referência ao topónimo) surge em 1128 com o designativo actual: “*villa Sancti Petri de Sur*”.

já Afonso se via a braços com uma forte rebelião liderada pelo conde de Lugo, Fruela Bermudes, que avançou sobre a capital e se auto proclamou rei, obrigando o herdeiro do trono a refugiar-se no condado de Castela. Aqui, ele recebe pronto auxílio por parte do conde Rodrigo, que, à frente dos seus homens, se dirigiu a Oviedo, prendeu o chefe da revolta e voltou a colocar o Afonso no trono. O reinado deste monarca, que as crónicas – por si patrocinadas – apelidaram de Magno, durou quase 45 anos. Contudo, foi fértil em rebeliões, a maioria delas partindo, ora de nobres radicados na Galiza ou de habitantes da Vascónia, ora dos próprios familiares mais chegados. Não cabe aqui descrevê-las em pormenor, mas gostaríamos de salientar a do conde Hermenegildo Peres, irmão do presor de Portucale, durante a encadeada crise de 885-886, crise esta que contribuiu para reforçar o poder de uma outra linhagem, presumível concorrente, a do conde Hermenegildo Guterres. Por essa altura, o antigo presor de Coimbra, como reconhecimento pelo seu dedicado empenho na defesa do rei Magno, viu-se recompensado por este com a nomeação para o cargo de mordomo da Corte.

Já antes, talvez por volta de 880, os próprios irmãos do monarca tinham maquinado a morte de Afonso. Narra a *Crónica de Sampiro* que Fruela, Bermudo, Nuno e Odoario se rebelaram contra o rei Magno, que os veio a derrotar e, como castigo, lhes aplicou uma das penas mais contundentes, à época, que era a desorbitação dos olhos. É provável que tenha havido uma posterior reconciliação, pelo menos com parte dos irmãos, e não é seguro que a pena da cegueira tenha sido aplicada a todos eles. O mais insubmisso parece ter sido Bermudo, que, anos mais tarde, voltaria a revoltar-se. Sendo obrigado a fugir de Oviedo, refugiou-se em Astorga, onde, ainda segundo Sampiro, impôs a sua “tirania” durante sete anos. O príncipe Bermudo encontrava-se cego, mas estaria acompanhado por um conjunto de fiéis servidores e contava com apoios na vizinha terra de Bierzo, a que se juntaram – conforme é expressamente referido – aliados muçulmanos. Por fim, Afonso Magno consegue dar-lhes luta em campo aberto, nas proximidades de Grajal, derrotando as hostes de Bermudo, que se vê obrigado a fugir para “terra de mouros”. Na sequência desta sua vitória, Afonso III castigou duramente as populações de Astorga e Ventosa.

A sintética notícia transmitida por Sampiro – clérigo nascido em meados do séc. X e próximo do cenário dos acontecimentos que relata – foi aceite pela maioria dos historiadores, mas veio a ser contestada por uns quantos, dos quais se destaca Armando Cotarelo Valledor, o principal biógrafo do rei Afonso Magno¹⁵. Em defesa da veracidade do relato do cronista bergidense salientou-se A. Quintana Prieto¹⁶, que desmonta uma série de incongruências de Cotarelo¹⁷. Além disso, circunscreveu a rebelião de Astorga entre 891-898, aproximadamente, e acrescentou novos dados, como o comportamento do bispo Ranulfo, o possível motivo do atraso da sagração da nova basílica de Santiago

¹⁵ *Historia crítica y documentada de la vida y acciones de Alfonso III el Magno, último rey de Asturias*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1933.

¹⁶ *La “Tiranía” de Bermudo, el Ciego, en Astorga*. Leon, 1967 (sep. de “Archivos Leoneses”, nº 41)

¹⁷ A obra de Cotarelo, apesar da sua utilidade, está eivada de imprecisões quando se refere a membros de linhagens astur-leonesas e a certos acontecimentos ligados ao território português, como na versão que dá das presúrias do Porto e Coimbra. É de recordar que esta biografia de Afonso Magno precede, em cerca de quinze anos, o estudo “refundador” de Emilio Saez, a propósito dos ascendentes de S. Rosendo.

de Compostela (cuja obra já estaria terminada em 896) e a identificação dos campos de Grajal e do castro de Ventosa¹⁸.

Tem sido praticamente consensual que Bermudo Ordonhes, depois de expulso de Astorga, se refugiou na região de Lafões, apoiado por um grupo de nobres que aí se radicaram, à sombra da família de Diogo Fernandes e Onega, os pais da célebre condessa Mumadona Dias. Na verdade, dois documentos do século X, um com a participação da própria Onega, já viúva, e outro em nome da filha Múnia, evocam o saudoso príncipe Bermudo nos seguintes termos: “*domnissimi nostri domini Veremudi diue memorie*” ou “*pro memorie dominissimi mei domni ueremudi diue memorie*”¹⁹.

A propósito do príncipe Bermudo, como tivemos oportunidade de acentuar em estudo anterior, “não terá sido por acaso que escolheu a zona de Viseu, já que a ela estaria ligado o presor de Chaves, Odoário (*comes castelle et viseo*)²⁰, que se pensa ser igualmente irmão do rei e com ele entrou em conflito. Afonso Magno teve problemas também com este outro irmão, pois os seus bens ser-lhe-ão confiscados. Tudo isto se conjuga com a presença, igualmente nesta região, de outros presumíveis dissidentes, os futuros genros de Diogo Fernandes e Onega, que pertenciam às linhagens que, em nosso entender, terão sido espoliadas do comando dos *territoria de Tude et Portucale*, por Hermenegildo Guterres. Alvito Nunes era neto de Vímara Peres e, tanto Hermenegildo Gonçalves, como Rodrigo Tedones, são descendentes de Afonso Betote, o presor de Tui. O marido de Mumadona Dias era ainda, pelo lado feminino, bisneto do rebelde Hermenegildo Peres, irmão de Vímara, cuja filha casara com Afonso Betote. Os membros deste grupo, até à deposição de Afonso Magno (910), terão funcionado com uma certa liberdade, enquanto verdadeiros chefes de fronteira, numa zona onde a realeza e o emirato não possuíam grande capacidade para se impor”²¹.

A escolha do lugar: entre Moçâmedes e Bordonhos, na zona das Caldas de Lafões

Não se sabe desde quando Diogo Fernandes e Onega se estabeleceram na região de Lafões. Terão estado com Bermudo em Astorga, fazendo parte do séquito que o acompanhou na fuga para “terra de mouros”? Não é impossível que se tenham instalado antes mesmo da derrota de Bermudo em Grajal (c. 898) ou, pelo menos, que já nessa altura mantivessem contactos com membros da nobreza que aí se veio a acoirar, descontentes com o Rei e ambiciosos por alcançar novos domínios²². Mas não

¹⁸ Segundo este autor, a refrega ter-se-ia dado em Grajal de la Ribera (c. La Antigua) e não em Grajal de Campos. O destino da fortificação Ventosa, que foi cabeça da terra de Bierzo, voltou a ser tratado por José A. Balboa de Paz, in *Castro de Ventosa en la Edad Media*. “Actas de las Jornadas sobre Castro Ventosa”. Cacabelos: Patronato del Patrimonio Cultural de C., 2003, p.131-154.

¹⁹ DC 34 e 107 (passaremos a designar sempre desta forma os documentos publicados nos *Portugaliae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*).

²⁰ Esta “Castela” diz respeito a uma região da Galiza ligada ao conde Odoário, que foi patrono do mosteiro de Santa Comba de Bande.

²¹ *A dinâmica cultural em “Portucale” e “Colimbrie” nos séculos VIII-XI*. Texto introdutório às Actas do 1º Encontro de Cerâmica Medieval do Norte e Centro de Portugal (Conimbriga, 1912), no prelo.

²² Neste âmbito há também que equacionar a colonização da Terra de Santa Maria, com ramificações para o vale do Vouga, por parte do irmão de Diogo, Ero Fernandes, governador de Lugo durante o

há qualquer rasto do seu percurso antes do final da primeira década de novecentos. Aquilo que se pode dar como certo é que Diogo Fernandes nunca aparece junto da corte astur-leonesa até 909, ano em que, precisamente, Afonso III está em decadência e prestes a ser destronado pelos filhos, com apoio da própria rainha Jimena. Outro dado relativamente seguro é o de que ele e Onega terão escolhido para residência o paço de Moçamedes²³, sobranceiro às Caldas de Lafões, na margem sul do Vouga (Fig. 3). Aí terá sido educado também o príncipe Ramiro, que foi “rei” em Viseu (926-930)²⁴, antes de aceder ao trono de Leon.

O líder natural do clã rebelde seria Bermudo Ordonhes e tudo leva a crer que escolheu, como lugar de permanência, outro local nas vizinhanças das referidas termas de Lafões. Em nosso entender, terá assentado em Bordonhos, actual freguesia do concelho de S. Pedro do Sul, na margem direita do rio Vouga (figs. 4 e 5). O documento mais antigo que se conhece sobre esta localidade data de 1030, aludindo-se aí ao “*terminum Iben Ordonizi*”; segue-se outro de 1098, que fala da compra, por parte de João Gosendes, de uma porção da “*uilla quam nuncupant Iban Ordonis suptus montis Fuste discurrente rivulo Sur*”²⁵. Esta última carta está transcrita no *Livro Preto* da Sé de Coimbra, o qual inclui quinze documentos sobre a referida *villa*, que aparece citada com algumas variantes²⁶. A fórmula mais repetida é o onomástico de raiz árabe *Iben Ordonis*. Não nos devemos esquecer que estamos numa região desde cedo com forte presença de moçárabes, os quais, com o tempo, viram aumentar a pressão da cultura islâmica. Em linguagem vulgar na época, os referidos documentos aludem, em árabe,

reinado de Ordonho II. Este magnate parece ter-se mantido numa posição de não hostilidade face a Afonso Magno e foi constituindo património no promissor território de Entre Douro e Mondego. Não se sabe, ao certo, o momento em que este processo se inicia. O matrimónio dos seus filhos, Ilduara e Gondesendo, com descendentes directos de Hermenegildo Guterres, o presor de Coimbra, pode ser um sinal de que procurava um equilíbrio diferente ao do seu irmão Diogo, no contexto das relações de poder no seio da monarquia astur-leonesa. A importante doação da viúva de Gondesendo Eriz, ao mosteiro de Lorvão, revela que as propriedades de família se haviam estendido até ao interior da Terra de Viseu. E uma prova indirecta desta realidade pode ser encontrada também na distribuição da riqueza fundiária da casa de Marnel, herdeira do património de Egas Eriz “Iala”, outro provável filho de Ero Fernandes. Cfr. MATTOSO, José – *A nobreza medievá portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981, p. 125-136; e MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 127-132.

²³ Como se depreende de um documento de 928, lavrado na “*villa abozamates*”, sendo Onega já viúva (DC 34). Junto a Moçamedes foi assinalada uma sepultura antropomórfica aberta no saibro e, na própria Quinta do Paço, foram descobertos “pesos de tear e pedras com letras”. Cfr. MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses – *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Viseu: Éden Gráfico, 2000, p. 177-178; e IDEM – *Carta arqueológica do concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal, 1999, p. 38.

²⁴ SAEZ, Emílio – Ramiro II, rey de “Portugal” de 926 a 930. *Revista Portuguesa de História*, 3, Coimbra (1947) 271-290. A educação de Ramiro foi confiada a Diogo Fernandes e Onega, pelos seus progenitores, por volta do ano 900, ainda quando o futuro Ordonho II governava apenas na Galiza, da qual a região de Viseu constituía a marca meridional.

²⁵ DC 268 e 885.

²⁶ LP 216, 221, 228, 229, 230, 231, 235, 467, 468, 470, 473, 475, 477, 478, 486. Usaremos a sigla LP, para citar os documentos deste mesmo códice, na sua última edição: *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999.

ao nome do antigo proprietário da *villa*, que era o “filho de Ordonho”, ou seja, era alguém cujo pai seria sobejamente conhecido para servir de identificação a quem viveu naquele local. Em nosso entender terá sido, precisamente, o príncipe rebelde Bermudo Ordoñez, filho do rei Ordonho I e patriarca do clã senhorial de Lafões.

Bordinhos dista menos de uma légua das termas de S. Pedro do Sul. E uma prova complementar da presença deste príncipe das Astúrias vamos encontrá-la na capela de S. Martinho, junto aos antigos Banhos romanos (Fig. 6). A primeira pessoa a chamar a atenção para a origem antiga deste templo foi F. Russel Cortês, que publicou o fragmento de um ajimez, incluído num dos muros remontados após a ruína parcial do edifício²⁷. Tivemos a oportunidade de, mais recentemente, relacionar este fragmento de ajimez das Caldas de Lafões com uma peça, quase idêntica, existente na cabeceira da igreja asturiana de S. Salvador de Valdedios (Fig. 7) e que lhe pode ter servido de modelo²⁸. Também tivemos o ensejo de contextualizar este achado, relacionando-o com outras produções beirás de matriz comum²⁹. A propósito de Valdedios, deve recordar-se que uma investigação atenta, sobre a arquitectura do templo, revelou que a lápide de sagração, datada de 893 d. C., é epigraficamente diferente das demais existentes na igreja e foi colocada à parte, sob um arco exterior. Nada tem a ver com a série de legendas colocadas nas portas e janelas, para descrever o significado de cada parte do edifício, de acordo com o respectivo programa original. Haverá, pois, dois momentos distintos, ideia esta que é também reforçada pela observação de um certo faseamento arquitectónico e de uma mudança no plano decorativo. A pintura mural do interior, nomeadamente, levou a que várias inscrições tenham sido “cubiertas o repicadas, por inútiles (o quizás por molestas?)”. Assim o considera César G. Castro Valdés, que fala ainda de uma possível *damnatio memoriae*, decerto como eventual consequência da guerra fratricida entre os filhos de Ordonho I. Em sua opinião, o mais viável é que estejamos perante a seguinte sequência: “construcción del edificio a cargo de un agente desconhecido; consagración en 893, com intervención, verosímilmente, de Alfonso III, convocante de 7 obispos, y modificación arquitectónica en la lateral S. del templo (pórtico y capilla) así como decoración pictórica del interior”³⁰. Também Javier Fernandez Conde recorda a luta entre Afonso Magno e os irmãos, ao questionar

²⁷ Restos páleo-cristãos nas termas de S. Pedro do Sul. *Viriatis: Boletim do Museu Grão Vasco*. 1:1. Viseu (1957) 54-55.

²⁸ REAL, Manuel Luís – A escultura decorativa em Portugal: o grupo “portugalense”. In *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica*. Madrid; Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007, p.144-146.

²⁹ IDEM – A arquitectura pré-românica do norte de Portugal. In *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal*. Vigo; Setúbal: Nova Galícia; Marina Editores, 2006, p.98 e 107.

Sobre a influência asturiana nas Beiras, vd. tb.: FERNANDES, Paulo Almeida – Eclectismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e al-Mansur. In *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras do Porto, 2005, p. 293-310; e IDEM – A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana. *Arqueologia Medieval*. 10. Porto: Edições Afrontamento (2008) 21-40.

³⁰ CASTRO VALDÉS, César Garcia de – *Arqueologia Cristiana de la Alta Edad Media en Astúrias*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1995, p. 129-130.

o sentido do preâmbulo da epígrafe de sacração. E pergunta: “No poderíamos suponer que el autor del texto epigráfico de Valdediós está aludiendo a los sentimientos auténticos, vividos por el soberano, en una de las etapas más cruciales de su reinado? Parece que existen coincidências histórico-cronológicas que avalan dicha sugerencia”³¹. É de sublinhar que a lápide da sacração, embora não insira o nome do monarca, refere a larga comitiva de bispos que participou na cerimónia, o que só se explica num acto patrocinado pela corte de Oviedo. Por outro lado, ele acontece exactamente durante a segunda rebelião de Bermudo, cujo património poderia ter sido confiscado há já algum tempo. E, não menos revelador, verifica-se que estão presentes todos os bispos da grande *Gallaecia*, com a única excepção do da diocese de Viseu, o que leva a crer que esta cidade já então manteria uma postura dissidente, explicando também o sentido da posterior fuga de Bermudo para esta região.

As Caldas de Lafões ainda hoje mantêm o edifício termal da época romana (Fig. 8), com parte dos seus muros conservados até ao nível da cobertura. E escavações arqueológicas, realizadas em dois momentos no século passado, revelaram a respectiva planta e fases de ocupação³². A utilização destas termas continuou durante a alta Idade Média e mesmo depois, a ponto de aí se ter instalado a corte do primeiro rei de Portugal, após o ferimento que sofreu no assalto a Badajoz³³. E a responsabilidade de Bermudo Ordonhes pela construção da igreja de S. Martinho, nos derradeiros anos do séc. IX, parece quase segura. Hoje é uma pequena capela, distante cerca de vinte metros do pórtico de acesso às termas, mas, na origem, ela estaria praticamente colada ao edifício romano. Na baixa Idade Média entrou em ruína e foi-lhe retirada toda a aula basilical que, eventualmente, possuiria três naves. Só resta a capela-mor, muito transformada pela reconstrução a que esteve sujeita. A actual parede oeste possui um portal gótico, seguindo-se um átrio descoberto. Aquela parede, de fabrico tardo-medieval, encosta ao muro sul do templo, de muito má construção – o que se compreende, por ser obra efectuada ainda com parcos meios locais e distando talvez mais de uma década relativamente ao início de S. Pedro de Lourosa – mas demonstra que a parte inferior da fachada sul ainda conserva o aparelho primitivo³⁴.

A escolha de Moçâmedes e de Bordonhos, por parte desta elite insubmissa, explica-se por razões de segurança – tanto territorial, como topográfica – mas também pela proximidade da estância termal. Esta era uma preocupação suplementar, existente

³¹ FERNANDEZ CONDE, Francisco Javier – La fundacion de S. Salvador de Valdedios: Fuentes epigráficas. In *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdedios*. Oviedo: Universidad de O., Departamento de Historia y Artes, Área de Historia Medieval, 1994, p. 222.

³² FRADE, Helena; MOREIRA, José – *A arquitectura das termas romanas de S. Pedro do Sul*. S. Pedro do Sul: Câmara Municipal, 1993. Já anteriormente o local fora objecto de pesquisas arqueológicas: cfr. OLEIRO, J. M. Bairrão – Termas de S. Pedro do Sul. *Humanitas*, Nova Série: 4-5. Coimbra (1955-56) 279.

³³ CRUZ, António – A Corte Portugalense em Alafões. In *Tempos e Caminhos: Estudos de História*. Porto, 1973, p. 17-35; SANTOS, Eduardo – *As Termas de São Pedro do Sul: achegas para a sua história*. Viseu, 1972 (sep. de “Beira Alta”); OLIVEIRA, A. Nazaré – *Termas de S. Pedro do Sul (Antigas Caldas de Lafões)*. Viseu: Palimage Editores, 2002.

³⁴ Segundo a tradição, terá sido nesta capela que foi baptizado São Frei Gil de Vouzela (ou de Santarém).

naquele tempo entre a nobreza e o alto clero. Mas outros motivos estiveram também presentes. Cingindo-nos ao caso de Bermudo Ordonhes, é de acentuar que a *villa*, por ele tomada³⁵, se encontrava numa posição estratégica invulgar. Ela situa-se na borda de um fértil planalto, com localização relativamente discreta, mas próxima de uma via alternativa de ligação entre Viseu e o litoral nortenho. Trata-se de um vale de altitude, com perfil ondulante, hoje inserido nas freguesias de Carvalhais e de Bordonhos (Fig. 4). Ele encaixa-se entre a Serra da Arada (a norte) e a cordilheira que integra o Monte da Senhora da Guia (a sul), sendo lateralmente cingido pelos declives correspondentes aos vales dos rios Sul e Landeira. A sua superfície é cortada por uma densa malha de cursos de água secundários – daí não ser o terreno inteiramente plano – com destaque para a ribeira de Vilar e para o curso superior do Varosa. Este último recebe ainda as vertentes das ribeiras da Regadinha e de Constança. E, já no séc. XI, a documentação ilustra a excelente capacidade agrícola da zona, com referências tais como: *super illo lavrario, arbures fructuosas uel infructuosas, leira, pascuis, liniolum, uineis, pamares* (sic), *perales, figales, castaniales, nugares, ceresales*, etc. Por outro lado, em 1108, é mencionada a herdade de *orral*, hoje possivelmente o lugar de Eiró, na freguesia de Bordonhos³⁶, topónimo que parece derivar de “horreo” ou celeiro.

O povoamento era já muito antigo nesta zona planáltica, como o testemunham os vizinhos castros da Cárcoda e da Senhora da Guia, além da necrópole tardo-romana de Germinade³⁷. A documentação respeitante a esta zona, anterior ao séc. XII, inclui a invulgar referência a “*vici*”, quando trata de definir o âmbito e a antiguidade da propriedade fundiária: por exemplo, em 1098, sobre a *villa Abanatus* (Abados) *per suis locis et uigos et terminos antiquos*, (DC 875). Na verdade, são múltiplos os lugares deste pequeno território mencionados já em finais da alta Idade Média. É bem elucidativo o diploma de 1030, referente ao lugar de Figueirosa, justamente no sopé do castro da Senhora da Guia (DC 268). Ao descrever a herdade de *Fikeirosa* ele traça, como limites, os termos de *Aberautis* (distinta forma de designar Abados), *Penso*, *Vilanoba* (hoje talvez “Quinta Nova”, em Baiões) e *Iben Ordonizi* (Bordonhos). Trata-se de um perímetro facilmente perceptível na cartografia actual, onde o documento, na sequência dos pontos de passagem, ainda introduz um outro tópico, logo a seguir ao lugar de Bordonhos, deste modo: *et inde fige se in termino de palacio*. À frente, fecha-se o circuito em Abados, onde tinha começado, não dando pois margem para confusão deste tal “palacio” com outro lugar – “Paços” – existente bastante mais a norte, na freguesia de Carvalhais, e que também foi honra de fidalgos no séc. XIII. No primeiro caso, trata-se seguramente do paço de *Iben Ordonizi*, ou seja, com toda a probabilidade, da residência outrora pertencente ao príncipe Bermudo Ordonhes³⁸. Ainda hoje existe aí a Casa do Paço, um pouco abaixo da igreja de Bordonhos (Fig.

³⁵ Contíguo a Bordonhos existe o lugar de *Prendedores*, mas temos grande dúvida que o topónimo possa estar relacionado com as acções de *presúria* levadas a cabo por esta época.

³⁶ Segundo os responsáveis pela mais recente edição do *Livro Preto*: LP 223.

³⁷ A respeito desta última, veja-se: GIRÃO, A. de Amorim – Necrópole romana de Germinade (S. Pedro do Sul). *O Arqueólogo Português*. 26. Lisboa (1924) 249-250.

³⁸ O vale onde está implantado o paço era conhecido, já no século XII, por *Valle Ordonis* ou *Vaordonios*, o que veio a dar “Bordonhos”.

4). E segundo Pinho Leal, no tempo de D. Dinis a honra de Bordonhos pertencia a D. Maria de Negrelos, por herança de seus avós. Um seu descendente, Gonçalo Anes Homem, foi o primeiro Morgado de Bordonhos. Sucedeu-lhe um irmão e, depois, o filho deste, Heitor Homem, que casou com D. Isabel de Sousa, razão por que os senhores de Bordonhos passaram a usar também as armas dos Sousas, as quais se vêm no “soberbo” mausoléu familiar existente na igreja da freguesia. Teve esta casa ainda representação dos apelidos Lemos e Alvim³⁹. E nas *Memórias Paroquiais*, de 1758, diz-se que a igreja, com orago a S. João Baptista, é de padroado particular, sendo então a abade apresentado por Fradique Lopes de Souza Lemos, fidalgo de Sua Magestade. A maior parte da freguesia tinha vínculo ao morgadio dos Sousa Lemos, que era limitado por padrões e marcos.

Um pouco abaixo da localidade de Bordonhos, mas para o lado oposto, em S. Salvador de Serrazes – que fica pegada às termas e figura já num documento de 1104 (LP 69, repetido em LP 321)⁴⁰ – apareceu um sarcófago atribuível à alta Idade Média (Fig. 9). Mas mais ilustrativa, ainda, sobre a importância que Bordonhos teve nos sécs. X-XI, é a grande necrópole descoberta nas suas imediações. Infelizmente, perdeu-se muita informação sobre as condições do achado. Na proximidade da igreja paroquial, na parte superior da freguesia e sobranceiros ao vale, irão surgir vários casais que, ao que parece, não podem ser confundidos com o lugar a que hoje se chama Cimo de Vila, mais próximo de Figueirosa⁴¹. Ficariam aqueles casais junto ao estratégico outeiro de Massarocas (Fig. 1), um morro que os habitantes da *villa Iben Ordonis* outrora seguramente usavam para estabelecer contacto directo, ou visual, com a *villa Abozamates*. Esta última, situada na margem oposta do rio Vouga e sensivelmente à mesma cota⁴², era o lugar do paço de Diogo Fernandes e Onega, tal como foi dito atrás. Ora, o outeiro de Massarocas, devido à sua posição referencial no território e à respectiva localização, à margem do tramo inicial da via que bifurcava em S. Pedro do Sul – para seguir pela serra de Manhouce, em direcção ao noroeste – foi também o local escolhido para implantar uma necrópole e, ao que parece, relativamente extensa. Dela deu uma breve notícia Moreira de Figueiredo, no seu estudo sobre a viação romana das Beiras, onde assinala o aparecimento de “uma grande necrópole” de sepulturas escavadas

³⁹ *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. “Bordonhos”

⁴⁰ Anteriores a esta data e nas redondezas de Bordonhos, para além dos já citados, documentam-se ainda os seguintes lugares: Anciaes (LP 272 – *villa ansianes*, 1092-1098); Ferreiros (DC 243 – *villa ferrarius*, 1019); Pouves (DC 640 – *villa paules*, 1085); S. Pedro do Sul (DC 640 – *eclesia que vocatur sancti petri*, 1085); Segadães (DC 442 – *villa sagadanes*, 1064); Várzea (DC 490 – *eclesia uocabulo sancta maria de uarzena*, 1070)

⁴¹ *Figueirosa* pertence também a Bordonhos. O lugar de *Cimo de Vila* está documentado desde a Idade Média, por exemplo em 1448, num diploma que pertenceu ao mosteiro de Ferreira de Aves: “em o loge de boordonhos, que chamam çima de vila”. Cfr. RIBEIRO, M. J. Homem – *Edição dos documentos medievais do Cartório de Santa Eufémia de Ferreira de Aves*, 2ª ed.. Lisboa, 1995, doc 110, p. 215-216 (consulta na internet, a 2013.06.05, em <http://pisapapeis.no.sapo.pt/TeseMestrado.html>)

⁴² O outeiro das Massarocas atinge a cota dos 436 metros de altitude, enquanto o lugar de Moçâmedes anda entre os 400-420 metros. E não é por acaso que, no sopé das Massarocas, existe o topónimo “Boavista”.

na rocha⁴³. E o mais interessante é que esta concentração de “arcas” ou “arkaria” vem referida já em 1101, num documento relativo a Bordonhos, onde se menciona uma herdade com “*ipso pumar, comodo est recluso, et ipsa uinea que jacet ad arkaria, su ipsa casa de Adosinda Salvadoriz*”⁴⁴. No sopé do chamado alto das Massarocas, no lado sul, subsiste ainda um troço de via romana. Dão-nos conta desta calçada os autores do roteiro arqueológico da região, que referem também a sua destruição em alguns pontos do traçado: “vai do Bairro Belo Horizonte [em S. Pedro do Sul], atravessa as Maçarocas e passa perto da Sr^a da Guia. A largura é de cerca 4, 60 m”⁴⁵. Era a via que, por Santa Cruz da Trapa, contornava a serra da Grávia, seguindo para Manhouce – onde há a referência a um marco miliário e restos da estrada antiga – e depois, por Arouca ou por Vale de Cambra, entroncava com o eixo viário principal, que ligaria às *civitas* de Santa Maria e de Portucale.

Como pode depreender-se da descrição do traçado junto a S. Pedro do Sul, a *uilla Iben Ordonis*, naqueles críticos anos de finais do séc. IX, podia passar despercebida ao abrigo do outeiro das Massarocas, sem contudo deixar de aproveitar da proximidade desta via estratégica e, ao mesmo tempo, de desfrutar o fértil vale de Bordonhos.

O sistema defensivo dos novos senhores de Lafões-Viseu

Uma análise da documentação que chegou até nós, a respeito dos descendentes de Diogo Fernandes e Onega, demonstra que terá havido uma preocupação por parte destes senhores em alargar a sua área de influência, prioritariamente, a duas regiões: o Entre Côa e Távora, a norte de Trancoso, e o médio vale do Mondego, a montante da barreira natural existente na zona de Penacova. É assunto de que já demos uma breve notícia⁴⁶ e que iremos desenvolver proximamente noutros dois trabalhos, cada qual dedicado à respectiva região. Por agora, o que interessa sublinhar, é a explicação que deve ser dada, neste contexto, para a insólita posse dos castelos do Côa por parte de Flâmula Rodrigues, incluídos no testamento que faz ao mosteiro de Guimarães, em 960. Ela era filha de Rodrigo Tedones, que se tornara genro de Diogo Fernandes e Onega, por casamento com Leodegúndia. Tudo leva a crer que, nessa condição, Rodrigo Tedones terá sido encarregado da defesa de Viseu contra qualquer investida que pudesse ameaçar Bermudo e seu clá, a partir de Leon ou Astorga. Na verdade, seria essa a principal função dos castelos do Côa, que dominam claramente os trajectos do nordeste. A outro dos genros de Diogo Fernandes, Alvito Lucides, que veio a casar com Múnia, terá sido confiada a responsabilidade por outra *mandatione*, no acidentado território da bacia média do Mondego, a qual defendia este grupo de uma qualquer ameaça que pudesse surgir desde Coimbra. Assim nos leva a pensar uma série de bens

⁴³ MARQUES, José Adolfo de Meneses – *Op. cit.*, 2000, p. 120

⁴⁴ LP 468. No dizer do autor referido na nota anterior, “as sepulturas, em número indeterminado, estavam localizadas numa zona de encosta, actualmente coberta por vinhas e campos de cultivo, entre o alto de Massarocas e o lugar de Novais”. Pelo teor do documento, é provável que tais “archas” ou “arkas” se desenvolvessem também para o outro lado do morro, da banda de Bordonhos.

⁴⁵ VAZ, João L. Inês – *Op. cit.*, 1993, vol. 1, p. 376-378; PEDRO, Ivone; VAZ, João L. Inês; ADOLFO, Jorge – *Roteiro arqueológico da Região de Turismo de Dão-Lafões*. Viseu, 1994, p. 126

⁴⁶ Cf. nota 21

que a família possuiu nos concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua e Penacova. É preciso não esquecer que, no início do séc. X, a cidade de Coimbra era ainda um baluarte da linhagem de confiança de Afonso III, a do mordomo Hermenegildo Guterres. Antes de chegar a Coimbra, o rio Mondego atravessa uma barreira natural poderosíssima, constituída pela serra do Bussaco (com uma atalaia na Portela da Oliveira) e pela serra da Atalhada (provável corruptela de “atalaia”, sobre a chamada *via colimbriana*), além de outras elevações secundárias, as quais terão sido aproveitadas para estabelecer uma linha de defesa estratégica, de que o castelo de Penacova deveria ser a cabeça. Em nosso entender – e tentaremos demonstrá-lo mais tarde – este também se chegou a denominar “Torre de Miranda” (nada tendo a ver, como pensamos, com Miranda do Corvo) e a sua área de influência aparece mesmo referida num documento local, como “terra de Miranda”. É por essa razão que, alguns anos mais tarde surge também aí Ximeno Dias – o filho varão de Diogo Fernandes e Onega – com funções de juiz, numa disputa sobre os limites territoriais entre Vila Cova e *Alquinitia*. Isto acontece em 936 ou seja, com toda a probabilidade, antes do seu casamento com Ausenda Guterres, uma dama da stirpe “coimbrã”, cujo matrimónio interpreto como uma tentativa, posterior e já noutra contexto, de aproximação entre famílias rivais. Numa primeira fase, parece-nos que o próprio mosteiro de Lorvão pode ter tido maiores ligações ao clã “lafonense” do que ao “coimbrão”. Embora, mais tarde, ambas as linhagens demonstrem grande apego e favorecimento a este cenóbio, uma mais precoce relação dos primeiros com Lorvão é indiciada pelo documento de 928, que alude à satisfação de um desejo formulado em vida pelo príncipe Bermudo (DC 34), e ainda pela refúgio temporário dos monges na referida Torre de Miranda, após o incêndio que danificou o edifício monástico, tal como alude um documento de 998 (DC 179)⁴⁷. A implantação do mosteiro de Lorvão, afundado nas enrugadas serranias de Penacova e ao abrigo do seu castelo, faz pensar numa ligação de proximidade semelhante à que os monges de Guimarães tinham com o castelo vimaranense, no *alpe latito*, cuja origem está na mesma família.

A este respeito – e para uma perspectiva de conjunto sobre a distribuição das áreas de influência dos descendentes de Diogo Fernandes e Onega – há que acrescentar mais algumas notas. A primeira é a de que o controlo do médio do Vouga, a jusante de Vouzela-S. Pedro do Sul, também parece ter sido considerado por esta linhagem, já que, na repartição da herança do conde Hermenegildo Gonçalves, em 950 (DC 61), couberam ao filho Ramiro Mendes certos bens situados entre Sever do Vouga e Oliveira de Frades (*qui sunt in Centum Cortes*). Talvez estivesse inicialmente conferida a Hermenegildo – o terceiro genro de Diogo Fernandes – a cobertura defensiva do corredor do Vouga, dentro de uma lógica regional em que a cada genro caberia uma *mandatione* estratégica, em ponto-chave para a defesa do território de Lafões-Viséu. Em segundo lugar, há que referir a nova missão que, mais tarde, irá recair sobre

⁴⁷ Este incêndio pode ser entendido, eventualmente, como um epifenómeno da passagem de Almançor por Viséu, no ano anterior (997), quando se preparava para atacar Santiago de Compostela. As campanhas do caudilho cordovês estimularam o aparecimento de oportunismos e acções de banditismo. É mesmo de crer que o referido incêndio, que nesta ocasião atingiu o mosteiro de Lorvão, se relacione com o assalto de Ezerag de Condeixa, descrito no célebre doc. 71 do *Liber Testamentorum*, sobre a disputa em torno dos moinhos de Forma.

Hermenegildo Gonçalves e Mumadona. Em 926, quando os problemas da rebeldia e ostracismo do clã estavam já ultrapassados, é que se dá o avanço – poderemos dizer, em boa verdade, o regresso... – deste grupo em direcção ao Entre-Douro e Minho. A criação do efémero reino “portugalense” com capital em Viseu, entre 926-930, terá conduzido o príncipe Ramiro a nomear o conde Hermenegildo para a região de Braga-Guimarães. A sua preocupação em consolidar o domínio do novo reino sobre os territórios mais a norte, levou-o, por assim dizer, à revitalização do condado de Portucale, colocando-o nas mãos de um dos mais confiáveis auxiliares, que entretanto havia casado com a sua conlça, a condessa Mumadona Dias. É o que se deduz da entrega da *villa* de Creixomil (DC 31), que deve ter servido de ponto de fixação na zona de Guimarães, vindo depois a ser substituída pelo paço de Santa Marinha da Costa.

Levantamos hoje a hipótese de ter sucedido algo semelhante relativamente à tenência de Lamego, exactamente pela mesma época, na pessoa de Rodrigo Tedones. Não nos esqueçamos que este último deveria ser, já na altura, o detentor do senhorio de Numão e dos castelos do Còa. No entanto, verifica-se que a respectiva descendência veio ainda a herdar várias propriedades na periferia imediata da cidade Lamego⁴⁸. Tudo isto resultou de um conjunto de necessidades, que foram evoluindo em face da situação histórica da Beira interior. E teve consequências práticas, não apenas do ponto de vista militar, como no caso da construção dos castelos do Còa – dos quais Mário Barroca ainda conseguiu identificar, quase intacta, a torre de Trancoso – mas também no domínio da arquitectura religiosa. O tutela, por parte de distintos ramos da citada estirpe, de verdadeiros *comissa* territoriais e, simultaneamente, do senhorio de bens localizados em concelhos como os de Oliveira do Hospital, Vila Nova de Foz Còa e Lamego, ajuda a entender algumas das afinidades existentes entre as basílicas de Lourosa, Prazo e Balsemão (Fig. 10), cujo avoengo asturiano é inequívoco e para o qual já havíamos chamado a atenção anteriormente⁴⁹. Não sabemos se a capela de S. Martinho, das Caldas de Lafões, também obedecia a uma planta de três naves, do tipo das anteriores. Como essa parte foi destruída, só uma sondagem arqueológica poderá, eventualmente, solucionar a questão⁵⁰. Para já, fica-nos a convicção de que, pelo menos, a abside de S. Martinho faz parte do mesmo ciclo artístico que acompanhou o processo de senhorialização da estremadura astur-leonesa no sul da *Gallaecia*, se bem que temporariamente à margem da política oficial da corte, mas sob directa influência asturiana.

⁴⁸ Iremos desenvolver este assunto nas primeiras *Conferências do Museu de Lamego/CITCEM* (Lamego, 8-9 Novembro 2013), numa comunicação intitulada “O significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Còa), na alta Idade Média duriense”.

⁴⁹ REAL, Manuel Luís – *Op. cit.*, 2006, p. 98 e 107

⁵⁰ Segundo António Pires da Silva, na sua *Chronographia medicinal das Caldas de Alafões*, editada em 1696, este templo chegou a ser “Matriz de todas as Igrejas circumvisinhas” e nele foi baptizado S. Frei Gil (nascido Vouzela, entre 1184 e 1190). Nos finais do séc. XVII, porém, a vetusta igreja já tinha caído em ruína e decerto há bastantes anos, pois a parte subsistente mostra evidências de que houve uma recuperação parcial já na baixa Idade Média. Ainda de acordo com as palavras do citado autor, ela “*está hoje [1696] posta nos alicerces; & só se conserva a Capella Mor*, aonde a 20 de Mayo vem as Freguesias, que lhe erão sujeitas, tributar a antiga sujeição. O que fazem vindo cada Freguesia com Ladainha visitar a Casa do Santo, que *está junto ao banho para a parte do Oriente, aonde se vem claramente os alicerces do corpo da Igreja*”. Sublinhado nosso, com transcrição a partir de: OLIVEIRA, A. Nazaré de – Para a História da Região e do Concelho: Lafões – esboço histórico. *Tribuna de Lafões*. Nº 1114. S. Pedro do Sul (30.01.1991)

O castro de N^a S^a da Guia no contexto do sistema defensivo do clã senhorial

A região de Lafões tinha como cabeça de território a fortificação à sombra da qual viria a nascer a *uilla quam uocitant Uauzela*, documentada com seu mosteiro já em 1083 (LP 331). Trata-se da eminência hoje conhecida por monte da Senhora do Castelo, onde se domina grande parte das terras sob a sua alçada, a começar pelas socialmente estratégicas Caldas de Lafões, à distância de uma escassa meia légua (Fig. 1). A primeira alusão ao *território alaphoen* remonta a 1002, numa venda de propriedades situadas na *uilla cercosa* (DC 190). A função militar deste castelo é-nos mencionada, pela primeira vez, a propósito de uma algara sobre a região, de que dá notícia al-Muwa‘ini. Dozy atribui esta investida ao rei da taifa de Sevilha, Abu l-Qasim, com a provável convivência dos aftásidas de Badajoz, podendo a mesma ter ocorrido entre 1023-1033.

O termo “*alahobeines*”, referido num documento do lado cristão, sensivelmente contemporâneo⁵¹, deriva do árabe *al-ahwayn*, que significa “os dois irmãos”. Tal designação parece resultar do nome que era dado aos montes gêmeos que dominam a orografia de Vouzela – o Lafão e o da Sr^a do Castelo – os quais, ao que se deduz de tal expressão, poderiam partilhar, entre si, as funções de defesa e administração do território (fig. 11). É uma matéria que hoje é difícil de debater, já que o monte da Sr^a do Castelo, com a sua penedia ciclópica e a capela implantada no cabeço superior, deixa pouca margem para pesquisas em profundidade. Amorim Girão, na base do escadório de acesso à capela e fora do perímetro amuralhado, identificou duas sepulturas abertas na rocha, as quais ainda lá hoje se conservam. E João Inês Vaz, em recolhas de superfície, descobriu “fragmentos de cerâmicas tipicamente castrejas e romanas”. Por outro lado, Amorim Girão dá também a notícia de ter encontrado estruturas de muralha no monte Lafão⁵². Quanto a nós, é uma questão ainda em aberto, a da complementaridade dos dois castros. Mas, a ser verdade tal hipótese, um deles desempenharia essencialmente funções militares, enquanto o outro poderia ter uma maior vocação administrativa e boas condições para albergar um povoado cabeça-de-Terra. Este último seria o Lafão, já que o coroamento rochoso da S^a do Castelo é menos propício para a manutenção de um aldeamento e, apesar da sua menor altitude⁵³, está melhor posicionado do ponto de vista militar. À função administrativa do lugar, independentemente da questão da sua eventual duplicidade orgânica, refere-se o já citado documento de 1030, sobre o lugar de Figueirosa, onde, perante os “*iudices de alahobeines ... et ante multas faces bonas* (sic)”, foi resolvido um problema de falso testemunho num processo de venda⁵⁴. Não obstante a incerteza sobre a partilha funcional entre ambos os montes – que só uma cuidada pesquisa arqueológica no Lafão pode resolver, se se vier a comprovar que também este foi ocupado durante a alta Idade Média – estamos inclinados a aceitá-la, tanto mais que no sopé se conserva o topónimo “Asneiros”, no plural, o que deve constituir alusão à presença de dois *hisns*. No entanto, pela posição que ocupa relativamente a Valgode e

⁵¹ DC 268, datado do ano 1030.

⁵² GIRÃO, Aristides Amorim – *Antiguidades pré-históricas de Lafões*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 5; VAZ, João L. Inês – *Op. cit.*, 1993, vol. 1, p. 175

⁵³ Com os seus 538 metros, contra os 601 do monte Lafão.

⁵⁴ DC 268

por ser expressamente designado como “castro” (*mons Castro Alafoei*), parece ser claro que é ao morro da Sr^a do Castelo que se refere um outro documento, de 1104. E o mesmo se dirá das Inquirições de 1258, onde explicitamente aparece mencionado o *castellum de Alafone*⁵⁵. Mas, a verdade, é que o coronímico “Lafão” ficou vinculado antes ao outro monte, que lhe é gémeo. Entendemos admissível que, nesta altura, já a função estratégica de ambos os morros tenha diminuído, em favor da crescente importância adquirida pela vila de Vouzela, ao redor do respectivo mosteiro.

Como era prática da época, as eminências com função de cabeça-de-Terra articulavam-se com outros dispositivos de vigilância e defesa que, em conjunto, constituíam um verdadeiro sistema de segurança territorial. Algumas estruturas castrenses tinham a função de apoiar militarmente lugares considerados importantes, como um mosteiro, uma povoação ou uma habitação senhorial. Outras, de tipo mais ligeiro, serviam para controlar as vias de comunicação – em determinados locais estratégicos, como portelas, pontes, etc. – e, se necessário, para accionar dispositivos de comunicação à distância, através de sinais com codificação visual⁵⁶. Neste último caso, em complementaridade ao castelo de Lafões deveria estar, na margem esquerda da ribeira de Ribamá, a atalaia (Fig. 11) que controlava a passagem da Ponte Pedrinha – no morro, ainda hoje, denominado “Atalaia” – e uma outra que, presumivelmente, terá precedido a actual torre de Paços de Vilharigues. Ambas tinham a função de garantir a segurança da via que ligava Viseu ao litoral e passava na base da Senhora do Castelo.

Na margem oposta, um dos lugares que dispunha de melhores condições para desempenhar o papel de ligação com o castelo de Vouzela e para, simultaneamente, alargar o sistema de vigilância a outra importante faixa de território – atravessada via inter-regional alternativa⁵⁷, nas faldas da serra de Arados – seria o monte da Senhora da Guia, em Baiões (Fig. 1)⁵⁸. Por outro lado, este antigo castro encontrava-se numa posição estratégica perfeita para a segurança do paço de Bordonhos, onde, em nossa opinião, se teria instalado o príncipe rebelde Bermudo Ordonhes. É possível que estivesse apoiado ainda por outras atalaias secundárias e de proximidade, como o castro dos Súmios ou do Mau Vizinho, na Ucha. Situado junto ao vale do rio Sul, este reduto prevenia a terra de Lafões de qualquer surpresa que pudesse vir da estrada que ligava a Lamego, através de Castro Daire. Terá sido por esta via que, na primeira metade do percurso, Fernando Magno conseguiu contornar as quase intransponíveis defesas de Viseu, do sistema de castelos do Côa. E, recuando século e meio, poderia a mesma rota servir a eventuais intenções punitivas de Afonso III, relativamente ao “traidor” seu irmão,

⁵⁵ MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses – *Vouzela: Património arqueológico. Sítios e rotas*. Vouzela: Câmara Municipal, 2005, p. 70. Este autor afirma que a cronologia dos fragmentos de cerâmica recentemente recolhidos “se pode balizar entre os sécs. X-XIII”.

⁵⁶ O uso de bandeiras e de fachos, para uso civil e militar, ainda era frequente no século XIX.

⁵⁷ Referimo-nos à já citada via que, contornando o maciço da Gralheira, passava por Manhouce, no sentido da Terra de Santa Maria, onde entroncava com a via principal, em direcção a Portucale.

⁵⁸ A posição estratégica da Senhora da Guia é bastante mais relevante do que a de mero controlo de um lugar de passagem. Outrora, despido do actual arvoredo, do mesmo posto de observação conseguia-se, no castro de Baiões, alcançar a vista de todas as serranias que cercam o planalto beirão: Caramulo, Arada, Montemuro, Leomil, Marofa e Estrela.

pelo que se explica bem a localização daquele posto de vigia. Outro castelo roqueiro de alguma importância para a segurança dos senhores de Lafões, nesta passagem do séc. IX para o X, deve ter sido o de Alcofra. Localizava-se no chamado “Castêlo”, em Cabo de Vila, na freguesia de Alcofra⁵⁹, e serviu para vigiar uma outra via secundária, que ligava Vouzela a Águeda. Presumivelmente, foi aí implantado para cortar qualquer iniciativa hostil que pudesse vir de Coimbra, por este itinerário, alternativo aos de Penacova e Santa Comba⁶⁰. Sobre o próprio planalto de Carvalhais-Bordonhos devia, do lado norte, existir também algum dispositivo subsidiário de vigilância. Não é de descartar a hipótese do castro da Cárcoda ter cumprido essa missão, já que foi reocupado em época tardo-antiga e, segundo João Inês Vaz, também na alta Idade Média⁶¹. Uma possibilidade alternativa – se não mesmo complementar – pode ter constituído o pequeno outeiro do lugar de *Mota*, na parte alta da freguesia de Carvalhais. Visitamos o local e um pouco acima da actual “Casa da Mota”, junto à *travessa das Alagoas*, existe uma elevação de terreno cuja aparência física se assemelha a um desses assentos castrenses da alta Idade Média. Na parte setentrional, menos afectada pelas construções que implantaram no cimo do pequeno morro, a sugestão é enorme, inclusivamente de um possível fosso, por onde corre água e dá justificação ao designativo “Alagoas”. Trata-se, assim, de um caso a merecer estudo, através de sondagens arqueológicas, tanto mais que há poucos exemplos identificados em Portugal.

O tema do castro da Senhora da Guia causa-nos alguma perplexidade, pois nenhum dos estudos até hoje publicados apresenta evidências consistentes para identificar a sua reocupação na alta Idade Média e, muito menos, para saber qual o tipo de uso ou função que porventura teve nessa época. No entanto, acalentamos a suspeita de que tenha havido uma efectiva reutilização, como atalaia ou castelo. Isto deve-se, não apenas pelo que, sobre ele, nos diz o *Santuário Mariano* e pelas razões da natureza histórica e topográfica já acima expostas, mas também por algumas incertezas que as próprias escavações suscitaram nos arqueólogos que procederam ao estudo do castro.

Se é certo que Philine Kalb chegou a defender uma grande unidade entre o espólio exumado, atribuível à Idade do Bronze, ela própria reconheceu não ter conseguido distinguir a estratigrafia com clareza, nas suas escavações. Socorrendo-nos da síntese que sobre a matéria deu A. B. Lopes, na sua tese sobre o material cerâmico de Baiões, notaremos que, já em 1973, aquela investigadora dizia ter havido dificuldade “em documentar existência de estratigrafia definida; a camada de terra que recobre o solo rochoso é diminuta e a mistura nela de elementos de decomposição vegetal e uma certa erupção do terreno, devido ao arranque de árvores e a revolvimentos em busca de tesouros, tornam difícil a determinação da existência de estratos”. No entanto, em 1977, referia que as peças encontradas nas camadas inferiores aparentavam um estado de conservação homogéneo, o que contrastava com pequenas peças polidas ou peças que apresentavam fracturas antigas, encontradas em níveis superiores e na parte alta da povoação⁶².

⁵⁹ Identificado por MARQUES, Jorge Afonso de Meneses – *Op. cit.*, 1999, p. 39.

⁶⁰ Também na Serra do Caramulo podemos ver uma atalaia complementar no alto do Guardão.

⁶¹ *Op. cit.*, p. 86.

⁶² LOPES, António Baptista – *Op. cit.*, 1993, p. 34.

As escavações de Armando Coelho F. da Silva também não permitiram grande conclusão do ponto de vista estratigráfico. No dizer do seu colaborador mais próximo, A. B. Lopes, alguns problemas se levantaram em consequência disso: “Causa certa surpresa a presença de cerâmica impressa em Baiões, de mistura com cerâmica do Bronze Final, grafitada, pontilhada e incisa. Na sua tese de doutoramento, Armando Coelho F. da Silva incluí-a na fase II. Mas é de notar que em Baiões a estratigrafia não é confirmável e põe incómodos problemas a associação dos dois tipos de cerâmica na mesma estação, aparentemente em estratos indiferenciáveis”⁶³. Na continuação do seu testemunho, o citado autor deixa-nos ainda a convicção de que foram efectivamente encontradas as primeiras evidências, se bem que ainda ténues, de que o castro foi reocupado, pelo menos temporariamente e em escala reduzida. Antes de tudo, é de sublinhar a indicação de que ficou de fora do seu estudo “algum espólio cerâmico notoriamente denotando contaminações no conjunto da produção local”. Alguns destes fabricos apresentavam “pastas arenosas e friáveis”, características que, em nosso entender, não excluem poder tratar-se de fragmentos de cronologia posterior. Aliás, a existência de espólio mais tardio confirmou-se, inequivocamente, com o aparecimento de duas moedas do séc. IV d. C. e de cerâmicas romanas, “embora raríssimas”. Finalmente – e sobretudo – há que realçar que “da Idade Média detectou-se um pequeno fragmento cinzento, com pasta típica”⁶⁴. Apesar de quase insignificante, este testemunho é mais do que suficiente para lançar a ideia de que o castro de Baiões sofreu uma reocupação medieval. Por outro lado, é de lembrar que só nos últimos anos se tem prestado a devida atenção às cerâmicas da alta Idade Média e que estas, muitas vezes, se confundem com cerâmicas proto-históricas. A esse respeito – mas sem querermos com isto dizer que temos bases para contestar a sua classificação – é de referir que, no período suevo-visigodo, há peças com a mesma forma e técnica decorativa de alguns vasos publicados por A. B. Lopes⁶⁵. E embora sem questionar a existência de uma ocupação posterior à época romana, por falta de dados, Ivone Pedro também salienta que a vida do povoado não se pode ter limitado à Idade do Bronze, apesar de que “a extensão e intensidade destas ocupações é, no entanto, difícil de determinar”. E sublinha mais um dado interessante, citando Armando Coelho F. da Silva, sobre o aparecimento dos fragmentos de cerâmicas estampilhadas. Eles provêm de uma pequena sondagem realizada a SO da capela, “precisamente na zona oposta onde se recolheu o conhecido conjunto de cerâmicas e metais do Bronze Final”⁶⁶. Também J. C. Senna-Martinez abordou a questão das cerâmicas com decoração estampilhada, dizendo que teriam sido encontradas “apenas nos níveis superficiais da escavação de Monsenhor Celso Tavares da Silva”. Para aquele investigador, “poderão estar associadas

⁶³ *Idem*, p. 172.

⁶⁴ *Idem*, p. 161.

⁶⁵ Nomeadamente aquele que designa por IV-A-1 (fig. 11). Embora sem esquecer que o material de Baiões tem sido equiparado ao de outras estações proto-históricas da Beira interior, fundamentamos esta observação em peças que apareceram associadas à chamada basílica do Largo D. Duarte, em Viseu, para as quais chamou a atenção João I. Vaz e as data por volta do séc. VI-VII d. C.. Seria importante comparar as respectivas pastas e técnicas de acabamento, pois a mera observação formal nada garante que se esteja a falar da mesma coisa.

⁶⁶ PEDRO, Ivone – *Op. cit.*, 2000, p.135.

à destruição do sítio”, embora remeta o abandono do castro para o período de crise e redefinição de equilíbrios no Ocidente Mediterrânico, durante o séc. VI a. C.⁶⁷. Será pois de todo o interesse uma nova observação dos materiais da fase II de Baiões (Fig. 12) e, principalmente, daqueles que não foram seleccionados para o estudo de A. B. Lopes, em parte por serem considerados de fabrico exógeno⁶⁸.

A concluir, não queremos deixar de lembrar a hipótese deixada por A. de Almeida Fernandes, sobre a origem do topónimo Baiões, já que nada leva a crer que possa tratar-se de um nome de família, relacionado com a estirpe que se desenvolveu a norte do Douro e que nada tem a ver com a região de Lafões. Segundo aquele ilustre medievalista, depois de lembrar que o topónimo se localiza numa zona de forte influência moçárabica, pode-se “ver em Vaiões uma forma anterior Vaiones, plural do n. pessoal ár. Walid (Ualid), isto é Walidones, pois que plurais românicos de antropónimos arábicos não faltam”⁶⁹. É bom lembrar que se chamava precisamente al-Walid o califa omíada (705-715), em nome do qual se deu a invasão árabe da Península e se realizaram os primeiros pactos com a população indígena. No dizer de uma crónica árabe, em *Gilliqiya*, da qual esta região fazia parte, “as suas gentes foram a Muça, pedindo-lhe um acordo”. É segundo P. Chalmeta, já acima citado, estava-se no ano de 714. Ora, pode dar-se o caso de que as tais “gentes do pacto” tenham deixado na toponímia local, não apenas a memória do lugar onde se deu um desses acordos (*Sulb*), mas também da fortaleza donde elas passaram a ser controladas pelos súbditos de al-Walid (*Walidones*).

Toda esta problemática é do máximo interesse, tanto mais que se trata da abordagem de uma época ainda mal conhecida e da contextualização da presença em território português, nos inícios do século X, de um Príncipe asturiano (Bermudo Ordonhes) e de um Rei (Ramiro) que, depois de se assumir enquanto tal, ainda em Viseu, irá tornar-se um dos mais prestigiados monarcas leoneses, vencedor do califa Abd al-Rahman III, na memorável batalha de Simancas.

⁶⁷ SENNA-MARTINEZ, João Carlos – Entre Atlântico e Mediterrâneo: Algumas reflexões sobre o grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular, in *A Idade do Bronze em Portugal: discursos do poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p.122.

⁶⁸ É indispensável que o Centro Regional das Beiras, da Universidade Católica Portuguesa – actual guardiã do espólio do castro de Baiões – reúna condições para que tais materiais voltem a estar disponíveis, para efeito de pesquisas complementares, como esta, que tem o objectivo de avaliar a possibilidade da Senhora da Guia ter tido uma ocupação alto-medieval, por restrita que fosse a estrutura militar da época.

⁶⁹ FERNANDES, A. de Almeida – A toponímia da Beira Alta no “Dicionário Onomástico etimológico” de José Pedro Machado. *Beira Alta*. 48:3-4. Viseu (1989) 385-386.



Fig.1 – Vista a partir da encosta norte do monte de Nossa Senhora do Castelo (Vouzela):
 A – Castro da Senhora da Guia, Baiões; B – Monte das Massarocas, Bordonhos;
 C – Caldas de S. Pedro do Sul. Em último plano vê-se a Serra da Arada.

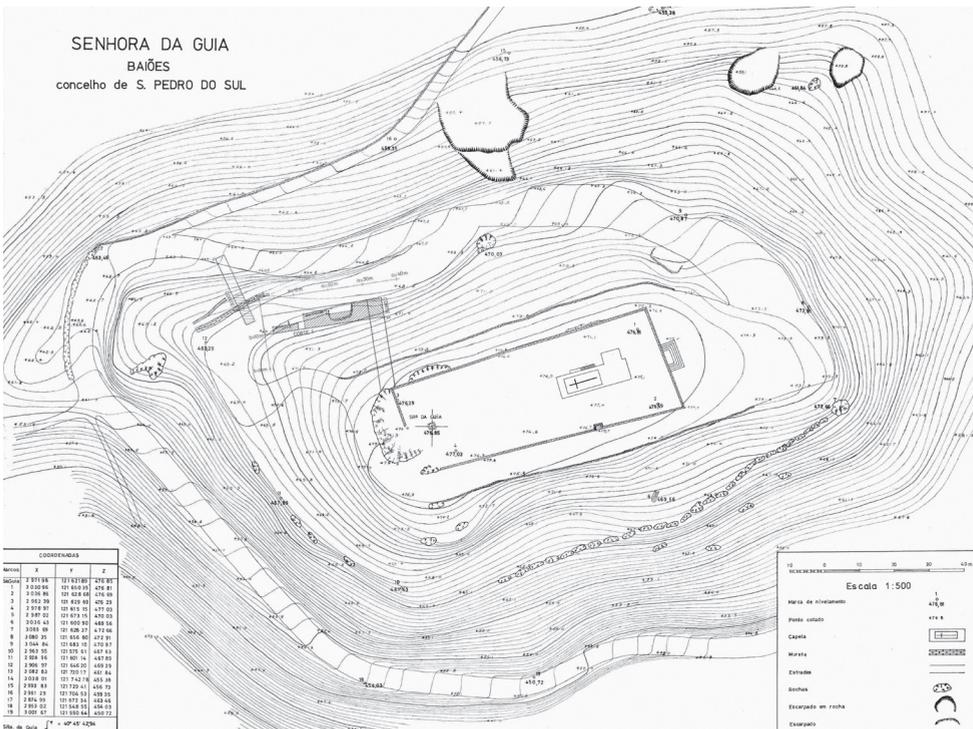


Fig. 2 – Plataforma superior do monte da Senhora da Guia, com a implantação dos locais de escavação arqueológica. Desenho de Philine Kalb.



Fig. 3 – Capela e entrada da Quinta do Paço de Moçâmedes.

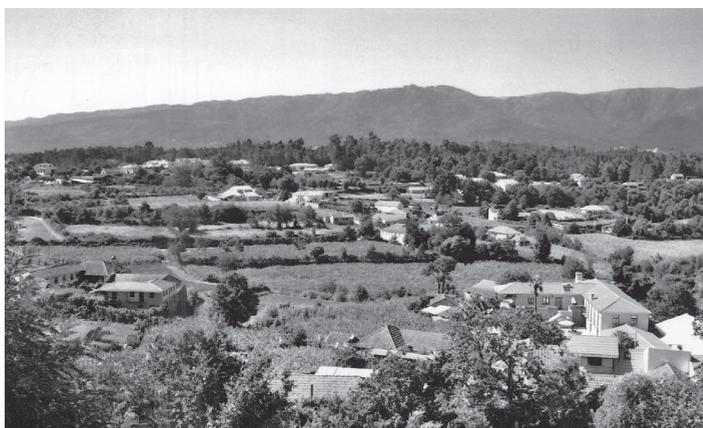


Fig. 4 – O planalto de Bordonhos, visto do adro da igreja: à direita, está a Casa do Paço.



Fig. 5 – Portão da Casa do Paço, em Bordonhos.



Fig. 6 – Capela de São Martinho, anexa às termas romanas de S. Pedro do Sul.



Fig. 7 – a: ajimez de San Salvador de Valdedios (Astúrias);
b: comparação do mesmo ajimez com o fragmento existente na capela de São Martinho.
Arranjo gráfico de Cláudio Almeida.



Fig. 8 – Trecho das termas romanas de S. Pedro do Sul.



Fig. 9 – Sarcófago de Serrazes.

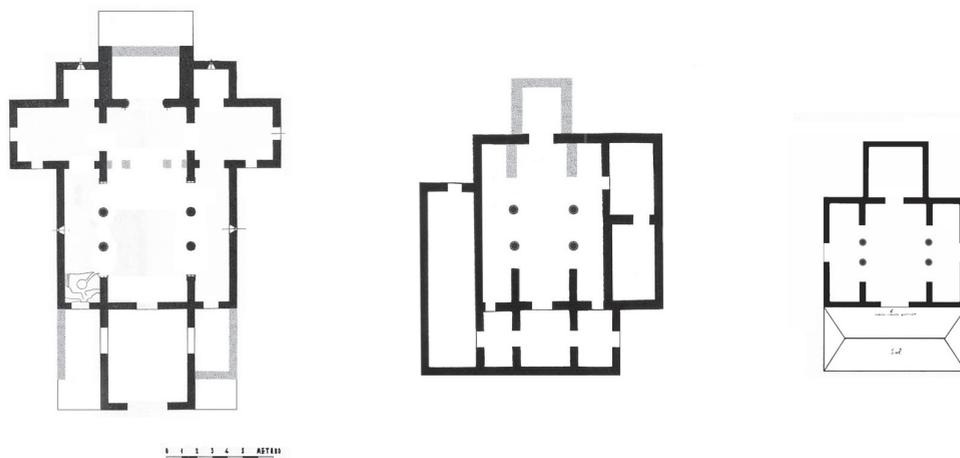


Fig. 10 – Comparação entre as plantas de S. Pedro de Lourosa (Oliveira do Hospital), S. João do Prado (Vila Nova de Foz Côa) e S. Pedro de Balsemão (Lamego).
Desenhos do autor com base em levantamentos, respectivamente, da DGEMN/Paulo A. Fernandes, de A. N. Sá Coixão e D. José Pessanha; arranjo gráfico de Cláudio Almeida.

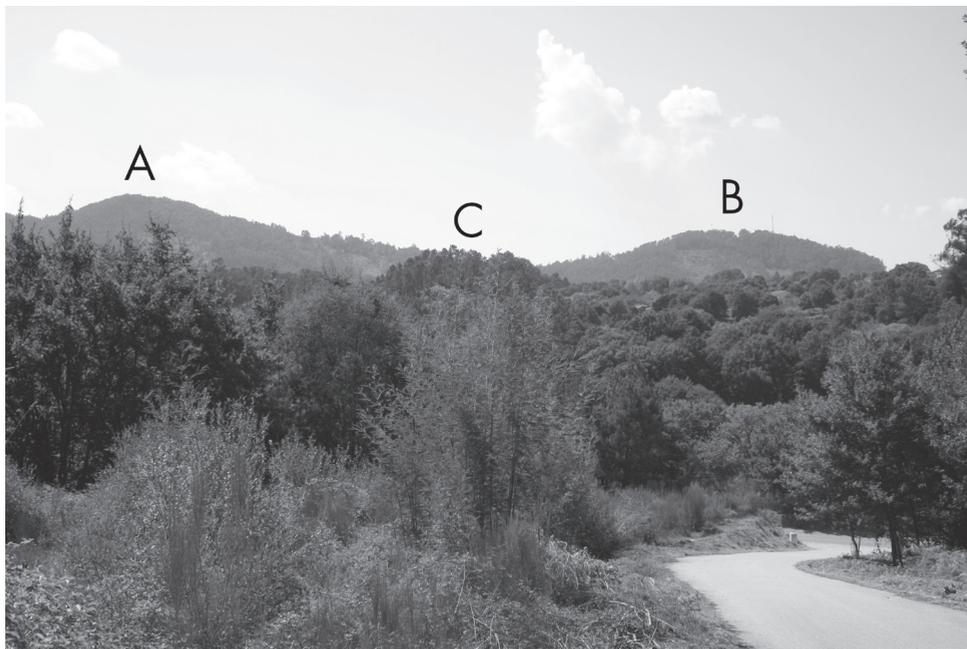


Fig. 11 – Vista geral dos montes Lafão (A) e de N^o S^a do Castelo (B).
Mais em baixo, ainda se vê parte do monte da Atalaia (C), que fica sobranceiro à ribeira de Ribamá.

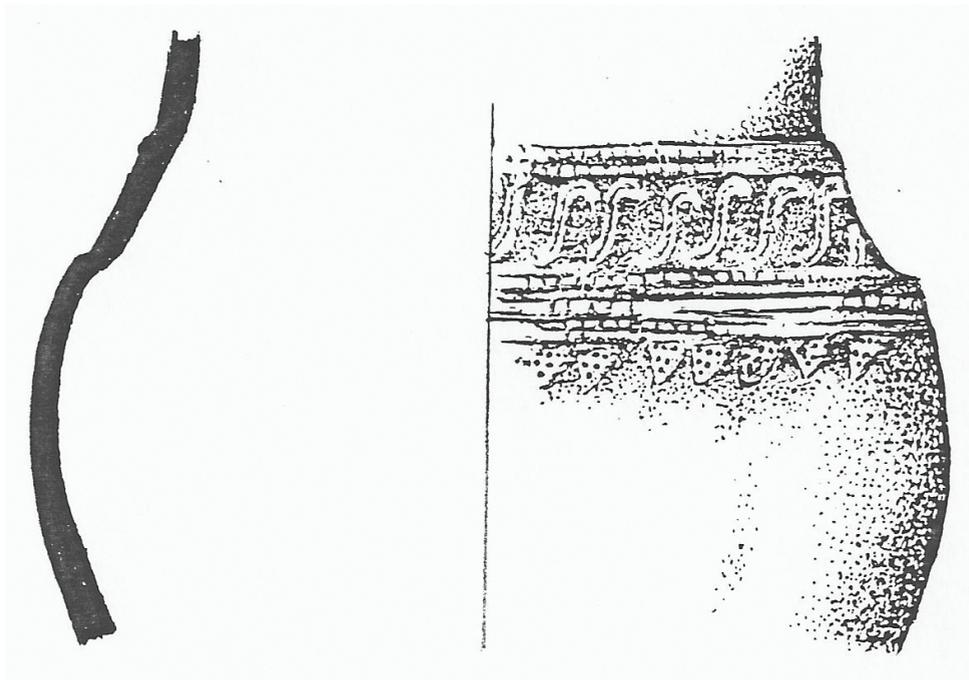


Fig. 12 – Vaso de cerâmica estampilhada, classificado da fase II de Baiões.
Desenho de A. Baptista Lopes.

Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII

Paula Pinto COSTA
FLUP/CEPESE

Resumo

Os Templários podem ter chegado ao norte do Condado Portugalense nos inícios da década de 20 do séc. XII, antes da sua instalação em Soure, datada de 1128. Em Braga compram diversos bens, demonstrando uma preocupação de concentração de propriedades. Desta forma, criam uma primeira base de assentamento que gerou um ambiente de confiança nestes freires. Este interesse de fixação no território bracarense, centro diocesano de primeira importância, clarifica-se no contexto da definição da dimensão política e eclesiástica do próprio condado. O interesse da Família Condal em atrair homens de religião associados a Jerusalém encontraria eco nos objetivos das Ordens Militares, que também teriam toda a conveniência em dominar territórios peninsulares.

Palavras-chave: Templários; Condado Portugalense; Braga; século XII

Abstract

The Templars may have come to the north of Portugalense County at the early twenties of the XII century, before their settlement in Soure in 1128. In Braga, they bought some lands, demonstrating the aim of concentration of some properties. In this way, they create a first territorial base which supported the trust on these friars. This interest within Braga, an important diocesan center, is clarified in the context of political and ecclesiastical county background. The interest of the Portugalense Family in attracting these religious men associated with Jerusalem find echo in the objectives of the Military Orders, which would also have all the convenience to dominate peninsular territories.

Keywords: Templars; Portugalense County; Braga; XIIth century

Do ponto de vista documental há indícios de que os Templários podem ter chegado ao norte do que viria a ser Portugal antes de 1128, data que a historiografia tem acentuado como princípio da sua instalação em Portugal, tendo como base a doação de Soure datada de 19 de março de 1128¹. Não desmerecendo esta extensa doação e o seu significado no contexto do próprio Condado Portucalense e da Ordem do Templo, legitimada no plano internacional no concílio de Troyes (1129²), torna-se importante perceber os seus antecedentes.

No âmbito de um enquadramento mais ligado à história da fronteira sul do Condado Portucalense têm sido apontadas diversas razões que clarificam a opção de D. Teresa de doar a terra de Soure aos Templários em 1128. Entre os fatores que mais influência tiveram pode contar-se o desguarnecimento das terras mais meridionais e as elevadas exigências que colocavam, o envolvimento de D. Teresa em problemas em Coimbra, em resposta ao cerco que os Almorávidas puseram à cidade em julho de 1116 e a aposta em interesses mais próximos da Galiza. Os recentes biógrafos de D. Teresa continuam a defender que nos primeiros anos de viuvez, a condessa terá mantido a linha de orientação do marido e que a partir de 1116 desenvolveu a aproximação com a Galiza e, em particular, com os senhores de Trava, especialmente, relevante no início dos anos 20³. Em paralelo, desenvolvia-se o processo de criação e afirmação dos Templários, num ambiente favorável às Ordens Militares. De facto, todos estes elementos terão contribuído para que D. Teresa assumisse que era importante fixar estes cavaleiros na zona norte de Coimbra em 1128. Neste seguimento, em 1131, Afonso Henriques muda-se de Guimarães para Coimbra, no que é reconhecido como um facto de grande importância histórica pelo seu significado, e a partir daqui projeta o avanço do seu domínio para sul⁴. Neste sentido, tem especial eco a confirmação da concessão de Soure de 1129⁵, a par da construção do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1131⁶ e da fundação do castelo de Leiria em 1135⁷.

A doação de Soure (1128), pelas características que apresenta, torna-se mais clara num quadro de confiança nos Templários, granjeado algum tempo antes. Tratava-se de uma terra extensa, distante da área de fixação privilegiada da família condal (à época, em Guimarães), de ocupação precária, com um povoamento rarefeito e de localização muito exigente, face à pressão almorávida. Estas circunstâncias pressuporiam

¹ *DMP, Régios*, doc. 79; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple* (1913), doc. 10, p. 7. Tradução para português por AMARAL; BARROCA (2012), p. 340. Sum. FERNANDES (2009), pp. 233-234.

² DEMURGER (2006), p. 36 e 72. O Concílio de Troyes reuniu-se no dia de Monsenhor Santo Hilário (13 de janeiro) no Ano da Encarnação de 1128, o que corresponde ao ano de 1129. Segundo R. Hiestand, a datação usada nesse momento no nordeste de França obedecia ao estilo florentino da Anunciação, pelo que o ano novo tem início a 25 de março e não a 1 de janeiro.

³ AMARAL; BARROCA (2012), p. 187, 193 e 222-223. MATTOSO (2006), p. 36. MARQUES (1996), pp. 21-22. Em maio de 1117, D. Teresa está em Coimbra quando se intitula rainha.

⁴ MATTOSO (2006), p. 75.

⁵ TT, *Gav. VII*, m. 13, nº 5 e *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 2, doc. 1179, p. 494. Sum. FERNANDES (2009), p. 234.

⁶ MATTOSO (2006), p. 85.

⁷ MATTOSO (2006), p. 108.

uma ponderação atenta em relação à instituição a que se confiariam essas terras. O reconhecimento internacional da regra dos Templários no concílio de Troyes⁸ foi o culminar de um ambiente propício à nova Ordem e consolidaria esta garantia, na senda de um conhecimento prévio destes freires resultante da sua criação cerca de 10 anos antes. Nesta estratégia de reconhecimento, o próprio rei de Jerusalém, entre 1119 e 1126, terá pedido a Bernardo de Claraval para obter do Papa a aprovação da Ordem⁹. Com propósitos semelhantes, entre 1127 e 1129, o Mestre Hugo de Payns, juntamente com outros freires, percorreu o Ocidente, procurando a divulgação da Ordem, bem como a obtenção de donativos e a atração de vocações para o novo instituto. Tanto quanto se sabe, os objetivos alcançados foram bastante satisfatórios. Hugo de Payns era oriundo da região de Champagne que, no início do séc. XII, começava a ser um dos centros mais notáveis do comércio europeu e uma das praças mais ativas do mercado de capitais, o que pode ter contribuído para o seu leque de relacionamentos e, em consequência, para a concretização das suas aspirações.

No caso Português, a evidência documental confronta-nos com alguns dados atribuídos a uma cronologia ligeiramente anterior a estes episódios e que, deste modo, antecipam a chegada dos freires do Templo ao Condado Portugalense e se mostram indispensáveis à criação de uma relação de confiança nos mesmos. Estes documentos, apesar de terem chegado até nós por via de cópias incluídas no cartulário da Ordem de Cristo feito a mando de Fr. Pedro Álvares Seco no séc. XVI, devem merecer-nos a maior atenção. Referimo-nos em concreto a cinco documentos, que passamos a indicar de forma sumária.

Em 31 de maio de 1122¹⁰, D. Sicuva¹¹ Aires e seus filhos vendem uma herdade que tinham na cidade de Braga, por dois morabitanos, a “*vobis Iherosolimitani Templi militibus*” Paio Gontemires e Martinho Pais, situada junto de um poço do hospital que os freires tinham.

Em 1 de maio de 1123¹², Pedro Nunes vende, pelo preço de 4 “*bracales*” e um poçal de vinho, aos “*fratribus*” do Tempo, a saber, a Pedro Grialal e a Martinho Pais, em nome de “*magistri domni Ugonis*”, uma herdade em Vilar sob Monte Morgoto, termo de Braga, em direção ao Rio Este, acima do porto de Luso. Esta herdade localizava-se junto a uma outra não especificada, mas que já era do Templo.

Em agosto de 1125¹³, Egas Soares vende a “*magister domno Ugo et fratres vestros*

⁸ DEMURGER (2006), p. 36 e 72.

⁹ *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple* (1913), doc. 1, p. 1.

¹⁰ TT, *OC/CT*, 233, fls. 190-190v; TT, *OC/CT*, 234, fl. 153v; BNL, *Registo Geral*, 736, fls. 294v-295. Sum. FERNANDES (2009), p. 233 e ref. SANTOS (2011), p. 35. Viterbo data este documento de 1152, admitindo que o “X” final seria aspado [VITERBO (1984), tomo 2, p. 585]. No entanto, o documento que citaremos de seguida, datado de 1123.05.01, também refere Martinho Pais, apresentando-o como contemporâneo do mestre D. Hugo. Atendendo a que D. Hugo exerceu esta dignidade até 1136, é de admitir que o documento em causa seja relativo ao ano de 1122.

¹¹ Ou Ejeuva, segundo VITERBO (1984), tomo 2, p. 585.

¹² TT, *OC/CT*, 233, fls. 190v-191; TT, *OC/CT*, 234, fls. 154v-155; BNL, *Registo Geral*, 736, fls. 297-297v. Sum. FERNANDES (2009), p. 233. Publ. COSTA (1771), nº 7, pp. 167-168.

¹³ TT, *OC/CT*, 233, fl. 191. Sum. FERNANDES (2009), p. 233.

de illo Temple”, uma herdade em Lourosa, sob Monte Souto em direção ao Rio Maior que passa a norte do castelo de Santa Maria da Feira, pelo preço de 23 morabitinos de ouro. A presença nesta área era significativa, dado que certas terras, entendidas no sentido de tenências, eram governadas por vassalos da família condal e do próprio D. Afonso Henriques¹⁴. No contexto senhorial desta zona, a Ordem do Hospital viria a ter, pelo menos no séc. XIII, uma posição mais consolidada quando comparada com as do Templo, Avis e Santiago¹⁵.

Em 21 de agosto de 1127¹⁶, Pedro Godinho e Adosinda Pais, sua mulher, vendem a Fr. Pedro Dias e aos “*militibus Templi*”, uma herdade em Vilar, território de Braga, junto ao Rio Este sob Monte Espinho, pelo preço de 8 soldos. Esta compra reforça a posição dos freires nas imediações do Rio Este. A curto prazo, a fixação neste território daria origem a diferendos, como se percebe por uma sentença outorgada em 1148, atendendo a um conflito entre o Mestre D. Gualdim e Godinho Godins por causa da herdade de Bouça Mala, situada acima do Rio Este. O resultado deste caso foi desfavorável a D. Gualdim e aos Templários.¹⁷

Por último, pelos anos de 1126-1128¹⁸, D. Teresa doa Fonte Arcada (Penafiel) aos “*militibus Templi Salomonis*”. A versão que se conhece deste documento pode constituir apenas a minuta que estaria na base da própria doação, que seria reforçada pela outorga de uma série de bens provenientes de figuras particulares inumerados no texto, num total de 18 concessões. Quanto à data deste diploma, Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo é de opinião que deverá ser antecipada, pelo menos, para 1126, atendendo às circunstâncias de desenvolvimento da governação de D. Teresa no quadro do Condado Portugalense. Neste raciocínio argumenta que, até 1126, a soberania de D. Teresa era incontestada e daí resultava a sua capacidade de decisão em relação a este assunto¹⁹. Em reforço desta cronologia, Viterbo aponta Guilherme Ricardo como mestre Templário em Portugal mesmo antes de 1126²⁰.

Em função dos dados que acabamos de apresentar, podemos destacar alguns aspetos que nos parecem bastante significativos. Antes de mais, sublinhar que todos estes documentos antecedem a doação de Soure de 1128. Em segundo lugar, não se fala em Ordem, mas em freires do Templo, precisamente num tempo em que a regra da Ordem ainda não tinha sido redigida ou, pelo menos, oficialmente confirmada. Em terceiro lugar, três dos cinco documentos são relativos a propriedades situadas em Braga, um outro diz respeito a bens localizados no atual concelho de Santa Maria da Feira e outro a propriedades em Fonte Arcada de Penafiel. A própria apostila da doação

¹⁴ VENTURA (1996), pp. 542-545.

¹⁵ MATTOSO; KRUS; ANDRADE (1989), mapas 96, 97, 98 e 99.

¹⁶ TT, *OC/CT*, 233, fls. 191-191v; TT, *OC/CT*, 234, fls. 155-155v; BNL, *Registo Geral*, 736, fls. 297v-298. Sum. FERNANDES (2009), p. 233.

¹⁷ TT, *OC/CT*, 234, fls. 155v-156 e VITERBO (1984), tomo 2, p. 585.

¹⁸ *DMP*, vol. I, tomo 1, doc. 77, pp. 99-100. A propósito deste documento, são dados esclarecimentos importantes em *DMP*, vol. II, tomo 2, nota XXI, p. 593.

¹⁹ VITERBO (1984), tomo 2, p. 584.

²⁰ VITERBO (1984), tomo 2, pp. 583-584.

de Soure aos Templários, de abril de 1128, diz que o mestre templário Raimundo Bernardo estava em Braga quando roborou, ou seja, homologou esta carta²¹. Em quarto lugar, estes documentos guardam memória de vendas aos Templários. Em causa estão bens localizados junto de outros que os freires já possuíam, o que demonstra uma preocupação de concentração de propriedades para criar uma base de assentamento. Assim sendo, tudo indica que estes freires estavam à procura de condições de estabelecimento no Condado Portugalense, apostando na compra de bens numa altura em que ainda não possuíam um carisma relevante que atraísse a atenção de potenciais doadores, como viria a acontecer num futuro próximo. A este nível, a citada doação de Fonte Arcada por parte de D. Teresa parece constituir um forte incentivo à entrega de diversos bens que estariam na base da criação de um domínio mais amplo, atendendo ao envolvimento de quase duas dezenas de pessoas dessa mesma localidade na entrega de bens patrimoniais aos freires²².

Por sua vez, entre 1118-1128²³, o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, dotou um hospital em Braga com determinados bens que possuía nesta cidade e seu termo antes de ser eleito arcebispo. O carácter lacónico desta informação impede-nos de saber se apresenta relação com o hospital referido na doação de 1122 anteriormente citada. Em concreto, estavam em causa as herdades de Santa Tecla (atual freguesia de São Victor, da cidade de Braga), de *Exevanos* e de Quintela (lugar da freguesia de Santa Maria de Lamas, concelho de Braga) e a vinha da cidade. Dois terços dos frutos aqui produzidos destinavam-se à construção da ponte de *Catavo*, enquanto decorressem as obras, e a restante terça parte seria aplicada no cuidado dos pobres; terminada a ponte, a totalidade dos rendimentos seria para os pobres. As dúvidas são, de facto, assinaláveis. O próprio título relativo a este documento diz que ele consta de uma “*Donatio quam dedit archiepiscopus domnus Pelagius Hospitali Iherosolimitano*”, ou seja, à Ordem do Hospital²⁴. Por outro lado, na confirmação feita por D. João Peculiar, e depois de indicadas as testemunhas, é dito “*Et sciendum est omnibus quod ego Iohannes Bracarensis archiepiscopus nihil aliud dedi Templensibus nec eis kartam feci nisi de hoc tantum quod continetur in carta isti predecessoris nostri bone memorie domni Pelagii.*”²⁵. Ou seja, “*E*

²¹ *DMP*, *Régios*, doc. 79; *Cartulaire général de l’Ordre du Temple* (1913), doc. 10, p. 7. Tradução para português por AMARAL; BARROCA (2012), p. 340. Citado por VITERBO (1984), tomo 2, p. 584.

²² *DMP*, vol. I, tomo 1, doc. 77, pp. 99-100. A propósito deste documento, são dados esclarecimentos importantes em *DMP*, vol. II, tomo 2, nota XXI, p. 593.

²³ *Liber Fidei*, doc. 560, pp. 359-360. O intervalo cronológico apontado no *Liber Fidei* tem em conta o ano da elevação de D. Paio a arcebispo de Braga (1118) e o da passagem de D. Bernardo de arceediago a bispo de Coimbra (1128).

²⁴ No sumário deste documento, apresentado na edição do *Liber Fidei*, doc. 560, pp. 359-360, este hospital é atribuído à Ordem do Templo, embora na transcrição documental Avelino de Jesus Costa distinga o termo hospital, enquanto edifício assistencial ou Ordem Militar, recorrendo ao uso da letra inicial minúscula ou maiúscula respetivamente.

²⁵ *Liber Fidei*, doc. 560, pp. 359-360. Na nota 1 da p. 359, é dito que “É difícil saber se o hospital dotado por D. Paio Mendes é o que fundou Pedro Ourives ou outro, porque a vasta documentação referente à posse de um hospital em Braga, no séc. XII, pela Ordem do Templo é *um tanto contraditória ou pelo menos confusa*, afirma Rui de Azevedo”.

*saibam todos que eu, João, arcebispo de Braga, nada mais dei aos Templários, nem lhes outorguei carta, excepto unicamente aquilo que está contido na carta deste (istius) nosso antecessor de boa memória, D. Pelágio*²⁶. Embora os Hospitalários se diferenciasssem pelo seu programa assistencial a peregrinos, também os Templários teriam um hospital em Braga, sem que a documentação seja suficientemente explícita em relação a estas estruturas de apoio e aos seus proprietários. Em agosto de 1145²⁷, o arcebispo D. João, com o seu cabido e com o consentimento de D. Afonso Henriques, confirma uma doação feita por D. Paio, seu antecessor, de um hospital na cidade de Braga à Ordem do Templo e doa também a estes freires metade das dízimas de todas as rendas que recebia dentro e fora da cidade. Este documento foi aprovado por D. Afonso Henriques, em 1146²⁸ e ratificado por bula de Alexandre III²⁹. No caso dos freires Hospitalários, a sua atuação assistencial foi distinguida também com a entrega de um hospital em Braga, em 19 de julho de 1145, mandado edificar por Pedro Ourives³⁰.

O apuramento do momento exato de instalação dos Templários em Portugal não se consegue aferir através da leitura dos documentos que indicamos. Uma inquirição de 1314³¹ permite colocar a hipótese de antecipar a chegada dos Templários ao Condado Portugalense. De facto, algumas das testemunhas inquiridas fazem recuar até ao Conde D. Henrique esse passado dos Templários em Portugal, embora esta referência deva ser entendida com reserva, pois baseia-se num exercício de memória em relação a um tempo muito recuado, ou seja, cerca de 200 anos. Em sentido distinto, outras pessoas inquiridas fixam esse acontecimento apenas no tempo de D. Afonso Henriques³². Face às respostas que dão, presume-se que, em alguns pontos do articulado, estaria em causa a determinação do momento da instalação destes freires.

“Item disse no IIº artigo que ouvira dizer sempre e era fama e creença na terra e que el assy o criia que o dicto Conde avendo guerra com mouros que os Freyres Templeyros veeron a el e pediron-lhi por mercee que o queriam servir e que lhis desse en que se mantevessem e de podessem a mouros fazer guerra.

Item disse no IIIº artigo que ouvira dizer e era fama e creença e que assi o criia el per certo que esto meesmo pedirom os Templeyros al Rey don Affonso seu filho e que assi lho fezera o dicto Rey.”³³.

²⁶ Tradução de Manuel Francisco Ramos, a quem agradecemos.

²⁷ TT, *Gav. VII*, m. 12, n.º 2; TT, *OC/CT*, 234, fls. 153v-154. Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo* (1962), vol. II, pp. 490-491. VITERBO (1984), tomo 2, p. 585.

²⁸ TT, *OC/CT*, 234, fls. 154-154v.

²⁹ TT, *OC/CT*, 234, fl. 154v.

³⁰ O arcebispo de Braga, D. João Peculiar, juntamente com o cabido, doou aos freires de S. João o hospital e os bens a ele pertencentes que Pedro Ourives e esposa tinham mandado edificar em Braga. Publ. *Liber Fidei*, tomo I, doc. 206, pp. 237-239 e tomo III, doc. 767, pp. 508-509.

³¹ TT, *Gaveta VII*, m. 2, n.º 4, pergaminho 1.

³² VITERBO (1984), tomo 2, pp. 582-583.

³³ TT, *Gaveta VII*, m. 2, n.º 4, pergaminho 1. Transcrição cedida por José Augusto Pizarro.

Segundo esta memória, a iniciativa dependeu dos próprios Templários a quem é atribuído um pedido de fixação no Condado, que se mostra em consonância com as compras que fizeram de diversas propriedades como já indicamos.

O eventual interesse do Conde D. Henrique pelos Templários é compreensível, desde logo, no quadro da sua ligação à casa da Borgonha. O Conde D. Henrique era oriundo de uma poderosa família franca³⁴, fez parte de uma tradição de ligação ao oriente cruzado, revelou-se um político atento ao contexto da reconquista e protagonista de reconhecidas ações no domínio da reforma religiosa, emanada da Igreja romana e veiculada pelos cluniacenses, a quem mantinha uma forte ligação³⁵. A influência do mosteiro de Cluny na defesa da reforma eclesiástica gregoriana e do rito romano, introduzido no ocidente da Cristandade por Afonso VI, é inquestionável³⁶. Os reflexos desta ligação ao reino Franco tanto se manifestam no plano político como no eclesiástico, domínios que mantêm entre si uma profunda articulação.

Quando se procurava imprimir unidade e coerência às terras que integravam o Condado Portugalense era indispensável incluir no mesmo quadro de preocupações a organização religiosa³⁷. Os contornos eclesiásticos do território são tratados com tanto empenho quanto a dimensão político-administrativa, na medida em que se reforçavam mutuamente. Como é sabido, a unidade eclesiástica do Condado era posta em causa pela anterior divisão implementada neste território. Assim, a norte existira a antiga província da Galécia romana e sueva, centrada em Braga, e a sul a Lusitânia, administrada por Toledo, antiga sede dos visigodos, com fronteira no rio Douro. Depois da ocupação árabe e no contexto da reconquista, teve lugar a restauração das antigas dioceses dos reinos suevo e visigodo. Assim, Braga foi restaurada em 1071 e Toledo em 1086, o que abre uma longa discussão sobre a atribuição do título de Primaz das Espanhas, com fortes implicações políticas³⁸. Chegados ao final do séc. XI, o objetivo era fazer coincidir as demarcações eclesiásticas e políticas e fazer prevalecer os interesses de Braga em relação a outras dioceses, na qualidade de metropolita e agregadora do próprio Condado Portugalense. Importava, assim, recuperar a tradição dos suevos, em que Braga tinha este estatuto de supremacia, incluindo na sua área de jurisdição outras dioceses sufragâneas³⁹. Com o propósito de defender os direitos de Braga, de 1101 a 1103, o Conde D. Henrique desloca-se a Roma, podendo mesmo ter chegado a Jerusalém⁴⁰, e desenvolve o seu interesse pelas realidades relacionadas com a Terra Santa. Por sua vez, D. Hugo, inicialmente arcebispo de Santiago de Compostela e depois bispo do Porto, teria ido em peregrinação a Roma e Geraldo, bispo de Braga, também o teria feito no tempo de Pascoal II (1099-1118), pontífice que tinha sido legado apostólico em

³⁴ MATTOSO (2006), pp. 19-20.

³⁵ RUAS (1990), p. 192; MATTOSO (2006), pp. 19-20. AMARAL e BARROCA (2012), pp. 25-44.

³⁶ MARQUES (1996), p. 14.

³⁷ Os elementos sobre esta questão podem ser amplamente consultados em: MARQUES (1999), pp. 199-222; MARQUES (2002), pp. 7-57; AMARAL (2007); AMARAL; BARROCA (2012), pp. 270-287.

³⁸ MARQUES (2002), pp. 201-202.

³⁹ MARQUES (1996), p. 19.

⁴⁰ RUAS (1990), p. 193. MARQUES (1996), pp. 18-19.

Espanha (sob a designação de cardeal Rainério) e que legitimou a Ordem de S. João de Jerusalém em 1113⁴¹. A influência destas viagens na viabilização das Ordens Militares no ocidente da Península terá sido notável. No Condado Portugalense, o ano de 1112 assistiu a mudanças relevantes, que poderão ter desencadeado o ambiente propício à instalação das Ordens Militares no contexto bracarense. O Conde D. Henrique morre em Astorga, em 22 de maio de 1112 e escolhe Braga para local de sepultura, o que se compreende, tanto mais que, a um mês de falecer, entregou o senhorio de Braga ao respetivo arcebispo, D. Maurício Burdino⁴².

No quadro da interpretação da fixação precoce de Templários em Braga, deve sublinhar-se a circunstância de se tratar de um território crucial nesta fase preparatória da estabilização da fronteira política e eclesiástica, na medida em que o Condado constituía uma parcela na órbita do reino Leonês. A procura da razão da presença dos Templários em Braga excede a própria história destes freires, na medida em que, à data, este espaço associado a uma matriz eclesiástica, era crucial no contexto ibérico. Por outro lado, a identificação das Ordens do Hospital e do Templo com Jerusalém e com a cruzada, proclamada em 1095, constituía uma memória conhecida da casa de Borgonha. Sob este enquadramento clarifica-se, por um lado, o interesse da Família Condal em atrair homens de religião associados a Jerusalém, e, por outro, o esforço de instalação feito pelos próprios freires, reiteradamente afirmado pela compra de bens em Braga, centro diocesano de primeira importância e de que os seus representantes fariam propaganda junto da cúria pontifícia.

A presença precoce das Ordens Militares no noroeste peninsular não é um dado novo. Por exemplo, a Ordem do Hospital ter-se-á fixado no mosteiro de Leça, provavelmente a partir de 1112⁴³, apesar de só ter sido formalmente reconhecida pela bula *Piae Postulationes* de 1113⁴⁴. Esta cronologia vai de encontro ao facto de em 1102-1114, Ricardo, legado apostólico, obrigar os prelados diocesanos espanhóis a protegerem o Hospital de Jerusalém e a respeitarem as benesses que os fiéis lhe faziam⁴⁵. A este nível, sublinhe-se que há dados que comprovam a presença dos freires sanjoaninos na Catalunha em 1108, em Aragão em 1111, em Leão em 1113 e em Castela em 1116⁴⁶. No caso da Ordem do Santo Sepulcro, atesta-se a sua presença na Galiza em 1114, ou seja, 14 anos antes da aceitação da Regra de Santo Agostinho

⁴¹ MARTINS (1957), p. 177. AMARAL; BARROCA (2012), p. 275 (com referência à viagem de S. Geraldo em 1103, talvez na companhia do Conde D. Henrique) e p. 286 (com referência à ida de D. Hugo a Roma em 1115 e em 1116).

⁴² FERREIRA (1928-1935), vol. 1, pp. 232-233.

⁴³ *Cartulaire Général de l'Ordre des Hospitaliers* (1894), vol. 1, nº 30.

⁴⁴ COSTA (1997), vol. 5, pp. 97-107.

⁴⁵ GARCIA LARRAGUETA (1957), p. 35. Segundo este historiador, o ponto de irradiação para Espanha foi feito a partir da Catalunha, onde tiveram lugar as primeiras doações, a partir do ano de 1108.

⁴⁶ GARCÍA TATO (2004, edit.), tomo I, pp. 12-13, recordando a proposta de Domingo de Aguirre. García Tato, na obra citada, começa o *corpus* documental com um diploma de 1100, relativo a uma venda de Sancha Garcia ao conde D. Álvaro e à sua mulher, a condessa D. Sancha Fernandes, dos bens que havia herdado dos seus avós, incluindo a igreja de S. João de Ove (doc. 1, pp. 107-108).

(1128) por parte desta Ordem⁴⁷.

Os factos enunciados para o caso do Condado Portugalense situam-se num contexto muito particular. Em 1112-1113⁴⁸, a diocese de Porto foi restaurada por D. Hugo, oriundo da Borgonha e com ligação a Santiago de Compostela, onde tinha sido arcebispo e fiel a Diogo Gelmires, participando numa ampla estratégia de afirmação de Compostela. Nesta sequência, D. Hugo pode ter viabilizado a instalação dos Hospitalários em Leça, garantindo o reforço da peregrinação em direção a Compostela. No início do 2º milénio, quando teve lugar uma ampliação dos centros clássicos de peregrinação (Jerusalém e Roma), incluindo-se o espaço peninsular neste universo (Compostela), a Ordem de S. João adquiriu um grande protagonismo, pois constituiu uma garantia de internacionalização da peregrinação a Santiago de Compostela. Esta Ordem fez parte de uma estratégia de dinamização do noroeste peninsular, que coloca lado a lado política e peregrinação.

O território bracarense ficou associado aos primórdios dos Templários e dos Hospitalários em Portugal e ao desenvolvimento das suas estruturas de governo, dado o volume de propriedades que aí teriam. Por exemplo, em junho de 1144⁴⁹, Afonso Peres, por ordem régia, doa, com reserva de vida, aos freires do Templo a herdade de S. João de Rio Frio. Logo no ano seguinte, está documentado um comendador aí em funções, sinal da importância desta propriedade. Com efeito, em 23 de julho de 1145⁵⁰, decorria um litígio entre a Sé de Braga, por um lado, e D. Humberto, comendador de Rio Frio da Ordem do Templo, D. Paio, procurador do Hospital e D. P. Nunes cavaleiro e os homens de Dadim e Lamações, por outro, por causa das águas de Dadim⁵¹. No caso dos Hospitalários, temos conhecimento do comendador de Aboim D. Paio⁵², para o ano de 1145, sinal da amplitude das propriedades que a Ordem possuía no norte de Portugal.

O património na posse destas instituições não pára de aumentar. A Ordem do Templo continua interessada em comprar bens em Braga, como demonstra uma venda, feita na segunda metade do séc. XII⁵³, pela qual Sancha Viegas e seus filhos vendem a Pedro Arnaldo, “P” do Templo, uma herdade em Braga, situada na direção do Rio Cávado, e um casal junto de outro que a Ordem recebera de D. Teresa. A estratégia de concentração de propriedades permanece, o que é bastante interessante.

Cem anos depois dos documentos que destacámos, as inquirições régias de 1220 abundam em referências às Ordens Militares e permitem contabilizar as propriedades

⁴⁷ GARCÍA TATO; PIÑEYRO MASEDA (enero-diciembre 2012), p. 74.

⁴⁸ AMARAL; BARROCA (2012), p. 286. Eleito em 1112 e sagrado em 1113.

⁴⁹ TT, *OC/CT*, 234, fls.170-170v (com data de 1145.06); BNL, *Registo Geral*, 736, fls. 326v-327.

⁵⁰ *Liber Fidei*, doc. 826, pp. 259-260.

⁵¹ COSTA (1994), pp. 75-82.

⁵² *Liber Fidei*, tomo III, doc. 826, pp. 259-260.

⁵³ TT, *OC/CT*, 234, fl. 155v (com data de 1157, embora seja admissível um erro de transcrição da data, devido a uma má interpretação do documento original, pois há um espaço em branco entre os vários elementos numéricos que compõem a data); BNL, *Registo Geral*, 736, fls. 298-298v (com data de 1185). Publ. COSTA (1771), nº 12, pp. 176-177 (com data de 1157).

que possuíam no norte do reino. Entre esta propriedade estavam, sobretudo, casais, quintãs, vinhas e campos. A Ordem do Hospital era a que detinha um maior número de bens patrimoniais, de que os 620 casais que lhe são reconhecidos dão contam, seguida da do Templo que tinha 143 casais⁵⁴. Estas propriedades proporcionavam aos freires avultados rendimentos e constituíam o suporte de um conjunto de relações de dependência essenciais na afirmação da sua jurisdição senhorial. No entanto, no espaço bracarense, a proporcionalidade apontada inverte-se e a Ordem do Templo é dada como proprietária de 14 casais ao lado de uma presença muito mais pontual dos Hospitalários, a quem são contabilizados apenas 4 casais⁵⁵. As razões para esta diferença não são naturalmente apontadas na fonte documental em causa. Porém, a precocidade de presença dos Templários em Braga, a par do próprio carisma desta cidade no quadro da legitimação do reino podem ter favorecido este assentamento dominial mais intenso por parte destes freires. Na definição do quadro diocesano, tão importante na 1ª metade do séc. XII, altura decisiva da instalação destas duas Ordens no Condado Portucalense, o compromisso dos Hospitalários com o projeto de peregrinação Compostelano e os seus reflexos em Leça do Balio, sob patrocínio do bispo portuense D. Hugo, ex-arcebispo de Santiago de Compostela, a par da rivalidade da diocese de Braga frente às autoridades Galegas e Castelhana-Leonesas, podem justificar uma maior cautela em relação aos Hospitalários e uma entrega de bens mais folgada aos Templários, que não constituiriam uma ameaça e representariam uma força de ligação a Jerusalém, o que era muito importante no contexto dos ideais da época e da procura de reconhecimento para Portugal. Por exemplo, em 30 de março de 1140⁵⁶, o hospitalário D. Aires era prior de Portugal e da Galiza, pelo que a estrutura organizativa da Ordem refletia uma espécie de indefinição, que marcava também o território político, já que se estava a três anos da conferência de Zamora, o que poderia alimentar alguma reserva em relação ao seu comportamento, quando se procurava afirmar a autonomia do Condado.

Em conclusão, é admissível que a Ordem do Templo, em termos gerais, tenha conhecido uma fase incipiente de formação, de carácter mais informal, na sequência da participação dos cavaleiros francos na 1ª cruzada, não tendo sido necessário esperar por 1118-20, cronologia da sua organização, nem por 1129, ano do seu reconhecimento face à hierarquia eclesiástica. A Ordem do Hospital também passou por uma experiência prévia em relação à sua legitimação, ligada à atividade sócio-caritativa dos Amalfitanos em Jerusalém. Este tipo de situação é comum nos tempos medievais, em que o documento de institucionalização mais não era do que o reconhecimento formal de uma atuação já conhecida e de mérito comprovado.

No que toca ao Condado Portucalense, há razões para se admitir a chegada dos Templários a este território, nos inícios da década de 20 do séc. XII, antes da sua instalação em Soure, datada de 1128. Essa fase inicial encontrou em Braga um

⁵⁴ TRINDADE (1971), p. 127.

⁵⁵ TRINDADE (1971), p. 133.

⁵⁶ TT, *Gav. VI*, m. ún., n.º 29; *L.N., Guadiana*, liv. 1, fls. 123v-124. Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre des Hospitaliers* (1894), vol. 1, n.º 134; *DMP, Régios*, I, doc. 260, pp. 321-323, com notas a pp. 756-758; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 12, pp. 458-461; *Livro dos forais*, vol. 3, doc. 292, pp. 28-29; GARCÍA TATO (2004, edit.), doc. 5, pp. 110-111.

território favorável para a procura de condições que viabilizassem a sua fixação. A chegada dos Hospitalários também coloca em evidência os interesses despertados pela cruzada e pelo prestígio da ligação à Terra Santa, em boa medida discutida na definição do quadro diocesano e na complexa articulação com a esfera política. No ambiente que caracterizou essa época, no contexto da peregrinação e da afirmação de Santiago de Compostela, bem como no do florescimento do Condado Portucalense, destacou-se o conde D. Henrique que, como peregrino e defensor dos valores associados às Ordens Militares, seria o mentor das condições que viriam a redundar na implantação destas instituições no Condado. Por outro lado, a reciprocidade de interesses seria clara, já que estas Ordens também teriam toda a conveniência em dominar territórios peninsulares.

O conhecimento que a Família Condal adquiriu sobre as Ordens Militares e o seu interesse pelo universo de questões ligadas ao contexto em que aparecem foram essenciais para a viabilização da introdução destas instituições no condado. A vinda da Ordem de S. João resultaria da sua vertente religiosa, consubstanciada na peregrinação e na cruzada, que estariam na base do principal atrativo reconhecido a estes freires. A dimensão assistencial a pobres também pode ter sido reconhecida aos Templários que viviam em Braga, embora com um sentido distinto da dos Hospitalários, dados os objetivos fundacionais de cada um destes institutos. A vertente militar a que os Templários que viviam ficariam ligados, na sequência da sua fixação na parte sul do Condado (Soure, 1128) e reforçada pela instalação de D. Afonso Henriques em Coimbra pelos primórdios da década de 30 do séc. XII, constituirá uma segunda forma de atuação destes freires em Portugal e que os irá distinguir nos tempos subsequentes. A própria doação do castelo de Soure é sintomática e recorda os seus beneficiários como “*militibus Templi Salomonis*”. Esta prestação militar será inequívoca na defesa da fronteira do Tejo, tão emblemática na segunda metade do séc. XII. No final dos anos 20 do séc. XII, a regra da Ordem do Templo sublinhava a primazia da sua missão bélica, desenvolvida à luz da espiritualidade da época, que ajudava a sustentar e a legitimar a confiança régia no seu contributo neste domínio. Os créditos militares alcançados no cenário internacional funcionavam no mesmo sentido e reforçavam esta convicção. Na altura em que se evidenciava claramente esta vocação guerreira dos Templários associada a estruturas de domínio territorial, de que o amplo processo de construção de fortalezas dá conta⁵⁷, afastavam-se cada vez mais os tempos da sua afirmação inicial no Condado Portucalense, e em particular em Braga, onde nos primórdios do séc. XII, o que sobressaía era a vontade de adquirir bens e de forçar uma instalação junto dos mais importantes centros político-eclésiásticos decisivos do momento.

Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos (2007), *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista : (século IX-1137)*, Porto, Edição policopiada da dissertação de doutoramento apresentada à FLUP.

AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012), *A condessa-rainha*

⁵⁷ BARROCA (1996/97), pp. 172-182.

Teresa, Círculo de Leitores.

As Gavetas da Torre do Tombo (1962 e 1977), vol. 2 e 12, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

BARROCA, Mário Jorge (1996/97), A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII, *Portugalia*, nova série, vol. XVII-XVIII, pp. 172-182.

BNL, *Registo Geral*, 736, fls. 294v-295, fls. 297-298v, fls. 326v-327.

Cartulaire Général de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem: 1100 – 1310 (1894), editado por Jean Delaville le Roulx, vol. 1, Paris.

Cartulaire Général de l'Ordre du Temple: 1119-1150. Recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple (1913), editado por Marquis d'Albon, Paris.

COSTA, Fr. Bernardo da (1771), *História da Ordem Militar de Cristo*, Coimbra, Officina de Pedro Ginioux, edição fac-similada, organizada por Manuel Gomes, Lisboa, 1997.

COSTA, Paula Pinto (1994), Uma questão em torno da água de Dadim em meados do séc. XII, *Filermo*, nº 3, Porto, pp. 75-82.

COSTA, Paula Pinto (1997), A Ordem do Hospital no Primeiro Século da Nacionalidade, in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, vol. 5, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, pp. 97-107 (republicado em *Filermo*, nº 5-6, Porto, 1996-97, pp. 123-136).

DEMURGER, Alain (2006), *A grande aventura dos Templários. Da origem ao fim*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Documentos medievais portugueses (1945-1980), Lisboa, Academia Portuguesa da História.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa (2009), *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, Porto, edição policopiada da tese de doutoramento apresentada à FLUP.

FERREIRA, J. Augusto Monsenhor (1928-1935), *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, Famacião, Mitra Bracarense.

GARCIA LARRAGUETA, Santos A. (1957), *El Gran Priorado de Navarra de la Orden de San Juan de Jerusalem. Siglos XII-XIII*, Pamplona.

GARCÍA TATO, Isidro (2004, edit.), *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén: estudio y edición documental*, Tomo I, Época Medieval, Santiago de Compostela, CSIC.

GARCÍA TATO, Isidro; PIÑEYRO MASEDA, Pablo S. (enero-diciembre 2012), Asentamiento, desarrollo y ocaso de la Orden del Santo Sepulcro en Galicia. Un panorama general y un documento singular, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LIX, nº 125, pp. 65-94.

Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae (1965-90), edição crítica de Avelino de Jesus da Costa, 3 vols., Braga, Junta Distrital.

Livro dos forais, escrituras, doações, privilégios e inquirições (1948), com um estudo de José Mendes da Cunha Saraiva, Subsídios para a História da Ordem de Malta, vol. 3, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

MARQUES, A. H. Oliveira (1996), A constituição de um condado, in *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense a crise do século XIV*.

Nova História de Portugal, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, pp. 13-23.

MARQUES, José (1999), O problema da primazia arquiépiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?, in *Studium Dilectum*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 199-222.

MARQUES, José (2002), As dioceses portuguesas até 1150, *Biblos*, LXXVIII, pp. 7-57.

MARTINS, Mário (1957), Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média, Lisboa, Brotéria (2ª ed.).

MATTOSO, José (2006), *D. Afonso Henriques*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia (1989), *O castelo e a feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa.

RUAS, Henrique Barrilero (1990), Henrique, conde D., in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, vol. III, pp. 192-195.

SANTOS, Filipa (2011), *O médio Tejo de meados do século IX à primeira metade do século XIII: militarização e povoamento*, Lisboa, edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à FLUL. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6915/1/ulfl14354_tm.pdf

TRINDADE, Maria José Lagos (1971), A propriedade das Ordens Militares nas inquirições gerais de 1220. *Do tempo e da História*, IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, pp. 125-138 [republicado em *Actas del Congreso Internacional Hispano-Portugues. Las Ordenes Militares en la Península durante la Edad Media* (1981), Madrid – Barcelona, CSIC, pp. 81-93].

TT, *Gav. VI*, m. ún., nº 29.

TT, *Gav. VII*, m. 2, n.º 4, pergaminho 1; m. 9, nº 25; m. 12, nº 2 e nº 20; m. 13, nº 5.

TT, *L.N.*, *Guadiana*, liv. 1, fls. 123v-124.

TT, *L.N.*, *Mestrados*, fls. 41v-42.

TT, *OC/CT*, 233, fls. 190-191v.

TT, *OC/CT*, 234, fls. 153v-156, fls. 170-170v.

VENTURA, Leontina (1996), Terras e Julgados, in *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portugalense a crise do século XIV*. Nova História de Portugal, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, pp. 542-545.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1984), Tempreiros, in *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, edição de Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização Editora, tomo 2, pp. 582-602.

Ermida do Paiva: reflexões e problemáticas

Lúcia Maria ROSAS

DCTP/FLUP

Maria Leonor BOTELHO

DCTP/FLUP

Nuno RESENDE

DCTP/FLUP

Resumo

Tomando como exemplo a Ermida do Paiva (Castro Daire), pretendemos com este artigo refletir e problematizar algumas das questões historiográficas relativas à arquitectura da época românica em Portugal, desde a valorização do património medieval à sua implantação no território, passando pela sua motivação fundacional perspectivada no quadro histórico português.

Palavras-chave: Ermida do Paiva/Ordem premonstratense/românico/siglas.

Abstract

With this article we want to reflect and discuss some of the historical issues concerning the Romanesque architecture, taking as an example the Ermida do Paiva (Castro Daire). Problems like the recovery of medieval heritage, the implantation in the territory or the foundational motivation in Portuguese history context are debated.

Keywords: Ermida do Paiva/premonstratensian Order/ romanesque/lapidary marks.

1. Fortuna crítica

É possível que a classificação da Ermida do Paiva como Monumento Nacional em 1916 (Decreto n.º 2 303, DG, 1.ª série, n.º 60 de 29 de março) tenha espoletado um interesse pelo conjunto edificado erguido nas proximidades de Castro Daire.

«Numa despertante madrugada de Abril, nas férias da Páscoa de 1916 [nesse ano o Domingo de Páscoa foi a 23 de Abril], abalei do Pôrto para as terras da Beira-Alta, seguindo a linha do Vale do Vouga até Viseu, onde tomei lugar num automóvel de

carreira que me levou a Castro Daire (...) dirigi-me à freguesia da Ermida do Paiva, têrmo da minha desejada peregrinação à velha relíquia românica de um mosteiro venerando, memorado hoje pela silharia elegante e sóbria de um templo que ficou pelos anos fora a desafiar os séculos e a vida passageira dos crentes, cujas orações nele se vão reunir em cânticos e palavras de santa e ingénua fé¹.»

É com estas palavras, num discurso onde o lirismo e o poético ressaltam à primeira vista, que Aarão de Lacerda (1890-1947) começa a monografia que consagrou em 1919 à hoje igreja matriz da Ermida do Paiva². Edição de autor, esta monografia foi primeiramente publicada sob a forma de três artigos³ concebidos ao modo de brado de alerta diante da eminente ruína que este templo beirão mostrava em inícios de novecentos, tal como era corrente à época⁴. São estes artigos um pretexto para Aarão de Lacerda começar a sistematizar as suas ideias em torno do românico português, da sua cronologia e das suas influências forâneas⁵.

Foi por esta altura que a historiografia que se dedicou ao estudo da arquitetura românica começou a dar ao prelo as primeiras monografias consagradas a um único edifício⁶: Pedro Vitorino (1882-1944) escreve sobre a igreja de «Águas Santas» (Maia)⁷, Aguiar Barreiros (1874-1961) publica «A Igreja Romanica de Font'Arcada»⁸, Vergílio Correia (1888-1944) consagra um à «Nossa Senhora de Carquere»⁹. É neste contexto que Aarão de Lacerda publica «O Templo das Siglas (A Igreja da Ermida do Paiva)», designação que se deve ao facto desta igreja apresentar uma grande quantidade de marcas de canteiro, cujo desenho apresenta as mais variadas formas, que o autor inventariou¹⁰.

Creemos que este é, até à data, o único edifício religioso da época românica em Portugal que continua a ser conhecido, historiograficamente, pela designação que lhe foi atribuída por um dado autor. E esta nomeação como «Templo das Siglas» não só perdura no meio da especialidade até aos dias de hoje, como também se expandiu para o meio institucional. Uma breve análise dos processos administrativos e de obra que se conservam da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) permite-nos aperceber as constantes referências a este edifício como

¹ LACERDA 1919: 15-16.

² Cf. LACERDA 1919.

³ Cf. LACERDA 1917a:220-223; LACERDA 1918: 78-80 e LACERDA 1919b: 65-76.

⁴ Para um maior desenvolvimento deste assunto *ver* BOTELHO 2013: 394-431.

⁵ Para um maior desenvolvimento deste assunto *ver* BOTELHO 2013: 267-283.

⁶ Historiograficamente, tal só foi possível tendo em conta a afirmação de conceitos já encetada por autores como Joaquim de Vasconcelos (1839-1936) ou Manuel Monteiro (1879-1952). Para um maior desenvolvimento deste assunto consultar BOTELHO 2013: 144 e ss e 258-267.

⁷ VITORINO 1927: 349-359.

⁸ BARREIROS 1917: 64.69.

⁹ CORREIA 1917: 56-60.

¹⁰ LACERDA 1919: 53.

«Templo das Siglas»¹¹, quer por parte dos serviços oficiais, quer já nos pedidos que os vários párocos encetam para a realização de obras de restauro do monumento. Além disso, na referida documentação encontramos, por um lado, uma notória referência a esta «excelente monografia» publicada «pelo distinto Professor de História da Arte, Doutor Aarão de Lacerda»¹² e, por outro, a inclusão de diversas passagens na mesma, cirurgicamente escolhidas¹³:

«É, no dizer de Aarão de Lacerda, um dos nossos mais puros exemplares do românico, pertencente à época que precedeu o estilo ogival. São ainda do mesmo autor, que estudou profundamente, em todos os seus aspectos, a fundação, a história, a arquitectura e a arte deste monumento os seguintes passos, extraídos da obra que publicou, denominada “Templo das Siglas”: “é um monumento riquíssimo da nossa história monástica rural”; “velha relíquia românica de um mosteiro memorando”; “tem beleza mística”; “representa em relação aos outros monumentos portugueses do seu tempo uma excepção que me leva a concluir da vinda a Portugal duma confraria de canteiros onde se destacavam escultores de merecimento, ou então da construção do monumento sob a direcção de um arquitecto que podia ser o próprio fundador».

Como dissemos já impera o lirismo e algum tom poético no discurso de Aarão de Lacerda, a que devemos acrescentar uma forte sensibilidade religiosa na afirmação da necessidade de se ter um certo «estado de alma especial para sentir com profundidade a sua [da igreja] beleza mística»¹⁴. Apesar da exaustiva descrição que faz, Aarão de Lacerda não descurou a análise de fontes documentais, de que se destacam as crónicas ou a carta de foral do concelho de Castro Daire¹⁵.

Aarão de Lacerda, um dos autores mais informados do seu tempo, conseguiu de forma indelével integrar o «Templo das Siglas» no «mapa do românico português» e, por consequência, no seu circuito historiográfico. Depois dele, foram vários os autores que reconheceram neste edifício aspetos de singularidade que justificaram a sua nomeação enquanto edifício demonstrativo, por exemplo, da novidade que as suas siglas tiveram ao tempo e entre nós¹⁶, ou do impacto que as influências forâneas, particularmente das vindas do Centro-Oeste de França, ou seja, do Limousin francês, tiveram em território português¹⁷. O carácter tardio do edifício é reconhecido com consenso pela historiografia da especialidade, tendo sido particularmente sublinhado

¹¹ Cf. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN, Processos Vários, N° IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001], Disponível em WWW: www.monumentos.pt.

¹² Cf. PEREIRA, Luís de Azeredo – Missiva de 19 de dezembro de 1954 [SIPA.TXT.01023262 e SIPA.TXT.01023263] PT DGEMN:DSARH – 010/072-001. Disponível em WWW: www.monumentos.pt. N° IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001].

¹³ Cf. *Idem* – Missiva de 24 de Junho de 1952 [SIPA.TXT.01023268 e SIPA.TXT.01023269] *In Idem*.

¹⁴ LACERDA 1919: 19.

¹⁵ Cf. LACERDA 1919: 34 e ss. e 75 e ss.

¹⁶ ALMEIDA 1986: 15 (legenda).

¹⁷ ALMEIDA 1987: 32.

por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996), justificado não só pelas influências estrangeiras, mas sobretudo pela constatação de que esta igreja monástica que acolheu os monges premonstratenses apresenta diversas características novas no panorama da arquitetura românica portuguesa¹⁸.

Mas devemos questionar, no entanto, se aquilo que hoje conhecemos sobre este testemunho significativo da arquitetura da época em Portugal resulta de aquisições mais recentes ou se, pelo contrário, a fortuna crítica sobre a igreja da Ermida do Paiva ficou compilada, pelas mãos de Aarão de Lacerda, às portas dos anos de 1920. Há seguramente novas achegas dadas pela historiografia da arte mais recente, aqui nomeadas e devidas fundamentalmente à figura de Ferreira de Almeida. Todavia, cremos que estas têm de ser integradas, primeiramente, numa leitura de entendimento conjunto do carácter peculiar da arquitetura que a época românica edificou no que é hoje Portugal.

Deve-se notar, ainda, que do impacto historiográfico que teve a monografia que Aarão de Lacerda consagrou ao «Templo das Siglas» resultou certamente a curiosidade crescente sobre o mesmo, pois em meados da década de 1940 há referências ao facto deste edifício ser «muito visitado»¹⁹. No entanto, no que à conservação do património imóvel e integrado toca, o mesmo não vimos a acontecer. Ao que pudemos aferir, só a partir de meados do século XX é que se começam a realizar as primeiras intervenções oficiais de salvaguarda deste monumento, primeiro sob a forma de «obra urgente» e, apenas nas décadas de 1960 e 1970, sob a forma de obras de beneficiação, restauro ou reparação²⁰.

2. Território e domínios

O mosteiro de Ermida do Paiva, de que subsiste a igreja e algumas estruturas anexas, foi edificado na cumeada de uma pequena elevação a 380 metros de altitude, situada na encosta sul do maciço de Montemuro, próximo à margem direita do rio Paiva.

Esta posição é semelhante ao local de implantação de outros mosteiros de fundação medieval. O aproveitamento de recursos hídricos, a proximidade a vias e até o transporte de materiais para a construção do edifício devem ter influído na procura do «local-ideal» demandado, por exemplo, pelos cistercienses para a instalação da sua planta-modelo. Neste caso o local devia assegurar o espaço suficiente para a instalação de um complexo e vasto programa arquitectónico. Mas não podemos deixar de assinalar um aspecto particular na fundação de certos mosteiros: a existência de estruturas anteriores, nomeadamente eremitérios²¹.

A presença de eremitas ou anacoretas conferia sacralidade e importância a certos locais e embora se conheça ainda pouco sobre este fenómeno de espiritualidade

¹⁸ Cf. ALMEIDA 1986: 107 (legenda).

¹⁹ Cf. PEREIRA, Luís de Azeredo – Missiva de 19 de dezembro de 1954. Op. Cit.

²⁰ Cf. PT DGEMN:DSARH – 010/072-001. Disponível em WWW: www.monumentos.pt. Nº IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001].

²¹ Sobre este aspeto, veja-se o trabalho pioneiro de MATTOSO 1997: 103-145.

individual no território português, parece correcto afirmar que vários ermos, eremitórios ou eremitérios serviram de base para a ocupação por comunidades de regra²². Aqueles homens que, embora isolados, não se afastavam dos caminhos e até da população, tornavam-se figuras veneradas e ocasionavam cultos de âmbito local ou regional que, quer o poder régio, quer o poder eclesiástico tentavam submeter ao seu controlo²³.

O topónimo *Ermida* é o testemunho mais concreto desta ocupação pré-monástica. Até bastante tarde a comunidade de irmãos aqui instalada continuou a ser reconhecida na documentação como *fratres* do *hermitagio* de Dom Roberto, assinalando a qualidade do local associado a tão obscura figura. De resto, já José Mattoso havia incluído *S. Miguel da Ermida de Riba Paiva*, entre um conjunto de eremitérios assinalados no século XII²⁴.

Sobre D. Roberto e a fundação do mosteiro pendem ainda várias dúvidas. O que primeiro se debruçou sobre esta questão - Aarão de Lacerda²⁵ - procurou nas fontes então disponíveis a sua origem, tendo decalcado a tradição de duas crónicas, a da «Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho», de D. Nicolau de Santa Maria²⁶ e a dos «Eremitas de S. Agostinho», escrita por frei António da Purificação²⁷. Ambos os cronistas indicavam para a Ermida uma filiação premonstratense, por intervenção directa de certos cónegos vindos a Portugal entre 1147-48 durante a cruzada de D. Afonso Henriques (r. 1143-1185) contra os muçulmanos de Lisboa. A narrativa é inconsistente em vários aspectos, nomeadamente na identificação das personagens envolvidas e na sua relação com o rei.

Segundo o relato, teria o abade premonstratense, chamado Gualter, havido um desentendimento com o monarca por este lhe não ceder o mosteiro de São Vicente e, regressado a França, deixou cair a intenção de instalar uma casa daquela ordem em Lisboa. Mas, por que razão dois dos «quatro companheiros do abade, afeiçoados à terra se deixaram ficar» e foram até ao eremitório do Paiva constituir uma filial de Premontre? Mais, porque haveria o monarca de favorecer tais monges? Como compensação pela recusa em ceder São Vicente à ordem? E sobretudo, porquê o lugar de Paiva?

Sem dúvida, porém, que a figura de Roberto está ligada a esta comunidade. O nome, de origem germânica ou franca, assinala a sua presença neste local onde foi sepultado: *Era de 1198 quando morreu o Padre Roberto no mês de Outubro*²⁸. Ou seja, no ano de 1160 teria aqui falecido o hipotético companheiro do abade Gualter que

²² Dentre os poucos estudos sobre eremitérios medievais portugueses salientámos os de AFONSO 1998 e ROSAS 2000: 47-57.

²³ São vários os casos identificados na documentação medieval, como o do eremitério de Santo Isidoro de Escariz em Vila Verde cuja posse determinou litígio em 1343 entre o cabido de Braga e o reitor de São João de Campo, cf. docs. 41 e 41a, em SARAIVA 2003.

²⁴ MATTOSO 1997: 111.

²⁵ LACERDA 1919.

²⁶ SANTA MARIA.

²⁷ ANTÓNIO DA PURIFICAÇÃO 1642.

²⁸ LACERDA 1919: 40 ss e BARROCA 2000 (volume II, inscrição 105).

doze anos antes aqui viera na companhia de outro cónego. A cronologia está, para já, a favor da narrativa.

Porém, em 1173, tendo a comunidade de frades recebido carta de protecção do cardeal D. Jacinto, aí se declara viverem os ditos cenobitas sob a regra de Santo Agostinho²⁹. Tendo falecido treze anos antes, seria afinal D. Roberto um cónego regrante e não premonstratense?

Norbert Backmund foi o primeiro investigador a questionar a tradição da fundação premonstratense de Ermida. Num país em que a ordem instituída por São Norberto não possuía raízes, nem memória histórica, Backmund recorreu às fontes dos reinos vizinhos, onde Premontre se difundiu expressivamente ao longo do século XII. O investigador começou por questionar a sujeição de Dom Roberto a uma qualquer ordem uma vez que, segundo um documento do cartulário do mosteiro de Arouca, D. Afonso Henriques lhe doara, e aos seus companheiros, em 1145 (dois anos antes dos acontecimentos de Lisboa), certos bens, sendo ele já presente em Paiva: *Ego Alfonsu Portugalensium re facio kartam donationis...tibi Rouberto et consociis tuis euisdem cenobii et sancte Marie semper virginis et beati Archangeli Micaaelis, quorum reliquie in eadem heremita habentur, que est in Ripa Pavie*³⁰. Esta doação bastaria para contradizer o percurso dos dois cónegos e a directa fundação premonstratense. Afinal, Roberto vivia já em 1145 com companheiros em Riba Paiva num cenóbio cuja ermida ou igreja fora consagrada com relíquias da Virgem e do arcanjo Miguel.

Efectivamente, estes elementos parecem refutar a fundação por Premontre, apontando antes para uma comunidade eremítica (canónica? de «monaquismo simples», segundo designação de Mattoso?³¹) mas dotada de vastos meios económicos. No ano de 1173 estavam já sob a sua jurisdição as igrejas de Santa Maria de Baltar³², São João de Pendilhe e São Pelágio de Alhões, todas a norte do Paiva e concêntricas ao mosteiro e ainda as abadias de Reriz, São Pedro de Ester e Santa Eufémia de Vandoma - as duas primeiras próximas do antigo eremitério e a segunda (supostamente) na diocese do Porto³³. O facto de a doação de 1145 se encontrar registada no cartulário do mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca sugeriu o medievalista Pedro de Azevedo (citado por Backmund) que o eremitério de Riba Paiva fosse uma filial daquele, porque dentro da sua esfera geográfica.

N. Backmund não teve, porém, dúvidas em entroncar a Ermida na família dos norbertinos, mesmo sem provas concretas desse facto antes do século XIV. Alegava, aliás, que por se regerem ambas as ordens, Regrantes e Premonstratenses, pela regra de Santo Agostinho podiam ser confundidas. Isso explicaria o facto de a documentação se referir a *priores* em Ermida e não a *abades*, uma vez que os primeiros compunham o

²⁹ Cf. BACKMUND 1959: 437 (documento 1).

³⁰ Cit. *apud ibid.*, pub. em AZEVEDO 1940: (doc. 211).

³¹ MATTOSO 1996: 55-72.

³² Backmund indica Baltar como a paróquia do Porto sujeita a Vandoma, mas trata-se claramente da localidade situada a oeste da Ermida, onde existiu um cenóbio, hoje recordado no topónimo *Mosteiro de Cabril*. Sobre a relação de Baltar com Ermida ver: GOMES 2000: 56-58.

³³ Cf. GOMES 2000: 56-58.

topo da hierarquia monástica agostiniana e, os segundos, os da premonstratense.

Mas, mesmo apesar de, quer Aarão de Lacerda, quer N. Backmund terem estado em Ermida, nenhum deles reparou na inscrição do tímpano que sobre a porta sul confirma a filiação premonstratense daquela igreja e mosteiro:

Era : Ma : CC^a : II^a : / [...] NI : [...] / [Pela]III : EPiscopO : LAMECEnSI : [...] IN : PRESBITER : P(re)MO(ns)T(ratens)IS : [...] [ip]SIus : NOMINE : + [crucem]

Foi Mário Barroca que, em 2000, publicou a leitura desta extraordinária inscrição epigráfica, aplicada a tinta ocre sobre o tímpano, felizmente conservada e que nos revela a data de sagração da igreja - ante a presença do bispo de Lamego e com a ratificação da Ordem Premonstratense, através do seu presbítero³⁴. Assim, no ano de 1214, na presença do bispo D. Paio Furtado sagrou-se a igreja da Ermida, cuja fábrica provavelmente se iniciou ainda em vida do obscuro Dom Roberto.

Somos, porém, levados a contrariar a ideia de que o período de construção da igreja começada provavelmente no terceiro quartel do século XII e sagrada em 1214, teria sido interrompido por motivos económicos, no que resultaria a dissonante articulação entre a cabeceira e o corpo da igreja e o próprio desvio em relação à orientação canónica³⁵.

Em 1173, como já referimos, o mosteiro estava já dotado de um valioso capital dominial (nomeadamente a integração do património do vizinho mosteiro de Baltar), prosseguindo uma política de doações, trocas e escambos. Pouco menos de meio século depois da sagração da igreja, em 1258, constata-se o fulgurante percurso da Ermida, referida nas Inquirições como *monasterii de hermitagio Domni Roberti*. Os inquiridores indicam a existência de um prior, João Martinho, que na companhia de outros monges (nomeadamente Domingos Joanes), testemunharam sobre a condição e sujeição temporal do mosteiro. Era do padroado e da apresentação régia, edificado em propriedade reguenga:

Nos vero inquisitores interrogantes de Johanne Martini piore monasterii de hermitagio Donn Roberti et de Dominico Johannis fratre ejusdem loci et de Johann Martini fratre similiter et de aliis fratribus, si monasterium de Hermitagio habet aliquos patronos vel heredes, omnes una vice dixerunt, quod monasterium de Hermitagio est totum Domini Regis, et Dominus Rex est patronus, et quicquid boni monasterium habet, que fuerunt missi in prelatura in ipso monasterium, fuerunt missi et concessi per Reges³⁶.

³⁴ BARROCA 2000 (vol. II, inscrições n.ºs 105 e 273).

³⁵ Alguns autores consideraram a Ermida um mosteiro pobre, abalanzando-se na contribuição de 300 libras tributada em 1320. Dado que não existem estudos estatísticos que permitam a comparação, é redutora esta afirmação, tanto mais que o historiador lamecense M. Gonçalves Costa sublinha a opinião do geógrafo Amorim Girão sobre o notável trabalho dos monges na humanização de um vasto território no maciço de Montemuro, cf. COSTA 1979: 552.

³⁶ Pub. em [S.A.] 1936: 943.

Backmund salienta: *Ermida etáit, à la fin du XIII.e siècle, un monastère important, même riche*³⁷. As Inquirições confirmam esta riqueza e importância: os seus bens distribuíam-se ao longo das encostas meridionais de Montemuro, estendiam-se para norte seguindo o curso do vale da ribeira da Bestança (hoje c. Cinfães) e em redor do couto, algumas terras a oeste, nas imediações de Castro Daire. A avaliar pela extensão do património, podemos imputar aos monges uma vasta campanha de arroteamentos, a provável construção de uma rede viária e mesmo a fundação de alguns povoados, como Faifa (f. Ester) e Granja (f. Tendais). Neste caso não podemos deixar de sublinhar o facto de constituir uma das poucas *granjas* não cistercienses até agora reconhecidas. Conquanto não seja referida em 1258 já o era em 1527 como a *gramja*, pequeno núcleo de 4 moradores, certamente enfeiteutas do mosteiro da Ermida³⁸.

Embora N. Backmund se esforçasse por encontrar mais provas sobre a prévia introdução da regra de Santo Agostinho e a posterior submissão a Premontré (nunca antes dos séculos XV e XVI quando a documentação efectivamente o aduz), propondo, por outro lado, a prevalência beneditina no local até depois de 1320 (*une espèce d'ermites-oblats-bénédictins*)³⁹, outros dados, que não apenas a inscrição consecratória, escaparam ao investigador: sobretudo no respeitante à toponímia local. Efectivamente, quando o autor alude aos obituários de Santa Maria de la Caridad onde constavam os nomes de alguns abades e religiosos da Ermida, relega para nota um subdiácono daquela igreja chamado *Johanes du Bugallon*⁴⁰. Ora, Bugalhão é o nome de uma aldeia, hoje despovoada, situada nos limites do Couto, de onde provavelmente seria natural aquele clérigo. Assim, desde o século XIII (pelo menos) que a Ermida viveu sob a jurisdição premonstratense.

Não podemos, contudo, deixar de admitir o afastamento à ordem e até um relaxamento dos presbíteros da Ermida, algo que só seria resolvido ou amenizado pouco tempo antes da sua dissolução como evidenciam as fontes disponíveis, nomeadamente a documentação dos séculos XV e XVI que revela a urgência de uma reforma premonstratense em território português, e a submissão (ou confirmação) a Santa Maria de la Caridad⁴¹.

Como refere Backmund, a Ordem de Premontré não submetia as suas comunidades a uma organização do tipo cisterciense, com filiação a partir de uma casa-mãe, preferindo uma lógica paternal onde mosteiros maiores vigiavam as casas menores, numa esfera provincial (as *circarias*). Mas sendo a Ermida do Paiva a casa mais

³⁷ BACKMUND 1959: 416-441.

³⁸ Cf. a este respeito RESENDE 2009: 345-390. No século XVIII as memórias paroquiais atribuem o padroado da ermida local, dedicada a São Pedro, à *Comenda da Hylmida*.

³⁹ Na citação que faz do dicionário Pinho Leal, N. Backmund confunde Ermida do Paiva com Ermida do Douro, pois a esta se refere o enciclopedista português no seu verbete *Ermida do Douro*, escrevendo: *Do fonal novo de Ferreiros de Tendais consta que a egreja da Ermida foi convento (de frades bentos) em tempos remotos*, LEAL 1874: 48 (vol. III).

⁴⁰ De resto bastaria reparar origem noutro nome Martim *de Reriz*, para aduzir da sua proveniência: importante localidade e igreja do outro lado do Paiva, em frente ao mosteiro. Assim teríamos reforçadas as ligações entre ambas as casas premonstratenses.

⁴¹ Acto firmado pelo abade comendatário apenas em 1514, cf. BACKMUND 1959: 420

ocidental de Premontré na Europa, seria com dificuldade que ecos da sua subordinação chegassem aos mosteiros do centro da Ibéria.

Perante este cenário, em finais do século XV anunciava-se o fim do potentado de Ermida do Paiva. No ano de 1466 foi a sua gestão entregue por Dom Afonso V (r. 1438-1481) ao Conde de Vila Real, em cujos descendentes permaneceu o direito de padroado. Senhores de um vasto domínio dominial, os frades foram alvo da cobiça dos leigos, que através do monarca se apossaram da administração recorrendo ao regime de comenda. Em 1501 era comendatário D. Diogo Ortiz, bispo eleito de Ceuta⁴².

Não obstante a secularização ocorrida durante este período, a sua posse continuou a ser litigada entre Agostinhos portugueses e os Premonstratenses espanhóis até ao século XVII, como sintetizaram Backmund e Gomes⁴³.

O foral concedido ao couto da Ermida por D. Manuel I (r. 1495-1521), em 8 de Fevereiro de 1514 executa a municipalização e assinala as povoações incluídas no termo concelhio: Carvalhosa, Codeçais e Sobrado, dentro do antigo Couto e, fora dele, São Joaninho, Cujó e Ester que constituíam enclaves distanciados. Em 1708 o Couto já era referido como concelho da Coroa, reitoria de colação ordinária da Casa de Bragança cujos dízimos recolhia o Comendador da Ordem de Cristo⁴⁴.

Outrossim na viragem para a época moderna e tendo passado à qualidade de igreja secular, o orago patronal dedicado a Santa Maria foi substituído pela invocação da Imaculada Conceição, mantendo-se a seu lado o culto a São Miguel, referido como co-titular da igreja medieval e ainda hoje presente materializado numa escultura de vulto em madeira, de recorte popular.

Sinal maior, porém, desta acelerada decadência institucional e da própria memória histórica foi a alteração do nome da freguesia que no século XVIII passou a designar-se *Sobradinho do Paiva*.

3. A igreja

Nicolas Reveyron publicou, há exatamente dez anos, um artigo intitulado *Marques lapidaires: The State of the Question*⁴⁵. Apresentando os resultados de vários anos de investigação, Reveyron dedica-se à análise das siglas como parte do processo construtivo e à sua complexa relação com o estaleiro. As siglas (marcas lapidares) definidas como um signo gravado num bloco de pedra com uma função concreta durante o processo construtivo dividem-se, segundo aquele autor, em três categorias gerais: as *marcas de construção*, utilizadas na colocação e posicionamento do silhar; as *marcas de gestão*, empregues na contabilização e monitorização do estaleiro, e as *marcas de identidade*, cuja função era identificar um indivíduo e, simultaneamente, verificar e quantificar o trabalho realizado⁴⁶. Esta variedade funcional permite ultrapassar a restrita definição de sigla como *marca de canteiro*, conceito ainda hoje presente em estudos sobre as

⁴² Cf. GOMES 2000: 56-58.

⁴³ BACKMUND 1959: 420 e *ibid.*, p. 58.

⁴⁴ COSTA 1708: 268.

⁴⁵ Cf. REVEYRON 2003: 161-170.

⁴⁶ REVEYRON 2003: 163.

construções medievais. A contabilização do número de canteiros que trabalharam num determinado estaleiro, com base na diferenciação formal das siglas, predetermina a interpretação, genericamente falsa, do objeto de estudo conforme escreve Reveyron⁴⁷.

A Ermida de Paiva é, sem dúvida, uma das construções românicas portuguesas que apresenta um maior número de siglas. Segundo C. A. Ferreira de Almeida, a introdução e uso sistemático das siglas em Portugal deve-se a influências francesas, sendo sua utilização particularmente densa na cabeceira da Sé Velha de Coimbra e nas igrejas cistercienses de Tarouca e Salzedas⁴⁸. Apesar de considerar que a contabilidade do trabalho no estaleiro foi um poderoso motivo para a divulgação do uso das siglas, ao qual acrescenta o poder significativo da marca pessoal do canteiro, C. A. Ferreira de Almeida refere igualmente o uso de sinais gravados como marcas de posição, presentes nas aduelas das arcadas e nas fiadas das abóbadas, marcando a ordem de colocação⁴⁹. O arco exterior e a arquivolta do portal sul da Ermida apresentam a mesma sigla em praticamente todas as aduelas. Na cobertura abobadada da cabeceira é igualmente visível uma grande quantidade de marcas. Não é pretensão deste trabalho apresentar um levantamento das siglas da Ermida de Paiva o que, aliás, exigiria meios adequados para o realizar. Como no caso da igreja de Boelhe (Penafiel), onde as marcas são particularmente abundantes, não nos parecendo conclusiva a contagem de seis canteiros ativos na sua construção⁵⁰, a variedade e quantidade de siglas na Ermida de Paiva perspectivam um estudo que deverá atender às categorias enunciadas por Reveyron.

Um outro tipo de marcas patentes nas construções medievais – os grafitos – é, desde 2010, objeto de um amplo levantamento na região de Norfolk (Norfolk Medieval Graffiti Survey). Um dos aspetos mais estimulantes deste estudo sistemático consiste na identificação de tipologias de grafitos que mostram fortes semelhanças com os ex-votos medievais. Matthew Champion sublinha a relação entre os desenhos e o espaço que ocupam na arquitetura dos templos, apontando o claro sentido votivo de vários exemplares⁵¹.

Sem querermos estabelecer qualquer afinidade entre o sentido votivo dos grafitos ingleses e a composição gráfica da Ermida de Paiva – que se encontra na face interna do muro sul, junto ao portal, onde é visível uma representação do *Agnus Dei* e uma figura esquemática, entre outros elementos de difícil decifração – não podemos deixar de registar a perspectiva de investigação aberta pelo estudo da região de Norfolk.

A Ermida de Paiva apresenta uma tal variedade de modelos empregues nas molduras e na escultura de capitéis e cachorros, que torna quase impossível estabelecer filiações estilísticas unicamente explicáveis pela deslocação de artistas de estaleiro em estaleiro, metodologia habitual na historiografia sobre a arquitetura românica. Embora sejam preponderantes, neste mosteiro premonstratense, os modelos similares aos da Sé do Porto, como os capitéis sem ábaco e os toros diédricos provenientes da região do

⁴⁷ REVEYRON 2003: 161-162.

⁴⁸ ALMEIDA 2001: 72.

⁴⁹ ALMEIDA 2001: 73.

⁵⁰ ALMEIDA 2001: 71.

⁵¹ CHAMPION 2012: 111.

Limousin (v.g. Abadias de Beaulieu sur Dordogne e de St. Pierre de Solignac), patentes sobretudo nos portais e nos vãos de iluminação, a diversidade formal e estilística dos modelos utilizados na Ermida é particularmente acentuada. No arco toral da cabeceira pontua um capitel esculpido à maneira dos exemplares de Ganfei, Friestas (Valença) e Longos Vales (Monção) que, por sua vez, glosam modelos provenientes da sé de Tuy (Galiza). No interior da cabeceira repete-se um modelo que encontramos no arco triunfal de S. Pedro de Abragão (Penafiel): é composto por figuras humanas que emergem do cesto do capitel, apoiando-se em largas folhas. Este modelo é muito semelhante ao dos capitéis remanescentes do claustro de S. Serni de Tavèrnoles (Alto Urgell/MNAC), datados do segundo quartel do século XII, o que nos faz repensar a questão das filiações estilísticas assente unicamente na deslocação de artistas. Se, por um lado, as influências da região do Limousin na Sé do Porto (e também na Ermida) se entendem no quadro das relações comerciais entre a cidade do Porto e La Rochelle, até porque a catedral portuense patenteia modelos do centro-oeste de França não só na escultura mas também na arquitetura, por outro, a utilização do mesmo modelo na Ermida e em Tavèrnoles é mais difícil de explicar, se for entendido no contexto da deslocação dos artistas.

Como interroga Peter Kurmann, será necessário abandonar a hipótese da migração dos artistas e considerar que a transferência das formas foi garantida principalmente pelo transporte dos modelos⁵² ou será mais profícuo conjugar a viagem dos artistas com a viagem dos modelos⁵³? Estudar as *influências* de soluções construtivas e formais da arte românica é uma tarefa que apresenta várias dificuldades. Na época românica estimou-se largamente a variedade, o que dificulta ainda mais as filiações estilísticas. Por outro lado, se é relativamente simples compreender este fenómeno numa mesma zona geográfica, mais complexo se torna quanto às relações artísticas entre regiões afastadas, como acentua Barral i Altet⁵⁴. A investigação que aborda o papel dos *actores* – artistas, obras e modelos – e a forma como participam na reconfiguração de um determinado meio artístico, constitui uma perspectiva de análise que a historiografia está ainda longe de conseguir resolver.

3.1. O báculo

A Crossa de Báculo da Ermida de Paiva (MNAA) tem sido datada dos meados do século XIII⁵⁵, como quase todas as peças medievais em metal esmaltado conservadas nos museus portugueses. No que diz respeito a duas arquetas-relicário (Tesouro da Sé de Viseu), ambas em cobre gravado a buril, dourado e esmaltado, João Soalheiro chamou a atenção para as suas diferenças, colocando a hipótese de uma delas não ser proveniente dos *ateliers* limosinos mas, hipoteticamente, de uma oficina de Burgos. O autor alicerça os seus argumentos na diferença entre os respectivos programas figurativos e iconográficos. Considerando que estas peças são os exemplares mais antigos em cobre

⁵² KURMANN 1998: 28.

⁵³ KURMANN 1998: 31.

⁵⁴ BARRAL I ALTET 2006: 103.

⁵⁵ ALMEIDA 2001: 180-181.

esmaltado que nos chegaram, atribuiu-lhes uma datação entre os séculos XII e XIII⁵⁶.

A publicação, por Saul António Gomes, do «Inventário da Sé de Viseu» datado de 3 de Outubro de 1188 revela importantes indicações no que diz respeito às peças de ourivesaria esmaltadas⁵⁷. É no designado *tesouro novo* que encontramos as referências mais significativas, já que permitem registar a existência de objectos de ourivesaria esmaltada em Portugal desde o século XII. No inventário do *tesouro novo* (1188) da Sé de Viseu são referidas *ij. arcas de esmaldo, iiij de candeleros de esmaldo e ij ditagus de esmaldo*⁵⁸. Segundo o autor do inventário, D. Soeiro Mendes, o *tesouro novo* deveu-se à iniciativa de D. João Peres, bispo de Viseu (1179-1192)⁵⁹. Também do último quartel do século XII, o testamento de D. Fernando Martins, bispo do Porto falecido em 1185, refere, entre os vários bens doados, dois pares de *candelabrorum de alimoges*⁶⁰. O aspecto mais importante da documentação referida consiste em permitir o estabelecimento de uma cronologia mais fina relativamente a este tipo de objectos. No contexto da Exposição «De Limoges a Silos» (2001-2002), a publicação do respectivo catálogo marcou um novo momento da investigação sobre os esmaltes medievais⁶¹. A revisão de cronologias, para a qual contribuíram a prospeção arqueológica e a análise dos materiais, aponta para um recuo temporal na produção de esmaltes de Limoges ou de outras regiões de França, bem como dos centros produtores italianos e dos reinos hispânicos.

Embora haja vários exemplares de báculos em metal esmaltado com semelhanças entre si, nos tesouros das igrejas e nas coleções de museus europeus e americanos, é no báculo de Saint-Remy de Reims⁶² que encontramos as mais claras afinidades com a crossa da Ermida de Paiva em cobre e esmalte em *champlevé*. As duas peças adotam as mesmas soluções na estrutura, nas formas e na iconografia. No interior das crossas, rematadas em serpente, uma placa polilobada apresenta um relevo com o Pantocrator e, na outra face, Nossa Senhora entronizada com o Menino ao colo. A peça da Ermida já não contém o nó que, habitualmente, faz a transição entre o suporte e a voluta, como exemplifica o báculo de Saint-Remy. Contudo, os dois exemplares conservam, na parte inferior, volutas que terminam em cabeças de serpente. Igualmente muito semelhante, apesar das lacunas, é o báculo do Museo Catedralicio Diocesano de Ciudad Rodrigo encontrado ocasionalmente em 2006. Apesar de não ser possível estabelecer qualquer relação entre o báculo da Ermida e o daquele museu, é de referir que comunidade premonstratense de Ermida de Paiva estava submetida *in iure* ao Mosteiro de Santa Maria de la Caridad, fundado em 1171 por Fernando II de León em Ciudad Rodrigo⁶³.

Desde a década de 1990 que, na sequência de uma série de exposições nacionais

⁵⁶ SOALHEIRO 2009: 144-145.

⁵⁷ GOMES 2002: 269-281.

⁵⁸ GOMES 2002: 281.

⁵⁹ GOMES 2002: 272-273.

⁶⁰ *Apud* BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO 1924: 385.

⁶¹ Cf. YARZA LUACES 2001.

⁶² Cf. http://www.culture.gouv.fr/public/mistral/palissy_fr [acedido em 20 de junho de 2013].

⁶³ GUEREÑO SANZ 1997: 52 (vol I).

e internacionais e da realização de inventários, a elaboração dos respectivos catálogos conduziu a novas abordagens ao espólio da ourivesaria medieval conservada no território português. Neste sentido, o avanço da historiografia artística consistiu, principalmente, no enquadramento das peças no contexto europeu, no aprofundamento da análise iconográfica e no estudo das respectivas características físicas e químicas. Contudo, depois destes importantíssimos contributos, que permitem agora uma visão de conjunto da ourivesaria e da torêutica da época românica, a historiografia sobre a matéria parece ter chegado a um limite. Sabemos muito pouco sobre a origem concreta das peças e sobre a sua cronologia exacta o que não permite mais do que enquadrá-las tipológica e estilisticamente para concluir sobre a sua datação.

Conclusão

Estas reflexões sobre a Ermida do Paiva pretendem configurar um modelo para uma revisão historiográfica sobre a arquitectura da época românica portuguesa. A história da fundação, as incertezas quanto à chegada dos premonstratenses e, sobretudo, quanto às motivações da implantação deste mosteiro na região foram aqui explanadas demonstrando a desejável necessidade de um reequacionamento historiográfico.

É, sem dúvida a Aarão de Lacerda que devemos a fortuna crítica do mosteiro. Como vimos, a sua obra *O Templo da Siglas* foi fundamental para a valorização patrimonial do conjunto monástico. Paradoxalmente, apesar desta precoce valorização, a historiografia pouco mais inovou. As problemáticas aqui levantadas, como por exemplo a questão da função das siglas e da circulação de artistas/modelos na Europa da época românica, convidam precisamente a uma revisão historiográfica sobre o românico português.

Fontes

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO, Biblioteca Pública municipal do Porto, pub. em Biblioteca Pública Municipal do Porto- Censual do Cabido da Sé do Porto. Porto: Imprensa portuguesa, 1924;

IRHU/ ARQUIVO EX-DGEMN, Processos Vários, Nº IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001], Disponível em WWW: www.monumentos.pt.

Bibliografia

[S.A.] (1936). *Portugaliae monvmenta historica* [...]. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.

AFONSO, B. (1998). Vicariato de Moncorvo. O eremitério de Santa Maria de Azinhoso, centro de devoção e peregrinações medievais. *Theologica* 33 (2), pp. 531-536.

ALMEIDA, C. A. F. d. (1986). *O Românico*. Lisboa, Publicações Alfa.

ALMEIDA, C. A. F. d. (1987). Influências Francesas na Arte Românica Portuguesa. In *Histoire du Portugal. Histoire Européenne. Actes du Coloque*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 27-36.

ALMEIDA, C. A. F. d. (2001). *História da Arte em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.

ANTÓNIO DA PURIFICAÇÃO, frei. (1642). *Chronica da Antiquíssima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hipponia, e principal Doutor da Igreja [...]*. Lisboa, [Manuel da Sylva].

AZEVEDO, R. d. (1940). Documentos medievais portugueses: Documentos particulares. Lisboa, Editorial Ática.

BACKMUND, N. (1959). Les origines de l'ordre de Prémontré au Portugal. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 22 (3-4), pp. 416-441.

BARRAL I ALTET, X. (2006). *Contre l'Art Roman? Essai sur un passé réinventé*. [s.l.], Fayard.

BARREIROS, M. d. A., padre (1917). "A Igreja Romanica de Font'Arcada." *Terra Portuguesa* 3 (15-16), pp. 24-36.

BARROCA, M. (2000). *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO (1924). *Censual do Cabido da Sé do Porto*. Porto, Imprensa Portuguesa.

BOTELHO, M. L. (2013). *A Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Lisboa, FCT/FCG.

CHAMPION, M. (2012). The Medium is the Message: Votive Devotional Imagery and Gift Giving amongst the Commonality in the Late Medieval Parish. *PEREGRINATIONS: Journal of Medieval Art and Architecture* 3 (4), pp. 103-123.

CORREIA, V. (1917). Nossa Senhora de Carquere. *Terra Portuguesa* 3 (15-16), pp. 56-60.

COSTA, A. C. d. (1708). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal [...]*. Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, M. G. d. (1979). *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Braga, [edição de autor].

GOMES, S. A. (2000). Premonstatenses, In AZEVEDO, C. M (dir. de), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...* Lisboa, Círculo de Leitores. P-V, pp. 56-58.

GOMES, S. A. (2002). Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188. *Humanitas*(54), pp. 269-281.

GUEREÑO SANZ, M. T. (1997). *Monasterios medievales premonstratenses. Reinos de Castilla y León*. Salamanca, Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura.

KURMANN, P. (1998). Mobilité des artistes ou mobilité des modeles? A propos de l'atelier des sculpteurs rémois au XIIIe siècle. *Revue de L'Art* 120 (2), pp. 23-34.

LACERDA, A. d. (1917). O Templo das Siglas (A Igreja da Ermida do Paiva). *Terra Portuguesa* 3 (21-23), pp.220-223.

LACERDA, A. d. (1918). O Templo das Siglas (A Igreja de Ermida do Paiva). *Terra Portuguesa* 3 (29-30), pp. 78-80.

LACERDA, A. d. (1919a). *O templo das siglas. A Igreja da Ermida do Paiva*. Porto, [edição de autor].

LACERDA, A. d. (1919b). O Monumento (de O Templo das Siglas). *A Águia* 16, pp. 65-76.

LEAL, A. P. (1874). *Portugal Antigo e Moderno [...]*. Lisboa, Livraria Editora de

Mattos Moreira & Companhia.

MATTOSO, J. (1996). O Monaquismo Ibérico e Cluny. In MATTOSO, J., *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa, INCM, pp. 55-72.

MATTOSO, J. (1997). Eremitas portugueses no século XIII. In MATTOSO, J., *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 103-145.

RESENDE, N. (2009). Escrever História sem palavras. A influência económica e espiritual dos mosteiros cistercienses de São João de Tarouca e Salzedas, na serra de Montemuro, através da análise de fontes indirectas (séculos XVI a XVIII). In M. Á. González García and J. L. A. Carreiras (Coord. de), *Actas. IV Congresso Internacional Cister en Portugal y en Galicia*. Braga-Oseira. 1, pp. 345-390.

REVEYRON, N. (2003). Marques lapidaires: The State of the Question. *Gesta* XLII (2), pp. 161-170.

ROSAS, L. M. C. (2000). O eremitério Os Santos em Sendim/Picote. *Douro - Estudos & Documentos* 5 (9), pp. 47-57.

SANTA MARIA, N. d. (1668). *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa, Na Oficina de Ioam da Costa.

SARAIVA, A. M. d. S. (2003). *A sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria, Magno editores.

SOALHEIRO, J. (2009). Arqueta-relicário (29). In *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*. Viseu, Câmara Municipal: 144-145.

VITORINO, P. (1927). A Igreja de Águas Santas. *Ilustração Moderna* (15), pp. 349-359.

YARZA LUACES, J., coord (2001). *De Limoges a Silos*. Madrid, Sociedade Estatal para la Acción Cultural Exterior/ Ediciones El Viso.



Fig. 3 - Implantação da igreja de Ermida do Paiva



Fig. 4 - Fachada principal



Fig. 5 - Grafito no interior da igreja da Ermida (parede sul, junto ao portal)

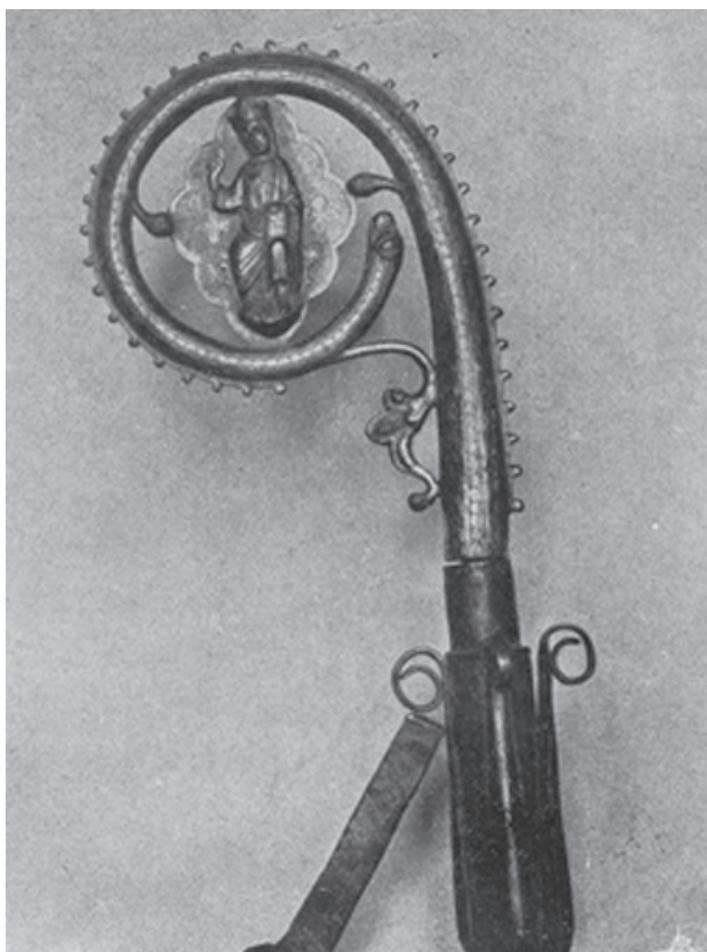


Fig. 6 - Fotografia do báculo de Ermida do Paiva reproduzida em LACERDA 1919.

Santo Estêvão de Chaves: Uma nova inscrição do Bispo D. Pedro

Mário Jorge BARROCA
UP/FLUP - CEAUCP/CAM

Resumo

Estudo de duas inscrições medievais da Igreja de Santo Estêvão de Chaves, no Norte de Portugal: uma de 1089, comemorando a Dedicção do templo; outra, de 1294, comemorando a reedificação da igreja. A inscrição mais antiga, que corresponde à dedicação presidida pelo Bispo D. Pedro (1071-1091), é contextualizada na mais antiga documentação medieval relativa a Santo Estêvão de Chaves e no conjunto das dedicações conhecidas para aquele bispo de Braga.

Palavras-chave: Epigrafia Medieval – Dedicção – D. Pedro, Bispo de Braga

Abstract

Study of two medieval inscriptions of Santo Estêvão de Chaves, a church in the North of Portugal: one of 1089 (AD), celebrating the Dedication of the temple; the other one, of 1294 (AD), celebrating the rebuilding of the church. The oldest inscription, which corresponds to the dedication officiated by the Bishop D. Pedro (1071-1091), is contextualized in the earliest medieval documentation of Santo Estêvão de Chaves and in the other dedication ceremonies known to the Bishop of Braga.

Keywords: Medieval Epigraphy – Dedication – Pedro, Bishop of Braga

A Igreja de Santo Estêvão de Chaves é um curioso templo que foi integralmente reconstruído no século XVI mas onde se cruzam testemunhos arqueológicos e arquitectónicos de diversas épocas, retrato de uma intensa ocupação humana que esta zona conheceu desde tempos remotos. Entre eles contam-se quatro inscrições romanas – três de carácter funerário e uma eventualmente honorífica – estudadas por

A. Rodríguez Colmenero e por Ricardo Teixeira¹. A esses testemunhos, que devem ter sido deslocados das imediações do templo para o seu adro, acrescentam-se diversos vestígios medievais, incorporados nos muros da igreja paroquial ou preservados no seu espaço envolvente, que espelham a existência de um templo com origens ancestrais, documentado desde o século X.

A escassos metros de distância do seu adro encontramos a conhecida Torre de Santo Estêvão, uma estrutura senhorial fortificada (*domus fortis*), erguida no século XIV e com reformas posteriores, popularmente conhecida como “Castelo de Santo Estêvão”. A Torre de Santo Estêvão tem uma planta quase quadrangular – mede 11,40 x 11,50 m – e tem três pisos (contando com o rés-do-chão). Apresenta uma entrada original dotada de arco quebrado, rasgada na fachada Oeste, ao nível do primeiro andar. O acesso, que inicialmente deveria ser feito com recurso a escada de madeira, foi depois reformulado e passou a ter um carácter fixo, com degraus em granito. Nesse mesmo piso mas na face oposta, voltada a Este, encontra-se uma outra abertura que foi reformulada no século XVI, tendo as suas aduelas (outrora lisas) sido recortadas e adquirido um perfil polilobulado. O extradorso das aduelas mostra, contudo, a configuração original desta abertura. Com a reforma quinhentista, esta abertura passou a comportar uma estrutura em madeira, de que restam evidentes marcas. No século XV o acesso ao interior da Torre de Santo Estêvão sofreu uma profunda alteração, tendo sido rasgada uma segunda porta, agora ao nível do rés-do-chão, na fachada voltada a Norte. Como é usual neste tipo de construções senhoriais, o último piso – neste caso o segundo -, é o “andar nobre”, apresentando quatro janelas geminadas, com remate superior trilobado e mainel central, que espelham a cronologia trecentista desta *domus fortis*. O coroamento, como também é regra, é ameado, o que lhe conferia um carácter fortificado, logo senhorial. Talvez por isso, a Torre de Santo Estêvão tem sido insistentemente confundida com o “Castelo de Santo Estêvão”², uma estrutura militar que se encontra documentada na Idade Média e que foi ocupada pelas forças de Afonso IX de Leão entre 1212 e 1231, no quadro do conflito que opôs o monarca leonês e Afonso II, depois do seu casamento com D. Teresa, filha de Sancho I e irmã do monarca português, ter sido anulado pelo papado. Ricardo Teixeira, reconhecendo a impossibilidade de esta estrutura castelar poder ser identificada com a *domus fortis* que se ergue junto do templo, propôs a identificação do Castelo de Santo Estêvão com o Penedo de Santiago ou Castelo de Eiras (freg. de Eiras), onde identificou vestígios de uma estrutura castelar medieval³.

¹ Cf. António Rodríguez Colmenero, *Aquae Flaviae. 1. Fontes Epigráficas*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 1987; e, sobretudo, Ricardo Jorge C. Marques Abrantes Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Diss. de Mestrado, Porto, 1996, pp. 41-42.

² Vd., por exemplo, Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. II, *Trás-os-Montes*, Lisboa IPPAR, 2003, p. 175.

³ Cf. Ricardo Jorge C. Marques Abrantes Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Diss. de Mestrado, Porto, 1996, pp. 82-83 e 207-208. Vd. tb., do mesmo autor, “Castelos e Fortificações da Região de Chaves entre a “Reconquista” e a Baixa Idade Média”, in Mário Barroca, António Malpica Cuello e Manuel Real (Coord. de), *Arqueologia da Idade*

No adro da Igreja de Santo Estêvão encontramos uma estela funerária medieval onde foi gravado um tabuleiro de jogo. A estela mede 47 cm de largura e 83 cm de altura. O tabuleiro é quase quadrado, medindo 30 cm de largura e 33 cm de altura. Apresenta os usuais três quadrados concêntricos, com ponto gravado no centro do campo menor. Os três quadrados são interligados entre si por quatro segmentos de recta que foram gravados a meio de cada lado. Trata-se, portanto, de um tabuleiro destinado ao jogo do *Alquerque de Nove*, muito usual na Idade Média. Este tabuleiro, assim como outro gravado em silhar, já foi referido por António Rodríguez Colmenero, que o interpretou como “*um labirinto, talvez relacionado com seitas cristãs heterodoxas*” [sic]⁴ e por Ricardo Teixeira, que se demarcou desta interpretação esotérica e defendeu uma correcta interpretação como tabuleiro de jogo medieval⁵. A presença de tabuleiros de jogo no adro de igrejas medievais reflecte a vivência quotidiana, e até lúdica, do espaço cemiterial ao longo da Baixa Idade Média e é, de resto, um acontecimento relativamente corrente entre nós. Encontramos outros exemplos na Igreja de S. João da Castanheira (Chaves), na Igreja de Freixo de Espada à Cinta, na Igreja de Águas Santas (Maia), na Igreja Velha de S. Torquato (Guimarães), na Igreja Velha de Serzedelo (Guimarães), na Igreja de Monsaraz, no claustro da Colegiada de Guimarães, no claustro da Sé Velha de Coimbra, no claustro do Convento de S. Francisco de Estremoz, etc, etc.

No interior da Igreja de Santo Estêvão de Chaves, na zona da capela-mor, num silhar hoje embutido na face interna da parede norte, à esquerda do altar e perto do acesso à sacristia, encontram-se gravadas duas inscrições medievais. São elas o motivo desta nossa pequena nótula.

O silhar, de granito, tem dimensões apreciáveis: mede 147 cm de comprimento e 42 cm de altura. Estas dimensões sugerem que possa ter sido, primitivamente, um lintel. As letras da primeira inscrição apresentam uma altura média de 5,5 cm. As da segunda inscrição são um pouco mais pequenas, medindo, em média, apenas 5 cm. A inscrição mais antiga foi gravada sensivelmente ao centro do silhar, em baixo, desenvolvendo-se em duas regras com extensão semelhante. Houve, portanto, algum cuidado na paginação do texto, embora o resultado final tenha sido relativamente modesto. Sublinhemos que, se a pedra correspondesse a um lintel, a inscrição ficaria centrada sobre o vão de entrada. Nela conseguimos ler:

+ IN ERA M C XX VII
CALENDAS IVLIAS

O único sinal que se detecta é um traço horizontal por cima do M, primeiro numeral da Era, um sinal de valor universal. De resto, a inscrição ignora abreviaturas.

Média da Península Ibérica, Porto, ADECAP, 2000, pp. 96-97 e 103-104.

⁴ António Rodríguez Colmenero, *Aquae Flaviae. 1. Fontes Epigráficas*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 1987, pp. 358-359, N^os 227 (estela) e 228 (silhar).

⁵ Ricardo Jorge C. Marques Abrantes Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Diss. de Mestrado, Porto, 1996, p. 41-42.

O conteúdo deste singelo letreiro não oferece grandes dúvidas: comemora-se uma data – as calendas de Julho da Era Hispânica de 1127, isto é, o dia 1 de Julho do A.D. 1089. Apesar de a inscrição não o referir de uma forma explícita, julgamos que se trata da data da Dedicção ou Sagração deste templo medieval. Sublinhemos, em abono da nossa suposição, a localização da inscrição, na parede interna da Capela-Mor, o que significa que os reconstrutores quinhentistas reconheceram o valor simbólico deste silhar e das suas inscrições e lhe reservaram um local de eleição no templo que estavam a reconstruir. Mas o principal argumento a favor da nossa interpretação reside no facto de o dia 1 de Julho ter coincidido, nesse ano de 1089, com um Domingo, o dia canonicamente indicado para a realização de uma cerimónia dessa natureza⁶.

A segunda inscrição, gravada no mesmo silhar mas ocupando uma posição periférica, no ângulo superior esquerdo, é substancialmente mais tardia e diz:

+ ERA DE M CCC
XXXII FOY REHEDIFIC
ADA

Ou seja, na Era de 1332 (A.D. 1294) a igreja de Santo Estêvão de Chaves foi reedificada.

Desta forma, dois passos significativos do itinerário da Igreja de Santo Estêvão de Chaves estão cronologicamente bem caracterizados. Por este silhar ficamos a saber que o templo actual, que resulta de uma profunda e radical reforma quinhentista, tinha sido (re)edificado e sagrado em 1089⁷, e que fora de novo reformado duzentos anos mais tarde, em finais do Séc. XIII, em 1294.

As duas inscrições de Santo Estêvão de Chaves não foram incluídas na nossa dissertação de Doutoramento, apresentada em 1995 e defendida em Março de 1996⁸, uma vez que nessa altura desconhecíamos a sua existência⁹.

Importa, nesta breve nótula, contextualizar estas inscrições. A actual freguesia de Santo Estêvão de Chaves corresponde à vetusta paróquia de Santo Estêvão de Faiões, documentada nos séculos X a XII por intermédio de várias escrituras exaradas no *Liber Fidei*. A mudança de nome ocorreu num passado relativamente recente, quando, em 20 de Julho de 1925, a vizinha freguesia de Faiões se separou de Santo Estêvão e se autonomizou, ficando o topónimo Faiões a ela vinculado. A partir de então a freguesia de Santo Estêvão passou a ser designada “de Chaves”, recuperando uma fórmula já utilizada nalguns diplomas do século XII (cf. Anexo 1).

A primeira notícia que conhecemos para Santo Estêvão de Faiões remonta a 24 de

⁶ Para o cálculo utilizamos as tabelas de José Saraiva, “A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 2, Coimbra, 1943, pp. 25-220.

⁷ Como veremos de seguida, o templo de 1089 já não era o primeiro edifício de culto.

⁸ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Lisboa, FCG-FCT, 2000.

⁹ Tivemos conhecimento destas inscrições pouco depois de defendermos a nossa dissertação. Essa informação foi-nos transmitida por Carlos Miguel Freitas Martinho, na altura estudante da licenciatura de História, variante de Arqueologia, a quem estamos reconhecidos.

Junho de 995. Trata-se de uma venda de bens que Paio Rodrigues fez a Miro Gontemiriz e a sua mulher, sendo, nesse diploma, referido um mosteiro consagrado a S. João¹⁰. O diploma foi subscrito por *Gaudioso presbiter*, eventualmente membro dessa pequena comunidade monástica¹¹. Esta referência documental, ainda que isolada, revela a existência de uma estrutura monástica, certamente de dimensão muito modesta, que pode ter sido o embrião do povoamento de Santo Estêvão. Trinta anos mais tarde voltamos a ter eco da sua existência quando, entre os confirmantes do célebre LF 22, de 1025, surge mencionado o abade Afonso: “*Adefonsus de claustra Sancti Stephani abba conf.*”¹². Pelo que esta subscrição indica, o orago do mosteiro já teria sido mudado para Santo Estêvão, consagração que o templo paroquial manteve até aos nossos dias. As referências ao mosteiro de Santo Estêvão de Faiões prolongam-se durante mais meio século, até 1073¹³. Sublinhemos, em primeiro lugar, que o volume de referências documentais a Santo Estêvão aumenta significativamente a partir de 1072, ou seja, desde que o bispo D. Pedro ocupou a cátedra bracarense (1071). Este novo dinamismo que o prelado imprimiu à diocese de Braga, constituindo ou reestruturando a sua base patrimonial, foi devidamente estudado e valorizado por Luís Carlos Amaral e, em Trás-os-Montes, adquiriu particular relevância na zona de Panoias e, precisamente, na de Chaves/Faiões¹⁴. Sublinhemos, ainda, e em segundo lugar, que a partir de 1073 deixamos de ter referências documentais explícitas ao cenóbio, muito embora a documentação sobre Santo Estêvão de Faiões e a sua igreja se multiplique no *Liber Fidei*, espelhando o dinamismo que o povoamento dessa zona conhecia e o interesse que a própria diocese bracarense depositava nesse espaço. Com efeito, a partir desse ano não se conhecem mais referências ao mosteiro (até então designado “*monasterio*” ou “*cimiterio*”), mas apenas menções da igreja (agora referidas como “*ecclesia*” ou “*domum*”). É, portanto, provável que o mosteiro se tenha extinguido por volta desse ano e que o seu templo se tenha secularizado, reduzindo-se a simples igreja paroquial. No Anexo 1 sintetizamos os documentos do *Liber Fidei* que respeitam a Santo Estêvão de Faiões.

A data exarada na nossa inscrição – 1 de Julho de 1089 – enquadra-se, portanto, na fase em que o templo de Santo Estêvão já estaria reduzido à condição paroquial. A sua passagem de templo monástico para igreja paroquial poderá ter sido o motivo para uma reconstrução arquitectónica. A velha igreja pré-românica, certamente muito modesta e pequena, que servia uma limitada comunidade monástica desde o século X, terá sido

¹⁰ LF 406.

¹¹ Sobre a identificação do Mosteiro de S. João com Santo Estêvão de Faiões veja-se Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 723-724.

¹² LF 22.

¹³ LF 361 = LF 390.

¹⁴ Cf. Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 268-270. O património bracarense em Santo Estêvão de Faiões foi também estudado por Maria Teresa Nobre Veloso e Maria Alegria Fernandes Marques, “O domínio da Sé de Braga em terras de Chaves na Idade Média. O contributo do *Liber Fidei*”, *Theologica*, 2ª série, vol. XXVIII, fasc. 2, *Avelino de Jesus da Costa. Homenagem. Estudos de História Religiosa*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia-Braga, 1993, pp. 353-374.

demolido para, em seu lugar, ser erguido um novo templo, já mais próximo da estética românica, adaptado às novas exigências da liturgia e apto a receber uma comunidade de fiéis que, a julgar pela documentação da época, seria cada vez mais numerosa. Como a Igreja de Santo Estêvão de Chaves pertencia à Diocese de Braga, restaurada em 1071, era ao bispo D. Pedro (1071-1091) que competia presidir à cerimónia de sagração ou dedicação. Julgamos, por isso, que a inscrição de 1 de Julho de 1089 pode documentar uma nova sagração presidida por D. Pedro, a acrescentar a outras bem conhecidas, no espaço da sua diocese e até no âmbito territorial da diocese do Porto.

A actuação de D. Pedro está, neste aspecto, relativamente bem documentada¹⁵. O prelado presidiu a perto de uma dezena de cerimónias de sagração ou dedicação e em várias delas a documentação revela que apenas aceitava realizar a cerimónia desde que estivesse garantido o dote do templo. É o que nos revela, por exemplo, o presbítero Gosendo, que instituiu o dote da Igreja de S. Julião de Tabuaças (conc. de Vieira do Minho) para que o bispo D. Pedro procedesse à sagração do templo: “*Ego Gondesindus presbiter de Sancto Iuliano de Tabulazas una pariter cum heredes et filiis ecclesie invitavit Petrus episcopus Bracarensis ecclesie et omnes clerici et noluit venire si non fecissemus ei dotem et restorationem sicut kanon docet.*”¹⁶. A mesma situação detecta-se em relação à igreja de S. Martinho de Cedofeita, templo que, apesar de se localizar na diocese do Porto, foi sagrado pelo bispo D. Pedro porque a diocese portuense ainda não estava restaurada e a sua administração era da responsabilidade da sede bracarense. Os seus instituidores fizeram escritura do dote da igreja portuense para que o bispo D. Pedro consagrasse o templo, esclarecendo: “*Placuit eis ut observassent secundum canonum sicut dicit in concilio Bracalensi ut non prius dedicet ecclesia nisi antea dotem basilice*”¹⁷.

Ao longo das duas décadas que esteve à frente dos destinos bracarense (entre 1071 e 1091), o bispo D. Pedro deixou o seu nome ligado à sagração de vários templos¹⁸. Logo em 1074 presidiu à sagração da Igreja de S. Julião de Tabuaças (conc. de Vieira), de que se conhecem dois diplomas – um de doação do templo à diocese de Braga e outro de instituição do respectivo dote¹⁹. No ano seguinte o seu nome aparece ligado à dedicação da Igreja de S. Miguel de Gualtar (conc. Braga), onde se conserva uma inscrição²⁰. Em

¹⁵ Para além do clássico estudo de Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959 (com 2ª ed., revista, Braga, 1997-2000), a mais recente abordagem do tema deve-se a Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 332-342.

¹⁶ LF 614, de 1 de Agosto de 1074.

¹⁷ LF 602, de 20 de Setembro de 1087.

¹⁸ As sagrações de D. Pedro já foram abordadas noutros estudos. Entre eles, salientemos o de Manuel Luís Real, “O projecto da catedral de Braga, nos finais do Século XI, e as origens do românico português”, *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 446-454.

¹⁹ Respectivamente LF 97, de 28 de Julho de 1074; e LF 614 = PMH, DC 514, de 1 de Agosto de 1074. Sobre o significado destes dois documentos veja-se Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 332-335.

²⁰ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT,

fins de Outubro de 1085 recebeu o dote da Igreja de S. Mateus e S. Gens de Soalhães (hoje S. Mateus de Oliveira, conc. de Vila Nova de Famalicão), condição para que fosse benzer o templo – “... *per benedictionem episcopi Petri...*”²¹. Os diplomas incluíam a doação de terrenos para a tumulação dos corpos e para sustento do pároco e do templo: “*Damus ibidem ad corpora tumulandu XII^m. dextros et pro celeratione clericorum LXXX^a. II^o. passales in circuitu et ornamenta ecclesie sicut canon Romane Ecclesie docet*”. Em 20 de Setembro de 1087, o bispo D. Pedro deslocava-se até à periferia da cidade do Porto para sagrar a Igreja de S. Martinho de Cedofeita. Egas Ermiges e os demais patronos constituíram o dote do templo e entregaram-no ao prelado bracarense, que era então, como referimos, o responsável pela administração da diocese portuense e, portanto, o prelado que devia presidir a essa cerimónia litúrgica: “*faceremus ad vobis textum scripture et firmitati et dotem confirmatione de ecclesia vocabulo Sancti Martini de Citofacta vobis Petrum episcopus Bracalensis ecclesie dum invitatur ad ipsos fideles ad consecrandam ipsam basilicam*”²². Um mês mais tarde, a 19 de Outubro de 1087, estava a receber o dote da Igreja de S. Salvador, S. Miguel e S. Julião da Várzea (hoje S. Miguel de Outeiro Seco, conc. de Chaves), a cuja consagração presidiu: “... *faceremus vobis domno Petro Bracarensi episcopo dotem baselice vocabulo Sancti Salvatoris et Sancti Iuliani in villa quam vocitant Varzena in territorio Flaviis discurrente ribolo Tamega. Quociens ab aliquo fidelium consecrandas ecclesias episcopus invitatur per donationem confirmatur accipiat et non sit sine luminariis vel sina sustentatione clericorum qui ibidem servituri sunt sed in omni circuitu ecclesie LXXX et III^{or} dextros ...*”²³. Nesse mesmo ano de 1087 o prelado esteve ainda ligado à dedicação da Igreja do Mosteiro de S. Romão de Neiva (conc. de Viana do Castelo), em cerimónia que contou com a presença de Gonçalo, bispo de Dume, e de Auderico, bispo de Tui: “... *et convocavit episcopos ad dedicationem cum suis archidiaconibus et abbatibus cunctis et plures servi dei qui in ipso episcopio erant et esse potuerunt Petrus bracarensis Gundisalvus dumiensis Adericus tudensis et ceteris heredibus et benefactoribus ...*”²⁴. Pouco antes de 29 de Setembro de 1088 estava de novo de regresso à diocese do Porto, para proceder à dedicação do altar da Igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (conc. de Penafiel), como nos testemunha um diploma dessa data que regista que as relíquias tinham sido depositadas no altar pelas mãos do prelado bracarense (“... *cum aliis Sanctorum reliquiis, que ibidem recondite sunt per manus Summi Pontificis Petri, Ecclesie Bracarensis Episcopi ...*”²⁵) e como estava memorizado em inscrição moderna pintada no seu tímpano ocidental²⁶. O ano seguinte - o de 1089 -

2000, Insc. 36, pp. 113-114.

²¹ LF 138, de 23 de Outubro de 1085; LF 137, de 28 de Outubro de 1085. Vd. Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 335-336.

²² LF 602, de 20 de Setembro de 1087.

²³ LF 413 = LF 601, de 19 de Outubro de 1087.

²⁴ PMH, DC 680, de 1087.

²⁵ PMH, DC 713, de 29 de Setembro de 1088.

²⁶ A inscrição, moderna, estava pintada no medalhão circular no tímpano ocidental de Paço de Sousa. Foi duramente afectada pelos restauros do Séc. XX, que a tornaram virtualmente ilegível. Nela se registava:

foi fulcral na vida de D. Pedro. Como referimos, acreditamos que a 1 de Julho de 1089 o prelado esteve em Santo Estêvão de Faiões ou de Chaves para presidir à sagração do novo espaço de culto. Dois meses mais tarde, a 28 de Agosto de 1089 esteve presente – embora não tenha presidido – à cerimónia de sagração da Sé de Braga, de cuja reforma românica foi grande obreiro. A cerimónia foi presidida por D. Bernardo, arcebispo de Toledo, e contou com a presença de vários outros prelados. Para além do bispo de Braga encontramos referência a Gonçalo de Dume e a Auderigo de Tui (ambos já presentes na sagração de S. Romão de Neiva, dois anos antes) e ainda a Pedro de Orense: “... *Et testamus illas villas per manus Bernardus archiepiscopus Toletane sedis in illa dedigatione Bracarense ecclesie et alii episcoporum Gundisalbus Dumiensis sedis, Auderigus Tudense sedis, Petrus Auriense sedis, regnante Adefonsus rex in Spania et habitante in Toletto et in Roma Urbanus pape.*”²⁷. Finalmente, acrescentemos que ainda é possível que D. Pedro tenha presidido à sagração da Igreja de S. Gens de Montelongo (conc. de Fafe), onde se conserva uma inscrição com a indicação da «ERA MCXX / VIII» (a.D. 1091)²⁸. A todas estas referências datadas acrescentemos três inscrições sem datação expressa, e que portanto podem corresponder a qualquer momento do episcopado de D. Pedro: a inscrição do Castelo de Lanhoso²⁹, a inscrição da Igreja de Stª Maria de Adaúfe³⁰ e a inscrição da Igreja Velha de Lomar³¹.

Todas estas inscrições e notícias documentais revelam o intenso labor do bispo D. Pedro na reestruturação da diocese bracarense e na implementação, dentro do seu espaço, das normas litúrgicas gregorianas. Apesar de não registar de forma expressa o seu nome, a inscrição de Santo Estêvão de Chaves, de 1 de Julho de 1089, inscreve-se, cremos nós, nesse mesmo movimento, sendo, assim, mais um dado a acrescentar à biografia do bispo D. Pedro.

«*TEMPLUM HOC AD TRUITEZINDO GALENDIS FUNDATUM ANNO DCCCCLVI SACRATUM FUIT AD PETRO ARCHIEPISCOPO BRACHARENSI HISPANIARUM PRIMATE III KL OCTOBR ANNO MLXXXVIII*». As 3 calendas de Outubro correspondem a 29 de Setembro.

²⁷ LF 605, de 28 de Agosto de 1089.

²⁸ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 38, pp. 115-117. Sublinhemos, no entanto, que em relação a esta inscrição, que apenas memoriza uma data, não temos prova inequívoca que corresponda a uma dedicação.

²⁹ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 32, pp. 106-109.

³⁰ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 33, pp. 109-111.

³¹ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 34, pp. 111-112.

ANEXO 1

Documentos relativos a Santo Estêvão de Faiões (Séc. X a XII)

Data	Fonte documental	Assunto
995, Junho, 24	LF 406	Paio Rodrigues vende a Miro Gontemiriz e esposa duas terças de Faiões e do Mosteiro de S. João (<i>"II^{as} tercias integras de Faiones et de illo monasterio integro Sancto Iohanne"</i>). Encerra registando: <i>"Gaudioso presbiter notuit. Regnante rex Vermudus"</i> .
1025, Agosto 30	LF 22	Entre os confirmantes figura <i>"Adefonsus de claustra Sancti Stephani abba conf."</i>
1072, Agosto, 25	LF 359 = LF 397 = LF 400	Martinho <i>Zarraquiz</i> doa ao presbítero Fernando Pais, seu sobrinho, os bens que possuía em Santo Estêvão, no território de Chaves (<i>"territorio Flabias subtus mons Batoccas discurrente flumen Tamice in villa quod vocitant Sancti Stephani"</i> LF 400), com a obrigação de os deixar em testamento ao mosteiro de Santo Estêvão (<i>"et post obitum tuum revertantur et testentur cimiterio Sancti Stephani et reliquiis qui ibi recondite sunt."</i> LF 359). Em LF 400 registado com a data de 23 de Fevereiro de 1086.
1072, Dezembro, 25 (?)	LF 360 = LF 398 = LF 401	<i>Meirina</i> doa ao mosteiro de Santo Estêvão de Faiões (<i>"vobis fratribus monasterii Sancti Stephani Martino et Gundisalvo et aliis"</i>) a herdade que possuía junto da igreja de Santo Estêvão (<i>"in loco predicto ad aula de ipsa ecclesia Sancti Stephani"</i>), com a obrigação de lhe prestarem assistência na velhice. Com referência às relíquias: <i>"ob honorem Sancti Stephani et reliquiarum que ibi recondite sunt"</i> (LF 360). Em LF 401 apresenta a data de 24 de Junho de 1072.
1073, Abril, 17	LF 361 = LF 399	<i>Iquila Rodosendiz</i> doa ao mosteiro de Santo Estêvão de Faiões a herdade de Vilarinho (Chaves) com a condição de aí ser admitido como religioso. Em LF 399 o diploma foi, por lapso do copista, registado com o ano de 1003 (Era MX'I em vez de Era MCVI).
1074, Maio, 12	LF 98	Ermígio doa a Paio Guterres e a sua esposa, Doroteia, a herdade que tem em Rio Mau, junto da Igreja de Santo Estêvão de Faiões – <i>"in villa vocitata Riu Malo juxta domum Sancti Stephani..."</i> .

1074, Junho, 1	LF 99	O Bispo D. Pedro concede a Ordonho Ermiges (filho de Ermígio – vd. LF 98) as herdades que os pais deste tiveram em Rio Mau (Chaves) (e que Paio Guterres e Doroteia tinham dado à Sé de Braga) e a quarta parte do casal de D. Argemundo para as possuir vitaliciamente, comprometendo-se a não alienar e a cultivá-las, deixando-as à Sé de Braga por sua morte.
1084, Dezembro, 23	LF 412	Os presbíteros Vímara e Paio doam a sua tia materna, <i>domna Leta</i> , dois terços da herança materna em Santo Estêvão de Chaves, para os amparar em vida e cuidar da sua sepultura e bens de alma depois de mortos. Por falecimento da tia, os bens reverteriam para a Igreja de Santo Estêvão (“ <i>Post obitum vero vestro revertat se ipsa hereditas ad ipsius reliquiarum locis aulam Sancti Stephani ubi cadaveres nostros tumulati fuerint</i> ”).
1089, Julho, 1	Insc.	Sagração da Igreja de Santo Estêvão de Faiões.
1100, Janeiro, 5	LF 410	Ximena Daniel doa a Paio Daniel os bens que possui em Santo Estêvão de Chaves (“ <i>in loco quem vocitant Sancto Stephano de Xavias discurrante rivvolum Tamice... inter Sancti Stephani et Faiones</i> ”), revertendo, por sua morte, para bens de alma.
1106, Novembro, 12	LF 358 = LF 396 = LF 653 = DMP, DP(III) 233	O presbítero Fernando Pais doa a S. Geraldo, arcebispo de Braga, a igreja de Santo Estêvão (“ <i>ecclesia Sancti Stephani</i> ”), a Ermida de S. Mateus com suas terras, e outros bens em Santo Estêvão de Faiões, os quais recebera de seu <i>avunculus</i> Martinho Sarraquiz.
1116, Abril, 18	LF 409 = DMP, DP(IV), 8	Oveco Gontiges e Paio Gontiges doam a Odório Guedaz e sua mulher, Aragunte Gomes, bens em Faiões.
1116, Junho, 26	LF 407 = DMP, DP(IV), 15	Urraca Pais troca com seu tio, Odório Guedaz, e sua mulher, Aragunte Gomes, uma herdade em Faiões por outra em Montesinhos.
[1118-1138]	LF 404 = LF 720	Aragunte Gomes e seus filhos doam ao arcebispo D. Paio Mendes e à Sé de Braga os bens que possuem em Faiões (“ <i>in villa Faiones</i> ”), em memória de Odório Guedaz, exceptuando a parte de Mendo Guedaz e de Ilduara Vasques. Odório Guedaz ainda era vivo em 16 de Junho de 1118 (LF 408 = DMP DP(IV) 70).
1124, Julho, 25	LF 487 = DMP, DR 67	A condessa D. Teresa institui e delimita o Couto de Faiões, que doa à Sé de Braga e a D. Paio Mendes.

1136	LF 436 = LF 715	O arcediago Gonçalo Afonso doa a Santo Estêvão de Chaves e à Sé de Braga, na pessoa de D. Paio Mendes, a herdade que tinha em Santo Estêvão, por herança materna, e outros bens adquiridos na zona. Em LF 436 sem data expressa (com datação crítica pelo episcopado de D. Paio Mendes, [1118-1138]). Em LF 715 com data expressa de 1136, que aqui adoptamos.
1160, Abril, 19	LF 490 = LF 566 = LF 813	Ilduara Vasques doa à Sé de Braga os bens que seu marido, Gonçalo Vasques, lhe tinha dado por arras em Santo Estêvão de Faiões (Chaves) e em Ninho de Águia (Orense): “ <i>in villa Sancti Stephani de Flabias sub monte Batocas aquis discurrentibus ad flumen Tamice</i> ”.

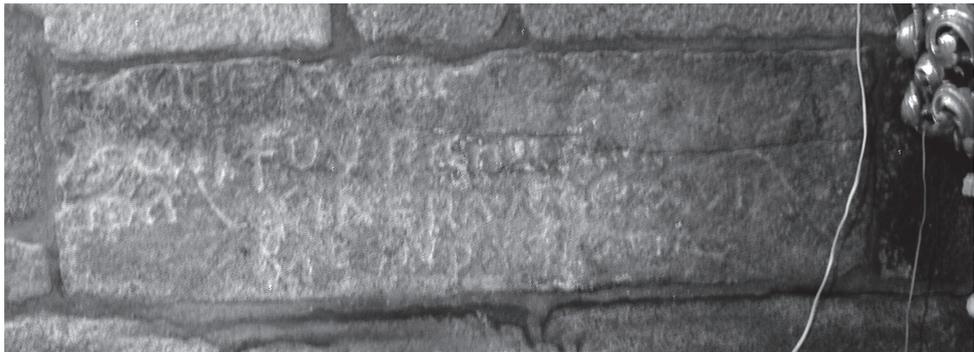


Fig. 1 – Inscrições da Igreja de Santo Estêvão (Chaves)

*As inquirições medievais portuguesas
(séculos XIII-XIV)
Fonte para o estudo da nobreza
e memória arqueológica
- Breves apontamentos -*

José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO
FLUP/CEPESE-UP

Resumo

As Inquirições Gerais dos séculos XIII e XIV contam-se entre as fontes medievais portuguesas mais ricas, e são mesmo singulares no contexto europeu. Iniciadas em 1220, no arranque do processo de centralização régia, foram continuadas até meados do século XIV, recolhendo um conjunto de dados verdadeiramente excepcional, não só pelo seu volume mas pelo variado leque de abordagens que o seu estudo permite. Para o estudo da Aristocracia portuguesa daquelas centúrias elas são mesmo uma das fontes essenciais, não só por permitirem análises ao longo de um arco cronológico bastante dilatado, mas por poderem ser feitas através da mesma tipologia documental. Mas também para outros temas, como sejam a evolução da malha administrativa/judicial do reino ou o património fundiário das instituições eclesíásticas, passando pela antroponímia, a toponímia ou a Arqueologia.

Palavras-chave: Séculos XIII-XIV / Inquirições / Aristocracia / Arqueologia

Abstract

The Portuguese *Inquisitiones* of the thirteenth and fourteenth centuries are among the richest sources of medieval Portuguese history, and are even unique in the European context. Initiated in 1220, in the beginning of the process of centralizing royal power, they were continued until the mid-fourteenth century, collecting a data set truly exceptional, not only by volume but by the wide range of approaches that their study permits. To study the Portuguese aristocracy they are one of the essential medieval sources, not only because they allowed analysis over a much extended chronological arch, but they also can be made through the same documental typology. But also

to other issues, such as the evolution of the administrative/judicial map of the kingdom or wealth of ecclesiastical institutions, through anthroponomy, toponymy or Archaeology.

Keywords: XIIIth - XIVth Centuries / Inquiries / Aristocracy / Archaeology

0. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Em Dezembro de 2007 realizou-se um Congresso Internacional em torno das Inquirições Medievais, que pretendia homenagear a memória de Luís Krus (1954-2005)¹. A minha intervenção nesse congresso justificava-se pelo facto de conhecer bem essas fontes, um dos pilares mais importantes do meu estudo sobre a nobreza do período dionisino²; de resto, apenas uma semana antes do Congresso tinha publicado as actas das primeiras inquirições daquele reinado³.

Quando, no início deste ano, surgiu a possibilidade de colaborar numa colectânea de homenagem ao Doutor Armando Coelho, no momento da sua jubilação académica, pensei aproveitar aquele texto, uma vez que as respectivas actas já muito dificilmente se publicarão. Pareceu-me, porém, que o poderia adaptar e desenvolver, introduzindo-lhe um ponto dedicado à área que distinguiu o homenageado, a Arqueologia, e através da qual se criou um vínculo de amizade mútua que não podia deixar de se traduzir nesta minha participação; mais ainda quando, e por curiosa coincidência, em Dezembro passado também publiquei a primeira parte das actas das segundas inquirições do reinado dionisino⁴.

Assim, os pontos 2 e 3 correspondem ao texto de 2007, e debruçam-se inteiramente sobre a nobreza medieval portuguesa e as Inquirições como fonte privilegiada para o seu estudo, nos séculos XIII e XIV; enquanto o ponto 4 é dedicado à Arqueologia, através das referências que as mesmas fontes contém e que podem ser de inestimável valor para os arqueólogos. A Introdução serve naturalmente como texto comum às duas abordagens; já a Conclusão, como é óbvio, foi adaptada a esta nova estrutura.

1. INTRODUÇÃO.

As *Inquirições Gerais* promovidas pela Coroa ao longo dos séculos XIII e XIV constituem um caso singular, verdadeiramente excepcional, pode-se afirmar, no conjunto das fontes disponíveis para o estudo da História Medieval portuguesa.

A sua enorme importância – precocidade até, no quadro geral europeu – já foi

¹ *Inquirir na Idade Média. Espaços, Protagonistas e Poderes (Séculos XII-XIV). Tributo a Luís Krus* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 14-15 de Dezembro de 2007).

² SOTTOMAYOR-PIZARRO (1999).

³ *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM. NOVA SÉRIE. INQUISITIONES, VOLUME III – INQUIRIÇÕES DO REINADO DE D. DINIS. INQUIRIÇÕES DE 1284* (Introdução, Leitura e Índices por José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO), Lisboa, Academia das Ciências, 2007 (a partir de agora citado como *PMH/NS – Inq., vol. III*).

⁴ *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM. NOVA SÉRIE. INQUISITIONES, VOLUME IV. TOMO I – INQUIRIÇÕES GERAIS DE D. DINIS DE 1288, SENTENÇAS DE 1290 E EXECUÇÕES DE 1291* (Introdução, Leitura e Índices por José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO), Lisboa, Academia das Ciências, 2012. (cit. *PMH/NS – Inq., vol. IV/1*).

devidamente valorizada ao longo do tempo pela historiografia, desde os cronistas tardo-medievais ou os Brandões da *Monarquia Lusitana*⁵ até Herculano na sua *História de Portugal*; chamando ainda a atenção de eruditos como Viterbo no seu *Elucidário* ou Anastásio de Figueiredo⁶, ou de diplomatas como João Pedro Ribeiro, responsável pela organização de um estudo-roteiro sobre estas fontes, ainda hoje incontornável⁷.

Sob os auspícios da Academia Real das Ciências de Lisboa iniciou-se a publicação das actas dessas Inquirições Gerais, enquadrada numa série específica – *Inquisitiones* – dos *Portugaliae Monumenta Historica*, série seguramente prevista por Alexandre Herculano, mas que só veria a luz após a sua morte e que, com diversas interrupções, concluiu em 1977 a edição das Inquirições Gerais de 1220 e de 1258, respectivamente dos reinados de D. Afonso II e de D. Afonso III⁸:

“Falecido em 1877, aquele ilustre historiador, a par da sua monumental obra historiográfica, literária e cívica, legava-nos mais de duas mil páginas de documentação, desde anais e crónicas até leis gerais do reino ou actas conciliares, passando por cartas de foral, livros de linhagens e documentação avulsa. Mas já não assistiu ao aparecimento da quarta e última série da colecção, que seguramente também idealizara, e que se intitulou *Inquisitiones*, cabendo a João Pedro da Costa Basto – seu colaborador, académico, ilustre paleógrafo e oficial-mor da Torre do Tombo –, a responsabilidade da sua execução.

Trabalhador incansável, Costa Basto editou as actas das Inquirições Gerais do reinado de D. Afonso II, de 1220, o que constitui o texto do fascículo I-II da primeira parte do volume I, que como se disse foi publicado em 1888, e ainda as actas das 1.^a e 2.^a alçadas das Inquirições Gerais do reinado de D. Afonso III, de 1258 (Volume I, Parte I, fascículo III, de 1891, e fascículo IV-V, de 1897, respectivamente), num total de 752 páginas.

As restantes alçadas das inquirições de 1258, e que integram a Parte II do primeiro volume, foram posteriormente publicadas, mas a um ritmo substancialmente mais contido. Assim, em 1917 era editada uma parte da 3.^a alçada, da responsabilidade de Sousa Monteiro, primeiro, de Anselmo Braamcamp Freire, depois, e finalmente de Pedro de Azevedo (fascículo VI), só concluída em 1936 por António Baião (fascículo VII). A 4.^a alçada foi publicada em 1961 por Possidónio Mateus Laranjo Coelho (fascículo VIII), e finalmente, em 1977, no centenário da morte de Alexandre Herculano, saiu o fascículo IX, relativo à 5.^a alçada, pela mão do ilustre diplomata Rui Pinto de Azevedo⁹.

⁵ BRANDÃO (1974), BRANDÃO (1976) e BRANDÃO (1980).

⁶ FIGUEIREDO (1800).

⁷ RIBEIRO (1815).

⁸ *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM - INQUISITIONES*, Vol. I, Parte I e Parte II, Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977.

⁹ *PMH/NS – Inq.*, vol. III, pp. V-VI.

Henrique da Gama Barros¹⁰, Pedro de Azevedo¹¹, Anselmo Braamcamp Freire¹², José da Cunha Saraiva¹³, António Botelho da Costa Veiga¹⁴, Miguel de Oliveira¹⁵, Conde da Borralha¹⁶, Julieta da Costa Araújo¹⁷, Joaquim da Silveira¹⁸, Avelino de Jesus da Costa¹⁹, Maria José Lagos Trindade²⁰, A. de Almeida Fernandes²¹, Iria Gonçalves²², Maria Helena da Cruz Coelho²³, Luís Krus²⁴, José Mattoso e colaboradores²⁵, Rosa Marreiros²⁶, Leontina Ventura²⁷, José Marques²⁸, Fernanda Maurício²⁹ ou o signatário destas linhas³⁰, são alguns dos autores que ao longo dos séculos XIX e XX elaboraram estudos que aproveitaram as Inquirições, quer através das já publicadas quer das ainda inéditas dos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, ou particulares, analisando-as sob diversas perspectivas ou utilizando, de acordo com os interesses objectivos desses estudos, fragmentos do imenso caudal de informação que aquelas fontes proporcionam³¹.

Informação que se revela verdadeiramente espectacular para o estudo da nobreza portuguesa dos séculos XIII e XIV, sem que, com esta afirmação, se pretenda diminuir o valor do contributo das inquirições para o estudo do património da Coroa ou de diversas instituições eclesiásticas, monásticas ou monástico-militares, da organização

¹⁰ BARROS (1945).

¹¹ AZEVEDO (1904) e AZEVEDO (1905).

¹² FREIRE (1906a) e FREIRE (1906b).

¹³ SARAIVA (1933-35).

¹⁴ VEIGA (1936).

¹⁵ OLIVEIRA (1936) e OLIVEIRA (1964-66).

¹⁶ BORRALHA (1936).

¹⁷ ARAÚJO (1940).

¹⁸ SILVEIRA (1943).

¹⁹ COSTA (1959).

²⁰ TRINDADE (1968), TRINDADE (1971) e TRINDADE (1979).

²¹ FERNANDES (1972-73) e FERNANDES (1991).

²² GONÇALVES (1978) e GONÇALVES (1993).

²³ COELHO (1981), COELHO (1990a) e COELHO (1990b).

²⁴ KRUS (1981) e KRUS (1993).

²⁵ MATTOSO (1982), MATTOSO (1986), MATTOSO (1989) e MATTOSO (1993).

²⁶ MARREIROS (1984-85) e MARREIROS (1990).

²⁷ VENTURA (1986) e VENTURA (1992).

²⁸ MARQUES (1990).

²⁹ MAURÍCIO (1997)

³⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO (1990), SOTTOMAYOR-PIZARRO (1999), SOTTOMAYOR-PIZARRO (2000) e SOTTOMAYOR-PIZARRO (2008).

³¹ Seria demasiado extensa a lista de monografias que referem ou transcrevem excertos das inquirições. Refira-se, apenas como exemplo, a obra de ALVES (2000) - note-se que, aquando da edição original das *Memórias* – 1911 – a 4.^a alçada das Inquirições de 1258, onde se incluem os julgados transmontanos, ainda não tinha sido editada nos *Portugalia Monumenta Historica*, facto que só ocorreu em 1961.

militar, paroquial ou judicial do território, para a história local e/ou regional, para a arqueologia, como veremos depois, ou para a antroponímia e toponímia.

A Nobreza, porém, se atendermos às razões que promoveram a realização das Inquirições, acaba por ser a grande protagonista destes textos. Vejamos porquê?

2. A NOBREZA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XIII E XIV.

Tendo em conta as compreensíveis limitações de espaço, não poderei apresentar aqui uma análise aprofundada sobre a evolução da nobreza entre os séculos XII e XIV. Essa análise, de resto, já há muito foi elaborada pelo Professor José Mattoso, e depois confirmada e complementada pelos estudos dos seus discípulos, sendo de todos conhecida³².

Ensaiei, por isso, e de uma forma muito breve, uma síntese em torno de dois elementos – as relações entre a Coroa e a Nobreza, por um lado e, por outro, a estruturação do grupo nobiliárquico –, que me parecem essenciais para a valorização de algumas das características das Inquirições, e que pretendo destacar no ponto seguinte.

Começando pela segunda questão, e como creio ter demonstrado, falar de uma estruturação da nobreza em “ricos-homens, infanções e cavaleiros” faz pouco sentido a partir do século XIII, mais especialmente depois do final do reinado de D. Sancho II³³. Com efeito, Leontina Ventura revelou de uma forma cabal como com D. Afonso III a “Corte Régia” assumiu um papel fundamental na estruturação do Reino³⁴, com reflexos também, como é natural, no grupo dos senhores, o que me levou a propor uma divisão daquele grupo social entre Nobreza de Corte e Nobreza Regional, tendo em conta a análise de um conjunto diversificado de linhagens e a sua evolução durante um período de cerca de um século, sensivelmente entre os reinados de D. Afonso III e de D. Afonso IV, mas mais detidamente em torno do reinado de D. Dinis.

Nobreza de Corte que, como é óbvio, se dividia entre Alta e Média. A primeira integrava, para além da Família Real, os membros das linhagens que praticamente desde a fundação do reino exerciam os principais cargos e/ou funções curiais – mordomia-mor, alferesia-mor e tenências –, mais um ou outro indivíduo a quem o favor régio elevava ao topo da hierarquia. Era por isso nestas linhagens que se concentrava grande parte do poder político e militar, e também senhorial, sobre um património territorial volumoso e normalmente mais expressivo nas regiões de origem, especialmente entre os vales dos rios Minho e Douro, isto é, no “Norte Senhorial”, para utilizar a feliz expressão *mattosiana*. A segunda era constituída por elementos de linhagens que em boa parte tinham resultado da segmentação das mais antigas, e que exerciam funções de grande proximidade com os monarcas, já como conselheiros, meirinhos-mores de comarca, alcaides das principais cidades, e que também detinham patrimónios com uma dimensão razoável, normalmente localizados na área acima referida mas também com pólos de fixação mais meridional, como alguns senhorios nas Beiras ou na Estremadura.

³² MATTOSO (2001-02b), pp. 85-198.

³³ SOTTOMAYOR-PIZARRO (1999), pp. 537-541.

³⁴ VENTURA (1992).

Como traços comuns aos dois segmentos refiram-se, por um lado, a posse de bens nas cidades mais frequentadas pelo monarca, com especial relevo para Santarém e, por outro, uma estratégia matrimonial assente nas alianças preferentes dentro do mesmo grupo, com alguns casos de cedência de mulheres da alta para a média nobreza.

Esta última característica, aliás, reproduz-se entre a Média Nobreza de Corte e a Média Nobreza Regional. Na verdade, este segmento mais elevado da Nobreza Regional difere apenas do anterior, por vezes, pelo facto de as linhagens que o compunham não fornecerem – ou muito raramente o fazerem – elementos com presença junto dos monarcas, e da sua implantação patrimonial ser mais estável, isto é, mais localizada em torno da área de origem, onde detinham um número mais reduzido de quintãs e de casais. A Nobreza Regional Inferior, por fim, tinha uma expressão quase estritamente local, muitas vezes detectável apenas num julgado.

Note-se, porém, que muitas destas linhagens da Nobreza Regional eram também fruto da segmentação das linhagens mais antigas e venerandas da aristocracia fundacional do reino, mas que gradualmente tinham sofrido um processo de erosão patrimonial. Ora, nestas circunstâncias, o afastamento da Corte e das benesses régias, ou da oportunidade de boas alianças que o meio cortesão cada vez mais proporcionava, terá ditado a extinção ou apagamento de algumas delas.

A erosão patrimonial, de resto, e na minha opinião, é um dos factores que melhor permite compreender a verdadeira dimensão do poder nobiliárquico até aos meados ou mesmo até ao final do século XIV. De facto, e por razões que procurei desvendar e interpretar noutra lugar, a nobreza portuguesa viveu um processo de incoerência estratégica interna, que em muito embotou a sua capacidade de reacção face a uma política régia de cunho centralizador. Refiro-me, como se sabe, à adopção do modelo linhagístico desde meados do século XII, mas com a manutenção de um sistema de transmissão hereditária dos bens patrimoniais, ou seja, o agnatismo político convivia com um cognatismo patrimonial, e nem o elevado índice de celibato foi capaz de evitar a “pulverização” da maior parte dos patrimónios das linhagens³⁵. Nos últimos anos, de resto, procurei analisar esta questão sob vários ângulos, desde o patrimonial³⁶ ao militar³⁷, passando pelo político³⁸ para, mais recentemente, avançar com alguns elementos que parecem sustentar que a utilização do termo linhagem não era exclusiva, nem do grupo aristocrático nem, dentro deste, da linha varonil³⁹.

Creio que é neste quadro geral que se deve situar a primeira das questões enunciadas, ou seja, o relacionamento entre a Coroa e a Nobreza. Em traços necessariamente muito esquemáticos, pode-se dizer que até ao final do século XII a Nobreza procedeu à senhorialização da maior parte do território situado a norte do rio Douro e mesmo para lá da margem esquerda deste rio, sensivelmente até ao vale do Vouga, penetrando na Beira Alta através de um corredor compreendido entre o Paiva e o Távora desde

³⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO (1999), II, pp. 565-592.

³⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO (2007).

³⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO (2009).

³⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO (2010).

³⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO (2011).

Lamego até Viseu, com algumas incursões até às faldas setentrionais da Serra da Estrela, e por fim, graças a algumas concessões régias, um punhado de senhorios localizados na Estremadura⁴⁰.

O processo de centralização régia encetado por D. Afonso II e que, como se sabe, englobava algumas medidas que pretendiam controlar a voracidade da nobreza, não terá produzido grandes resultados, até porque o monarca viveu sobretudo envolvido nas questões que o opuseram às suas irmãs e a algumas das mais destacadas figuras aristocráticas, por um lado, e a alguns bispos, por outro. Este último aspecto, aliás, explicará uma das motivações da realização das Inquirições de 1220, especialmente concentradas na área do arcebispado de Braga⁴¹.

O reinado de D. Sancho II, depois, desde os anos iniciais de menoridade régia até à sua dramática e solitária morte em Toledo, em 1248, significaram um período de profunda instabilidade em todo o reino, o que se traduziria num verdadeiro festim para o nunca saciado apetite senhorial, traduzido nas mais variadas formas de anexações, abusos e violências, quer contra os bens da Coroa quer da Igreja, e que terá atingido o seu auge durante a Guerra Civil de 1245.

O reinado de D. Afonso III significou por isso, e para além de tudo o mais, um sólido desenvolvimento das ideias paternas, aplicado com suma habilidade política, sobretudo no que respeita ao grupo nobiliárquico. Na verdade, concluído o processo de reconquista e apaziguado o reino, o monarca pôde voltar a atenção para as múltiplas áreas da sua organização interna⁴². Resolvido a controlar o poder episcopal, contou com uma certa neutralidade da alta e média nobreza de corte, situada à margem daquele processo e embevecida pelas alianças com bastardas régias. Pôde mesmo reestruturar a composição da corte e promover a criação do cargo de Meirinho-mor, sem que os poucos exílios daí decorrentes tenham ofuscado o alcance das suas medidas centralizadoras, de entre as quais, como é evidente, se destaca a realização das Inquirições Gerais de 1258, tão magistralmente analisadas por Luís Krus⁴³.

Se as questões com o Clero ensombraram o final do reinado do Bolonhês, o do seu filho ficou claramente marcado pela oposição entre a Coroa e a Nobreza. Não repetirei aqui o que já por diversas vezes tive a oportunidade de referir. Apenas sublinharia o facto de D. Dinis ter contado com uma série de circunstâncias favoráveis à execução da sua política de centralização régia: a extinção biológica de uma grande parte das mais importantes linhagens aristocráticas, a debilidade patrimonial da nobreza, fruto das permanentes partilhas nobiliárquicas, e a recorrente estupidez do Infante D. Afonso de Portalegre que, com outro rasgo, poderia ter assumido uma liderança eficaz contra os desígnios centralizadores do irmão. Circunstâncias favoráveis, é certo, mas que em nada diminuem o talento e a capacidade governativa de um rei a vários títulos

⁴⁰ Sobre o processo de senhorialização do território, cfr. SOTTOMAYOR-PIZARRO (1999), II, pp. 495-511.

⁴¹ Sobre este reinado, cfr. VILAR (2005).

⁴² Sobre a importância deste reinado, e o importante papel que nele desempenharam as Inquirições Gerais de 1258, cfr. MATTOSO (2001-02), pp. 529-560.

⁴³ KRUS (1981).

excepcional, sobremaneira prestigiado no plano externo⁴⁴. Seja como for, as Inquirições Gerais que promoveu em 1284, 1288, 1301, 1303-1304 e 1307-1311, atestam a sua determinação, diria até obsessão, em controlar os abusos senhoriais⁴⁵.

Não creio, como já afirmei, que o conflito que marcou os últimos anos do seu reinado tenha sequer beliscado os resultados dos seus quase cinquenta anos de acção governativa⁴⁶. E, se os seus opositores depositavam no Infante herdeiro esperanças de recuperação do poder senhorial, rapidamente se terão desenganado. D. Afonso IV deu provas inequívocas, desde o início do reinado, de que não toleraria retrocessos na política de afirmação do poder régio. As inquirições às jurisdições senhoriais, promovidas nos meados da década de 1330, são disso mesmo prova cabal e, na prática, simbolizam o final de um processo iniciado um século antes, muito embora ainda tenha realizado novas inquirições em 1343.

Com efeito, e como também já sublinhei, D. Afonso II apenas pôde inquirir, em 1220, sobre o que a Coroa tinha. Em 1258, o seu filho já teve a autoridade e o poder suficientes para indagar sobre o património de todo o tipo de proprietários, e revelar inúmeras situações de posse ilegal de bens da Coroa. O seu neto foi muito mais longe: desde a inquirição aos bens da *Casa de Sousa*⁴⁷ até às várias Inquirições Gerais que realizou, o fito do monarca era claro – avaliar os bens da nobreza – e traduziu-se pela primeira vez na condenação dos abusos senhoriais através de sentenças emitidas por um tribunal superior; para além desta inovação, a partir de 1301 as inquirições foram executadas por um único inquiridor, nomeado exclusivamente pelo monarca, que inquiria, julgava e sentenciava e que, para além do mais, utilizava o texto da inquirição de 1288 para aferir as alterações entretanto ocorridas nos diferentes julgados⁴⁸. O seu bisneto, por fim, exigiu que os privilégios e jurisdições imemorais invocados fossem comprovados por diplomas régios⁴⁹. O uso consuetudinário e a tradição tinham sido suplantados pela autoridade régia, pelo direito e pela escrita.

3. A NOBREZA NAS INQUIRIÇÕES.

Em 1978, Iria Gonçalves e os seus colaboradores produziram o primeiro trabalho que valorizou a importância das Inquirições para o estudo da Nobreza, a partir da análise da 1.^a alçada das Inquirições de 1258⁵⁰; em 1981, Maria Helena da Cruz Coelho apresentava o primeiro dos seus trabalhos que analisava uma pequena região com um especial aproveitamento das duas primeiras Inquirições Gerais; também em 1981, José Mattoso sublinhou a importância destes textos, a par dos Livros de Linhagens, como as duas fontes essenciais para o conhecimento do grupo nobiliárquico⁵¹, no mesmo ano

⁴⁴ Sobre o rei e o reinado, SOTTOMAYOR-PIZARRO (2005).

⁴⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO (2005), pp. 139-160 e 176-183.

⁴⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO (2005), pp. 189-200.

⁴⁷ KRUS (1993).

⁴⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO (1993).

⁴⁹ MARQUES (1990).

⁵⁰ Vd. nota 22.

⁵¹ MATTOSO (2001-02c), p. 12.

em que, como já referi, Luís Krus publicava um artigo decisivo sobre as Inquirições de 1258, e que o destacou como o historiador que mais profundamente compreendeu a estrutura e complexidade desta tipologia documental⁵². Estes dois autores, primeiro com Olga Bettencourt, e depois com Amélia Andrade, produziram três trabalhos que se podem considerar modelares, estudando uma região concreta, sobretudo a partir dos textos das Inquirições: Aguiar de Sousa (1982), Paços de Ferreira (1986) e a Terra de Santa Maria (1989)⁵³. Neste último ano eu próprio dedicava a minha atenção à nobreza do julgado de Braga através das mesmas fontes, enquanto José Marques publicava em 1990 um texto já apresentado em 1985, onde se analisaram pela primeira vez as inquirições de D. Afonso IV às jurisdições senhoriais⁵⁴. A minha dissertação de doutoramento, por fim, teve nas informações das inquirições ainda inéditas dos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV um dos seus grandes alicerces⁵⁵.

Esta nota de informação historiográfica apenas pretende destacar duas das maiores virtudes destes textos: a sua repetição ao longo de um período que vai desde 1220 até 1343, através de 8 inquéritos, um deles acompanhado com Sentenças Gerais, e a amplitude geográfica dos mesmos. Com efeito, e para os séculos XIII-XIV, poucas fontes poderão ombrear com as Inquirições Gerais em termos evolutivos e comparativos ao longo de uma cronologia tão alargada, sobre um mesmo território. É, de facto, uma fonte única!

Vejamos então, de forma muito esquemática, as suas potencialidades bem como os problemas que suscitam a sua análise e a sua interpretação.

Um dos aspectos mais relevantes das inquirições medievais portuguesas, e que aqui já foi indicado, prende-se com o vasto arco cronológico que elas cobrem, permitindo uma análise diacrónica de vários fenómenos, como por exemplo a evolução da dinâmica administrativa e judicial, tendo em conta a malha das freguesias e a sua distribuição por julgados ao longo de 125 anos, especialmente no Entre-Douro-e-Minho. Por outro lado, se é verdade que esta última região é a que se destaca para qualquer tipo de análise, uma vez que no todo ou em parte foi sempre abrangida pelos diferentes inquéritos, não se pode deixar de sublinhar o facto de as *Inquirições Gerais* de 1258 e de 1288, com as respectivas *Sentenças* de 1290, terem levado os inquiridores a percorrer praticamente toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, a zona setentrional da Beira Litoral e uma parte significativa da Beira Interior até ao rio Tejo.

A articulação da sua amplitude cronológica e espacial com a forma minuciosa como a maioria dos inquéritos foi feita e o número de testemunhos registado, permite a recolha de centenas ou mesmo de milhares de nomes, transformando estas fontes numa “amostragem” verdadeiramente excepcional para estudos sobre antroponímia e toponímia.

Quanto aos estudos sobre nobreza, as suas potencialidades são inúmeras. Desde logo – a minha experiência pessoal, aquando da elaboração da dissertação

⁵² Vd. nota 42.

⁵³ Vd. nota 25.

⁵⁴ Vd. notas 29 e 28, respectivamente.

⁵⁵ Vd. nota 29.

de doutoramento, permite-me afirmá-lo sem hesitações –, como complemento aos nobiliários medievais: com efeito, estas fontes revelam muitos indivíduos omissos nos três Livros de Linhagens, já para não falar das numerosas linhagens da nobreza regional inferior só por elas registadas. Depois, como é óbvio, os mais variados aspectos do património e do exercício dos privilégios e direitos senhoriais: evolução cronológica e dinâmica geográfica do património linhagístico, assim como o volume de bens por indivíduo e/ou por linhagem (ao longo de 4/5 gerações); variedade tipológica de senhoriaização, bem como as suas formas abusivas e violentas, e ainda a análise de situações de cooperação nos processos de senhoriaização e/ou violência entre Nobreza e Igreja (mosteiros, cabidos, igrejas, ordens militares, prestamos, etc.); estrutura e funcionamento das honras e coutos, agentes senhoriais (porteiro, chegador, juiz, vigário), entre outros mais.

Fonte com qualidades excepcionais, como se vê, mas que também suscita vários problemas, quer de análise quer de interpretação. Desde logo, e quanto aos primeiros, pelo facto de os oito inquéritos conhecidos não terem a mesma estrutura interna, fruto, como já ficou dito, da diversidade cronológica e dos diferentes objectivos a alcançar, e que me leva a considerar três grupos distintos⁵⁶: assim, as *Inquirições Gerais* realizadas em 1220, com uma estrutura única, quadripartida, apurando os dados relativos aos bens reguengos, aos padroados, aos foros e direitos, e aos bens das ordens religiosas e militares⁵⁷; segue-se o grupo das *Inquirições Gerais* de 1258⁵⁸, de 1284 e de 1343⁵⁹, que pretenderam apurar a distribuição da propriedade, já não apenas da Coroa mas de todo o tipo de proprietários, em todas as freguesias inquiridas, avançando um sem número de informações sobre as rendas e a economia das diferentes regiões inquiridas, revelando ainda, como era de prever, um conjunto muito significativo de potenciais situações de usurpação senhorial⁶⁰; finalmente, um terceiro grupo, engloba as *Inquirições Gerais* de 1288 – com as respectivas *Sentenças* de 1290 –, de 1301, de 1303-1304 e de 1307-1311, dirigidas exclusivamente ao apuramento do património nobiliárquico, assim como o inventário exaustivo de todos os abusos, violências e usurpações senhoriais

⁵⁶ Ou quatro, se tivermos em conta as realizadas em meados da década de 1330, exclusivamente dirigidas às jurisdições senhoriais, elevando assim para nove o número das “*inquirições gerais*”.

⁵⁷ VILAR (2005), pp. 186-192.

⁵⁸ Sobre estas inquirições, e para além do já citado trabalho de Luís Krus, veja-se ainda o seu enquadramento na política geral do reinado em VENTURA (2006), pp. 107-109.

⁵⁹ Para além do já citado trabalho de José Marques, veja-se ainda o enquadramento destas inquirições no contexto global do reinado do *Bravo*, em SOUSA (2005), pp. 101-112.

⁶⁰ Creio que deverá haver algum cuidado na facilidade com que muitas vezes se classificam determinadas situações como abusos senhoriais. Com efeito, muitas delas poderiam não o ser, face a um factor de dupla perspectiva: por um lado, a situação em causa poderia resultar de uma prática consuetudinária com décadas ou mesmo séculos, e por isso assumida como o exercício de um direito; por outro, a crescente capacidade administrativa e judicial da Coroa permitia aos monarcas o exercício de uma autoridade que ditava e seleccionava a continuidade, ou não de velhas práticas. A título de exemplo, veja-se o amádigo, direito senhorial perfeitamente legal (com a prática de abusos, é verdade), e que se extingue para sempre por determinação régia em 1290.

perpetrados contra os funcionários e bens da Coroa⁶¹.

As diferenças entre os vários inquéritos também se revelam ao nível da dimensão das áreas inquiridas, destacando-se claramente os de 1258 e sobretudo de 1288⁶², que cobriram a quase totalidade das regiões de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro, e uma parte significativa das Beiras até ao rio Tejo. Quanto às demais inquirições, as áreas inquiridas são muito diversificadas: as de 1220 incidiram sobre uma área descontínua, confinada pelos rios Lima e Douro, e ainda o Tua, a oriente; as de 1284 apenas inquiriram alguns julgados entre Douro e Vouga, sobretudo na área da *Terra de Santa Maria*; as de 1301, que chegaram até nós com graves lacunas cobriram muito parcelarmente o Entre-Douro-e-Minho, e mais uma dúzia de julgados a sul do Douro, tão dispersos como Sever do Vouga, Trancoso ou Miranda do Corvo; as inquirições seguintes, de 1303-1304 são ainda mais parcelares, apenas com registos para freguesias dos actuais concelhos de Ponte de Lima, Guimarães, Famalicão, Celorico de Basto e Viseu; as de 1307-1311 são bem mais extensas e compactas, cobrindo grande parte do Entre-Douro-e-Minho, Terra de Panóias, Lamego e Trancoso; as de 1343, por fim, centraram-se claramente entre o Lima e o Ave, ou seja, na área da arquidiocese de Braga.

Sem diminuir a sua importância, como é evidente, estas duas diferenças, quer de tipologia quer de âmbito geográfico, como se compreende, dificultam algumas análises temáticas ou mais perspectivadas na diacronia, como sejam, por exemplo, a evolução da propriedade ou da malha administrativa.

Quanto aos problemas de interpretação, destacaria tão-somente dois, um com características gerais, e que por isso pode afectar qualquer tipo de estudo, enquanto o outro tem especial incidência para os estudos sobre o regime senhorial.

Refiro-me, começando pelo segundo, à prática do Amádigo, cujos casos são por assim dizer massivos no entre Minho e Lima, como ficou amplamente demonstrado pelo trabalho conduzido por Iria Gonçalves em 1978, a partir do texto da primeira alçada das Inquirições de 1258, situação que se mantinha em 1288-90, mas que é uma prática que, naturalmente sem desaparecer, se torna muito esporádica a sul daquele segundo rio. Como interpretar este facto aparentemente insólito? Uma prática senhorial mais localizada? Porquê ali e não nas outras regiões também densamente senhorializadas? O facto de a região pertencer ao bispado de Tuy e não ao arcebispado de Braga pode ter significado? Os inquiridores das outras alçadas não deram a mesma importância à questão do amádigo, ou os da primeira, no propósito das inquirições de 1258, deram-lhe uma importância excessiva⁶³?

O primeiro problema enunciado prende-se com a possível falsidade de muitos

⁶¹ Sobre o contexto das inquirições dionisinas, cfr. SOTTOMAYOR-PIZARRO (2005), pp. 94, 154-156 e 178-179.

⁶² Sabemos que estas foram as mais extensas porque tivemos a sorte de se preservarem os textos das respectivas Sentenças de 1290, caso contrário, e pela parte muito menor do que chegou até nós dos textos das próprias inquirições, ficariam muito aquém das de 1258. Este é, como se calculará, o problema de base que atinge todos os inquéritos, uma vez que para muitos não se sabe qual a área efectivamente inquirida.

⁶³ Podendo uma ou outra das hipóteses poder parecer absurda, reconheço, o certo é que a prática do amádigo ficou proibida a partir de 1290 (cfr. SOTTOMAYOR-PIZARRO (1993), p. 94).

dos testemunhos, a maior parte das vezes por temor de represálias, mas nem sempre rectificadas pelos inquiridores, como muito bem salientou Luís Krus. Sublinhe-se, por isso, a título de exemplo, o incidente registado na quarta alçada das Inquirições de 1258 a propósito do julgado de Benliver, que levou os inquiridores a apurar outros testemunhos secretamente - *Incipiunt testimonia que dixerunt homines in secreto de Judicatu de Benliver*⁶⁴.

O carácter verdadeiramente excepcional das inquirições medievais portuguesas, finalmente, é talvez o seu principal defeito, impedindo estudos comparativos, entre outros, com alguns aspectos da realidade nobiliárquica castelhana.

4. A MEMÓRIA ARQUEOLÓGICA

Um dos aspectos mais fascinantes das Inquirições, como já sublinhei, é o da versatilidade das suas informações. Associada ao elemento que agora pretendo valorizar, a Arqueologia, está precisamente a informação relativa à Toponímia, para a qual aquelas fontes oferecem um contributo excepcional. Por um lado, registam milhares de topónimos, relativos a simples locais mas também identificadores de paróquias e freguesias, organizadas em unidades territoriais mais vastas como os julgados ou terras, permitindo assim a reconstituição do mapa administrativo/judicial do Portugal de Trezentos, de uma forma particularmente extensiva para as regiões situadas a Norte do rio Douro. Mas muitos desses topónimos ficaram registados, não por designarem qualquer uma daquelas unidades, mas sim por se associarem a referências essenciais da paisagem, tanto como elementos fundamentais para a identificação do espaço como da sua delimitação ou partilha.

Esta última função é muitas vezes invocada quando os inquiridores, sobretudo em 1288-90, procuravam apurar os limites originais das honras e coutos, para assim avaliarem o quanto se tinham expandido desde a sua criação, tanto quanto podiam recordar as testemunhas mais idosas de cada freguesia. Essa memória, de velhas vivências ou recordações, podia mesmo recuar ao século XII, ao tempo do rei D. Sancho, *o Velho*, quando a testemunha de 1288 invocava a recordação da memória dos seus avós.

Analisemos um pouco mais de perto alguns desses testemunhos, que podem ir desde a referência aos tradicionais *castros* até às simples pedras de demarcação, passando por mamoas ou marmoirais. As Inquirições de 1284, que incidiram apenas sobre quatro julgados situados a sul do Douro e na margem norte do rio Vouga, permitem registar seis castros (Amonde, Eroso, Mondim, Pena de Sever, Ul e Vila Fria)⁶⁵, três mamoas, nomeadamente a de Vilela, na fg. de S. Vicente de Branca, onde também é referido o marmoiral de Crastelo⁶⁶ e nove pedras de delimitação⁶⁷.

As *Inquirições Gerais de 1288*, e respectivas *Sentenças de 1290*, na parte já publicada, ao abarcarem um território muito mais vasto, que *grosso modo* corresponde aos actuais distritos de Viana do Castelo e de Braga, registaram muito mais elementos

⁶⁴ *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA (...) – INQUISITIONES*, p. 1380.

⁶⁵ *PMH/INS – Inq.*, vol. III, pp. 77, 55, 92, 53, 82 e 65, respectivamente.

⁶⁶ *PMH/INS – Inq.*, vol. III, p. 71.

⁶⁷ *PMH/INS – Inq.*, vol. III, pp. 25, 47, 50, 71 e 74.

que podem ter interesse para o estudo de antas, castros, mamoas, marmoirais e pedras de delimitação, para além de referências a estradas ou caminhos, a pontes e torres, a moedas ou a pesos e medidas, numa variedade de testemunhos que podem ser importantes para a investigação arqueológica, desde a Pré-História até à Idade Média, passando pela cultura castreja ou pela romanização. Creio que um par de exemplos podem exemplificar perfeitamente o muito que estas fontes podem oferecer:

“Perguntado per hu som os termhos desta honrra disse que se começa pella Miranda (sic) e ende aa Pedra da Insoa e ende aa Pedra do Mioto e ende aa Pedra Longua e ende aa Pedra das Portelinas e ende como parte do couto de Vime<e>iro pela Estyvada e ende ao Coto da Mamhoa e ende ao Ribeyro de Bouça e ende ao Outeyro Pedrosso e ende ao Picoto Mayor e disse que por aquy vyousar e disse que per aquy a trage dom Meendo por honrra” (*PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, pp. 433).

“Perguntado per hu foy a honrra de Martim de velho disse que começa no Carvalho de Burgeyros e ende a Fonte d’Asnos e ende aos Vallos Velhos e ende ao Penedo de Gelleta e ende a Anta de Cableyros e ende a huum marco que esta antre Sam Migel e Tia Tlasto (sic) e ende aa Ousya de Sancta Marta e ende a Pedra da Molher e ende vay finir aa Pena Fenduda e disse que ora novamente que estendem esta honrra per fora destes termhos” (*PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, pp. 465-466).

“E disse que ouvyou dizer que os termhos desta honrra que chamam de Maçeeira som como parte pello couto de Ratis dess’y pello Porto de Urgeyras dess’y ao Sovereyro d’Outelhi e ende aa Mamoa das Figueyras como parte com Sant’Adráao e ende ao Casteeyro de Salçada e ende ao Penedo Mayor de Gandufy e ende ao Penedo de Alhiia des’y ao couto de Negreyros e ende como parte com Viçente. E disse que ora que a estendem esta honrra muyto mais e disse que colhem alla dentro em esta honrra e igreja que hi nom soya andar e disse aynda que o lugar que chamam a Covilhãa que he regeengo del Rey e estenderom per hi a honrra e fezerom hi tres cassaes que era devasso del Rey e estenderom per hi a honrra e per razom desta honrra nom fazem ende ne’migalha a el Rey nem entra hi moordomo e disse aynda que os que moram em esta honrra fezerom h-;uua bouça contra Agestrim que he regeengo del Rey e estenderom alla honrra e tolhem ende a el Rey o seu direicto per razom da honrra que acreçentaron” (*PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, pp. 554-555).

“e dizem as testemuynhas que virom usar estas freyguesias ambas por onrra com esta quintaa como parte pelo couto d’Antimy e ende aa Portela d’Ayras e ende aa Portela do Ranhadoyro e ende aa Lamela e ende aa Pedra Falcoeira e ende aa Ribeyra da Balssa e ende ao Braço da Carvalha e ende aa Pedra da Geyra e ende ao Hervedeyro e ende aa Pedra Encavalgada e ende ao Linharelho e dizem que per estes termhos a virom husar a Roy de Nomãaes e a seu linhage” (*PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 623).

5. CONCLUSÃO.

A historiografia portuguesa não pode deixar de se considerar amplamente afortunada no que respeita a fontes para o estudo da Nobreza Medieval, especialmente até aos meados do século XIV, graças a duas fontes verdadeiramente excepcionais, mesmo quando consideradas no âmbito europeu: os Livros de Linhagens e as Inquirições Régias.

Devidamente articuladas⁶⁸ proporcionam uma massa de informações absolutamente espantosa e quase inesgotável. Aqueles mereceram já uma edição crítica insuperável, graças ao mérito do meu Mestre, o Professor José Mattoso, permitindo um avanço notável nos estudos sobre a Nobreza⁶⁹.

Incompreensivelmente, as actas das inquirições dos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV permaneceram inéditas durante décadas. Creio que o Luís Krus gostaria muito de saber que as de 1284 e de 1288-90 viram finalmente a luz do dia. Que a sua edição fique como um tributo à Memória do Amigo e de um dos Historiadores que melhor soube compreender a importância e a complexidade destas fontes únicas da História Medieval portuguesa.

Mas estas fontes também alimentam outras correntes de informação, aplicável a áreas muito diversas. Nesse sentido, a publicação daquelas actas ainda inéditas, para não falar das que foram sendo publicadas desde o final do século XIX, podem ser um excelente ponto de partida para novas investigações dos vestígios mais antigos do nosso País. Os arqueólogos podem beneficiar muito da sua enorme riqueza. Queria desta forma homenagear o Professor Armando Coelho, com quem tive o privilégio de trabalhar ao longo de oito anos (1979-1986), nas equipas que dirigiu na Cidade de Âncora e no Castro do Côto da Pena, em Caminha, e com quem aprendi muito sobre rigor de análise e metodologia de investigação, mas que acima de tudo me possibilitou o contacto com a fascinante aventura da Arqueologia.

Porto, 29 de Junho de 2013.

Bibliografia

FONTES

PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM - INQUISITIONES, Vol. I, Parte I e Parte II, Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977.

PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM. NOVA SÉRIE. VOLUME I – LIVROS VELHOS DE LINHAGENS (Edição crítica por Joseph PIEL e José MATTOSO), Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD

⁶⁸ Também não posso deixar de referir aqui o importante contributo dos cancioneiros medievais, destacando-se no seu estudo os trabalhos de António Resende de OLIVEIRA (veja-se, por todos, OLIVEIRA (1994).

⁶⁹ *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM. NOVA SÉRIE. Volume I – LIVROS VELHOS DE LINHAGENS; Volume II/1-2 – LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO DE BARCELOS*, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

QUINTUM DECIMUM. NOVA SÉRIE. VOLUME III/1-2 – LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO DE BARCELOS (Edição crítica por José MATTOSE), Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

PORTUGALLAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM. NOVA SÉRIE. INQUISITIONES, VOLUME III – INQUIRIÇÕES DO REINADO DE D. DINIS. INQUIRIÇÕES DE 1284 (Introdução, Leitura e Índices por José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO), Lisboa, Academia das Ciências, 2007.

PORTUGALLAE MONUMENTA HISTORICA A SAECULO OCTAVO POST CHRISTUM USQUE AD QUINTUM DECIMUM. NOVA SÉRIE. INQUISITIONES, VOLUME IV. TOMO 1 – INQUIRIÇÕES GERAIS DE D. DINIS DE 1288, SENTENÇAS DE 1290 E EXECUÇÕES DE 1291 (Introdução, Leitura e Índices por José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO), Lisboa, Academia das Ciências, 2012.

ESTUDOS

ALVES (Abade de Baçal), Francisco Manuel (2000), *Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 2.^a ed., Tomo IV, Bragança, Câmara Municipal/IPM – Museu Abade de Baçal.

ARAÚJO, Julieta da Costa (1940), Os elementos portugueses das Inquirições Gerais de 1220, in *Biblos*, vol. XVI, pp. 427-454.

AZEVEDO, Pedro A. de (1904), Os de Vasconcellos, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. II, nº 10, pp. 363-380.

AZEVEDO, Pedro A. de (1905), Urraca Machado, dona de Chellas, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. III, nº 1-2, pp. 1-33.

BARROS, Henrique da Gama, (1945), *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a ed. (Ed. por Torquato de Sousa SOARES), vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

BORRALHA, Conde da (1936), Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pp. 243-244 e 285-291.

BRANDÃO, Frei António (1974), *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, 3.^a ed. (Introdução de A. Silva REGO), Lisboa, IN-CM.

BRANDÃO, Frei Francisco (1976), *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, 3.^a ed. (Introdução de A. Silva REGO), Lisboa, IN-CM, 1976.

BRANDÃO, Frei Francisco (1980), *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*, 3.^a ed., (Introdução de A. Silva REGO), Lisboa, IN-CM.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1981), A População e a Propriedade na Região de Guimarães durante o Século XIII, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III, Guimarães, pp. 493-524.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1990a), A Terra e os Homens da Nóbrega no Século XIII, in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). I – Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 170-198.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1990b), A Acção Régia de D. Afonso III e D. Dinis em Caminha, in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). I – Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 199-237.

COSTA, Avelino de Jesus da (1959), *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.

FERNANDES, A. de Almeida (1972-73), A Estirpe Vianense dos Velhos (Origens e Inícios), in *Arquivo do Alto Minho*, 2ª Série, vol. IX, Tomos I e II, Viana Do Castelo, pp. 47-83 e 121-146.

FERNANDES, A. de Almeida (1991), *Faria 1127-1128, e não Feira*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.

FIGUEIREDO, José Anastásio de (1800), *Nova Historia da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal*, 3 vols., Lisboa.

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1906a), *A Honra de Resende* (Sep. do *Arquivo Historico Portuguez*, vol. IV), Lisboa.

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1906b), *D. João de Aboim* (Sep. do *Arquivo Historico Portuguez*, vol. IV), Lisboa.

GONÇALVES, Iria (1978), O entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII (Dir.), in *Revista da Faculdade de Letras*, IVª Série, vol.2, Lisboa, pp. 399-440.

GONÇALVES, Iria (1993), Alguns aspectos da visita régia ao entre Cávado e Minho, no século XIII, in *Estudos Medievais*, n.º 10, Porto, pp. 33-57.

KRUS, Luís (1981), Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III, in *Estudos Medievais*, n.º 1, Porto, pp. 59-79 (reeditado em Luís KRUS, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 35-57).

KRUS, Luís (1993), D. Dinis e a Herança dos Sousas. O Inquérito Régio de 1287, in *Estudos Medievais*, n.º 10, Porto, pp. 119-158 (reeditado em Luís KRUS, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 59-99).

MARQUES, José (1990), *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais* (Sep. d *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV), Porto.

MARREIROS, Rosa (1984-85), O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV). Sua organização administrativa e judicial, in *Estudos Medievais*, nº5/6, pp. 3-38.

MARREIROS, Rosa (1990), *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no reinado de D. Dinis. Guimarães*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.

MATTOSO, José (1982), Luís KRUS e Olga BETTENCOURT, As Inquirições de 1258 como Fonte da História da Nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa in *Revista de História Económica e Social*, nº9, pp. 17-74.

MATTOSO, José (1986), Luís KRUS e Amélia Aguiar ANDRADE, *Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias* (Sep. de *Paços de Ferreira - Estudos Monográficos*, vol. I), Paços de Ferreira, Câmara Municipal.

MATTOSO, José (1989), Luís KRUS e Amélia Aguiar ANDRADE, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Ed. Estampa.

MATTOSO, José (1993), Luís KRUS e Amélia Aguiar ANDRADE, *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, S/l., Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.

MATTOSO, José (2001-02a), *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores (Col. *Obras Completas*, vol. I).

MATTOSO, José (2001-02b), *Identificação de um País. Oposição*, Lisboa, Círculo de Leitores (Col. *Obras Completas*, vol. II).

MATTOSO, José (2001-02c), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores (Col. *Obras Completas*, vol. VII).

MAURÍCIO, Maria Fernanda (1997), *Entre Douro e Tâmega e as inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Edições Colibri.

OLIVEIRA, António Resende de (1994), *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri.

OLIVEIRA, Monsenhor Miguel de (1936), Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. II, Aveiro, pp. 71-74.

OLIVEIRA, Monsenhor Miguel de (1964-66), Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria, in *Lusitania Sacra*, Vol. 7, Lisboa, pp. 95-133.

RIBEIRO, João Pedro (1815), *Memórias para a Historia das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal colligidas pelos discipulos da Aula de Diplomatica no anno de 1814 para 1815 debaixo da direcção dos Lentos Proprietário, e Substituto da mesma Aula* [Org. por ...], Lisboa, Impressão Régia.

SARAIVA, José da Cunha (1933-35), Inquirições de D. Dinis na Beira, in *Arquivo Histórico de Portugal*, Vol. I, fasc. 3, pp. 125-132 e fasc. 5/6, pp. 264-270, e Vol. II, fasc. 3, pp. 106-126.

SILVEIRA, Joaquim da (1943), Inquirição na «Terra de Vouga» em 1282, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, Aveiro, pp. 81-85.

SOTTOMAYOR-POIZARRO, José Augusto de (1990), *A Nobreza do julgado de Braga nas Inquirições do reinado de D. Dinis* (Sep. de IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas, vol. II/1), Braga.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1993), D. Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II.ª Série, vol. X, Porto, pp. 91-101.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna (Porto).

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2000), A Nobreza Medieval Amarantina, segundo as Inquirições Gerais dos Séculos XIII e XIV, in *Amarante Congresso Histórico 98. Actas. Volume I. Tomo II – História Política, Sociedade e Economia*, Amarante, Câmara Municipal, pp. 607-620.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2005), *D. Dinis (1261-1325)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2007), Da Linhagem ao Solar. Algumas reflexões sobre a evolução da nobreza (séculos XII a XV), in *I Congresso Internacional Casa Nobre – um património para o futuro. Actas*, Arcos de Valdevez, Município dos Arcos de Valdevez, pp. 33-37.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2008), Os de Ataíde. De Santa Cruz do Tâmega à Corte Régia (Séculos XII a XV), in *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX.ª Série, Lisboa, pp. 31-52.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2009a), A participação da nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*,

Palmela, Município de Palmela, pp. 143-155.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2009b) e Lúcia Maria Cardoso ROSAS, Território, Senhores e Património, in ALVES, Jorge Fernandes (Coord. de), *Monografia de Marco de Canaveses*, Marco de Canaveses, Câmara Municipal, pp. 81-116.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2010), De e Para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia medieval (séculos XII a XV), in *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 40, n.º 2, Barcelona, pp. 889-924.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2011), Linhagem e Estruturas de Parentesco. Algumas reflexões, in MARTIN, Georges e José Carlos Ribeiro MIRANDA (Coords.), *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 427-439.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (2005), *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.

TRINDADE, Maria José Lagos (1968), Os oficiais régios nas Inquirições de Afonso III, in *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais*, Porto, p. 251.

TRINDADE, Maria José Lagos (1971), A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, pp. 125-138.

TRINDADE, Maria José Lagos (1979), Questões da administração local nas inquirições gerais de Afonso III, in *CLIO*, vol. I, pp. 69-80.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1936), *Estudos de História Militar Portuguesa. Vol. I - Corografia Militar do Noroeste de Portugal, em 1220-1258; Análise da Tradição e da Polémica de Ourique (Parte I)*, 2 vols., Lisboa.

VENTURA, Leontina (1986), *João Peres de Aboim - da terra da Nóbrega à Corte de Afonso III* (Sep. da *Revista de História Económica e Social*, nº 18), Lisboa.

VENTURA, Leontina (1992), *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.

VENTURA, Leontina (2006), *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores.

VILAR, Hermínia Vasconcelos (2005), *D. Afonso II. Um rei sem tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Galeria breve: memória de Vieira Portuense (1810-ca.1865)

Agostinho ARAÚJO
FLUP/DCTP - CITCEM

Resumo

Figura nuclear do Neoclassicismo, o desenhador, pintor, gravador e professor Francisco Vieira Júnior (1765-1805) foi entre nós o artista que, em escolhido e não fugaz percurso cosmopolita, mais fecundamente soube colher instrução atualizada e desafio profissional. Sensível e metódico, desenvolveu o seu talento buscando sempre harmonizar conhecimento e imaginação, solidez e finura, Natureza e História, missão cultural e autenticidade íntima. Um sentimentalismo afável, alguma melancolia, a doença fatal aos quarenta anos, ajudaram ainda à rápida formação em seu redor de um devocionário *post-mortem*, muito para além do notável equilíbrio de créditos formais e estéticos de toda a sua operosidade.

Palavras-chave: Mecenato; ensino artístico; coleções; exposições

Abstract

Francisco Vieira Junior (1765-1805) was a painter, and also an academic teacher, who became a fundamental pivot of the arrival of Neoclassicism to Portugal. Its progressive and selected training path, internationally determined (Italy, Germany, England), was soon followed by a large and applauded professional practice. Versatile in many genres, he devoted himself more to the study of Nature and History, cultivating scholarship and creativity. Very balanced in its technical qualities and aesthetic options, Vieira synthesized a stylish and sentimental eclecticism. His attitude was always methodical but open and friendly. When he died, forty years old only, some major institutional projects were frustrated. But the uniqueness and consistency of his life and work, in the national context, explain why a rapidly growing devotion was formed around his image.

Keywords: Patronage – Artistic education – Collections - Exhibitions

Introdução

Procurámos recompor, através de fragmentos dispersos, uma imagem tantas vezes difusa, outras redutoramente focada. Só os testemunhos já à época oferecidos podem aqui contar, na tentativa de esclarecer as condições e limites da permanência do artista entre o público, desde a ainda proximidade da sua morte até aos tempos em volta do primeiro centenário do nascimento.

Não se tratou de perseguir a acumulação exaustiva; mas, antes, de polifacetar a amostragem o quanto baste para dar abrangência e crédito ao excuro.

Em outra dimensão (e sistemática análise, que aqui não cabe), não menos importará historiograficamente rever, com justeza, os contributos oitocentistas para a fortuna crítica de Vieira Portuense¹.

1. O Rosto

Em 1852 João Baptista Ribeiro homenageou os três principais mestres que tivera na Academia de Marinha e Comércio: Francisco Vieira, Domingos António de Sequeira e José Teixeira Barreto. Num mirante que desde há uma dúzia de anos possuía nas traseiras da sua residência, deitando para a atual Rua da Alegria, executou os seus retratos, com figuras alegóricas de mulheres, em medalhões azulejares voltados para o quintal².

Dada a assumida proeminência sociocultural da figura deste Lente de Desenho da Academia Politécnica, o facto, carregado de indiscreto simbolismo *genealógico* e mau grado a sua inserção em propriedade privada, dificilmente seria desconhecido na cidade.

Mas ao próprio J. Teixeira Barreto, falecido em 1810, anda atribuído um retrato do Portuense, que homenageia o colega e companheiro de, pelo menos, uma das viagens em Itália. Terá sido esse o original seguido pelo pintor Gregório Luís Maria Rato, na série de cópias das efigies dos *distinctos Professores de Pintura* (a par de André Gonçalves, Vieira Lusitano, Joaquim Manuel da Rocha, Sequeira e os coevos André Monteiro da Cruz e José Francisco Ferreira de Freitas) que apresentou à Academia em 1852³.

2. A Personalidade

A partir dos primeiros registos foi sendo construído sobre o Portuense um discurso narrativo com algum detalhe, por vezes enfatizando uma “caracterização temperamental”, obviamente oposta à do émulo Domingos António de Sequeira.

Esta biografia oficiosa satisfaz as sensibilidades românticas e impõe-se com naturalidade através de textos sucessivos (e repetitivos), mormente na imprensa periódica.

Ter-se-á, assim, progressivamente alargado um tanto o conceito de “público”, que em 1823, quando o Cónego Luís Duarte Vilela da Silva edita a obra maior de Cirilo,

¹ Vd., quanto aos primórdios, ARAÚJO, Agostinho 2001: pp. 94-101.

² VITORINO, Pedro 1945: p. 44.

³ *Academia das Bellas Artes de Lisboa (...)*1852: p. 10.

seria composto pelos *Sabios Artistas, os homens de gosto, e amadores das bellas Artes*⁴.

Em 1867 foca-se, mais uma vez, a correspondência entre a obra e o autor: *Se o seu colorido não sobresahe pelo vigor e pelo brilho, ainda assim é summamente agradável e harmonioso. Em todas as suas obras transluz uma certa doçura, certa amabilidade e melancolia, que são o reflexo do seu character meigo e affavel*⁵.

3. O Pensionato

Em 1854, fazendo Herculano no *Panorama* a constatação da estrutural debilidade do ensino, não obstante as iniciativas setembristas, é aplaudido o esforço individual dos bolseiros no exterior (que foi um dos eixos da política pessoal do rei consorte D. Fernando II), invocando notáveis predecessores: *É preciso confessar que as tendencias do genio artistico dos portuguezes nunca penderam excessivamente para a pintura. Os patronos escacearam sempre, e sempre escacearam os artistas. Temos alguns nomes grandes entre os dos nossos pintores, mas não temos escolas proprias como a Italia, os Paizes Baixos, a Hespanha, a França e Allemanha.*

O impulso que há dezoito annos se tentou dar ás artes de desenho não teve resultados correspondentes ao intento, e o governo cansou em breve nos esforços que fizera.

*Entretanto, apesar da falta de favor do poder, e da pouco animadora perspectiva do futuro, as vocações verdadeiras, vencendo as difficuldades materiaes e moraes que se oppõem á sua manifestação, confiadas em si, confiadas talvez, em que os progressos da civilização tragam a Portugal o amor das artes, lançam-se ao estadio, e vão dedicar-se fora da patria a estudos longos e severos, dando-nos gratas esperanças de que as tradições dos Hollandas, dos Coelhoos, dos Vascos Fernandes, dos Vieiras e Sequeiras não perecerão de todo*⁶.

4. A Presença da Obra

Cedo os desenhos de Vieira foram valorizados. É conhecido o caso de Giuseppe Viale, pintor miniaturista e mestre das Infantas. Mais tarde, em 1865, Carlo Becchis, um outro italiano residente em Lisboa, ofereceu à Academia Real de Belas Artes as *Lavadeiras* (lápiz)⁷ e a *Santa Cecília* (sanguínea)⁸.

Em 1828, reagindo às ponderadas apreciações de Balbi, o Cónego Vilela não hesita no argumentário, associando na fama Francisco Vieira Júnior ao grande mestre da pintura e gravura barrocas Francisco Vieira de Matos: *Em quanto ao que o mesmo escritor refere a pag. CXCIV, que os conhecedores reprovão em geral nos pintores portuguezes a falta de colorido, expressão etc. em muitos quadros dos nosso artistas portuguezes assim antigos, como modernos: o contrario poderíamos mostrar nos paineis dos Vieiras, tanto o luzitano, como o denominado o portuense. Sem nos levarmos da paixão, e interesse nacional, podemos affirmar ao Sr. Balbi, que estes dois pintores podem competir com os pintores mais acreditados das outras nações (...). Do merecimento de Vieira portuense nos attestão suas*

⁴ “Aviso do Editor”, in MACHADO, Cyrillo Volkmar 1922: s/p.

⁵ *Catalogo Official da Exposição de Archeologia (...)*1867: p. 38.

⁶ [HERCULANO, Alexandre] 1854: p. 307.

⁷ [COUTO, João] 1960: p. 26 (n.º 48).

⁸ *Desenhos Portuguezes do Século XVIII* 1965: p. 7 (n.º 21).

composições admiráveis. Os painéis encantadores da infeliz D. Ignez de Castro, e do invicto Duarte Pacheco Pereira, immortalizarão sempre a memória deste grande artista⁹. À cabeça de um acesso rápido e efetivamente popular (sem se poder discutir aqui esse ou outros níveis de leitura) citem-se naturalmente os templos.

Quatro quadros de Vieira, *magníficos*, estavam no destino pensado, *os altares laterais da igreja*, na encomendante Ordem Terceira de São Francisco do Porto: *Nossa Senhora da Conceição*; *Santa Margarida de Cortona em artigo de morte*; *Santa Isabel, Rainha de Portugal, esmoler*; e *São Luís, Rei de França, em oração*¹⁰. Na igreja do jesuítico Colégio de São Lourenço esteve (no altar-mor da capela do S. S. Sacramento) a *Adoração do Santíssimo Sacramento pelos anjos* até 1833, quando João Baptista Ribeiro a arrolou, juntamente com outras obras de arte pertencentes aos conventos extintos e casas miguelistas sequestradas, e passou para o seu novel “Museu Portuense”, ao Jardim de São Lázaro¹¹.

Bem franqueado ao público, por generosidade do fundador e prazer dos portuenses, era o Museu Allen (depois Municipal, por aquisição camarária de Junho de 1850), onde se podiam contemplar o *Cristo crucificado*, o *São João Baptista anunciando o Messias* e *A Rainha Margarida e o ladrão*. E os guias turísticos da época não deixavam de incluir o nome do pintor entre os seus múltiplos atractivos: (...) *tem quadros de Pilman, Vieira Portuense, e outros, e uma rica, variada, e rara coleção de medalhas e conchas*¹². Não obstante esta recomendação, logo no ano seguinte se constata a rara afluência ali dos visitantes, mesmo face ao apelo de uma das principais peças do pintor: *Sentimos que não viesse igualmente para o palácio o outro bello quadro de Vieira representando: - A fuga de Margarida de Anjou – que obteve um premio em Londres, onde fora pintado, assim como o de Eduardo I.*

*Naquelle é de subido mérito a paizagem e o pequeno grupo que se vê na parte inferior. Se o leitor o quizer vêr, tem de dirigir-se ao museu Allen que se acha aberto nas quintas-feiras e pensamos que aos domingos. Bem digno é este muzeu de ser frequentado pela variedade de objectos que incerra, mas infelizmente o encontramos sempre deserto!...*¹³.

Pelo contrário, restrito à comunidade britânica e a alguns portugueses a ela ligados por laços familiares e comerciais seria, desde o início do século, o conhecimento do óleo guardado na Feitoria Inglesa, sobre *Eduardo I de Inglaterra e Leonor de Castela*.

Para além disso, a obra de Francisco Vieira foi-se concentrando nas mãos da Família Real, de alguns aristocratas e de apreciadores avisados, como algumas figuras dos meios literário e artístico.

Assim, o *Viriato*, executado em Londres, foi pelo próprio pintor oferecido ao Príncipe Regente D. João, com destino ao Palácio da Ajuda. Um dos colegas mais próximos de Vieira e que precisamente ali trabalhava quando deu aos prelos a sua notável Memória, parece (como nos deixa presumir o tempo verbal empregue) certificar

⁹ SILVA, Luiz Duarte Villela da 1828: pp. 119 e 120.

¹⁰ RESENDE, Francisco José 1865: p. 1

¹¹ BRITO, Nogueira de 1921: p. 398.

¹² BARBOSA, Francisco Ferreira 1864: p. 89.

¹³ RESENDE, Francisco José 1865: p. 1.

já a ausência desta importante peça: *O de Viriato, que em sinal do seu reconhecimento ofereceu a S. A. R. o Príncipe Regente N.º Senhor, é o maior monumento que temos para admiração do seu pincel. Colocado na Galeria do Real Palacio da Ajuda por ordem do mesmo Senhor, muito se distinguia entre os preciosos monumentos que a adornavam*¹⁴.

O *Descimento da Cruz*, encomendado para a capela da Legação Portuguesa em Londres, veio parar, dentro do período que temos em análise, ao oratório do Paço das Necessidades.

Em 1807, com o embarque régio para o Rio de Janeiro, deixaram de se poder ver na parte europeia do Estado português, além, possivelmente, de outras telas, *O desembarque de Vasco da Gama na Índia e D. Inez de Castro ajoelhada com os filhos perante Afonso IV*. Cirilo terá sido um dos principais fautores dessa persistente e dupla nostalgia: saudade de um morto tão jovem e já tão laureado, frustração pela obra inacabada ou (porventura sem remédio) tornada inacessível aos amadores (*Todos virão...*, sublinhemos): (...) *foi nomeado por Decreto de 28 de Junho de 1802 Primeiro Pintor da Camera (...) tendo obrigação de dirigir e executar juntamente com Domingos Antonio de Sequeira seu colega as pinturas que se haviam de fazer no Palacio Real de Nossa Senhora da Ajuda. Todos virão os lindos painéis que fez de D. Inês de Castro, e de outros assuntos, cuja individuação não cabe na brevidade destas “Memorias”. Adoeceu gravemente quando estava fazendo o quadro de Duarte Pacheco defendendo o Passo de Cambalão em Cochim para a Casa das Descobertas no Paço de Mafra*¹⁵.

Outras obras de Vieira ficaram pela Europa, fruto do seu périplo e da intensa ligação ao meio artístico que sempre perseguiu. Ou para lá foram, após a sua morte, pelo interesse dos colecionadores: *Vieira, juntamente com o insigne Bartolozzi, haviam projectado publicar uma sumptuosa edição de Os Lusíadas, para a qual já tinham feito 12 quadros a óleo que tiveram a fortuna de admirar em Lisboa em 1824 em casa de um Relojoeiro da Rua Augusta, o qual os vendeu para o estrangeiro por avultada soma*¹⁶.

A cópia do *São Jerónimo* de Correggio pertenceu à casa de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão, passando depois para a galeria dos Duques de Palmela. No início da segunda metade do século assinalava-se, nesta mesma Coleção Palmela, *2 quadros que representam parte dos Estados Romanos, vistos de longe – original de Vieira Portuense, imitando a Poussin, ou Zuccarelli (...), bem como, 1 quadro que representa Luis de Camões na Ilha dos Amores – esboço original de Vieira Portuense*¹⁷.

Ao Palácio dos Condes de Anadia pertenciam *Vênus e o Amor* e, muito aplaudido pelo sentimento nacional, *D. Filipa de Vilhena armando os filhos cavaleiros: Não é menos estimável o quadro de D. Filipa de Vilhena, Condessa de Atouguia, na acção de armar seus filhos D. Jerónimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho, exortando-os a que combatam pela liberdade da Pátria e pelos direitos de seu legítimo soberano o Senhor Rei D. João IV*¹⁸; *D’entre os bellos quadros históricos deste distincto Pintor merecem particular menção (...)* o

¹⁴ TABORDA, José da Cunha 1922: pp. 245-246.

¹⁵ MACHADO, Cyrillo Volkmar 1922: p. 141.

¹⁶ RIBEIRO, João Baptista 1859: p. 85.

¹⁷ “Catalogo dos quadros antigos e modernos (...)” 1851: p. 143.

¹⁸ TABORDA, José da Cunha 1922: p. 246.

de D. Filippa de Vilhena no [Palacio] da Excellentissima Condeça d'Anadia (...) ¹⁹.

O São Sebastião conservava-se na galeria do Marquês de Borba.

Na posse da pequena e média burguesias estiveram o esboço a óleo do *Viriato* (do pintor, litógrafo e marchand Francisco António da Silva Oeirense) e duas paisagens, de António Ribeiro Neves e de Joaquim Pedro Celestino Soares.

Na verdade, Inocêncio em 1865 mencionara: *Uma paisagem, qualificada de excelente, que, segundo nos informa o sr. Abade de Castro, existe em poder dos herdeiros do sr. António Ribeiro Neves. Outra do mesmo género, de que é possuidor o nosso respeitável e prezado consócio, o sr. Conselheiro Joaquim Pedro Celestino Soares – notícia que por ele próprio nos foi comunicada* ²⁰.

Mas, por vezes, os trabalhos de Vieira foram dados ao contacto, breve mas mais alargado, das populações lisboeta e portuense. O facto de certas dessas oportunidades surgirem no âmbito de certames não essencialmente artísticos deve ser sublinhado, em termos quantitativos e excecionais do alcance.

Assim, os esboços para a edição ilustrada de *Os Lusíadas*, que haviam sido adquiridos por D. Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmela, e o quadro representando uma *Saloia de capa, e lenço na cabeça*, na posse da Condessa de Anadia, figuraram na Exposição Philantropica de 1851, cujos numerosos visitantes bem podem ter seguido as sugestões que, à entrada, o respectivo Guia propunha em plano de indiscutibilidade: *Quanto a quadros de auctor facil é a nossa tarefa. Recommendar que se veja o que sahuiu do pincel de Rubens, de Guido de Rheni, de Sequeira, de Peter Neefs, de Spanoletto, de Bassano, de Durer, de Salvador Rosa, de Vieira Portuense, seria tão ocioso, como o demonstrar que o sol nos illumina* ²¹.

Na década de 1860 algumas peças suas figuraram em importantes exposições realizadas no Porto. Em 1865, no Palácio de Cristal, novo ícone do culto do Progresso que os românticos procuravam legitimar na História, estiveram *dois quadros de grande apreço e formosura (...), um dos quaes é reputado por uma das melhores produções d'este exímio artista. Representa a princeza Leonor de castella, mulher do principe Eduardo, ao diante rei de Inglaterra com o nome de Eduardo I, no acto de salvar a vida do esposo, chupando o sangue da ferida que lhe abrira o punhal envenenado de um assassino* ²².

Indicador muito importante de apreço é a prática de cópias. Em 1851, na Exposição Trienal da Academia Portuense das Belas-Artes, duas amadoras, Doroteia de Almeida Furtado e Maria Leonor Teixeira de Carvalho, apresentaram cópias a aguarela do *S. Luiz rei de França*, a partir da peça dos Terceiros de S. Francisco ²³. Também cópia de Vieira era, na mesma ocasião, *Um grupo d'anjos*, do estudante então finalista Miguel Joaquim Xavier de Novais ²⁴.

Três anos depois, foi a vez de dois nomes que viriam a ser conhecidos na cidade,

¹⁹ [CAVROÉ, Pedro Alexandre] 1817: p. 39.

²⁰ SILVA, Inocêncio Francisco da 1865: p. 67.

²¹ Q., C. 1851: p. 10.

²² BARBOSA, I. de Vilhena 1866: p. 31.

²³ *Catálogo de Pinturas (...)* 1851: p. 22.

²⁴ *Catálogo de Pinturas (...)* 1851: pp. 11 e 16.

aliás de seu nascimento, Joaquim José Pirralho e Augusto Marques Pinto, então jovens estudantes do primeiro ano de pintura, fazerem as suas académias, copiando *Uma figura de estudo, pelo original do insigne pintor Francisco Vieira Portuense*, que pertencia a António José Ferreira de Almeida Júnior²⁵.

Em Lisboa, Lucas de Almeida Marrão, discípulo de Sequeira, expôs em 1852 na Academia a sua devoção por Vieira, com cinco cópias, entre as quais a do excepcional *Júpiter e Leda*, pertencente à Condessa de Anadia²⁶.

Outro importante veículo de divulgação dos desenhos e pinturas foi a tiragem de *estampas de tradução*, embora haja indicações da raridade de algumas peças no mercado nacional oitocentista.

Coube a Francesco Bartolozzi gravar o *Viriato*, bem como *Vénus e o Amor*. Reproduções litográficas de *Filipa de Vilhena armando os filhos cavaleiros* viriam a ser, por encomenda institucional, distribuídas em 1867 aos agremiados da Sociedade Promotora das Belas Artes²⁷.

Na escultura, Francisco de Paula de Araújo Cerqueira levou em 1843, à exposição da Academia de Lisboa, um baixo relevo, moldado em gesso, reproduzindo o *Juramento de Viriato* do Portuense; a partir de desenho de Tomás José da Anunciação, fez gravura da peça António Tomás da Fonseca (arquiteto e pintor), trabalhando aliás sob orientação do próprio pai e líder da instituição (e do academismo nacional), António Manuel da Fonseca²⁸.

Quanto ao rasto da vida e obra, deixado no estrangeiro, não parece que os elementos constantes de publicações da época (como catálogos e dicionários), nomeadamente italianas, alemãs e inglesas, tenham repercutido no nosso país. Inversamente, é assinalada (mas com a lisonja da escolha...) a saída de património, como no caso dos desenhos adquiridos pelo Embaixador de Inglaterra, Lord Howard de Walden.

Em 1861, o portuense Visconde de Meneses assume o patrocínio pelos homens da Companhia e destaca o triunfo após o retorno e a valia do património remanescente: *Revelando, ainda mui moço, decidida vocação para a pintura, a companhia do Alto Douro enviou-o a Roma estudar as obras dos grandes mestres (...) e voltando á patria foi honrado como bom artista que era. (...) deixando-nos bellissimos originaes, e cópias mui estimadas*²⁹.

5. O Magistério

O forte empenhamento de Vieira na criação do ensino no Porto foi pormenorizado de várias formas, e sobretudo pelos que de tal, direta ou mais mediatamente, viriam a colher os frutos. Como, por exemplo, em 1862, João Baptista Ribeiro e Manoel José Carneiro, ambos artistas muito ativos na promoção da cultura e da memória do seu setor, quando, divulgando a biografia do recém-falecido Raimundo Joaquim da Costa, informam que: (...) *Foi seu mestre de gravura Eleuterio Manoel de Barros, e o Portuense*

²⁵ [CARNEIRO, Manoel José] 1854: pp. 19, 21 e 22.

²⁶ *Academia das Bellas Artes de Lisboa* (...)1852: p. 12

²⁷ SOARES, Ernesto 1971: p. 384 (n.º 1383).

²⁸ SOARES, Ernesto 1971: p. 285 (n.º 998 – f).

²⁹ M., V. de [MENESES, Visconde de] 1861: p. 349.

Joaquim Carneiro da Silva, que o grande Pombal enviára a Roma á Academia de S. Lucas donde voltára laureado (...). Achando-se o snr. R. J. da Costa empregado na calcographia do Arco do Cego, era tão reconhecido o seu merecimento que, por informação de seu mestre E. M. de Barros foi escolhido para Substituto de desenho da Nova Real Academia de Marinha e Commercio do Porto pelo insigne Francisco Vieira Portuense, 1.º Pintor da Côrte e Camara e Director da Aula de desenho da mesma Academia, para onde veio em companhia do abalisado Pintor em fins de setembro, e foi por Decreto do 1.º d'outubro do mesmo anno nomeado logar de que tomou posse em 5 de junho de 1804³⁰.

A imagem do Vieira docente, à cabeça (com Sequeira) de um ensino de facto académico, ficou em Lisboa a de uma esperança gorada, pela sua morte e pela frustração do próprio projeto, só dificilmente iniciado com Passos Manuel ; mas jamais esquecida.

Em 1860, um gravador e, sobretudo, dedicado Bibliotecário da instituição, informava: *Os bustos e estatuas que ha na academia foram vindos de Roma em 1782 por ordem da rainha a sr.ª D. Maria I, e por intervenção de Nicola Pagliarini agente de Portugal, no tempo do sr. D. João VI, tambem vieram outras estatuas para a academia que se tinha em vista estabelecer, da qual seriam directores os srs. Sequeira e Vieira portuense³¹.*

6. A Voz

Pouco sabemos sobre o impacto imediato e as consequências futuras do notável discurso de abertura da Academia de Desenho e Pintura na cidade do Porto, em 14 de junho de 1802.

É evidente que a sua publicação no ano seguinte – e qualquer que tenha sido a mão que redigiu os pensamentos do pintor – tem, por si só, extremo significado³². Mas, na grande massa editorial então produzida e, sobretudo, pela turbulenta fase da vida nacional só estabilizada com a Regeneração, por certo se perderam muitos exemplares do opúsculo.

Justificava-se portanto plenamente a reedição levada a cabo (mas já quase entrante o último quartel do século...) dentro de uma generosa e bem meritória obra de referência. A partir daqui ficou sem dúvida o texto de Vieira ao fácil alcance dos setores eruditos do público, como se pretendia: *Com quanto fosse esse discurso publicado no anno de 1803, é raro, e para mim tenho que poucas pessoas dos nossos tempos o haverão lido. N'este pressupposto, creio que não será desagradavel aos leitores encontrar reproduzido aqui esse escripto, e maiormente por ser obra de um portuguez que muito se distinguiu na preciosa arte da pintura³³.*

Mas não deixara, porém, de ser registado por Cirilo: (...) *nessa ocasião recitou hum breve discurso (...). Lembra nelle o Author muitas das utilidades do desenho, e pintura, e o quanto importa ao Pintor ser sabio, e erudito: attribue a falta que temos tido de grandes Artistas ao não haver escolas fornecidas de muitos, e bons exemplares; e de nenhuma sorte á*

³⁰ RIBEIRO, João Baptista; e CARNEIRO, Manoel José 1862: s/p [2].

³¹ SANTOS, João José dos 1860: p. 29.

³² VIEIRA JUNIOR, Francisco 1803.

³³ RIBEIRO, José Silvestre 1873: p. 24.

*dos talentos naturais. Agora espera grandes resultados desta feliz combinação &c.*³⁴.

7. A Morte

Na ocasião em que no Palácio de Cristal se expôs, dentro de grandioso certame (1867), o esboçeto do *D. Fuas Roupinho*, então na posse de José de Amorim Braga, a síntese biográfica do autor, que a propósito é recuperada, arranca logo e centra-se no seu percurso no exterior, com um regresso mal tangente à pátria e logo fatalmente perdido numa anunciada última viagem: *Francisco Vieira Portuense foi em Roma discípulo de Corvi, desenhador correcto. Em 1791 alcançou o primeiro premio no estudo de roupas. Foi depois a Parma estudar o colorido de Corregio, a alli foi um dos directores da academia. Mestre de desenho d'uma das filhas do Gran-Duque, copiou a famosa Magdalena e fez a excellente cópia do S. Jeronymo. Em 1794 voltou a Roma, partindo tres annos depois para a Allemanha, demorando-se em Dresde, onde copiou os melhores quadros d'esta galeria. Dirigindo-se a Londres passou em Hamburgo, onde se relacionou com Bartholozzi, ao qual tirou o retrato; e casando-se com uma menina italiana, parente d'este celebre gravador, veio depois para Lisboa em 1802.*

*Quando, no vigor da idade, estava pintando o quadro de Duarte Pacheco, defendendo o Passo de Cambalão, em Cochim, destinado á sala das descobertas em Mafra, adoeceu tão gravemente que os medicos o mandaram para a Ilha da Madeira, onde morreu na idade de 40 annos, em 1805*³⁵.

Mas já no ano anterior fora o pintor um dos eleitos pelo biógrafo de Garrett para exemplificar o tópico da morte precoce dos talentos superiores: *Todo que nasce obreiro do futuro / Raro deixa de ter fim prematuro (...).*

Para provar o que digo nestes versos não é necessario ir procurar exemplos aos estranhos; ha de mais entre nós, e até bem recentes. Um dos maiores poetas que tem tido Portugal, Bocage, morreu aos trinta e nove ou quarenta annos. Um dos nossos mais graciosos e celebrados pintores, Vieira Portuense, falleceu no mesmo anno que Bocage, e com a mesma idade d'este. Mas para que é ir tão longe buscar o que temos tão perto? Antonio Soares de Passos e Francisco Augusto Metrass apenas chegaram aos trinta annos!

*Quasi todos os homens que vêem na arte uma religião, que aspiram ao bello, á perfeição absoluta da fôrma, e ao ideal, pagam, cedo ou tarde, d'um ou d'outro modo, pelo coração ou pela cabeça, as suas aspirações. A multidão vê e admira os frutos do trabalho d'esses loucos sublimes, mas não imagina, não avalia o sangue, os pedaços de vida, com que foram feitos esses quadros, esses poemas! As gerações chegam, e ajoelham enthusiasmas, mas não procuram por detraz da tela as lagrimas, as agonias, com que foram amassados esses esplendores, os clarões do inferno que produziram tanta luz*³⁶.

8. O Cidadão Portuense

Em 1854, numa exposição às Cortes sobre o ensino superior no Porto, os seus responsáveis locais - em cujo seio pontificava, entre outros, o pintor João Baptista

³⁴ MACHADO, Cyrillo Volkmar 1922: pp. 237-238.

³⁵ *Catalogo Official da Exposição de Archeologia (...)*1867: p. 38.

³⁶ AMORIM, Francisco Gomes de 1866: p. 421.

Ribeiro - inseriam Vieira (meio século antes de Sampaio Bruno...) numa pequena lista de figuras que a urbe pudera gerar em favor da cultura nacional: *Basta para provar, que, se o Porto em todo o tempo tem produzido braços robustos, e peitos incançáveis para defender a patria, ou enriquecel-a pelo trabalho, tambem sabe produzir talentos, e mesmo genios para illustral-a; já nas sciencias e nas letras como oradores, como escriptores, como estadistas; já nas artes, em cujos fastos se lêem com distincção entre outros nomes portuenses, os nomes de Pinho e Silva, de Vieira Portuense, como Pintores; de Joaquim Carneiro da Silva, como gravador; de João Joaquim Allão, como estatuário; de João José Braga, como esculptor; de Pedro do Porto e Alexandre José Pires, como musicos (...)*³⁷.

Fontes Impressas e Referências Bibliográficas

- *Academia das Bellas Artes de Lisboa. Exposição do anno de 1852*. Catalogo. Lisboa: Typ. de José Baptista Morando, 1852.

- AMORIM, Francisco Gomes de – *Versos de (...). II – Ephemeros*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1866.

- ARAÚJO, Agostinho - “Vieira por Cyrillo. Primeiro esboçeto (1804-1810)”, in *Francisco Vieira Portuense, pintor europeu*. Exposição no MNSR. Catálogo. Lisboa: Instituto Português de Museus, Julho de 2001.

- BARBOSA, Francisco Ferreira – *Elucidário do viajante no Porto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1864.

- BARBOSA, I. de Vilhena – “Porto. Exposição Internacional Portugueza de 1865”, *Archivo Pittoresco*, vol. IX. Lisboa: Editores Proprietarios, Castro Irmão & C.ª, 1866.

- *Breve Memoria Sobre a Instrucção Publica Superior no Porto, e nas Provincias do Norte, offerecida aos Senhores Deputados da Nação Portugueza pelos Lentes da Academia Polytechnica*. Porto: Typ. de Faria Guimarães, 1854.

- BRITO, Nogueira de - “Arte Portuguesa. Pinturas existentes no Pôrto por ocasião da extinção das congregações religiosas”, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, 5.ª série, Tomo XIII, n.ºs 8-12. Lisboa: 1921.

- [CARNEIRO, Manoel José] – *Catalogo das Obras Appresentadas na Exposição Triennial da Academia Portuense das Bellas Artes, no anno de 1854. Coordenado pelo Substituto d'Architectura Civil da mesma Academia*. Porto: Typographia de Gandra & Filhos, 1854.

- *Catálogo de Pinturas, Desenhos, Esculpturas, Architecturas, Flores, e Outros Objectos d'Arte, feitas pelos Professores, e Discipulos da Academia Portuense das Bellas Artes; bem como por varias outras pessoas: Exposição feita ao Público em virtude do Art. 69 dos respectivos Estatutos, Na galeria do Atheneo D. Pedro, em seguida á Sessão Pública para a distribuição dos Premios aos Alumnos da mesma Academia, em 13 d'Outubro de 1851*. Porto: Typographia de Gandra & Filhos, 1851.

- “Catalogo dos quadros antigos e modernos, que formam parte da Galeria do exm.º Duque de Palmela, em Lisboa”, *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª serie, tomo IV,

³⁷ *Breve Memoria (...)*1854: p. 21.

11.º anno, n.º 12. Lisboa: 30 de Outubro de 1851.

- *Catalogo Official da Exposição de Archeologia e de Objectos Raros Naturaes Artisticos e Industriaes Realisada no Palacio de Cristal Portuense em 1867*. Porto: Typographia do “Jornal do Porto”, 1867.

- [CAVROÉ, Pedro Alexandre] – “Artes, e Officios. Da Pintura, sua existência em Portugal, e seus mais distinctos Artistas”, *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemósine Lusitana. Redacção Patriotica*, num. III. Lisboa: Imprensa Regia, 1817.

- [COUTO, João] – *Desenhos. De Fernão Gomes a Domingos António de Sequeira*. Catálogo. Setúbal: 2.ª Exposição Itinerante do Museu Nacional de Arte Antiga, 1960.

- *Desenhos Portuguezes do Século XVIII*. Exposição Temporária. Catálogo. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Janeiro de 1965.

- [HERCULANO, Alexandre] - “Os futuros pintores do Porto”, *O Panorama*, 3.ª série, vol. XI, n.º 3. Lisboa: Na Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1854.

- MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Collecção de Memorias, relativas ás vidas dos Pintores, e Escultores, Architectos, e Gravadores Portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal, recolhidas, e ordenadas por (...)* [1823], 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

- M., V. de [MENESES, Visconde de] – “Pintores Portuguezes mais Notaveis”, *O Instituto*, vol. IX, n.º 15. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1861.

- Q., C. – *O guia da Exposição Philantropica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

- RESENDE, Francisco José – “Bellas-Artes. Portugal. V”, *O Commercio do Porto*, n.º 280. Porto: 7 de Dezembro de 1865.

- RIBEIRO, João Baptista – “Francisco Vieira”, *O Mundo Elegante*, ano I, n.º 11. Porto: 2 de Abril de 1859.

- RIBEIRO, João Baptista; e CARNEIRO, Manoel José – “Necrologio”, *Diario Mercantil*, ano III, n.º 714. Porto: 4 de Junho de 1862, s/p.

- RIBEIRO, José Silvestre - *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia por (...)*, tomo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873.

- SANTOS, João José dos - *Exame Critico do opusculo: Reforma d'Academia de Bellas Artes de Lisboa pelo Sr. José Maria de Andrade Ferreira*. Lisboa: Typ. de G. M. Martins, 1860.

- SILVA, Inocêncio Francisco da – “Francisco Vieira Portuense. Esboço biográfico”, *Archivo Pittoresco*, vol. VIII. Lisboa: Editores Proprietarios, Castro Irmão & C.ª, 1865.

- SILVA, Luiz Duarte Villela da – *Observações Criticas sobre alguns artigos do Ensaio Estatistico do Reino de Portugal e Algarves publicado em Paris por Adriano Balbi. Seu Auctor (...)*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1828.

- SOARES, Ernesto – *História da Gravura Artística em Portugal. Os Artistas e as suas Obras* [1940], reimp. Vol. I. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1971.

- TABORDA, José da Cunha – “Memoria dos mais famosos Pintores Portuguezes, e dos melhores Quadros seus que escrevia o Traductor (...)”, *Regras da Arte da Pintura, Com breves Reflexões Criticas sobre os caracteres distinctivos de suas Escolas, Vidas, e Quadros de seus mais célebres Professores. Escritas na Lingoa Italiana por Michael Angelo Prunetti* [1815], 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

- VIEIRA JUNIOR, Francisco – *Discurso feito na abertura da Academia de Desenho, e Pintura na Cidade do Porto por (...), Primeiro Pintor da Camara, e Corte, e Lente da mesma Academia. Por ordem de Sua Alteza Real*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1803.

- VITORINO, Pedro – “João Baptista Ribeiro e o Museu Portuense”, *Museu*, vol. IV, n.º 8. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, Abril de 1945.

Conservação preventiva em contextos culturais. Recursos tecnológicos para gestão de risco ambiental; poluição

Paula Menino HOMEM
FLUP/DCTP

Resumo

Este artigo tem como objetivo a disseminação comentada de algumas estratégias e recursos úteis à gestão integrada de riscos para o património cultural, sensibilizando para as relações sinérgicas entre os diferentes parâmetros ambientais, mas focando atenções na poluição interna.

Palavras-chave: poluição interna, recursos, gestão de riscos, conservação preventiva.

Abstract

This paper aims to a commented dissemination of some strategies and resources useful to integrated risk management for cultural heritage, raising awareness of the synergistic relationships between different environmental parameters, but focusing attention on indoor pollution.

Keywords: indoor pollution, resources, risk management, preventive conservation.

Introdução

O setor da conservação preventiva tem tido, especialmente nas últimas duas décadas, um desenvolvimento notável. Não obstante profícua relativamente à natureza, comportamento e mecanismos de alteração dos materiais de suporte aos testemunhos culturais, a investigação internacional tem congregado esforços no sentido da aposta no desenvolvimento de recursos que auxiliem eficientemente os diversos profissionais da cultura na tarefa de antever, avaliar, prevenir e eliminar ou mitigar o risco de dano por parte dos diferentes agentes, com especial interesse pelos ambientais.

As questões relativas ao ambiente interno em edifícios históricos/museus e à importância dos seus efeitos nos materiais de suporte às coleções não são novas. Sistematizaram-se pela primeira vez em 1967, quando o International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works (IIC) patrocinou a conferência Museum

Climatology, em Londres, e ganharam mais visibilidade internacional em 1978, com a 1ª edição da obra de Thomson¹, que se tornou de consulta indispensável, satisfazendo algumas das ansiedades dos profissionais com crescente interesse pela área da conservação preventiva e incentivando a investigação a ela aplicada. A proteção das coleções, especialmente as expostas a contextos ambientais de impossível/difícil controlo, como é o caso das casas-museu, das casas históricas e dos museus instalados em edifícios históricos, torna-se crucial e vários estudos têm ensaiado o desenvolvimento de metodologias profiláticas e de gestão de dano. Para além dos efeitos das condições termohigrométricas e das radiações visíveis e invisíveis, equacionam-se os resultantes da poluição externa e interna. As acuradas revisões de Thomson², Brimblecombe³, Blades⁴, Tétreault⁵ e Ryhl-Svendensen⁶ fornecem informação muito útil sobre a matéria.

Não obstante os alertas para a poluição interna datarem, pelo menos, do século XIX⁷ e a atividade de investigação dedicada ser intensa, as políticas e práticas, às diversas escalas, refletem a necessidade de maior investimento na área da gestão integrada do ambiente e na disseminação de informação. À escala nacional, as carências são evidentes⁸, mas registam-se avanços positivos⁹. Paralela, a escala internacional. Um relatório¹⁰ referente ao estado e necessidades de preservação das coleções de 30000 instituições culturais americanas permite saber que 47% reporta que as suas coleções sofreram danos devido à poluição existente nos ambientes de reserva/exposição e, na Europa, 36.8% das instituições de 14 países, onde não se inclui Portugal, indicam, num inquérito¹¹, ter observado danos devido à poluição interna e, dos restantes 63.2%, apenas 27.8% procede à sua monitorização. Tais resultados ilustram o quanto o estudo e gestão da qualidade do ar dos ambientes dos museus/edifícios históricos/arquivos é, globalmente, uma tarefa sem hábitos de implementação, não só pela forte condicionante de implicar recursos dispendiosos e de difícil acesso em termos de mercado nacional/internacional, mas também por falta de (in)formação dos profissionais. Espera-se que este contributo, simples e com fins pragmáticos, possa auxiliar a mitigar esta falta, especialmente aqueles que se formam e aspiram a ser profissionais.

Materiais e sensibilidades

Os artefactos culturais, muitos deles constituindo coleções museológicas, só

¹ THOMSON 1986

² THOMSON 1965: p. 147

³ BRIMBLECOMBE 1990: p. 1

⁴ BLADES *et alii* 2000

⁵ TÉTREAULT 2003

⁶ RYHL-SVENDSEN 2006: p. 27

⁷ BYNE 1899: p. 172

⁸ SILVA *et alii* 2000

⁹ HOMEM 2004: p. 99

¹⁰ HP 2005

¹¹ SPIEGEL 2012

raramente são feitos a partir de substâncias químicas puras. O número de espécies químicas presentes num artefacto reflete a sua complexidade. Por exemplo, uma pintura pode possuir centenas de espécies, pelo que é considerada um artefacto complexo. Também a atmosfera, longe de ser constituída por apenas uma única espécie química, é uma mistura dinâmica de muitas centenas de substâncias. Algumas delas, mesmo em concentrações ínfimas, podem interagir com os materiais de suporte aos artefactos, provocando-lhes alterações de variada índole. Podem: (i) resultar em alteração da cor ou da resistência, conduzindo-os mesmo à total desintegração; (ii) afetá-los apenas ao nível da superfície ou em toda a sua profundidade; (iii) interferir na sua aparência, mas não na sua esperança de vida ou, pelo contrário, esta pode ser seriamente comprometida sem que seja acompanhada de grandes evidências do processo.

A maioria da investigação aplicada ao património cultural sobre esta matéria é uma extrapolação e/ou um refinamento do grande volume de trabalho desenvolvido noutras áreas, nomeadamente com fortes influências económicas ou militares. Os materiais mais solicitados são os mais estudados, como as rochas e minerais, os metais e suas ligas ou os papéis e tecidos. As referências bibliográficas a efeitos dos poluentes sobre materiais específicos são já bastante numerosas pelo que se recomenda, como ponto de partida, a consulta de revisões genéricas, quer sobre a sensibilidade dos materiais¹² quer sobre mecanismos de atuação¹³ quer, ainda, sobre a gestão do seu risco¹⁴. Pretendendo gerir as reações de alteração e pouco controlo se conseguindo exercer quanto aos artefactos em si mesmos, deve ensaiar-se a gestão do ambiente, integrada em eficientes e sustentáveis políticas e práticas de atuação.

Longe de atingido o consenso e de ser tarefa simples, aferir a relação quantitativa entre um poluente e o seu efeito nos materiais é, no entanto, importante para se estabelecerem limites de segurança à exposição/reserva e se manterem baixas as magnitudes de risco, processo em que a dose tem papel crucial¹⁵. Assim, têm sido propostos dois tipos de abordagem: determinando níveis aos quais não se observam efeitos adversos (no observed adverse effect level - NOAEL); ou, melhor, as doses mais baixas às quais se observam os primeiros efeitos adversos (lowest observed adverse effect dose - LOAED)¹⁶.

Um NOAEL pode ser definido como o nível mais elevado de um poluente que não produz efeitos adversos observáveis numa característica física ou química específica de um material, num contexto experimental também específico. Submeter os materiais a diferentes concentrações de poluentes conduz a uma determinação mais confiável do nível. Será aquele imediatamente abaixo à concentração à qual foi observado determinado efeito adverso. Esta abordagem fundamenta-se em limitações termodinâmicas. No entanto, verifica-se que um NOAEL encontrado experimentalmente pode ser muito

¹² GRAEDEL, MCGILL 1986: p. 1093

¹³ BRIMBLECOMBE 1994: p. 67; CAMUFFO 1998

¹⁴ MICHALSKI 1990: p. 589; ASHLEY-SMITH 1999; BLADES *et alii* 2000; TÉTREAULT 2003

¹⁵ BRIMBLECOMBE 1998

¹⁶ TÉTREAULT 2003: p. 21

diferente se encontrado a partir de cálculos teóricos¹⁷. Dadas as grandes dificuldades reportadas em monitorizar pequenas alterações de concentração durante longos períodos de tempo, até agora têm sido indicados muito poucos NOAEL para sistemas poluente-material.

Não sendo possível a determinação do NOAEL, pode recorrer-se à LOAED para quantificar a relação exposição-efeito. Frequentemente, tem sido aplicado o critério de uma alteração das propriedades físicas e químicas iniciais de 5%. O nível usado para determinar a LOAED pode ser uma estimativa fiável, uma vez que é normalmente calculado em porção linear do padrão de degradação. A mudança de cor como função da dose obedece ao princípio da reciprocidade linear¹⁸, que permite estimar, apenas, o tempo necessário para observar um efeito adverso num material às concentrações mais baixas dos poluentes. Mas a reciprocidade não é sempre linear ao longo de uma vasta série de doses. A deterioração *versus* a dose pode seguir padrões auto-retardantes, isto é, onde se observa uma deterioração rápida no princípio que se vai reduzindo, progressivamente, ao longo do tempo.

A sensibilidade de um material a determinado poluente é elevada se ele reagir a um NOAEL ou a uma LOAED baixa desse poluente. Por exemplo, a LOAED do sulfureto de hidrogénio (H₂S) para a prata é baixa (0.1 µg/m³/ano), traduzindo uma elevada sensibilidade. Em exposição numa sala, é expectável que as pratas escureçam facilmente em 6-12 meses. Em vitrina, espera-se que tal efeito adverso demore mais tempo até ser observável. Ao contrário de alguns metais, que possuem um NOAEL elevado e que se a concentração do poluente for mantida abaixo desse valor o metal não entra em alteração, a prata, pela sua LOAED tão baixa, alterar-se-á sempre, sendo apenas uma questão de tempo.

Previsão e controlo

1. Estratégias

Quanto mais se souber sobre a natureza, tecnologia e estado de conservação dos artefactos e sobre as características ambientais a que têm sido sujeitos, maior capacidade se terá para prever como diferentes ambientes irão interagir com variados materiais e maior aptidão se terá para proceder às medidas necessárias à sua preservação. É neste princípio que assenta uma importante via estratégica de atuação: a da monitorização das alterações nos próprios artefactos. A grande vantagem é que a avaliação do impacto do ambiente é feita diretamente no objeto de estudo, mas, para tal, são necessários longos e contínuos períodos de monitorização e equipamento normalmente dispendioso e intrusivo. Para além disso, é avaliação que enfrenta pruridos e limitações éticas no que diz respeito aos testes a que os artefactos podem ser submetidos, sendo tendencialmente limitada aos de carácter não-invasivo.

A informação obtida a partir deste tipo de monitorização pode conduzir à definição de linhas de orientação úteis ao plano de conservação preventiva de uma instituição.

¹⁷ BRIMBLECOMBE 1994: p. 67

¹⁸ Desde que a dose (concentração do poluente x tempo de exposição) seja constante, o efeito adverso será o mesmo (ex.: as doses 150 µg/m³/ano, 15.0 µg/m³/10 anos ou 1.50 µg/m³/100 anos, produzirão os mesmos efeitos adversos).

O problema é que o seu volume é sempre muito reduzido. Poderá ajudar a validar ou não algumas políticas e práticas estabelecidas, mas será insuficiente para sustentar tal plano. Terá, sem dúvida, de ser conciliada com uma outra via estratégica em que a monitorização do impacte do ambiente é feita não nos próprios artefactos, mas previamente em sensores, em materiais de sacrifício, dosímetros. Trata-se de materiais que se comportam como verdadeiros sinais de alarme em tempo útil, sendo designados por Sistemas de Aviso Precoce (early warning systems - EWS). As suas características simulam e mimetizam as reações dos artefactos a preservar e a sua elevada reatividade permite que essas reações sejam observadas em períodos muito curtos. O mecanismo de dano do dosímetro e do artefacto não é rigorosamente o mesmo (a compressão do tempo nunca é perfeita), mas o recurso à dosimetria permite medir, para além de um determinado parâmetro ambiental, os complexos efeitos sinérgicos, tratando-se de um sistema verdadeiramente integrado. Atente-se, no entanto, que, apesar de refletir a existência de um problema, não identifica a sua fonte. Esta, pode ser inferida, dependendo do conhecimento relativo aos mecanismos de alteração dos materiais e do tipo de exploração que se faça do sistema.

2. Recursos

A qualidade do ar em espaços culturais confinados é influenciada pelas condições termohigrométricas, pelo sistema de ventilação adotado, pelo transporte de poluentes gerados no exterior para o interior do edifício e, aí, pela sua emissão a partir das atividades da equipa de trabalho, como ações de limpeza de manutenção, dos próprios membros da equipa e visitantes, dos materiais de construção/decoração dos espaços e, por vezes, ainda dos próprios materiais de suporte aos artefactos/coleções. As áreas de intervenção aqui abordadas tentam equacionar a maioria das situações de risco para os materiais, das mais simples às mais complexas e, sem pretensões a abordagem exaustiva, apresentam-se e discutem-se recursos considerados úteis à gestão do risco relativo a contaminantes, em situações de:

2.1 Manuseamento

Para evitar efeitos adversos resultantes do contacto dos artefactos com resíduos de gordura, ácidos orgânicos e cloretos das mãos nuas, durante o manuseamento de artefactos, tem sido recomendado o uso de luvas, especialmente de algodão. A este respeito, alerta-se para os danos físicos que podem ocorrer, por repuxamento de elementos/decorações, causados por este tipo de luva. Por vezes, a manipulação é feita com luvas sujas, o que leva a contaminações indesejadas, ou com luvas lavadas com detergentes possuindo fosfatos ou com branqueadores como certas lixívias (hipoclorito de sódio), o que atraiçoa o objetivo subjacente. Alternativa barata, tem sido o recurso a luvas descartáveis de látex. Neste contexto, é importante ter em conta que o látex é uma borracha vulcanizada com enxofre e que os seus resíduos podem interagir com materiais sensíveis, como o cobre, a prata e suas ligas, causando corrosão. Uma boa manutenção das luvas de algodão, através de lavagem com detergentes neutros e não iónicos e, no fim, com água desionizada ou desmineralizada, de acesso fácil e barato, evitará danos. No caso das alternativas descartáveis, uma boa opção poderá ser o recurso a luvas de vinilo desempoadas.

2.2 Manutenção dos espaços

A evitar, os produtos amoniacais e lixívia cloretadas e o levantamento de pós e poeiras, pela ação de varrer, apostando em detergentes de tipo bioálcoois e na aspiração controlada em termos de sucção, dependendo do tipo de suporte, e com filtros adequados e bem mantidos.

2.3 Reserva, transporte e exposição

2.3.1 Embalagem com suportes celulósicos (papéis, tecidos), isentos de ácidos

Para evitar contaminações e a deposição de pó, simples ou impregnados de produtos capazes de sorver compostos gasosos, como por exemplo o H₂S e, assim, retardar a reação de escurecimento de alguns metais sensíveis, conhecida por tarnishing. O Tarnprufe[®] é um tecido impregnado de carbonato/borato de zinco e foi validado como eficiente, tal como os tecidos impregnados com carvão ativado, estimando-se que podem prevenir reações de escurecimento por mais de 10 anos¹⁹. Comparando a capacidade de sorção de vários suportes impregnados, estudos²⁰ indicam que o Pacific Silvercloth[®], tecido com partículas de prata, é mais eficiente do que papéis/tecidos impregnados com sais de cobre, óxido de zinco, silicatos de zinco/alumina ou com carbonatos de zinco/cobre.

2.3.2 Embalagem dentro de saquetas de polímeros sintéticos

Estudo²¹, levado a cabo sobre produtos no mercado usados para este fim, aponta para geral maior estabilidade das saquetas contendo álcool de viniloetileno, relativamente a outras contendo terftalato de polietileno, poliamida orientada ou poliamida. Há recursos que associam as características dos polímeros sintéticos às de alguns metais, possibilitando a conceção de saquetas personalizadas. Tal é o caso, por exemplo:

- Do Corrosion Intercept[®], com uma matriz de polímero associada a partículas de cobre, reage e tende a neutralizar os gases corrosivos que entram em contacto ou que atravessam o filme. Quando o cobre adquire uma coloração negra, é altura de mudar de embalagem. Para uma saqueta com uma espessura de 1mm, a proteção contra poluentes é estimada em 10 anos;

- Do Marvelseal[®] 360 e 470, em polietileno aluminizado com película de poliamida ou de polipropileno, respetivamente, como barreira. É mais usado como barreira, impedindo trocas gasosas, do que propriamente como neutralizador.

2.3.3 Teste e seleção dos materiais de construção/decoração de expositores e embalagens de reserva/transporte

O objetivo é eliminar fontes internas de poluentes, buscando a utilização de materiais quimicamente inertes. É processo difícil e oneroso, pelo que se defende uma

¹⁹ TÉTREAULT 2003: p. 52

²⁰ GILBERG, COOK 1987: p. 11

²¹ EC DG-RESEARCH, ENVIRONMENT PROGRAMME 2001

melhor gestão de recursos, concordando com a crítica de Tétreault²² à busca obsessiva pela inércia dos contentores e apoiando o princípio da compatibilidade química entre contentores/artefactos. Valiosas para esta árdua tarefa têm sido as investigações promovidas pelo British Museum, quer na pessoa de Oddy²³, que desenvolveu o sistema de corrosão acelerada que ficou conhecido por Oddy Test, quer na de Green e de Thickett²⁴, que o reviram. Outros tipos de teste²⁵, como o de Beilstein, para detetar a presença de cloro, o do acetato de chumbo, para a presença de enxofre, o do ácido cromotrópico, para a emissão de aldeídos, o da azida²⁶, também para o enxofre, ou as simples tiras indicadoras de pH, têm sido muito úteis na identificação precoce de materiais com potencial nocivo para os artefactos.

Não obstante úteis, os resultados destes testes têm de ser geridos com cautela pois, de acordo com os contextos ambientais, o comportamento dos materiais é diferenciado. Um exemplo interessante que ilustra a ressalva é o da lã. De forma geral, é considerada como promotora da corrosão de metais, havendo relatos de rápida reacção de escurecimento de coleções inteiras de pratas em salas com tapeçaria em lã. Por outro lado, medalhas em prata expostas em vitrinas com indumentária militar em lã só evidenciaram ligeiros sinais de escurecimento passados anos. O Canadian Conservation Institute (CCI) obteve resultados similares quando colocou provetes de prata numa câmara com amostras de lã a 50% de humidade relativa durante mais de 8 anos, sem que escurecessem. De facto, à temperatura ambiente, a lã não liberta quantidades significativas de compostos de enxofre, podendo até ser um bom absorvedor²⁷. No entanto, quando fortemente iluminada (exposição directa à luz solar, por ex.), tende a libertar concentrações (cerca de 1.4 µg/m³) que podem provocar o escurecimento dos artefactos²⁸.

É importante que se equacione ainda o tipo de reacções dos materiais ao longo do seu tempo de vida. Alguns, como tintas e algumas madeiras, emitem elevadas concentrações de poluentes nas primeiras fases de reacção, podendo demorar cerca de 3-4 semanas a atingir os valores mínimos de emissão. Eventualmente e apenas em sistemas compatíveis, poderão ser usados após tal fase. Outros, ao contrário, tornam-se potencialmente mais perigosos com o envelhecimento, como os papéis, por exemplo, que acidificam.

2.3.4 Controlo da composição da atmosfera dos microambientes dos contentores

Possível, desde que os espaços confinados (embalagens de reserva/transporte e vitrinas de exposição) sejam relativamente estanques, e através de recurso a absorvedores

²² TÉTREAULT 1992: p. 163

²³ ODDY 1973: p. 27

²⁴ GREEN, THICKETT 1995: p. 145

²⁵ TÉTREAULT 1999: p. 32-33

²⁶ DANIELS, WARD 1982: p. 58

²⁷ CRAWSHAW 1978: p. 12

²⁸ BRIMBLECOMBE, SHOOTER, KAUR 1992: p. 53

de oxigénio. O mais conhecido e usado em virtude das suas propriedades tem sido o Ageless Z[®], um produto da Mitsubishi composto por uma mistura de óxido ferroso coberto com sal marinho e um zeólito natural impregnado com uma solução de cloreto de sódio. Estudado, testado e validada a sua eficiência²⁹, reduz a concentração de oxigénio num contentor a menos de 0.01%. É usado em combinação com um pequeno dosímetro, o Ageless-eye[®], cujo indicador fica cor-de-rosa quando o teor de oxigénio é inferior a 0.1% e reverte a azul quando é superior a 0.5%. Pode ser guardado num frigorífico, dentro de saqueta com absorvedor de oxigénio, durante 6 meses. Após 1 ano em reserva, a sua alteração de cor deixa de ser credível.

2.3.5 Controlo da composição da atmosfera dos macroambientes

Possível, desde que os espaços confinados (salas de reserva/exposição) sejam relativamente estanques, através de recurso a sistemas mais ou menos sofisticados de ventilação e filtragem de compostos gasosos, partículas e microorganismos.

2.3.6 Controlo das condições termohigrométricas dos macro e microambientes

Possível, desde que relativamente estanques, através de sistemas de ventilação, aquecimento e desumidificação. Em espaços de reduzidas dimensões, a sílica gel é eficiente como agente desumidificador, em forma de pérolas ou granulado, com ou sem indicador de cobalto. Em formulações especiais pré-condicionadas, Art-Sorb[®] e ProSorb[®], funciona como agente tampão, garantindo a estabilidade da humidade relativa aos níveis a que foi condicionada.

2.3.7 Monitorização da qualidade do ar

Os poluentes gerados no exterior dos edifícios podem ser transportados para o seu interior, onde a sua concentração é, em regra, menor, mesmo sem qualquer sistema de filtração. Infiltram-se nas embalagens/vitrinas por difusão através dos invólucros ou das frinchas, em concentrações também menores do que as das salas de exposição/reserva/arquivo. A redução progressiva da sua concentração, à medida que se vão infiltrando no interior do edifício, deve-se à sua interação com os materiais de suporte às paredes, pavimentos, tetos, mobiliário e aos próprios artefactos, e sua conversão em formas inertes. A quantidade sorvida pelos artefactos pode causar-lhes dano, dependendo da natureza e concentração do poluente e da sensibilidade específica dos materiais. Perante a diversidade dos poluentes, a monitorização tem sido focada nos considerados chave, recorrendo a métodos mais ou menos precisos, complexos, dispendiosos, ativos ou passivos.

A₁) Métodos ativos. Implicam o recurso a profissionais especializados, a instrumentação sofisticada, muito aparatosa e intrusiva e proporcionam resultados precisos, mas pontuais; relativos a concentrações em momentos determinados. Tendem a não ser usados.

²⁹ MAEKAWA 1998: p. 31

A.) Métodos passivos/dosímetros

Tubos de difusão. São de pequena dimensão e simples de usar; não necessitam de qualquer tipo de fonte de energia para funcionar, pois o seu princípio baseia-se na difusão do ar. Podem ser colocados em diferentes contextos de reserva/exposição sem grandes efeitos intrusivos e por pessoal sem formação científica. Não obstante, após exposição, requerem análise química especializada e dispendiosa. Proporcionam resultados relativos não apenas à concentração dos poluentes mas à sua dose total, o que tem mais interesse para o estudo da alteração dos materiais. Os seus limites de deteção permitem monitorizar os principais poluentes a níveis de concentração tão baixos como os necessários para atingir o objetivo da preservação a cem anos, isto é, em algumas partes por bilhão (ppb) ou por trilhão (ppt), como é o caso do Palmes' Sampler, desenvolvido no âmbito do projecto europeu SILPROT (The Protection of Silver Collections from Tarnishing)³⁰ e de especial interesse por ser o único dedicado ao H₂S e ao sulfureto de carbonilo (COS). Apesar das vantagens, proporcionam apenas resultados isolados, não tendo em consideração os efeitos sinérgicos que podem existir quando vários compostos interagem, ao longo do tempo, com os artefactos.

Cupões de Classificação de Corrosão (CCC). Em cobre e prata, dada a sua elevada sensibilidade, são muito eficientes em determinar a corrosividade de uma atmosfera. São expostos durante 30-90 dias, após o que são mandados para análise e a espessura do filme de corrosão formado é determinada por processos eletroquímicos. Os resultados são comparados a uma escala estabelecida pela Purafil³¹, que os desenvolveu, e é classificada a atmosfera. facultam taxas de reatividade cumulativa e uma indicação dos tipos de poluentes gasosos, e respetivos níveis relativos, sem conseguir proporcionar classificações ambientais contínuas.

Cupões metálicos. Inspirado nos testes de Oddy e nos CCC, regista-se o recurso à exposição de cupões de cobre e de prata, para detetar a presença de compostos de enxofre, especialmente se em estado reduzido, e de chumbo, para a presença de aldeídos (como o formaldeído e o acetaldeído) e ácidos carboxílicos (como o ácido fórmico e o acético). A sua alteração pode ser gerida de forma simples, através da perceção de alteração de cor, ou de forma mais complexa, recorrendo a métodos analíticos; é sinal de alerta para a necessidade de medidas e os produtos de corrosão permitem inferir o tipo de poluentes que lhes deu origem.

Microbalança de cristal de quartzo piezoelétrico³² revestido com metais. Tecnologia desenvolvida pela Purafil para ultrapassar a limitação apresentada pelos CCC, que está na base da produção do monitor ambiental reativo OnGuard[®] 3000 (versão atual) Atmospheric Corrosion Monitor. De tipo *data-logger*, funciona de forma contínua, ao minuto, facultando informação relativa à quantidade de corrosão em curso devido à presença de poluentes gasosos, bem como aos níveis de temperatura e humidade relativa que afetam essa taxa de corrosão. Calcula as taxas de corrosão

³⁰ ENV-CT98-0709, 1998-2001. EC DG-RESEARCH, ENVIRONMENT PROGRAMME 2001

³¹ Em: <http://www.purafil.com>

³² Cristal que, quando sujeito a deformações mecânicas, produz uma diferença de potencial entre pares de faces opostas

cumulativa e permite que os dados sejam guardados, podendo ser detetados e medidos isoladamente eventos causadores de corrosão. O aumento da espessura da corrosão é monitorizado pela diminuição da frequência do quartzo revestido. Funciona isoladamente ou em interface com computadores para monitorização remota.

Microbalança de cristal de quartzo piezoelétrico revestido com têmpera de ovo ou verniz. Dosímetros desenvolvidos no âmbito do projecto MIMIC (Microclimate Indoor Monitoring in Cultural Heritage Preservation)³³, na forma de pinturas em têmpera de ovo que mimetizam o dano a partir do efeito sinérgico de microclimas em obras de arte. Consiste em 12 tiras (5 x 1 cm/cada) de diferentes têmperas de ovo pigmentadas, montadas numa placa de polimetilmetacrilato. Após exposição, as alterações são analisadas por colorimetria, espectroscopia de refletância, espetrometria de massa e análise térmica, e é possível classificar o contexto.

Glass Slide Dosimeter - GSD. Dosímetros na forma de finas placas de vidro polido altamente enriquecido em potássio e cálcio, desenvolvidos pelo Fraunhofer Institute for Silicate Research ISC, no âmbito do projeto AMECP³⁴. Muito sensíveis à temperatura, humidade relativa e à concentração de, especialmente, NO_x e compostos de enxofre, permitem calcular precocemente o efeito complexo de uma atmosfera corrosiva, após exposição entre 3–6 meses e análise por espetrometria de infravermelho. Os espectros permitem quantificar as alterações na composição do vidro e extrapolar o potencial dano para materiais inorgânicos expostos às mesmas condições.

Programa IMPACT. Especialmente desenvolvido para o SO₂, o NO₂ e o O₃, no âmbito do projecto europeu IMPACT (Innovative Modelling of Museum Pollutants and Conservation Thresholds)³⁵. É ferramenta, de acesso livre e gratuito na internet, que assiste as instituições com sistemas de ventilação natural e artificial. Baseia-se num modelo de estado-estacionário³⁶, que calcula a concentração média de poluentes a partir de equação de balanço de massa (1), relacionando a concentração do poluente no interior e no exterior diretamente com características do edifício e propriedades de sorção dos materiais:

$$I/E = \text{TRA} / [V_{\text{dep}} (S/V) + \text{TRA}] \quad (1)$$

em que I é a concentração do poluente no interior (ppb ou µg/m³), E é a concentração do poluente no exterior (ppb ou µg/m³), TRA é a taxa de renovação de ar (h), V_{dep} é a velocidade de deposição do poluente gasoso (m/h ou cm/s) e traduz a afinidade dos materiais para com ele reagir, S é a área da superfície dos materiais no interior (m²) e V é o volume interior (m³). A informação veiculada pelas redes nacionais de monitorização das condições climáticas e qualidade do ar das cidades permite estimar níveis de concentração internos. Apesar de validada a elevada capacidade predictiva do modelo IMPACT e a sua grande utilidade como ferramenta de gestão de risco, o programa não integra a modelação de poluentes gerados no interior dos espaços dos

³³ Contract EVK4-2000-00040. Em: <http://iaq.dk/mimic>

³⁴ EV5V-CT 92 -0144; FUCHS, RÖMICH, SCHMIDT 1990: p. 239

³⁵ Contract EVK4 - CT - 2000 - 00031. Em: <http://www.ucl.ac.uk/sustainableheritage-save/impact/index.htm>

³⁶ WESCHLER, SHIELDS, NAIK 1989: p. 1562

museus e manifesta tendência para sobrestimar ligeiramente a concentração do O_3 ³⁷.

EWO-Sensor. Dosímetro de aviso precoce especialmente vocacionado para os materiais orgânicos, desenvolvido no âmbito do projeto europeu MASTER (Preventive Conservation Strategies for Protection of Organic Objects in Museums, Historic Buildings and Archives)³⁸. Adapta e melhora o modelo de base ao programa IMPACT, de modo a poder equacionar a fotólise e a química homogénea de $NO_x - O_3$.

A tecnologia MEMORI. Desenvolvida no âmbito do projeto europeu MEMORI (Measurement, Effect Assessment and Mitigation of Pollutant Impact on Movable Cultural Assets. Innovative Research for Market Transfer)³⁹, em fase de conclusão (outubro 2013). Engloba: (i) um dosímetro, sensível ao clima interno, à luz, aos gases foto-oxidantes e aos gases orgânicos acídicos, desenvolvido a partir do GSD e do EWO-Sensor; (ii) um leitor, desenhado para medições *in situ* e para avaliar as leituras do dosímetro; (iii) um sítio na internet com informações relativas a medidas de gestão de risco e conservação preventiva, ao qual o dosímetro e o leitor podem ser ligados para visualização e interpretação dos resultados. Grandes expectativas se depositam no MEMORI, que tenta dar a mais atualizada resposta às necessidades e limitações dos profissionais.

Conclusão

Enquanto o ambiente termohigrométrico e, pontualmente, o luminoso, tendem a ser monitorizados de forma mais regular, embora ainda aquém do desejado, a poluição, e especialmente a gerada interiormente, só recentemente começa a ser reconhecida como importante. Os poluentes internos são poderosos agentes de alteração, em interação e função dos outros parâmetros. As suas reações sinérgicas tornam complexo o seu impacto nos materiais e difícil a sua monitorização. Os recursos atualmente disponíveis são já numerosos, fruto do apoio internacional a muitos projetos de investigação na área embora dispendiosos e de difícil acesso. Os sensores de alerta precoce, que simulam as reações dos artefactos, são os que potencialmente providenciam maior auxílio aos profissionais na difícil e controversa tarefa de gerir o risco de dano.

Bibliografia

ASHLEY-SMITH, Jonathan (1999), *Risk assessment for object conservation*, Oxford, Butterworth-Heinemann

BLADES, Nigel; ORESZCZYN, Tadj; BORDASS, Bill; CASSAR, May (2000), *Guidelines on pollution control in museum buildings*, London, Museums Association

BRIMBLECOMBE, Peter (1990), The composition of museum atmospheres, *Atmospheric Environment*, 24B (1), pp. 1-8

BRIMBLECOMBE, Peter (1994), The balance of environmental factors attacking

³⁷ GLYTSOS *et alii* 2010: p. 63

³⁸ Contract EVK4-2002-00093. Em: <http://www.nilu.no/master/>

³⁹ Grant Agreement 265132. Em: <http://www.memori-project.eu/memori.html>

artifacts, in KRUMBEIN, W. E.; BRIMBLECOMBE, P.; COSGROVE, D. E.; STANIFORTH, S. (ed.), *Durability and Change: The Science, Responsibility, and Cost of Sustaining Cultural Heritage*, Toronto, John Wiley and Sons, pp. 67-80

BRIMBLECOMBE, Peter (1998), *Thresholds and damage* [Em linha]. Glasgow: The Netherlands Institute for Cultural Heritage. Em: http://iaq.dk/iap/iap1998/1998_01.htm [17.11.2000].

BRIMBLECOMBE, Peter; SHOOTER, David; KAUR, Ajit (1992), Wool and reduced sulphur gases in museum air, *Studies in Conservation*, 37, pp. 53-60

BYNE, Loftus St. George (1899), The corrosion of shells in cabinets, *Journal of Conchology*, 9 (6), pp. 172-176

CAMUFFO, Dario (1998), *Microclimate for cultural heritage*, Amsterdam, Elsevier

CRAWSHAW, G. H. (1978), Floorcoverings: the role of wool carpets in controlling indoor air pollution, *Textile Institute and Industry*, 16, pp. 12-15

DANIELS, V.; WARD, S. (1982), A rapid test for the detection of substances which will tarnish silver, *Studies in Conservation*, 27, pp. 58-60

EC DG-RESEARCH, ENVIRONMENT PROGRAMME (ed.) (2001), *SILPROT - The Protection of Silver Collections from Tarnishing*, Final Report, Contract ENV-CT98-0709, 1998-2001, Brussels

FUCHS, Dieter R.; RÖMICH, Hannelore; SCHMIDT, Helmut (1990), Glass-sensors: assessment of complex corrosive stresses in conservation research. *Materials Research Society Symposium Proceedings*, 185, pp. 239-251

GILBERG, M.; COOK, C. (1987), Anti-tarnish tissues for wrapping and packing silver, *ICOM Committee for Conservation Metals Working Group Newsletter*, 19 (3), pp. 11

GLYTSOS, T.; LAZARIDIS, M.; GRØNTOF, T.; BLADES, N.; ALEKSANDROPOULOU, V.; KOPANAKIS, I. (2010), The use of indoor/outdoor modelling for cultural heritage sites, in DAHLIN, E. (ed.) *MASTER - EVK4-CT-2002-00093. Preventive conservation strategies for protection of organic objects in museums, historic buildings and archives. Final report*. Kjeller: Norwegian Institute for Air Research, pp. 63-73

GRAEDEL, Thomas E.; MCGILL, R. (1986), Degradation of materials in the atmosphere, *Environmental Science and Technology*, 20 (11), pp. 1093-1100

GREEN, Lorna R.; THICKETT, David (1995), Testing materials for use in the storage and display of antiquities - a revised methodology, *Studies in Conservation*, 40 (3), pp. 145-152

HOMEM, Paula Menino (2004), O conceito, a filosofia e a prática da conservação nos museus do Norte de Portugal – Balanço e estratégias de desenvolvimento, in BRITO, Mário; CUÑARRO, José (ed.), *Museos do Eixo Atlântico/Museus do Eixo Atlântico*, Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, pp. 99-110

HP (2005), *A public trust at risk: The heritage health index report on the stage of America's collections* [Em linha]. Washington DC: Heritage Preservation, Inc. & the Institute of Museum and Library Services. Em: <http://www.heritagepreservation.org/HHI/> [27.09.2009]

MAEKAWA, Shin (1998), Design and construction of the GCI's hermetically sealed display and storage case, in MAEKAWA, Shin (ed.) *Oxygen-free museum cases*.

Los Angeles: The Getty Conservation Institute, pp. 31-45

MICHALSKI, Stefan (1990), An overall framework for preventive conservation and remedial conservation, in *ICOM – CC 9th Triennial Meeting*, Dresden, pp. 589-591

ODDY, W. A. (1973), An unsuspected danger in display, *Museums Journal*, 73, pp. 27-28

RYHL-SVENDSEN, Morten (2006), Indoor air pollution in museums: a review of prediction models and control strategies, *Reviews in Conservation*, 7, pp. 27-41

SILVA, Raquel Henriques; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela; SANTOS, Maria de Lourdes Lima; NEVES, José; GOMES, Rui Telmo (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Museus

SPIEGEL, Elise (2012), MEMORI survey report: The current situation and management of indoor air quality (IAQ) in European collections. Em: http://www.memori-project.eu/uploads/media/MEMORI_Survey_Report.pdf [07.01.2013].

TÉTREAULT, Jean (1992), Matériaux de construction, matériaux de destruction, in *3^e Colloque de l'Association des Restaurateurs d'Art et d'Archéologie de Formation Universitaire, Paris, 8-10.10, La Conservation Préventive*, Paris, ARAAFU, pp. 163-176

TÉTREAULT, Jean (1999), *Coatings for display and storage in museums*, Technical Bulletin 21, Ottawa, CCI

TÉTREAULT, Jean (2003), *Airborne pollutants in museums, galleries, and archives: risk assessment, control strategies, and preservation management*, Ottawa, CCI

THOMSON, Garry (1965), Air pollution - A review for conservation chemists, *Studies in Conservation*, 10, pp. 147-166

THOMSON, Garry (1986), *The museum environment*, Oxford, Butterworth-Heinemann

WESCHLER, Charles J.; SHIELDS, Helen C.; NAIK, Datta. V. (1989), Indoor ozone exposures. *Journal of the Air Pollution Control Association*, 39 (12), 1562-1568

Alto Douro vinhateiro, paisagem cultural

José d'ENCARNAÇÃO
CPES

Resumo

Em jeito de recensão crítica à tese de doutoramento de Laura Verdelli, intitulada «**Héritages fluviaux, des patrimoines en devenir** – Processus d'identification, protection et valorisation des paysages culturels en France, Portugal et Italie : quelques exemples significatifs», tecem-se considerações acerca da importância cultural do rio Douro, explicitando-se as vantagens da valorização desse património e os inconvenientes susceptíveis de resultar de uma inadequada utilização.

Palavras-chave: Douro, paisagem classificada; rios, património cultural.

Abstract

A note about the Laura Verdelli's thesis «**Héritages fluviaux, des patrimoines en devenir** – Processus d'identification, protection et valorisation des paysages culturels en France, Portugal et Italie : quelques exemples significatifs». The most significant aspects of the river Douro as cultural landscape and his traditional specificity – to preserve and develop!

Keywords: River Douro, cultural landscape.

1. Introdução

Foi atribuída, por unanimidade, a mais alta classificação – «Muito bom com louvor» – à tese defendida a 5 de Dezembro de 2008, na Universidade François Rabelais de Tours, pela Lic. Laura Verdelli, em que muito se falou do Alto Douro Vinhateiro como paisagem cultural.

Intitulada «**Héritages fluviaux, des patrimoines en devenir** – Processus d'identification, protection et valorisation des paysages culturels en France, Portugal et Italie : quelques exemples significatifs», a dissertação foi integrada no regime de co-tutela entre aquela universidade francesa e a Universidade de Coimbra.

Um trabalho em que se analisaram em simultâneo três bacias hidrográficas – a do Douro, a do Loire e as dos cursos de água que envolvem Milão (os vales do Ticino, do Ada e duma parte da do Pó)... – do ponto de vista das transformações que elas podem vir a ter, nas ilusões que acarreta, nos projectos que determina a introdução, aí, de uma tónica cultural motivada pela sua elevada classificação, pela UNESCO, como «Património da Humanidade». Por isso, foram entidades de acolhimento da pesquisa, pela parte de Tours, o Centre Interdisciplinaire Cités, Territoires, Environnement et Sociétés, na disciplina de «Aménagement de l'Espace et Urbanisme» (orientador: Serge Thibault) e, por Coimbra, o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, na área de Museologia e Património Cultural (cabendo-me a mim a função de co-orientador).

Deram parecer prévio favorável à apresentação do trabalho os doutores Joëlle Burnouf (Université de Paris I – Sorbonne) e Daniele Pini (da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Ferrara – Itália), que também integraram o júri e entrevistaram nas provas, assim como os demais membros: José Aguiar (presidente da secção portuguesa do ICOMOS e professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa), os orientadores e Michel Lussault, da Escola Normal Superior de Tours, que presidiu à sessão.

Para além da introdução e da conclusão, o trabalho divide-se em três partes (e doze capítulos): «A afirmação da paisagem enquanto recurso cultural», «Impactes das inscrições [como paisagem cultural no quadro da UNESCO] nas dinâmicas locais» e «Para uma síntese das transformações em curso».

Há natural diversidade de actuações em cada um dos países em relação às bacias hidrográficas em apreço; no entanto, as dinâmicas determinadas, a análise em conjunto da legislação aplicável e a comparação entre as medidas que estão a ser adoptadas em cada caso transformam o livro – que ainda espero possa vir a ser publicado – num precioso e inovador vade-mécum para questões de património paisagístico e ambiental, nomeadamente no que aos cursos de água diz respeito.

2. A abordagem

Apresentou a Dra. Laura Verdelli uma dissertação que primou pela originalidade, quer na sua concepção, quer no tema, quer nos objectivos a atingir.

Na verdade, na perspectiva de ordenamento de um dado território – neste caso, o rio e a sua bacia hidrográfica – pensar nas transformações que ele pode vir a ter, nas ilusões que acarreta, nos projectos que determina a introdução, aí, de uma tónica cultural motivada pela sua elevada classificação, pela UNESCO, como «património da Humanidade» – constitui, de facto, um enquadramento ambicioso e bem sedutor.

E tal ambição ainda se torna maior quando, em vez de um rio num determinado país, se encara a possibilidade de, em termos comparativos, se analisarem em simultâneo três bacias hidrográficas – a do Douro, a do Loire e as dos cursos de água que envolvem Milão (os vales do Ticino, do Ada e duma parte da do Pó) – que têm muito em comum, mas que possuem também características próprias, potenciadoras de novos olhares e novos desafios.

Docente de Património Cultural, encarando esta noção com a polivalência que hoje se atribui ao conceito de paisagem humanizada, de território com gente dentro

e fauna e flora típicas, colheu-me, a princípio, de surpresa a proposta da Dra. Laura Verdelli de ser co-orientador da sua dissertação de doutoramento, na medida em que o rio Douro seria um dos pólos fortes da sua pesquisa; mas, depois, abracei a causa com todo o entusiasmo.

Primeiro, porque a paisagem duriense e a tradição dos seus vinhos me encantam; depois, porque a descoberta, não há muito tempo, das gravuras rupestres de Foz Côa, a demonstrar uma humanização dessa paisagem desde os primórdios da Humanidade, encontrara em mim um grande eco, tendo sido, naturalmente, um dos defensores da sua manutenção ao ar livre, no seu habitat, pois só assim o visitante captaria o seu real alcance e compreenderia cabalmente o Génio que dessas paragens em longos silêncios se desprende...

«Heranças fluviais, patrimónios em devir» – era todo um programa de acção, sobretudo porque se necessita de ter em linha de conta os variados parâmetros de um «processo de identificação, de protecção e de valorização». A paisagem cultural como Construção, Identidade e Dimensão Temporal, porque entendida quase como um ser vivo em evolução, ou porque, por outras eloquentes e bem sugestivas palavras, «o território nasce da fecundação da Natureza pela Cultura»!

Aceitei, pois, de muito bom grado o desafio. Sim, de um desafio se tratava, como a própria doutoranda o reconhece: o desafio a que ousou meteu ombros era seu, mas era-o também – e ainda mais! – dos seus dois orientadores!

3. Porto, cidade da água

Tive ensejo de vir a saber, no decorrer destes anos de convívio, que Laura Verdelli é, podemos dizer, uma «viajante militante».

Tive ecos das suas viagens nas mais variadas partes do mundo, colhendo as experiências mais díspares, enriquecendo-se com mundos muito diversos da sua Itália e mesmo de França ou de Portugal. Aliás, confessa logo no início do trabalho que o encontro, «quase fortuito, com uma cidade de água, o Porto», onde passou um ano como «pioneira» do programa ERASMUS, em 1989 e 1990, lhe permitiu descobrir até que ponto esta proximidade da água «pode estruturar a existência (da cidade em si e dos indivíduos)».

E continua:

«A experiência prosseguiu com um diploma de Arquitectura que teve como tema o património arquitectónico de origem portuguesa duma cidade do litoral marroquino».

Claro que muito me congratulo com essas benéficas influências!

E assim, no seu subconsciente, foi gizando a Dra. Laura perspectivas de pesquisa, «entre terra e água, entre cidade, património e paisagem», num projecto, que é amplo, «de vida em sociedade». Com muita paixão também, não se pode negar.

Nesse sentido, consciente de que a apetência para as viagens acabou por influenciar a escolha do tema, a primeira questão que se me pôs foi a seguinte:

– Depois de mais esta viagem feita – pelo Alto Douro Vinhateiro, pelo vale do Loire, pelos vales da sua Itália setentrional – será que, em linhas gerais, os objectivos de uma alta classificação como esta (de «Património da UNESCO») estão a ser conseguidos? Ou, dizendo de outra forma, haverá aqui muito de utopia e pouco de realidade? Será, de facto, a água, símbolo e mito, «catalisador de novos espaços sociais»? Este património

das paisagens culturais, elemento propiciador do reencontro com uma identidade social e territorial? Estará este novo conceito a entrar, pouco a pouco, na mentalidade da população e, sobretudo, dos seus governantes?... Ou ainda: haverá, aqui, lugar para uma pesquisa intelectual? Carecem de... prévia reflexão científica as inovações a introduzir, as adaptações a fazer, os novos procedimentos? Há que periodicamente organizar colóquios ou mesmo congressos sobre este tema? E, nesses, que lugar para a componente cultural, científica, a par da tónica empresarial e económica? Será que os políticos estão despertos para esta realidade nascente?

De imediato, pois, o aparecimento de questões. Era inevitável, porque estamos perante um tema que não deixa indiferente quem quer que seja, pelas múltiplas facetas que o envolvem. Este é um domínio, aliás, onde a legislação local, regional, nacional e europeia tem sido fértil e esta dissertação apresenta-se como precioso repositório de todas essas convenções, declarações, princípios... Diria mesmo que ficámos nas mãos com um autêntico vade-mécum para quem queira debruçar-se sobre estas temáticas.

4. A bacia hidrográfica do douro

Manifesta Laura Verdelli ter adquirido conhecimentos bem actualizados acerca da situação portuguesa. Creio que nada lhe terá escapado.

Toda a problemática em redor das gravuras de Foz Côa, esperanças, desilusões e novas perspectivas; a questão do vinho do Porto «que não é do Porto» e – tal como outros – é susceptível de contrafacções; a rendibilidade; a poesia dos Outonos amarelados e castanhos (tão bem captados na sua morna dolência pela indiscreta objectiva de Romeo Carabelli...); os passeios turísticos: os cruzeiros fluviais, a rota das amendoeiras floridas, as viagens num comboiozinho de antigamente... e as infra-estruturas de apoio recentemente criadas... (Fig. 1). Tive ocasião eu próprio de, a 6 de Outubro de 2007, fazer um cruzeiro Douro acima desde Peso da Régua até ao Pinhão. Passámos as eclusas; fotografámos garças; almoçámos a bordo; e... vimos um Douro de cuja existência não suspeitávamos, de leito mais largo... (Fig. 2) E perguntava-me a mim próprio: não estamos a alterar o que era realmente típico? Não podemos estar a correr o risco de «matar a galinha dos ovos de ouro»? Cita-se, a este propósito, Rafael Alfenim, técnico da Direcção Regional da Cultura do Alentejo, que diz expressamente:

«Não matem a galinha dos ovos de ouro, os equilíbrios ambientais são frágeis, as paisagens alteram-se e degradam-se com facilidade e, quando começarmos a tomar consciência de que a agricultura na região tende a confinar-se à produção de “greens” já será tarde demais»¹.

Situa-se a dissertação na área de Museologia. Houve, pois, uma atenção ao museu-memória de Vilarinho das Furnas (com evidente paralelismo na experiência da Aldeia da Luz e do seu museu, memória de uma vivência d'outrora): «Le musée, un nouveau visage pour un nouvel acteur», anota-se. E acrescenta-se, seguindo o mesmo diapasão, em jeito de proposta a reivindicar:

¹ In LOPES, M. C., «Guadiana, marca profunda cravada na paisagem aplanada do Sul», *I fiumi come Infrastrutture Culturali / Rivers as Cultural Infrastructures*, Editrice Compositori, Bolonha, 2005, p. 96. O texto saiu, por lapso, sob o nome de Maria Conceição Lopes, mas é da autoria de Rafael Alfenim.

Seul lueur d'espoir pour la poursuite de l'activité culturelle de la région, un réseau de musées, en particulier de musées du territoire et de musées archéologiques, qui est en train de se constituer (de façon plus ou moins spontanée), à l'initiative de municipalités désireuses de promouvoir une composante patrimoniale, et de préserver les facteurs structurants et historiques de l'identité locale, en les relayant au milieu fluvial, et en faisant appel au pouvoir mémoriel et identitaire du cours d'eau.

5. O equilíbrio ambiental

E ocorre, por consequência, interrogarmo-nos: do ponto de vista ambiental, não se estará a correr o risco de ali poderem vir a gerar-se tensões geológicas e aquíferas de mui difícil sustentação a médio prazo?

Sabe-se, por exemplo, como é que surgiu o Mar de Aral, um mar salgado: não tendo escoamento as suas águas, carregadas dos sais minerais que absorviam dos terrenos por onde passavam, esses sais foram-se acumulando no fundo e... não seguiam para... salgar o mar! Se não se pensar nisso a sério, a grande albufeira do Alqueva, por exemplo, pode vir a transformar-se... num enorme lago salgado, com todas as consequências ambientais que isso implica! Poderá vir a temer-se algo de semelhante no rio Douro, que tanto fascinou a autora, que escreve: «Vistos de cima, os vinhedos são multidão de pirâmides aztecas»!... Ou, ainda, que o rio acaba por pertencer não apenas aos Portugueses mas a todos os cidadãos do mundo *qui ont appris à célébrer chaque grand moment de leur vie ou de la destinée des nations avec un verre de vin de Porto!*

Urge, consequentemente, conciliar «as funções de conservação, de equilíbrio ambiental, de recreio e turismo, de espaço habitacional de qualidade e de preservação da identidade local»; importa que, «dentro dos conceitos emergentes de património», se desvaneça «a suposta dicotomia entre cultura e natureza». Vamos contribuir para que deixem de ser «embrionárias» as «tentativas de cruzar os dois aspectos», de modo que não apenas se tenha apoio por parte «das disciplinas “ecológicas” em termos de teoria» e haja, outrossim, cada vez mais entidades a terem estas noções «em termos de prática», «no espaço, no tempo e na sociedade».

6. O novo olhar

E a Dra. Laura Verdelli acentua mui perspicazmente esses novos aspectos: a concepção de «metrópole-jardim», tão em voga nos conceitos urbanísticos dos anos 70, cedeu lugar – **deve ceder lugar** – à concepção mais alargada e harmónica de «jardim sustentável» em desenvolvimento. «Introduzir a variável “património cultural” na planificação» – explicita – «significa preparar a herança futura, não somente em termos de conservação, protecção, reabilitação e valorização do passado mas também em termos de projecto coerente, a fim de orientar as transformações físicas de tipo cultural».

Paulatinamente, todas estas preocupações deverão deixar de ser apenas «a preocupação tradicional das elites» para passarem a constituir sensibilização de camadas mais vastas da sociedade, «vindo a definir-se como um espaço possível para o exercício da cidadania» – numa metodologia interdisciplinar.

E forçosamente terão de o ser, atendendo a um outro aspecto com que diariamente somos confrontados através da Comunicação Social e que também aqui é

mui justamente abordado: as necessárias interferências entre as práticas e os riscos de inundação.

Por isso, cada vez mais os núcleos populacionais se voltam urbanisticamente para os rios – e esse é um aspecto que vem bem salientado na sua pesquisa – reabilitando as margens fluviais, lutando as autarquias para que se respeite o leito de cheia e se usufrua amplamente da beleza multicolorida dos cursos de água e o território envolvente. O rio, uma infra-estrutura que, «abandonada ao longo do final do século XIX e na primeira metade do século XX, pode ser reactivada agora através da sua readaptação», escreve Laura Verdelli. E também a pesca desportiva – com o necessário repovoamento das espécies – é aspecto a não menosprezar!

Não resisto a dar dois exemplos que, nesse aspecto, se me afiguram eloquentes. Refere-se o primeiro à cidade espanhola de Valência: devido às constantes inundações, o rio Turia, que atravessava a cidade, foi desviado para fora do aglomerado urbano e o seu leito primitivo foi aproveitado para zona de lazer (Fig. 3): 8 km de comprimento, no meio da cidade!... Prende-se o segundo com a vila de Boticas, onde, aliás, devido também ao dinamismo do Doutor Armando Coelho, se inaugurou, a 24 de Maio de 2012, o CEDIEC – Centro Europeu de Documentação e Interpretação da Escultura Castreja². Pois em Boticas houve por bem o município não encanar o Rio Terva, que lhe passa a meio, mas sim colocá-lo inteiramente a céu aberto, ajardinar-lhe as margens (Fig. 4), de forma que a população dele pudesse calmamente usufruir. É essa nova mentalidade que se preconiza.

Permita-se-me, neste passo, atender à minha outra vertente científica, a de investigador em Epigrafia romana, e fazer alusão a uma das primeiras medidas tomadas pelo imperador Augusto, usando da sua autoridade política sancionada pela lei e pela religião: a metódica e rigorosa colocação de marcos na cidade de Roma, a fixar os limites do rio Tibre, ou seja, o espaço a partir do qual não se poderia construir (Fig. 5). Políticas mestras que cedo se olvidam, e é pena!...

Sublinha a Dra. Laura Verdelli:

«Os espaços periurbanos ao longo dos rios, mesmo sendo zonas de crescimento urbano potencial, são objecto de pedidos em matéria de uso recreativo e alimentam muitas expectativas quanto à qualidade da vida (pulmão verde, paisagem, património natural e cultural, ambiente aquático, actividades desportivas). Evidentemente, o futuro destes espaços periurbanos e, especialmente, a integração deles nos documentos de planificação e nos programas específicos de desenvolvimento sustentável, estão no cerne das preocupações dos agentes e dos planificadores locais».

Compreende-se bem porquê!

No entanto, a crise económico-financeira ora mundialmente instalada determinará, necessariamente, essa nova orientação. «As políticas urbanas são cada vez mais forçadas a prestar atenção a uma área que reside fora da cidade propriamente dita, incluindo zonas naturais e/ou agrícolas», afirma a Dra. Verdelli. E estamos de acordo com ela, porque, para além do que atrás se disse, uma utilização agrícola, de pequenas hortas em lugares propícios na margem dos cursos de água, se torna cada vez mais premente, em

² Veja-se a sugestivo catálogo *Os Senhores da Guerra*, editado pela Câmara Municipal de Boticas, 2012 (ISBN: 978-972-97695-3-5), texto e maquetização do próprio Armando Coelho Ferreira da Silva.

todos os aspectos da vivência humana – psicológico, social e económico até! Recordo um dos exemplos que bem conheço: o da comuna de Ris-Orangis, em plena zona suburbana (digamos assim) de Paris, em que aos moradores nos HLM foi atribuído um espaço para horta e para jardim (Fig. 6), segundo regras de utilização bem precisas³.

No âmbito económico, há um dado nesta investigação que se me afigura também de interesse realçar. Trata-se de uma frase lapidar, aliás, o título do subcapítulo 6.1: «Un fleuve de civilisation – Quand le ru était une rue».

Recordo que uma das minhas formandas, Maria Luísa de Albuquerque Melo, tendo ido estagiar em Constância, povoação que fica na confluência do Zêzere com o rio Tejo, preparou, como trabalho de estágio, uma exposição, de grande êxito, a que deu o sugestivo título de «Quando os rios eram estradas», pois através do Tejo se faziam, de preferência, todas as deslocações de pessoas e de bens⁴. Houve grande empenho por parte da comunidade em ceder fotografias e objectos, inclusive uma que outra embarcação já em desuso, e tudo isso acabou por constituir o embrião do Museu dos Rios e das Artes Marítimas, que viria a ser inaugurado em 1998, com a função de «conservar e divulgar as memórias dos tempos em que Constância vivia das actividades fluviais, em especial o transporte da pesca», como se lê na apresentação do espaço.

É certo que esse aspecto económico – o do transporte fluvial – nos levaria a abordar outras problemáticas; contudo, ocorrerá perguntar se, num mundo que se pretende cada vez menos dependente do petróleo, não poderão os rios voltar a ser um meio de comunicação cómodo, eficaz, de baixo custo e não-poluidor.

7. Em conclusão

Estamos perante uma panóplia de questões facilmente despertadas e consciencializadas através da análise de um tema tão aliciante como este de se olhar para os rios e para todas as potencialidades que deles dimanam, mormente, como é o caso, em que as suas bacias hidrográficas merecem a classificação de paisagem cultural.

Naturalmente que o livro de Laura Verdelli não se esgota nas considerações atrás expendidas. Temas como a nova arquitectura das adegas – um desafio a vultos importantes da arquitectura contemporânea⁵ – e a tão oportuna campanha do *slow food* também não escaparam à sua argúcia.

Trata-se, em suma, de uma exposição fruto de aturada pesquisa, muito bem

³ Saliente-se, a propósito, o facto de, mesmo sem obediência a um expresso plano camarário mas aleatoriamente, as gentes das cidades estarem a procurar aproveitar as nesgas de terra em torno das cidades, inclusive taludes de eixos rodoviários, para aí implantarem as suas hortas: é, de certo modo, o retorno à terra, cuja necessidade se sente não apenas do ponto de vista psicológico mas até económico. Veja-se, a título de exemplo, a reportagem «O cultivo no betão da cidade», texto de Francisco Colaço Pedro, fotos Patrícia Moreira, *Plenitude* n.º 72, Junho 2009, pp. 64-69.

⁴ Há três exemplares do catálogo na Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill: «Quando os Rios eram Estradas: memórias do Tejo e do Zêzere em Constância», de Maria Luísa de Albuquerque Melo, Câmara Municipal de Constância, 1993. A exposição foi inaugurada no dia do município, 10 de Junho, e esteve patente durante vários meses, aberta, de modo especial, à população estudantil. E assim se cimentou comunidade.

⁵ Recorde-se a Adega Mayor, inaugurada no ano de 2007, em Rio Maior, traça de Siza Vieira, considerada a primeira obra de autor nesse domínio.

estruturada – a longa e bem alicerçada introdução teórica, por exemplo, é de relevar, porquanto se revela indispensável à boa compreensão do tema e do seu tratamento.

Um texto que dá gosto ler e que, caso venha a ser publicado (como espero, nem que seja em formato digital), será, sem dúvida, da maior utilidade e de elevado prestígio para as duas universidades, a de Tours e a de Coimbra, em cujo seio nasceu, nesta eterna e bem frutuosa ligação entre o Passado, o Presente e o Futuro.



Fig. 1 – Promoção do Douro



Fig. 2 – Passeio no Douro



Fig. 3 – Valência



Fig. 4 – Boticas

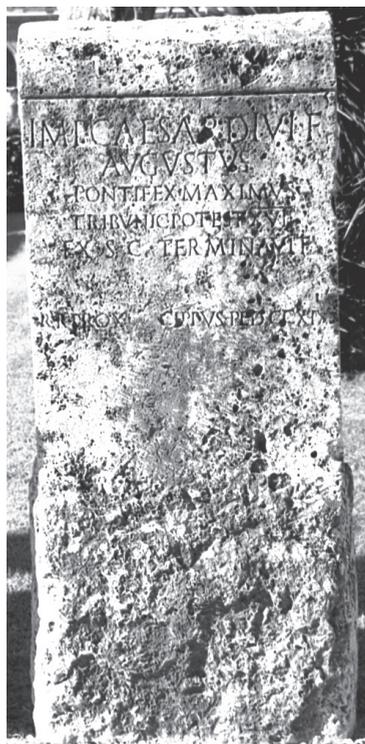


Fig. 5 – Marco do Tibre



Fig. 6 – Hortas comunitárias em Ris-Orangis

Espaços quase: ou de como vou repensando as minhas práticas de ensino-investigação¹

Alice SEMEDO
UP/FLUP

Resumo

Este texto procura explorar algumas questões que se relacionam com a minha compreensão sobre a natureza da investigação, nomeadamente acerca da formação em museologia e educação em museus, pensando, por outro lado, acerca das ferramentas que apoiam os nossos processos de reflexão / trabalho / ação e que produzem teorias mais matizadas, práticas mais refletidas e, porventura, museus menos ilusórios. O conhecimento é teorizado como um quase objeto, desafiando a separação entre sujeito e objeto, entre natureza e sociedade, entre teoria e prática. A museologia é aqui apresentada enquanto objeto-quase de investigação / formação, como espaço de questionamento não delimitador mas de contornos cada vez mais de fronteira e impermanente.

Palavras-chave: Museologia, Formação, Espaços-quase

Abstract

This paper introduces some issues that relate to my understanding on the nature of research particularly about training in museology and museum education, thinking, on the other hand, about tools that support our reflexive / work / action processes that produce more nuanced theories, more reflective practices and perhaps less illusory museums. Knowledge is theorized as a quasi-object, challenging the separation between subject and object, between nature and society, between theory and practice. Museology is presented here as a quasi-object of research / training as a space for questioning not delimiter but which increasingly adopts border contours, and is impermanent.

Key-words: Museology, Training, Quasi-spaces

¹ *Texto baseado na conferência - Espaços quase: ou de como vou repensando as minhas práticas de ensino-investigação (Guest Speaker), II Congreso Internacional Congreso Internacional Los Museos en la Educacion de Educación, Los Museos en la Educación. De la acción a la reflexión*, Thyssen-Bornemisza, Madrid, 21 a 23 Novembro 2012.

Alice never could quite make out, in thinking it over afterwards, how it was that they began: all she remembers is, that they were running hand in hand, and the Queen went so fast that it was all she could do to keep up with her: and still the Queen kept crying 'Faster! Faster!' but Alice felt she COULD NOT go faster, though she had not breath left to say so.

The most curious part of the thing was, that the trees and the other things round them never changed their places at all: however fast they went, they never seemed to pass anything. 'I wonder if all the things move along with us?' thought poor puzzled Alice. And the Queen seemed to guess her thoughts, for she cried, 'Faster! Don't try to talk!'

Not that Alice had any idea of doing THAT. She felt as if she would never be able to talk again, she was getting so much out of breath: and still the Queen cried 'Faster! Faster!' and dragged her along. 'Are we nearly there?' Alice managed to pant out at last.

'Nearly there!' the Queen repeated. 'Why, we passed it ten minutes ago! Faster!' And they ran on for a time in silence, with the wind whistling in Alice's ears, and almost blowing her hair off her head, she fancied.

Now! Now!' cried the Queen. 'Faster! Faster!' And they went so fast that at last they seemed to skim through the air, hardly touching the ground with their feet, till suddenly, just as Alice was getting quite exhausted, they stopped, and she found herself sitting on the ground, breathless and giddy.

The Queen propped her up against a tree, and said kindly, 'You may rest a little now.'

Alice looked round her in great surprise. 'Why, I do believe we've been under this tree the whole time! Everything's just as it was!'

'Of course it is,' said the Queen, 'what would you have it?'

'Well, in OUR country,' said Alice, still panting a little, 'you'd generally get to somewhere else—if you ran very fast for a long time, as we've been doing.'

'A slow sort of country!' said the Queen. 'Now, HERE, you see, it takes all the running YOU can do, to keep in the same place. If you want to get somewhere else, you must run at least twice as fast as that!'

Alice Through the Looking Glass

Lewis Carroll

Espaços-quase

(ou de como vou repensando as minhas práticas de ensino-investigação; ou ainda, apontamento de algumas conversas com coelhos, lagartas, gatos e rainhas)

Neste artigo, parto de algumas questões que a Maria Acaso me desafiou a explorar para o II Congresso Internacional sobre Museus e Educação, “Da Ação à reflexão”, e que se constituíram como oportunidade para refletir sobre os meus próprios questionamentos e contextos de trabalho sobre o tema. Assim e essencialmente, interessou-me pensar

- (a) como tenho compreendido a investigação e
- (b) como se relaciona esta compreensão com as minhas práticas de ensino-investigação?

por outro lado,

- (c) que ferramentas podem apoiar os processos de prática /reflexão?

Agilidade epistemológica. Ouvir o Sul

Bebe-me!

Começarei, então, por falar de agilidade epistemológica como uma das características chave desta compreensão. Eventualmente, podemos até dizer que se trata de agilidade epistemológica criativa. O que é, então, esta agilidade epistemológica criativa e como se relaciona com o ensino-investigação (que é, afinal, o meu campo de ação...)?

A agilidade epistemológica criativa derivada capacidade de nos movermos fora de uma disciplina porque não nos sentimos ameaçadas ao entrar num mundo de conhecimento maior e fortemente contestado. Agilidade epistemológica refere-se à capacidade de estarmos suficientemente seguras e preparadas para nos sentirmos também desconfortáveis e ignorantes (pelo menos temporariamente) em outros mundos (McWilliam, 2007:8). Se formos suficientemente ágeis, podemos aprender e usufruir de muitos pontos positivos e de diferentes abordagens que nos permitem trabalhar de outra forma e provavelmente muito melhor. Mas quando aqui falo de agilidade epistemológica também aqui invoco e sublinho a riqueza das abordagens do trabalho em equipa. E se aqui considerarmos o *poder* enquanto capacidade de captar/ facilitar / mediar aliados de um momento para o outro, então a nossa maior força enquanto investigadoras será a nossa capacidade de colaborarmos para além das fronteiras das nossas metodologias, métodos, disciplinas, linguagens e línguas, instituições. De qualquer forma as colaborações de sucesso e agilidade epistemológica criativa dependem sempre de rigor disciplinar e metodológico pois não estou aqui a dizer de nenhuma forma, que se trata de abandonar os nossos pontos de vista ou os nossos métodos mas sim de os conhecer intimamente o suficiente para conhecer os seus pontos fortes e as suas limitações. O que quero dizer, é que para nos envolvermos com o conhecimento de forma mais estratégica e não sermos apenas uma soma das diferentes partes mas sim uma verdadeira comunidade de investigação, teremos que olhar para o *campo* com um outro entendimento que não propriamente o da lógica linear.

Por outro lado, pensar as questões da sustentabilidade e do crescimento económico responsável exige, precisamente, esta agilidade, ou seja, a capacidade para trabalhar produtivamente e dinamicamente entre áreas de conhecimento. Quero eu dizer: teorizando ou relacionando os dados empiricamente, ou, ainda, utilizando modelos inovadores, utilizando metáforas; trabalhando intuitivamente ou analiticamente experimentando ideias e os seus produtos; colaborando com outros; reconhecendo a parte no contexto do conjunto mais amplo e mais complexo. Valorizando, enfim, as competências criativas em vez de competências meramente instrumentais; realizando ações que provavelmente estejam menos concentradas em resolver problemas rotineiros mas estejam, pelo contrário, mais focadas nas relações sociais, em novos desafios e, enfim, em sintetizar cenários mais amplos. Sinceramente estas ações parecem-me bem mais interessantes. Falo, pois, de uma imaginação crítica que aqui se articula com esta agilidade epistemológica e que aqui considero enquanto princípio básico e orientador desta compreensão. Ou seja, da minha própria compreensão sobre o ensino-investigação neste meio, no meio museológico.

Outro elemento epistemológico que aqui quero referir, relaciona-se com as explorações de pensadores, tais como Boaventura Sousa Santos, das redes contra-hegemónicas transnacionais, das vozes e práticas globais que mapeiam a linha abissal demarcadora entre as epistemologias do norte e do sul. Nesse mapeamento, de acordo com estes pensadores, reinventa-se a emancipação social e abrem-se processos de democracia aos espaços exteriores heterogéneos, de-territorializando os *topoi* universais e espaços de poder, anunciando-se, portanto, a possibilidade de um outro conhecimento. Este conhecimento pós-abissal que aqui se anuncia é, sobretudo, emancipatório; afasta-se da monocultura do conhecimento para promover uma ecologia de saberes, descolonizando a ciência; ultrapassa a diferenciação entre as zonas do ser e do não ser; refere-se às dialéticas da emancipação, numa multiplicidade de tempos e espaços; é, sobretudo, um conhecimento que exige, enfim, ser incorporado. Na verdade – e importa sublinhar este aspeto – uma das premissas centrais à visão da necessidade de “ouvir o Sul”, como lhe como lhe chamam Boaventura e Meneses (2009), é que a ciência social só pode ser revigorada se os investigadores iniciarem um processo de construção que promova conhecimentos alternativos e experiências sociais diversas com o fim de explorar o potencial de desenvolvimento de novos manifestos de emancipação social. E este conhecimento emancipatório apela a uma nova vinculação entre a teoria e a prática e à construção a partir *da base*, da prática de novos conceitos e instrumentos teóricos que possam ser verdadeiramente utilizados. Neste sentido, quer os processos de investigação, quer os seus produtos, assumem-se como sendo igualmente importantes, na medida em que procuram reforçar as relações entre o campo da teoria e da prática. Portanto, “o Sul” – esse território da prática – também integra e enriquece a agilidade epistemológica de que falei antes, apoiando um conhecimento que se quer força poética, espécie de pragmatismo orientado por um compasso ético que mobiliza os afetos, as inquietações, a imaginação e o pensamento neste meu entendimento sobre o ensino-investigação.

MyZone

Chá para a Alice

Como se relaciona esta compreensão epistemológica com as minhas práticas de ensino-investigação?

Ainda que não recuse totalmente a validade de estudos que se dedicam a analisar as práticas museológicas (e neste caso de educação em museus) enquanto ideias que podem ser interrogadas e interpretadas, neste momento, confesso que me interessa mais pensá-las enquanto campo que produz conhecimento, conhecimento que está inevitavelmente e intrincadamente entrelaçado em estruturas rizomáticas e subjetivas do conhecimento. Observo que a subjetividade e intertextualidade do mediador em museus e a particularidade dos contextos, se constitui, em si mesma, como uma complexa teia rizomática e faz parte do *campo* em que este conhecimento é produzido.

A intertextualidade destas práticas, nos níveis mais simples, que são, por exemplo, as suas referências a diversos discursos implícitos a, nomeadamente, bibliografia,

convenções da comunicação em museus e animação cultural, estruturas autobiográficas e discursos históricos, impede, desde logo, qualquer leitura que incorpore apenas uma visão única, uma única posição filosófica, estética, uma única posição originária. Na verdade – e sublinho – o que me tem interessado nestas relações é o desenvolvimento da ideia de que através das práticas de investigação em museus com *praticantes* – práticas que envolvem a produção de reflexões práticas, incorporadas e consequentes – se produz um espaço para pensar museus. Essas mesmas *práticas* em vez de serem resultados destes processos práticos de reflexão, têm sustentado os próprios processos para pensar, os próprios processos de reflexão. Estes processos têm-se constituído, então, como um dos métodos base para a produção / criação de zonas de contacto entre a teoria e a prática. Por outro lado, uma outra questão latente nas minhas preocupações é se as práticas museológicas são tratadas como uma fonte primária de conhecimento, e não, simplesmente, como um objeto de estudo, e se assim for, que tipos de conhecimentos podem produzir? Mais do que isso, que tipos de conhecimentos produzimos colaborativamente nestas zonas de contacto?

Por outro lado,
como é que o “Sul” tem transformado as minhas práticas de ensino e como é que eu me revejo nessas práticas?

Parece-me aqui apropriado falar-vos também de uma projeto-jornada que começámos já vai mais de um ano no Porto e que pode servir de exemplo da produção destes espaços e de como algumas destas questões se foram levantando². O projeto reúne os coordenadores de educação da maior parte dos museus e instituições com coleções de carácter museológico da cidade e relaciona-se, profundamente, com a natureza dos museus e com as suas possibilidades transformadoras num contexto colaborativo (museus, universidades e, eventualmente, comunidades). Algumas das questões que têm orientado a investigação têm sido, por exemplo, “como é que estes próprios processos colaborativos são possíveis e que formas podem assumir?”, “que espaços criam?” “Qual será o seu verdadeiro impacto? Como serão incorporados e que conhecimentos produzirão?” E, claro que temos também outras questões um pouco mais prosaicas mas não menos importantes para nós: “que perceção temos uns dos outros? Que perceções existem no *campo* e que posicionamentos produzem?”, “Quais são as barreiras para trabalharmos juntos?”, “Somos felizes no trabalho? Como podemos trazer alguma felicidade, alguma relevância pessoal para o nosso trabalho?”, “é importante trabalhar num museu?”, “Como posso fazer com que os museus sejam importantes para mim (e já agora para todos!)”, “quem quero afinal afetar com o meu trabalho?”, “como quero avaliar o meu trabalho?”.

São mesmo muitas questões e têm surgido muitas mais e este surgimento de novas questões relaciona-se, precisamente, com o que disse anteriormente pois a ideia de interromper formas lineares de fazer e de pensar – substituindo-as por outras

² Para informação mais extensa sobre este Projeto de investigação ver, por exemplo, Semedo e Ferreira, 2012.

mais relacionais – implica que a forma que o projeto de investigação assume pode ser, ela própria, interrompida, perturbada e sobretudo perturbadora. De resto, num momento de *agitação* particular assumiu-se, desde o início, uma abordagem positiva o que não impediu que ao longo do projeto não houvesse momentos mais emotivos e perturbadores. De Julho de 2011 a Julho de 2012, reunimos todas as primeiras segundas-feiras de cada mês, toda a tarde, às vezes mesmo todo o dia. A investigação encontrou aqui espaços para ser mais intuitiva, experimental, inconsciente, eclética e sensorial do que verbal ou mesmo orientada para objetivos demasiado definitos e constrictos do que, por exemplo, outros tipos de abordagens. Não falarei aqui sobre o projeto em toda a sua amplitude pois não é propriamente o tema deste artigo. Direi apenas, e muito brevemente, que nesses dias de encontro se propuseram espaços / *workshops* / espaços, enfim, que tinham sido desenhados previamente com alguns elementos do grupo e com outros elementos que entretanto se juntaram a nós e que ao longo do ano foram propondo uma série de sessões que mais não têm sido que espaços porosos, líquidos, espaços reflexivos e claro, rizomáticos que se interligam com um elemento fundamental proposto no início da jornada: o diário de bordo. O diário espaço de reflexão, espaço *in-between* compreendido aqui como espaço de produção de conhecimento e, portanto, método fundamental de investigação.

Para um número crescente de investigadores, a ideia de escrita de um diário parece ser cada vez mais interessante. No âmbito deste projeto a escrita de um diário, é compreendida enquanto forma de reflexão, de aprendizagem e de autoexpressão criativa. Os participantes são convidados a escrever livremente sobre as suas experiências, a explorar as suas ideias e, eventualmente, a fazer ligações com o que foi explorado durante as sessões mensais. Além disso, cada sessão tentou quase sempre propor desafios visuais. Entendeu-se a escrita como uma forma aprofundada de saber, um método de investigação, das motivações de cada uma, dos nossos pensamentos e práticas, um lugar de reflexão e imaginação criativa e, conseqüentemente, o diário foi como uma metodologia (e um método) transformadora em si mesmo. Por outro lado, estes diários têm sido também compreendidos como estratégia de aprendizagem reflexiva, aperfeiçoando, apoiando a reflexão e a prática reflexiva como prática quotidiana. Apoiando o que queríamos que fosse uma verdadeira reflexão-na-ação, evidentemente conjugada com os espaços de encontro e com as práticas no “mundo real”.

A reflexão que tenho vindo a propor, para a escrita do diário concentrou-se, pois, nas atividades e temas apresentados pelas diferentes sessões, eventos do passado, ou de outras experiências / práticas no local de trabalho que atuam como estímulo para pensar e refletir sobre diferentes questões. Os diários constituem-se não só enquanto lugar privilegiado para a construção de significados e aprendizagem reflexiva, como é aqui compreendida, mas são também são um processo criativo e dinâmico capaz de projetar sentimentos e significados de maneira perspicaz e inovadora superando todos os limites entre a narrativa e a análise formal. Em primeiro lugar, e embora muitos dos elementos do grupo deste projeto-jornada tenham escrito diários eventualmente em algum tempo da sua vida, a maior parte não escrevia com regularidade e livremente há muito e, em segundo lugar, quero também referir que neste grupo poucos eram os elementos que

tenham práticas de trabalho em educação artística. Não só no âmbito dos diários como ao longo de diferentes sessões, insistiu-se permanentemente na pluralidade, dinamismo de conhecimentos presentes no grupo e em como a intertextualidade seria um elemento a ter em conta nesta produção e eventualmente incorporação de conhecimentos. Incluiu-se também, e desde logo, uma visão sobre o pensamento crítico e criativo e a importância nesta visão transformadora. Um dos argumentos que aqui apresento é que um dos aspetos positivos deste projeto é a de promover essa intertextualidade (ainda que com as suas limitações e que alguns elementos tenham demonstrado claramente os seus preconceitos). Os diários incentivaram, pois e também, a utilização de elementos gráficos como forma de organização e definição de ideias; como forma de reflexão sobre a antecipação de eventos; de imaginação crítica; de cenários imaginários; fazendo planos... experimentando essa tal força poética de que falava antes.

Apresento, pois, a escrita reflexiva deste diário, como uma ferramenta real, um método, para explorar não só os conhecimentos produzidos mas também o potencial de transformação que se procura. Produz documentação, cria registos que podem posteriormente ser utilizados em reflexões e investigações; é flexível e permite diferentes abordagens; permite explorar diferentes relações e, portanto, produz análise, que pode ser utilizada para a autoaprendizagem ou mesmo para a aprendizagem colaborativa e é, não tenhamos dúvidas, um recurso de aprendizagem para a vida: para a vida profissional e pessoal. É evidente que estou bem ciente do problema que representará a análise destes diários e das limitações envolvidas na sua escrita pois escrever diários que vão ser eventualmente partilhados nunca será a mesma coisa que escrever um diário íntimo, ou seja, as expectativas de escrita para um público externo modelam profundamente o que se escreve e até mesmo o que nos permitimos considerar.

O que quero dizer é que esta reflexão e reflexividade é investigação e que não a compreendo apenas como um apoio para me situar ou para situar cada participante deste projeto-jornada no processo de investigação. Este processo é ainda é compreendido, e talvez de forma mais significativa, como uma forma destes participantes verdadeiramente emergirem no projeto-jornada-investigação enquanto investigadores. Neste sentido, a investigação mais íntima do diário ("investigação heurística") pode ser, igualmente, compreendida como reflexividade enquanto introspeção.

De qualquer forma esta reflexividade enquanto reflexão intersubjetiva não exclui outras formas de reflexividade tais como a reflexão enquanto espaço de colaboração recíproca, como aqui já argumentei. Pois como já disse, a natureza compartilhada da investigação proposta, nomeadamente, por este projeto-jornada, tem envolvido os participantes em ações de exploração e investigação (compreendida aqui, em grande parte, como acabei de dizer enquanto reflexão). Quero salientar, porém, que entendo estes processos como sendo importantes enquanto atos para o florescimento, transformação pessoal e organizacional e que apelam à aprendizagem e criatividade crítica na sua própria elaboração. Por outro lado, este tipo de projetos-jornadas que apresentam características e abordagens que conscientemente se vinculam na investigação-ação, para além de serem conduzidos em parcerias colaborativas,

envolvem, necessariamente, a produção de conhecimentos e compreensões sobre o campo e, no caso que vos apresentei, têm envolvido também uma visão e aspirações de transformação social, revisões sobre circunstâncias de poder, vontade de querer pensar e refletir sobre o que fazemos, explorar os nossos conhecimentos, aprendizagens, reflexões, conhecimentos, enfim, conhecimentos que sejam verdadeiramente relevantes / transformadores, *poderosos...*

Ou de como é que o “Sul” tem transformado as minhas práticas de ensino e como é que eu me revejo nessas práticas?

Conversa com a lagarta

Se virmos o mundo como Bauman o vê - como num estado de "modernidade líquida" - a imaginação crítica e agilidade epistemológica de que falei anteriormente, correlacionam-se com o "construtivismo social" no qual o significado e o conhecimento são criados e recriados por cada indivíduo no âmbito das interações sociais e, como também já disse, de estruturas de conhecimento rizomáticas. Outra implicação desta visão e que já tinha aqui apontado para a investigação e que agora procuro ver como aplicar nas práticas de ensino como forma de combater o entorpecimento, é que este mesmo estado fluido pressupõe que os programas curriculares, objetivos, atividades curriculares, etc. deveriam permanecer num contínuo estado *beta*, quer dizer, deveriam ser compreendidos como produtos inacabados, em permanente desenvolvimento; enquanto plataformas de aprendizagem distribuídas, flexíveis, que apresentassem um desenvolvimento modular de produtos expansíveis; líquidas, portanto. As próprias práticas de ensino, neste modelo, assumem-se não só enquanto experimentais mas também interventivas. São pois práticas, que enfatizam uma cultura experimental de aprendizagem em vez de um currículo e uma pedagogia completamente bloqueada previamente. O programa oferecido está em aberto. Molda-se a oportunidades, a tempos, a espaços. Não é pois linear e pode ser interrompido; perturbado e perturbador. Tento pois levar para a sala de aula a experiência da investigação mais intuitiva, experimental, inconsciente, eclética e sensorial e talvez até menos verbal ou mesmo orientada para objetivos enquanto definidos previamente pelo programa curricular. Numa das aulas sobre estudo e gestão de coleções deste ano na qual nos iniciávamos à escrita à-volta-de objetos, o dia terminou com risos, choros e abraços. Não se falou de objetos nem de coleções. Nem se escreveu sobre objetos nem coleções. As oito horas de aula foram de um dia perturbado. Perturbador.

Como para outros professores (ex. McWilliam, 2007) o desafio para mim, neste momento, tem sido exatamente o de desaprender de ensinar; e de proporcionar espaços onde se possam desenvolver processos de investigação, de aprendizagem conjunta que, eventualmente, considerem outras dimensões, como a da afetividade, (*não vos acabei de falar de afetividade, afinal?!*) nestes processos de pensar e criar juntos. Ao considerar esta visão de práticas pedagógicas (enquanto experimentação e também investigação) e enquanto forma de criar valor estou também a referir-me à construção de capacidade criativa por todos os envolvidos e tendo em conta que muitas destas práticas se desenvolvem em espaços do mundo “real” e com parceiros desse mundo,

o valor agregado, abre novas possibilidades para pensar esta pedagogia pois todos estaremos a experimentar e a aprender a partir dos nossos erros. Um outro ponto a ter em conta, se pensarmos nestas redes que se criam enquanto redes de valor agregado, é que qualquer um destes elementos – professor, aluno, praticante – se desconecta rapidamente de um dos nós ou o ilude se não representar valor acrescentado. Ou seja, um professor, um colega, pode encontrar-se na rede (num modo de pensar linear) mas pode perfeitamente estar excluído das redes de aprendizagem pois pode não ser compreendido como acrescentando, agregando valor no conjunto das relações da rede. Por outro lado, ao pensar nestes termos pedagógicos e em termos de co-criação de conhecimento, de aprendizagens, etc., como pensar a “objetividade” da avaliação? O que significa avaliar?

Muitas de nós estamos envolvidas em versões de ensino-aprendizagem relacionadas com a investigação e no desenvolvimento dos estudantes enquanto investigadores. Já há alguns anos, por exemplo, que venho insistindo com os alunos na escrita de diários como prática reflexiva e, enfim, como aqui argumentei, neste entendimento dos diários enquanto espaço de investigação, também ele. Com mais ou menos sucesso os estudantes vão escrevindo os seus diários de campo como insisto em lhes chamar. Passarei no entanto a desenvolver outros aspetos da criação de espaços de investigação de prática pois será também oportuno desenvolver um foco mais preciso sobre outros processos baseados na experiência e apoiados pela investigação nestes contextos e do meu entendimento sobre eles. Este tipo de investigação tem também como objetivo a criação de conhecimento e a construção de capacidade de investigação e desenvolvimento sustentável (no sentido de aprendizagem e comunidade). Mas vejamos o que isso pode significar na prática e que tipo de oportunidades penso me têm ajudado a promover processos do tipo que considero serem criativos e mobilizadores deste tipo práticas. Práticas, que, de alguma forma, se correlacionam também com a agilidade epistemológica que comecei por aqui advogar. Em primeiro lugar, diria que tenho em conta, sobretudo a investigação, o questionamento orientado por questões, os problemas em aberto. Sempre que me é possível incluo também a utilização de práticas de pensamento criativo em contexto de sala de aula e avaliações que envolvem planear, projetar, desenvolver, implementar projetos; que envolvem, também, trabalhar colaborativamente; a aplicação das competências de análise, síntese e avaliação; e, sobretudo, que envolvem não procurar uma única resposta para uma única solução de problemas.

Trabalhar na prática, com e no *mundo real* tem sido também para mim e neste contexto um fator essencial pois tenho desde há muito incluído os praticantes na orientação de projetos, *workshops*, aulas, arguindo participando na arguição de dissertações de mestrado, etc. procurando desta forma a construção de visões partilhadas. Mais do que isso, penso que o que tenho tentado fazer é realçar verdadeiras formas de aprendizagem que enfatizam a natureza dinâmica e dialógica destes processos e assim comprometer também estes parceiros da prática na sua própria *governança* e *agência*. Esta abordagem inclui-os, pois, na formação e na discussão dos próprios processos de estudo sobre o *campo*. Por outro lado, esta concetualização do trabalho com os alunos

tem permitido integrar as vozes dos diferentes profissionais, quer como indivíduos quer como instituições e não apenas como meras conceções / representações, estabelecendo verdadeiras relações sustentáveis ao longo desta rede / tempo, espaço. Para os alunos esta é sem dúvida, uma experiência única e inestimável de trabalho no *mundo real*, experimentando e mesmo, participando no desenvolvimento de diferentes abordagens no campo. -

O objetivo principal de uma rede deste tipo é, então, proporcionar *valor acrescentado* aos diferentes atores envolvidos. A criação de valor assenta, fundamentalmente, nos conhecimentos de todos os atores envolvidos e na forma como associam esses conhecimentos (eventualmente com os próprios processos de aprendizagem mútua, a transformação destes recursos de conhecimento e a criação de novos recursos). Basicamente, a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento de recursos constituem-se como o resultado das interações entre os diferentes parceiros. Todas as relações que se estabelecem, formal e informalmente, ensinam-lhe algo e torna-se parte deles. Como abordagem de ensino-investigação o que tenho, pois, tentado fazer é que os alunos, relacionem compreensão, conhecimentos teóricos e críticos com competências práticas e o *mundo real*.

A colaboração com colegas, quer em universidades quer em museus, tem sido também de grande importância para mim. Outro aspeto importante da minha visão sobre o ensino a partir do ponto de vista dessa intrincada rede de conexões e entendimentos e que inclui a compreensão que uma comunidade de conhecimento pode ser criada, quer na sala de aula, quer fora da sala de aulas e para além dos nossos ambientes familiares. Quando estou com pessoas de diferentes origens em diversos contextos, penso que todos nós aprendemos uns com os outros.

Por último, empoderamento é uma palavra forte e à qual não queria fugir. Empoderamento que é também uma questão-chave para os meus alunos que se preparam para ser ou são já profissionais reflexivos, críticos, criativos. Para este fim, tento encorajá-los a desenvolver as suas vozes pessoais, colaborativas e públicas através do conhecimento e a acreditarem em si mesmos. Celebramos o seu sucesso e autonomia. Explico muitas vezes no fim da aula porque fiz, adotei determinado processo ou abordagem, desvelo, examino com eles os meus próprios processos pedagógicos. Processos que assumidamente filio – em termos de perspetiva ideológica – em objetivos críticos mas também de imaginação porque de transformação social.

Referências

McWILLIAM, E. (2007) Unlearning how to teach. Creativity or Conformity? *Building Cultures of Creativity in Higher Education*. University of Wales Institute, Cardiff and Higher Education Academy. January 8-10.

SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (Org.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

SEMEDO, Alice e FERREIRA, Inês (2012) Collaborative spaces for reflective practice. In: KRISTIANSEN, E (ed) *The Transformative Museum Conference*. Roskilde: DREAM - Danish Research Center on Education and Advanced Media Materials, Institute for Literature, Culture and Media Studies, University of Southern Denmark, pp. 347-364.

Ó m t a p

Tábula
gratulatória

Tábula gratulatória

- Amélia Polónia
- Américo Enes Monteiro
- Ana Monteiro
- António Alberto Teixeira Gomes
- António Barros Cardoso
- Armando Carvalho Homem
- Celso Francisco dos Santos
- Fantina Maria Santos Tedim
- Fátima Loureiro de Matos
- Fátima Oliveira
- Fernanda Ribeiro
- Gaspar Martins Pereira
- Inês Amorim
- Isabel Margarida Duarte
- Isabel Pires de Lima
- Jorge Fernandes Alves
- José Alberto Rio Fernandes
- Leonor Soares
- Luís Alberto Marques Alves
- Luís Carlos Amaral
- Luís Grosso Correia
- Maria Antonieta Cruz
- Maria da Conceição Meireles Pereira
- Maria de Fátima Marinho
- Manuel Joaquim Moreira da Rocha
- Pedro Vilas Boas Tavares
- Sérgio Monteiro Rodrigues

património

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS Ciências e Técnicas do Património

U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO